



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1619

Quinta-feira - 20 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	2
Alto Bela Vista	5
Anchieta	6
Antônio Carlos	8
Atalanta	9
Balneário Rincão	9
Barra Velha	10
Biguaçu	18
Blumenau	23
Bom Jesus do Oeste	52
Bom Retiro	53
Brusque	59
Camboriú	63
Campo Alegre	68
Campos Novos	92
Canelinha	93
Canoinhas	94
Capinzal	99
Catanduvas	107
Caxambu do Sul	108
Chapadão do Lageado	110
Concórdia	111
Cordilheira Alta	120
Coronel Freitas	120
Coronel Martins	121
Curitibanos	121
Dionísio Cerqueira	122
Ermo	123
Eral Velho	210
Forquilha	213
Fraiburgo	220
Galvão	230
Garopaba	231
Garuva	232
Gaspar	232
Grão Pará	243
Guaramirim	246
Herval d'Oeste	247
Ibiam	249
Imarui	250
Imbituba	251
Indaial	253
Ipumirim	253
Irineópolis	259
Itá	270
Itapiranga	270
Itapoá	274
Jacinto Machado	279

Joaçaba	279
Lages	282
Lauro Muller	284
Lebon Régis	285
Leoberto Leal	286
Lindóia do Sul	288
Luzerna	292
Mafra	390
Maravilha	397
Meleiro	410
Morro da Fumaça	412
Navegantes	413
Nova Trento	414
Novo Horizonte	414
Orleans	416
Ouro Verde	425
Paial	431
Palhoça	432
Palmitos	446
Passo de Torres	447
Passos Maia	448
Penha	449
Petrolândia	453
Pinheiro Preto	453
Pomerode	459
Ponte Serrada	477
Porto União	477
Rio do Sul	486
Salto Veloso	489
Santa Rosa do Sul	490
Santa Terezinha do Progresso	490
São Bento do Sul	492
São Domingos	493
São Joaquim	495
São José	497
São José do Cedro	505
São Lourenço do Oeste	506
São Miguel do Oeste	506
Schroeder	507
Serra Alta	536
Sombrio	538
Timbé do Sul	541
Timbó	543
Três Barras	549
Tunápolis	551
Turvo	552
Urussanga	553
Videira	553
Vitor Meireles	565

Xavantina	565
Xaxim	566

Associações

AMAUC	571
FECAM	571

Consórcios

ARIS	572
CIGA	572
CIS/AMUREL	574
CPIMMOC	575
CIGAMERIOS	575

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****PROCESSO 19/2014 PP 17/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 19/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 17/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVESTIMENTO DE SALA DE RAO X DA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 03/12/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 17 de novembro de 2014.
Lucimar Antonio Salmoria Luciano Hermes
Prefeito Municipal Pregoeiro

PROCESSO 20/2014 PP 18/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 18/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO NO CONSULTORIO MEDICO ODONTOLOGICO DA UNIDADE SANITARIA JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 03/12/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 17 de novembro de 2014.
Lucimar Antonio Salmoria Luciano Hermes
Prefeito Municipal Pregoeiro

Água Doce**PREFEITURA****DECRETO Nº 122/2014**

DECRETO Nº 122/2014 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anulados parcialmente os seguintes elementos de despesas do orçamento vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.1.90.00.00.0095/01 Aplicações Diretas.....
R\$ 5.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

4.4.90.00.00.0054/161 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.0055/162 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.0056/163 Aplicações Diretas R\$ 5.878,00

TOTAL R\$ 50.878,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.3.90.00.00.0095/03 Aplicações Diretas.....
R\$ 5.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

3.3.90.00.00.0054/158 Aplicações Diretas.....
R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.0055/159 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.0056/160 Aplicações Diretas.....
R\$ 5.878,00

TOTAL R\$ 50.878,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 123/2014

DECRETO Nº 123/2014 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"DETERMINA LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira objetivando manter o equilíbrio das contas públicas no corrente exercício;

DECRETA:

Art. 1º. Fica limitado o empenhamento de despesa e movimentação financeira na Administração Direta Centralizada e nos Fundos Especiais do Município, no montante de R\$ 64.695,31 (sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos), conforme detalhamento constante no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais, as resultantes de transferências voluntárias e do Superávit Financeiro do exercício de 2013, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, com pessoal e encargos e aquelas despesas ressalvadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 2º. São responsáveis pela implementação das ações necessárias ao cumprimento deste Decreto, o ordenador de despesas da Administração Direta Centralizada e os Gestores dos Fundos especiais com autonomia orçamentária e financeira.

Parágrafo Único. As unidades Orçamentárias e Administrativas adotarão as medidas e procedimentos, inclusive com relação aos contratos e às licitações, necessárias à redução das despesas e a sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce,
10 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Demonstrativo para Limitação de Empenho Movimentação Financeira Demonstrativo de Déficit Art.1º Decreto nº 123 de 10 de novembro de 2014			
	Valor	Execução	Déficit/Superávit
Previsão de arrecadação até 5º Bim. Setembro/Outubro 2014	14.923.681,62	18.394.364,72	Sup.3.470.683,10
Previsão de Despesas até 5º Bimestre Setembro/Outubro 2014	13.881.152,16	18.459.060,03	Déf.4.577.907,87
Sup./Déficit da Execução		- 64.695,31	

Valores a serem reduzidos da previsão de despesas e movimentação financeira para cobertura do déficit até o sexto bimestre 2014

(Decreto 001/2014 de 02 de janeiro de 2.014)

Bimestre Setembro/Outubro	Total
64.695,31	64.695,31

Limite Máximo de Despesa para o sexto Bimestre/2014

Bimestre Novembro Dezembro	Total
3.416.541,01	3.416.541,01

Água Doce, 10 de novembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2014

DECRETO Nº 124/2014 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anulados parcialmente os seguintes elementos de despesas do orçamento vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO
20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DE CONTROLE SANITÁRIO (SIM)
3.3.90.00.00.0095/46 Aplicações Diretas.....
R\$ 1.501,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.1.90.00.00.0095/90 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 1.545,00

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.91.00.00.0095/100 Aplicações Diretas-Oper.Intra-Orç.....
..... R\$ 1.560,00
3.3.90.00.00.0095/101 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.0095/102 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 1.000,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO
3.1.91.00.00.0095/111 Aplicações Diretas-Oper.Intra-Orç.....
.....R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.0095/112 Aplicações Diretas.....
R\$ 275,00

16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL

3.1.90.00.00.0095/138 Aplicações Diretas.....
R\$ 1.000,00
TOTAL..... R\$
17.881,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO
20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DE CONTROLE SANITÁRIO (SIM)
3.1.90.00.00.0095/44 Aplicações Diretas.....
R\$ 1.501,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.390.00.00.0095/92 Aplicações Diretas.....
...R\$ 1.545,00

03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.1.90.00.00.0095/99 Aplicações Diretas.....
R\$ 12.560,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695.0021.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO
3.1.90.00.00.0095/110 Aplicações Diretas.....
R\$ 1.275,00

16 DEFESA CIVIL
01 DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL
3.3.90.00.00.0095/140 Aplicações Diretas.....
R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 17.881,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125/2014

DECRETO Nº 125/2014 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.325,00 (quarenta e seis, trezentos e vinte e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção dos departamentos.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.20.00.00.0110/226 e 3.3.90.00.00.0110/234-235 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS
28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.20.00.00.0110/226 Transferências a União.....
.....R\$ 20.000,00

05 SEC.DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
3.3.90.00.00.0110/234 Aplicações Diretas.....
.....R\$ 13.825,00

12.364.0012.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3.GRAU E PROFISSIONALIZANTE
3.3.90.00.00.0110/235 Aplicações Diretas.....
.....R\$ 12.500,00
TOTAL R\$ 46.325,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 126/2014

DECRETO Nº 126/2014 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.960,82 (quatro mil, novecentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo será para manutenção do departamento.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.3.90.00.00.0189/227 Aplicações Diretas.....
.....R\$ 4.960,82
TOTAL R\$ 4.960,82

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de novembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2014

DECRETO Nº 127/2014 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

“CANCELA O PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2014 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N. 9/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 49 da Lei n. 8666/93, considerando razões de interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o Processo Licitatório n. 66/2014, modalidade Tomada de Preços n. 9/2014, que objetiva a pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce, em virtude de necessidade de alterações técnicas do projeto a ser executado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce,
em 14 de novembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 1921 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º, V da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005;

DECRETA

Art. 1º Exoneração do Sr. VITOR RICKES DA SILVA, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICO - 20 HORAS em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto de nomeação 1905 de 02 de outubro de 2014 e disposições contrárias

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC,
em 14 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRATNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2014 - FMS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de fraldas, leites e complementos alimentares destinados ao Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 08h45 do dia 05 de dezembro de 2014, em sessão pública com abertura prevista para às 9h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 19 de novembro de 2014.

Décio Grätner

Prefeito Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 052_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 052/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de carretão agrícola, colheitadeira de foragem e tubos de concreto de acordo com o convenio nº 2014TR0002216 e 1º Termo de Apostilamento, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 15:00 horas do dia 03/12/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 19 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Concede f=E9rias anuais a servidor p=Fablico

PORTARIA Nº 016/2014

CONCEDE FÉRIAS ANUAIS AO SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Regimento Interno:

Considerando que o Servidor Edegar Luiz Griebler, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, admitido em 1º de fevereiro de 2013, completou o período aquisitivo de férias em 31 de janeiro de 2014;

Considerando que o §3º, do art. 66, da Lei Complementar n. 031/2011, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos, faculta o parcelamento das férias em até três etapas, desde que assim requerida pelo servidor e, no interesse do poder público; e

Considerando a essencialidade e continuidade do serviço de contabilidade.

Art. 1º Fica concedido ao segundo período de 15 dias de férias do Servidor Edegar Luiz Griebler, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, referente ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, a serem gozadas a partir do dia 01 a 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta-SC
Em 19 de Novembro de 2014.

Vereador Paulo Fusieger

Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
foi publicada na forma da lei.
Secretaria da Câmara Municipal,
Em 19 de Novembro de 2014.

Jussara Santin

Secretária Administrativa do Legislativo

BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	38.297,50
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	38.297,50
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.839,64
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.457,86
Receita Extra - Orçamentária	46.513,69	Despesa Extra - Orçamentária	43.049,33
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00
CRÉDITOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS A RECEBER	70,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00
DEPÓSITOS	3.146,19	DEPÓSITOS	2.592,99
CONSIGNAÇÕES	2.929,07	CONSIGNAÇÕES	2.592,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.929,07	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.592,99
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	217,12	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	40.386,34
DEPÓSITOS A TRANSFERIR	217,12	OBRIGAÇÕES A PAGAR	40.386,34
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	38.297,50	FORNECEDORES	6.546,70
OBRIGAÇÕES A PAGAR	38.297,50	PESSOAL A PAGAR	28.143,80
FORNECEDORES	4.457,86	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84
PESSOAL A PAGAR	28.143,80		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	5.000,00		
REPASSE RECEBIDO	5.000,00		
Saldos anteriores	51.118,28	Saldos atuais	16.285,14
BANCO C/ MOVIMENTO	51.118,28	BANCO C/ MOVIMENTO	16.285,14
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	97.631,97	Total	97.631,97

ANCHIETA, 19/11/2014

PAULO FUSIEGER
PRESIDENTE_____
EDEMAR LUIZ GRIEBLER
CRC SC-036.207/O-8

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 515/2014

PORTARIA Nº 515/2014.

Conceder Licença para Tratamento de saúde a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora efetiva MARIA DAS GRAÇAS HOFFMANN MULLER, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a contar de 17 de novembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de novembro de 2014.

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO

4º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 20/11/2014 a 18/12/2014 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Anchieta, n.º 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 19 de novembro de 2014.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
07	Maria Carolina de Alencar Araripe	1739

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 101/2014, 102/2014 E 103/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 101/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 11/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, para continuação da rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,00 metros, na localidade Egito do município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 10 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Processo Licitatório: nº 102/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 12/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na construção de uma ponte de concreto armado na rua José Kammer, na localidade de Santa Maria, no município de Antônio Carlos/SC, dimensões 6,00 x 14,50 metros, coordenadas 27°31'48,90" S 48°50'47,90"O. Entrega dos envelopes e abertura: 10 de dezembro de 2014 às 13:30 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Processo Licitatório: nº 103/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 13/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na construção de uma ponte de concreto armado na transversal à rua Nilton Olegário Schmitz, na localidade de Guiomar, no município de Antônio Carlos/SC, dimensões 6,00 x 15,00 metros, coordenadas 27°29'45,88" S 48°47'12,65"O. Entrega dos envelopes e abertura: 10 de dezembro de 2014 às 15:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 19 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2014 - PARA REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 9/2014 - REGISTRO DE PREÇOS, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DAS UNIDADES SANITÁRIAS DO MUNICÍPIO. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 04 de dezembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, alain.schelter@gmail.com, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 19 de novembro de 2014.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 007/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATALANTA - SC

RESOLUÇÃO Nº 007/2014

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual 2013 de Execução Físico-Financeira da Assistência Social no SUAS Web.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1374/2014 e considerando a Implantação do Sistema Único de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da execução Físico-Financeira -Serviços, Gestão PBF e Gestão SUAS cofinanciados pelo Governo Federal, no ano 2013, por meio do SUAS Web no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Atalanta, 14 de novembro de 2014.

Nádia E. A. Chiquett

Presidente do CMAS

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PP 088/PMBR/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 09/12/2014 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviço de forma parcelada de Caminhão Pipa incluindo motorista, para manutenção das estradas do Município de Balneário Rincão/SC., na Operação Veraneio dos exercícios de 2014/2015. Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 19 de Novembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira

Barra Velha

PREFEITURA

11º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2012

11º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, que o candidato CARLOS EDUARDO SCHAFFEL, inscrito no Concurso Público, Edital nº. 001/2012, homologado através da Portaria nº 192, de 31 de janeiro de 2013, não compareceu para a escolha de vagas no dia 30 de outubro de 2014, conforme convocação através do 3º Edital de Chamada para Escolha de Vagas - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 17 de novembro de 2.014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES
Secretária Mun. Adm. E Finanças

LEI Nº 1402, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1402, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei 1332/2014, que "Dispõe sobre as Taxas de Poder de Polícia no Município de Barra Velha Estado de Santa Catarina e da outras providências".

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Santa Catarina, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 9º, que passa a ser redigido da seguinte forma:

"Art. 9º. O valor da taxa será obtido pela soma de uma parte fixa correspondente a 2 UFMs, (duas unidades fiscais municipais) a qual será acrescida

I de 1,5% deste valor, por metro quadrado da área ocupada pelo estabelecimento de 41 à 800 m²

II de 0,5% deste valor por metro quadrado da área ocupada pelo estabelecimento de 801 à 10.000 m², com valor mínimo, para estas áreas, equivalente ao estabelecido no inciso I para a área de 800m².

III de 1,0 % deste valor por metro quadrado da área ocupada pelo estabelecimento acima de 10.001 m² até o limite de 11.000 m²."

Art. 2º Fica alterada a tabela constante no artigo 14, que passa a ser redigido da seguinte forma:

"Art. 14. O cálculo da taxa prevista neste Setor será efetuado com na seguinte tabela:

TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

TIPO DE VEÍCULO		ESPECI- FICAÇÃO	INCI- DÊNCIA	VALOR EM UFM
1. OUT-DOOR: confecciona- do em material apropriado e destinado à fixação de cartazes de papel substituí- veis quinzenalmente.		M²	Anual	0,50
2. PAINEL: (destinado à pin- tura de anúncio) iluminado ou não.		M²	Anual	0,50
3. PAINÉIS LUMINOSOS: (tipo back light) em estru- turas metálicas fixadas ao solo, em sapatas de concre- to, com altura até 12m		M²	Anual	1,00
4. LETREIRO: luminoso ou iluminado: a) colocado sobre marquises ou em fachadas de edifícios; b) colocado sobre elementos do mobiliário urbano; c) desenhado em toldos		Unidade	Anual	4,00 3,00 1,50
5. POSTE TOPONÍMICO: luminoso ou não, colocado em esquina de logradouro público, fixado em coluna própria.		Unidade	Anual	20,00
6. FAIXA de caráter provi- sório		Unidade	Quinzenal	0,50
7. PROSPECTOS E FOLHE- TOS DE ROPAGANDA		Milheiro	Promoção	0,30
8. BALÕES, BOLAS, BÓIAS E FAIXAS: conduzidas por aviões ou equivalente		Unidade	Diária	20,00
9. BALÕES, BOLAS E BÓIAS: exposição terrestre		Unidade	Quinzenal	5,00
10. MUROS E FACHADAS DE DIFICAÇÕES		M²	Anual	0,30
11. PUBLICIDADE CON- DUZIDA POR PESSOA E EXIBIDA EM VIA PÚBLICA		Unidade	Diária	1,50
12. PUBLI- CIDADE NA PARTE INTERNA OU EXTERNA DE VEÍCULO	a) ônibus e similares	Por veículo	Anual	7,00
	b) Taxi	Por veículo	Anual	3,00
	c) demais veículos	Unidade	Anual	2,00
13. EXPOSIÇÃO DE PRO- DUTO OU PROPAGANDA EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIROS OU EM LOCAIS DE FREQUENCIA PUBLICA		Unidade	Mensal	6,00
14. RELÓGIO DIGITAL		Unidade	Anual	8,00
15. PLACAS INDICATIVAS DE NOMES DE ESTABELE- CIMENTOS OU PROFISSÃO, colocadas em fachadas ou junto ao estabelecimento ao qual se referem. (acima de 3 m²)		Unidade	Anual	0,30
16. PROPAGANDA SONORA: a) em local fixo; b) em veículo;		Unidade	Diária	2,00 3,00
17. ESPECIAIS		Unidade	Anual	40,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha - SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

LEI Nº 1403, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1403, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo através da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha a realizar despesas com o "2º Concurso de Fotografia "OLHARES SOBRE BARRA VELHA, e dá outras providências".

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo, através da Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura de Barra Velha, autorizado a realizar despesas com o "2º Concurso de Fotografia, "Olhares Sobre Barra Velha", que acontecerá no dia 7 de dezembro do corrente ano, sendo:

I - Premiação em pecúnia, considerando:

- a) 1º Lugar - R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- b) 2º Lugar - R\$ 500,00 (Quinhentos reais);
- c) 3º Lugar - R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais).

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, como segue:

Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
Programa de Trabalho: 23.695.0017
Atividade: 2093 - Promoção e Eventos do Turismo
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0/313

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 12 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito de Barra Velha

LEI Nº 1404, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 1404, 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.954.760,00 (Quatro milhões novecentos e

cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta reais), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0004.0122.0002
Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Ouvidoria Municipal
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/135 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0003.0061.0004
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/141 - Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
Funcional: 0004.0122.0006
Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00/369 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.150,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 5 - Controladoria Geral do Município - CGM
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
Funcional: 0004.0124.0005
Projeto/Atividade: 2.008 - Manutenção da Controladoria Geral do Município
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/147 - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
Funcional: 0004.0122.0006
Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/153 - Aplicações Diretas
..... R\$ 193.860,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/154 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
Elemento: 3.1.91.00.00.00.00.00/314 - Aplicações diretas decorrentes de Operações entre Órgãos
..... R\$ 90.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
Funcional: 0004.0002.0006
Projeto/Atividade: 2.013 - Manutenção das Atividades do Patrimônio
Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/170 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
 Funcional: 0004.0123.0006
 Projeto/Atividade: 2.014 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Orçamento
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/162 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças
 Funcional: 0004.0129.0006
 Projeto/Atividade: 2.015 - Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/172 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0008.0244.0007
 Projeto/Atividade: 2.019 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAS
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/184 - Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Projeto/Atividade: 2.022 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/190 - Aplicações Diretas
 R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.023 - Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/192 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.400.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/194 - Aplicações Diretas
 R\$ 500.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Projeto/Atividade: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/195 - Aplicações Diretas
 R\$ 280.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/197 - Aplicações Diretas

..... R\$ 350.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos
 Funcional: 15.0452.0009
 Projeto/Atividade: 2.038 - Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/225 - Aplicações Diretas
 R\$ 240.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/226 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Indústria e Comércio - SEPLAN
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0121.0010
 Projeto/Atividade: 2.085 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/230 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0605.0013
 Projeto/Atividade: 2.046 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMAP
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/246 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
 Funcional: 0023.0695.0017
 Projeto/Atividade: 2.054 - Manutenção das Atividades do Turismo
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/29 - Aplicações Diretas
 R\$ 14.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC
 Funcional: 0023.0695.0017
 Projeto/Atividade: 2.093 - Promoção e Eventos do Turismo
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/313 - Aplicações Diretas
 R\$ 346.750,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Funcional: 0008.0244.0020
 Projeto/Atividade: 2.059 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/50 - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.02000 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/297 - Aplicações Diretas R\$ 775.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/102- Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0304.0021
 Projeto/Atividade: 2.081 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária
 Fonte de Recursos: 0.3.6654 - Vigilância em Saúde - União - Superávit Financeiro
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/ - Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

Art. 2º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 42 e 43 da lei nº 4.320/64 autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais) destinados a suplementar a seguinte dotação:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração
 Funcional: 0004.0122.0006
 Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.71.00.00.00.00.00/400 - Aplicações Diretas R\$ 450,00

Art.3º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/2 - Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/131 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/1 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção da Ouvidoria Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/136 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/137 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 2 - Gabinete do Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0002
 Projeto/Atividade: 2.004 - Atuação da Defesa Civil Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/138 - Aplicações Diretas R\$ 41.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/140 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 3 - Gabinete do Vice-Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0122.0003
 Projeto/Atividade: 2.005 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/132 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/134 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004
 Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/143 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004
 Projeto/Atividade: 2.007 - Manutenção das Atividades do PROCON
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/144 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 4 - Procuradoria Geral do Município - PGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0003.0061.0004
 Projeto/Atividade: 2.097 - Precatórios e Ações Judiciais
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/383 - Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 5 - Controladoria Geral do Município - CGM
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0124.0005
 Projeto/Atividade: 2.008 - Manutenção da Controladoria Geral do Município
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/148 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/149 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00/370 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.600,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0002.0006

Projeto/Atividade: 2.013 - Manutenção das Atividades do Patrimônio

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/169 - Aplicações Diretas
..... R\$ 21.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0122.0006

Projeto/Atividade: 2.012 - Manutenção das Atividades do Compras, Contratos e Licitações

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/166 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0004.0128.0006

Projeto/Atividade: 2.011 - Manutenção das Atividades de Recursos Humanos

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/163 - Aplicações Diretas
..... R\$ 81.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/165 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0006.0181.0006

Projeto/Atividade: 2.040 - Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito - PMB

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/175 - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração

Funcional: 0006.0451.0006

Projeto/Atividade: 2.095 - Modernização da Sinalização de Trânsito

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/371 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/372 - Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0123.0006

Projeto/Atividade: 2.014 - Manutenção das Atividades de Contabilidade e Orçamento

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/159 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/161 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0129.0006

Projeto/Atividade: 2.015 - Manutenção das Atividades de Tributação, Cadastro e Fiscalização

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/173 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/174 - Aplicações Diretas
..... R\$ 35.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças

Funcional: 0004.0123.0006

Projeto/Atividade: 2.018 - Manutenção do Departamento de Finanças

Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/156 - Aplicações Diretas
..... R\$ 86.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo

Funcional: 0012.0361.0008

Projeto/Atividade: 2.020 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMECI

Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/185 - Aplicações Diretas
..... R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0210

Projeto/Atividade: 1.011 - Reforma e Ampliação de Unidades Escolares

Fonte de Recursos: 0.1.0100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/341 - Aplicações Diretas
..... R\$ 95.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação

Funcional: 0012.0361.0210

Projeto/Atividade: 1.012 - Implantação de Salas Digital

Fonte de Recursos: 0.1.0100 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/344 - Aplicações Diretas
..... R\$ 210.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.013 - Construção de Unidades Escolares
 Fonte de Recursos: 0.1.01000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/345 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0210
 Projeto/Atividade: 1.014 - Aquisição de ônibus para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/348 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Projeto/Atividade: 1.015 - Construção de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/350 - Aplicações Diretas R\$ 189.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0210
 Projeto/Atividade: 1.016 - Reforma e Ampliação de CEI's
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/352 - Aplicações Diretas R\$ 756.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.021 - Aquisição de Merenda Escolar - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/188 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0365.0008
 Projeto/Atividade: 2.024 - Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/196 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0361.0008
 Projeto/Atividade: 2.031 - Manutenção das Atividades de Transporte Escolar - Ensino Fundamental
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/210 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0366.0008
 Projeto/Atividade: 2.034 - Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/214 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/215 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/216 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação
 Funcional: 0012.0367.0008
 Projeto/Atividade: 2.094 - Manutenção das Atividades da Educação Especial
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/321 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/322 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura e Desporto
 Funcional: 0013.0392.0008
 Projeto/Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades de Cultura e Desporto
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Receitas Ordinárias
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/219 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/221 - Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0004.0451.0009
 Projeto/Atividade: 2.037 - Manutenção do Departamento Técnico Administrativo - SEMOSP
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/222 - Aplicações Diretas R\$ 47.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços

Urbanos
 Funcional: 0015.0451.0009
 Projeto/Atividade: 1.003 - Pavimentação/Urbanização de Vias Públicas
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/268 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Funcional: 0015.0451.0009
 Projeto/Atividade: 1.017 - Aquisição de Caminhões e Maquinários
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/355 - Aplicações Diretas
 R\$ 147.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Funcional: 0015.0451.0212
 Projeto/Atividade: 1.019 - Recuperação e Manutenção de Vias Públicas
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/357 - Aplicações Diretas
 R\$ 17.400,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 10 - Secretaria Municipal do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio - SEPLAN
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio
 Funcional: 0004.0121.0010
 Projeto/Atividade: 2.086 - Manutenção das Atividades do Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Ind. E Com.
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/234 - Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/235 - Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 11 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba - SEDRI
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Desenvolvimento Regional de Itajuba
 Funcional: 0015.0451.0212
 Projeto/Atividade: 1.023 - Fixação da Barrinha de Itajuba
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/361 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS
 Unidade Orçamentária: 1 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0017.0512.0214
 Projeto/Atividade: 1.026 - Implantação do Plano de Saneamento Municipal
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/364 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - SEMUS
 Unidade Orçamentária: 1 - Departamento Técnico Administrativo
 Funcional: 0017.0512.0212

Projeto/Atividade: 2.045 - Manutenção das Atividades do Saneamento
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/243 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura
 Funcional: 0020.0606.0013
 Projeto/Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades de Agricultura
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/249 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Pecuária
 Funcional: 0023.0602.0013
 Projeto/Atividade: 2.048 - Manutenção das Atividades de Pecuária
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/252 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP
 Unidade Orçamentária: 04 - Departamento de Pesca
 Funcional: 0023.0602.0013
 Projeto/Atividade: 2.049 - Manutenção das Atividades de Pesca
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/255 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Órgão: 15 - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA
 Funcional: 0018.0541.0015
 Projeto/Atividade: 2.052 - Manutenção das Atividades do FUNDEMA
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/16 - Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/17 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC
 Unidade Orçamentária: 04 - Departamento de Cultura - FUMTEC
 Funcional: 0013.0392.0017
 Projeto/Atividade: 2.056 - Manutenção das Atividades de Cultura
 Fonte de Recursos: 0.1.000.0 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00/35 - Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/36 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Funcional: 0008.0241.0020
 Projeto/Atividade: 2.060 - Proteção Social Básica/PBT/Idoso

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/122 - Transferências a Instituições Provasdas sem fins Lucrativos
 R\$ 25.000,00
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/53 - Aplicações Diretas
 R\$ 8.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/54 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Funcional: 0008.0242.0020

Projeto/Atividade: 2.061 - Proteção Social Especial/PTMC/Deficiente
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/123 - Transferências a Instituições Provasdas sem fins Lucrativos
 R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Órgão: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
 Funcional: 0008.0243.0020

Projeto/Atividade: 2.063 - Proteção Social Especial/PFMC - Criança
 Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/59 - Aplicações Diretas
 R\$ 8.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0205
 Projeto/Atividade: 1.030 - Aquisição de terreno para Unidade de Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/329 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0304.0206
 Projeto/Atividade: 1.031 - Construção da sede de Vigilância em Saúde
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/327 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0208
 Projeto/Atividade: 1.033 - Aquisição de Odontomóvel
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/338 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0206
 Projeto/Atividade: 1.034 - Aquisição de Oftalmo Móvel
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência

de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/332 - Aplicações Diretas
 R\$ 3.710,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0209
 Projeto/Atividade: 1.036 - Aquisição de Veículos
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/340 - Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.071 - Média e Alta Complexidade - MAC
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/78 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/79 - Aplicações Diretas
 R\$ 500,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.074 - Básico da Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/87 - Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.076 - Piso da Atenção Básica Variável - Saúde Bucal
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/94 - Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0301.0021
 Projeto/Atividade: 2.080 - Aquisição de Veículo Ambulância
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/104 - Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
 Funcional: 0010.0304.0021
 Projeto/Atividade: 2.081 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária
 Fonte de Recursos: 0.3.6654 - Vigilância em Saúde - União - Superávit Financeiro
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/452 - Aplicações Diretas
 R\$ 58.000,00
 Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/107 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0305.0021
Projeto/Atividade: 2.082 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/109 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha
Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional: 0010.0301.0021
Projeto/Atividade: 2.092 - Bloco de Investimentos na Rede de Investimentos de Saúde
Fonte de Recursos: 0.1.0200 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/310 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art.4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 17 de novembro de 2014.
Claudemir Matias Francisco
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 015/2014.

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO Nº 015/2014.
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 006/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial.
FORNECEDOR: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP.
CNPJ: 09.159.503/0001-89
DATA DE ASSINATURA: 17 de novembro de 2014.
VIGÊNCIA: Até 16 de dezembro de 2014.
VALOR: 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais).

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de dois microfones sem fio profissional com receptor, com as seguintes descrições técnicas: Alcance de até 100 metros em ambiente ideal; Resposta de frequência - 45 HZ - 15 KHZ; Distorção Harmônica de 0,5% típica; Faixa Dinâmica: > 100DB, Ponderação A; Alimentação do Microfone com Pilhas; Receptor; MIC OUT XLR, Line Out P10, e, Um Projetor de Imagens, com resolução de alta definição (HD); Brilho em Cores 3500 Lumes; Relação de Aspectos 4:3; Resolução Nativa 1024x768 (XGA); Relação de Contraste de até 10.000:1; Reprodução de Cores 16,77 milhões de cores; Lâmpada tipo 200w UHE com vida útil de até 6000 horas (modo econômica) e até 5000 horas (modo normal); Lente de projeção - ZOOM Óptico/Foco Manual; Modo Lan Wireless), de acordo como a ordem de Compra n. 195/2014.

Rui José Machado Junior
Assessor Jurídico - OAB nº 33095

Nivaldo José Ramos
Presidente da Câmara de Vereadores

Biguaçu

PREFEITURA

REVOGAÇÃO PE 157/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PE157/2014

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, devido a impossibilidade de retificação das datas no Sistema de Pregão Eletrônico, do Processo Licitatório PE 157/2014 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA".

BIGUAÇU, 14 DE NOVEMBRO DE 2014
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

TP 244/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 244/2014 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra para implantação de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas hexagonais das seguintes Ruas: Rua João Alfredo Fermiano - Bairro Fundos, Rua Francisco Manoel Machado - Bairro Fundos, Rua Berto da Cunha - Bairro Rio Caveiras, Rua Alcionei Alcides - Bairro Praia João Rosa, Rua Gerônimo Muller - Bairro Prado de Baixo e Rua Ana Paula Ratiere - Bairro Prado, conforme projetos, orçamento e memorial descritivo em anexo.
DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 09/12/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 09/12/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 19 de novembro 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2622/2014

PORTARIA Nº 2622/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA VILMA PACHECO, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10170/2014 em anexo no dia 12/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2621/2014

PORTARIA Nº 2621/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de GERENTE DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10198/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 27/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2620/2014

PORTARIA Nº 2620/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10249/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 12/12/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2619/2014

PORTARIA Nº 2619/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10199/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 13/12/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2618/2014

PORTARIA Nº 2618/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10298/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 18/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2617/2014

PORTARIA Nº 2617/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANILA MARIA CREGI, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10314/2014 em anexo no período de 14/11/2014 a 18/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2616/2014

PORTARIA Nº 2616/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS BORGES, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10180/2014 em anexo no período de 12/11/2014 a 18/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2615/2014

PORTARIA Nº 2615/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FRANK JOAO DEMETRIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10208/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 12/12/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2614/2014

PORTARIA Nº 2614/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANA LESSA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10097/2014 em anexo no período de 09/11/2014 a 12/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2613/2014

PORTARIA Nº 2613/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10201/2014 em anexo no período de 13/11/2014 a 07/12/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2612/2014

PORTARIA Nº 2612/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10285/2014 em anexo no dia 14/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2623/2014

PORTARIA nº 2623 de 19 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Jayson Rodrigo Pereira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jayson Rodrigo Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 08/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/11/2014.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2624/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2624 de 19 de novembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA, detentor(a) da matrícula 405 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA, detentor(a) da matrícula 405 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00053/13-8, da qual se extraiu o período de 16 (dezesseis) anos, 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3518/2014

LEI Nº 3518/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI Nº 3392, DE 30 DE AGOSTO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 3392, de 30 de agosto de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominada de Servidão Osmar Pedro dos Santos, a via pública com 110 (cento e dez) metros de extensão que inicia ao lado da Rua Cecília M. J. Azevedo, marginal da BR 101, sentido São José - Biguaçu na esquina ao lado do estabelecimento comercial de Nº 1556, no Bairro Morro da Bina. A referida via termina na entrada do portão dos galpões do Sr. Dirceu Ghizoni, com coordenadas 27º31'00.45" Sul e com coordenadas 48º38'11.69" Oeste".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3518/2014, de 19/11/2014
Promulgada em 19/11/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

DECRETO 207/2014

DECRETO Nº 207/2014 DE: 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3517/2014,

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 546.326,97 (Quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES

1101. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1101.08.241.0006.1021	Construção do Centro Integrado de Assistência Social	35.000,00
4.4.00.00	Investimentos	35.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	35.000,00
1102.08.243.0006.1022	Construção do Abrigo Institucional	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	130.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	110.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	110.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	130.000,00
1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Sec. de Assistência Social e Habitação	40.900,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.500,00
4.4.00.00	Investimentos	20.400,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.400,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	40.900,00
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	46.500,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	46.500,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	46.500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	46.500,00
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
1101.08.244.0006.2064	Benefícios de Prestação Continuada	17.926,97
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	17.926,97
3.3.90.00	Aplicações Diretas	17.926,97
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	17.926,97
1101.08.244.0006.2066	Controle Social da Política de Assistência Social	84.000,00

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	26.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	21.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	55.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	55.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	84.000,00
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	90.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	90.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	90.000,00
	SOMA	494.326,97

1301. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301.15.452.0009.1048	Construção do Portal Turístico	15.000,00
4.4.00.00	Investimentos	15.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
1301.23.691.0007.2074	Apoio a Realização de Eventos Econômicos	22.000,00
3.3.00.00	Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	22.000,00
3.3.50.00	Transferência à Instituições s/ Fins Lucrativos	22.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	22.000,00
1301.27.122.0005.2049	Man. Da Sec. De Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	15.000,00
	SOMA	52.000,00
	TOTAL	546.326,97

SUPLEMENTAÇÃO

1101. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	116.800,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.400,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	7.400,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	109.400,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	109.400,00

0.1.00.000000	Recursos Ordinários	116.800,00
1101.08.243.0006.2055	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	192.200,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	89.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	89.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	103.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	103.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	192.200,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	123.400,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.200,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	103.200,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	103.200,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	123.400,00
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	50.926,97
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.926,97
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.926,97
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.926,97
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	11.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	9.000,00
3.1.91.00	Aplicações Intra	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	11.000,00
	SOMA	494.326,97

1301. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.23.695.0007.2075	Realização de Eventos Promocionais	52.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	52.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	52.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	52.000,00
	SOMA	52.000,00
	TOTAL	546.326,97

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2004/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APL2907	55225731E	23/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
BNO0746	55055335E	11/09/2014	69120	232	53.20
BNO0746	55055336E	11/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
CNK3449	55055345E	12/09/2014	66531	230 * XI	127.69
CTB1964	55048160E	07/06/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CTB1964	55048159E	07/06/2014	50100	162 * I	574.61
CTB1964	55048158E	07/06/2014	51691	165	1915.38
INA6729	55049877E	09/07/2014	69120	232	53.20
JVA0660	55049174E	26/06/2014	69200	233	127.69
LWX3502	55048460E	17/06/2014	65992	230 * V	191.53
LWX3502	55048461E	17/06/2014	66102	230 * VII	127.69
LXA5101	55055339E	12/09/2014	65992	230 * V	191.53
LYQ9868	55223947E	27/08/2014	66372	230 * IX	127.69
LYQ9868	55223946E	27/08/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LYT2468	55188502E	07/07/2014	65561	230 * I	191.53
LZE2867	55932112D	30/07/2014	69120	232	53.20
LZP9951	55050967E	25/07/2014	51691	165	1915.38
LZU1144	55932570D	20/09/2014	65992	230 * V	191.53
MAI4195	55047090E	29/05/2014	65992	230 * V	191.53
MAW0962	55188532E	01/09/2014	65992	230 * V	191.53
MAW0962	55188535E	01/09/2014	53200	176 * V	957.69
MBB6501	55188993E	10/07/2014	66372	230 * IX	127.69
MBI5273	55049606E	04/07/2014	65992	230 * V	191.53
MBI6127	55049787E	20/08/2014	65992	230 * V	191.53
MBI6127	55049788E	20/08/2014	50450	162 * V	191.53
MBJ6438	55224932E	23/09/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MCI2101	55037073E	20/07/2014	51691	165	1915.38
MCM4614	55225701E	18/09/2014	66372	230 * IX	127.69
MCR5986	55187574E	29/08/2014	50291	162 * II	957.69
MDC4106	55225192E	23/09/2014	65992	230 * V	191.53
MER1084	55054177E	09/09/2014	64080	221	85.12
MES7914	55188984E	10/07/2014	69120	232	53.20
MFC5302	55224079E	28/08/2014	65992	230 * V	191.53
MFO0764	55191299E	22/08/2014	66372	230 * IX	127.69
MFP5408	55190947E	28/08/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFS2106	55050675E	25/08/2014	50100	162 * I	574.61
MFS2106	55050676E	25/08/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MGE5117	55224515E	27/08/2014	67000	230 * XVI	127.69

MGE5117	55224514E	27/08/2014	69120	232		53.20
MGH5000	55224005E	20/08/2014	66372	230 * IX		127.69
MGH5000	55224009E	20/08/2014	66371	230 * IX		127.69
MHK0875	55054965E	05/09/2014	65992	230 * V		191.53
MHT8643	55187055E	18/07/2014	50450	162 * V		191.53
MHT8643	55187056E	18/07/2014	69120	232		53.20
MHU9009	55190865E	30/08/2014	51691	165		1915.38
MIA3353	55189916E	22/08/2014	50100	162 * I		574.61
MIA3353	55189915E	22/08/2014	65992	230 * V		191.53
MIC7101	55055024E	11/09/2014	66020	230 * VI		191.53
MIC7101	55055022E	11/09/2014	69120	232		53.20
MIC7101	55055021E	11/09/2014	73400	252 * IV		85.12
MIF7322	55052317E	21/08/2014	65992	230 * V		191.53
MIN9455	55052354E	20/08/2014	69120	232		53.20
MIO0588	55223585E	21/08/2014	69120	232		53.20
MIS7232	55055305E	09/09/2014	67261	230 * XVIII		127.69
MJL0785	55188494E	02/08/2014	65992	230 * V		191.53
MKI4695	55191372E	14/08/2014	69120	232		53.20
MKP7744	55044424E	09/07/2014	65992	230 * V		191.53
MMH1923	55048153E	14/06/2014	51180	164 c/c 162 * I		574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.801 5/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.801 5/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAS3562	8801001468	03/11/2014	74550	218 * I
ADR8589	8801001001	22/10/2014	74550	218 * I

AHH3003	8801001176	27/10/2014	74550	218	*	I
APP3178	8801001114	25/10/2014	74550	218	*	I
ARD9253	8801000992	22/10/2014	74550	218	*	I
AWO1656	8801001434	31/10/2014	74550	218	*	I
BOA2680	8801000993	22/10/2014	74550	218	*	I
BTQ9345	8801001122	25/10/2014	74550	218	*	I
CCC6294	8801001362	31/10/2014	74550	218	*	I
CRU6667	8801001381	01/11/2014	74550	218	*	I
EIG9242	8801000918	26/10/2014	74630	218	*	II
IJC5192	8801000865	22/10/2014	74550	218	*	I
ILR3487	8801000914	26/10/2014	74550	218	*	I
ISU1910	8801001013	23/10/2014	74630	218	*	II
KFM1649	8801001270	29/10/2014	74550	218	*	I
KKT9504	8801001452	02/11/2014	74550	218	*	I
LCZ5894	8801001369	01/11/2014	74550	218	*	I
LXN9073	8801001040	24/10/2014	74550	218	*	I
LXS3023	8801001119	25/10/2014	74550	218	*	I
LXV0293	8801000949	25/10/2014	74550	218	*	I
LXZ8060	8801001006	23/10/2014	74630	218	*	II
LYD0167	8801001354	31/10/2014	74550	218	*	I
LYL1263	8801000123	26/09/2014	74550	218	*	I
LYS7072	8801001426	02/11/2014	74550	218	*	I
LYW8418	8801001334	31/10/2014	74550	218	*	I
LYX7299	8801001232	28/10/2014	74550	218	*	I
LZC0500	8801001370	01/11/2014	74550	218	*	I
LZU8651	8801001337	31/10/2014	74550	218	*	I
LZW1749	8801000910	25/10/2014	74630	218	*	II
MBC0628	8801000924	26/10/2014	74550	218	*	I
MCC1646	8801001454	02/11/2014	74550	218	*	I
MCJ9073	8801001302	30/10/2014	74550	218	*	I
MCM2491	8801000266	03/10/2014	74550	218	*	I
MCN1528	8801000957	20/10/2014	74550	218	*	I
MDF1721	8801001045	25/10/2014	74630	218	*	II
MDL5136	8801001208	28/10/2014	74710	218	*	III
MDM9590	8801000456	10/10/2014	74710	218	*	III
MDM9590	8801000554	10/10/2014	74710	218	*	III
MDQ3728	8801001410	02/11/2014	74550	218	*	I
MDU8480	8801001030	24/10/2014	74550	218	*	I
MEB9264	8801001445	01/11/2014	74550	218	*	I
MEU1496	8801001110	24/10/2014	74550	218	*	I
MEX3427	8801000892	24/10/2014	74550	218	*	I
MFE3883	8801001062	20/10/2014	74630	218	*	II
MFM6145	8801000921	26/10/2014	74550	218	*	I
MFT4535	8801001037	24/10/2014	74550	218	*	I
MGM4077	8801000513	07/10/2014	74550	218	*	I
MGN1430	8801001036	24/10/2014	74630	218	*	II
MGO0562	8801001081	22/10/2014	74550	218	*	I
MHC3267	8801001470	03/11/2014	74550	218	*	I
MHL6019	8801000856	21/10/2014	74550	218	*	I
MIF1697	8801001336	31/10/2014	74550	218	*	I
MIG0542	8801001457	02/11/2014	74550	218	*	I
MIH1920	8801001018	23/10/2014	74550	218	*	I
MJB5878	8801000959	20/10/2014	74630	218	*	II
MKC7287	8801001467	03/11/2014	74550	218	*	I
MKE1278	8801001441	31/10/2014	74550	218	*	I
MKG1868	8801001516	04/11/2014	74550	218	*	I
MKL3054	8801001039	24/10/2014	74550	218	*	I
MKL4007	8801000939	24/10/2014	74550	218	*	I
MKM6655	8801000290	03/10/2014	74550	218	*	I
MKO4138	8801001398	02/11/2014	74550	218	*	I
MKQ7481	8801000898	25/10/2014	74550	218	*	I
MKX9599	8801000206	30/09/2014	74550	218	*	I
MLC7892	8801000246	05/10/2014	74630	218	*	II

MLE7144	8801001324	30/10/2014	74550	218	*	I
MLF4156	8801000938	23/10/2014	74550	218	*	I
MLJ9028	8801001340	31/10/2014	74550	218	*	I
MLQ9106	8801000390	09/10/2014	74550	218	*	I
MMF2935	8801001449	01/11/2014	74550	218	*	I
MMK5438	8801001355	31/10/2014	74550	218	*	I
MML3388	8801001407	02/11/2014	74630	218	*	II
NEY1387	8801001352	31/10/2014	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.800 4/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.800 4/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAR0166	8800006760	05/11/2014	74550	218 * I
AAW0851	8800005957	29/10/2014	74550	218 * I
AJY3202	8800004988	24/10/2014	74550	218 * I
AKC5287	8800004529	23/10/2014	74630	218 * II
AKO6737	8800004756	24/10/2014	74550	218 * I
ALK8705	8800005145	24/10/2014	74550	218 * I
ALN1882	8800005425	27/10/2014	74550	218 * I
ALN1935	8800005237	24/10/2014	74550	218 * I
AME3011	8800006063	30/10/2014	74630	218 * II
AMW1065	8800005782	28/10/2014	74550	218 * I
ANQ3115	8800006385	03/11/2014	74550	218 * I
ANU7928	8800005770	28/10/2014	74550	218 * I
AOH7802	8800005430	27/10/2014	74550	218 * I
AOV6521	8800004770	24/10/2014	74550	218 * I

AQS2545	88000004501	23/10/2014	74550	218	*	I
AWX5071	88000004151	22/10/2014	74550	218	*	I
AXQ7020	88000004349	22/10/2014	74550	218	*	I
AXR1280	88000004187	22/10/2014	74550	218	*	I
AYC2506	88000004071	22/10/2014	74710	218	*	III
BCO7472	88000005938	29/10/2014	74550	218	*	I
CCX6101	88000004445	23/10/2014	74630	218	*	II
CLW4582	88000005193	24/10/2014	74630	218	*	II
COI9314	88000005346	27/10/2014	74550	218	*	I
CPY1846	88000005399	27/10/2014	74550	218	*	I
CQC6842	88000005281	24/10/2014	74550	218	*	I
CQO4743	88000005073	24/10/2014	74550	218	*	I
DCZ2655	88000005036	24/10/2014	74550	218	*	I
DHG2631	88000004661	24/10/2014	74630	218	*	II
DMA5597	88000004075	22/10/2014	74550	218	*	I
DNA9068	88000006296	30/10/2014	74550	218	*	I
DQD8495	88000004837	24/10/2014	74550	218	*	I
DSM5696	88000006757	05/11/2014	74550	218	*	I
DTB3175	88000004702	24/10/2014	74550	218	*	I
DTB3175	88000006073	30/10/2014	74550	218	*	I
EDH1478	88000006658	05/11/2014	74550	218	*	I
EPH8351	88000005978	29/10/2014	74630	218	*	II
ERY5566	88000005971	29/10/2014	74550	218	*	I
HAX4241	88000004786	24/10/2014	74550	218	*	I
HDQ4585	88000000703	06/10/2014	74550	218	*	I
HEE2189	88000006649	05/11/2014	74630	218	*	II
HER3933	88000004423	23/10/2014	74630	218	*	II
HGU1581	88000005884	29/10/2014	74550	218	*	I
HNU7050	88000005163	24/10/2014	74550	218	*	I
HOG7265	88000006037	30/10/2014	74550	218	*	I
HPP7468	88000005411	27/10/2014	74550	218	*	I
HRE5432	88000005304	24/10/2014	74630	218	*	II
HUN6980	88000005267	24/10/2014	74630	218	*	II
HWV7290	88000004924	24/10/2014	74630	218	*	II
IEU4107	88000005313	24/10/2014	74550	218	*	I
IHS1900	88000005236	24/10/2014	74630	218	*	II
ILT8861	88000003045	17/10/2014	74710	218	*	III
INB5375	88000005028	24/10/2014	74710	218	*	III
JQT9804	88000005713	28/10/2014	74550	218	*	I
KPZ0435	88000006774	05/11/2014	74550	218	*	I
KZK0969	88000006101	30/10/2014	74550	218	*	I
LWT1630	88000005042	24/10/2014	74550	218	*	I
LXC4690	88000004406	23/10/2014	74550	218	*	I
LXE8713	88000005654	28/10/2014	74630	218	*	II
LXF0328	88000005171	24/10/2014	74550	218	*	I
LXN9073	88000005232	24/10/2014	74550	218	*	I
LYI0404	88000006743	05/11/2014	74550	218	*	I
LYQ8717	88000004656	24/10/2014	74550	218	*	I
LYQ8782	88000006343	30/10/2014	74550	218	*	I
LYZ1382	88000004938	24/10/2014	74550	218	*	I
LZD2578	88000006607	05/11/2014	74550	218	*	I
LZG0055	88000005433	27/10/2014	74630	218	*	II
LZK2222	88000005352	27/10/2014	74550	218	*	I
LZN9765	88000006182	30/10/2014	74550	218	*	I
LZO5420	88000006600	05/11/2014	74550	218	*	I
LZR8152	88000006348	03/11/2014	74550	218	*	I
LZU8892	88000004731	24/10/2014	74550	218	*	I
MAH4320	88000004173	22/10/2014	74630	218	*	II
MAK0213	88000006631	05/11/2014	74550	218	*	I
MAL0784	88000005325	24/10/2014	74550	218	*	I
MAM2061	88000005224	24/10/2014	74710	218	*	III
MAM2805	88000005852	29/10/2014	74550	218	*	I
MAM6974	88000004208	22/10/2014	74550	218	*	I

MAO5041	88000006107	30/10/2014	74550	218	*	I
MAR6651	88000004238	22/10/2014	74550	218	*	I
MAR8711	88000005975	29/10/2014	74550	218	*	I
MAV0651	88000004721	24/10/2014	74550	218	*	I
MBG2081	88000004426	23/10/2014	74630	218	*	II
MBH4798	88000005060	24/10/2014	74550	218	*	I
MBK6465	88000006623	05/11/2014	74550	218	*	I
MBN4966	88000004726	24/10/2014	74550	218	*	I
MBT0275	88000004847	24/10/2014	74550	218	*	I
MBY0320	88000005454	27/10/2014	74550	218	*	I
MBZ2578	88000006761	05/11/2014	74710	218	*	III
MCB4671	88000001039	29/09/2014	74550	218	*	I
MCB8345	88000004386	23/10/2014	74550	218	*	I
MCD3078	88000004419	23/10/2014	74550	218	*	I
MCH4905	88000005062	24/10/2014	74550	218	*	I
MCM1362	88000005157	24/10/2014	74550	218	*	I
MCM4449	88000006259	30/10/2014	74550	218	*	I
MCO4671	88000005100	24/10/2014	74550	218	*	I
MCO5229	88000005883	29/10/2014	74550	218	*	I
MCO6583	88000004940	24/10/2014	74550	218	*	I
MCP4961	88000006663	05/11/2014	74550	218	*	I
MCQ4248	88000004738	24/10/2014	74550	218	*	I
MCQ6712	88000006349	03/11/2014	74550	218	*	I
MCR1362	88000006196	30/10/2014	74550	218	*	I
MCT4653	88000005130	24/10/2014	74630	218	*	II
MCU0423	88000000789	07/10/2014	74550	218	*	I
MCW0842	88000004580	23/10/2014	74550	218	*	I
MDA1408	88000006679	05/11/2014	74550	218	*	I
MDB4158	88000006119	30/10/2014	74550	218	*	I
MDD7178	88000005340	24/10/2014	74550	218	*	I
MDF2595	88000005344	27/10/2014	74630	218	*	II
MDF6693	88000005128	24/10/2014	74550	218	*	I
MDI0160	88000006135	30/10/2014	74550	218	*	I
MDM3853	88000004228	22/10/2014	74550	218	*	I
MDN6467	88000005272	24/10/2014	74630	218	*	II
MDP3428	88000005905	29/10/2014	74550	218	*	I
MDW1091	88000005941	29/10/2014	74550	218	*	I
MDW6005	88000006012	29/10/2014	74550	218	*	I
MDZ5476	88000006209	30/10/2014	74630	218	*	II
MEA3633	88000006141	30/10/2014	74550	218	*	I
MED2129	88000004436	23/10/2014	74550	218	*	I
MEE9287	88000006254	30/10/2014	74550	218	*	I
MEH2797	88000006251	30/10/2014	74550	218	*	I
MEL1687	88000005985	29/10/2014	74550	218	*	I
MEN5305	88000005085	24/10/2014	74550	218	*	I
MEO3536	88000006610	05/11/2014	74550	218	*	I
MEP1175	88000005045	24/10/2014	74550	218	*	I
MEP9456	88000006311	30/10/2014	74550	218	*	I
MEQ9714	88000005694	28/10/2014	74550	218	*	I
MER0545	88000004493	23/10/2014	74550	218	*	I
MER3500	88000006738	05/11/2014	74550	218	*	I
MER6408	88000005071	24/10/2014	74550	218	*	I
MER6534	88000004849	24/10/2014	74550	218	*	I
MES1706	88000004624	24/10/2014	74550	218	*	I
MES8476	88000006430	04/11/2014	74550	218	*	I
MFB0174	88000006249	30/10/2014	74550	218	*	I
MFB0437	88000005893	29/10/2014	74630	218	*	II
MFB2448	88000004106	22/10/2014	74630	218	*	II
MFC7261	88000006678	05/11/2014	74550	218	*	I
MFE2243	88000006744	05/11/2014	74550	218	*	I
MFE2243	88000006734	05/11/2014	74550	218	*	I
MFE9589	88000006423	04/11/2014	74550	218	*	I
MFF5194	88000005925	29/10/2014	74550	218	*	I

MFG0421	88000006124	30/10/2014	74630	218	*	II
MFH0234	88000005373	27/10/2014	74550	218	*	I
MFH7884	88000005089	24/10/2014	74550	218	*	I
MFI0532	88000005934	29/10/2014	74550	218	*	I
MFJ3988	88000006417	04/11/2014	74710	218	*	III
MFJ5880	88000005280	24/10/2014	74630	218	*	II
MFL6626	88000004933	24/10/2014	74550	218	*	I
MFN6503	88000005838	29/10/2014	74550	218	*	I
MFO0937	88000004480	23/10/2014	74550	218	*	I
MFP9776	88000005126	24/10/2014	74550	218	*	I
MFQ5392	88000006627	05/11/2014	74550	218	*	I
MFS2146	88000006619	05/11/2014	74550	218	*	I
MFT0210	88000005115	24/10/2014	74630	218	*	II
MFT1957	88000006305	30/10/2014	74550	218	*	I
MFT4535	88000005213	24/10/2014	74630	218	*	II
MFT4535	88000004631	24/10/2014	74550	218	*	I
MFU8124	88000000761	07/10/2014	74550	218	*	I
MFV4390	88000005294	24/10/2014	74550	218	*	I
MFV4523	88000006003	29/10/2014	74550	218	*	I
MGA1808	88000004442	23/10/2014	74550	218	*	I
MGF7896	88000006771	05/11/2014	74630	218	*	II
MGK3283	88000004782	24/10/2014	74550	218	*	I
MGK4819	88000006341	30/10/2014	74550	218	*	I
MGL4729	88000006123	30/10/2014	74550	218	*	I
MGL6716	88000004707	24/10/2014	74550	218	*	I
MGL7459	88000006682	05/11/2014	74630	218	*	II
MGN3935	88000004983	24/10/2014	74550	218	*	I
MGP3401	88000006153	30/10/2014	74550	218	*	I
MGQ3693	88000006650	05/11/2014	74630	218	*	II
MGQ3821	88000006680	05/11/2014	74630	218	*	II
MGR5464	88000004715	24/10/2014	74550	218	*	I
MGR7795	88000005687	28/10/2014	74550	218	*	I
MGS4507	88000006614	05/11/2014	74550	218	*	I
MGT6356	88000004890	24/10/2014	74550	218	*	I
MGU5456	88000005349	27/10/2014	74630	218	*	II
MGU7634	88000006451	04/11/2014	74630	218	*	II
MGU8792	88000006446	04/11/2014	74550	218	*	I
MGV1163	88000006144	30/10/2014	74550	218	*	I
MGW2332	88000006204	30/10/2014	74550	218	*	I
MGY2814	88000006177	30/10/2014	74550	218	*	I
MGZ1376	88000006260	30/10/2014	74550	218	*	I
MGZ2985	88000005439	27/10/2014	74550	218	*	I
MHB3707	88000005690	28/10/2014	74550	218	*	I
MHC6820	88000006726	05/11/2014	74550	218	*	I
MHF6544	88000006205	30/10/2014	74550	218	*	I
MHF8090	88000006180	30/10/2014	74550	218	*	I
MHL8962	88000004762	24/10/2014	74550	218	*	I
MHN9170	88000004551	23/10/2014	74550	218	*	I
MHN9170	88000004427	23/10/2014	74550	218	*	I
MHO4306	88000005199	24/10/2014	74550	218	*	I
MHS3485	88000006088	30/10/2014	74550	218	*	I
MHX2265	88000004658	24/10/2014	74550	218	*	I
MHY3845	88000006432	04/11/2014	74630	218	*	II
MHZ0816	88000006454	04/11/2014	74550	218	*	I
MHZ6959	88000006727	05/11/2014	74550	218	*	I
MIA8288	88000005077	24/10/2014	74550	218	*	I
MIB2223	88000006409	04/11/2014	74630	218	*	II
MIB7027	88000005141	24/10/2014	74550	218	*	I
MIC4249	88000006712	05/11/2014	74550	218	*	I
MIC9959	88000005902	29/10/2014	74550	218	*	I
MIG9827	88000005719	28/10/2014	74550	218	*	I
MIH6722	88000004687	24/10/2014	74550	218	*	I
MIM2789	88000006711	05/11/2014	74550	218	*	I

MIM7193	8800000394	02/10/2014	74630	218	*	II
MIN5516	8800005424	27/10/2014	74550	218	*	I
MIN9748	8800003411	20/10/2014	74550	218	*	I
MIO4057	8800005061	24/10/2014	74550	218	*	I
MIR4031	8800005911	29/10/2014	74550	218	*	I
MIR5408	8800005204	24/10/2014	74630	218	*	II
MIS3691	8800004764	24/10/2014	74550	218	*	I
MIS9856	8800004789	24/10/2014	74550	218	*	I
MIT7500	8800006279	30/10/2014	74630	218	*	II
MIU6301	8800006720	05/11/2014	74550	218	*	I
MIU7236	8800004824	24/10/2014	74550	218	*	I
MIV2233	8800006327	30/10/2014	74550	218	*	I
MIV3210	8800005394	27/10/2014	74550	218	*	I
MIV4417	8800004970	24/10/2014	74550	218	*	I
MIV5923	8800005152	24/10/2014	74550	218	*	I
MIZ3942	8800005442	27/10/2014	74550	218	*	I
MJA3690	8800006376	03/11/2014	74550	218	*	I
MJD4885	8800006071	30/10/2014	74550	218	*	I
MJD7615	8800005318	24/10/2014	74550	218	*	I
MJE1016	8800005119	24/10/2014	74550	218	*	I
MJE1607	8800005659	28/10/2014	74630	218	*	II
MJG2910	8800004869	24/10/2014	74550	218	*	I
MJG9842	8800004680	24/10/2014	74630	218	*	II
MJJ2020	8800005138	24/10/2014	74550	218	*	I
MJN2153	8800004689	24/10/2014	74550	218	*	I
MJN9928	8800006476	04/11/2014	74550	218	*	I
MJO8486	8800005859	29/10/2014	74550	218	*	I
MJQ0721	8800005226	24/10/2014	74550	218	*	I
MJQ7350	8800006752	05/11/2014	74550	218	*	I
MJQ7691	8800006395	03/11/2014	74550	218	*	I
MJR0979	8800006354	03/11/2014	74550	218	*	I
MJR4154	8800006212	30/10/2014	74550	218	*	I
MJS7972	8800004910	24/10/2014	74550	218	*	I
MJU5428	8800004335	22/10/2014	74630	218	*	II
MJU8021	8800004449	23/10/2014	74550	218	*	I
MJZ3579	8800005882	29/10/2014	74550	218	*	I
MJZ5864	8800005698	28/10/2014	74550	218	*	I
MJZ9732	8800005080	24/10/2014	74550	218	*	I
MKC7227	8800005662	28/10/2014	74550	218	*	I
MKG8326	8800005950	29/10/2014	74550	218	*	I
MKG9155	8800006383	03/11/2014	74630	218	*	II
MKG9769	8800006016	29/10/2014	74550	218	*	I
MKH3867	8800006583	05/11/2014	74550	218	*	I
MKL2858	8800006064	30/10/2014	74550	218	*	I
MKN8691	8800005109	24/10/2014	74550	218	*	I
MKP1159	8800006250	30/10/2014	74550	218	*	I
MKQ1720	8800006670	05/11/2014	74630	218	*	II
MKQ2060	8800005014	24/10/2014	74550	218	*	I
MKQ7055	8800006243	30/10/2014	74550	218	*	I
MKR8009	8800006149	30/10/2014	74630	218	*	II
MKT9544	8800004338	22/10/2014	74550	218	*	I
MKU6543	8800006065	30/10/2014	74550	218	*	I
MKY4398	8800006656	05/11/2014	74550	218	*	I
MLA0991	8800005827	23/10/2014	74550	218	*	I
MLC5415	8800005416	27/10/2014	74630	218	*	II
MLD4766	8800005111	24/10/2014	74550	218	*	I
MLH4302	8800004815	24/10/2014	74550	218	*	I
MLH7483	8800004625	24/10/2014	74550	218	*	I
MLK2015	8800004479	23/10/2014	74550	218	*	I
MLL2278	8800004994	24/10/2014	74550	218	*	I
MLO0417	8800006066	30/10/2014	74550	218	*	I
MLO4041	8800006025	29/10/2014	74630	218	*	II
MLP6451	8800006001	29/10/2014	74550	218	*	I

MLU1534	88000005323	24/10/2014	74630	218	*	II
MLW3212	88000005916	29/10/2014	74630	218	*	II
MLW3212	88000005907	29/10/2014	74550	218	*	I
MLX1540	88000005751	28/10/2014	74550	218	*	I
MLX6439	88000006040	30/10/2014	74550	218	*	I
MLY8889	88000004607	24/10/2014	74710	218	*	III
MLZ2552	88000004637	24/10/2014	74630	218	*	II
MMA7737	88000006709	05/11/2014	74550	218	*	I
MMB1624	88000006735	05/11/2014	74550	218	*	I
MMC6715	88000005330	24/10/2014	74710	218	*	III
MMI2041	88000006497	04/11/2014	74550	218	*	I
MMJ9160	88000006705	05/11/2014	74550	218	*	I
MUS7908	88000005766	28/10/2014	74550	218	*	I
MVA8967	88000006013	29/10/2014	74630	218	*	II
MYB0055	88000005799	22/10/2014	74550	218	*	I
NQA0413	88000005146	24/10/2014	74550	218	*	I
NYH9317	88000005843	29/10/2014	74550	218	*	I
ODF2461	88000005338	24/10/2014	74550	218	*	I
OKE4045	88000004735	24/10/2014	74550	218	*	I
OKE5353	88000005127	24/10/2014	74550	218	*	I
OKE7158	88000006356	03/11/2014	74550	218	*	I
OKF8436	88000005647	28/10/2014	74550	218	*	I
OKH1008	88000006106	30/10/2014	74550	218	*	I
OKH6814	88000005160	24/10/2014	74550	218	*	I
OLZ7551	88000005680	28/10/2014	74550	218	*	I
QHE6977	88000004170	22/10/2014	74550	218	*	I
QII0077	88000006597	05/11/2014	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2003/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACJ2000	54671397E	24/10/2014	55680	181 * XIX
ACX9744	55226540E	03/11/2014	51930	168
ACX9744	55929916D	25/10/2014	58350	195
AJK1519	55189940E	10/10/2014	70561	244 * III
AJM7887	55658793E	06/10/2014	55412	181 * XVII
AJO2415	55659118E	25/09/2014	55412	181 * XVII
AKO0945	55226369E	31/10/2014	51851	167
AKY6346	55660413E	14/10/2014	55412	181 * XVII
ALG8182	55658769E	17/09/2014	55412	181 * XVII
AML8735	55660724E	18/10/2014	55412	181 * XVII
AMM0909	55227031E	29/10/2014	54521	181 * VIII
ANT2644	55660605E	16/10/2014	55412	181 * XVII
AQK7461	55660079E	09/10/2014	55412	181 * XVII
AQP8588	55055246E	26/10/2014	73662	252 * VI
ARD9253	55660473E	15/10/2014	55412	181 * XVII
ARN5044	55658842E	22/09/2014	55412	181 * XVII
ASA0595	54671403E	23/10/2014	51852	167
ATD8381	55659149E	25/09/2014	55412	181 * XVII
ATX2302	55660450E	14/10/2014	55412	181 * XVII
ATY0240	55660638E	16/10/2014	55412	181 * XVII
AVX2716	55660869E	20/10/2014	55412	181 * XVII
AVX5021	55660885E	20/10/2014	55412	181 * XVII
AXN0708	55658688E	02/10/2014	55412	181 * XVII
AYP2168	55660641E	16/10/2014	55412	181 * XVII
AYS0777	55047832E	29/10/2014	51851	167
BBJ1164	55227328E	25/10/2014	57380	186 * II
BJC2779	55660662E	17/10/2014	55412	181 * XVII
BVP6114	54671907E	03/11/2014	60502	208
CGP3387	55660675E	17/10/2014	55412	181 * XVII
CHY9501	55660768E	20/10/2014	55412	181 * XVII
CJQ0446	55052977E	29/10/2014	51852	167
CMH7740	55658925E	23/09/2014	55412	181 * XVII
CRD8244	55053148E	30/10/2014	73662	252 * VI
DCA3273	55053175E	27/10/2014	55500	181 * XVIII
DCD7438	54668855E	08/10/2014	73662	252 * VI
DCL5395	55660391E	14/10/2014	55412	181 * XVII
DCL5395	55660384E	14/10/2014	55412	181 * XVII
DEZ7108	55053773E	26/10/2014	55411	181 * XVII
DFE4977	55658705E	17/09/2014	55412	181 * XVII
DFM1675	55660695E	17/10/2014	55412	181 * XVII
DFX5175	55053194E	30/10/2014	73662	252 * VI
DMV2145	55661026E	21/10/2014	55412	181 * XVII
DPN2045	55658674E	16/09/2014	55412	181 * XVII
DPN2045	55658755E	17/09/2014	55412	181 * XVII
EAM5118	54671465E	30/10/2014	73662	252 * VI
EAX4275	55660634E	16/10/2014	55412	181 * XVII
EDP2371	55052866E	09/10/2014	59670	203 * V
EJI9992	55660701E	17/10/2014	55412	181 * XVII
ETM4188	55053847E	24/10/2014	55411	181 * XVII
EXZ2909	55187289E	29/10/2014	73662	252 * VI
FBU5365	54671631E	03/11/2014	73662	252 * VI
GRV8273	55660041E	08/10/2014	55412	181 * XVII
GYV0097	55660754E	20/10/2014	55412	181 * XVII
HBH6171	55658995E	23/09/2014	55412	181 * XVII
HNF5398	55658927E	23/09/2014	55412	181 * XVII
HQE8416	55925562D	05/10/2014	54600	181 * IX
IBE9868	55227399E	31/10/2014	51852	167
IJV9202	55660278E	10/10/2014	55412	181 * XVII

IUX3989	55658777E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
JBR2809	55227620E	29/10/2014	73662	252	*	VI
JCP2000	55190170E	04/10/2014	59670	203	*	V
JMU7837	55052972E	28/10/2014	51852	167		
JMX4224	55660345E	11/10/2014	55412	181	*	XVII
JOZ3438	55053143E	27/10/2014	58511	197		
JSB7758	55191052E	29/10/2014	58197	193		
JZD5719	55658733E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
KEK9154	55660567E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
KKQ7754	55038992E	08/10/2014	73662	252	*	VI
KML2419	55660826E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
LNN2365	55660282E	10/10/2014	55412	181	*	XVII
LNR6135	55223815E	29/10/2014	61810	215	*	II
LWV3721	55056035E	08/10/2014	52311	172		
LWW0290	55658707E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
LWX7221	54670611E	10/10/2014	55500	181	*	XVIII
LXA0615	55189579E	27/10/2014	54600	181	*	IX
LXH2670	55926221D	05/10/2014	54521	181	*	VIII
LXI1951	55226362E	29/10/2014	51851	167		
LXI9090	55055211E	08/10/2014	58350	195		
LXM9012	55658724E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
LXO5476	55227529E	29/10/2014	51851	167		
LXP4827	55055243E	23/10/2014	58350	195		
LXY4648	54671755E	05/11/2014	55416	181	*	XVII
LYD1079	55186830E	04/10/2014	54521	181	*	VIII
LYL4291	55187283E	29/10/2014	73662	252	*	VI
LYL4462	55660369E	29/10/2014	55412	181	*	XVII
LYX7247	55659014E	09/10/2014	55412	181	*	XVII
LZH6654	55660811E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
LZM6072	55660747E	04/11/2014	55412	181	*	XVII
LZR7881	55050640E	08/10/2014	56810	184	*	I
LZS8084	55660588E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
LZT5526	54671219E	28/10/2014	73662	252	*	VI
LZU8282	55658821E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
LZX4831	55659133E	25/09/2014	55412	181	*	XVII
MAF7190	55037722E	02/11/2014	52070	169		
MAJ0021	55660822E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MAQ5032	54668848E	23/10/2014	51851	167		
MAQ6750	55660493E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MAT3919	55660555E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MAW2631	55055654E	06/10/2014	55680	181	*	XIX
MAX0484	55056079E	29/10/2014	55416	181	*	XVII
MAZ6800	55660093E	09/10/2014	55412	181	*	XVII
MBB3664	55659006E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MBB6202	55660722E	18/10/2014	55412	181	*	XVII
MBD3643	55660763E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MBF2176	55660845E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MBH9446	55660689E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MBJ0083	55933225D	10/10/2014	52070	169		
MBO2742	55660772E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MBP9914	55660411E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MBS7147	55056029E	07/10/2014	73662	252	*	VI
MBT0072	55658890E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MBU2122	55047838E	29/10/2014	56810	184	*	I
MCB1844	55226325E	03/11/2014	51851	167		
MCE5864	55660367E	29/10/2014	55412	181	*	XVII
MCF6994	55658699E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MCR6161	55660868E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MCT6015	55053190E	30/10/2014	52070	169		
MCV2652	55660575E	31/10/2014	55412	181	*	XVII
MCW5406	55658894E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MCX8258	55660574E	31/10/2014	55412	181	*	XVII
MCZ1891	55660230E	10/10/2014	55412	181	*	XVII

MDA0497	55227251E	01/11/2014	70561	244	*	III
MDA0835	55660512E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MDA2204	54668733E	07/10/2014	55415	181	*	XVII
MDA6348	55227558E	29/10/2014	51851	167		
MDA8066	55658928E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MDC6215	55660443E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MDG3862	55052792E	03/10/2014	54100	181	*	IV
MDG5486	55053883E	26/10/2014	55414	181	*	XVII
MDH4652	55658969E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MDI7241	55050204E	03/10/2014	55411	181	*	XVII
MDJ5414	55658851E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MDL5804	55055216E	08/10/2014	58350	195		
MDN7954	55660307E	11/10/2014	55412	181	*	XVII
MDN9968	55660800E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MDO9817	55660296E	11/10/2014	55412	181	*	XVII
MDS5974	55660311E	11/10/2014	55412	181	*	XVII
MDV3702	54671402E	23/10/2014	51851	167		
MEC5041	55053212E	04/11/2014	58511	197		
MED4745	55660417E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MEE5756	55660617E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MEG6348	55658693E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MEH7942	55660690E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MEI0779	55658719E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MEJ4347	55660773E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MEM4692	55660815E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MET7003	55225997E	31/10/2014	59670	203	*	V
MEV0867	54668541E	08/10/2014	73662	252	*	VI
MEX2206	55658941E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MEY6370	55038705E	09/10/2014	55413	181	*	XVII
MEY7890	55660359E	29/10/2014	55412	181	*	XVII
MEY9720	55053288E	30/10/2014	57200	186	*	I
MFC8163	54671617E	03/11/2014	55416	181	*	XVII
MFD2824	55658840E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MFI1712	54668720E	06/10/2014	55417	181	*	XVII
MFI2582	55658903E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MFJ0842	55660234E	10/10/2014	55412	181	*	XVII
MFQ9889	55658741E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MFR2037	55660863E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MFS7644	55056033E	09/10/2014	60501	208		
MFS7644	55658865E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MFT9358	55223820E	29/10/2014	73662	252	*	VI
MFV2684	55658580E	15/09/2014	55412	181	*	XVII
MGE8573	55660736E	18/10/2014	55412	181	*	XVII
MGF8116	54671752E	05/11/2014	73662	252	*	VI
MGH7334	55658726E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MGI3361	55052370E	02/10/2014	55500	181	*	XVII
MGJ1295	54671240E	04/11/2014	55416	181	*	XVII
MGR5274	55660820E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MGU4504	55660510E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MGV7272	55658993E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MGV7349	55659217E	26/09/2014	55412	181	*	XVII
MGV7814	55658881E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MGV7814	55658883E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MGW0397	55660864E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MGW8419	55660881E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MHA6126	55658715E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MHB3305	55227329E	29/10/2014	51851	167		
MHD6755	55660647E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MHG2238	55658891E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MHG2672	55224940E	30/09/2014	62700	220	*	II
MHH7067	55660824E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MHJ9382	55660860E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MHK9808	55659036E	10/10/2014	55412	181	*	XVII

MHL3286	55658989E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MHM4415	54671477E	30/10/2014	55417	181	*	XVII
MHM5819	55053176E	28/10/2014	73661	252	*	VI
MHN4416	55660737E	18/10/2014	55412	181	*	XVII
MHN9906	55055574E	03/10/2014	58350	195		
MHP1308	55658934E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MHP4035	55225987E	28/10/2014	52070	169		
MHP4254	55658574E	01/10/2014	55412	181	*	XVII
MHS1551	55658849E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MHW1545	54668860E	09/10/2014	55416	181	*	XVII
MHX5375	55660210E	10/10/2014	55412	181	*	XVII
MHY2219	55660336E	11/10/2014	55412	181	*	XVII
MHY7766	55658958E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MHZ1882	55056041E	09/10/2014	60501	208		
MIA1996	55660612E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MIA1996	55660482E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MIA1996	55660467E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MIA5060	55660531E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MIB0051	54671621E	03/11/2014	73662	252	*	VI
MIB6907	55050928E	08/10/2014	55411	181	*	XVII
MIC4528	55056014E	08/10/2014	60501	208		
MIC9101	54671626E	03/11/2014	73662	252	*	VI
MID2269	55932733D	27/09/2014	73662	252	*	VI
MIE0697	55227532E	29/10/2014	51851	167		
MIE4656	55038985E	08/10/2014	55415	181	*	XVII
MIE5426	55053171E	28/10/2014	73662	252	*	VI
MIG8915	55660370E	29/10/2014	55412	181	*	XVII
MII6010	54671410E	27/10/2014	73661	252	*	VI
MIJ8182	55658768E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MIL1363	55660505E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MIS0108	54671198E	24/10/2014	73662	252	*	VI
MIS5966	55186970E	26/10/2014	58197	193		
MIU2353	55658855E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MIU5203	55658829E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MIZ7678	55047844E	29/10/2014	73662	252	*	VI
MJA7974	54671463E	29/10/2014	73662	252	*	VI
MJE7335	55054388E	29/10/2014	56810	184	*	I
MJG6114	55658975E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MJH0411	55660683E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MJH8889	55660660E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MJH8889	55660611E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MJI2311	55660879E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MJI2311	55660548E	15/10/2014	55412	181	*	XVII
MJI5509	55054377E	15/10/2014	55416	181	*	XVII
MJJ3940	55660430E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MJJ7020	55364094D	20/09/2014	58350	195		
MJK3836	55660631E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MJK9304	55658752E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MJL7044	55658992E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MJO9080	55056068E	30/09/2014	55416	181	*	XVII
MJP8924	55660220E	10/10/2014	55412	181	*	XVII
MJS5563	55056171E	01/10/2014	73662	252	*	VI
MJT0948	54671651E	03/11/2014	73662	252	*	VI
MJU4170	55049083E	07/10/2014	54600	181	*	IX
MJU8021	55227390E	30/10/2014	51851	167		
MJW8212	55658830E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MJX5079	55050929E	08/10/2014	55411	181	*	XVII
MKA1514	55056027E	07/10/2014	73662	252	*	VI
MKC2293	55660745E	04/11/2014	55412	181	*	XVII
MKG8564	55660408E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MKL2636	54671385E	28/10/2014	73662	252	*	VI
MKN4372	55658895E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MKO2679	55053140E	27/10/2014	58511	197		

MKO3251	55658965E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MKP1211	54671302E	05/11/2014	57380	186	*	II
MKR6389	55658810E	22/09/2014	55412	181	*	XVII
MKR8142	54671605E	31/10/2014	73662	252	*	VI
MKS2819	55660874E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MKV3191	55190045E	28/10/2014	51851	167		
MKV7416	55226524E	30/10/2014	51851	167		
MKZ8772	55227475E	01/11/2014	70481	244	*	II
MLB6915	55660654E	17/10/2014	55412	181	*	XVII
MLE3850	54671223E	29/10/2014	55411	181	*	XVII
MLG0846	55658966E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MLG4998	55658788E	03/10/2014	55412	181	*	XVII
MLH0736	55658767E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MLL3524	54671245E	04/11/2014	55416	181	*	XVII
MLL6047	55660850E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MLM1203	55660732E	18/10/2014	55412	181	*	XVII
MLN9155	55660570E	31/10/2014	55412	181	*	XVII
MLQ7611	55038988E	08/10/2014	73662	252	*	VI
MLR3707	55658983E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MLR5735	54671392E	28/10/2014	55411	181	*	XVII
MLU5754	55658422E	12/09/2014	55412	181	*	XVII
MLX9937	55658703E	17/09/2014	55412	181	*	XVII
MLY8488	55660783E	20/10/2014	55412	181	*	XVII
MLZ3717	55658985E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MLZ5900	55660597E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MMB6498	55053877E	26/10/2014	68661	231	*	VIII
MMF2895	55658316E	11/09/2014	55412	181	*	XVII
MMH0700	55660386E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
MMH9861	55660358E	28/10/2014	55412	181	*	XVII
MMI0670	55660267E	10/10/2014	55412	181	*	XVII
MMI4071	55047835E	29/10/2014	73662	252	*	VI
MMK3318	54671361E	24/10/2014	73662	252	*	VI
MMM3181	55658915E	08/10/2014	55412	181	*	XVII
MNB7232	55658977E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
MOS2627	55660586E	16/10/2014	55412	181	*	XVII
MQY3404	55658936E	23/09/2014	55412	181	*	XVII
NHD2275	55659943E	07/10/2014	55412	181	*	XVII
NHI4320	55660714E	03/11/2014	55412	181	*	XVII
OKE2150	55659745E	04/10/2014	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2005/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AI19495	55654664E	08/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
AKH7276	55044896E	15/07/2014	55500	181 * XVIII	85.12
ALK2649	55652357E	24/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
ALZ6471	55650737E	30/05/2014	55412	181 * XVII	53.20
AMX2316	55652925E	02/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
APD1199	55653173E	04/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
AUS8421	55051271E	28/07/2014	73662	252 * VI	85.12
AXX2114	55049249E	03/07/2014	73662	252 * VI	85.12
BOG6278	55051328E	30/07/2014	59910	206 * I	191.53
BYN0375	55650710E	30/05/2014	55412	181 * XVII	53.20
DDD5652	55225533E	22/09/2014	51851	167	127.69
DPN2045	55651596E	10/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
DUD8828	55655812E	11/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
EQN2725	55657724E	04/09/2014	55412	181 * XVII	53.20
ERE2006	55048955E	25/06/2014	55417	181 * XVII	53.20
FUF8338	55653272E	07/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
GVT9946	55049351E	01/07/2014	55500	181 * XVIII	85.12
HBH6171	55655623E	07/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
HEF9017	55652058E	16/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
HEF9017	55651756E	12/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
HNK4130	55653447E	10/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
IFO3686	55650514E	28/05/2014	55412	181 * XVII	53.20
INE9738	55651093E	03/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
IPA8469	55049740E	28/08/2014	70481	244 * II	191.53
KAR4533	55653456E	10/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
LWR0455	55049329E	08/07/2014	55411	181 * XVII	53.20
LWX4500	55651805E	13/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
LXG4955	55653029E	03/07/2014	55412	181 * XVII	53.20
LXS3264	55933033D	15/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
LYA0020	55054054E	22/08/2014	51851	167	127.69
LYQ9868	55223945E	27/08/2014	51851	167	127.69
LZU3113	55657503E	29/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
LZX8995	55048806E	16/06/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MAD8109	55656116E	14/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
MAS8934	55655510E	06/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
MAW1881	55651581E	10/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MAY6476	55651056E	03/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MAY6476	55651063E	03/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MBB4413	55655861E	12/08/2014	55412	181 * XVII	53.20
MBE9544	55651584E	10/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MBF6822	55651944E	14/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MBF6822	55652604E	26/06/2014	55412	181 * XVII	53.20
MBL5473	55049677E	27/08/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MBN8968	55049982E	08/07/2014	55680	181 * XIX	127.69

MBP2689	55652110E	17/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MBQ7070	55052415E	11/09/2014	58350	195			127.69
MCB7244	55651866E	13/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCI5649	55654143E	21/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCJ3448	55054540E	09/09/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MDA2204	55651150E	04/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MDK8136	55051283E	29/07/2014	73662	252	*	VI	85.12
MDS1540	55190930E	23/08/2014	58350	195			127.69
MDT5215	55652432E	24/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MEL3545	55652762E	30/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MEL3976	55224467E	27/08/2014	52070	169			53.20
MEN9684	55655808E	11/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MEP9064	55651105E	03/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MEQ5276	55655942E	27/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MEV7146	55652041E	16/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MFA1506	55655513E	06/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MFE9948	55055312E	10/09/2014	73662	252	*	VI	85.12
MFS5157	55049934E	09/07/2014	51852	167			127.69
MFY4105	55651754E	12/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGK3797	55054467E	28/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MGO3967	55652495E	25/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGW1643	55651102E	03/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHA7320	55052002E	07/08/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MHD1656	55652900E	02/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHD1656	55653366E	09/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHI3887	55655253E	04/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHK3338	55655885E	12/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHP7691	55655566E	07/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHU3796	55657674E	30/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MX2704	55932123D	29/08/2014	52070	169			53.20
MHY5509	55651945E	14/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIG1989	55651813E	13/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIG4264	55056218E	29/09/2014	54526	181	*	VIII	127.69
MIH5211	55655908E	12/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIM2589	55188332E	23/08/2014	55090	181	*	XIII	85.12
MIQ3199	55188330E	23/08/2014	55090	181	*	XIII	85.12
MIS7232	55055302E	09/09/2014	51851	167			127.69
MIY5922	55652273E	23/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJC2758	55653851E	16/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJD2385	55652798E	15/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJE4564	55655464E	06/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJG3734	55652609E	26/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJH8675	55651704E	11/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJJ0501	55650855E	31/05/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJN3352	55051502E	19/08/2014	55680	181	*	XIX	127.69
MJQ5512	55652286E	23/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJS3819	55653799E	16/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJU5675	55655527E	06/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MJV6816	55044507E	04/07/2014	73662	252	*	VI	85.12
MJW0291	55652327E	24/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKA7160	55651341E	05/06/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKC0907	55046300E	05/07/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MKE3319	55658694E	17/09/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKF9899	55039137E	26/08/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MKK2396	55657768E	04/09/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKM6161	55657390E	28/08/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKO5973	55191287E	20/08/2014	51852	167			127.69
MKP7041	55051896E	10/09/2014	58350	195			127.69
MKS2165	55650630E	29/05/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKS8818	55039767E	06/09/2014	53800	181	*	I	85.12
MLV7473	55650812E	30/05/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MLV9834	55189362E	09/07/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLX6806	55190021E	23/08/2014	68580	231	*	VII	85.12

MLX6806	55190022E	23/08/2014	51851	167		127.69
MLZ3831	55652142E	17/06/2014	55412	181	* XVII	53.20
MMJ3581	55046536E	14/08/2014	55500	181	* XVIII	85.12
MQM6789	55651731E	11/06/2014	55412	181	* XVII	53.20
NER8577	55653567E	11/07/2014	55412	181	* XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.034 2002/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV0478	54671957E	05/11/2014	65992	230 * V
ACX9744	55226539E	03/11/2014	69120	232
ACX9744	55226541E	03/11/2014	66102	230 * VII
ACX9744	55226542E	03/11/2014	73400	252 * IV
AGA9157	55053214E	04/11/2014	65992	230 * V
AJE1219	55226488E	03/11/2014	66700	230 * XIII
AJK1519	55189939E	10/10/2014	65992	230 * V
AKO0945	55226371E	31/10/2014	73400	252 * IV
AOJ9208	55227336E	03/11/2014	67000	230 * XVI
AQF3381	55227539E	31/10/2014	73400	252 * IV
AQF3381	55227540E	31/10/2014	67000	230 * XVI
AQF3381	55227541E	31/10/2014	64080	221
ARS9643	55925568D	27/10/2014	50100	162 * I
ARS9643	55925569D	27/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
ARS9643	55925570D	27/10/2014	65561	230 * I
ASD7220	55226249E	05/11/2014	67261	230 * XVIII
ASM7742	55833846C	26/09/2014	69120	232

ASM7742	55833847C	26/09/2014	65992	230	* V
ASM7742	55833848C	26/09/2014	66102	230	* VII
BNF7587	55050482E	03/10/2014	69120	232	
BOA2680	55190171E	27/10/2014	65561	230	* I
CRL3876	55226527E	31/10/2014	66371	230	* IX
CRL6003	54671953E	05/11/2014	50100	162	* I
CRL6003	54671954E	05/11/2014	51180	164	c/c 162 * I
CYK2908	55226492E	03/11/2014	50450	162	* V
CYK2908	55226493E	03/11/2014	51420	164	c/c 162 * V
CYK2908	55226494E	03/11/2014	66372	230	* IX
DJG2585	55227400E	31/10/2014	67261	230	* XVIII
HED8927	55052969E	28/10/2014	66020	230	* VI
HPP7468	55190453E	31/10/2014	50100	162	* I
HPP7468	55190455E	31/10/2014	51180	164	c/c 162 * I
IBE9868	55227398E	31/10/2014	66372	230	* IX
ICR3315	55227713E	05/11/2014	66371	230	* IX
IQC9390	55055244E	23/10/2014	50450	162	* V
IWW0018	55226330E	05/11/2014	66372	230	* IX
KZD0638	55052993E	04/11/2014	69120	232	
LXG7858	55227449E	05/11/2014	69120	232	
LXR0029	55053283E	29/10/2014	65992	230	* V
LXR0029	55053284E	29/10/2014	50100	162	* I
LXR0029	55053285E	29/10/2014	51180	164	c/c 162 * I
LYA4177	55226530E	31/10/2014	73400	252	* IV
LYD1079	55186828E	04/10/2014	67261	230	* XVIII
LYD1079	55186829E	04/10/2014	66372	230	* IX
LYD1079	55186831E	04/10/2014	66102	230	* VII
LYG3392	55226243E	03/11/2014	72850	250	* III
LYI4091	54671680E	05/11/2014	73400	252	* IV
LYZ3110	55226314E	29/10/2014	50100	162	* I
LZB6590	55226332E	05/11/2014	65992	230	* V
LZB7397	55055570E	18/09/2014	66020	230	* VI
MAB2122	55056015E	08/10/2014	66531	230	* XI
MAG1145	55053269E	24/10/2014	50100	162	* I
MAG1145	55053270E	24/10/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAG1145	55053271E	24/10/2014	69120	232	
MAH4491	55223825E	02/11/2014	50100	162	* I
MAH4491	55223826E	02/11/2014	51180	164	c/c 162 * I
MAH4491	55223827E	02/11/2014	65992	230	* V
MAJ7810	55226150E	05/11/2014	66372	230	* IX
MAJ7810	55226496E	05/11/2014	73400	252	* IV
MAM8364	55226499E	05/11/2014	67000	230	* XVI
MAM8364	55226500E	05/11/2014	66372	230	* IX
MAS4334	55227751E	05/11/2014	66372	230	* IX
MAU9309	55227645E	05/11/2014	66020	230	* VI
MAU9309	55227646E	05/11/2014	66372	230	* IX
MBA4163	55226333E	05/11/2014	66372	230	* IX
MBA4163	55226334E	05/11/2014	67261	230	* XVIII
MBC6738	54671674E	04/11/2014	50292	162	* II
MBF7291	55190530E	02/11/2014	67261	230	* XVIII
MBS4765	55055840E	03/10/2014	69120	232	
MBU7208	55227337E	03/11/2014	65992	230	* V
MBW8853	55226146E	03/11/2014	65992	230	* V
MBZ8875	55226282E	31/10/2014	66372	230	* IX
MCA3383	55188167E	07/10/2014	65992	230	* V
MCB3058	55226337E	05/11/2014	69120	232	
MCC3233	55046544E	04/10/2014	51691	165	
MCL1075	55055854E	06/10/2014	69120	232	
MCT6015	55227631E	31/10/2014	65992	230	* V
MCT6015	55227632E	31/10/2014	50100	162	* I
MCT6015	55053191E	30/10/2014	65992	230	* V
MCV0656	55052902E	08/10/2014	65992	230	* V
MDA0497	55227252E	01/11/2014	65564	230	* I

MDA0497	55227253E	01/11/2014	65992	230	*	V
MDA0497	55227254E	01/11/2014	50100	162	*	I
MDO3624	55227338E	03/11/2014	65992	230	*	V
MDR3295	55226227E	04/10/2014	66102	230	*	VII
MDX9163	55225682E	08/10/2014	51180	164	c/c 162	* I
MDX9163	55225683E	08/10/2014	50100	162	*	I
MDZ5813	55226281E	30/10/2014	67261	230	*	XVIII
MED8058	55227633E	04/11/2014	67261	230	*	XVIII
MEF0379	55052994E	04/11/2014	66020	230	*	VI
MEQ2990	54668952E	09/10/2014	51691	165		
MFO7407	55227616E	28/10/2014	64080	221		
MFQ7559	55226607E	04/10/2014	66020	230	*	VI
MFW6614	55048631E	06/10/2014	51342	164	c/c 162	* III
MFW6614	55048630E	06/10/2014	50371	162	*	III
MFY9727	54668906E	10/10/2014	65992	230	*	V
MGF7621	55932630D	09/10/2014	50100	162	*	I
MGI4760	54671666E	28/10/2014	64080	221		
MGK0624	55225925E	02/10/2014	65992	230	*	V
MGQ0568	55053216E	05/11/2014	65992	230	*	V
MGR2247	55190772E	03/10/2014	69120	232		
MGR2247	55190773E	03/10/2014	65992	230	*	V
MGR7098	55226328E	05/11/2014	69120	232		
MGU9661	55226275E	29/10/2014	66372	230	*	IX
MGY3075	55226019E	28/10/2014	69120	232		
MHD1254	55226286E	31/10/2014	69120	232		
MHE5498	55050644E	05/11/2014	65992	230	*	V
MHH7648	55186836E	10/10/2014	69120	232		
MHH7648	55186837E	10/10/2014	66531	230	*	XI
MHH7648	55186838E	10/10/2014	67261	230	*	XVIII
MHY3845	55227714E	05/11/2014	67000	230	*	XVI
MIA2013	55226366E	30/10/2014	67261	230	*	XVIII
MIA9557	55227573E	04/11/2014	73400	252	*	IV
MIH0105	55226041E	04/11/2014	73400	252	*	IV
MIJ2559	55227557E	28/10/2014	67261	230	*	XVIII
MIJ8182	55052687E	01/10/2014	73400	252	*	IV
MIK0887	55227703E	03/11/2014	69120	232		
MIK0887	55227702E	03/11/2014	73580	252	*	V
MIT5558	55191049E	26/10/2014	66372	230	*	IX
MIY4153	55037685E	01/10/2014	65992	230	*	V
MJB6852	55227562E	30/10/2014	65561	230	*	I
MJC7772	54671677E	05/11/2014	66531	230	*	XI
MJG9610	55052881E	25/10/2014	51691	165		
MJG9610	55052882E	25/10/2014	69120	232		
MJS0149	55053454E	16/10/2014	51691	165		
MJW7218	55226324E	03/11/2014	69120	232		
MKA7188	55225998E	04/11/2014	69120	232		
MKG9508	55226382E	04/11/2014	65992	230	*	V
MKH0915	55227434E	31/10/2014	66020	230	*	VI
MKR1088	55226237E	31/10/2014	67000	230	*	XVI
MKS7437	55227642E	04/11/2014	66531	230	*	XI
MKX5758	55055941E	03/11/2014	51691	165		
MKX5758	55226335E	05/11/2014	69120	232		
MKY1829	55053208E	03/11/2014	50531	162	*	VI
MKY1829	55053209E	03/11/2014	51501	164	c/c 162	* VI
MKZ8772	55227476E	01/11/2014	50291	162	*	II
MKZ8772	55227477E	01/11/2014	51691	165		
MML0307	55227617E	29/10/2014	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 117

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 117

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.546/2014	07.10.2014	DANIELE BENE LAHORGUE LOPES	30 horas para 40 horas	01.10.2014
28.554/2014	16.10.2014	REJANE ROCHINSKI	30 horas para 40 horas	20.10.2014
28.555/2014	16.10.2014	MARIZA AMARAL DE OLI- VEIRA	20 horas para 40 horas	22.09.2014
28.556/2014	16.10.2014	ROBERTO LEANDRO DEMAR- CHI	20 horas para 30 horas	10.10.2014
28.557/2014	17.10.2014	DEISE REGINA PAUL EXEL	30 horas para 40 horas	23.10.2014
28.557/2014	17.10.2014	AUDREY ZIMMER RAVAZZANI	30 horas para 40 horas	23.10.2014
28.557/2014	17.10.2014	ROSANE DE FREITAS	30 horas para 40 horas	01.10.2014
28.557/2014	17.10.2014	JULIA CRISTINA FELISBERTO	30 horas para 40 horas	06.10.2014
28.570/2014	27.10.2014	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	20 horas para 40 horas	09.10.2014
28.571/2014	27.10.2014	LISCATIA BELZ DREGER	30 horas para 40 horas	20.10.2014
28.571/2014	27.10.2014	TEREZINHA VISOSKI	30 horas para 40 horas	01.10.2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 118

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 118

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28528/2014	ADRIANA RICARDO CORDEIRO	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	17/09/2014
28528/2014	ALEXANDRE TOMASI	Agente Administrativo	B	GF	04/09/2014

28528/2014	ARLEDI DE MENDONCA	Auxiliar de Enfermagem	F	GF	01/09/2014
28528/2014	CILENE APARECIDA DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	09/09/2014
28528/2014	CLAITON TADEU LOSS STUMPF	Médico - 20 Horas	D	GE	19/09/2014
28528/2014	CLEITON BRUNO HASKEL	Agente Administrativo	B	GF	01/09/2014
28528/2014	CLOVIS TRIERWEILER	Agente de Vigilância	B	GO	21/09/2014
28528/2014	DEONILDA OECHSLER	Educador (Quadro Permanente)	E	GF	01/09/2014
28528/2014	FABIANA CRISTINA RAMOS	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	B	GT	04/09/2014
28528/2014	GABRIELA JOHANN ARGENTON	Agente Administrativo	B	GF	10/09/2014
28528/2014	HELOISA CRISTINA VIZENTAINER	Agente Administrativo	B	GF	01/09/2014
28528/2014	IRONI DE LIMA PROENÇA CANI	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	10/09/2014
28528/2014	JANETE C. CARDOZO BALDUINO	Agente Administrativo	B	GF	12/09/2014
28528/2014	JESSICA ACHTERBERG	Nutricionista	C	GE	01/09/2014
28528/2014	JULIANA ANGELA ARNOLD	Agente Administrativo	C	GF	17/09/2014
28528/2014	LEANDRO HUGO PRAUN	Médico - 20 Horas	C	GE	16/09/2014
28528/2014	LUCIANA SILVA DESCHAMPS	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	02/09/2014
28528/2014	MARINALDA DIONIZIO CORREA	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/09/2014
28528/2014	MARINES FINCO	Enfermeiro	C	GE	01/09/2014
28528/2014	MICHELE DA SILVA	Motorista	B	GO	17/09/2014
28528/2014	NECILDA TERESINHA CIPRIANO	Enfermeiro	D	GE	01/09/2014
28528/2014	ROSA AUGUSTA G. WOSTEHOFF	Educador (Quadro Especial)	G	GF	01/09/2014
28528/2014	ROSANE DOS SANTOS I	Assistente Técnico	M	GF	03/09/2014
28528/2014	ROSEMERI HEINIG	Agente Administrativo	C	GF	01/09/2014
28528/2014	SANDRA REGINA PAULO	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/09/2014
28528/2014	SERGIO LUIZ DOS PASSOS	Fiscal de Obras e Posturas	C	GF	01/09/2014
28528/2014	SORAYA WALTERS DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	23/09/2014
28528/2014	SUSANA MARTINS	Agente Administrativo	B	GF	01/09/2014
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28528/2014	TERESINHA ROSSI	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	01/09/2014
28584/2014	ADRIANA CORREA	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	01/10/2014
28584/2014	ANA CLAUDIA BARNI	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	B	GT	01/10/2014
28584/2014	ANDREA KLEMZ SCHMITT	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	23/10/2014
28584/2014	ANELITO MARTINS	Agente de Vigilância	C	GO	01/10/2014
28584/2014	AUDREY ROSENBROCK	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA	Agente Administrativo	C	GF	24/10/2014
28584/2014	CENEDIR CORREA DA COSTA	Técnico em Higiene Dental	F	GT	07/10/2014
28584/2014	CRISTIAN FERNANDO HILGERT	Agente Administrativo	B	GF	01/10/2014
28584/2014	DANIELLE MERHY LEAL MONLLOR	Enfermeiro	B	GE	16/10/2014

28584/2014	ERICA LIDIA SCHMITT	Assistente Social	E	GE	02/10/2014
28584/2014	ERONI MACIEL DE ALMEIDA	Agente Administrativo	B	GF	01/10/2014
28584/2014	FERNANDA DAS GRACAS OLIVEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	06/10/2014
28584/2014	GERSON LANGE FILHO	Geógrafo	B	GE	18/10/2014
28584/2014	GIOVANA REGINA DA SILVA	Educador (Quadro Permanente)	E	GF	01/10/2014
28584/2014	GRASIELA C. GREGORIO SALOMON	Analista de Políticas Públicas	B	GE	01/10/2014
28584/2014	HELOISA HELENA DE OLIVEIRA	Enfermeiro	C	GE	22/10/2014
28584/2014	IZELDA MARIA CARDOSO	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	16/10/2014
28584/2014	JOICE LUCIANE BENTO	Cozinheiro	C	GO	01/10/2014
28584/2014	JONI BASSO CEREJA	Analista de Informática	B	GE	04/10/2014
28584/2014	JOSE DE OLIVEIRA	Pintor de Const. Meio Oficial	H	GO	01/10/2014
28584/2014	KATIA CINARA ONEDA LIZANDRO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/10/2014
28584/2014	LEILA CRISTINA PERDONCINI	Geólogo	B	GE	16/10/2014
28584/2014	LUCIANA CIPRIANI KOSTETZER	Agente Administrativo	B	GF	01/10/2014
28584/2014	MARCELO BARASUOL LANZARIN	Médico - 20 Horas	C	GE	01/10/2014
28584/2014	MARIA DE FATIMA FLORIANI	Agente Administrativo	C	GF	06/10/2014
28584/2014	MARIA DONIZETE NONES	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	MARIA LUIZA SCHMITT	Farmacêutico Bioquímico	D	GE	04/03/2010
28584/2014	MARIA TEREZINHA DOS SANTOS	Assistente Social	E	GE	05/10/2014
28584/2014	MARILI DA LUZ	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	MARINA CRUZ KREPSKY	Fonoaudiólogo	B	GE	01/10/2014
28584/2014	MARISE DE SOUZA	Enfermeiro	C	GE	01/10/2014
28584/2014	NAIR LEITE	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/10/2014
28584/2014	NEUSETTE CORREIA S LICHTEFELS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/10/2014
28584/2014	NILZA SEMIANO DELMONEGO	Auxiliar de Consult. Dentário	I	GF	01/10/2014
28584/2014	ODIR JOSE GUARIENTI	Agente de Logística	B	GF	10/10/2014
28584/2014	PAULO DE LYRA ELIAN	Geógrafo	B	GE	01/10/2014
28584/2014	RICARDO WIPPEL	Agente Administrativo	B	GF	01/10/2014
28584/2014	ROSANGELA MATHES RAULINO	Educador (Quadro Especial)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	ROSELI INES SPENGLER KOCK	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	SILVANA DE FATIMA KAMMER ROMUALDO	Educador (Quadro Permanente)	C	GF	01/10/2014
28584/2014	SIRLEI ZANETTE DAMAS	Educador (Quadro Permanente)	B	GF	07/10/2014
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
28584/2014	SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Agente Administrativo	B	GF	13/10/2014
28584/2014	VALDEMAR FELSKI JUNIOR	Fiscal de Obras e Posturas	H	GF	01/09/2014
28584/2014	VANESSA TAMARA VIANA QUADROS	Enfermeiro	B	GE	02/10/2014
28584/2014	VILSON JOAO RICARDO	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/10/2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 119

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 119

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:
DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
28596/2014	ANA CLAUDIA BARNI	TÉC.EM VIG. SANIT.E SAÚDE.	30/09/2014
28596/2014	CRISTIAN FERNANDO HILGERT	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/09/2014
28596/2014	ERONI MACIEL DE ALMEIDA	AGENTE ADMINISTRATIVO	30/09/2014
28596/2014	GUSTAVO CELANT ROEDEL	AGENTE DE DEFESA CIVIL	24/09/2014
28596/2014	JONI BASSO CEREJA	ANALISTA DE INFORMÁTICA	04/10/2014
28596/2014	LUCIANA CIPRIANI KOSTETZER	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/09/2014
28596/2014	MARIA LUIZA SCHMITT	FARMACÊUTICO	25/02/2009
28596/2014	MARINA CRUZ KREPSKI	FONOAUDIÓLOGO	21/09/2014
28596/2014	MICHELE DA SILVA	MOTORISTA	17/09/2014
28596/2014	PAULO DE LYRA ELIAN	GEÓGRAFO	01/10/2014
28596/2014	SUSANA MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/08/2014
28596/2014	VANESSA TAMARA VIANA QUADROS	ENFERMEIRO	02/10/2014
28596/2014	WILLIAM GUERNER	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/10/2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 120

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 120

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.530/2014	01.10.2014	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA	30 horas para 20 horas	11.09.2014
28.586/2014	31.10.2014	CESAR AZAMBUJA HORBE	40 horas para 30 horas	03.11.2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 121

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 121

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28549	2014	10.10.2014	2014/10/007213	DANIELA TORRES DE SOUZA	03/02/2015	04/04/2015
28563	2014	21.10.2014	2014/10/007832	GISELE SANTANA IZIDORO	10/02/2015	10/04/2015
28581	2014	28.10.2014	2014/10/008112	LUCIANA ROSE RADUENZ	11/03/2015	09/05/2015
28562	2014	21.10.2014	2014/10/007830	MICHELE STEINHEUSER ANGEESKI	27/01/2015	27/03/2015

Blumenau, 03 de novembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 122

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 122

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER A PRIMEIRA PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
28529/2014	2014/5993	ADRIANA ANESI	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	05/09/2014
28529/2014	2014/6098	CATIA SIMONI ZUCKI	Professor - 20 Horas (QP)	II	G	10/09/2014
28529/2014	2014/6098	CINTIA CARNEIRO SIMOES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	III	C	01/09/2014
28529/2014	2014/5834	CINTIA CARNEIRO SIMOES	Cirurgião Dentista - 20 Horas	III	B	01/09/2014
28529/2014	2014/6278	CLAUDIO ABEL RUCHINSQUE	Professor - 30 Horas (QP)	II	H	17/09/2014
28529/2014	2014/5717	GISELE ETHIENE B. DA ROCHA	Psicólogo	II	B	01/09/2014
28529/2014	2014/5906	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	03/09/2014
28529/2014	2014/6053	LUCIANA FARIAS DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	G	09/09/2014
28529/2014	2014/5878	LUIZ MARIO ROCHA CASTANHO	Engenheiro Civil	II	M	03/09/2014
28529/2014	2014/5884	MARIA LUIZA OLIVEIRA MACHADO	Coordenador Pedagógico (40H)	II	K	03/09/2014
28529/2014	2014/6353	MARTA CAROLINA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	G	19/09/2014
28529/2014	2014/6160	MAURIZELI RIBEIRO GONCALVES	Professor - 40 Horas (QP)	II	H	11/09/2014

28585/2014	2014/6502	CHARLENE ROSIRIS CIPRIANI	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	C	01/10/2014
28585/2014	2014/7822	DANIELLE MERHY LEAL MONLLOR	Enfermeiro	II	B	20/10/2014
28585/2014	2014/6603	EILEEN VALERY DIETRICHKEIT	Farmacêutico Bio-químico	II	H	01/10/2014
28585/2014	2014/6731	ELAINE FUHR DE BORBA	Professor - 40 Horas (QP)	II	C	02/10/2014
28585/2014	2014/8078	FABIANA GONCALVES FELIX MACIEL	Psicólogo	II	J	23/10/2014
28585/2014	2014/6865	FERNANDA DAS GRACAS OLIVEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	06/10/2014
28585/2014	2014/6910	IZEL DE FATIMA HILGEMBERG	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	03/10/2014
28585/2014	2014/7808	JAMES BERNARDO DA SILVA	Psicólogo	II	M	20/10/2014
28585/2014	2014/8033	MARISE DE SOUZA	Enfermeiro	II	C	22/10/2014
28585/2014	2014/8071	ROGERIO DEGL-MANN	Auditor Fiscal Tributário	II	K	23/10/2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 123

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 123

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.527	2014	30.09.2014	2014/09/006454	EMERSON FIGUEIREDO SOUZA
				24.10.2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 124

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 124

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
28569	2014	24.10.2014	2014/10/008111	JANAINA JULIANA FERREIRA DOS SANTOS	03.12.2003 03.12.2013
28574	2014	27.10.2014	2014/10/008142	JEANETE CRISTINE PAUL	29.09.2002 29.09.2012

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 125

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 125

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28528	2014	28.10.2014	2014/10/008144	GILBERTO ILTZIG	10.08.2004	10.08.2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 126

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 126

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28531	2014	01.10.2014	2014/10/006663	CARLOS HENRIQUE LUZ JUNIOR	01.10.2004	01.10.2014
28543	2014	02.10.2014	2014/10/006726	MARCIA MARIA KAI-SER DE OLIVEIRA	19.01.2004	19.01.2014
28545	2014	07.10.2014	2014/10/006892	SONIA MARIA CEC-CATO DALSENTER	05.10.2004	05.10.2014
28547	2014	07.10.2014	2014/10/006932	TERESINHA PAVESI KISTENMACHER	30.08.2004	30.08.2014
28553	2014	15.10.2014	2014/10/007484	SILVANA RODRI-GUES DE CARVALHO	13.10.2004	13.10.2014
28558	2014	16.10.2014	2014/10/007754	ANTONIA DULCE PEDRINI KOEHLER	20.08.2001	20.08.2011
28559	2014	20.10.2014	2014/10/007795	EVANILDE DE LIZ MADRUGA DA SILVA	15.09.2004	15.09.2014
28564	2014	22.10.2014	2014/10/007824	JURANDIR DO NAS-CIMENTO	01.10.2004	01.10.2014
28565	2014	22.10.2014	2014/10/007825	VERA LUCIA KLOCK BERKENBROCK	12.10.2004	12.10.2014
28566	2014	23.10.2014	2014/10/007841	SANDRA MARIA FRANCISCA	29.02.2004	29.02.2014
28567	2014	23.10.2014	2014/10/007984	MERCEDES BERNARDETE BONIN	04.01.2004	04.01.2014
28568	2014	23.10.2014	2014/10/008046	LISANE CASTRO VIDAL	21.09.2004	21.09.2014
28573	2014	27.10.2014	2014/10/008109	PATRICIA SCHAFER MAFRA	18.06.2004	18.06.2014
28575	2014	27.10.2014	2014/10/008122	AUDREY ZIMMER RAVAZZANI	05.07.2004	05.07.2014

28583	2014	28.10.2014	2014/10/008170	LIOMARA MARIA MARTINS ESPINDOLA	22.02.2004	22.02.2014
28587	2014	31.10.2014	2014/10/008207	CELIA DOS SANTOS BAADER	20.10.2003	20.10.2013
28588	2014	31.10.2014	2014/10/008223	ROSANA KRUEGER	24.11.2004	24.11.2014
28589	2014	31.10.2014	2014/10/008233	CHARLES PATRIK KARASINSKI	13.10.2003	13.10.2013

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 127

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 127

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28550/2014	10.10.2014	2014/10/007244	NADIR CARDOSO	13.03.2003 a 13.03.2013
28561/2014	21.10.2014	2014/10/007817	MARCIO NEVES DE OLIVEIRA	04.05.2004 a 04.05.2014
28590/2014	31.10.2014	2014/10/008257	CIBELE HEIDEN	01.04.2003 a 01.04.2013
28594/2014	03.11.2014	2014/11/008286	ADELIR CIRINO DE FREITAS	14.04.2004 a 14.04.2014

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 128

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 128

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28572/2014	27.10.2014	2014/10/008127	JULIA PATRICIA NORILER MARSCHALEK	18.10.2000 a 18.10.2010

Blumenau, 03 de novembro de 2014.
CARLOS XAVIER SCHRAMM
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO DISPENSA Nº 09-2212/14 - SAMAE

Processo de Dispensa nº 09-2212/14 - Contratação de serviços prestados para aquisição de peças e prestação serviços para manutenção de bomba Sulzer VUP 750-6 W2 H501 SN 1;

Contratada: Sulzer Pamps Wastewater Brasil Ltda (CNPJ: 77.153.260/0001-21);

Valor Total: R\$ 54.077,17;

Base Legal: Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.656/93 e alterações.

CONTRATOS 2209/2014 E 2210/2014 - SAMAE

CONTRATO Nº 2209/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva no sistema de automação remota e telemetria, sistema de rádio comunicação e dos serviços de engenharia para manutenção e atualização do licenciamento ANATEL, conforme especificações constantes neste edital com fornecimento de peças pelo período de 12 meses - SAMAE.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Pregão Presencial nº 06-2201/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 265.579,48 (duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos)

PRAZO: O prazo do contrato decorrente deste Pregão é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual, podendo ter a sua duração prorrogada pelo mesmo período, limitada a 60 (sessenta) meses.

DATA DA ASSINATURA: 24 de outubro de 2014.

CONTRATO Nº 2210/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e SANDRINI E BOTECA LTDA

OBJETO: prestação de serviços de Gestão Comercial do SAMAE

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2211/2014

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 3.570.534,12 (três milhões, quinhentos e setenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e doze centavos).

PRAZO: O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias a partir do dia 05 de novembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 13 de novembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2.175

RESOLUÇÃO MD Nº 2.175

DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DO PROGRAMA "VEREADOR MIRIM/A CÂMARA VAI À ESCOLA", PARA O ANO DE 2014.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O processo de eleição do Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola, para o ano de 2014, será orientado e dirigido

pela Câmara Municipal de Blumenau com a participação das Unidades Escolares, e obedecerá as disposições desta Resolução da Mesa Diretora.

Art. 2º As eleições serão realizadas nos dias 20 e 21 de novembro de 2014, com início às 8 horas e término às 16 horas, nas dependências das escolas credenciadas.

§ 1º A apuração dos votos ocorrerá nos respectivos educandários, a partir do encerramento da votação, devendo o resultado final da apuração ser entregue à Câmara Municipal de Blumenau até as 18 horas do mesmo dia da realização da eleição em cada educandário, por meio da Ata da Eleição.

§ 2º As atas de votação e as cédulas eleitorais de cada educandário devem permanecer em envelopes lacrados até o início do escrutínio geral dos votos no dia 21 de novembro, a partir das 18 horas.

Art. 3º Caberá aos educandários:

I - promover a divulgação das eleições e dar apoio aos candidatos para que apresentem suas propostas aos seus colegas, promovendo debates e atividades relacionadas ao processo eletivo;

II - enviar lista completa dos alunos de 5ª a 8ª séries, até o dia 31 de outubro de 2014, devendo ser apresentada em planilha do programa Microsoft Excel, por meio de CD ou e-mail, contendo número de matrícula, série em que estuda, data de nascimento, nome completo dos alunos sem abreviação;

III - formar a Mesa de Votação, no dia das eleições, a qual será composta por um presidente e dois mesários.

Art. 4º Ficará a cargo da Câmara Municipal de Blumenau, a disponibilização das cédulas eleitorais para o processo de votação nas escolas, a divulgação aos educandários da listagem definitiva dos alunos aptos a votar, bem como a homologação e divulgação do resultado final das eleições, por meio de Comissão Eleitoral previamente designada.

Art. 5º As escolas credenciadas no Programa Vereador Mirim/A Câmara vai à Escola, para efeitos de eleição, serão divididas em 3 (três) grupos, a fim de que seja estabelecida proporcionalidade na representação dos alunos no Município.

Parágrafo único. Os grupos e as vagas serão divididos da seguinte forma:

I - Grupo A: formado por escolas que contenham até 160 (cento e sessenta) alunos aptos a votar, que ocuparão 5 (cinco) vagas;

II - Grupo B: formado por escolas que contenham de 161 (cento e sessenta e um) a 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 6 (seis) vagas;

III - Grupo C: formado por escolas que contenham mais de 400 (quatrocentos) alunos aptos a votar, que ocuparão 4 (quatro) vagas;

Art. 6º A escola inscrita deverá apresentar, obrigatoriamente, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) candidatos.

§ 1º Havendo mais de 9 (nove) candidatos no educandário, este deverá realizar processo seletivo interno, a fim de resguardar a igualdade entre todos os participantes.

§ 2º Após o dia 13 de novembro de 2014, as escolas não poderão mais substituir os candidatos.

§ 3º Caso ocorra a desistência de algum candidato, deixando a escola de conter o número mínimo estabelecido pelo caput deste artigo, esta será automaticamente excluída do processo de eleição.

Art. 7º Para o pleito de 2014 poderão candidatar-se alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, que até a data da posse não tenham completado 16 (dezesesseis) anos.

Art. 8º A escolha dos vereadores mirins será feita pelo critério do índice de comparecimento às urnas no dia da eleição.

§ 1º O índice de comparecimento às urnas é verificado pela seguinte fórmula: quantidade de alunos votantes multiplicado por 100 (cem) e dividido pela quantidade total de alunos aptos a votar na Unidade Escolar.

§ 2º As escolas que, em cada um dos 3 (três) grupos de que trata o parágrafo único do artigo 5º, obtiverem os maiores índices de comparecimento, obterão uma vaga na Câmara Mirim.

§ 3º A cadeira da Unidade Escolar que garantir uma vaga pelo índice de comparecimento será ocupada pelo candidato ao mandato de Vereador Mirim que atingir o maior percentual em sua escola, sendo a seguinte a fórmula de cálculo percentual por candidato: quantidade de votos recebidos pelo aluno multiplicado por 100 (cem) e dividido pela quantidade de eleitores da Unidade Escolar.

§ 4º Os candidatos de cada Unidade Escolar que ficarem na segunda colocação serão considerados suplentes, podendo ocupar a vereança mirim quando o titular trocar de escola, desistir do mandato ou licenciar-se para tratamento de saúde.

§ 5º Havendo empate nas apurações, com relação ao critério de índice de comparecimento às urnas, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I - Unidade Escolar com maior número de alunos;

II - Unidade Escolar que permaneceu o maior número de legislaturas sem eleger vereador mirim.

§ 6º Havendo empate entre os candidatos, os critérios de desempate se darão na seguinte ordem:

I - o candidato que estiver na série superior;

II - o candidato de maior idade.

§ 7º Constituem justificativas de ausência às eleições:

I - atestado médico por doença;

II - participação em jogos, representando o Município, com convocação ou justificativa da Fundação Municipal de Desportos;

III - falecimento de familiar, com atestado ou certidão de óbito.

§ 8º As ausências justificadas na forma do § 7º, deste artigo, não serão contabilizadas para efeito de proporcionalidade.

Art. 9º Os alunos eleitos serão empossados em dezembro de 2014, no Plenário da Câmara Municipal de Blumenau, e o mandato se estende até 31 de dezembro de 2015.

Art. 10. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 1º de outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

ROBERTO TRIBESS
Vice-Presidente

MARCOS DA ROSA
1º Secretário

JENS JUERGEN MANTAU
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 230/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 230/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidora pública municipal, a partir do mês de novembro do ano 2014, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) a art. 25 da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentual abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Márcia Maria Cecon	672-6	14%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de novembro 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº90-14 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014 ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 90/14 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA), e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) conforme identificação a seguir:

	01 – CAMARA DE VEREADORES	
	01 – Câmara Municipal de Vereadores	
	PROJETO: 01.031.0001.2.001	
	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.	
3.3.90	Aplicações Diretas (06).....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Suplementar, de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do seguinte projeto abaixo e respectivo elemento da Câmara Municipal de Vereadores, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

	01 – CAMRA DE VEREADORES	
	01 – Câmara Municipal de Vereadores	
	PROJETO: 01.031.0001.2.001	
	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores.	
4.4.90	Aplicações Diretas (25).....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento legislativo municipal.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, aos 19 de outubro de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra.

Leisi Rauber Wandscheer

1ª Secretária

Bom Retiro

PREFEITURA

946.11.14 - PORT. MEMBROS CONTROLE INTERNO

Portaria n.º 946/14 de 12.11.14.

Altera a Composição dos Membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei n.º 1720 de 17.12.03 e o Art. 57 Parágrafo Primeiro da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03;

Resolve:

Art. 1º Fica alterada a composição dos membros da Unidade de Coordenação do Sistema de Controle Interno, de acordo com a indicação abaixo descrita:

I - Coordenador: Saulo Steimbach

II - Coordenador Adjunto: Neiva Regina Deinani Moretti

III - Secretário: Ercleia Faustino da Mota

IV - Vice Secretário: Verlani Possenti

V - Conselho Fiscal: Marcia Denize Schiestl Grudtner
Maria Elisa Nunes Bianchi
Olávio Rovaris

Art. 2º Pelo período de nomeação os funcionários designados perceberão uma gratificação correspondente a 30% do vencimento do cargo, conforme determina a Lei Complementar n.º 01/03 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário Especialmente a Portaria nº 202/08 de 25.03.08, Portaria nº 099/09 de 04.02.09, Portaria nº 204/2010 de 26.03.10 e a Portaria nº 217/11 de 25.03.2011 e Portaria nº 360/13 de 01.04.13.

Publique-se e Comunique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
12 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Secret. Munic. Adm. e Fazenda

947.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE KARLA K. B. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 947/14 de 12.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 11 de novembro de 2014, a funcionária Carla Karine de Bri-da da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

948.11.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE FRANCISCA AP. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 948/14 de 12.11.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de abril de 2015, a funcionária Francisca Aparecida de Oliveira, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I - Nível 03, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

949.11.14 - P. FÉRIAS CLARICE A. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 949/14 de 12.11.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Clarice Amilda Schlemper, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Centro, para gozá-las a contar de 11 de novembro com término no dia 10 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

950.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MICHELLI P. POLMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 950/14 de 14.11.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 10 de novembro de 2014, a funcionária Michelli Paula Polmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

951.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 951/14 de 14.11.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 12 de novembro de 2014, a funcionária Janete Aparecida Paim de Jesus, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

952.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WILLIBALDO N. FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 952/14 de 14.11.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar doação de sangue, no dia 13 de novembro de 2014, ao funcionário Wilibaldo Neckel Filho, ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

953.11.14 - P. LIC. LUTO MARIA I. S. BRIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 953/14 de 14.11.14
Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 91/2014 de 14 de novembro de 2014 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu irmão Otávio Alfredo da Silva, a contar do dia 09 de novembro de 2014 com término no dia 16 de novembro de 2014 a funcionária Maria Inês da Silva de Brida, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto de Saúde Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

954.11.14 - P.DES. PROF. ANA C. B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 954/14 de 14.11.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Claudia Bruder Moretti, para atuar como Professora 30 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, no período de 12 de novembro com término no dia 19 de dezembro de 2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Alzira Moretti Neckel que se aposentou.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

955.11.14 - P. FÉRIAS PEDRO P. BORBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 955/14 de 14.11.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Pedro Pessoa Borba, Ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária - Padrão I - Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir de 14 de novembro com término no dia 13 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
14 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

956.11.14 - P. FÉRIAS JORGE M. F. MOTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 956/14 de 17.11.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Jorge Murilo Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais - Nível 15, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte à disposição da Justiça Eleitoral.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

957.11.06.14 - P. EXON. JULIANA S. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 957/14 de 17.11.14

Exonera Servidora

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Juliana Souza Cruz, do Cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria N.º 198/14 de 19.02.14, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Irmã Paula, a contar do dia 17 de novembro de 2014, tendo em vista que a mesma não cumpriu com suas obrigações conforme a profissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

958.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERICLEIA F. MOTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 958/14 de 18.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de novembro de 2014, a funcionária Ercicleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

959.11.14 - P. LIC. TRAT. VERA L. C. CLAUMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 959/14 de 18.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2014, a funcionária Vera Lucia da Cruz Claumann, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - Clube de Mães.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

089.14 - DEC. QSE

Decreto N.º 089/14 de 18.11.14

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2253/14 de 18 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.018.2013 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 38.600,00
SubTotal R\$ 38.600,00
Total da Suplementação R\$ 38.600,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.018.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 34.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 4.600,00
SubTotal R\$ 38.600,00
Total Geral das Anulações R\$ 38.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

2253.14 - L_QSE

Lei n. 2253/2014 de 18.11.14

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro nas seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.018.2013 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 38.600,00
SubTotal R\$ 38.600,00
Total da Suplementação R\$ 38.600,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.018.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 34.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.58 - Recursos Salário Educação R\$ 4.600,00
SubTotal R\$ 38.600,00
Total Geral das Anulações R\$ 38.600,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

2254.14 - L. CONSELHO EDUCAÇÃO

Lei n. 2254/2014 de 18.11.14

ESTABELECE NOVOS PARÂMETROS RELATIVOS A CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica criado o novo Conselho Municipal de Educação - (CME) órgão colegiado, integrado ao Sistema Municipal de Ensino, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação, o qual passa a ser disciplinado nos termos da presente Lei.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação exercerá as funções de caráter consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo, de fiscalização e/ou controle social.

CAPÍTULO II**DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I. Elaborar e/ou alterar o seu Regimento Interno;
- II. Normatizar, acompanhar e avaliar a política educacional do Município e o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- III. Analisar leis, decretos e regulamentos relacionados com o ensino, com vistas a sua eficiente aplicação;
- IV. Aprovar e emitir pareceres, instruções normativas e resoluções, por iniciativa própria ou por solicitação dos estabelecimentos de ensino e/ou pela Secretaria Municipal de Educação para a interpretação, complementação, normatização e implementação desta Lei, da legislação vigente e para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- V. Responder a consultas sobre projetos, programas educacionais e experiências pedagógicas renovadoras do Executivo e das escolas;
- VI. Elaborar e estabelecer normas complementares para o ingresso dos alunos sem escolaridade, mediante avaliação e classificação pela escola;
- VII. Estabelecer normas para a autorização de instituições de Educação Infantil da rede privada;
- VIII. Decidir sobre a criação, ampliação, desativação e localização de estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;
- IX. Autorizar o funcionamento das escolas da rede municipal;
- X. Estabelecer diretrizes para elaboração de Regimentos escolares;
- XI. Normatizar a transferência de alunos quando envolver estabelecimentos de ensino do Sistema Municipal de Ensino;
- XII. Supervisionar o recenseamento, a matrícula, a chamada, o acesso, a permanência e a evasão escolar no município;
- XIII. Emitir parecer sobre estudos de recuperação dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;
- XIV. Aprovar os currículos e os cursos dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino;
- XV. Normatizar, autorizar e supervisionar as formas de organização e aproveitamento escolar dos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, respeitada a autonomia dos mesmos;
- XVI. Verificar o cumprimento de dias letivos pelas escolas da rede municipal de ensino;
- XVII. Verificar a habilitação dos profissionais da educação em atuação nas instituições do Sistema Municipal de Ensino;
- XVIII. Verificar se as condições de funcionamento das instituições

- de educação infantil atendem às diretrizes do sistema;
- XIX. Definir critérios para avaliação institucional das escolas do Sistema Municipal de Ensino e propor medidas para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar;
- XX. Sugerir medidas para atualização e aperfeiçoamento dos professores por meio da educação continuada e da formação em serviço;
- XXI. Participar da elaboração do orçamento do Município, em sintonia com o Orçamento Participativo;
- XXII. Participar da definição de padrões mínimos de qualidade para a educação municipal;
- XXIII. Emitir parecer sobre planos de aplicação de recursos do salário-educação, plano de expansão da rede municipal de ensino, proposta orçamentária anual destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, acordos e convênios de colaboração a serem celebrados pelo Poder Público Municipal com as demais instâncias governamentais ou com o setor privado;
- XXIV. Propor diretrizes, auxiliar na elaboração, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação;
- XXV. Acompanhar e controlar a aplicação dos recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- XXVI. Realizar reuniões sistemáticas ampliadas com os segmentos representados no órgão para discutir questões relacionadas à educação municipal;
- XXVII. Promover, no mínimo uma vez por ano, evento educacional de grande porte em parceria com a Secretaria de Educação para discutir o Plano Municipal de Educação, ou avaliar o seu desenvolvimento, ou ainda discutir outras questões educacionais;
- XXVIII. Acompanhar e assessorar as Conferências Municipais de Educação;
- XXIX. Desempenhar outras atribuições do interesse do Município e do Sistema Municipal de Ensino ou que lhe forem atribuídas em decorrência de lei ou regulamento.

CAPÍTULO III**DA COMPOSIÇÃO**

art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será composto por 13 (treze) membros titulares e igual número de suplentes, representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Prefeito Municipal, dentre os quais:

- I. Um representante do Poder Executivo;
- II. Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- III. Um representante da Secretaria do Bem Estar Social;
- IV. Um representante dos professores das escolas privadas;
- V. Dois representantes dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, sendo:
 - a. Um representante do Ensino Fundamental;
 - b. Um representante da Educação Infantil.
- VI. Um representante dos profissionais do Ensino Médio;
- VII. Um representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VIII. Um representante do Conselho Tutelar;
- IX. Dois representantes de pais de alunos;
- X. Um representante de aluno.

§ 1º. Os membros do Conselho constantes nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X serão eleitos por seus pares em assembleias convocadas para esse fim e indicados ao Prefeito Municipal que os designará para exercer suas funções.

§ 2º. Os membros do Conselho deverão residir no Município.

§ 3º. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas.

§ 4º. As funções dos membros do Conselho serão consideradas de relevante interesse social e o seu exercício terá prioridade sobre o de qualquer cargo público municipal de que sejam titulares os seus membros.

§ 5º. Cabe ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizar as instituições para convocação das assembleias que escolherão os novos representantes.

§ 6º. O Poder Executivo, a Secretaria do Bem Estar Social e a Secretaria Municipal deverão indicar os seus representantes.

CAPÍTULO IV

DO MANDATO

art. 5º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de dois anos, permitida a recondução por uma vez consecutiva.

Art. 6º. Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

Art. 7º. Nos casos de afastamento definitivo do membro titular e do respectivo suplente, o Conselho Municipal de Educação, no prazo de trinta dias, a contar do primeiro dia da vacância, organizará a eleição para a escolha do novo representante para conclusão do mandato, na forma do § 1º. do art. 4º, salvo se faltar menos de cento e oitenta dias para a realização de novas eleições.

Parágrafo único - Será considerado como afastamento definitivo a ausência não justificada do conselheiro a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas.

Art. 8º. O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho, serão eleitos por seus pares.

Art. 9º. O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho Municipal de Educação serão eleitos e destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes em Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 10. O Conselho Municipal de Educação se reunirá em Sessão plenária, mensalmente, sendo necessária a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 11. As reuniões do Conselho serão:
I. Ordinárias, realizadas mensalmente;
II. Extraordinária, sempre que convocadas pelo seu Presidente ou por um terço de seus conselheiros.

Art. 12. As decisões do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria dos membros presentes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A composição do Conselho Municipal de Educação dar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - Encerrado o prazo para composição, o Prefeito

Municipal em, no máximo 10 (dez) dias, nomeará os membros do Conselho que iniciarão suas funções imediatamente.

Art. 14. O Poder Público Municipal colocará à disposição do Conselho Municipal de Educação o quadro funcional e demais recursos necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 15. O Conselho Municipal de Educação terá sua sede em dependências cedidas para este fim pelo Poder Público Municipal.

Art. 16. A organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação serão disciplinados em regimento a ser elaborado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação desta Lei, o qual deverá ser aprovado por maioria simples de seus membros e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se todas disposições em contrário, em especial, a Lei nº. 1.404 de 05 de dezembro de 1997, a Lei nº. 1.792 de 15 de setembro de 2005 e a Lei 2.002 de 10 de dezembro de 2009.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

960.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 960/14 de 19.11.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de novembro de 2014, a funcionária Marilu de Almeida, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 119/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 119/2014

ESPÉCIE: fornec. E Instl. De estrutura metálica com telhados. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência. PROCESSO LICITATÓRIO: 036/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014 80.001.04.122.300.1193.44905199.60000 e 80.002.17.512.301.1192.44905199.60000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 18/11/2014; VALOR: R\$ 64.485,43. CONTRATADA: Ancora Metal Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 18 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 018/2014

ESPÉCIE: Reajuste de preços Óleo Diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão PROCESSO LICITATÓRIO: 074/2013. VALOR: R\$ 7.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 13/11/2014; CONTRATADA: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 13 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 045/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 045/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 045/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de cimento e cal. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 046/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 046/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 046/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento de sacolões mensais para os servidores do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 047/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 047/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de retro escavadeira, caminhão basculante, mini escavadeira, trator esteira, escavadeira hidráulica e caminhão munck. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 048/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 048/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 048/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento de areia para o SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 04 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 049/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 049/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 049/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de análises de água. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 05 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 050/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 050/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 050/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento de refeições para os servidores do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 051/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 051/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para produtos químicos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 052/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 052/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 052/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para reagentes e materiais para laboratório. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 09 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 053/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 053/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 053/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento de combustível e serviço de lavagem. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 10 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 054/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 054/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 054/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de impressão e envelopamento de faturas de água. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 10 de dezembro de 2014, às 14:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 055/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 055/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 055/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para fornecimento e instalação de ar condicionado na sede administrativa do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 11 de dezembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EDITAL Nº 003/2014 SAMAEPROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE - Edital nº 003/2014
EXTRATO DE EDITAL

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Brusque, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de pessoal em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação nas funções diversas abaixo especificadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

1- DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo terá por critério de seleção, o tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo.

2- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas na sede administrativa do SAMAE de Brusque, localizada na Rua Dr. Penido, n. 297, Centro de Brusque - SC, CEP: 88350-460, junto ao Setor de Recursos Humanos, no período de 19/11/2014 a 21/11/2014, nos seguintes horários: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

3- DAS VAGAS, FUNÇÕES, REQUISITOS, REMUNERAÇÃO, DESCRIÇÃO E CARGA HORÁRIA

Nº DE VAGA	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO (R\$)	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
03 + CR*	AGENTE DE OBRAS	Formação em Ensino Fundamental Séries Iniciais Incompleta (Obrigatória comprovação de 1ª à 4ª série completa)	R\$ 1.578,38	Conforme Anexo I	40h semanais
01 + CR*	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS	Ensino Básico Incompleto	R\$ 986,49	Conforme Anexo I	40h semanais
01 + CR*	ELETRICISTA	Formação em Nível Médio e Curso Profissionalizante	R\$ 1.578,38	Conforme Anexo I	40h semanais
03 + CR*	OPERADOR DE SISTEMAS ISOLADOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Formação em Ensino Fundamental Séries Iniciais Incompleta (Obrigatória comprovação de 1ª à 4ª série completa)	R\$ 986,49	Conforme Anexo I	40h semanais em regime de escala

* Cadastro de Reserva

4- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO

O candidato no ato da inscrição deverá entregar a ficha de inscrição (Anexo II) devidamente preenchida e revisada, tornando-se após a entrega, o único responsável pela exatidão das informações contidas na mesma, apresentando cópia e original dos seguintes documentos, na ordem estabelecida:

- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor e certidão de quitação com obrigações eleitorais;
- Carteira de Trabalho com PIS/PASEP (folhas que comprovem tempo de serviço) e Certidão de Tempo de Serviço ou Declaração, expresso em anos e meses;
- Certidão de nascimento se solteiro e sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Comprovante de escolaridade exigido (diploma, certificado de conclusão de curso ou histórico escolar);
- Comprovante de residência atualizado (água, luz, telefone) ou cópia do contrato de locação e declaração autenticada em cartório;
- Comprovante de quitação com obrigações militares (sexo masculino);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego

ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (Anexo IV);
k) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (Anexo V); e
l) Declaração de bens (Anexo VI).

5- DO PROCEDIMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Estará classificado o candidato que comprovar, no mínimo, 06 (seis) meses de exercício no cargo para o qual se inscreveu, ou em cargo com atribuições que guardem similaridade, comprovando o tempo de trabalho por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado), devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento.

O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. Pontos
De 06 meses a 01 ano	03 pontos
De 01 ano e 01 dia até 03 anos	05 pontos
De 03 anos e 01 dia até 05 anos	07 pontos
De 05 anos e 01 dia até 07 anos	08 pontos
De 07 anos e 01 dia até 10 anos	09 pontos
Acima de 10 anos	10 pontos

O Edital na íntegra com a ficha de inscrição e demais formulários estará à disposição dos candidatos na sede do SAMAE e no site: www.samaebru.com.br

Brusque/SC, 18 de novembro de 2014.

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente - SAMAE/Brusque

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 124/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 124/2014. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 020/2013. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUSQUE. CONTRATADA: CONSÓRCIO SC ENGENHARIA □ AEROCARTA - ENGEMAP. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO, COM COBERTURA AEROFOTOGRAFÉTRICA E MAPEAMENTO CADASTRAL PARA A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE. VALOR GLOBAL: R\$ 3.089.099,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1901.1017.33903999/10000; 1901.1017.33903999/18300. VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses. SIGNATÁRIOS: Paulo Roberto Eccel e Adão dos Santos.

Brusque (SC), 14 de novembro de 2014.

PORTARIA N. 141/2014 SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 141/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c", da Lei Municipal n. 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais ns. 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002,

sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público a abertura de Processo Seletivo Simplificado n. 003/2014 para contratação em caráter temporário, que se regerá pelas regras estabelecidas em Edital, criado especialmente para o presente propósito.

Art. 2º Criar a Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 003/2014.

Art. 3º Designar para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 003/2014, os seguintes funcionários do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Brusque: DIEGO RIBEIRO PENA, FAUSTO MURILO DIEGOLI E MODESTO VEQUI.

Art. 4º Atribuir à Comissão do Processo Seletivo Simplificado n. 003/2014 o encargo de coordenar, organizar, fiscalizar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito do respectivo Processo Seletivo.

Art. 5º Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 18 de novembro de 2014.

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente - SAMAE/Brusque

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 89/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 089/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 051/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE REPARO NAS VIAS PAVIMENTADAS EM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS EM TODAS AS RUAS MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/11/2015

1ª Publicação.

DL 009/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 009/2014 - FMS

Data: 19/11/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS STENTS FARMACOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA CIRURGIA DE ANGIOPLASTIA NA PACIENTE MARIA GONÇALVES DOS SANTOS, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL. ANEXO MANDADO DE CITAÇÃO DA ORDEM JUDICIAL. AUTOS Nº0302361-35.2014.8.24.0113.

Valor total: R\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA - HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDERBORNHAUSEN

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 19 de Novembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO 11/2014 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 011/2014

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00h às 19:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

1. Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
2. RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
3. CPF
4. Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)
5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira
6. Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)
7. Certidão de casamento
8. PIS/PASEP
9. Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
10. Título de eleitor
11. Certificado de reservista (se masculino)
12. CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
13. Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
14. Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Foto 3x4 atualizada

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico admissional saúde física

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dotos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW. tre-sc.jus.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a

boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 5º - A posse dos candidatos para os cargos de monitória, motorista, Educador Social, Assistente Social e Aux. de Serviços Gerais dar-se a 05 de Janeiro de 2015, para os cargos de merendeira e servente em 19/01/2015 e os demais de que trata este edital dar-se a em 02/02/2015.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 19 de Novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

5 CLASSIFICADO	RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA
6 CLASSIFICADO	JOELMA DOS SANTOS RODRIGUES

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

20 CLASSIFICADO	BRUNO VEADRIGO DE LIMA
21 CLASSIFICADO	MARCIA MACHADO
22 CLASSIFICADO	MANOELA VOLKWEIS FRAINER
23 CLASSIFICADO	SUSAN MARY PEREIRA
24 CLASSIFICADO	ROSELI ANDREIA ALVES
25 CLASSIFICADO	CRISTIANE PIRES DA SILVA
26 CLASSIFICADO	LUIZ MARCELO ARAUJO
27 CLASSIFICADO	ROSANE BEATRIZ DE AZEVEDO
28 CLASSIFICADO	MARIA CRISTINA ZASSO MONTEIRO
29 CLASSIFICADO	GIL MARCOS SOARES
30 CLASSIFICADO	ELISANGELA DOS SANTOS GARDINI
31 CLASSIFICADO	VANESSA MADELEINE NOGUEIRA DA LUZ
32 CLASSIFICADO	JACIARA DA SILVA PADILHA
33 CLASSIFICADO	CARLOS ALBERTO BENTO DA SILVA
34 CLASSIFICADO	ODETE DE OLIVEIRA
35 CLASSIFICADO	DJALMA MARTINS VIANA
36 CLASSIFICADO	ROSEMERI DA SILVA

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

02 CLASSIFICADO	SANDRO LUCHTENBERG
-----------------	--------------------

CARGO : INTERPRETE - LIBRAS

3. CLASSIFICADO	ADRIELI LUCIANE DE OLIVEIRA DE OLIVEIRA
4. CLASSIFICADO	PRISCILA DOS SANTOS
5. CLASSIFICADO	JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA

CARGO: MERENDEIRA

46. CLASSIFICADO	ROSNE WEBBER BONFIM
47. CLASSIFICADO	JAQUELINE MACHADO NESTOR
48. CLASSIFICADO	JACQUELINE DOS SANTOS
49. CLASSIFICADO	CRIZELE SILVA
50. CLASSIFICADO	MARIA NEUZA RODRIGUES
51. CLASSIFICADO	ADREANE IANGUCZESKI
52. CLASSIFICADO	JESSICA GOMES PEREIRA
53. CLASSIFICADO	DEBORA MARTINS
54. CLASSIFICADO	MARIA CRISTINA RODRIGUES FORMOSINHO AGOTINELLI
55. CLASSIFICADO	JURACI CALONICO
56. CLASSIFICADO	CLAUDIA TERESINHA WURDIG DOS SANTOS
57. CLASSIFICADO	ANDREIA DA COSTA MARTINS LIMA
58. CLASSIFICADO	IZOLDE MARIA PEREIRA CACERES
59. CLASSIFICADO	SILVIA SOARES FRAGOSO
60. CLASSIFICADO	SUELI ALVES MARSCHALK
61. CLASSIFICADO	SIRLEI QUINTINO
62. CLASSIFICADO	AMELIA RODRIGUES DE SOUZA
63. CLASSIFICADO	LAURICEIA DUTRA

CARGO : MONITOR

121. CLASSIFICADO	CAMILA RENATA MEDEIROS
122. CLASSIFICADO	CAROLINA VANELLI DE SOUZ
123. CLASSIFICADO	TANIA MARGARETE DOS SANTOS CERATTI
124. CLASSIFICADO	CARMEM ELOISA SASDELLI ELIANE CARLOS PEREIRA
125. CLASSIFICADO	ELIANE CARLOS PEREIRA
126. CLASSIFICADO	FABIANA ROBERTA FORALOSSO
127. CLASSIFICADO	GISELE KUHN
128. CLASSIFICADO	FATIMA REGINA CARVALHO DA SILVA
129. CLASSIFICADO	RAQUEL GOMES DO NASCIMENTO
130. CLASSIFICADO	GLACY ZAMPOLI
131. CLASSIFICADO	JUCELIA APARECIDA LOPES SENHORINHA JOSE
132. CLASSIFICADO	LUCIANA CRISTINA BORMAN KURTEN
133. CLASSIFICADO	GRAZIELE PEREIRA ALVES
134. CLASSIFICADO	JANAINA SANDER
135. CLASSIFICADO	LILIAN CRISTINA PEIXOTO GERVASI
136. CLASSIFICADO	ERICA PARENHO COSTA

137. CLASSIFICADO	MIRIAN ALVES DA ROSA
138. CLASSIFICADO	ROSILEI DEMONTI
139. CLASSIFICADO	VERA LUCIA RAFAELI
140. CLASSIFICADO	VERUSKA ADRIANA LEITE FIRZLAFF
141. CLASSIFICADO	EVANIA APARECIDA VICENTE
142. CLASSIFICADO	NELSI CRISTINA ROSSINI DA SILVA
143. CLASSIFICADO	SIRLENE RAQUEL DE SOUZA NASCIMENTO
144. CLASSIFICADO	HUGO FILIPE CRUZ
145. CLASSIFICADO	LUIS FERNANDO ASSI
146. CLASSIFICADO	LUCIANE TOMAZ RODRIGUES RAMOS
147. CLASSIFICADO	ROSEMARI CANDEIA DONIN
148. CLASSIFICADO	BRUNA PEDROSO VENANCIO
149. CLASSIFICADO	IVONE GORETE FONTANA
150. CLASSIFICADO	RAQUEL AUXILIADORA GOMES DA SILVA
151. CLASSIFICADO	ELIANE CRISTINA FERRAZ
152. CLASSIFICADO	VIVIANE APARECIDA DOS SANTOS
153. CLASSIFICADO	DANIELA WELTER DA SILVEIRA
154. CLASSIFICADO	JAQUELINE DA CRUZ DA SILVA DOS SANTOS
155. CLASSIFICADO	ADRIANE CRISTINA VENSKE PEREIRA
156. CLASSIFICADO	CLEUSA ARAUJO DE JESUS DOS SANTOS
157. CLASSIFICADO	ELEANE DA SILVA MARAFIGA
158. CLASSIFICADO	SANDRA MARIA BELARMINDO DA ROSA
159. CLASSIFICADO	DENIZE OLIVEIRA CORDEIRO
160. CLASSIFICADO	ROSA KAROLINE NUNES
161. CLASSIFICADO	LEONICE BARBOSA
162. CLASSIFICADO	MARIA EDUARDA CAMPOS DE FIGUEIREDO
163. CLASSIFICADO	CARINA DA SILVA
164. CLASSIFICADO	JESSICA DA SILVA REIS
165. CLASSIFICADO	PRISCILA LUANA KOTOSKI
166. CLASSIFICADO	JANIVIA MAGGIO
167. CLASSIFICADO	JULIETE FATIMA DA SILVA
168. CLASSIFICADO	ARLETE SEVERINO ESPINDOLA
169. CLASSIFICADO	MARIA ANDREIA DOS SANTOS SIEVERT
170. CLASSIFICADO	ALUSIANA APARECIDA JUNGES
171. CLASSIFICADO	EDINA VIEIRA RAMOS CLEMENTE
172. CLASSIFICADO	VANESSA PORT MENDONCA
173. CLASSIFICADO	ELIZETE DE FATIMA DE OLIVEIRA AGUIAR
174. CLASSIFICADO	BERNADETE MARIA SILVA GONCALVES
175. CLASSIFICADO	JUCELIO FERREIRA BUENO
176. CLASSIFICADO	ROSILENE APARECIDA FREITAS DE LIMA
177. CLASSIFICADO	VERONICA JANETE PAZ DOS SANTOS KUBIAK
178. CLASSIFICADO	ROSANGELA REGINALDO
179. CLASSIFICADO	DEIZE ALEXANDRA BERNARDES
180. CLASSIFICADO	FABIANA ANDREIA MAN

181. CLASSIFICADO	ANGELA MARIA PASQUALIN REOLON
182. CLASSIFICADO	LUCIANE GALLI FERREIRA
183. CLASSIFICADO	VANESSA LUCHINI
184. CLASSIFICADO	FRANCIELE DA SILVA TAVARES CORREA
185. CLASSIFICADO	DIONEIA APARECIDA GEVIEWSKI DE BRITO STUCHI
186. CLASSIFICADO	FRANCIELI VANZUITA
187. CLASSIFICADO	ANGELICA AMORIM VIEIRA
188. CLASSIFICADO	ALINE FRANCIELLE RUDOLF
189. CLASSIFICADO	ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO
190. CLASSIFICADO	LIGIA PRISCILA DA SILVA
191. CLASSIFICADO	FRANCIELI DOS SANTOS RODRIGUES
192. CLASSIFICADO	TELMA CALHEIROS NICHELE
193. CLASSIFICADO	JOSEFINA DOS SANTOS
194. CLASSIFICADO	LUCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA FRIESE
195. CLASSIFICADO	MARCIA REGINA DAL PIVA
196. CLASSIFICADO	RENATA KARINE GONCALVES DE MORAES
197. CLASSIFICADO	SOLIANE WERNEK
198. CLASSIFICADO	CRISTIANE GABARDO ZACARKIM LONGO
199. CLASSIFICADO	SAMANTA FRANCEZ
200. CLASSIFICADO	CAROLINE LEAO SANT ANA
201. CLASSIFICADO	ELYS EMANUELLA CANDIDO
202. CLASSIFICADO	JESSICA MACHADO
203. CLASSIFICADO	JESSICA CLARO DA SILVA
204. CLASSIFICADO	KARINE DE OLIVEIRA
205. CLASSIFICADO	MAYARA RODRIGUES DOS SANTOS
206. CLASSIFICADO	BRUNA RUSSI DIAS
207. CLASSIFICADO	JAQUELINE VARGAS BATISTA
208. CLASSIFICADO	BARBARA BIANCA ROCHA
209. CLASSIFICADO	JOICY DE SOUZA
210. CLASSIFICADO	JULIA MARIA COPPI KERKHOFF
211. CLASSIFICADO	SILVANA GONCALVES DE CAMPOS MARTINSKI
212. CLASSIFICADO	KARYTTA OICHINSKI VIEIRA
213. CLASSIFICADO	MARIA ALICE BAPTISTA MACHADO
214. CLASSIFICADO	RAQUEL EPIFANIA JOSE D OLIVEIRA
215. CLASSIFICADO	JUCILENE DOS SANTOS QUEVEDO
216. CLASSIFICADO	ADRIELY LUNKES TROJACK
217. CLASSIFICADO	ROSANA AMALIA BATISTA
218. CLASSIFICADO	SOFIA DE CARVALHO GUIMARAES
219. CLASSIFICADO	PATRICIA OURIQUES KIST
220. CLASSIFICADO	LIZANIAS DA SILVA
221. CLASSIFICADO	MIRIAN APARECIDA PORTELA
222. CLASSIFICADO	GISELE REGINA SAVEDRA
223. CLASSIFICADO	LUIZANDRA TEREZINHA CABRAL
224. CLASSIFICADO	INES PALEVODA GAELE
225. CLASSIFICADO	JULIANA MARIA LEITE DE SOUZA
226. CLASSIFICADO	ANDRENISE CASTILHOS DE OLIVEIRA

227. CLASSIFICADO	FERNANDA DA SILVA
228. CLASSIFICADO	THAYLA AGNES CARNEIRO GUIMARAES
229. CLASSIFICADO	ALINI CUNHA ROSA
230. CLASSIFICADO	QUELIN CRISTINI DE OLIVEIRA
231. CLASSIFICADO	ENDY CAROLINE RIBEIRO AMARAL
232. CLASSIFICADO	BARBARA DA SILVA
233. CLASSIFICADO	MAYRA KEFREN VIEIRA
234. CLASSIFICADO	VIVIANE VIGNOLI
235. CLASSIFICADO	ARIANA BIANCHET
236. CLASSIFICADO	AQUELINE DUTRA
237. CLASSIFICADO	JALILI ANE CARDOSO VARGAS
238. CLASSIFICADO	KEILA GERVASIO 5147541
239. CLASSIFICADO	QUEZIA DOS ANJOS
240. CLASSIFICADO	CRISLAINE PEREIRA

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 20 HORAS

01 CLASSIFICADO	GISELE PEREIRA
02 CLASSIFICADO	EDENILSON FERNANDO CATARINA
03 CLASSIFICADO	NADIA COMENALE
04 CLASSIFICADO	JULIO CESAR DA SILVA
05 CLASSIFICADO	ALINE BARBOSA NUNES

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 40 HORAS

01 CLASSIFICADO	HAIDE MARIA MARTINS DE OLIVEIRA
02 CLASSIFICADO	MARCELO JOSE DA SILVA
03 CLASSIFICADO	DEISE SANTOS SOARES
04 CLASSIFICADO	SANTINA ELIZANGELA SEHNEM
05 CLASSIFICADO	EVANDRA CRISTINA DOS SANTOS ESTRELA LAUER
06 CLASSIFICADO	ELIANE MARA TEIXEIRA 4956963
07 CLASSIFICADO	MARGARETE CARDOSO
08 CLASSIFICADO	SILMARA RODRIGUES JORDAN
09 CLASSIFICADO	SANDRA REJANE ALVES
10 CLASSIFICADO	REJANE SARMENTO

CARGO: MOTORISTA

20. CLASSIFICADO	OSVALDO MILTON DA SILVA
21. CLASSIFICADO	OSVALDO FRANCISCO BARNI
22. CLASSIFICADO	ITAMAR DA SILVA
23. CLASSIFICADO	EDER ADRIANO MOSCOFMAN DÍAS
24. CLASSIFICADO	EUGENIO AMADEU MARTINS
25. CLASSIFICADO	MARCELO DE MELO
26. CLASSIFICADO	ANTONIO ADAO DE JESUS
27. CLASSIFICADO	GILBERTO DA SILVA
28. CLASSIFICADO	JOAO FLECH
29. CLASSIFICADO	CLAUDIO CARVALHO BRAGA
30. CLASSIFICADO	EDILEI ROSA DE OLIVEIRA
31. CLASSIFICADO	JEFFERSON ALVES DA SILVA
32. CLASSIFICADO	SAMUEL DOS SANTOS SILVA

33. CLASSIFICADO	JOSE GOMES
------------------	------------

CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL

14. CLASSIFICADO	CLAUDIA MAFFI
15. CLASSIFICADO	EDINA CRISTINA DOS SANTOS PORTO
16. CLASSIFICADO	LUCIANO FLOR

CARGO: PROFESSOR DE ARTE

1. CLASSIFICADO	VERA LUCIA DE JESUS SOUZA
2. CLASSIFICADO	MARIA DE FATIMA DIAS BOEIRA
3. CLASSIFICADO	SANDRA MARA SANTOS BERGAMO
4. CLASSIFICADO	DANUSA APARECIDA CORREIA
5. CLASSIFICADO	ADENILSON DA ROSA PADILHA
6. CLASSIFICADO	ANAQUEL MATTOS DA FONSECA

CARGO PROFESSOR DE CIÊNCIAS

1. CLASSIFICADO	TAISE BODEMULLER
2. CLASSIFICADO	NARA RITA CUNHA DE OLIVEIRA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

6. CLASSIFICADO	RODRIGO PEREIRA
7. CLASSIFICADO	ANDERSON FERNANDO DA SILVA
8. CLASSIFICADO	GRECI NATACHA MABA
9. CLASSIFICADO	DYOLAINE ISABEL BONIFACIO
10. CLASSIFICADO	LUIZ GUSTAVO ERUSTES
11. CLASSIFICADO	EMANUELI APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS
12. CLASSIFICADO	PAMELA KEITY MOROZ
13. CLASSIFICADO	RODRIGO MACHADO KROEGER
14. CLASSIFICADO	LEANDRO BIANCHINI
15. CLASSIFICADO	JEFERSON CARDOSO DE OLIVEIRA
16. CLASSIFICADO	MAIARA PIZZOLATTO BRUSTOLIN
17. CLASSIFICADO	STELA MARIS BONISSONI
18. CLASSIFICADO	VALTECIR BENEVENUTI
19. CLASSIFICADO	LUCIANA CHULTES CIRONE
20. CLASSIFICADO	ELUSA BATISTA
21. CLASSIFICADO	PABLITO ALVARO LINHARES MARCONDES
22. CLASSIFICADO	ELIANE DA ROSA
23. CLASSIFICADO	WAGNER MATIAS

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

1. CLASSIFICADO	SILVANA DOS SANTOS DE ALMEIDA
2. CLASSIFICADO	MARIA ANA RECK
3. CLASSIFICADO	JOSELI ROTT
4. CLASSIFICADO	SUELEN MATEUS ALBINI
5. CLASSIFICADO	ANA PAULA LUIZ RAMOS
6. CLASSIFICADO	DANIELLA FERMINA DA SILVA

7. CLASSIFICADO	TATIANA CAROLINA BERNARDES
8. CLASSIFICADO	VANIA CARLA TRENTIN
9. CLASSIFICADO	SIRLEI MARIA BATISTA
10. CLASSIFICADO	ADRIANA JACQUES
11. CLASSIFICADO	MARILUZA ANTUNES PEREIRA
12. CLASSIFICADO	INDIANARA PINHEIRO
13. CLASSIFICADO	MARLENE MAZUREK
14. CLASSIFICADO	GEOVANA ZACARIAS
15. CLASSIFICADO	GRAZIELA LINHARES DA SILVA CORADINI
16. CLASSIFICADO	ADRIANA FRANCA
17. CLASSIFICADO	FRANCINI REBELO
18. CLASSIFICADO	LUCIENE ELAINE DA SILVA SOUZA
19. CLASSIFICADO	ANDRESA LIDIANE BONA
20. CLASSIFICADO	LUZIA LUZINETE CESAR
21. CLASSIFICADO	THAMYRIS MORAES ROSA
22. CLASSIFICADO	TERESINHA APARECIDA DA ROSA
23. CLASSIFICADO	DULCE DALAGNOL
24. CLASSIFICADO	KALYNN CRYSTINA BRUNETTO SERPA
25. CLASSIFICADO	BEATRIZ LEHRBACH
26. CLASSIFICADO	NATALIA DE VARGAS SANTOS
27. CLASSIFICADO	CARMEN ROSSETTO
28. CLASSIFICADO	CARINE SILVA
29. CLASSIFICADO	GISLAINE KRUHS LEMOS
30. CLASSIFICADO	LISIANI DE FATIMA XAVIER DE SOUZA LIMA
31. CLASSIFICADO	GILMARA DE MORAES HEUSSER
32. CLASSIFICADO	ELVIRA DOS SANTOS QUEIROZ

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

1. CLASSIFICADO	ODILON ISIDRO GOMES FILHO
2. CLASSIFICADO	HERNANDE RUSSI
3. CLASSIFICADO	NILO DE SOUZA MELO
4. CLASSIFICADO	RITA DE CASSIA PAES THOME

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

1. CLASSIFICADO	ROBSON RODRIGO PEREIRA DA FONSECA
-----------------	-----------------------------------

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA INGLESA

1. CLASSIFICADO	DAIANE CRISTINA KROHN
-----------------	-----------------------

CARGO: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

06.CLASSIFICADO	CINTIA DALFOVO
-----------------	----------------

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1. CLASSIFICADO	FABIANA RODRIGUES
2. CLASSIFICADO	RODRIGO CONRADI CEMA
3. CLASSIFICADO	ANTONIO NICOLAU CEZAR DA ROCHA
4. CLASSIFICADO	AMERILDA ROSI DA SILVEIRA CARVALHO

5. CLASSIFICADO	JULIANO KAZAPI
-----------------	----------------

CARGO: PSICÓLOGO

6. CLASSIFICADO	EDUARDO CLAUDIANO FONSECA DA SILVA
7. CLASSIFICADO	KENIA ZAPELINI
8. CLASSIFICADO	JESSICA SALLES DA SILVA
9. CLASSIFICADO	DANIELA GUADAGNIN DE MELLO
10. CLASSIFICADO	ANA CRISTINA MOTER PEREIRA

CARGO: SERVENTE

47. CLASSIFICADO	MARIA ALCINA ALMEIDA DOS SANTOS ROSA
48. CLASSIFICADO	ADELIA APARECIDA CORREA DE JESUS
49. CLASSIFICADO	VIVIANE CRISTINE DO PRADO BATISTA DOS SANTOS
50. CLASSIFICADO	CAMILA SIBIRINO
51. CLASSIFICADO	ELIZANDRA ALVES
52. CLASSIFICADO	HELIA TERESINHA PEREIRA
53. CLASSIFICADO	ROSEMAR APARECIDA FERNANDES
54. CLASSIFICADO	ANA CLAUDIA SERAFIN CATARINA LUZ
55. CLASSIFICADO	CLAUCIMARA MACHADO
56. CLASSIFICADO	SILVANA APARECIDA RUFATTO
57. CLASSIFICADO	SIMONE ALVES DA ROSA VIANA
58. CLASSIFICADO	TATIANE CONSTANT
59. CLASSIFICADO	TATIANE FLORAO
60. CLASSIFICADO	SIMONE PEREIRA
61. CLASSIFICADO	RAQUEL MATINS FAVARA
62. CLASSIFICADO	ROSA MARIA DE SOUZA FLOREN-CIO
63. CLASSIFICADO	FABIANA CRISTINA DOS SANTOS
64. CLASSIFICADO	CLAUDETE APARECIDA TEIXEIRA
65. CLASSIFICADO	NEUSA SOARES
66. CLASSIFICADO	GUILHERMINA KARSTEN
67. CLASSIFICADO	ARLETE DA SILVA
68. CLASSIFICADO	CLEONICE RICARDO DA SILVA
69. CLASSIFICADO	CRISTINA DE FREITAS
70. CLASSIFICADO	SHIRLEY SIBIRINO ALBANO
71. CLASSIFICADO	ANDRESA TEIXEIRA
72. CLASSIFICADO	MAIARA DO VALES
73. CLASSIFICADO	FERNANDA TULER CANCELLA MG
74. CLASSIFICADO	MARTA TANIA MOREIR
75. CLASSIFICADO	DILNEZIA IVANHICHEN
76. CLASSIFICADO	PAULA ANDRESSA GONCALVES MOREIRA
77. CLASSIFICADO	MARIA HELENA BARBOSA TOFANEL
78. CLASSIFICADO	NELCI DOS SANTOS DA SILVA
79. CLASSIFICADO	ELIZETE APARECIDA XAVIER MATOS
80. CLASSIFICADO	JOSOELMA GASPAR KOLHER
81. CLASSIFICADO	CAMILA CARDOSO SILVA
82. CLASSIFICADO	JACKELINE BELARMINO DA SILVA
83. CLASSIFICADO	PAMELA EDINEIA VIEIRA
84. CLASSIFICADO	GESSICA DA SILVA ALEXANDRE

85. CLASSIFICADO	ZELITA LIBERA GONZATO GRIZAO
86. CLASSIFICADO	MARILENE ALVIM QUEIRO
87. CLASSIFICADO	SILVANA SILVA SPRADA
88. CLASSIFICADO	ANDRESSA MARA BANALLI
89. CLASSIFICADO	GRAZIELA BITTENCOURT
90. CLASSIFICADO	RAQUEL ALVES MOREIRA
91. CLASSIFICADO	ELIZABETH REGINA SALSI ALBINO
92. CLASSIFICADO	ROSICLER DE JESUS DOS SANTOS
93. CLASSIFICADO	MARIA DE LURDES DE SOUZA
94. CLASSIFICADO	SANDRA DE MORAES OLIVEIRA
95. CLASSIFICADO	ADRIANA GONCALVES NOGUEIRA
96. CLASSIFICADO	PRISCILLA COSTA
97. CLASSIFICADO	THAIZA DE OLIVEIRA FERREIRA
98. CLASSIFICADO	MARIA DE LOURDES SEVERINO
99. CLASSIFICADO	GEOVANA TAVARES PEDREIRA

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 106/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 106/2014)

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 106/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a "Aquisição árvores naturais da espécie Araucária Columnaris (pinheiro alemão) com 2,5 metros de altura e vasos plásticos para acondicionamento das árvores. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: FLORA HARDT LTDA EPP - CNPJ: 05.210.22/0001-90. A empresa FLORA HARDT LTDA EPP credenciou como representante a Sra. Denise Kampmann, a licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos exigidos no Edital e comprovou enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Na fase de lances a representante concedeu desconto conforme tabela abaixo:.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FLORA HARDT LTDA EPP	152,90	145,00	1ª	HABILITADA

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FLORA HARDT LTDA EPP	34,90	30,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada no ITEM. A licitante apresentou a Certidão Conjunta Federal vencida, considerando que a mesma comprovou Enquadramento como Empresa de Pequeno porte, concede-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis conforme Art.43 § 1º da Lei 123/2006, para apresentação da certidão Conjunta Federal válida. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA 2 - PREGÃO 106/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA Nº. 2

(Processo Licitatório nº. 106/2014)

Considerando que a empresa FLORA HARDT LTDA EPP classificada em primeiro lugar no processo licitatório nº. 106/2014, teve sua habilitação suspensa, por apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União vencida. Considerando que devido ao enquadramento da empresa FLORA HARDT LTDA EPP como Empresa de Pequeno Porte foi concedido prazo para a apresentação da Certidão válida. Nesta data, aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e quatorze RECEBEU-SE tal Certidão de nº. B7BE.3D7A.72C1.5E39, que junta-se ao processo epigrafado, HABILITANDO a empresa FLORA HARDT LTDA EPP fica para o processo licitatório nº. 106/2014. Sendo assim, JULGO a empresa FLORA HARDT LTDA EPP vencedora do processo licitatório nº. 106/2014, modalidade Pregão, com o valor unitário de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para o ITEM 01 e o valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) para o ITEM 02. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por mim,

Maria Cristina Marciniak Munhoz,
Pregoeira do Município de Campo Alegre-SC.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL SÓCIO-EDUCATIVO PARA O DECÊNIO 2014/2024, PMASE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que os Conselheiros aprovaram o Plano Municipal Sócio-educativo para o decênio 201/2024, PMASE do Município de Campo Alegre/SC; Resolve:

Art.1º. Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL SÓCIO-EDUCATIVO PARA O DECÊNIO 2014/2024, PMASE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., na forma do anexo, que é parte integrante desta Resolução.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de Novembro de 2014.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos dezessete dias
do mês de Novembro de 2014.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
DO MUNICÍPIO CAMPO ALEGRE - SC
2014 - 2024

Outubro/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Gestão Atual

Prefeito Municipal Rubens Blaszkowski
Vice Prefeito Sebastião Vendelino Kons
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social Carolina da Costa Telma
Secretária de Educação Leda Carina Munhoz Odia
Secretário da Cultura, Esporte e Turismo Ernesto Larsen
Secretário do Desenvolvimento Econômico Edilson Pruckneski

Comissão Municipal

Zélia Inez Laval
Serviço de Medida Socioeducativa.
Coordenadora

Danielle Almeida da Guia
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
Secretária (titular)

Edithe Maricler Virmond
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Ivanir Narloch Larson
Conselho Tutelar

Márcia Regina Schadeck Friedrich.
Wanderléia Furtado.
Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Taciana Amorim Cunha
Secretaria Municipal de Educação

Ernesto Larsen
Marcelo Lucas Machado
Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Turismo

Luiz Ernandes Wesche.
Polícia Civil de Campo Alegre

Elisário Pires do Prado.
Polícia Militar de Campo Alegre

Magali Engel
Fórum Municipal - Casa da Cidadania.
Secretária (suplente)

Marizete Fátima Sabadin
Chefe de Cartório
2ª Vara - Comarca de São Bento do Sul

Elaboração
Márcia Regina S. Friedrich
Danielle Almeida da Guia
Magali Engel
Zélia Inez Laval
Equipe municipal

Evelise Buzzi - Assistente Social
Assessoria técnica, Orientação/capacitação - AMUNESC

Janice Merigo - Assistente Social
Apoio técnico e material, Orientação/capacitação - FECAM
(www.fecam.org.br)

Agradecemos a todos os que cooperaram com o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Campo Alegre, tanto da administração municipal - Secretarias e representantes das políticas públicas intersetoriais, quanto das instituições de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

- Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, Polícia Civil, Polícia Militar e Poder Judiciário, que com responsabilidade assumiram o compromisso de elaborar esse Plano. Tendo sido uma construção coletiva na direção da garantia de direitos em favor daqueles adolescentes, que por alguma circunstância da sua vida, cometeram ato infracional.

Agradecemos também aos profissionais/técnicos da AMUNESC e FECAM pela dedicação dispensada para com a Comissão Municipal e equipe de elaboração deste Plano.

Esperamos que esse Plano seja um instrumento de trabalho inter-setorial, de modo a implementar/fortalecer o serviço de atendimento socioeducativo no município.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

Art. Artigo

AMUNESC Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina

BPC Benefício de Prestação Continuada

CAPS Centro de Atendimento Psicossocial

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

CEBEM Centro do Bem estar do Menor

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

EGEM Escola de Gestão Pública Municipal

EJA Ensino para Jovens e Adultos

ESF Estratégia Saúde da Família

FECAM Federação Catarinense de Municípios

FIA Fundos para a Infância e Adolescência

LA Liberdade Assistida

MSE Medida Socioeducativa

NASF Núcleo de Atendimento a Saúde da Família

PAIF Serviço de Proteção Integral à Família

PIA Plano Individual de Atendimento

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PPA Plano Plurianual

PSC Prestação de Serviços à Comunidade

PS Posto de Saúde

SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDR Secretaria do Desenvolvimento Regional

SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SST/SC Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina

SUAS Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comissão Municipal de Elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo em capacitação na AMUNESC no dia 16/10/2014.

Figura 2 - Reunião da Comissão Municipal, no dia 17/10/2014, diretrizes de elaboração do Plano.

Figura 3 -

Figura 4 -

Figura 5 -

Figura 6 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Numero de Adolescentes atendidos no município de Campo Alegre entre 01/01/2009 e 30/09/201416

Tabela 2 - Quantidade/porcentagem de adolescentes em acompanhamento de medida socioeducativa por município, em SC17

Tabela 3 - Tipo de ato infracional e numero de procedimentos instaurados e enviados ao Poder Judiciário, 201321

Tabela 4 - Numero de adolescentes envolvidos em ocorrências de atendimento policial em 201322

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Numero de adolescentes atendidos no município no período de 2009 a 2014 16

Gráfico 2 - Porte dos Municípios no Estado de Santa Catarina. 18

Gráfico 3 - Idades dos adolescentes atendidos no serviço de cumprimento de medida socioeducativa em 2013 e 201420

Gráfico 4 - Idade dos adolescentes envolvidos em ato infracional que tiveram procedimento instaurado junto ao Poder Judiciário, em 201321

Gráfico 5 - Procedência dos adolescentes por Bairro 22

Gráfico 6 - Numero de Processos e situação em que se encontra, 201323

Gráfico 7 - Sexo dos adolescentes envolvidos em ato infracional, 201324

Gráfico 8 - População jovem no município, IBGE/201025

Gráfico 9 - Porcentagem da população urbana e população rural, IBGE/201025

SUMÁRIO

1. Introdução 11

2. Metodologia de Elaboração do Plano Municipal 13

3. Diagnóstico e Análise Situacional 15

4. Marcos Legais 30

5. Marcos Conceituais 30

5.1. O Adolescente e o Ato Infracional 31

5.2. Medidas Socioeducativas e o Sistema Plano Municipal de Socioeducativo 32

5.3. As políticas Públicas e o Ato Infracional 36

6. Diretrizes 41

7. Público Alvo 42

8. Objetivos 42

.....	42
8.1. Objetivo Geral	42
8.2. Objetivo Específico	42
9. Resultados Esperados	43
10. Formas de Monitoramento e Avaliação	43
11. Ações Intersetoriais de Atendimento e Metas	44
11.1. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social	45
11.2. Ações específicas de atendimento na Área de Saúde	46
11.3. Educação Municipal	46
11.4. Educação Estadual	47
11.5. Cultura, Esporte e Turismo	47
11.6. Ações Intersetoriais	48
12. Referências Bibliográficas	48
13. Anexos	50

IDENTIFICAÇÃO

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

Vigência 2014 - 2024

Período de elaboração Setembro a dezembro/2014

Prefeitura Municipal

Município Campo Alegre/SC

Gestor Municipal (Prefeito) Rubens Blaszkowski

Porte do Município Pequeno porte I

Endereço Rua Cel. Bueno Franco, 292 - Centro

Telefone (47) 3632-2266

E-mail gabinete@campoalegre.sc.gov.br

Site www.campoalegre.sc.gov.br

Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas

Órgão Gestor Séc. de Saúde e Desenvolvimento Social.

Gestor Municipal (Secretária) Carolina da Costa Telma

Endereço Av. Getulio Vargas - Centro.

Telefone (47) 3632-1621 e 3632-1622

E-mail social@campoalegre.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Presidente Edithe Maricler Virmond

Conselho Tutelar

Presidente Paula Roseliane C. da Cruz Waldmann

Endereço Rua Jorge Lacerda, 86 - Centro

Telefone (47) 3632-2481

E-mail conselhotutelar@campoalegre.sc.gov.br

1. INTRODUÇÃO

As Políticas Sociais compreendem um conjunto de necessidades sociais e políticas estabelecidas socialmente numa determinada sociedade, como resultado e expressão da forma social de reprodução das condições materiais da existência. Como produto e parte da repartição da riqueza socialmente produzida, a política social

corresponde ao embate das forças sociais (DEITOS, 2010, p. 211).

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, de Campo Alegre, dá cumprimento às indicações de Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que reconhece a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento frente a realidade de cada município, bem como, a sistemática das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a Lei. Este Plano tem a p

revisão de execução nos anos de 2014 a 2024, com o objetivo de promover a proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas/ações efetivas, nos eixos de: a) Atendimento inicial; b) Atendimento aos adolescentes e às famílias; c) Medida socioeducativa - Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA); d) Capacitação Profissional; e f) Acompanhamento à egressos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA cabe ao adolescente a responsabilidade por sua prática de ato infracional. A responsabilidade não lhe é imputada mediante legislação penal comum, mas com base nas normas do ECA, sendo submetido a medidas socioeducativas de caráter especial. O atendimento, diferenciado dos adultos, se justifica em razão de sua condição de sujeitos em desenvolvimento biopsicosocial.

No Brasil, assim como em muitos dos países ocidentais, há em seu ordenamento jurídico dois sistemas para responsabilizar a aquele que comete crime ou ato infracional: um sistema penal para adultos, destinado a responsabilizar pessoas com mais de dezoito anos de idade; e um sistema de responsabilização juvenil, que se destina a responsabilizar por seus atos os(as) adolescentes da faixa etária de doze a dezoito anos de idade. Para o Ministério do Desenvolvimento Social (2012), trata-se de uma decisão adotada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 228, que limita a faixa etária até os dezoito anos, para aqueles sujeitos, que se encontra em uma fase de desenvolvimento diferenciada do mundo adulto, possam responder perante um sistema de responsabilidade também diferenciado dos adultos.

A partir de tal compreensão, foi estabelecido um "modelo de responsabilização especial para adolescentes", o qual contempla penalidades especiais e reconhece em seus destinatários uma capacidade de responder pelos atos praticados, em conformidade com sua fase de desenvolvimento. Sendo, assim, somente imputáveis perante seu sistema próprio. No Brasil, são imputáveis perante o Estatuto da Criança e do Adolescente¹ - ECA.

Na Legislação brasileira está previsto um sistema de responsabilização, ao adolescente, composto por medidas socioeducativas, as quais têm natureza sancionatória, no sentido de que são aplicadas aos seus destinatários em decorrência da prática de um ato infracional. Igualmente

são estabelecidas ao(à) adolescente, após apuração da responsabilidade deste(a), mediante processo judicial, no qual cabe ao Estado, por meio do Ministério Público, provar a sua autoria e ao juiz aplicar a medida cabível, proporcional ao ato infracional cometido e ao envolvimento de seu autor. Desta forma, as medidas socioeducativas são respostas do Estado restritivas de direitos, impostas ao sujeito autor, em fase de uma conduta indevida, conforme definição do ordenamento jurídico brasileiro.

A luz da legalidade o ato infracional é o ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. Só há ato infracional se àquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor. O ECA trata do ato infracional, conceituando-o em seu artigo 103 o qual segue: "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal." (BRASIL, 1990). Também de acordo com o ECA, artigo 2º, é considerada criança, "a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade".

No caso de crianças (até 12 anos) são aplicadas medidas protetivas.

Nesse caso o órgão responsável é o CT. Quando o ato infracional é cometido por adolescente (12 a 18 anos) deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente ou pelo serviço correspondente (quando não houver) a quem cabe encaminhar o caso ao Promotor de Justiça que poderá aplicar uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90.

As sanções aplicadas por meio de medidas socioeducativas devem ter a finalidade de oportunizar o (a) adolescente para que reavalie ou elabore seu projeto de vida e também, nesse processo, tenha oportunidades, tecnicamente criadas, para a reflexão do ato cometido.

Diante deste contexto, foi aprovada a Lei nº 12.594, de janeiro de 2012, a qual institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e regulamenta a execução das medidas destinadas ao (à) adolescente que pratique ato infracional (BRASIL, 2012).

O SINASE é o conjunto de ordenamento de princípios, regras e critérios que compreendem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Compreendendo que os adolescentes atendidos no serviço de cumprimento de medida socioeducativa no município de Campo Alegre têm seus direitos garantidos pelo ECA, entende-se que a efetividade desses direitos depende da padronização dos serviços públicos ofertados e da efetividade do trabalho em rede com as demais políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos. Desta forma, espera-se que o Plano de Atendimento Socioeducativo, ora apresentado, seja um instrumento de trabalho para todos(as) aqueles(as) responsáveis pelo atendimento socioeducativo, no intuito de se compreender que o ato infracional praticado por adolescentes não é incorporado como inerente à sua identidade, mas visto como uma circunstância de vida que pode ser modificada.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL

Com a instituição do SINASE, o município de Campo Alegre, a partir de um Termo de Ajuste de Conduta datado em 17 de setembro de 2013, emitido pela Promotoria de Justiça da Comarca de São Bento do Sul, passou a compor e organizar o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O Plano Municipal prevê ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e capacitação para o trabalho, no atendimento dos adolescentes envolvidos com ato infracional, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA (BRASIL, 1990). As ações devem ser elencadas para o período de 10 anos, os quais correspondem de 2014 a 2024 e ao final da elaboração o Plano deverá ser submetido à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Inicialmente, no mês de junho/2014, foi participado de uma capacitação oferecida pela AMUNESC a qual foi desenvolvida pela FECAM/EGEM, que além das orientações técnicas/teóricas também forneceu material de apoio e diretrizes para a elaboração do Plano. Em 14 de outubro/2014 foi instituída a Comissão Intersetorial Municipal e enviado ao Prefeito Ofício solicitando a nomeação dos indicados através de Decreto (cópia anexa). Nos dias 16 e 23 de outubro/2014 os integrantes da comissão participaram de reuniões de assessoria técnica, ofertada pela AMUNESC, para elaboração do Plano, nas dependências da referida instituição, na cidade de Joinville/SC. (imagens e lista de presença nos anexos)

No dia 17 de outubro/2014 foi realizada a primeira reunião da Comissão Intersetorial para definir as ações de cada seguimento, bem como foi apresentada a equipe organizadora, responsável para elaboração/digitação do Plano e qual a metodologia adotada. Também foi apresentado o primeiro conteúdo, já produzido (digitado), do Plano, contendo identificação da Gestão Municipal, da

comissão, introdução e Metodologia de Elaboração. O conteúdo apresentado foi aprovado pelos membros da comissão, cuja maioria se encontrava presente na reunião. (imagens, lista de presença e ata nos anexos)

No dia 21 de outubro, novamente se reuniu a comissão para discutir sobre a elaboração do Plano, bem como para apresentação dos dados coletados para elaboração do diagnóstico municipal. (imagens, lista de presença e ata nos anexos)

Nova reunião ocorreu no dia 24/10 para avaliar o conteúdo já elaborado/produzido do plano, esclarecer dúvidas, finalizar a coleta dos dados para o diagnóstico e estabelecer novas ações. Na reunião estiveram presentes dois representantes do SENAI de São Bento do Sul, os quais socializaram um projeto de iniciação profissional para atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O projeto vem sendo desenvolvido em parceria com o CREAS daquele município, mas pode ser adaptado a outras realidades, no caso, para a realidade do município de Campo Alegre.

Nesta mesma data a Coordenadora da Comissão - Zélia Inez Laval e a presidente do CMDCA - Edithe Maricler Virmond participaram da programação, no horário do meio dia, na Rádio Comunitária local, para informar a comunidade sobre a elaboração do Plano, o que é e qual sua finalidade, dentre outras informações consideradas relevantes. (imagens nos anexos)

No dia 7/11 foi realizada mais uma reunião na sala de reuniões da Casa da Cidadania com a comissão municipal. Nesta data foram analisados os conteúdos: diagnóstico; objetivo geral e específicos; resultados esperados; monitoramento e avaliação e; ações inter-setoriais.

(ata e lista de presença nos anexos)

Novamente reuniu-se a Comissão Municipal no dia 13/11 para revisão final do texto e demais itens do Plano, o qual foi aprovado pela comissão, cabendo algumas correções de digitação a serem revistas e então enviar cópia para o CMDCA para que em reunião extraordinária procedam a aprovação do mesmo. Na mesma reunião também foi discutido sobre a impressão e encadernação dos exemplares a serem entregues as seguintes instituições: Secretarias do município, ao Ministério Público e Judiciário, ao CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente), ao CMDCA, ao prefeito/ vice-prefeito, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, CRAS, AMUNESC e Serviço de Medida Socioeducativa, somando no total 20 unidades exemplares.

Após concluído e impresso o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, será convocado uma audiência pública para apresentação do mesmo e entrega de exemplares as autoridades e representantes de instituições que se fizerem presentes na audiência.

O plano de Atendimento Socioeducativo foi elaborado de forma participativa, com envolvimento da rede intersetorial - assistência social, saúde, educação, cultura esporte e turismo - bem como a participação dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social.

3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico ora apresentado foi elaborado a partir dos dados e informações coletadas junto ao Serviço de atendimento a medidas socioeducativas, ao Poder Judiciário da Comarca de São Bento do Sul, Polícia Militar e Polícia Civil de Campo Alegre.

Conforme, previamente, acordado, todos os dados, referentes ao atendimento socioeducativo, nos diferentes setores, se referem aos atendimentos realizados no ano de 2013. Os dados disponibilizados pelo serviço de atendimento à medida socioeducativa são referentes à idade, sexo e número de adolescentes atendidos no cumprimento de medidas socioeducativas em 2013 e 2014. Com relação aos dados da Polícia civil, estes representam o número de procedimentos instaurados e enviados ao Poder Judiciário, tipos

de atos infracionais cometidos, assim como, procedência dos adolescentes por Bairro, sexo e idade dos adolescentes envolvidos em ato infracional em 2013.

Já os dados disponibilizados pela Polícia Militar apresentam o número de ocorrências de atendimento policial envolvendo adolescentes, também referente ao ano 2013. Da mesma forma, quanto ao Poder Judiciário, são identificados os procedimentos de ocorrência e situação dos Processos encaminhados.

A partir dos dados coletados é que foi elaborado o presente diagnóstico. Neste item, além dos dados do Município de Campo Alegre articulou-se a análise dos dados sobre o "Serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)" em Santa Catarina, em 2013, pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC.

De acordo com os dados apresentados pelo Serviço de atendimento a medida socioeducativa de Campo Alegre, percebe-se que a ocorrência de medidas socioeducativas no município é bastante significativa, por se tratar de município de Pequeno Porte I, com população de 11.748 habitantes, segundo dados do IBGE - Senso/2010.

O serviço de atendimento à medida socioeducativa, em Campo Alegre, iniciou em 2009 e, desde então foram atendidos 47 adolescentes com ocorrência de 53 casos de Ato Infracional, sendo 6 (seis) casos de reincidência.

Na Tabela 1 - Numero de adolescentes (e reincidência) atendidos no município de Campo Alegre entre 01/01/2009 e 30/09/2014:

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº. de adolescentes atendidos	5	15	7	4	11	11 (até 30/09)
Nº. de casos reincidentes.	0	0	0	0	4	2

Fonte: Arquivos do Serviço de atendimento a medida socioeducativa, 2014.

A partir da Tabela 1 - Numero de adolescentes (e reincidência) atendidos no município de Campo Alegre, entre 01/01/2009 e 30/09/2014, pode-se observar a oscilação da ocorrência dos atos infracionais. Em 2009, quando o município iniciou o atendimento, foram atendidos 5 adolescentes. Já no ano seguinte - 2010, o número de atendimento passou para 15 adolescentes; em 2011 foram 7 atendimentos; em 2012 passou para 4 adolescentes atendidos; em 2013 subiu para 11 adolescentes e; em 2014, até o dia 30/09 foram atendidos, também 11 atendimentos a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. No Gráfico 1 - podemos observar a oscilação do número de casos atendidos no Município.

Gráfico 1 - Número de adolescentes atendidos em 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Fonte: Arquivos do Serviço de atendimento a medida socioeducativa, 2014.

Conforme dados da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), com "levantamento realizado, entre dezembro de 2012 e abril de 2013, pela Gerencia de Proteção Especial da SST (Gepes) indica que 220 municípios de Santa Catarina prestam atendimento para aproximadamente 2.465 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas".

Dos 220 municípios que informaram executar o serviço, 61%

acompanham nenhum ou de 1 a 5 adolescentes. Ainda de acordo com a pesquisa, 64% dos adolescentes cumpriram medida pela primeira vez e "36% dos jovens que cumpriram medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) ou de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)" já haviam passado pelo sistema socioeducativo antes (casos de reincidência).

Em relação aos dados da Secretaria de Estado da Assistência Social, Campo Alegre (2013) se configura entre os municípios que atende de 11 a 20 adolescentes, representando o percentual de 13,2% do total de municípios que possuem o serviço de atendimento a medida socioeducativa. Portanto, não configurando como um dos municípios que compõem o percentual da maioria (61%) que é de nenhum ou de 1 a 5 adolescentes. Atualmente não configura nem mesmo a parcela que atende de 6 a 10 casos e que representam 10,9% dos municípios com o serviço.

Tabela 2 - Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município.

Adolescentes em acompanhamento	Quantidade de municípios	Porcentagem de municípios (%)
Nenhum adolescente	42	19,1
De 1 a 5 adolescentes	93	42,3
De 6 a 10	24	10,9
De 11 a 20	29	13,2
De 21 a 40	16	7,3
De 41 a 60	10	4,5
De 61 a 100	3	1,4
Mais de 100	3	1,4
Total	220	100%

Fonte: Gepes/SST, 2013.

Destaca-se na Tabela 2 - (Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município) que, dos 220 municípios que afirmaram executar o serviço de medidas socioeducativas, 19,1% relataram não ter nenhum adolescente com medida socioeducativa em meio aberto no momento da pesquisa; 42,3% estavam atendendo de 1 a 5 adolescentes. Além disso, 10,9% dos municípios estavam atendendo de 6 a 10 adolescentes; 13,2% com atendimento entre 11 e 20 adolescentes; 7,3% dos municípios estavam atendendo de 21 a 40 adolescentes; 4,5% atendo entre 41 e 60 adolescentes; 1,4% estavam atendendo de 61 a 100 adolescentes; e 1,4% dos municípios estavam atendendo mais de 100 adolescentes.

Percebe-se a partir da Tabela 2 - Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município e do Gráfico 2 - Porte dos Municípios no Estado de Santa Catarina, que 61% dos municípios do Estado, em relação a 78,31% dos municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes), atendem até 5 adolescentes. Isso representa para o Estado uma possibilidade de trabalho de prevenção por meio da proteção social básica, para que esses índices não cresçam. O Relatório elaborado pela SST/SC deve servir como base para o planejamento de ações pelo Estado, sendo que compete aos Estados apoiar técnica e financeiramente os municípios.

Gráfico 2 - Porte dos Municípios no Estado de Santa Catarina.

Fonte: IBGE, População Estimada, 2013.

Diante do significativo número de adolescentes atendidos pelo Serviço de medida socioeducativa em nosso município entre os anos de 2009 e 2014 (Tabela 1 - Numero de adolescentes (e reincidência) atendidos no município de Campo Alegre, entre 01/01/2009 e 30/09/2014), percebe-se que o mais evidente princípio do Direito da Criança e do Adolescente, que é aquele de vinculação à Teoria

da Proteção Integral, previsto no art. 227, da Constituição Federal e também no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 1º e 3º, não vem sendo garantido adequadamente (BRASIL, 1988, 1990).

Os direitos especiais de proteção que estão previstos no art. 227, da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 5º, prevendo que: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (BRASIL, 1990).

No entanto, diante do contexto social e econômico, muitas famílias e adolescentes estão com seus direitos fundamentais violados. Sem moradia digna, sem acesso a educação, alimentação e lazer, o que também contribui para a prática de atos infracionais.

Diante da realidade do município de Campo Alegre e da necessidade urgente de pensar alternativas de prevenção em relação ao cometimento de ato infracional, é necessário investir na proteção social básica, por meio de "ações comunitárias" ofertadas pelo CRAS através do Serviço de Proteção Integral a Família - PAIF, em parceria com as demais Secretarias (Educação, Saúde, Agricultura, Esporte e Cultura), para buscar reduzir o índice destes atos. As "ações comunitárias" devem ser executadas nas comunidades em geral, inclusive no meio rural, envolvendo as famílias na discussão do tema.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012), as ações comunitárias são ações de caráter coletivo para a dinamização das relações no território. Possuem um escopo maior do que as oficinas com famílias, por mobilizar um maior número de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território, a partir do estabelecimento de um objetivo comum, que no caso de Campo Alegre é, também, pela redução do cometimento do ato infracional. No município de Campo Alegre, por não possuir Secretaria própria de Assistência Social, a qual está vinculada a Secretaria de Saúde, as ações de atendimento nos serviços de assistência social e, não diferente com o serviço de atendimento socioeducativo, são fragilizados, tanto pela falta de equipes mínimas conforme previsto na NOB/RH/SUAS, quanto pela falta de estrutura física - espaço(s) e material adequados.

Na área do SUAS, atualmente, o município conta com um CRAS que desenvolve o serviço do PAIF, fazendo parte da equipe uma Assistente Social, uma Psicóloga, um Terapeuta Ocupacional, dois estagiários de nível médio e um de nível superior, uma Pedagoga em caráter temporário e dois técnicos/oficineiros também, contratados temporariamente; ligado ao serviço de gestão ocorre os serviços de benefício eventual, média e alta complexidade e conta com duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga que também atende ao CRAS. Sendo que todos os profissionais efetivos, tanto os do CRAS, quanto os ligados à gestão, atuam em outros setores da administração municipal (saúde, APAE, habitação, desenvolvimento urbano, sindicato rural).

O município conta ainda com o serviço de Cadastro Único (CADUNICO) e Bolsa Família (BF) que funcionam junto ao CRAS, são atendidos por um agente administrativo efetivo e um estagiário de nível superior.

Além do CADUNICO/BF são oferecidos cursos do PRONATEC e outras oficinas de integração e desenvolvimento/qualificação para trabalho e renda, nos quais, sempre que possível - considerando-se a idade e/ou a disponibilidade, os adolescentes atendidos no cumprimento de medidas socioeducativas são inseridos nos cursos.

Quanto à idade dos adolescentes envolvidos com ato infracional, em todos os setores, foram analisados somente os dados dos atendimentos de 2013 e no caso do serviço de atendimento a medida socioeducativa, também apresenta dados referentes a 2014. Segundo dados do serviço de atendimento de medida socioeducativa, nos casos ocorridos em 2013 e 2014 os adolescentes apresentavam idade entre 13 e 20 anos de idade, observando-se maior incidência entre 17 e 18 anos.

Gráfico 3 - Idades dos jovens e adolescentes atendidos no serviço de cumprimento de medida socioeducativa em 2013 e 2014.

Fonte: Arquivos do Serviço de atendimento a medida socioeducativa, 2013, 2014.

Com relação aos dados apresentados pela Polícia Civil, estes representam o número de procedimentos instaurados e enviados ao Poder Judiciário em 2013, o tipo de ato infracional, assim como, a procedência dos adolescentes por bairro, a idade e o sexo dos adolescentes envolvidos em ato infracional. Quanto ao número de procedimentos foram 19 registros, sendo 5 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Em relação à idade, esta varia de 12 a 18 anos, percebendo-se maior incidência nos 12 e 17 anos.

Gráfico 4 - Idades e sexo dos adolescentes envolvidos em ato infracional com procedimentos instaurados e enviados ao Poder Judiciário em 2013.

Fonte: Polícia Civil de Campo Alegre, 2013.

Ainda com relação aos dados fornecidos pela Polícia Civil, quanto ao tipo de ato infracional cometido, foram apresentados os seguintes dados: 1 ameaça contra homem; 2 desacato; 6 furto (residência, comércio, veículo, propriedade agrícola); 2 injúria; 4 lesão corporal culposa (mulher, homem, menor); 1 receptação; 1 comunicação falsa de crime ou de contravenção e; 2 dano qualificado. Tabela 3 - Tipo de ato infracional cometidos por adolescentes e nº. de procedimentos instaurados e enviados ao Poder Judiciário.

ATO INFRACIONAL	QUANTIDADE
Ameaça contra homem	1
Desacato	2
Furto (residência, comércio, veículo, propriedade agrícola)	6
Injúria	2
Lesão corporal culposa (mulher, homem, menor)	4
Receptação	1
Comunicação falsa de crime ou de contravenção	1
Dano qualificado	2
TOTAL	19

Fonte: Polícia Civil de Campo Alegre, 2013.

Com relação à procedência dos adolescentes por Bairro, os dados da Polícia Civil demonstra a seguinte situação: 6 adolescentes do Bairro Cascatas; 4 adolescentes no São Miguel; 1 adolescente do Bairro Campestre e; 2 adolescentes, respectivamente para cada um dos Bairros Belo Horizonte, Frágios e Centro e 2 adolescentes de outros municípios. Através do Gráfico 5 pode-se observar uma maior incidência nos Bairros Cascata e São Miguel.

Gráfico 5 - Procedência dos adolescentes por Bairro.

Fonte: Polícia Civil, 2013.

Já os dados disponibilizados pela Polícia Militar apresentam o número de ocorrências de atendimento policial envolvendo adolescentes, também referente ao ano 2013, conforme demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Número de adolescentes envolvidos em ocorrências de atendimento policial, 2013.

Numero de ocorrências de atendimento policial/2013	Nº. de adolescentes envolvidos.
Dirigir sem Habilitação	10
Agressão	1
Envolvidos em uso de bebida alcoólica e induzir a outros menores também no uso.	6
Desacato à autoridade	1
Dano ao Patrimônio Público	1
TOTAL	19

Fonte: Policia Militar, 2013.

Com relação ao Poder Judiciário, são identificados os procedimentos de ocorrência de Processos e qual sua situação, referente a 2013. Segundo dados repassados pelo Cartório da 2ª Vara de São Bento do Sul, Comarca que atende o Município de Campo Alegre, foram "distribuídos 11 atos infracionais, dos quais: 2 com arquivamento diante da atipicidade da conduta atribuída ao investigado; 1 em andamento; 1 com aplicação de medida de advertência; 6 atos infracionais envolvendo 7 adolescentes, com aplicação de outras medidas e a respectiva deflagração da execução de medida socioeducativa e o envio da documentação ao Programa do município".

Gráfico 6 - Numero de Processos e situação em que se encontra.

Fonte: Poder Judiciário, 2013.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2012), sabemos que as condutas violentas de adolescentes, em especial na faixa etária entre 14 e 19 anos, são um problema social de grande importância. No entanto, simplificar a análise de tais condutas, afirmando que existe uma periculosidade maior inerente à faixa etária, seria entender a violência no Brasil e a violência que envolve a juventude a partir de um olhar reducionista e limitado (MDS, 2012).

Neste sentido, ao analisar a complexidade de tal realidade, Assis (1999) afirma que as causas da violência envolvendo a juventude brasileira incluem não apenas o nível individual, mas também estrutural e sociopsicológico.

Enquanto nível estrutural, a autora identifica os contextos sociais da vida dos adolescentes que vêm a cometer ato infracional: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado.

Ainda conforme Assis (1999), todas essas causas não podem ser examinadas de forma determinista, ou seja, sua incidência não necessariamente irá significar que haverá maior violência entre os(as) adolescentes, mas sim que irá depender do conjunto de circunstâncias presentes em cada contexto da ocorrência de violência com maior ou menor grau, em grupos sociais que vivem em determinadas circunstâncias sociais.

Quanto ao sexo dos adolescentes, os dados da Policia Civil e do serviço de atendimento socioeducativo reforçam as estatísticas nacionais e estaduais, onde a maioria dos adolescentes que comete atos infracionais são do sexo masculino. Sendo que os dados da Policia Civil apresentam 5 casos de ato infracional cometidos por meninas, contra 14 casos cometidos por meninos. Já no serviço de atendimento socioeducativo foi verificado que, em 11 atendimentos, apenas um caso de menina cumprindo medida socioeducativa em 2013 e em 2014 (até 30/09), não ocorreu nenhum caso.

Gráfico 7 - Sexo dos adolescentes envolvidos em ato infracional em 2013.

Fonte: Policia Civil e Serviço Socioeducativo, 2013.

Conforme dados do IBGE (2010), o município de Campo Alegre

possui 11.748 habitantes, dos quais 2.035 são crianças e jovens com idade entre 10 e 19 anos, o que representa 17,3% da população total do município. Outro dado significativo é que 61,6% da população residem na área urbana, contra 38,4% que vive no meio rural.

Gráfico 8 - População jovem de Campo Alegre.

Fonte: Dados do IBGE (2010)

Gráfico 9 - Porcentagem da população urbana e população rural.

Fonte: Dados do IBGE (2010)

A população jovem de Campo Alegre conta com os serviços das diversas políticas públicas existentes no município. Na área de saúde conta com duas unidades de atendimento de Estratégia da Saúde Familiar (ESF) - uma localizada na Estrada Principal s/n, em Bateias de Cima, com atendimento de: 01 Médico, 01 Enfermeira, 01 técnica de enfermagem, 01 Dentista, 01 auxiliar de dentista, 01 agente operacional e 9 agentes comunitárias de saúde; e a outra localizada à Rua Paulo Orhick 257, em Bateias de Baixo, com atendimento de 1 médico, 1 enfermeira, 1 técnica de enfermagem, 2 dentista (20 horas cada), 1 auxiliar de dentista, 1 agente operacional, 1 recepcionista e 4 agentes comunitárias de saúde.

Possui um Posto de Saúde (PS) no Bairro Fragosos, localizado à Rua Max Otto Becker, 219, com atendimento de: 1 medico; 1 enfermeira; 1 técnico de enfermagem; 2 dentistas (20 horas cada) e; 1 auxiliar de dentista. A região de abrangência do Posto de Saúde de Fragosos não possui serviço de Agentes comunitárias de saúde. Ainda na área de saúde, possui um Posto de Saúde central, localizado à Rua Irmã Amália Güeler, 22, Centro, com atendimento de: 5 médicos; 3 enfermeiras; 4 técnicas de enfermagem; 2 dentistas (20 horas cada); 1 auxiliar de dentista; 2 agente operacional; 2 farmacêuticos; 1 fisioterapeuta; 1 terapeuta ocupacional; 1 psicólogo; 2 auxiliar de enfermagem; 2 agente administrativo; 2 estagiários e; 5 agentes comunitárias de saúde.

Quanto ao serviço específico de atendimento aos jovens e adolescentes, atualmente estão sendo realizados os seguintes atendimentos: 3 adolescentes gestantes no PS de Fragosos; 6 adolescentes gestantes no PS central e; 2 adolescentes gestantes no ESF de Bateias de Cima; 1 adolescente em tratamento por Doença Sexualmente Transmissível (DST) no PS de Fragosos e; 2 adolescentes com internamento por dependência química, ambos por determinação Judicial.

Ainda com relação ao atendimento juvenil na área da saúde, continuamente são desenvolvidas ações preventivas com Palestras nas Escolas para adolescentes em idade considerada de risco (11 a 15 anos) com tema sobre sexualidade; Vacina contra HPV (Papilomavirus Humano); Distribuição gratuita de preservativos nas Unidades de Saúde; Distribuição de contraceptivos orais e injetáveis para adolescentes em idade fértil, sob orientação médica e; orientações individuais com médicos e enfermeiras.

Com relação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sempre que se apresenta a necessidade de algum tipo de atendimento de saúde é realizado o encaminhamento intersectorial e os mesmos recebem atendimento, com prioridade, na rede local. Já para atendimento especializado existe certa dificuldade de agendamento, pois o município não conta com o serviço, por isso depende do serviço de outros municípios - capital ou municípios pólo.

Já na área da Educação existe a disponibilidade de vagas para inserção dos adolescentes nas escolas municipais (Ensino Fundamental) e Estaduais (Ensino Médio regular e modulado - EJA), projetos culturais (oficinas contra turno) - dança, musicalidade, esporte, feira do livro e coral.

De acordo com pesquisa realizada através da Secretaria Municipal de Educação foi observado que atualmente os problemas mais frequentes, existentes, na rede de Ensino são, dentre outros: a não permanência do adolescente na escola; a defasagem entre

idade do adolescente e série a ser cursada; ausência da família na escola, violência entre os alunos e; bullying.

Também na área de educação e prevenção, o município conta com o programa do PROERDE, desenvolvido pela Polícia Militar em parceria com as Escolas Municipais. O projeto vem sendo desenvolvido no município desde 2003, atendendo alunos do 5º ano, mas há a intenção, para os próximos anos, de continuar atendendo 100% dos alunos do 5º ano e atender também alunos do 7º ano e Pais. Quanto à profissionalização, o município tem pouco a oferecer. Não possui Secretaria de Assistência Social, o serviço está vinculado a Secretaria de Saúde, é identificado como Serviço de Desenvolvimento Social com funcionamento de um CRAS que desenvolve o Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF). Junto ao CRAS também funciona o CADUNICO e o Bolsa Família que também desenvolvem, em parceria com o SENAI de São Bento do Sul, cursos de iniciação e capacitação profissional em diversas áreas pelo PRONATEC.

A população jovem conta ainda com projetos sociais comunitários aprovados pelo CMDCA, financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA), desenvolvidos em parceria com as seguintes instituições: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) com o projeto "Prevenção das deficiências"; Associação de Pais e Professores Escola Municipal Maria José com o projeto "Esporte Comunitário"; e Fundação Educacional de Campo Alegre (FECAM-PO) desenvolvendo o projeto "Inclusão digital para todos".

Em relação ao esporte e lazer para os adolescentes, o município conta com estrutura física razoável, porém o que falta é a disponibilidade de profissionais para desenvolver projetos de interesse social para envolver não só os adolescentes envolvidos com ato infracional, mas a população jovem em geral, com o intuito da prevenção da violência, criminalidade, drogadição e outros. Haja vista, que a população jovem representa 17,3% de toda a população do município (IBGE, 2010).

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, o município conta, atualmente, com 2 ginásios de esporte, um no centro e outro em Bateias de Baixo; 2 campos municipais de futebol, sendo um em Fragosos e um no Centro e; ainda em construção, uma quadra de grama sintética situada no Centro de Campo Alegre. O setor de esporte também desenvolve projetos em parceria com as escolas municipais e Unimed com Escolinha de futebol e os Jogos Estaduais de Santa Catarina (JESC) envolvendo crianças e adolescentes de 12 a 17 anos.

O município conta ainda com a parceria de Instituições governamentais e não governamentais com disponibilidade de vagas para a inserção de adolescentes para o cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade, sendo as seguintes instituições: APAE - Av. Getúlio Vargas, 563 - Centro; Casa da Cidadania - R. Jorge Lacerda, 86 - Centro; Comunidade Evangélica de Confissão Luterana - R. Coronel Bento de Amorim, 504 - Centro; FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre. Rodovia SC 418, 8457, centro; Instituto Santé - Hospital São Luiz - R. Padre Luiz Gilg, 250, centro; Polícia Rodoviária - Rodovia SC 418 - km 38 - São Miguel; CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil (Creche Alegre Infância) - Av. Getúlio Vargas, 584 - Centro; Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Jerônimo Francisco Coelho Pacheco - Bairro Fragosos e; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - R. Altamiro Lobo Guimarães, 231, Centro. Quanto às instâncias que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, o município conta com Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar e Vara da Infância e Juventude através da Comarca de São Bento do Sul. No que tange ao Controle Social, a sociedade se organiza através de Fóruns Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conferência Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Referente ao serviço de atendimento socioeducativo o Estatuto da Criança e do adolescente apresenta um conjunto de medidas que são aplicadas, ao adolescente, mediante autoria de ato infracional.

As medidas socioeducativas em meio aberto - Prestação de Serviço à comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) são medidas aplicadas aos adolescentes que praticam ato infracional de baixa gravidade. Ambas as medidas são aplicadas pelo juizado da Vara da Infância e Juventude. O serviço de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto vem sendo executado no município desde 2009.

Em Campo Alegre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (PSC e LA) vem sendo atendidos, na medida do possível, nas suas necessidades, visando a sua (re) inserção no meio social. O serviço conta com a parceria das diversas instituições governamentais e não governamentais, da rede local de políticas públicas a fim de melhor atender aos objetivos propostos no Plano Individual de Atendimento (PIA), elaborado conjuntamente com o adolescente e familiares, em consonância com os princípios estabelecidos pelo SINASE, buscando estabelecer a possibilidade de interação do adolescente com a comunidade, na elevação da auto-estima e (re)inserção social.

Desta forma, os adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa, sempre que possível e/ou necessário, recebem acompanhamento escolar; atendimento na área de saúde; participação em oficinas e cursos de capacitação ou iniciação profissional e; inclusão em atividades de cultura e lazer.

O serviço de medida socioeducativa em Campo Alegre, atualmente, é atendido por duas profissionais - Assistente Social e Psicóloga, que também atendem a outros setores da administração pública, tais como: CRAS, serviço de Família Acolhedora, APAE, serviços ligados a gestão do Serviço de Desenvolvimento Social, sindicato rural, habitação e serviço de desenvolvimento urbano.

Em relação ao trabalho de atendimento as famílias na execução das medidas, constata-se uma deficiência na rede de serviços oficiais e comunitários de suporte e acompanhamento familiar, principalmente nas áreas de assistência social, habitação e profissionalização. Ainda como dificuldade enfrentada na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, está à falta de espaço físico adequado, equipamentos e materiais, conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); o lapso temporal entre a data em que ocorreu o ato infracional e a execução da medida, bem como, a ausência de serviços para suporte ao adolescente, são algumas das situações que dificultam o trabalho em rede, necessário para garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes autores de ato infracional.

Diante disso, se quer evidenciar que é de fundamental importância que se tenha clareza das conquistas e dificuldades encontradas para fazer valer a Lei 8.069/90 (estatuto da Criança e do Adolescente), e desta forma retirar a efetivamente do papel, assegurando condições dignas de sobrevivência (vida, saúde, alimentação, moradia), de desenvolvimento pessoal e social (educação, lazer, trabalho e cultura) e integridade física, psicológica e moral (liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária) a todos os jovens e adolescentes autores ou não autores de ato infracional.

"A criança e o adolescente têm direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência."
BRASIL, Art. 7º da Lei nº 8.069/90.

4. MARCOS LEGAIS - LEGISLAÇÕES ATUAIS

Para uma intervenção qualificada no atendimento aos adolescentes envolvidos com ato infracional e suas famílias são necessários e fundamentais, no processo, a compreensão de algumas legislações que embasam e fundamentam as ações no município, para tanto foram elencadas as seguintes:

- Constituição Federal de 1988;
- Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/1990;
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução

CNAS nº109/2009 e Reimpressão 2014;
. Política Nacional de Assistência Social/PNAS - Resolução nº 145/2004;
. Sistema único de Assistência Social/SUAS - Lei 12.435/2011;
. Orientações técnicas para o SINASE - Resolução CONANDA nº 119/2006;
. Lei do SINASE - Lei 12.594/2012;

5. MARCOS CONCEITUAIS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, um dos maiores avanços foi a incorporação das políticas sociais como responsabilidade do Estado, vindo a atender às históricas reivindicação das classes trabalhadoras. Nessa direção, a Constituição destaca a Seguridade Social, retira a família do espaço privado, colocando-a como objeto de políticas públicas e afirma direitos da população infanto-juvenil, compreendendo-os como sujeitos de direitos, em condição própria de desenvolvimento e, por isso, possuindo prioridade absoluta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente defende a garantia dos Direitos fundamentais da pessoa humana. Assegura-lhe a oportunidade, lhe faculta o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Responsabilizando a família, a comunidade, a sociedade e o poder público pela garantia da efetivação desses direitos. A partir dos marcos legais apresentados no item 4, serão elencados no item 5 alguns marcos conceituais relativos ao ato infracional, destacando concepções de diversos autores que problematizam o assunto, bem como algumas idéias relevantes no aprofundamento teórico sobre as medidas socioeducativas.

5.1 O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL

A denominação utilizada na legislação brasileira pertinente ao ato infracional é adolescente em conflito com a lei, enquanto que internacionalmente o termo utilizado é o de delinquência juvenil. Faz-se necessário destacar que há inexistência de concordância quanto à nomenclatura mais adequada a ser utilizada. Discutindo a questão, Volpi (1967) salienta que o mais importante a ser considerado é que se trata de adolescentes, isto é, sujeitos em fase especial de desenvolvimento, devendo-se evitar expressões como adolescente infrator, ou pior ainda, menor infrator, por que estas são terminologias com forte conotação ideológica.

Por sua vez SILVA (2002) avalia que o termo delinquência juvenil remete a uma identidade, uma síndrome, ou seja, um quadro relativamente estável, vindo em contradição ao caráter de transitoriedade da adolescência como um momento peculiar do desenvolvimento.

Ao se utilizar estas terminologias, o risco que se corre corresponde à redução da vida e identidade do adolescente ao ato infracional cometido, aspecto amplamente discutido por Foucault (1997 apud VOLPI, 1997) e que se considera pertinente. Apesar disso, o termo delinquência juvenil corresponde a um descritor muito utilizado em bases de dados de textos científicos, de forma que seu uso facilita a busca de outros estudos e a própria divulgação do trabalho, sendo desta forma um termo útil do ponto-de-vista da produção de conhecimento.

Diante disso o cuidado na utilização das nomenclaturas, que vêm carregadas de uma compreensão conceitual do ato infracional e deste praticado por crianças e/ou adolescentes. Salientamos para o fato de que, nos casos em que o ato é praticado por crianças, a essas e suas famílias são aplicadas medidas de proteção e não medidas socioeducativas.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), são crianças as pessoas na faixa etária entre zero e doze anos de idade incompletos e adolescentes aquelas entre doze e dezoito anos de idade. Em situações expressas, no que se refere ao cumprimento de medidas socioeducativas, aplica-se a respectiva Lei a pessoas entre dezoito e 21 anos, quando o ato infracional foi cometido antes de completar dezoito anos.

É sabido que os atos infracionais praticados por crianças e/ou adolescentes resultam de um processo complexo. Nesse sentido, a sua prática não ocorre por causas mensuráveis singularmente, ou ainda, isoladas do contexto em que os fatos ocorrem.

De outra parte, de forma diferenciada do tratamento jurídico previsto na legislação infanto-juvenil para as situações em que as crianças e os adolescentes têm seus direitos violados, nas quais cabe responsabilizar a família, o Estado e a sociedade por tal violação, quando um(a) adolescente viola direitos de outros deverá ser responsabilizado pessoalmente por sua conduta (NICODEMOS, 2006, p. 61-84)

O mais importante, a partir da apresentação do diagnostico, é chamar atenção para que a rede intersetorial - envolvida diretamente na execução das medidas socioeducativas - e o sistema de garantia de direitos do município de Campo Alegre, compreendam a mudança entre a doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral.

Para Custódio (2008) no Brasil, de todo modo, a constituição do Direito da Criança e do Adolescente alcançou uma capacidade de afirmação teórica incontestável, desestruturando todas as demais concepções, que historicamente legitimavam seu anverso, ou seja, o Direito do Menor. Uma aproximação da estrutura interna desses sistemas diversos pode dar melhores indícios destas mudanças, mas de todas elas sem dúvida ficam evidenciadas as radicais transformações no campo dos princípios, regras e conceitos inerentes às duas doutrinas.

O mesmo autor afirma que é preciso advertir que a afirmação do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil não decorre de um modo de acumulação epistemológica², mas antes de tudo, representa ruptura radical com a própria compreensão histórica relativa ao tema. Afirma ainda, que surge com força capaz de varrer todos os pressupostos teóricos da doutrina da situação irregular, primeiro contestando sua própria validade científica, e depois formulando um conjunto de conceitos operacionais, regras, sistemas integrados e articulados em rede que tornaram, absolutamente, incompatível a congruência de um modelo com o outro.

5.2 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Em relação a prática de ato infracional por adolescentes, o ECA, dispõe de medidas socioeducativas que são aplicadas pela autoridade competente, quando necessário. Na aplicação das medidas é levada em conta a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade e as circunstâncias do ato, bem como a disponibilidade de programas e serviços. Essas medidas vão desde a advertência, caracterizada como medida admoestatória (aconselhamento), informativa, formativa e imediata, executada pelo Juiz da Infância e Juventude; a obrigação de reparar o dano; às medidas de meio aberto (PSC e LA); a semiliberdade e; a internação. Esta medida deve ser aplicada aos adolescentes que cometem atos infracionais graves. Sendo que significa a limitação do exercício de ir e vir e a garantia dos direitos necessários à inclusão social, na perspectiva cidadã.

²Estudo crítico dos métodos empregados nas ciências.(Dioc. Lin. Portuguesa)

A fundamentação para a implantação e implementação dessas medidas está referendada na doutrina da proteção integral, que afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente como seres humanos, pessoas em condição especial de desenvolvimento físico, psicológico, social e cultural, devendo, obrigatoriamente, ser tratados com dignidade e respeito.

As medidas de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida possibilitam aos adolescentes infratores a permanência na família e na comunidade conforme preconiza o art. 4º do ECA, no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária. Essas medidas devem ser executadas no espaço geográfico mais

próximo do local de residência do adolescente de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família. Segundo o ECA, art. 86 "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios." E, no art. 88, incisos I e III dispõe sobre a municipalização do atendimento como diretriz dessa política.

A municipalização da execução das medidas socioeducativas de meio aberto é uma exigência da Lei nº 8.069 - ECA, do CONANDA e do SINASE, esclarecendo que a municipalização das medidas deve ser executada no âmbito do município. Desta forma, a proposta do Plano de Atendimento Socioeducativo vem para reforçar as parcerias e intensificar as ações a fim de possibilitar aos adolescentes, a família e a comunidade à participação no processo socioeducativo, proporcionando uma socioeducação de qualidade, rompendo com a cultura punitiva repressiva, viabilizando a transformação da cultura, o respeito aos direitos humanos, especialmente às crianças e adolescentes.

(...) é incontestável que a finalidade primordial existente na imposição de qualquer medida ao adolescente é a busca de sua reabilitação. Não tendo alcançado, ainda, a plena capacidade de responder criminalmente por seus atos, almeja-se que ingresse na maioria penal recuperado (JACOB, 2006, p. 19)

Com o advento da Lei nº 12.594/2012 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabeleceram-se os objetivos das medidas socioeducativas. De acordo com o art. 1º da referida lei, entende-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às conseqüências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

Cabe ressaltar que as medidas socioeducativas configuram uma intervenção externa sobre os adolescentes que praticam algum ato infracional, neste sentido a essência dessas medidas é educativa e pedagógica com conteúdo e natureza jurídica.

Na aplicação das medidas socioeducativas ao adolescente autor de ato infracional não se pode apenas voltar à questão da medida socioeducativa aplicada, ou então apenas para o conteúdo e teor de uma proposta socioeducativa, mas, sim, deve-se levar em consideração o processo pelo qual o adolescente possa desenvolver a sua própria idéia sobre os valores humanos, com o significado para a sua vida e para seu desenvolvimento como pessoa.

Para a execução da medida socioeducativa, tanto o ECA, quanto a lei que institui o SINASE, estabelecem um conjunto de princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam as necessidades das vítimas;

IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;

V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial

o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e

IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

É importante lembrar que para a implementação do SINASE no município, seguindo suas ações e princípios, deve-se ter claro que as responsabilidades não recaem apenas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou no caso do município de Campo Alegre que ainda não possui CREAS, sobre o setor que desenvolve o serviço de atendimento às medidas socioeducativas - Serviço de Desenvolvimento Social, mas prevê um sistema articulado com a rede de atendimento ao adolescente do município pelo sistema de saúde, educação, assistência social, justiça, conforme demonstra a figura abaixo:

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ coord. SINASE

A articulação de ações integradas entre os diversos sistemas de políticas de atendimento ao SINASE consiste no principal desafio para a implementação de políticas públicas que tenham por referência o desenvolvimento integral do adolescente e a responsabilidade compartilhada na garantia dos seus direitos fundamentais. Conforme dispositivos do art. 5º da lei que instituiu o SINASE são competências dos municípios:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado;

II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e

VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Para garantir a oferta de programa socioeducativo de meio aberto, a referida lei, prevê também que os Municípios podem instituir os consórcios, incumbe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

5.3 AS POLITICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO DO ATO INFRA-CIONAL

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de proteção social ao(a) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de LA e de PSC constitui serviço de Média Complexidade integrante da Proteção Social Especial (PSE) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este serviço tem por finalidade:

[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014).

O serviço destina-se a adolescentes, ou jovens, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente. Na sua operacionalização é necessário elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. Fazer o acompanhamento social ao adolescente de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de PSC o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, exemplo: entidades sociais, hospitais, programas comunitários, escolas e outros serviços governamentais. A prestação de serviço deverá: configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral; com jornada máxima de oito horas semanais; não prejudicar a escola e/ou o trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos; e a inserção do adolescente deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora do seu desenvolvimento pessoal e social.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são objetivos deste serviço:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Quanto à execução do serviço se faz necessário:

AMBIENTE FÍSICO com espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de

convivência a atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

RECURSOS MATERIAIS permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

MATERIAIS SOCIOEDUCATIVOS pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados do usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de beneficiários do BPC.

RECURSOS HUMANOS: De acordo com a NOB-RH/SUAS.

Ainda, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014) o trabalho social essencial ao serviço envolve: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de programas e projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

As aquisições de usuários visam garantir o acolhimento em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; ser estimulado a expressar necessidades e interesses. Também, ter acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades e ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social; ter assegurado convivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania. Tendo, ainda, o cesso a:

- Oportunidade que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida;
- Oportunidades de convívio e desenvolvimento de potencialidades;
- Informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu futuro;
- Oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- Experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente;
- Experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites;
- Possibilidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e participar na construção de regras e definição de responsabilidades.

O serviço deve ser ofertado pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) em dias úteis, com possibilidade de operar em finais de semana.

A articulação em Rede deve integrar: Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Serviços das políticas públicas setoriais; Sociedade civil organizada; Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;

Demais órgãos do Sistema de Garantias de Direitos; Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

Para a efetiva garantia de qualidade e eficiência dos serviços prestados o planejamento de ações integradas entre a rede de atendimento e sistema de garantias de direitos é fundamental e indispensável à participação do adolescente e de sua família em todas as etapas do processo.

Quando uma criança ou adolescente se encontra envolvido num conflito de natureza jurídica, sua proteção integral requer o acionamento das políticas de garantia de direitos.

O artigo no 86 do ECA assim define:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1990).

Esta política, a nosso ver, pode ser compreendida/interpretada dentro de quatro grandes linhas de ação, conforme apresentadas no Art. nº 87 do ECA, que são: Políticas de Garantia de Direitos; Políticas de Proteção Especial; Políticas e programas de Assistência Social; e Políticas Sociais Básicas.

A implementação dos programas e ações em cada uma dessas quatro linhas de ação da política de atendimento é regida por um conjunto de seis diretrizes básicas, contidas no Art. 88 do ECA, onde são possíveis visualizar princípios estruturadores do sistema de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente:

☐ Princípio da Descentralização: municipalização do atendimento;

☐ Princípio da Participação: criação de Conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

☐ Princípio da Focalização: criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

☐ Princípio da Sustentação: manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

☐ Princípio da Integração Operacional: atuação convergente e intercomplementar dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública e Assistência Social no atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

☐ Princípio da Mobilização: desenvolvimento de estratégias de comunicação, visando a participação dos diversos segmentos da sociedade na promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

Lima (2001) analisou o conjunto de princípios do Direito da Criança e do Adolescente, merecendo destaque para o estudo sobre os princípios estruturantes e concretizantes. O autor inclui entre os princípios estruturantes a vinculação à teoria da proteção integral, a universalização, o caráter jurídico garantista e o interesse superior da criança e do adolescente. Como princípios concretizantes, Lima (2001) estabelece a prioridade absoluta, a humanização no atendimento, a ênfase nas políticas públicas, a descentralização político-administrativa, a desjurisdicionalização, a participação popular, a interpretação teológica e axiológica (estudo dos valores), a despolicialização, a proporcionalidade, a autonomia financeira e a integração operacional dos órgãos do poder público responsáveis pela aplicação do Direito da Criança e do Adolescente.

De acordo com a Lei nº 12.594/2012 no Art. 5º, § 2º "Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem às funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo [...]” (BRASIL, 2012).

Além disso, o Art. 10, desta mesma Lei, tem previsto que "Os Municípios inscreverão seus programas e alterações, bem como as entidades de atendimento executoras, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" (BRASIL, 2012). Também em conformidade com esta Lei, em seu Art. 11,

Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:

a) o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais educadores;

b) a previsão das condições do exercício da disciplina e concessão de benefícios e o respectivo procedimento de aplicação; e

c) a previsão da concessão de benefícios extraordinários e enaltecimento, tendo em vista tornar público o reconhecimento ao adolescente pelo esforço realizado na consecução dos objetivos do plano individual;

IV - a Política de formação dos recursos humanos; V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com atendimento socioeducativo a ser realizado; e

VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva. (BRASIL, 2012)

É importante lembrar que as transgressões juvenis não sejam exclusividade desta época ou lugar, sendo mesmo meio de afirmação de identidade dos adolescentes, não significando, isoladamente, algum indicativo de vida criminosa no futuro, desde que o contexto social e familiar em que vive possa promover sua socialização e favorecer meios para seu ingresso na vida adulta em condições de proteção, como está previsto em termos legais.

Desta forma, as ações a serem elencadas neste plano visam promover a melhoria, a otimização dos recursos disponíveis, a consolidação de uma rede articulada e integrada de atendimento ao adolescente e a sua família com a implementações de ações sociais eficazes na prevenção da ocorrência do ato infracional.

6. DIRETRIZES

Neste item apresenta-se as diretrizes estratégicas deste Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, as quais apontam o compromisso da comissão intersetorial juntamente com as demais políticas públicas envolvidas e os atores de Garantia de direitos do município de Campo Alegre, com o propósito de que tais diretrizes sejam executadas.

- Gestão compartilhada entre as políticas públicas municipais, em especial saúde, assistência social, educação, esporte cultura e turismo no atendimento aos envolvidos no ato infracional.

- Foco no trabalho socioeducativo por meio da construção de novos projetos de vida pactuados com os adolescentes e suas famílias;

- Incentivo a participação e autonomia dos adolescentes;

- Garantia ao adolescente de reavaliação e progressão da medida Socioeducativa;

- Valorização dos trabalhadores que atuam nas medidas socioeducativas;

- Capacitação dos atores envolvidos com o atendimento das medidas socioeducativas;

- Garantia da oferta e acesso à educação de qualidade, atividades

esportivas, de lazer, cultura e profissionalização;

- Criar a Secretaria Municipal de Assistência Social, atualmente vinculada à Secretaria de Saúde;
- Implementar o serviço de atendimento de medidas socioeducativas com a implantação do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS;
- Compor equipe técnica de referência no atendimento em conformidade com a NOB/RH SUAS;
- implantar o serviço de atendimento CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial para as situações de saúde mental e dependência química;
- Implantar o NASF - Núcleo de Atendimento a Saúde da Família.

7. PÚBLICO ALVO

Adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21 anos, autores de ato infracional antes de ter completado a maioridade (18 anos), residentes no município de Campo Alegre e suas famílias.

8. OBJETIVOS

8.1. OBJETIVO GERAL

Sistematizar o atendimento socioeducativo no Município de Campo Alegre, priorizando estratégias protetivas, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, no sentido de promover um atendimento efetivo e qualificado aos adolescentes e suas famílias.

8.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

- Executar as medidas socioeducativas de forma intersetorial;
- Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo;
- Garantir equipe técnica suficiente para o atendimento socioeducativo;
- Efetivar os objetivos propostos no Plano Individual de Atendimento - PIA;
- Envolver a participação efetiva do Sistema de Garantia de Direitos, em especial o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Capacitação continuada dos técnicos que atuam nas medidas socioeducativas;
- Garantir a participação direta do adolescente na avaliação do cumprimento da medida, quando da elaboração dos relatórios técnicos;
- Definir fluxo de atendimento pela rede intersetorial e pelo sistema de garantia de direitos;
- Implantar a rede de atendimento socioeducativo do Município;
- Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações;
- Implementar os serviços de atendimento na área da saúde com implantação de Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS e Núcleo de Atendimento a Saúde da Família - NASF;

9. RESULTADOS ESPERADOS

- Efetividade no acompanhamento dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa;
- Redução do índice de adolescentes envolvidos com ato infracional;
- Ações articuladas das políticas públicas;
- Fortalecimento das parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para atendimento de adolescentes em conflito com a lei;
- Fortalecimento das relações familiares e comunitárias;
- Iniciação profissional e inserção social/comunitária dos adolescentes envolvidos com o ato infracional;
- A implementação do serviço de atendimento socioeducativo com

implantação do CREAS contendo equipe mínima de profissionais técnicos conforme previsto na NOB-RH/SUAS;

- Assegurado o cesso dos adolescentes autores de ato infracional nas políticas públicas _ educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e etc.
- Atores, que fazem parte da rede de atendimento socioeducativo do Município, com acesso a capacitação continuada;
- Maior conscientização das famílias dos sócio-educandos para interagir com os mesmos e servir também como medida preventiva contra o ato infracional;
- Diminuição da reincidência.
- Atendimento qualificado nas situações de saúde mental e dependência química;

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Campo Alegre será realizado, inicialmente pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, mas, a partir da implantação da Secretaria Municipal de Assistência Social (prevista para 2015), será então, por esta realizada, através do serviço de atendimento de Média Complexidade, contando com a participação fundamental do CMDCA, do CT, do CMAS e demais instâncias de controle social.

O Sistema de monitoramento e avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde possibilitará mensurar, por meio dos relatórios elaborados trimestralmente, nos quais são registradas as ações desenvolvidas no período bem como a justificativa das ações previstas e não realizadas. Desta forma será acompanhado o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos, e, identificado os principais resultados obtidos no trimestre.

Um dos instrumentos de avaliação e monitoramento será a realização de reuniões intersetoriais entre as políticas públicas envolvidas, a comissão municipal e os conselhos de controle social, trimestralmente, podendo, no entanto, ser revista a periodicidade conforme se fizer necessário no desenvolvimento do processo. Outro instrumento será o permanente processo de socialização com grupos focais: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias.

Portanto, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo são de fundamental importância, sendo, a execução deste, continuamente monitorada pelo serviço de atendimento socioeducativo, através da Secretaria correspondente e principalmente pelos Conselhos responsáveis pelo controle social - CMDCA, CT e CMAS.

11. AÇÕES INTERSETORIAIS/ARTICULADAS DE ATENDIMENTO E METAS

11.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Inserir os adolescentes de PSC e LA no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Equipe de atendimento de serviço de medidas socioeducativas ou equipe CREAS quando for implantada	2014 a 2024

Inserir os adolescentes de PSC e LA em serviços nas demais políticas públicas.	Equipe de atendimento do serviço de medidas socioeducativas ou CREAS e gestão da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social ou a Secretaria de Assistência Social a partir de sua implantação no Município.	2014 a 2024
Implantar o Programa Jovem Aprendiz no Município, com prioridade para adolescentes em cumprimento de PSC e LA.	Equipe de atendimento do serviço de medidas socioeducativas ou CREAS; gestão da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social ou a Secretaria de Assistência Social a partir de sua implantação no Município; Indústria e Comércio local.	2014 a 2024
Inserir os adolescentes de PSC e LA e suas famílias nas ações comunitárias ofertadas pelo PAIF.	Serviço de atendimento a Medidas Socioeducativas.	2014 a 2024
Fazer busca ativa dos adolescentes egressos de medidas socioeducativas para inserção nos grupos do PAIF.	Serviço de atendimento a Medidas Socioeducativas.	2014 a 2024
Inserir os adolescentes de PSC e LA em cursos profissionalizantes e mercado de trabalho, sempre que possível.	Serviço de atendimento a Medidas Socioeducativas em parceria com o CRAS/PAIF, SENAI, PRONATEC e outros.	2014 a 2024
Implementar o mapeamento de instituições públicas e entidade socioassistenciais para acolhimento de adolescentes com determinação judicial de cumprimento da PSC.	Equipe de atendimento do serviço de medidas socioeducativas ou CREAS e gestão da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social ou a Secretaria de Assistência Social a partir de sua implantação no Município e CMDCA.	2014 a 2024
Garantir a defesa dos direitos civis e sociais, aos adolescentes de PSC e LA.	Conselho Tutelar, CMDCA e demais órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Polícia Civil, Polícia Militar e Poder Judiciário).	2014 a 2024
Implementar a rede de serviços na área de saúde com implantação de CAPS e NASF	Gestão Municipal de Saúde.	2014 a 2024

11.2. AÇÕES ESPECÍFICAS DE ATENDIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE.

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
-------	--------------	-------

Executar ações de prevenção ao uso de drogas – Estratégia da Saúde Familiar (ESF).	Política de Saúde.	2014 a 2024
Executar ações de prevenção de gravidez precoce – campanhas educativas/preventivas, atendimento ESF.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Garantir aos adolescentes de PSC e LA o atendimento odontológico.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Garantir aos adolescentes de PSC e LA o atendimento geral de saúde sempre que necessário.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Implementar os serviços de atendimento a saúde com implantação de CAPS para as situações de doença mental e dependência química.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Implementar os serviços de atendimento a saúde com implantação do NASF	Política de Saúde.	2014 a 2024

11.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Garantir matrícula para os adolescentes atendidos na PSC e LA no Ensino Fundamental.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024
Garantir aos adolescentes de PSC e LA o acesso às oficinas (contra turno) de dança, musicalidade, esportes e coral.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024
Implementar o apoio ao PROERD para desenvolvimento projeto de atendimento dos adolescentes envolvidos em atos infracionais e suas famílias.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas; Polícia Militar.	2014 a 2024
Garantir o acesso do adolescente de PSC e LA à biblioteca das Escolas Municipais.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024
Garantir o acesso do adolescente de PSC e LA nos projetos culturais e esportivos de contra turno escolar.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024

Implementar os projetos culturais e esportivos existentes e desenvolver novos projetos para atender maior numero possível de crianças e adolescentes no contra turno escolar a fim de prevenir o ato infracional e a violência infantil.	Secretaria Municipal de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024
--	---	-------------

11.4 SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Garantir matrícula no Ensino Médio ou ainda matrícula no sistema de ensino para jovens e adultos – Educação de Jovens e Adultos (EJA).	Secretaria Estadual de Educação e Direção da(s) Escola(s)	2014 a 2024
Implementar os projetos culturais e esportivos existentes e desenvolver novos projetos para atender maior numero possível de crianças e adolescentes no contra turno escolar a fim de prevenir o ato infracional e a violência infantil.	Secretaria Estadual de Educação e Direção da(s) Escola(s)	2014 a 2024
Garantir o acesso do adolescente de PSC e LA nos projetos culturais e esportivos de contra turno escolar.	Secretaria Estadual de Educação e Direção das Escolas.	2014 a 2024

11.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Inserir os adolescentes de PSC e LA nos projetos de esportes – tanto em nível municipal, quanto em nível estadual.	Coordenação do Esporte e Laser.	2014 a 2024
Inserir os adolescentes de PSC e LA nos projetos de cultura e turismo (violão, banda, cursos de preparação para guia de turismo) desenvolvidos no Município.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e turismo.	2014 a 2024
Garantir o acesso à biblioteca pública municipal, Museu e Centro de informações turísticas.	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e turismo.	2014 a 2024
Inserir os adolescentes de PSC e LA (com idade até 16 anos) nas Escolinhas de futebol de parceria com a Unimed e/ou outras.	Coordenação do Esporte e Laser.	2014 a 2024

11.6 AÇÕES INTERSETORIAIS

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Campanha(s) de Conscientização como medida de prevenção do Ato Infracional	Políticas interse- toriais, Comissão Intersetorial, PC, PM e Conselho Tutelar.	2014 a 2024
Fortalecer o PROERD jovem e estruturação do PROERD pais.	Políticas interse- toriais, Comissão Intersetorial e Polícia Militar.	2014 a 2024
Identificar e buscar empresas parceiras para inserção no mer- cado de trabalho.	Políticas interse- toriais e Comissão Intersetorial.	2014 a 2024
Parceria com o SENAI para desenvolvimento de cursos de iniciação profissional.	Políticas interse- toriais, Comissão Intersetorial.	2014 a 2024
Promover ações de pre- venção da violência em suas diversas manifes- tações entre crianças e adolescentes.	Políticas interse- toriais, Comissão Intersetorial, PC, PM, CT e CMDCA.	2014 a 2024

12. REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Brasília-DF: CO- NANDA, 2006.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras provi- dências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Norma Oper- acional Básica - NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assis- tência Social. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). Brasília: MDS, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reim- pressão 2014. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crian- ças e Adolescentes. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº. 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes

e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratica ato infracional; e altera as Leis nos. 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943.

CUSTÓDIO, 2008

DEITOS, 2010

JACOB, 2006

LIMA, 2001

SILVA, 2002

SARAIVA, João batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

VOLPI, 1997

13. ANEXOS

13.1. FOTOS

Registro de imagens de ações realizadas para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Figura 1:

Imagem da comissão na reunião no dia 21/10. Local: sala de reuniões da Casa da Cidadania.

Figura 2:

Imagem da comissão na reunião no dia 21/10. Local: sala de reuniões da Casa da Cidadania.

Figura 3:

Imagem da Comissão na capacitação da AMUNESC no dia 23/10.

Figura 4:

Imagem da capacitação na AMUNESC no dia 23/10.

Figura 5:

Imagem da Comissão na reunião do dia 24/10. Local: sala de reuniões da Casa da Cidadania.

Figura 6:

Imagem da Comissão na reunião do dia 24/10. Local: sala de reuniões da Casa da Cidadania.

13.2. LISTAS DE PRESENÇA.

Lista de presença na reunião realizada no dia 21/10/2014, da ata nº. 02.

Lista de presença da reunião realizada no dia 24/10, ata nº. 03/2014

Lista de presença da reunião realizada no dia 07/11, ata nº. 04/2014

13.3. Atas das Reuniões da Comissão Municipal de elaboração e execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo 2014-2024

Decreto Municipal de nomeação da Comissão Municipal para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, 2014/2024.

Ofício de solicitação de nomeação dos membros da Comissão Municipal de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, 2014/2024.

LEI Nº 4.211 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.211 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO 2.006 QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 15 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Admitem-se os seguintes usos na Zona de Produção (ZP):

| I - Residências unifamiliares R1

| -----

| -----

| II - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

| -----

| -----

| III - Comércio varejista C2

| -----

| -----

| IV - Comércio atacadista C3

| -----

| -----

| V - Escritórios de prestação de serviços e similares S1

| -----

| -----

| VI - Hotéis, pousadas e congêneres S2

| -----

| -----

| VII - Clínicas de Repouso, SPA e similares S3

| -----

| -----

| VIII - Instituições culturais e de ensino E1

| -----

| -----

| IX - Clubes recreativos, de lazer e sedes campestres E2

| -----

| -----

| X - Chácaras, sítios e fazendas E3

| -----

| -----

| XI - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

| -----

| -----

| XII - Instituições públicas e governamentais E5

| -----

| -----

| XIII - Oficinas em geral e postos de combustível S4

| -----

| -----

| XIV - Indústria leve e de pequeno porte I1

| -----

| ----- |

| XV - Agroindústria A1

| -----

| ----- |

| XVI - Microempreendedor Individual MEI

| -----

| ----- |

§ 1º - As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; 04 (quatro) pavimentos para hotéis, pousadas e congêneres sob outorga onerosa; e 03 (três) pavimentos para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa;

b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) para o uso A1 e atividades agrícolas; 2,5% (dois por cento e meio) para os usos R1, MEI, C1, C2, C3, S1, S2, S3 e S4; 20% (vinte por cento) para os usos E1, E2, E3, E4, E5 e I1; 10% (dez por cento) para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa; e 20% (vinte por cento) para os usos S2 e S3 sob outorga onerosa;

1. Os empreendimentos de grande escala e que serão beneficiados pela outorga onerosa deverão ser submetidos ao conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do município de Campo Alegre/SC;

c) Recuo Frontal Mínimo: 10,0 (dez) Metros quando a frente for para via oficial e 16,0 (dezesesseis) metros quando a frente for para Servidão de Passagem;

d) Recuo Lateral Mínimo: 10,0 (dez) Metros;

e) Recuo Fundo Mínimo: 10,0 (dez) Metros;

f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 1% (um por cento) para o uso A1 e as atividades agrícolas; 0,05% (cinco centésimos por cento) para os usos R1, MEI, C1, C2, C3, S1, S2, S3 e S4; 20% (vinte por cento) para os usos E1, E2, E3, E4, E5 e I1; 0,3% (três décimos por cento) para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa; 0,40% (quatro décimos por cento) para os usos S2 e S3 sob outorga onerosa.

1. Os empreendimentos de grande escala e que serão beneficiados pela outorga onerosa deverão ser submetidos ao conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do município de Campo Alegre/SC;

g) Lote Mínimo: 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados) salvo o previsto no parágrafo 2º deste artigo;

h) Testada Mínima: 50,0 (cinquenta) Metros;

i) Taxa de Impermeabilização: 50% (cinquenta por cento)

§ 2º - Quando se tratar de Servidão de Passagem, o lote mínimo de 30.000m² (trinta mil metros quadrados) deverá ter acrescido a sua área total, a área resultante da multiplicação de 12 (doze) metros pela testada da gleba com a Servidão de Passagem.

§ 3º - Será permitida a construção de 1 (uma) residência principal e no máximo mais 3 (três) edificações residenciais de até 70m² (setenta metros quadrados), o que se dará mediante outorga onerosa;

§ 4º - A taxa de ocupação máxima para o uso R1 quando combinadas com os usos I1 e/ou A1 é de 10% (dez por cento), sendo permitido ao excedente, a construção de galpões, estufas e edificações relacionadas a produção;

Art. 2º. O art. 20 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Para fins de controle do uso e ocupação do solo, a área urbana do Município, será dividida nas seguintes zonas:

I - Zona Mista Diversificada - ZMD;

I - Zona Industrial Consolidada - ZIC;

III - Zona Residencial de Expansão - ZRE;

IV - Zona Residencial, Lazer e Turismo - ZRT;

V - Zona Histórica - ZH;

VI - Zona Diversificada com Restrição - ZDR;

VII - Zona de Proteção a Rodovia - ZPR;

VIII - Área de Parque - APQ;

IX - Zona de Preservação Permanente - ZPP;

X - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;

XI - Zona Mista Diversificada 2 - ZMD2;

XII - Zona Industrial - ZI;

XIII - Zona de Proteção a Rodovia 2 - ZPR-2;

XIV - Zona Especial de Interesse Hospitalar - ZEIH.

§ 1º Entende-se por Zona Mista Diversificada (ZMD), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias leves e de pequeno porte, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local.

§ 2º Entende-se por Zona Industrial Consolidada (ZIC), aquelas áreas atualmente ocupadas por indústrias de grande interferência no contexto físico e ambiental do Município. O que exige constante monitoramento e utilização de sistemas de gestão ambiental adequados ao seu potencial de risco e dano, ficando as mesmas condicionadas a crescimento controlado e vetado qualquer acréscimo em área para fins industriais, bem como instalação de novas indústrias.

§ 3º Entende-se por Zona Residencial de Expansão (ZRE), aquela área em que será estimulada maior concentração residencial, sem prejuízo das demais ocupações permitidas de modo a maximizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Para tanto os lotes terão dimensões menores, possibilitando o progressivo adensamento.

§ 4º Entende-se por Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), aquelas áreas que pelas características das belezas naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo da paisagem natural, ou sem causar riscos de degradação, sendo assim, destinadas ao uso residencial e de prestação de serviço turístico e lazer. A área poderá ser ocupada por edificações isoladas, condomínios e construções destinadas para a diversidade de serviços, cultural e lazer, desde que não comprometam a estabilidade do solo. Todas as edificações aí implantadas ficam condicionadas a aprovação do órgão técnico competente. Visto as condições topográficas existentes, empregam-se aqui lotes maiores, com baixa taxa de ocupação, sendo que a vegetação nativa deverá ser preservada no restante do terreno de modo a evitar danos ao solo e as encostas, permitindo uma ocupação em harmonia com as condicionantes físicas do terreno.

§ 5º Entende-se por Zona Histórica (ZH), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 m (quarenta metros) do eixo da via, para ambos os lados, destinadas ao resgate cultural através da preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. São áreas de uso misto e de prestação de serviços, nas quais seus ocupantes deverão garantir sua manutenção. Os lotes serão maiores, com coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e gabarito próprios, para que a paisagem e as edificações antigas fiquem em evidência. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento sequencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados.

§ 6º Entende-se por Zona Diversificada com Restrição (ZDR), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 m (quarenta metros)

do eixo da via, para ambos os lados, conforme anexo 4.1, destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando um melhor aproveitamento da infraestrutura local, devendo, porém, estar garantida a preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento sequencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados.

§ 7º Entende-se por Zona de Proteção a Rodovia (ZPR), aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da SC-301, numa largura de 100 m (cem metros) do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções rodovia, zoneamento e malha urbana, devendo, portanto seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades, podendo os lotes constantes nesta faixa, mas sem confrontação com a referida rodovia, optar pela caracterização do zoneamento contíguo estabelecido.

§ 8º Entende-se por Área de Parque (APQ), aquela área destinada a preservar a diversidade biológica, conservando os recursos da fauna e da flora, bem como os paisagísticos, visando incentivar pesquisas científicas, educação ambiental e recreação ao ar livre, contribuindo ainda para o monitoramento ambiental orientado. Nela será permitida apenas a construção de equipamentos de lazer ao ar livre como quiosques e dependências necessárias aos serviços de conservação bem como, a colocação de mobiliários e equipamentos urbanos e edificação voltada ao uso científico, educacional e cultural compatível com a preservação ambiental. Por ser em locais impróprios ao adensamento urbano criou-se a área de parque com a finalidade de preservar os ecossistemas existentes, em especial a vida silvestre, promovendo ainda um diálogo cooperativo entre o homem e a natureza. Por apresentar notável valor paisagístico e edificações voltadas a educação ambiental, o parque também propicia fortalecer a economia local através do seu potencial turístico.

§ 9º Entende-se por Zona de Preservação Permanente (ZPP), aquelas áreas que devem ser permanentemente preservadas para a garantia do futuro do ambiente e do homem, sendo assim definidas pelo Artigo 4º da Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2.012.

a) Campo Alegre se desenvolveu ao longo de seus rios com a ocupação da faixa de preservação permanente ao longo de seus leitos. Tais edificações além de irregulares, estão construídos às margens dos cursos d'água, comprometendo a vazão natural e aumentando a degradação ambiental. A recuperação e preservação dessas áreas são de fundamental importância no momento atual em que as fontes d'água são prioridade absoluta para garantia do futuro. Essas áreas buscam diminuir a erosão e conseqüentes assoreamentos, promovendo a maior absorção d'água pelas bacias de drenagem. Conseqüentemente permitem a manutenção das fontes hídricas em períodos de estiagem, diminuindo também os riscos de enxurradas e aumentando a qualidade da água para consumo. A preservação dos topos de morro também é fundamental para os aspectos da flora e da fauna locais. Com a entrada em vigor deste zoneamento, essas áreas sofrerão um "congelamento de ocupação" ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas. Será promovido o adensamento e a recuperação da mata ciliar ficando eventuais ocupantes obrigados a sua preservação e manutenção.

§ 10 Entende-se por Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), aquelas áreas destinadas prioritariamente para a recuperação

urbanística, a regularização fundiária e produção de habitações de interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, e espaços públicos em que haja interesse público expresso por esta lei ou por lei específica. A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos.

§ 11 Entende-se por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local.

§ 12 Entende-se por Zona Industrial (ZI), aquelas áreas caracterizadas pela utilização predominantemente industrial. Nestas áreas ficará reservado o direito de preempção para o Município de Campo Alegre.

§ 13 Entende-se por Zona de Proteção a Rodovia 2 (ZPR-2), aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da Rod. SC-110 (Rodovia Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo), numa largura de 100 m (cem metros) do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções rodovia, zoneamento e malha urbana, devendo, portanto seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades, podendo os lotes constantes nesta faixa, mas sem confrontação com a referida rodovia, optar pela caracterização do zoneamento contíguo estabelecido.

§ 14 Entende-se por Zona Especial de Interesse Hospitalar - ZEIH, aquela área contida na Zona Mista Diversificada atualmente ocupada pelo complexo hospitalar. A referida área poderá opcionalmente ser ocupada por gabarito superior ao permitido nas demais zonas de modo a maximizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Visando preservar a qualificação da paisagem, a referida zona terá taxa de ocupação menor para manter áreas livres com jardim e/ou circulação de pessoas".

Art. 3º. O art. 24 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada (ZMD):

| I - Residências unifamiliares R1

| II - Residências multifamiliares R2

| III - Hotéis, pousadas e congêneres S2

| IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

| V - Comércio varejista C2

| VI - Comércio atacadista C3

----- |
VII - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1
VIII - Clínicas de saúde, hospitais e laboratórios S3

IX - Instituições culturais e de ensino E1

X - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

XI - Instituições públicas e governamentais E5

XII - Indústria leve e de pequeno porte I1

XIII - Microempreendedor Individual MEI

Parágrafo Único. As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

- Gabarito Máximo: 04 (quatro) pavimentos;
- Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) para os usos R1, R2, E4 e I1; e 70% (setenta por cento) para os usos C1, C2, C3, S1, S2, S3, E1 e E5;
- Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) Metros somente para o uso R1;
- Recuo frontal mínimo com estacionamento: 6,0 (seis) metros;
- Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50cm (cinquenta centímetros) por pavimento (escalamento);
- Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50cm (cinquenta centímetros) por pavimento (escalamento);
- Coefficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito);
- Lote mínimo: 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área útil;
- Testada mínima: 12,00 (doze) Metros;

Art. 4º. O art. 26 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Admite os seguintes usos na Zona Residencial de Expansão (ZRE):

I - Residências unifamiliares R1
II - Residências multifamiliares R2

III - Comércio varejista C2

IV - Comércio atacadista C3

V - Escritório de prestação de serviços e profissionais liberais S1

----- |
VI - Hotéis, pousadas e congêneres S2
VII - Clínicas de Saúde, hospitais, laboratórios e similares S3

VIII - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

IX - Instituições culturais e de ensino E1

X - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

XI - Instituições públicas e governamentais E5

XII - Microempreendedor Individual MEI

XIII - Oficinas em geral e postos de combustível S4

XIV - Indústria leve e de pequeno porte I1

§1º Admite-se os usos S4 e I1 na Zona de Produção (ZP) apenas nas margens da Rodovia SC-418.

§2º As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- Gabarito máximo: 04 (quatro) pavimentos;
- Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- Recuo frontal mínimo: 5,0 (cinco) Metros
- Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta centímetros) por pavimento (escalamento);
- Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta centímetros) por pavimento (escalamento);
- Coefficiente de aproveitamento máximo: 2 (dois);
- Lote mínimo: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área útil;
- Testada mínima: 12,00 (doze) Metros;

Art. 5º. O art. 27 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. Admite-se na Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares R1
II - Hotéis, pousadas e congêneres S2

III - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares S3

IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

V - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre E2

VI	-	Chácaras, sítios e fazendas	E3
	-	-	-
VII	-	Clínicas de repouso, SPA e similares	S3
	-	-	-
VIII	-	Instituições culturais e de ensino	E1
	-	-	-
IX	-	Associações comunitárias, igrejas e similares	E4
	-	-	-
	X	Microempreendedor Individual	MEI
	-	-	-

§1º No uso R1 será permitida a construção em proporção máxima de 01 (uma) unidade para cada 800m² (oitocentos metros quadrados) de terreno;

§2º Os usos E1, E2 e E4 deverão ser submetidos a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Alegre/SC;

§3º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; 03 (três) pavimentos para o uso R1, sob outorga onerosa; e 04 (quatro) pavimentos para os usos S2 e S3, sob outorga onerosa;
- b) Taxa de ocupação máxima: 20% (vinte por cento); e 40% para os usos R1, S2 e S3, sob outorga onerosa;
- c) Recuo frontal mínimo: 6,0 (seis) Metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) Metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) Metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,4 (zero vírgula quatro); 1,2 (um vírgula dois) para os usos R1, sob outorga onerosa; e 1,6 (um vírgula seis) para os usos S2 e S3, sob outorga onerosa;
- g) Lote mínimo: 3.200,00m² (três mil e duzentos metros quadrados);
- h) Testada mínima: 25,00 (vinte e cinco) Metros;

Art. 6º. O art. 28 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. Admite-se na Zona Histórica (ZH), os seguintes usos:

I	-	Residências unifamiliares	R1
	-	-	-
II	-	Residências multifamiliares	R2
	-	-	-
III	-	Hotéis, pousadas e congêneres	S2
	-	-	-
IV	-	Bares, restaurantes, pizzarias e similares	C1
	-	-	-
V	-	Clubes recreativos, de lazer, sede campestre	E2
	-	-	-
VI	-	Chácaras, sítios e fazendas	E3
	-	-	-
VII	-	Clínicas de repouso, SPA e similares	S3
	-	-	-
VIII	-	Instituições culturais e de ensino	E1
	-	-	-
IX	-	Agroindústrias	A1

	-	-	-
X	-	Microempreendedor Individual	MEI
	-	-	-

§1º Os usos comerciais, de serviços, institucionais e agroindústrias, deverão ser submetidos ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Alegre/SC;

§2º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- c) Recuo frontal mínimo: 7,0 (sete) Metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) Metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) Metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 01 (um);
- g) Lote mínimo: 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) de área útil;
- h) Testada mínima: 15,00 (quinze) Metros.

Art. 7º. O art. 29 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Admite-se na Zona Diversificada com Restrição (ZDR), os seguintes usos:

I	-	Residências Unifamiliares R1
	-	-
II	-	Residências Multifamiliares R2
	-	-
III	-	Comércio varejista C2
	-	-
IV	-	Comércio atacadista C3
	-	-
V	-	Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1
	-	-
VI	-	Hotéis, pousadas e congêneres S2
	-	-
VII	-	Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares S3
	-	-
VIII	-	Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1
	-	-
IX	-	Instituições culturais e de ensino E1
	-	-
X	-	Associações comunitárias, igrejas e similares E4
	-	-
XI	-	Instituições públicas e governamentais E5
	-	-
XII	-	Postos de combustíveis S4
	-	-
XIII	-	Microempreendedor Individual MEI
	-	-

§ 1º O uso determinado no inciso XII não inclui oficinas em geral;
§ 2º As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (quatro) pavimentos;
 b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) para os usos R1, R2 e E4; e 70% (setenta por cento) para os usos C1, C2, C3, S1, S2, E1 e E5;
 c) Recuo frontal mínimo: 6,0 (seis) Metros;
 d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
 e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
 f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito);
 g) Lote mínimo: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados) de área útil;
 h) Testada mínima: 12,00 (doze) Metros;
 §3º É facultado ao interessado que assim requerer junto a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, ocupar o alinhamento frontal e/ou laterais, até o 2º pavimento, o que se dará mediante outorga onerosa e a devida aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município;
 §4º É facultado ao interessando que assim requerer junto a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC utilizar a Taxa de Ocupação (TO) em até 90% (noventa por cento) e o coeficiente de aproveitamento (CA) em até 3,6 (três vírgula seis), o que se dará mediante outorga onerosa e a devida aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município.

Art. 8º. O art. 30 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Admite-se na Zona de Proteção à Rodovia (ZPR), os seguintes usos:

I	-	Residências	unifamiliares	R1
II	-	Comércio	varejista	C2
III	-	Comércio atacadista e Depósitos em geral		C3
IV	-	Hotéis, pousadas e congêneres		S2
V	-	Bares, restaurantes, pizzarias e similares		C1
VI	-	Clubes recreativos, de lazer, sede campestre		E2
VII	-	Chácaras, sítios e fazendas		E3
VIII	-	Clínicas de repouso, SPA e similares		S3
IX	-	Associações comunitárias, igrejas e similares		E4
X	-	Oficinas em geral e postos de combustíveis		S4
XI	-	Indústria I1		
XII	-	Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais		S1
XIII	-	Microempreendedor Individual		MEI

-----|
XIV - Instituições culturais e de ensino E1

-----|
XV - Instituições públicas e governamentais E5

Parágrafo Único. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; e 04 (quatro) pavimentos para os usos S2, E1 e E5, sob outorga onerosa;
 b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) em geral e 20% (vinte por cento) para o uso R1;
 c) Recuo frontal mínimo: A faixa de domínio do DEINFRA, mais 05 (cinco) Metros de recuo para a construção; dentro dos 05 (cinco) Metros permite-se a construção de até 25,00m² (vinte e cinco Metros quadrados), quando se tratar de guaritas, portarias ou similares;
 d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros em geral e 5,0 (cinco) Metros para a Rodovia SC-418;
 e) Recuo fundo mínimo: 5,0 (cinco) Metros;
 f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 02 (dois);
 g) Lote mínimo: 1.500,00m² (um mil e quinhentos Metros quadrados);
 h) Testada mínima: 30,00 (trinta) Metros.

Art. 9º. O art. 31 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Admite-se na Área de Parque (APQ), os seguintes usos:

I	-	Residências	unifamiliares	R1
II	-	Hotéis, pousadas e congêneres		S2
III	-	Bares, restaurantes, pizzarias e similares		C1
IV	-	Clubes recreativos, de lazer, sede campestre		E2
V	-	Chácaras, sítios e fazendas		E3
VI	-	Instituições culturais e de ensino		E1
VII	-	Instituições públicas e governamentais		E5
VIII	-	Microempreendedor Individual		MEI

§1º As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; e 04 (quatro) pavimentos para o uso S2, sob outorga onerosa;
 b) Taxa de ocupação máxima: 40% (quarenta por cento);
 c) Recuo frontal mínimo: 5,0 (cinco) Metros;
 d) Recuo lateral mínimo: 2,0 (dois) Metros;
 e) Recuo fundo mínimo: 2,0 (dois) Metros;
 f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,8 (zero vírgula oito);
 g) Lote mínimo: 540m² (quinhentos e quarenta Metros quadrados) de área útil;
 h) Testada mínima: 18,00 (dezoito) Metros.

§2º. Todos os usos deverão ser submetidos a aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campo Alegre/SC.

Art. 10. O art. 33 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Admite-se os seguintes usos na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):

| I - Residências unifamiliares R1

| II - Residências Multifamiliares R2

| III - Residências multifamiliares S2

| IV - Instituições culturais e de ensino E1

| V - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

| VI - Instituições públicas e governamentais E5

§1º. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 70% (setenta por cento);
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) Metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito);
- g) Lote mínimo: 200m² (duzentos Metros quadrados) de área útil;
- h) Testada mínima: 10,00 (dez) Metros;

§2º. As edificações localizadas na referida Zona e que já se encontram em desconformidade com os índices e usos estabelecidos neste artigo serão regularizados por Lei específica.

Art. 11. O art. 34 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada 2 (ZMD-2):

| I - Residências unifamiliares R1

| II - Residências multifamiliares R2

| III - Hotéis, pousadas e congêneres S2

| IV - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

| V - Comércio varejista C2

| VI - Comércio atacadista C3

| VII - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1

| VIII - Clínicas de saúde, hospitais, laboratórios e similares S3

| IX - Instituições culturais e de ensino E1

| X - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

| XI - Instituições públicas e governamentais E5

| XII - Indústrias I

| XIII - Microempreendedor Individual MEI

Parágrafo Único. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) para os usos R1, R2 E4 e I; e 70% (setenta por cento) para os demais usos;
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) Metros somente para o uso R1;
- d) Recuo frontal com estacionamento mínimo: 6,0 (seis) Metros;
- e) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
- f) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) Metros;
- g) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito);
- h) Lote mínimo: 360m² (trezentos e sessenta Metros quadrados) de área útil;
- i) Testada mínima: 12,00 (doze) Metros;

Art. 12. O art. 35 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Admite-se os seguintes usos na Zona Industrial (ZI):

| I - Residências unifamiliares restritas R3

| II - Comércio atacadista e depósitos em geral C3

| III - Indústrias I

| IV - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1

| V - Oficinas em geral e postos de combustíveis S4

| VI - Instituições culturais e de ensino E1

| VII - Instituições públicas e governamentais E5

| VIII - Condomínios Industriais CI

§1º Para o uso R3, será permitida apenas uma residência por lote, limitada esta a 90m² (noventa Metros quadrados);

§2º É permitido no caso do uso CI a combinação dos usos C1, C2, S2, S3 e E2 ao condomínio;

§3º O uso E1 deverá ser submetido à aprovação pelo Conselho Municipal de Educação;

§4º As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos;

- b) Taxa de ocupação máxima: 70% (setenta por cento);
 c) Recuo frontal mínimo: 10,0 (dez) Metros;
 d) Recuo lateral mínimo: 5,0(cinco) Metros;
 e) Recuo fundo mínimo: 5,0(cinco) Metros;
 f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 1,5 (um vírgula cinco);
 g) Lote mínimo: 1.500,00m² (um mil e quinhentos Metros quadrados) de área útil;
 h) Testada mínima: 30,00 (trinta) Metros;

Art. 13. O art. 35-A da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35-A. Admite-se na Zona de Proteção à Rodovia 2 (ZPR-2) os seguintes usos:

I	-	Residências unifamiliares	R1

II	-	Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1	

III	-	Comércio varejista C2	

IV	-	Comércio atacadista C3	

V	-	Instituições culturais e de ensino E1	

VI	-	Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1	

VII	-	Hotéis, pousadas e congêneres S2	

VIII	-	Clínicas de repouso, SPA e similares S3	

IX	-	Oficinas em geral e postos de combustíveis S4	

X	-	Instituições culturais e de ensino E1	

XI	-	Clubes recreativos, de lazer, sede campestre E2	

XII	-	Chácaras, sítios e fazendas E3	

XIII	-	Associações comunitárias, igrejas e similares E4	

XIV	-	Instituições públicas e governamentais E5	

XV	-	Indústrias I	

XVI	-	Microempreendedor Individual MEI	

Parágrafo Único. As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; e 04 (quatro) pavimentos para os usos S2, E1 e E5, sob outorga onerosa;
 b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) em geral; e 20% (vinte por cento) para o uso R1;

- c) Recuo frontal mínimo: A faixa de domínio do DEINFRA, mais 05 (cinco) Metros de recuo para a construção; dentro dos 05 (cinco) Metros permite-se a construção de até 25,00m² (vinte e cinco Metros quadrados), quando se tratar de guaritas, portarias ou similares;
 d) Recuo lateral mínimo: 5,0(cinco) Metros;
 e) Recuo fundo mínimo: 5,0(cinco) Metros;
 f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,4 (zero vírgula quatro);
 g) Lote mínimo: 1.500,00m² (um mil e quinhentos Metros quadrados) de área útil;
 h) Testada mínima: 30,00 (trinta) Metros;

Art. 14. O artigo 36 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. Quanto aos usos observar-se-à ainda o seguinte:

I - É considerada edícula qualquer área construída não habitável de no máximo 60,00 m², com afastamento mínimo de 3 metros de outras construções.

II - Qualquer edificação, que utilizar as divisas de lados e fundos, não deverá ultrapassar o máximo de 30% (trinta por cento) do perímetro por lote, sendo permitidas as construções utilizando as divisas apenas nas seguintes Zonas: ZMD, ZMD-2, ZEIS, ZRE e ZDR;
 III - Nas Zonas de uso denominadas ZPR e ZPR-2 serão permitidas as ocupações de divisas apenas nos lotes consolidados e com frente inferior a 16,00 (dezesesseis) Metros;

IV - O índice de impermeabilização é a área do lote que pode ser coberta ou impermeabilizada com qualquer material impermeável. Admite-se no máximo 10 pontos percentuais somados à taxa de ocupação permitida para a Zona, não devendo exceder este limite;
 V - O uso Microempreendedor Individual (MEI) nas Zonas APQ, ZI, ZEIS ZH, ZP, ZRT, ZT e PPP com ocupação consolidada, será permitida, desde que a atividade seja compatível com o uso residencial, não podendo caracterizar estabelecimento tipicamente comercial;

VI - No caso do inciso anterior a atividade desempenhada pelo Microempreendedor Individual poderá seguir os índices urbanísticos do uso R1, ficando este enquadramento à critério da Administração Pública Municipal.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.212 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.212 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNI-
CIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

**LEI N º. 4089/14, DE 19/11/2014, AUTORIZA
CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE
QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.089/14 DE 19/11/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A
CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE
LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro a Associação de Pais e Professores da Escola Henrique Rupp Júnior, CNPJ 83.826.990/0001-49, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para realização de projeto multidisciplinar.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

ELEM. DE DESPESA: 9 - 3.3.50.00.00.00.00 00.01.0000.000000
VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de novembro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

**LEI N.º 4090/14, DE 19/11/2014, AUTORIZA
CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE
QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4.090/14 DE 19/11/2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A
CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCONA A PRESENTE
LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Cel. Gasparino Zorzi, CNPJ 83.827.006/0001-64, no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) para realização de projeto cultural.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: 2.046 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
ELEM. DE DESPESA: 9 - 3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000
VALOR: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 19 de novembro de 2014.
NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - Campos Novos

PORTARIA 070/2014

PORTARIA SAMAE CNO 070/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder licença - maternidade à servidora PRISCILLA DE OLIVEIRA SOUZA DA SILVA, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1, pelo prazo de 120 dias, a contar de 13/11/2014, conforme Seção III, da Lei Complementar nº 03/2000, de 04/12/2000.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
Diretor do SAMAE

EXT. PP. 18/2014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 31/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº18/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS PELO SAMAE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC, CONFORME DESCRITO E ESPECIFICADO NO EDITAL.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 08/12/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS Nº 208/2014 E 209/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

Contrato nº. 208/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MVFO - EIRELI EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços especializada para execução do plano de trabalho de gestão condominial e patrimonial no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em conformidade com o termo de referencia (anexo II) e projeto básico anexos ao Edital Processo de Licitação nº. 96/2014, Pregão Presencial nº. 71/2014 (processo nº. 76/2014, Licitação 53/2014-PR). VALOR: R\$19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.39.05.00.00.00.00.1053 (160) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando a partir da solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, conforme plano de trabalho de gestão condominial residencial Bella Morada, anexo do Edital Processo de Licitação nº. 96/2014, Pregão Presencial nº. 71/2014 (processo nº. 76/2014, Licitação 53/2014-PR). Canelinha (SC), 10 de novembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº. 209/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: B F CONSULTORIA, ASSESSORIA EM FINANCIAMENTO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços especializada para execução do plano de intervenção de trabalho social -PITS no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Condomínio Bella Morada, em conformidade com o termo de referencia (anexo II), projeto básico e o próprio plano, anexos ao Edital Processo de Licitação nº. 95/2014, Pregão Presencial nº. 70/2014 (processo nº. 75/2014, Licitação 52/2014-PR). VALOR: O valor global do contrato é de R\$44.150,00 (quarenta e quatro mil e cento e cinquenta reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.39.05.00.00.00.00.1053 (160) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O contrato terá duração de 12 (doze) meses, iniciando a partir da solicitação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, conforme plano de intervenção de trabalho social -PITS no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Condomínio Bella Morada, anexo do Edital Processo de Licitação nº. 95/2014, Pregão Presencial nº. 70/2014 (processo nº. 75/2014, Licitação 52/2014-PR).

Canelinha (SC), 13 de novembro de 2014.

ANTÔNIO DA SILVA

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO CONTRATO Nº 210/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 210/2014. TERMO DE CESSÃO DE USO. CEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA. CESSIONÁRIO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. OBJETO: O presente termo tem por objeto a cessão de uso de 1 (um) automóvel, de marca FIAT, modelo palio Fire Economy, cor branca, ano de fabricação 2009, modelo 2010, PLACAS MGL 6496, chassi 9BD17164LA551090. VIGÊNCIA: O presente Termo de Cessão de Uso terá o lapso temporal de validade contada a partir desta data e findar-se-á no dia 31 (trinta e um) do mês 12 (dezembro) no ano de 2016 (dois mil e dezesseis), data a qual o veículo deverá ser devolvido ao CEDENTE, nas condições previstas neste termo, independentemente de aviso ou qualquer outra medida.

Canelinha (SC), 13 de novembro de 2014.

JOÃO BATISTA ARES

SECRETÁRIO DE SAÚDE.

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 131/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/14

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/14

CONTRATADO: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS). VALOR DA DESPESA: R\$ 652.528,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte e oito reais)
DATA: 19/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

EDITAL Nº. 062/2014

EDITAL Nº. 062/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:
 - a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
 - d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
 - e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
 - f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
 - h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o

cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 062/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ROSELI ANTUNES DA SILVA

EDITAL Nº. 063/2014

EDITAL Nº. 063/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 063/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: BIOQUIMICO

KARINE KOHL

EDITAL Nº. 064/2014

EDITAL Nº. 064/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013,

para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do

profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 064/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

GISELE APARECIDA SCHINDLER

EDITAL Nº. 061/2014

EDITAL Nº. 061/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 061/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO
SILMAR FERREIRA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
TATIANA DE FATIMA PEREIRA

EDITAL Nº. 065/2014

EDITAL Nº. 065/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 13 de novembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 065/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ENFERMEIRO ESF

NAIARA MACHADO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 127/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/14

HOMOLOGAÇÃO: 19/11/14

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) REFRIGERADORES DOMÉSTICOS, DESTINADOS AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais)

DATA: 19/11/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

Capinzal**PREFEITURA****ATO 002 - RETIFICA O EDITAL 029/2014**

ATO 002/2014

DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 029/2014 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, tornam público a retificação do edital 029/2014, conforme segue:

1. Fica excluído o item 9, alínea d) do Edital referente a graduação da prova de títulos para os cargos de professores de nível superior.

2. Fica incluído o item:

9.2.2 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

3. Os demais itens do edital permanecem inalterados.

CAPINZAL, 19 de novembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Decreto 170/2014

DECRETO Nº 170, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a doação de bens móveis ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM-MO.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a implantação e continuidade dos serviços públicos de saneamento prestados pelo Consórcio CISAM-MO, oriundo da execução do Termo de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento nº 0327/2010;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo Único;

DECRETA:

Art. 1º Ficam doados bens móveis do Município de Capinzal para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste CISAM-MO, Consórcio Público de direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.484.353/0001-16, com sede à Rua Domingos Omizollo, nº 447, no Município e Capinzal, a seguir especificados:

I - Medidor de cor micro processado, digital portátil, número de patrimônio 12581, no valor de R\$ 22.540,00;

II - Medidor de cor micro processado digital portátil e turbidímetro micro processado digital, número de patrimônio 12582, no valor de R\$ 40.495,00;

III - Medidor de cor micro processado digital portátil, número de patrimônio 12583, no valor de R\$ 9.065,00;

IV - Perímetro portátil de campo e laboratório, número de patrimônio 12584, no valor de R\$ 32.200,00;

V - Vinte e oito kits de equipamentos para laboratório, para controle de qualidade de água, número de patrimônio 12585, no valor de R\$ 42.700,00.

Parágrafo único. O valor total dos bens móvel de que trata o

presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM-MO e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 18 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ 82939406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zócoli, 155, centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, considerando o interesse, eficiência e melhoria do serviço público municipal, faz a doação dos bens móveis a seguir discriminado, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MEIO OESTE - CISAM-MO, inscrito no CNPJ nº 08.484.353/0001-16, neste ato representado pelo seu Diretor Administrativo o Sr. SIDNEI PENZO, doravante denominado representante do CISAM-MO.

CARACTERÍSTICAS DOS BENS MÓVEIS:

- I. Medidor de cor micro processado, digital portátil, número de patrimônio 12581, no valor de R\$ 22.540,00;
- II. Medidor de cor micro processado digital portátil e turbidímetro micro processado digital, número de patrimônio 12582, no valor de R\$ 40.495,00;
- III. Medidor de cor micro processado digital portátil, número de patrimônio 12583, no valor de R\$ 9.065,00;
- IV. Perímetro portátil de campo e laboratório, número de patrimônio 12584, no valor de R\$ 32.200,00;
- V. Vinte e oito kits de equipamentos para laboratório, para controle de qualidade de água, número de patrimônio 12585, no valor de R\$ 42.700,00.

VALOR TOTAL DOS BENS MÓVEIS
..... R\$ 147.000,00

O CISAM-MO recebe os bens acima descritos, que se encontram em ótimo estado para uso imediato, devidamente conferidos, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, os quais passam a incorporar o seu patrimônio, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinadas e datadas pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pelo Diretor Administrativo do CISAM-MO.

Capinzal, em 18 de novembro de 2014.

Andevir Isganzella

Sidnei Penzo

CPF- 564375609-91

CPF-919125639-91

Prefeito Municipal de Capinzal

Diretor Administrativo CISAM-MO

SIMAE**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº CAO/04/2014****SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Autarquia Intermunicipal dos municípios de Capinzal e Ouro/SC
Rua Domingos Omizollo, 447 – Bairro São Luiz – Capinzal/SC CEP 89.665-000
CNPJ: 82.782.079/0001-14 Fone/fax: (049) 3555 1107

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº CAO/04/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estabelece a forma/modelo de apresentação de croquis para aprovação da Autarquia, para fins de concessão de alvarás.

O Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 115, do Decreto nº 059, de 30 de abril de 2014 (Capinzal) e Decreto nº 189, de 23 de abril de 2014 (Ouro), e

Considerando que toda a concessão de alvará de construção, reforma e/ou ampliação está condicionada a prévia aprovação pela Autarquia, conforma artigo 80, do Decreto nº 059/2014 (Capinzal) e Decreto nº 189/2014 (Ouro), resolve emitir a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º. A concessão de alvará de construção, reforma e/ou ampliação pelos municípios de Capinzal e Ouro, está condicionada a apresentação requerimento específico, conforme modelo (ANEXO I) e de croqui (ANEXO II), devidamente aprovado pela Autarquia.

Parágrafo único. Para os imóveis com mais de 03 (três) pavimentos e/ou quando a entrada da tubulação alimentadora do reservatório superior exceder a 10 (dez) metros acima do nível do passeio deve ser apresentada a Autarquia para aprovação o croqui constante no ANEXO III.

Art. 2º. Recomenda-se aos projetistas e engenheiros que anteriormente a elaboração dos projetos de engenharia, contatem os técnicos da Autarquia, a fim de serem evitadas alterações posteriores.

Art. 3º. A análise técnica da Autarquia consiste essencialmente na verificação de cumprimentos a algumas questões relacionadas aos sistemas de água e de esgotamento sanitário, visando à eliminação de problemas futuros aos proprietários dos imóveis, sendo elas:

- a) Previsão e dimensionado do reservatório superior pelo proprietário do imóvel, em conformidade com a legislação municipal e instruções normativas da Autarquia;
- b) Verificação quanto à necessidade de instalação de reservatório inferior/cisterna, em razão da altura prevista para o imóvel, bem como seu dimensionamento e localização, em conformidade com a legislação municipal e instruções normativas da Autarquia;
- c) Análise quanto à localização do hidrômetro, com observância dos possíveis locais de sua instalação, em virtude da locação da rede pública de distribuição de água;
- d) Análise do local previsto para destinação do esgoto sanitário do imóvel, considerando-se a rede pública coletora de esgoto já instalada e/ou as projeções futuras de instalação da rede para o imóvel;

Parágrafo único. A Autarquia faz a análise de acordo com as informações de utilização fornecidas pelo interessado e a aprovação do croqui pela Autarquia não exime o

Home page: www.simaecao.sc.gov.br e-mail: simae@simaecao.sc.gov.br

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Autarquia Intermunicipal dos municípios de Capinzal e Ouro/SC
Rua Domingos Omizollo, 447 – Bairro São Luiz – Capinzal/SC CEP 89.665-000
CNPJ: 82.782.079/0001-14 Fone/fax: (049) 3555 1107

mesmo das responsabilidades de dimensionamento do reservatório para atendimento de demandas, na forma estabelecida no artigo 78, dos Decretos nº 059/2014 (Capinzal) e nº 189/2014 (Ouro).

Art. 4º. O croqui a ser encaminhado para análise e aprovação da Autarquia deve ser apresentado em (03) três vias, com os detalhamentos conforme o caso (ANEXOS II ou III), os quais são parte integrante da presente instrução.

Art. 5º. Na hipótese de dúvidas para análise do croqui, é facultada à Autarquia solicitar informações complementares.

Art. 6º. Fazem parte integrante desta Instrução os seguintes anexos:

- a) ANEXO I: Modelo de Requerimento;
- b) ANEXO II: Modelo de Croqui para imóveis com altura até 10 metros;
- c) ANEXO III: Modelo de Croqui para imóveis com altura superior a 10 metros.

Art. 7º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação com aplicabilidade a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sidnei Penzo
Diretor Geral

Home page: www.simaecao.sc.gov.br e-mail: simae@simaecao.sc.gov.br

ANEXO I

(MODELO DE REQUERIMENTO)

A Vossa Senhoria o Senhor
Sidnei Penzo
Diretor Geral - SIMAE de Capinzal e Ouro

Venho pelo presente requerer a análise do croqui em anexo, para fim específico de obtenção de Alvará junto ao município de..... (*Capinzal ou Ouro, conforme o caso*), de acordo com as normas estabelecidas na Legislação Municipal, bem como das Instruções Normativas emitidas pelo SIMAE.

Declaro ter ciência da legislação que regulamenta a prestação dos serviços de água e esgoto, em especial de que:

1) No imóvel deve ser instalado Reservatório Domiciliar que atenda o consumo do imóvel por no mínimo 24 horas, conforme prevê o Art. 78, do Regulamento do SIMAE, sob pena de aplicação de multa de acordo Tabela de Infrações do anexo III;

2) As ligações de água e esgoto devem observar os padrões estabelecidos pelo SIMAE.

1. Requerente/ Proprietário:

Nome: _____ CPF/CNPJ: _____
Endereço: _____ Telefone: (____) _____
E-mail: _____ Matrícula do imóvel: _____
Endereço da edificação: _____

2. Finalidade:

Aprovação de croqui junto ao SIMAE, para uma edificação tipo:

☐ Residencial ☐ Comercial ☐ Industrial ☐ Mista ☐ Outras (Descrever) _____

3. Objetivo:

Apresentação deste Croqui é para fins de obtenção de Alvará para:

☐ Construção Nova ☐ Reforma ☐ Ampliação ☐ Outras (Descrever) _____

Home page: www.simaecao.sc.gov.br e-mail: simae@simaecao.sc.gov.br

4. Características da edificação:

Nº Pavimentos: _____

Nº Unidades Consumidoras Residenciais: _____

Nº Unidades Consumidoras Comerciais: _____

Nº Unidades Consumidoras Industriais: _____

Reserva de água do imóvel (em litros): _____

Área total da edificação (m²): _____

Anexos:

1. Cópia da matrícula atualizada;
2. Croqui (ANEXO II e/ou III);

OBS.: A aprovação deste croqui é para fins de concessão de alvará junto a municipalidade, sendo que esta aprovação não exclui a responsabilidade do proprietário do imóvel e projetista do cumprimento do estabelecido nos Decretos nº 059/2014 (Capinzal) e nº 189/2014 (Ouro).

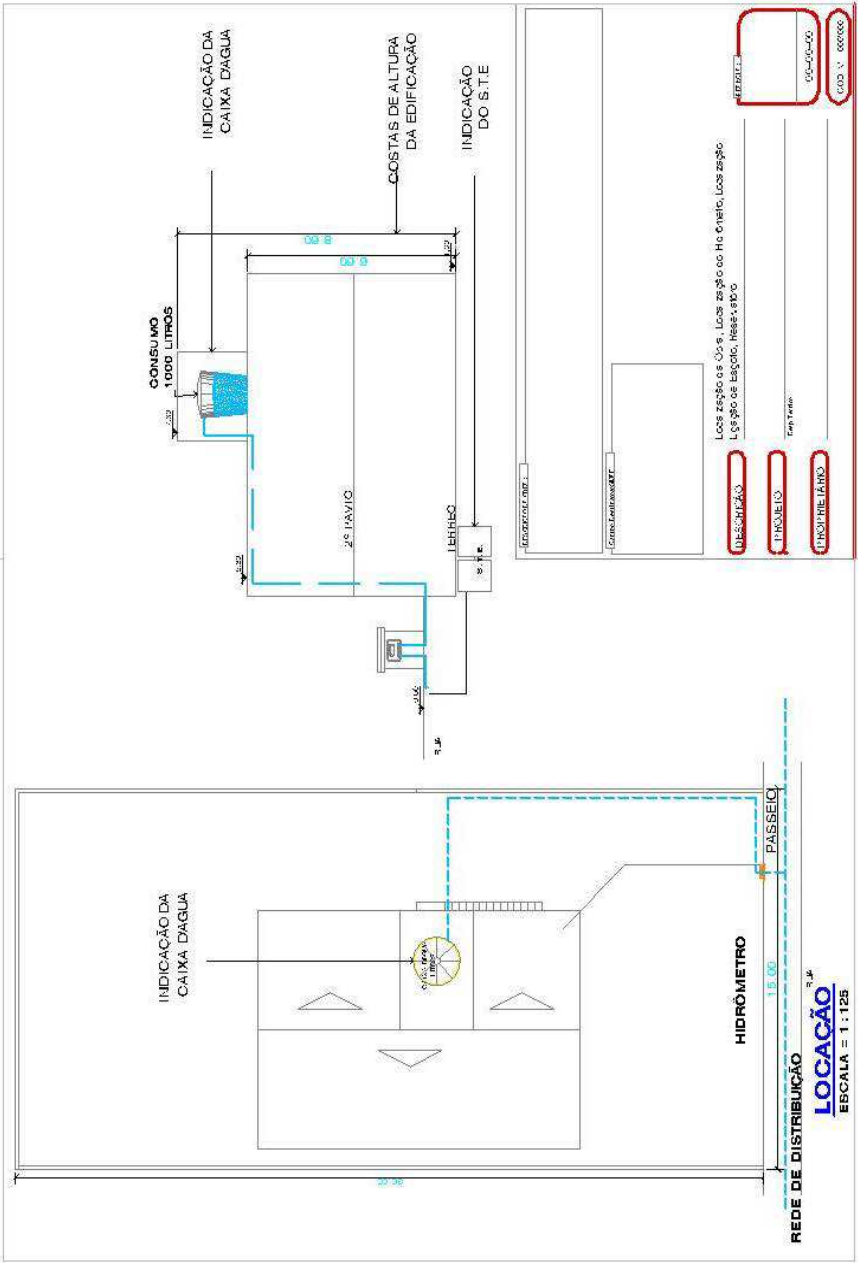
_____, ____ de _____ de 2014.

Requerente/Proprietário

Home page: www.simaecao.sc.gov.br e-mail: simae@simaecao.sc.gov.br

ANEXO II

CROQUI – IMÓVEIS COM ALTURA ATÉ 10 METROS



Home page: www.simaecao.com.br e-mail: simae@simaeacao.com.br

Home page: www.simaecao.sc.gov.br e-mail: simae@simaecao.sc.gov.br

Catanduvas

PREFEITURA

LEI Nº 2.470/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.470/2014, de 18 de novembro de 2014.

“DECLARA A DESAFETAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL Nº Sª DO PERPÉTUO SOCORRO, PASSANDO A SER BEM DISPONÍVEL, AUTORIZA PROCEDER SUA CONCESSÃO DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada a Desafetação da destinação de Imóvel Público para o Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, passando a ser Bem Disponível, para autorizar o Poder Executivo Municipal a proceder a Concessão de Uso Especial Remunerado do imóvel assim identificado: Um Terreno Urbano com área de 4.800,00m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), situado na Rua Sete de Abril, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC, com uma edificação em alvenaria, com área construída de 1.067,62m² (mil e sessenta e sete vírgula sessenta e dois metros quadrados), devidamente registrado e matriculado sob nº 3.690 - Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis desta cidade de Catanduvas-SC, mediante regular processo licitatório já realizado.

Parágrafo único. A Concessão de Uso Especial Remunerado do Imóvel descrito neste artigo é vinculada à obrigação, pela Concessionária, de manter em funcionamento uma Unidade Médico-Hospitalar.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de novembro de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini

Claudinei Antonio Sella

Prefeita Municipal

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1.335/2014

LEI Nº 1.335/2014.

"FIXA NOVO VALOR DO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores apreciou, votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O piso salarial mensal dos Agentes Comunitários de Saúde de que trata a Lei Complementar Municipal nº 001/2011, de 19 de abril de 2011, passa ser da ordem de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais), nos termos do artigo 9º-A, da Lei Federal nº 11.350/2006, acrescido pelo artigo 1º da Lei Federal nº 12.994/2014, de 17 de junho de 2014.

Parágrafo único. O piso ora fixado será revisado nas mesmas datas e percentuais da revisão dos demais servidores municipais

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de novembro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 19 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 09/2014

Estado de Santa Catarina											
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL											
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS											
Ata Nº.:		09/2014									
Detentora:		ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.									
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A TERCEIRA PARCELA DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ANO DE 2014.									
Fornecedor: 2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME											
Item		Especificação		Unid		Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total	
1	ABOBRINHA TIPO ITALIANA		kg	REAL			15,000	2,9000		43,50	
2	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G		pt	APTI			20,000	2,7500		55,00	
3	AÇÚCAR CRISTAL EM EMBAL. DE 05 KG.		pt	ALTOALEGR			25,000	10,2000		255,00	
4	ALHO		kg	REAL			4,000	14,4000		57,60	
5	AMIDO DE MILHO 500G		pt	DAJU			20,000	2,3000		46,00	
6	APRESUNTADO SUINO 200G		un	AURORA			150,000	5,2000		780,00	
7	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 EMBAL. DE 05 KG		pt	FAZENDA			25,000	10,2000		255,00	
8	BANANA CATURA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO		kg	REAL			250,000	2,1000		525,00	
9	Batata inglesa		kg	REAL			80,000	2,4000		192,00	
10	BEBIDA LACTEA 01 LITRO		pt	CARLITOS			300,000	2,3500		705,00	
11	BETERRABA		kg	REAL			100,000	2,8000		280,00	
12	BISCOITO DOCE MARIA 370 GR		pt	NINFA			100,000	4,0000		400,00	
13	BISCOITO AGUA E SAL 370G		pt	NINFA			80,000	3,9000		312,00	
14	BISCOITO SORTIDO 720G C/ 4 SABORES		un	PARATI			150,000	3,4000		510,00	

15	CAFE SOLUVEL EM EMBALAGEM DE 500 Gr.	un	AMIGO	20,000	8,9500	179,00
16	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª	kg	FRIGOLASTE	200,000	12,0000	2.400,00
17	CARNE BOVINA (BIFE) MISTO	kg		150,000	18,8000	2.820,00
18	Coxa sobre coxa de frango congelada.	kg	SEVA	300,000	5,9000	1.770,00
19	CEBOLA	kg	REAL	80,000	2,7000	216,00
20	CENOURA	kg	REAL	70,000	2,8000	196,00
21	COLORAU 500G	pt	APTI	30,000	2,6000	78,00
22	DOCE DE LEITE 400G	kg	PROVINCIA	30,000	2,3000	69,00
23	ERVILHA EMBAL 200G	lt	STELLADOR	35,000	1,9000	66,50
24	EXTRATO DE TOMATE 350 GR	lt	QUERO	35,000	2,6000	91,00
25	FARINHA DE MILHO EMB. 05KG	pt	DAJU	15,000	9,7000	145,50
26	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB. 05KG	pt	MARX	30,000	9,9500	298,50
27	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG	pt	REI DA MESA	40,000	3,8000	152,00
28	FERMENTO EM PÓ 250G	un	MOPOPOL	20,000	4,5000	90,00
29	LEITE INTEGRAL TIPO C 01 LITRO	un	AURORA	800,000	2,9000	2.320,00
30	MAÇÃ NACIONAL DE BOA QUALIDADE ENCALTELADA	kg	PINK	250,000	4,2000	1.050,00
31	MARGARINA VEGETAL EMBAL. DE 01 KG	un	PRIME	10,000	4,0000	40,00
32	MELANCIA	un	REAL	200,000	1,3000	260,00
33	MILHO VERDE EMBAL. DE 200G	un	STELLA DOR	35,000	2,1000	73,50
34	MAMÃO	kg	REAL	150,000	4,2000	630,00
35	MORANGA CABOTIÁ	kg	REAL	35,000	3,3000	115,50
36	OLÉO DE SOJA EM EMBAL. DE 900 ML.	un	SOYA	45,000	3,7000	166,50
37	OVO DE GALINHA	dz	CARMINATI	45,000	4,0000	180,00
38	QUEIJO MUSSARELA FATIADO EMBAL. DE 01 KG	kg	AURORA	70,000	22,8000	1.596,00
39	Repolho de boa qualidade	un	REAL	20,000	2,7000	54,00
40	SAL REFINADO IODADO EMBAL. DE 01 KG	pt	ESTRELA	10,000	1,2000	12,00
41	TOMATE	kg	REAL	60,000	4,9500	297,00
42	VINAGRE DE UVA EM EMBALAGEM DE 750 ml.	un	KOLLER	40,000	2,9000	116,00

Vigência : Início : 19/11/2014 Término : 19/11/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 40/2014.

CAXAMBU DO SUL, 19 de Novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 163/2014

Município de Caxambu do Sul
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000163/14 de 19 de Novembro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.014-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.014-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Novembro de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 450 DE 19.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 450/2014

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor da servidora pública Charliane Michels, conforme Portaria nº 343/2014, relativas ao período 2013/2014;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 378/2014 que suspendeu o gozo de férias da servidora, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que a servidora tem direito a gozar 12 (doze) dias de férias, referente ao período remanescente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a Servidora Pública CHARLIANE MICHELS - Matrícula nº 2142/08, ocupante do cargo em Comissão de Assessora Jurídica, a gozar férias no período de 18/11/2014 a 29/11/2014, num total de 12 (doze) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 343/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 451 DE 19.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 451/2014

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear CAMILA MOMM CHIQUIO, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde - Nível DAS-2, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ FNAS ABRIGO 2ª PARCELA - 2014 - CUSTEIO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/FNAS/Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Concórdia SC, 17 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ BOLSA FAMÍLIA- IGD 5ª E 6ª PARCELA 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 6.051,00 (seis mil e cinquenta e um reais) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 17 de novembro de 2014.
Lauri Garbossa
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/ FEAS BASICA CUSTEIO 2ª 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FEAS/BASICA CUSTEIO, repasse no valor de R\$ 20.008,62 (vinte mil e oito reais e sessenta e dois centavos), referente ao serviço de Fortalecimento de Vínculos e de Proteção e Atendimento Integral a Família.

Concórdia SC, 17 de novembro de 2014.
LAURI GARBOSSA
Gestor do FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 19/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2014 - PMC
Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para reforma do CRAS II localizado na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, Bairro Guilherme Reich, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 15/12/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/12/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/12/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 16/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de dezembro de 2014
LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2014 - PMC

Objeto: Aquisição e serviço de instalação de poltronas e cintos de segurança no veículo micro ônibus placas MKW 6966, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/12/2014.

Abertura: dia 05/12/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de Novembro de 2014.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 88/2014 DE 01 DE AGOSTO DE 2014- CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 88/2014 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre a constituição do Grupo de Trabalho Coordenador para Elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº.593, de 21 de setembro de 2011, Art. 4º, inciso I e deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 31 de julho de 2014 e considerando:

- A Resolução nº.161, de 04 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLVE:

Art. 1º Elaborar o Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

Art. 2º Designar os seguintes membros para constituir o Grupo de Trabalho Coordenador do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes:

I - DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO - Representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - DIOMAR JOSÉ PERIN - Conselheiro Titular Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante da Fundação Municipal de Esportes;

III - ADRIANA CAMARA - Conselheira Titular Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS - Conselheira Tutelar

V - TÂNIA DENISE ROMANI - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

VI - MARGARETE MÜLLER - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social;

VII - WILMAR GONÇALVES MOREIRA NETO PIRES DE MELLO - Adolescente;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data

ARMINDO DA SILVA
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 046 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014. CMAS

RESOLUÇÃO Nº 046 de 06 de novembro de 2014.

Dispõe sobre o Controle Social do Programa Bolsa Família e a atuação deste Conselho na sua efetivação por meio das visitas as famílias beneficiárias.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações, o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004;

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar sobre o Controle Social do Programa Bolsa Família e a atuação deste Conselho na sua efetivação por meio das visitas as famílias beneficiárias.

Art. 2º. As visitas serão realizadas em parceria com a Instância do Controle Social do Programa Bolsa Família/ICSPBF e equipe técnica dos dois Centros de Referência de Assistência Social/CRAS e Órgão Gestor.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 06 de novembro de 2014.
Neusa Presotto Colombo
Presidente do CMAS

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA BALANCETE FINANCEIRO / OUTUBRO 2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	20.744,56	ORÇAMENTÁRIA	130.257,32
Receitas Orçamentárias	20.744,56	Despesas Correntes	124.159,77
Receitas Correntes	20.744,56	Pessoal e Encargos Sociais	46.607,76
Receita Patrimonial	10.612,16	Outras Despesas Correntes	77.552,01
Receita de Serviços	29,40	Despesas de Capital	149,00
Outras Receitas Correntes	10.103,00	Investimentos	149,00
		Despesas IntraOrçamentárias	5.948,55
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	5.948,55
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	100.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	100.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	73.528,39	EXTRAORÇAMENTÁRIA	312.948,65
Depósitos	27.720,13	Depósitos	27.720,13
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	27.720,13	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	27.720,13
Obrigações em Circulação	45.808,26	Obrigações em Circulação	285.228,52
Obrigações a Pagar	45.808,26	Obrigações a Pagar	285.228,52
Fornecedores	45.808,26	Fornecedores	285.228,52
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.603.185,75	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.354.252,73
Bancos Conta Movimento	1.474.889,99	Bancos Conta Movimento	1.225.232,06
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	128.315,76	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	129.020,65
TOTAL	1.797.458,70	TOTAL	1.797.458,70

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES BALANCETE FINANCEIRO; OUTUBRO / 2014 PÁG**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.161,14	ORÇAMENTÁRIA	235.800,15
Receitas Orçamentárias	6.161,14	Despesas Correntes	226.333,81
Receitas Correntes	6.161,14	Pessoal e Encargos Sociais	80.303,07
Receita Patrimonial	628,18	Outras Despesas Correntes	146.030,74
Receita de Serviços	5.465,00	Despesas IntraOrçamentárias	9.466,34
Outras Receitas Correntes	67,96	Despesas Intraorçamentárias Correntes	9.466,34
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	497.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	497.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(148.484,76)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	19.297,73
Depósitos	19.297,73	Depósitos	19.297,73
Consignações	67,96	Consignações	67,96
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.229,77	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.229,77
Obrigações em Circulação	(167.782,49)		
Obrigações a Pagar:	(167.782,49)		
Fornecedores	(167.782,49)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	33.057,45	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	132.635,96
Bancos Conta Movimento	33.057,45	Bancos Conta Movimento	132.635,96
TOTAL	387.733,83	TOTAL	387.733,83

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL BALANCETE FINANCEIRO: OUTUBRO / 2014**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	94.063,41	ORÇAMENTÁRIA	158.450,92
Receitas Orçamentárias	94.063,41	Despesas Correntes	99.295,50
Receitas Correntes	94.063,41	Pessoal e Encargos Sociais	7.966,11
Receita Patrimonial	3.251,32	Outras Despesas Correntes	91.329,39
Transferências Correntes	90.802,09	Despesas de Capital	57.772,68
		Investimentos	57.772,68
		Despesas IntraOrçamentárias	1.382,74
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.382,74
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	26.746,03	EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.317,97
Depósitos	2.855,14	Depósitos	2.317,97
Consignações	536,90	Consignações	536,90
Depósitos de Divergentes Origens (DDO)	2.318,24	Depósitos de Divergentes Origens (DDO)	1.781,07
Obrigações em Circulação	23.890,89		
Obrigações a Pagar	23.890,89		
Fornecedores	23.890,89		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	597.490,24	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	627.520,79
Bancos Conta Movimento	147.155,05	Bancos Conta Movimento	172.497,46
Bancos Conta Vinculada	450.335,19	Bancos Conta Vinculada	455.023,33
TOTAL	788.289,68	TOTAL	788.289,68

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

MUNICÍPIO DE CONCORDIA BALANCETE FINANCEIRO : OUTUBRO / 2014
MUNICÍPIO DE CONCORDIA
Balancete Financeiro
 Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	13.033.035,74	ORÇAMENTÁRIA	7.286.924,24
Receitas Orçamentárias	13.033.035,74	Despesas Correntes	6.050.388,28
Receitas Correntes	12.466.425,54	Pessoal e Encargos Sociais	3.784.358,68
Receita Tributária	1.773.065,26	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00
Receita de Contribuições	387.074,59	Outras Despesas Correntes	2.263.029,60
Receita Patrimonial	868.403,62	Despesas de Capital	603.331,57
Receita Agropecuária	1.372,80	Investimentos	603.331,57
Receita de Serviços	26.949,47	Despesas Intraorçamentárias	633.204,39
Transferências Correntes	10.267.012,99	Despesas Intraorçamentárias Correntes	633.204,39
Outras Receitas Correntes	421.283,32		
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.278.726,51		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	155.484,38		
Receitas de Capital	411.125,82		
Alienação de Bens	144.766,34		
Transferências de Capital	266.359,48		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.761.000,00
		Transferências Financeiras Concedidas	2.761.000,00
EXTRACORRENTES	(366.355,62)	EXTRACORRENTES	1.335.066,83
Realizável	13.736,58	Realizável	13.736,58
Créditos em Circulação	13.736,58	Créditos em Circulação	13.736,58
Depósitos	1.159.408,21	Depósitos	1.159.416,83
Consignações	85.261,83	Consignações	85.261,83
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.074.146,38	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.074.155,00
Obrigações em Circulação	(1.699.847,03)	Obrigações em Circulação	161.912,42
Obrigações a Pagar	(1.553.936,65)	Obrigações a Pagar	161.912,42
Fornecedores	(1.553.936,65)	Fornecedores	60.504,49
Encargos Sociais a Recolher	(10.071,38)	Obrigações Tributárias	101.407,93
Obrigações Tributárias	(118.505,96)		
Débitos Diversos a Pagar	(700,00)		
Precatórios de Pessoal a Pagar	(14.098,94)		
Condições a Pagar	(2.535,00)		
Acréscimos Patrimoniais	160.346,42		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	27.174.739,20	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEQUINTE	28.458.429,05
Bancos Conta Movimento	1.013.030,89	Bancos Conta Movimento	923.855,55
Bancos Conta Vinculada	79.151,35	Bancos Conta Vinculada	35.387,13
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.856.132,80	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	10.353.478,59
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	14.426.424,16	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	17.145.709,78
TOTAL	39.841.419,12	TOTAL	39.841.419,12

Notas:

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Secretário de Finanças

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE BALANCETE FINANCEIRO : OUTUBRO / 2014



FUMDEMA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	141.277,98	ORÇAMENTÁRIA	68.808,47
Receitas Orçamentárias	141.277,98	Despesas Correntes	66.195,18
Receitas Correntes	2.277,98	Pessoal e Encargos Sociais	22.615,40
Receita Patrimonial	2.277,98	Outras Despesas Correntes	42.579,78
Receitas de Capital	139.000,00	Despesas de Capital	1.950,00
Transferências de Capital	139.000,00	Investimentos	1.950,00
		Despesas IntraOrçamentárias	1.663,29
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.663,29
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(12.835,05)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	7.907,05
Depósitos	7.907,05	Depósitos	7.907,05
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.907,05	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	7.907,05
Obrigações em Circulação	(20.742,10)		
Obrigações a Pagar	(19.062,10)		
Fornecedores	(19.062,10)		
Contratos a Pagar	(1.680,00)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	387.671,88	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	509.399,29
Bancos Conta Movimento	50,00	Bancos Conta Movimento	57,80
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	327.238,59	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	325.159,49
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	60.383,29	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	184.182,00
TOTAL	586.114,81	TOTAL	586.114,81

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
DIRETOR / SUPERINTENDENTE

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA BALANCETE FINANCEIRO: OUTUBRO / 2014**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	601,73	ORÇAMENTÁRIA	10.000,00
Receitas Orçamentárias	601,73	Despesas Correntes	10.000,00
Receitas Correntes	601,73	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Receita Patrimonial	601,73		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
EXTRACORÇAMENTÁRIA	6.305,50	EXTRACORÇAMENTÁRIA	218,65
Depósitos	261,44	Depósitos	218,65
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	261,44	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	218,65
Obrigações em Circulação	6.047,06		
Obrigações a Pagar	6.047,06		
Fornecedores	6.047,06		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	99.505,64	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	113.200,42
Bancos Conta Movimento	99.505,64	Bancos Conta Movimento	113.200,42
TOTAL	123.419,07	TOTAL	123.419,07

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA BALANCETE FINANCEIRO: OUTUBRO / 2014**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Outubro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	Nº PERÍODO	TÍTULOS	Nº PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.374.638,21	ORÇAMENTÁRIA	2.776.889,33
Receitas Orçamentárias	2.374.638,21	Despesas Correntes	2.580.128,02
Receitas Correntes	2.262.238,21	Pessoal e Encargos Sociais	1.258.694,40
Receita Tributária	32.976,80	Outras Despesas Correntes	1.321.433,62
Receita Patrimonial	25.307,01	Despesas de Capital	53.354,51
Transferências Correntes	2.202.978,71	Investimentos	53.354,51
Outras Receitas Correntes	975,69	Despesas IntraOrçamentárias	143.406,80
Receitas de Capital	112.400,00	Despesas Intraorçamentárias Correntes	143.406,80
Alienação de Bens	57.400,00		
Transferências de Capital	55.000,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.740.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.740.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(2.169.252,21)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	297.719,63
Realizável	2.829,50	Realizável	2.829,50
Créditos em Circulação	2.829,50	Créditos em Circulação	2.829,50
Depósitos	294.890,13	Depósitos	294.890,13
Consignações	967,67	Consignações	967,67
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	293.902,26	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	293.902,26
Obrigações em Circulação	(2.466.971,64)		
Obrigações a Pagar	(2.512.461,92)		
Fornecedores	(2.512.461,92)		
Encargos Sociais a Recolher	(1.831,61)		
Obrigações Tributárias	48.532,69		
Débitos Diversos a Pagar	(359,00)		
Consórcios a Pagar	(852,00)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.334.280,63	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.206.037,67
Bancos Conta Movimento	1.236.796,47	Bancos Conta Movimento	850.578,37
Bancos Conta Vinculada	3.096.849,02	Bancos Conta Vinculada	2.354.459,30
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	625,14		
TOTAL	6.279.646,63	TOTAL	6.279.646,63

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Encarregada do Serviço

Cordilheira Alta**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO EDITAL LICITAÇÃO PP 60/2014**

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
ERRATA

Processo Administrativo n. 091/2014.
Pregão Presencial n. 060/2014.
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de ornamentação natalina.

Onde lê-se:

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 05/12/2013.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 05/12/2013.

Leia-se:

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 27/11/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27/11/2014.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 518/2014

DECRETO Nº 518/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. SANDRA FIGUEIRÓ PEDROSO CENCI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de novembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇO Nº08/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Tomada de preço Nº 08/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA IRREGULAR

Tipo: maior oferta.

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 09/12/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 09/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 19 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 258 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 258 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.304.0056.2.019 – Manutenção da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0066	1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) da seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.304.0056.2.019 – Manutenção da Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	16	01.0066	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 71/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 71/2014

Aos dezoito dias do mês de novembro de 2014, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 71/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA QUE SERÃO DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ, SANTA RITA, OSCAR FERREIRA E CEI SÃO LUIZ, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:
(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba,
Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 025/2013.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira

Contratado: Inviolável Três Fronteiras Ltda.

Objeto: Contratação de empresa de segurança para realizar monitoramento 24 horas de pontos e instalação de equipamentos em imóveis da Administração Municipal.- Valor de R\$ 5.475,59
origem: CV 027/2013 PMDC - vigência: 25/11/14 à 09/01/2015.

Dionísio Cerqueira 19/11/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 022/2014, Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais para uso Hospitalar em pacientes internados e que necessitam de atendimento no pronto socorro do Hospital Municipal., SC Vencedores: A.G Kienen & Cia Ltda Valor R\$ 5.372,00- Altermed Mat. Med. Hosp. Ltda Valor R\$ 520,60 Amarildo Baseggio & Cia Ltda. -ME. Valor R\$ 3.340,00 - Casa Cirúrgica Chapecó Valor R\$ 878,00 Cirúrgica Santa Cruz Com de Prod. Hospitalares - Valor R\$ 2.414,40- Damedi - Dambrós Com. de Medic. Ltda. Valor R\$ 4.427,32

Dionísio Cerqueira 19/11/2014

Deliziane L. dos Santos

Gestora do HMDC

LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta o Pregão n. 120/2014. Objeto Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Escolas Municipais. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 02/12/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 19/11/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0018

Objetivo do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Justificativa do programa:

Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	2	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores	SESOES LEGISLATIVAS (CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)	45,000	530.544,27

II - Descrição das Ações

Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	434.600,00	0,00	434.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	74.744,27	0,00	74.744,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	21.200,00	0,00	21.200,00
Total:			530.544,27	0,00	530.544,27

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 2/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	0019

Objetivo do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:

Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	2	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (GABINETE DO PREFEITO)	2000,000	340.510,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	159.000,00	0,00	159.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.00000000	63.600,00	0,00	63.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.00000000	106.000,00	0,00	106.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.00000000	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			340.510,16	0,00	340.510,16

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 3/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0020

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	5	2	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	25,000	669.877,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	2.650,00	0,00	2.650,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	338.782,36	0,00	338.782,36
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	1.590,00	0,00	1.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	307.400,00	0,00	307.400,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0080.0000000	1.590,00	0,00	1.590,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			669.877,60	0,00	669.877,60

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 4/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	0021

Objetivo do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Justificativa do programa:

Manutenção do Convênio Policia Militar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5	2	Manutenção do Convênio Policia Militar	DIAS PATRULHADOS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	365,000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convênio Policia Militar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 5/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policlamenteo	181
Programa:	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO	0042

Objetivo do programa:
CONVENIO SSP-TRANSITO

Justificativa do programa:
Manutenção do convenio SSP-Transito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	5	2	Manutenção do Convenio SSP - Transito	MULTAS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	30,000	16.854,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio SSP - Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0056.0000000	0,00	16.854,00	16.854,00
Total:			0,00	16.854,00	16.854,00

Legenda:

0.1.0056 - Convenio SSP Transito Prefeitura



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 6/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	03.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Pasep

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	5	3	Pasep	PARCELAS MENSAIS (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS)	12,000	233.200,00

II - Descrição das Ações

Pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	21.200,00	0,00	21.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	106.000,00	0,00	106.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			233.200,00	0,00	233.200,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 7/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Abastecimento	605
Programa:	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0022

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6	2	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	600,000	775.855,60

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	333.200,00	0,00	333.200,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	237.800,00	0,00	237.800,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	119.101,60	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	85.754,00	0,00	85.754,00
Total:			656.754,00	119.101,60	775.855,60

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 8/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	04.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Justificativa do programa:

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	6	2	Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)	1,000	1.000.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0027.0000000	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Legenda:

0.1.0027 - Operação de Credito FNDE



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 9/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	0030

Objetivo do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Justificativa do programa:

Aquisição de Merenda Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	7	2	Aquisição de Merenda Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	227,000	119.177,40

II - Descrição das Ações

Aquisição de Merenda Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0060.0000000	0,00	13.177,40	13.177,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			106.000,00	13.177,40	119.177,40

Legenda:

0.1.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 10/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ENSINO DE QUALIDADE	0001

Objetivo do programa:
Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Justificativa do programa:
Construção e ampliação de Núcleo Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	7	1	Construção de Núcleo Escolar	OBRAS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	1,000	530.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Núcleo Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	530.000,00	0,00	530.000,00
Total:			530.000,00	0,00	530.000,00

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 11/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0026

Objetivo do programa:
Manutenção do Transporte Escolar

Justificativa do programa:
Manutenção do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	7	2	Manutenção do Transporte Escolar	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	393,000	338.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	179.600,00	0,00	179.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0010.0000000	0,00	84.800,00	84.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0061.0000000	0,00	74.200,00	74.200,00
Total:			179.600,00	159.000,00	338.600,00

Legenda:

- 0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
- 0.1.0010 - RECURSOS DO TESOIRO - TRANSPORTE ESCOLAR
- 0.1.0061 - Programa Nac de Apoio Transp Escolar PNATE



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 12/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0035

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	7	2	Manutenção do Ensino Fundamental	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	170,000	1.977.398,83

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	477.000,00	0,00	477.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	250.113,60	250.113,60
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0019.0000000	0,00	206.742,40	206.742,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	741.442,83	0,00	741.442,83
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0058.0000000	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0059.0000000	0,00	5.300,00	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	265.000,00	0,00	265.000,00
Total:			1.483.442,83	493.956,00	1.977.398,83

Legenda:

- 0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
- 0.1.0018 - Fundef 60%
- 0.1.0019 - Fundef 40%
- 0.1.0058 - Salário Educação
- 0.1.0059 - Programa Dinheiro Direto Escola PDDE



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 13/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	0025

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Infantil

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	7	2	Manutenção do Ensino Infantil	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	60,000	691.411,19

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	150.011,89	0,00	150.011,89
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	249.000,00	0,00	249.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	252.399,30	0,00	252.399,30
Total:			651.411,19	40.000,00	691.411,19

Legenda:

0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0018 - Funder 60%



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 14/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	0027

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7	2	Manutenção do Ensino Supletivo	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	50,000	80.146,10

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	53.000,00	0,00	53.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0018.0000000	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	7.146,10	0,00	7.146,10
Total:			60.146,10	20.000,00	80.146,10

Legenda:

0.1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
0.1.0018 - Funder 60%



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 15/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	0031

Objetivo do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	7	2	Manutenção do Ensino Especial	ALUNOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	10,000	63.600,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.0001.0000000	63.600,00	0,00	63.600,00
Total:			63.600,00	0,00	63.600,00

Legenda:

0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Impostos - Educação



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 16/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	0029

Objetivo do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	7	2	Manutenção e divulgação da Cultura	PUBLICO E SERVIDORES ATENDIDOS (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	145,000	27.155,08

II - Descrição das Ações

Manutenção e divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	21.200,00	0,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	5.955,08	0,00	5.955,08
Total:			27.155,08	0,00	27.155,08

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 17/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	05.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	0028

Objetivo do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:

Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	7	2	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO)	7,000	95.400,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	53.000,00	0,00	53.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	42.400,00	0,00	42.400,00
Total:			95.400,00	0,00	95.400,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 18/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	8	1	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS)	3,000	11.910,16

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			11.910,16	0,00	11.910,16

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 19/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	RODOVIAS INTEGRADAS	0005

Objetivo do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Pontes e similares e Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	8	1	Construção de Pontes e similares	OBRAS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS)	50,000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Construção de Pontes e similares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 20/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE	0012

Objetivo do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Justificativa do programa:

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	8	1	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos	PAVIMENTACAO (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS)	7500,000	357.304,80

II - Descrição das Ações

Pavimentação de vias publicas e passeios públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0024.0000000	0,00	178.652,40	178.652,40
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	178.652,40	0,00	178.652,40
Total:			178.652,40	178.652,40	357.304,80

Legenda:

0.1.0024 - Transferências de Convênios - Outros
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 21/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0032

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8	2	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS)	700,000	180.602,65

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0017.0000000	0,00	21.602,65	21.602,65
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	159.000,00	0,00	159.000,00
Total:			159.000,00	21.602,65	180.602,65

Legenda:

0.1.0017 - Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic
0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 22/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	06.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT.DA SECR.OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	0033

Objetivo do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Justificativa do programa:

Manutencao da Secretaria de Obras,Viação, Transportes e Serviços Urbanos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	8	2	Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos	ESTRADAS MUNICIPAIS (SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS)	80,000	1.935.669,39

II - Descrição das Ações

Manut. da Secr. Obras, Viação, Transp. e Serv. Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	736.000,00	0,00	736.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0016.0000000	0,00	31.800,00	31.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0044.0000000	0,00	103.486,19	103.486,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0045.0000000	0,00	14.475,60	14.475,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	996.907,60	0,00	996.907,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	53.000,00	0,00	53.000,00
Total:			1.785.907,60	149.761,79	1.935.669,39

Legenda:

- 0.1.0016 - Contribuicao de Intervencao do Dom Econ - CIDE
- 0.1.0044 - Fundo Especial do Petroleo
- 0.1.0045 - Outras Trans pela exploracao de recursos minerais
- 0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 23/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0041

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho tutelar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	9	2	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar	ALUNOS (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	20,000	17.865,24

II - Descrição das Ações

Manutencao do FIA e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detailhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			17.865,24	0,00	17.865,24

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 24/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE INTEGRADA	0002

Objetivo do programa:
Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Justificativa do programa:
Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	9	2	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias	CONTRIBUIÇOES FINANCEIRAS (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	10,000	59.550,80

II - Descrição das Ações

Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0.1.0080.0000000	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:			59.550,80	0,00	59.550,80

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 25/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0039

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	9	2	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL)	1000,000	526.800,76

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0047.0000000	0,00	2.300,00	2.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0048.0000000	0,00	11.500,00	11.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0050.0000000	0,00	115.000,00	115.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0052.0000000	0,00	80.500,00	80.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0063.0000000	0,00	20.700,00	20.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	190.800,76	0,00	190.800,76
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	106.000,00	0,00	106.000,00
Total:			296.800,76	230.000,00	526.800,76

Legenda:

- 0.1.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API
- 0.1.0048 - Programa de Atencao a Crianca PAC
- 0.1.0050 - Progr de Erradicação do Trabalho Infantil PEI
- 0.1.0052 - Outras Trans de Rec do Fundo Nac de Assist Social
- 0.1.0063 - Bolsa Família
- 0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 26/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	0037

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	11	2	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF	HABITANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE)	2058,000	2.100.147,67

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.0000000	26.500,00	0,00	26.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	881.600,00	0,00	881.600,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000010	0,00	161.330,26	161.330,26
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0.1.0002.0000000	318.000,00	0,00	318.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	501.820,04	0,00	501.820,04
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0043.0000000	0,00	17.865,24	17.865,24
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000015	0,00	95.400,00	95.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	53.000,00	0,00	53.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0064.000008	0,00	10.971,64	10.971,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0092.0000000	33.660,49	0,00	33.660,49
Total:			1.814.580,53	285.567,14	2.100.147,67

Legenda:

- 0.1.0002 - Receita de Impostos e Transf de Imp Saude
- 0.1.0043 - Transf de Rec do Estado em Saude - Farmacia Basica
- 0.1.0064 - Atenção Basica
- 0.1.0092 - Alienação de Bens



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 27/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	0040

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo de Assistência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	12	2	Manutenção do Fundo de Assistência	SERVIDORES VINCULADOS AO SIMAS (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA)	60,000	106.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Assistência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0001.0000000	1.325,00	0,00	1.325,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0002.0000000	795,00	0,00	795,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	98.580,00	0,00	98.580,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.0080.0000000	5.300,00	0,00	5.300,00
Total:			106.000,00	0,00	106.000,00

Legenda:

- 0.1.0001 - Receltas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
- 0.1.0002 - Receltia de Impostos e Transf de Imp Saúde
- 0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 28/28
Data: 18/11/2014

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

I - Classificação

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.99
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0999

Objetivo do programa:
Reserva de Contingência

Justificativa do programa:
Reserva de Contingência

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	10	2	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (RESERVA DE CONTINGENCIA)	1,000	7.420,00

II - Descrição das Ações
Reserva de Contingência

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso/Detalhamento	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.0080.0000000	7.420,00		7.420,00
Total:			7.420,00		7.420,00

Legenda:

0.1.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS

LOA 2015 - ANEXO 1

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/1
 Data: 18/11/2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor		Despesas	Valor	
RECEITAS CORRENTES	13.872.061,08		DESPESAS CORRENTES	9.749.569,39	
RECEITA TRIBUTÁRIA	372.785,98		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.323.530,51	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.800,96		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	21.200,00	
RECEITA PATRIMONIAL	40.837,56		Transferencias a Uniao	5.404.838,88	
RECEITA DE SERVIÇOS	102.088,79				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.157.987,85				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.559,94				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.339.012,91				
			Superavit	1.783.478,78	
Total	11.533.048,17		Total	11.533.048,17	
Superavit do orçamento corrente	1.783.478,78				
RECEITAS DE CAPITAL	1.331.414,49		DESPESAS DE CAPITAL	3.107.473,27	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00		INVESTIMENTOS	3.001.473,27	
ALIENAÇÃO DE BENS	33.660,49		Amortização da Dívida	106.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	297.754,00				
Deficit	1.776.058,78				
Total	3.107.473,27		Total	3.107.473,27	
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	13.872.061,08	107,83 %	DESPESAS CORRENTES	9.749.569,39	75,79 %
RECEITAS DE CAPITAL	1.331.414,49	10,35 %	DESPESAS DE CAPITAL	3.107.473,27	24,16 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.339.012,91	-18,18 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	7.420,00	0,06 %
Total	12.864.462,66	100,00 %	Total	12.864.462,66	100,00 %

LOA 2015 - ANEXO 2



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/2
Data: 18/11/2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.137.009,58
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.819.500,25	
3.1.71.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.650,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.816.850,25	
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		21.200,00	
3.2.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		21.200,00	
3.3.00.00.00.00.00	Transferências a União		4.296.309,33	
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		186.750,80	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.590,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.107.968,53	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.983.341,14
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.877.341,14	
4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.590,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.875.751,14	
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida		106.000,00	
4.6.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		106.000,00	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			7.420,00
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.420,00	
9.9.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		7.420,00	
Total das despesas:				10.127.770,72
Total da entidade:				10.127.770,72
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.002.515,54
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.069.430,26	
3.1.70.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		26.500,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.042.930,26	
3.3.00.00.00.00.00	Transferências a União		933.085,28	
3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		318.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		615.085,28	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			97.632,13
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		97.632,13	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		97.632,13	



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		97.632,13	
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.3.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao		100.700,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		100.700,00	100.700,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.300,00	5.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.300,00	
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		434.600,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		434.600,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao		74.744,27	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		74.744,27	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		21.200,00	21.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		21.200,00	
Total das despesas:				
Total da entidade:				
Total geral:				

LOA 2015 - ANEXO 2



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/6
Data: 18/11/2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA		315.826,30	
4.1.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	IMPOSTOS		109.063,71	
4.1.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	71.198,93		
4.1.1.1.2.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	22.543,55		
4.1.1.1.2.02.01.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	13.526,13		
4.1.1.1.2.02.02.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	5.635,89		
4.1.1.1.2.02.03.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	3.381,53		
4.1.1.1.2.04.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	29.307,33		
4.1.1.1.2.04.31.0.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	29.307,33		
4.1.1.1.2.04.31.01.0.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	17.584,40		
4.1.1.1.2.04.31.02.0.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	7.326,83		
4.1.1.1.2.04.31.03.0.0.0.0.0.0.0.0	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	4.396,10		
4.1.1.1.2.08.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	19.348,05		
4.1.1.1.2.08.01.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25	4.837,01		
4.1.1.1.2.08.02.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15	2.902,21		
4.1.1.1.2.08.03.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60	11.608,83		
4.1.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Produção e a Circulação	37.864,78		
4.1.1.1.3.05.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	37.864,78		
4.1.1.1.3.05.01.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	9.466,20		
4.1.1.1.3.05.02.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	5.679,71		
4.1.1.1.3.05.03.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	22.718,87		
4.1.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TAXAS		106.762,59	
4.1.1.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.762,59		
4.1.1.2.1.25.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	6.762,59		
4.1.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	100.000,00		
4.1.1.2.2.99.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	100.000,00		
4.1.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		100.000,00	
4.1.1.3.0.04.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00		
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		21.602,65	
4.1.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		21.602,65	
4.1.2.2.0.29.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	contribuição p/custeio Serv Ilumin Publica	21.602,65		
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		18.768,03	
4.1.3.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	18.768,03		
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS		102.088,79	
4.1.6.0.0.99.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Outros Serviços	102.088,79		



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/6
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.872.420,71	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.872.420,71	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	7.946.869,31		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.336.771,30		
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.300.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.825.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic 60	1.095.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4.380.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 25	4.971,30		
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 15	1.242,83		
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rura 60	745,69		
4.1.7.2.1.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	2.982,78		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	31.800,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	189.422,75		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	14.475,60		
4.1.7.2.1.22.90.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	103.486,19		
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	71.460,96		
4.1.7.2.1.34.01.00.00	FNAS - Apoio a Pessoa Idosa API	230.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00	FNAS Prog de Assistência Comunitaria - PAC	2.300,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00	FNAS - Peti	11.500,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00	FNAS CRAS - Piso Basico Outras Transf assit social	115.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00	FNAS Bolsa Família IGD	80.500,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	20.700,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	124.477,40		
4.1.7.2.1.35.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	31.800,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	5.300,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	13.177,40		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	74.200,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	66.197,86		
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	16.549,47		
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	9.929,67		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	39.718,72		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.408.695,40		
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	4.323.895,40		
4.1.7.2.2.01.01.01.00	Cota-Parte do ICMS 25	4.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00	Cota-Parte do ICMS 15	1.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00	Cota-Parte do ICMS 60	600.000,00		
		2.400.000,00		



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/6

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	250.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	62.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	37.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	150.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	73.895,40		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	18.473,85		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	11.084,31		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	44.337,24		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	84.800,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras transferências dos estados Transp escolar	84.800,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	516.856,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	516.856,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	310.113,60		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	206.742,40		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.852,20		
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	18.744,14		
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	1.890,14		
4.1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	1.890,14		
4.1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	1.890,14		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	16.854,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	16.854,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.971,75		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.971,75		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições			
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	30.300,64		
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	22.900,85		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	22.900,85		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	5.725,21		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	3.435,13		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	13.740,51		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	7.399,79		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	7.399,79		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	20.835,67		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.835,67		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00		
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas	1.000.000,00		
				1.297.754,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/6

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.000.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		297.754,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		297.754,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	119.101,60		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	119.101,60		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	178.652,40		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	178.652,40		
DEDUÇÕES DA RECEITA				
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00				-2.339.012,91
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.339.012,91	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-2.339.012,91	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.474.233,83		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.460.994,26		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.460.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-994,26		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-13.239,57		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-864.779,08		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-800.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-14.779,08		
			Total das receitas:	12.365.299,77
			Total por entidade:	12.365.299,77
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		51.659,68	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		45.771,30	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	39.984,16		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	39.984,16		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	39.984,16		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	9.996,04		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	5.997,62		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	23.990,50		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	5.787,14		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.787,14		



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/6
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	1.446,79		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	868,07		
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	3.472,28		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		5.888,38	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.101,86		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.101,86		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.786,52		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.786,52		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		285.567,14	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		285.567,14	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	267.701,90		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Pab Fixo	267.701,90		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Psf	76.673,54		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Vigilancia Sanitaria	101.330,26		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Farmacia Basica	10.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Epidemiologia	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Pacs	7.000,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Saude Bucal	57.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	6.698,10		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	17.865,24		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.865,24		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		22.275,58	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		1.933,02	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.933,02		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		20.342,56	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.342,56		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			33.660,49
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		33.660,49	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis			
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	33.660,49		
Total das receitas:				393.162,89
Total por entidade:				393.162,89
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			106.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		5.300,00	



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/6
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS			
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	5.300,00	5.300,00	
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.300,00	5.300,00	
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	5.300,00	5.300,00	
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	1.325,00	1.325,00	
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	795,00	795,00	
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	3.180,00	3.180,00	
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		60.198,31	
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	60.198,31	60.198,31	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		22.069,53	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	22.069,53	22.069,53	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		18.432,16	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	18.432,16	18.432,16	
Total das receitas:				106.000,00
Total por entidade:				106.000,00
Total geral:				12.864.462,66

LOA 2015 - ANEXO 5**Natureza Jurídica não encontrada**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 18/11/2014

Funções	Subfunções
4 Administração	31 Ação Legislativa
6 Segurança Pública	122 Administração Geral
8 Assistência Social	181 Policiamento
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
20 Agricultura	605 Abastecimento
22 Indústria	661 Promoção Industrial
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

LOA 2015 - ANEXO 6



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO					
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO					
		958765,76	8.935.804,96	233.200,00	10.127.770,72
		0,00	340.510,16	0,00	340.510,16
		0,00	340.510,16	0,00	340.510,16
04	Administração		340.510,16		340.510,16
04.122	Administração Geral		340.510,16		340.510,16
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		340.510,16		340.510,16
04.122.0019.2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		340.510,16		340.510,16
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
Unidade: 03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
		0,00	698.641,76	233.200,00	931.841,76
		0,00	698.641,76	233.200,00	931.841,76
04	Administração		669.877,60		669.877,60
04.122	Administração Geral		669.877,60		669.877,60
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		669.877,60		669.877,60
04.122.0020.2.003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças		669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública		28.764,16		28.764,16
06.181	Policimento		28.764,16		28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.910,16		11.910,16
06.181.0021.2.004	Manutenção do Convênio Policia Militar		11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP- TRANSITO		16.854,00		16.854,00
06.181.0042.2.023	Manutenção do Convenio SSP - Transito		16.854,00		16.854,00
28	Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			233.200,00	233.200,00
28.846.0000.0.001	Pasep			233.200,00	233.200,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade: 04.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
		0,00	1.775.855,60	0,00	1.775.855,60
		0,00	1.775.855,60	0,00	1.775.855,60
20	Agricultura		775.855,60		775.855,60
20.605	Abastecimento		775.855,60		775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICICULTURA E MEIO AMBIENTE		775.855,60		775.855,60
20.605.0022.2.005	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		775.855,60		775.855,60
22	Indústria		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661	Promoção Industrial		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043.2.024	Manutenção e construção de parque industrial e agroindustrial		1.000.000,00		1.000.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 05.00	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	958765,76	8.935.804,96	233.200,00	10.127.770,72
Unidade: 05.01	SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO	530.000,00	3.392.888,60	0,00	3.922.888,60
		530.000,00	3.392.888,60	0,00	3.922.888,60
12	Educação	530.000,00	3.270.333,52		3.800.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição		119.177,40		119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		119.177,40		119.177,40
12.306.0030.2.012	Aquisição de Merenda Escolar		119.177,40		119.177,40
12.361	Ensino Fundamental		2.315.998,83		2.845.998,83
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	530.000,00			530.000,00
12.361.0001.1.010	Construção de Núcleo Escolar	530.000,00			530.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		338.600,00		338.600,00
12.361.0026.2.009	Manutenção do Transporte Escolar		338.600,00		338.600,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.977.398,83		1.977.398,83
12.361.0035.2.008	Manutenção do Ensino Fundamental		1.977.398,83		1.977.398,83
12.365	Educação Infantil	530.000,00	691.411,19		691.411,19
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		691.411,19		691.411,19
12.365.0025.2.007	Manutenção do Ensino Infantil		691.411,19		691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos		80.146,10		80.146,10
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		80.146,10		80.146,10
12.366.0027.2.010	Manutenção do Ensino Supletivo		80.146,10		80.146,10
12.367	Educação Especial		63.600,00		63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL		63.600,00		63.600,00
12.367.0031.2.014	Manutenção do Ensino Especial		63.600,00		63.600,00
13	Cultura		27.155,08		27.155,08
13.392	Difusão Cultural		27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		27.155,08		27.155,08
13.392.0029.2.013	Manutenção e divulgação da Cultura		27.155,08		27.155,08
27	Desporto e Lazer		95.400,00		95.400,00
27.812	Desporto Comunitário		95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		95.400,00		95.400,00
27.812.0028.2.011	Manutenção do Desporto Amador		95.400,00		95.400,00
Órgão: 06.00	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	428.765,76	2.116.272,04	0,00	2.545.037,80
Unidade: 06.01	SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS	428.765,76	2.116.272,04	0,00	2.545.037,80
15	Urbanismo		180.602,65		609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana		428.765,76		428.765,76
15.451.0012	VIAS PUBLICAS DE QUALIDADE		357.304,80		357.304,80
15.451.0012.1.002	Pavimentação de vias publicas e passeios públicos		357.304,80		357.304,80



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS		998765,76	8.935.804,96	233.200,00	10.127.770,72
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS		428.765,76	2.116.272,04	0,00	2.545.037,80
Unidade: 06.01 SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO, TRANSP.E SERV.URBANOS		428.765,76	2.116.272,04	0,00	2.545.037,80
15	Urbanismo				609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	428.765,76	180.602,65		428.765,76
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	71.460,96			71.460,96
15.451.0005.1.001	Construção de Pontes e similares	59.550,80			59.550,80
15.451.0005.1.003	Construção de Abrigos de Passageiros	11.910,16			11.910,16
15.452	Serviços Urbanos		180.602,65		180.602,65
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		180.602,65		180.602,65
15.452.0032.2.016	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública		180.602,65		180.602,65
26	Transporte		1.935.669,39		1.935.669,39
26.782	Transporte Rodoviário		1.935.669,39		1.935.669,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS		1.935.669,39		1.935.669,39
26.782.0033.2.021	Manut. da Secr. Obras, Viacão, Transp. e Serv. Urbanos		1.935.669,39		1.935.669,39
Órgão: 07.00 SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	604.216,80	0,00	604.216,80
Unidade: 07.01 SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	604.216,80	0,00	604.216,80
08	Assistência Social		604.216,80		604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		17.865,24		17.865,24
08.243.0041.2.022	Manutencao do FIA e Conselho Tutelar		17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária		586.351,56		586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		59.550,80		59.550,80
08.244.0002.2.053	Contribuições Financeiras a Associações Comunitárias		59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		526.800,76		526.800,76
08.244.0039.2.020	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		526.800,76		526.800,76
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	7.420,00	0,00	7.420,00
Unidade: 99.99 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	7.420,00	0,00	7.420,00
99	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.420,00		7.420,00
99.999.0999.2.019	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO					
Órgão: 09.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0	2.100.147,67	0,00	2.100.147,67
Unidade: 09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.100.147,67	0,00	2.100.147,67
10	Saúde		2.100.147,67		2.100.147,67
10.301	Atenção Básica		2.100.147,67		2.100.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.100.147,67		2.100.147,67
10.301.0037.2.051	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF		2.100.147,67		2.100.147,67
Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO					
Órgão: 10.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0	106.000,00	0,00	106.000,00
Unidade: 10.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	0,00	106.000,00	0,00	106.000,00
10	Saúde		106.000,00		106.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		106.000,00		106.000,00
10.302.0040.2.052	Manutenção do Fundo de Assistência		106.000,00		106.000,00
Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO					
Órgão: 01.00	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0	530.544,27	0,00	530.544,27
Unidade: 01.01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	530.544,27	0,00	530.544,27
01	Legislativa		530.544,27		530.544,27
01.031	Ação Legislativa		530.544,27		530.544,27
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		530.544,27		530.544,27
01.031.0018.2.001	Manutenção da Câmara Mun. de Vereadores		530.544,27		530.544,27
Total geral:					12.864.462,66

LOA 2015 - ANEXO 7



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3
Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		530.544,27		530.544,27
01.031	Ação Legislativa		530.544,27		530.544,27
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		530.544,27		530.544,27
04	Administração		1.010.387,76		1.010.387,76
04.122	Administração Geral		1.010.387,76		1.010.387,76
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		340.510,16		340.510,16
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública		28.764,16		28.764,16
06.181	Policimento		28.764,16		28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR		11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		16.854,00		16.854,00
08	Assistência Social		604.216,80		604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR		17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária		586.351,56		586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA		59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		526.800,76		526.800,76
10	Saúde		2.206.147,67		2.206.147,67
10.301	Atenção Básica		2.100.147,67		2.100.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF		2.100.147,67		2.100.147,67
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA		106.000,00		106.000,00
12	Educação		3.270.333,52		3.800.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição	530.000,00	119.177,40		119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR		119.177,40		119.177,40
12.361	Ensino Fundamental	530.000,00	2.315.998,83		2.845.998,83
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	530.000,00			530.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		338.600,00		338.600,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.977.398,83		1.977.398,83
12.365	Educação Infantil		691.411,19		691.411,19
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		691.411,19		691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos		80.146,10		80.146,10
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO		80.146,10		80.146,10

**Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação		3.270.333,52		3.800.333,52
12.367	Educação Especial		63.600,00		63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	530.000,00	63.600,00		63.600,00
13	Cultura		27.155,08		27.155,08
13.392	Difusão Cultural		27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA		27.155,08		27.155,08
15	Urbanismo		180.602,65		609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	428.765,76			428.765,76
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	428.765,76			357.304,80
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	357.304,80			71.460,96
15.452	Serviços Urbanos	71.460,96			180.602,65
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	180.602,65			180.602,65
20	Agricultura		775.855,60		775.855,60
20.605	Abastecimento		775.855,60		775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		775.855,60		
22	Indústria		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661	Promoção Industrial		1.000.000,00		1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL		1.000.000,00		
26	Transporte		1.935.669,39		1.935.669,39
26.782	Transporte Rodoviário		1.935.669,39		1.935.669,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS		1.935.669,39		
27	Desporto e Lazer		95.400,00		95.400,00
27.812	Desporto Comunitário		95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR		95.400,00		
28	Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais			233.200,00	233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS			233.200,00	233.200,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999	Reserva de Contingência		7.420,00		7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.420,00		7.420,00
Total:		958.765,76	11.672.496,90	233.200,00	12.864.462,66
Total geral:		958.765,76	11.672.496,90	233.200,00	12.864.462,66

LOA 2015 - ANEXO 8



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Página: 1/2
Data: 18/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	530.544,27		530.544,27
01.031	Ação Legislativa	530.544,27		530.544,27
01.031.0018	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	530.544,27		530.544,27
04	Administração	1.010.387,76		1.010.387,76
04.122	Administração Geral	1.010.387,76		1.010.387,76
04.122.0019	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	340.510,16		340.510,16
04.122.0020	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	669.877,60		669.877,60
06	Segurança Pública	11.910,16	16.854,00	28.764,16
06.181	Policimento	11.910,16	16.854,00	28.764,16
06.181.0021	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLICIA MILITAR	11.910,16		11.910,16
06.181.0042	MANUTENÇÃO CONVENIO SSP-TRANSITO		16.854,00	16.854,00
08	Assistência Social	374.216,80	230.000,00	604.216,80
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	17.865,24		17.865,24
08.243.0041	MANUTENÇÃO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	17.865,24		17.865,24
08.244	Assistência Comunitária	356.351,56	230.000,00	586.351,56
08.244.0002	COMUNIDADE INTEGRADA	59.550,80		59.550,80
08.244.0039	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	296.800,76	230.000,00	526.800,76
10	Saúde	1.920.580,53	285.567,14	2.206.147,67
10.301	Atenção Básica	1.814.580,53	285.567,14	2.100.147,67
10.301.0037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E PSF	1.814.580,53	285.567,14	2.100.147,67
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.000,00		106.000,00
10.302.0040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	106.000,00		106.000,00
12	Educação	3.074.200,12	726.133,40	3.800.333,52
12.306	Alimentação e Nutrição	106.000,00	13.177,40	119.177,40
12.306.0030	AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR	106.000,00	13.177,40	119.177,40
12.361	Ensino Fundamental	2.193.042,83	652.956,00	2.845.998,83
12.361.0001	ENSINO DE QUALIDADE	530.000,00		530.000,00
12.361.0026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	179.600,00	159.000,00	338.600,00
12.361.0035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.483.442,83	493.956,00	1.977.398,83
12.365	Educação Infantil	651.411,19	40.000,00	691.411,19
12.365.0025	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	651.411,19	40.000,00	691.411,19
12.366	Educação de Jovens e Adultos	60.146,10	20.000,00	80.146,10
12.366.0027	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO	60.146,10	20.000,00	80.146,10
12.367	Educação Especial	63.600,00		63.600,00
12.367.0031	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	63.600,00		63.600,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2015

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2

Data: 18/11/2014

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura			27.155,08
13.392	Difusão Cultural	27.155,08		27.155,08
13.392.0029	MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CULTURA	27.155,08		27.155,08
15	Urbanismo			609.368,41
15.451	Infra-Estrutura Urbana	409.113,36	200.255,05	609.368,41
15.451.0012	VIAS PÚBLICAS DE QUALIDADE	250.113,36	178.652,40	428.765,76
15.451.0005	RODOVIAS INTEGRADAS	178.652,40	178.652,40	357.304,80
15.452	Serviços Urbanos	71.460,96		71.460,96
15.452.0032	MANUT. E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	159.000,00	21.602,65	180.602,65
		159.000,00	21.602,65	180.602,65
20	Agricultura			775.855,60
20.605	Abastecimento	656.754,00	119.101,60	775.855,60
20.605.0022	MANUTENCAO DA SECR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	656.754,00	119.101,60	775.855,60
22	Indústria			1.000.000,00
22.661	Promoção Industrial			1.000.000,00
22.661.0043	MANUT. E CONSTR. DE PARQUE INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL			1.000.000,00
26	Transporte			1.935.669,39
26.782	Transporte Rodoviário	1.785.907,60	149.761,79	1.935.669,39
26.782.0033	MANUT DA SECR OBRAS, VIACAO, TRANSP.E SERVICOS URBANOS	1.785.907,60	149.761,79	1.935.669,39
27	Desporto e Lazer			95.400,00
27.812	Desporto Comunitário	95.400,00		95.400,00
27.812.0028	MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR	95.400,00		95.400,00
28	Encargos Especiais			233.200,00
28.846	Outros Encargos Especiais	233.200,00		233.200,00
28.846.0000	OPERACOES ESPECIAIS	233.200,00		233.200,00
99	Reserva de Contingência			7.420,00
99.999	Reserva de Contingência			7.420,00
99.999.0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			7.420,00
Total:		10.136.789,68	2.727.672,98	12.864.462,66
Total geral:		10.136.789,68	2.727.672,98	12.864.462,66

LOA 2015 - ANEXO 9



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Página: 1/20
Data: 18/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	340.510,16	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	669.877,60	0,00	28.764,16
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	1.010.387,76	0,00	28.764,16



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Página: 2/20
Data: 18/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.333,52
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	604.216,80	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	604.216,80	0,00	0,00	0,00	3.800.333,52



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		27.155,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	609.368,41	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		27.155,08	0,00	609.368,41	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	775.855,60	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	775.855,60	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Página: 5/20
Data: 18/11/2014

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO							
Funções		Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
Órgão							
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.510,16
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	233.200,00	0,00	931.841,76
04.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.775.855,60
05.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO		0,00	0,00	95.400,00	0,00	0,00	3.922.888,60
06.00 - SECRETARIA DE OBRAS,VIAÇÃO,TRANSP.E SERV.URBANOS		0,00	1.935.669,39	0,00	0,00	0,00	2.545.037,80
07.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604.216,80
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	7.420,00	7.420,00
Total:		0,00	1.935.669,39	95.400,00	233.200,00	7.420,00	10.127.770,72



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	2.100.147,67	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.100.147,67	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/20
Data: 18/11/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERMO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.147,67
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.147,67



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/20
Data: 18/11/2014

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	106.000,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	106.000,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/20

Data: 18/11/2014

[illegible]



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/20
Data: 18/11/2014

Entidade: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. E PREVIDENCIA DE ERMO							
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/20
Data: 18/11/2014

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		530.544,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		530.544,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/20
Data: 18/11/2014

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO						
Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:						



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/20

Data: 18/11/2014

Entidade: 6 - CAMARA MUNICIPAL DE ERMO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.544,27
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530.544,27
	Total geral:						12.864.462,66

RREO_5BIM DE 2014



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.686.799,25	9.686.799,25	2.006.616,37	20,71	9.819.285,47	101,37	-132.486,22
RECEITAS CORRENTES	9.317.964,07	9.317.964,07	1.615.178,72	17,33	8.180.396,67	87,79	1.137.567,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	197.639,90	197.639,90	40.642,45	20,56	197.922,85	100,14	-282,95
IMPOSTOS	151.070,77	151.070,77	21.211,12	14,04	123.237,03	81,58	27.833,74
TAXAS	28.591,13	28.591,13	19.431,33	67,96	74.685,82	261,22	-46.094,69
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	17.978,00	17.978,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.978,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	77.170,72	77.170,72	1.924,74	2,49	59.051,72	76,52	18.119,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	56.790,86	56.790,86	0,00	0,00	49.356,39	86,91	7.434,47
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	20.379,86	20.379,86	1.924,74	9,44	9.695,33	47,57	10.684,53
RECEITA PATRIMONIAL	38.526,00	38.526,00	1.548,11	4,02	12.242,07	31,78	26.283,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	38.526,00	38.526,00	1.548,11	4,02	12.242,07	31,78	26.283,93
RECEITA DE SERVIÇOS	561,80	561,80	4.067,16	723,95	39.024,45	946,32	-38.462,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.894.103,45	8.894.103,45	1.557.975,48	17,52	7.705.099,95	86,63	1.189.003,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.894.103,45	8.894.103,45	1.557.975,48	17,52	7.705.099,95	86,63	1.189.003,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	109.962,20	109.962,20	9.020,78	8,20	167.055,63	151,92	-57.093,43
Multas e Juros de Mora	17.683,15	17.683,15	5.891,37	33,32	14.648,81	82,84	3.034,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.457,33	7.457,33	349,02	4,68	1.357,75	18,21	6.099,58
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	28.585,51	28.585,51	106,39	0,37	1.290,60	4,51	27.294,91
RECEITAS DIVERSAS	56.236,21	56.236,21	2.674,00	4,75	149.758,47	266,30	-93.522,26
RECEITAS DE CAPITAL	368.835,18	368.835,18	391.437,65	106,13	1.638.888,80	444,34	-1.270.053,62
ALIENAÇÃO DE BENS	87.935,18	87.935,18	84.500,00	96,09	205.400,00	233,58	-117.464,82
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	87.935,18	84.500,00	96,09	205.400,00	233,58	-117.464,82
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	280.900,00	280.900,00	306.937,65	109,27	1.433.488,80	510,32	-1.152.588,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	80.382,50	0,00	-80.382,50
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	280.900,00	280.900,00	306.937,65	109,27	1.353.106,30	481,70	-1.072.206,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.686.799,25	9.686.799,25	2.006.616,37	20,71	9.819.285,47	101,37	-132.486,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.686.799,25	9.686.799,25	2.006.616,37	20,71	9.819.285,47	101,37
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	152.902,29	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.686.799,25	9.686.799,25	2.006.616,37	20,71	9.972.187,76	101,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	178.033,26	—	—	148.437,58	—
Superávit Financeiro	—	178.033,26	—	—	148.437,58	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.686.799,25	6.769.226,10	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	60,60
DESPESAS CORRENTES	7.676.336,92	2.835.683,26	10.512.020,18	1.130.601,06	8.503.589,41	1.376.049,97	7.857.929,91	74,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.459.704,36	1.288.887,58	4.748.591,94	743.599,37	3.824.053,04	746.767,37	3.820.549,04	80,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.196.632,56	1.546.795,68	5.743.428,24	387.001,69	4.679.536,37	629.282,60	4.037.380,87	70,30
DESPESAS DE CAPITAL	2.003.462,33	3.933.542,84	5.937.005,17	14.365,03	2.781.179,55	53.891,70	2.114.257,85	35,61
INVESTIMENTOS	1.903.462,33	3.933.542,84	5.837.005,17	899,00	2.712.272,50	40.425,67	2.045.350,80	35,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	13.466,03	68.907,05	13.466,03	68.907,05	68,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.686.799,25	6.769.226,10	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	60,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.686.799,25	6.769.226,10	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	6.483.837,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.686.799,25	6.769.226,10	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	6.483.837,59

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora CRC/SC026097/O-0	Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	87.935,18	205.400,00	-117.464,82
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	87.935,18	205.400,00	-117.464,82
TOTAL	87.935,18	205.400,00	-117.464,82

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	198.367,44	0,00	-198.367,44
Investimentos	0,00	198.367,44	0,00	-198.367,44
TOTAL	0,00	198.367,44	0,00	-198.367,44

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	7.032,56	7.032,56

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00	
							Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
							Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes				1.275.750,00	2.195.750,00	2.092.833,32	2.092.833,32	95,31	1.926.111,56	87,72	
				575.000,00	975.000,00	911.429,58	911.429,58	93,48	908.429,58	93,17	
				700.750,00	1.220.750,00	1.181.403,74	1.181.403,74	96,78	1.017.681,98	83,37	
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos				50.000,00	130.000,00	120.712,13	120.712,13	92,86	11.527,05	8,87	
				50.000,00	130.000,00	120.712,13	120.712,13	92,86	11.527,05	8,87	

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	130.000,00	120.712,13	92,86	11.527,05	8,87
Investimentos	50.000,00	130.000,00	120.712,13	92,86	11.527,05	8,87
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.325.750,00	2.325.750,00	2.213.545,45	95,18	1.937.638,61	83,31
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFORME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.325.750,00	2.325.750,00	2.213.545,45	95,18	1.937.638,61	83,31
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/10%]						1.937.638,61

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
	1.325.000,00	2.325.000,00	2.213.545,45	100,00	1.937.638,61	100,00
	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.325.750,00	2.325.750,00	2.213.545,45	100,00	1.937.638,61	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$

Continua 3/4



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

ERMO , 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.686.799,25	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	100,00	60,60
Legislativa	480.000,00	620.000,00	38.079,45	387.079,41	42.669,45	380.215,55	3,81	61,33
Ação Legislativa	480.000,00	620.000,00	38.079,45	387.079,41	42.669,45	380.215,55	3,81	61,33
Administração	953.196,00	1.773.477,00	161.004,40	1.633.824,42	203.593,57	1.578.042,47	15,82	88,98
Administração Geral	953.196,00	1.773.477,00	161.004,40	1.633.824,42	203.593,57	1.578.042,47	15,82	88,98
Segurança Pública	27.136,00	27.347,19	1.460,72	5.922,31	1.460,72	5.922,31	0,06	21,66
Policimento	27.136,00	27.347,19	1.460,72	5.922,31	1.460,72	5.922,31	0,06	21,66
Assistência Social	430.826,40	591.103,69	44.479,58	277.110,22	58.937,56	262.180,86	2,63	44,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.854,00	16.854,00	310,62	10.769,55	987,54	10.049,67	0,10	59,63
Assistência Comunitária	413.972,40	574.249,69	44.168,96	266.340,67	57.950,02	252.131,19	2,53	43,91
Saúde	1.726.158,14	3.339.547,98	362.237,59	3.027.733,01	391.938,10	2.576.358,16	25,84	77,15
Atenção Básica	1.626.158,14	3.239.547,98	334.064,70	2.937.465,97	367.145,10	2.496.494,15	25,03	77,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100.000,00	100.000,00	28.172,89	90.267,04	24.793,00	79.864,01	0,80	79,86
Educação	3.256.065,66	5.754.506,44	275.201,05	2.754.654,46	338.054,29	2.265.445,76	22,72	39,37
Alimentação e Nutrição	112.431,51	112.515,01	1.251,60	102.970,80	17.164,94	65.209,71	0,65	57,96
Ensino Fundamental	2.528.780,00	4.319.460,19	266.271,53	1.900.479,62	272.366,38	1.700.957,93	17,06	39,38
Educação Infantil	478.112,55	1.185.789,64	2.485,92	734.753,04	43.330,97	482.827,12	4,84	40,72
Educação de Jovens e Adultos	76.741,60	76.741,60	0,00	950,00	0,00	950,00	0,01	1,24
Educação Especial	60.000,00	60.000,00	5.192,00	15.501,00	5.192,00	15.501,00	0,16	25,84
Cultura	25.618,00	95.618,00	0,00	83.477,88	22.471,13	69.008,13	0,69	72,17
Difusão Cultural	25.618,00	95.618,00	0,00	83.477,88	22.471,13	69.008,13	0,69	72,17
Urbanismo	524.875,86	828.737,17	0,00	224.963,26	12.583,11	165.462,63	1,66	19,97
Infra-Estrutura Urbana	404.496,00	678.357,31	0,00	93.640,00	0,00	93.640,00	0,94	13,80
Serviços Urbanos	120.379,86	150.379,86	0,00	131.323,26	12.583,11	71.822,63	0,72	47,76
Agricultura	502.360,00	1.296.360,00	96.488,68	1.119.428,55	112.315,84	1.092.405,19	10,95	84,27
Abastecimento	502.360,00	1.296.360,00	96.488,68	1.119.428,55	112.315,84	1.092.405,19	10,95	84,27
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.443.563,19	1.800.327,88	125.237,54	1.539.024,28	205.140,82	1.345.595,54	13,49	74,74
Transporte Rodoviário	1.443.563,19	1.800.327,88	125.237,54	1.539.024,28	205.140,82	1.345.595,54	13,49	74,74

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.686.799,25	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	100,00	60,60
Desporto e Lazer	90.000,00	102.000,00	12.172,38	78.429,34	12.172,38	78.429,34	0,79	76,89
Desporto Comunitário	90.000,00	102.000,00	12.172,38	78.429,34	12.172,38	78.429,34	0,79	76,89
Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	28.604,70	153.121,82	28.604,70	153.121,82	1,54	69,60
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	28.604,70	153.121,82	28.604,70	153.121,82	1,54	69,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.686.799,25	16.456.025,35	1.144.966,09	11.284.768,96	1.429.941,67	9.972.187,76	100,00	60,60

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora CRC/SC026097/O-0	Responsável p/ controle interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de ERMO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO														PREVISÃO ATUALIZADA 2014
EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	957.840,71	1.237.507,78	1.202.288,09	1.072.489,73	913.519,68	986.670,65	1.035.405,08	884.528,71	813.996,62	895.825,32	1.047.181,91	948.630,89	11.224.948,41	RS 1,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.996,82	13.780,76	9.777,11	8.107,93	23.352,47	19.230,17	35.210,97	32.996,19	14.413,31	14.186,25	25.490,00	15.152,45	197.639,90	
I.P.T.U.	290,03	98,24	0,00	0,00	190,50	1.165,63	8.461,52	6.848,93	1.367,14	348,75	347,45	0,00	18.318,19	
I.R.R.F.	13.846,76	5.785,83	3.783,83	4.233,94	4.942,89	5.137,35	6.159,06	6.197,76	321,81	6.065,51	5.983,96	5.809,03	70.389,33	
I.S.S.	6.748,97	5.978,76	2.896,67	2.248,88	10.614,02	5.509,40	6.101,34	13.199,62	3.158,94	3.962,42	4.445,17	4.625,51	41.181,06	
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.252,88	
Outras Receitas Tributárias	2.111,06	1.917,93	3.186,61	1.625,11	7.605,06	7.417,79	14.489,05	7.549,88	9.571,42	3.899,57	14.713,42	4.717,91	46.589,13	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.739,46	25.426,41	916,98	10.388,96	8.573,52	10.634,03	9.802,96	5.718,22	5.702,41	5.989,90	924,74	1.000,00	77.170,72	
RECEITA PATRIMONIAL	1.237,29	1.287,12	0,00	3.594,08	896,47	1.606,34	1.953,88	580,34	1.470,91	589,94	250,85	1.297,26	38.526,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	3.481,49	1.165,84	3.157,20	1.976,13	3.040,24	5.665,96	4.525,92	4.628,39	7.128,05	4.835,40	3.225,83	841,33	561,80	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	913.885,28	1.167.450,04	1.187.450,52	1.043.085,15	870.580,14	831.557,30	960.039,26	838.824,02	779.429,06	858.864,95	1.010.735,02	827.874,54	10.801.087,79	
Cota-Parte do F.P.M.	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	378.518,74	430.782,48	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	6.309.350,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	285.664,22	284.452,88	285.080,01	271.321,79	275.250,68	268.541,40	272.970,29	276.355,00	188.698,42	269.990,02	289.455,30	298.470,06	3.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	8.390,34	6.950,47	7.573,56	17.290,05	19.241,79	17.296,28	19.620,81	17.708,91	107.866,81	18.448,46	20.436,40	16.374,50	88.718,38	
Cota-Parte do ITR.	48,45	0,00	6,12	0,00	6,20	120,20	52,04	8,72	21,04	32,51	1.159,00	1.457,45	4.689,91	
Outras Transferências Correntes	70.691,08	77.353,43	240.080,34	60.715,14	144.558,49	60.000,56	54.506,27	57.320,66	80.535,49	65.680,07	249.172,04	80.139,69	778.566,10	
Transferências da LC 61/1989	4.450,40	4.756,51	4.143,68	3.859,98	3.771,70	4.108,53	4.488,69	4.443,57	4.372,42	4.506,99	4.241,33	4.542,09	51.665,89	
Transferências da LC 87/1996	1.182,40	1.182,40	1.204,80	0,00	0,00	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	1.204,80	12.450,81	
Transferências do FUNDEB	52.892,51	52.720,95	54.530,65	53.500,49	49.232,54	49.503,05	54.127,06	51.222,37	47.603,45	50.576,05	51.943,21	54.182,11	647.600,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.500,37	28.359,61	886,28	5.337,48	7.076,84	117.974,85	3.872,09	1.981,55	5.846,88	14.958,88	6.555,47	2.465,31	109.982,20	
DEDUÇÕES (II)	165.990,08	185.309,94	178.406,32	195.429,97	143.586,09	152.868,64	183.055,48	150.901,37	134.692,86	152.921,59	141.923,74	138.710,34	1.963.775,20	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	158.060,15	160.656,99	178.235,24	185.794,12	135.012,57	144.263,26	174.280,96	146.168,38	130.233,81	148.521,59	141.923,74	138.710,34	1.905.994,94	
Outras Contribuições Sociais	7.929,93	24.642,95	171,08	9.645,85	8.573,52	8.605,38	8.774,52	4.732,99	4.453,05	4.400,00	0,00	0,00	56.790,66	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	791.850,63	1.052.197,84	1.023.881,77	877.059,76	769.933,59	833.802,01	852.349,60	733.627,34	679.303,76	745.903,73	905.258,17	709.920,55	9.261.173,21	
FONTE: FPMO - 19/11/2014														

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL

Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULANOLA BIZ

Contadora CRC/SC026087/O-0

LEILE DENISE LEONARDO

Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	470.021,37	—	333.056,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	470.021,37	830.596,57	1.227.141,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.030.968,24	894.085,23
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-470.021,37	0,00	-333.056,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-470.021,37	0,00	-333.056,24

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	-333.056,24	136.965,13

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	20.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.279.438,07	1.613.630,61	8.168.154,60	7.161.074,47
Receita Tributária	197.639,90	40.642,45	197.922,85	170.646,71
I.P.T.U.	21.267,50	347,45	17.929,92	11.214,67
I.S.S.	41.181,06	9.070,68	56.671,97	85.707,35
I.T.B.I.	18.252,88	0,00	0,00	4.323,54
I.R.R.F.	70.369,33	11.792,99	48.635,14	55.337,98
Outras Receitas Tributárias	46.569,13	19.431,33	74.685,82	14.063,17
Receita de Contribuição	77.170,72	1.924,74	59.051,72	67.654,69
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	77.170,72	1.924,74	59.051,72	67.654,69
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	38.526,00	1.548,11	12.242,07	20.580,14
(-) Aplicações Financeiras	38.526,00	1.548,11	12.242,07	20.580,14
Transferências Correntes	8.894.103,45	1.557.975,48	7.705.099,95	6.650.589,94
F.P.M.	5.047.480,00	611.669,46	3.699.959,57	3.422.601,29
I.C.M.S.	2.400.000,00	470.372,50	2.141.393,33	2.011.189,03
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.446.623,45	475.933,52	1.863.747,05	1.216.799,62
Demais Receitas Correntes	110.524,00	13.087,94	206.080,08	272.183,13
Dívida Ativa	28.585,51	106,39	1.290,60	2.845,45
Diversas Receitas Correntes	81.938,49	12.981,55	204.789,48	269.337,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	368.835,18	391.437,65	1.638.888,80	498.061,98
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	87.935,18	84.500,00	205.400,00	197.380,00
Transferências de Capital	280.900,00	306.937,65	1.433.488,80	300.681,98
Convênios	280.900,00	306.937,65	1.353.106,30	300.681,98
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	80.382,50	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	280.900,00	306.937,65	1.433.488,80	300.681,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.560.338,07	1.920.568,26	9.601.643,40	7.461.756,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.512.020,18	1.376.049,97	7.857.929,91	7.146.409,92
Pessoal e Encargos Sociais	4.748.591,94	746.767,37	3.820.549,04	3.386.990,38
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.743.428,24	629.282,60	4.037.380,87	3.759.419,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.492.020,18	1.376.049,97	7.857.929,91	7.146.409,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.937.005,17	53.891,70	2.114.257,85	655.165,24
Investimentos	5.837.005,17	40.425,67	2.045.350,80	588.858,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	13.466,03	68.907,05	66.306,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.837.005,17	40.425,67	2.045.350,80	588.858,97



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	7.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.336.025,35	1.416.475,64	9.903.280,71	7.735.268,89
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.775.687,28	504.092,62	-301.637,31	-273.512,44
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	148.437,58	0,00
Superávit Financeiro	-	-	148.437,58	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-6.461,18

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PRRO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS		RP NÃO PROCESSADOS				Saldo
	Inscritos		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)							
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora CRC/SC026097/O-0	Responsável p/ controle interno



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	48.527,08	48.527,08	6.769,44	39.933,60	82,29
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	10.718,03	10.718,03	193,24	5.772,75	53,86
1.1.1- IPTU	5.316,88	5.316,88	86,85	4.482,15	84,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.401,15	5.401,15	106,39	1.290,60	23,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.563,22	4.563,22	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	4.563,22	4.563,22	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	15.653,49	15.653,49	3.627,95	22.001,97	140,56
1.3.1- ISS	15.653,49	15.653,49	3.627,95	22.001,97	140,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.592,34	17.592,34	2.948,25	12.158,88	69,11
1.4.1- IRRF	17.592,34	17.592,34	2.948,25	12.158,88	69,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.383.730,42	2.383.730,42	350.793,26	1.904.162,53	79,88
2.1- Cota-Parte FPM	1.577.337,50	1.577.337,50	191.146,70	1.155.468,12	73,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.577.337,50	1.577.337,50	191.146,70	1.155.468,12	73,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	750.000,00	750.000,00	146.991,39	669.188,38	89,23
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.612,70	15.612,70	602,40	2.710,80	17,36
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	17.428,16	17.428,16	2.195,86	10.614,79	60,91
2.5- Cota-Parte ITR	1.172,48	1.172,48	654,12	715,84	61,05
2.6- Cota-Parte IPVA	22.179,58	22.179,58	9.202,79	65.464,60	295,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	2.432.257,50	2.432.257,50	357.562,70	1.944.096,13	79,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	306.937,65	597.078,10	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	306.937,65	597.078,10	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.431,51	117.431,51	24.605,39	107.271,38	91,35
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	117.431,51	117.431,51	331.543,04	704.349,48	599,80
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.906.984,34	1.906.984,34	280.634,08	1.523.140,01	79,87
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.261.870,00	1.261.870,00	152.917,32	924.374,66	73,25
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	600.000,00	600.000,00	117.592,86	535.359,64	89,23
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.490,16	12.490,16	481,92	2.168,64	17,36
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.942,53	13.942,53	1.756,67	8.311,64	59,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	937,98	937,98	523,27	572,60	61,05
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	17.743,67	17.743,67	7.362,04	52.352,83	295,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	487.600,00	487.600,00	106.125,32	516.420,98	105,91
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	487.600,00	487.600,00	106.125,32	516.420,98	105,91
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.419.384,34	-1.419.384,34	-174.508,76	-1.006.719,03	70,93
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	292.560,00	562.560,00	121.166,96	407.540,35	72,44
13.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	1.702,21	20.880,70	52,20
13.2- Com Ensino Fundamental	252.560,00	522.560,00	119.464,75	386.659,65	73,99
14- OUTRAS DESPESAS	195.040,00	195.040,00	0,00	118.812,42	60,92
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.040,00	195.040,00	0,00	118.812,42	60,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	487.600,00	757.600,00	121.166,96	526.352,77	69,48
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					526.352,77
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					78,92
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					23,01
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					-1,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					16.887,58
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					16.887,58
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	608.064,38	608.064,38	89.390,68	486.024,03	79,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	1.702,21	20.880,70	52,20
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.863.704,15	3.133.704,15	214.060,72	1.379.928,92	44,04
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	447.600,00	717.600,00	119.464,75	505.472,07	70,44
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.416.104,15	2.416.104,15	94.595,97	874.456,85	36,19
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.903.704,15	3.173.704,15	215.762,93	1.400.809,62	44,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.006.719,03
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.887,58
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-989.831,45
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.390.641,07
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					122,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	1.021.756,80	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	1.021.756,80	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.903.704,15	4.195.460,95	215.762,93	1.400.809,62	33,39



MUNICÍPIO DE ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		516.420,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		516.420,98	0,00

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL	ANA PAULA NOLA BIZ	LEILE DENISE LEONARDO
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora CRC/SC026097/O-0	Responsável p/ controle interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 16.887,58, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de ERMO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.937.005,17	2.114.257,85	0,00	3.822.747,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.937.005,17	2.114.257,85	0,00	3.822.747,32
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.937.005,17	-2.114.257,85		-3.822.747,32

FONTE:

ERMO, 19/11/2014

ELIAS NAGEL
Prefeito Municipal em Exercício

ANA PAULA NOLA BIZ
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO
Responsável p/ controle interno

Erval Velho

PREFEITURA

PORTARIA 3005/2014

PORTARIA 3005, de 12 de novembro de 2014.
Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora SANDRA FATTORI BESS, do cargo de provimento comissionado de Diretor de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria nº 2827, de 13 de agosto de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 12 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3006/2014

PORTARIA 3006, de 18 de novembro de 2014.
Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora LAIS ZANCANARO, ocupante do cargo temporário de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2971, de 17 de julho de 2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 18 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1908/2014

DECRETO 1908, de 10 de novembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1352, de 18 de dezembro de 2013 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 65.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV - 2.026 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

3.3.90.00.00.00.00.03.0344.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 65.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2013 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1908/2014, de 10 de novembro de 2014

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2013

Fonte de Recurso 0044 - Fundo Especial do Petróleo

Ativo Financeiro	67.136,00
(-) Passivo Financeiro	(0,00)
Superávit Financeiro	67.136,00
Deduções	
Decreto n.º 1826/2014	1.136,00
Decreto n.º 1826/2014	65.000,00
Saldo	1.000,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1909/2014

DECRETO 1909, de 10 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autoriza da conforme Lei nº 1352 de 18 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Erval velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.800,00 para a SUPLEMENTAÇÃO das dotações abaixo;

ÓRGÃO - 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE - 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. - 1.028 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE

4.4.90.00.00.00.0064 - 38 - PMAQR\$ 11.000,00

4.4.90.00.00.00.0023 - 54 R\$ 13.800,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0064-38 - PMAQ e 23-54 - Transferências de Conv.da União, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 10 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1375/2014

Lei n. 1375, de 18 de novembro de 2014.

"AUTORIZA REPASSE MENSAL DE VALORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO(SC) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE(SC), PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos) per capita por habitante/mês para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, para custear os serviços de Urgência e Emergência na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, para os usuários do Sistema Único de Saúde do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO(SC), conforme minuta do convênio anexo que faz parte integrante desta lei.

Art.2º - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Categoria Econômica - 3.3.40.00.00 - Transferências a Municípios - Fonte 02 - Receita de Impostos e

Transferência de Impostos Saúde do orçamento vigente, sendo que, para os exercícios seguintes o Poder Executivo Municipal fará constar em seus orçamentos anuais as dotações necessárias para a continuidade do repasse.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 18 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI N. 1375, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA ATRAVÉS DA UPA 24h estabelecida no Município de Herval d'Oeste.

Pelo presente instrumento, de um lado O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Walter Kleber Kucher Junior, doravante denominado de CONVENIENTE e de outro, o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), pessoa jurídica de direito publico, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.939.430/0001-38, com sede na rua Nereu Ramos, 389, centro deste município, representado pelo Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, RG nº. 1.511.562, residente e domiciliado em Nerval d'Oeste (SC) doravante denominada de CONVENIADO, considerando a necessidade de implementar um sistema de saúde que priorize a assistência humanizada e que valorize a atenção integral à saúde da população, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos do que dispõem as Portarias Ministeriais, Lei Municipal n. 1375/2014 e de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio compreende o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 (vinte e quatro) horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências.

A UPA 24h do município de Herval d'Oeste compõe uma rede organizada de atenção às urgências, em conjunto com a Atenção Básica à Saúde e com a Rede Hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I- Dos encargos do MUNICÍPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convenio;
2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas;
3. Apresentar semestralmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados de avaliação, bem como a prestação de contas realizadas pela UPA 24 hs.

Dos encargos da UPA 24 hs (Conveniado):

A UPA 24h funcionará em conformidade com a lógica de acolhimento e de classificação de risco, observadas as seguintes diretrizes:

1. Funcionar de modo ininterrupto nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana, incluídos feriados e pontos facultativos; e
2. Possuir equipe multiprofissional interdisciplinar compatível com seu porte.
3. A UPA 24h terá as seguintes competências na Rede de Atenção às Urgências e Emergências:
4. Acolher os usuários e seus familiares sempre que buscarem

atendimento na UPA 24h;

5. Articular-se com a Atenção Básica à Saúde, SAMU 192, unidades hospitalares, unidades de apoio diagnóstico e terapêutico e com outros serviços de atenção à saúde, construindo fluxos coerentes e efetivos de referência e contrarreferência, ordenando esses fluxos por meio de Centrais de Regulação Médica de Urgências e complexos reguladores instalados na região;

6. Prestar atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros agudos de natureza clínica, e prestar primeiro atendimento aos

casos de natureza cirúrgica e de trauma, estabilizando os pacientes e realizando a investigação diagnóstico inicial, de modo a definir, em todos os casos, a necessidade ou não de encaminhamento a serviços hospitalares de maior complexidade;

7. Fornecer retaguarda às urgências atendidas pela Rede de Atenção Básica à Saúde;

8. Funcionar como local de estabilização de pacientes atendidos pelo SAMU 192;

9. Realizar consulta médica em regime de pronto atendimento aos casos de menor gravidade;

10. Realizar atendimentos e procedimentos médicos e de enfermagem adequados aos casos demandados à unidade;

11. Prestar apoio diagnóstico e terapêutico ininterrupto nas 24 (vinte e

quatro) horas do dia e em todos os dias da semana, incluídos feriados e pontos facultativos;

12. Manter pacientes em observação, por período de até 24 (vinte e quatro) horas, para elucidação diagnóstico e/ou estabilização clínica;

13. Encaminhar para internação em serviços hospitalares, por meio das centrais reguladoras, os pacientes que não tiverem suas queixas resolvidas nas 24 (vinte e quatro) horas de observação;

14. Prover atendimento e/ou encaminhamento adequado a um serviço de saúde hierarquizado, regulado e integrado à RUE a partir da complexidade clínica, cirúrgica e traumática do usuário;

15. Contrarreferenciar para os demais serviços de atenção integrantes da RUE, proporcionando continuidade ao tratamento com impacto positivo no quadro de saúde individual e coletivo; e

16. Solicitar retaguarda técnica ao SAMU 192 sempre que a gravidade ou complexidade dos casos ultrapassarem a capacidade instalada da unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

A UPA 24 hs se compromete, ainda, a:

1- Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e serviços oferecidos;

2- Notificar o MUNICÍPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;

3- Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local do SUS.

Parágrafo único. A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convenio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pelo MUNICÍPIO,

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICÍPIO CONVENIADO, através da sua Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente convenio prevê o repasse do valor de R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos) mensais per capta, à partir do mês do início de funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24 horas, até dezembro de 2014.

Outrossim, em janeiro de 2015, os valores poderão ser reajustados, de acordo com a necessidade e convenção entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde decorrentes de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária: Fundo de Saúde, Atividade:

manutenção e implementação dos atendimentos de atenção básica e outras despesas concorrentes: 10.01.10.301.0033.2038-33900000.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- pagamento pelos serviços prestados e neste ato conveniados será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente aos serviços prestados mediante depósito bancário na c/c 18.353-9, agência 2103-2, Banco do Brasil com o título FMS - UPA - Convênio Erval Velho.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A UPA terá que fazer a prestação de contas no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data do repasse do recurso (depósito bancário) exceto os recursos repassados nos meses de novembro e dezembro que deverão ser prestados contas até o dia 20 do mês de dezembro, pois não pode ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes de acordo com os incisos I a IV e IX do art. 44 da resolução nº 16/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE e conforme o Decreto Municipal nº 1362, de 24 de novembro de 2009 a prestação de contas deve estar consubstanciada dos seguintes documentos:

a) Declaração de aplicação dos recursos;

b) Original ou cópia autenticada das notas ou recibos das despesas;

c) Cópia de todos os cheques ou documento de transferência utilizado nos pagamentos;

d) Extrato bancário demonstrando toda a movimentação dos recursos;

e) Comprovante do depósito da devolução dos recursos não aplicados.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

- presente Convênio vigorará a partir do início das atividades, podendo-se prorrogar por períodos de 12 (doze) meses, ate completar o limite de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Se um dos convenientes não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao término do prazo do presente convênio e por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- presente convênio poderá ser rescindido pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população, bem como restem ressalvados os devidos pagamentos e, ou ressarcimentos a UPA 24 hs por todos os seus serviços prestados, desde a data do período de rescisão, realizado por qualquer dos convenientes, até o termo final do respectivo convênio.

Parágrafo único. O conveniente que pretender rescindir este convênio deverá comunicar o outro conveniente, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo respeitar as atividades em andamento, bem a realização dos pagamentos da cláusula quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos

assumidos neste convênio ensejará a rescisão do presente instrumento e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93, arts. 79, 80 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento, uma vez que ambos os convenientes são concordes de que as mesmas devam ser aplicadas a este convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Herval d'Oeste(SC), para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 18 de novembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 18 de novembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

LEI Nº 2.025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.025, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-APREV, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA E CÂMARA DE VEREADORES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Forquilha para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 58.135.000,00 (cinquenta e oito milhões, cento e trinta e cinco mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 24.865.000,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais).

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Forquilha, para o exercício financeiro do ano 2015, estima à receita em R\$ 68.650.000,00 (sessenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais) e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 53.935.000,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária para a Câmara de Vereadores, Fundação e Fundos Municipais de R\$ 14.715.000,00 (quatorze milhões, setecentos e quinze mil reais), da seguinte forma:

I - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Saúde: R\$ 10.210.000,00 (dez milhões, duzentos e dez mil reais);

II - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: R\$ 1.755.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil reais);

III - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Fundação Municipal Ambiental: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

IV - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Câmara Municipal de Vereadores: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Art. 3º A Receita referida no artigo anterior será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA		VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	71.945.000,00

	Receita Tributária	10.600.000,00
	Receita de Contribuições	950.000,00
	Receita Patrimonial	550.000,00
	Receita de Serviços	360.000,00
	Transferências Correntes	55.220.000,00
	Outras Receitas Correntes	4.265.000,00
2 -	Receitas de Capital	4.820.000,00
	Operações de Crédito	700.000,00
	Alienação de Bens	110.000,00
	Transferências de Capital	4.010.000,00
9 -	Deduções da Receita Corrente	(8.115.000,00)
9.7 -	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(8.115.000,00)
	Total Geral da Receita	68.650.000,00

Art. 4º A Despesa referida no artigo 2º, será realizada segundo a apresentação dos Anexos previstos na Lei 4.320/64, que são parte integrante desta Lei, por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Elementos de Despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I -	DESPESAS POR ÓRGÃOS	VALOR EM R\$
	02 – Gabinete do Prefeito	1.680.000,00
	03 – Secretaria de Planejamento	450.000,00
	04 – Secretaria de Administração e Finanças	7.295.000,00
	05 – Secretaria de Educação	19.955.000,00
	07 – Secretaria de Obras Desenvolvimento Urbano	15.080.000,00
	08 – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.	3.035.000,00
	09 – Secretaria de Habitação e Desenv. Econômico	495.000,00
	11 – Fundo Municipal Man. Reeq. Corpo Bombeiro	300.000,00
	12 – Fundo Municipal de Habitação	25.000,00
	13 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.060.000,00
	14 – Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescente	240.000,00
	15 – Encargos Especiais	3.150.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	53.785.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	10.210.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	1.755.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.500.000,00
	Total Extra-Orçamentário	14.865.000,00
	Total Geral da Despesa	68.650.000,00
II -	DESPESAS POR FUNÇÕES	VALOR EM R\$

	04 – Administração	9.380.000,00
	06 – Segurança Pública	300.000,00
	08 – Assistência Social	2.300.000,00
	12 – Educação	19.955.000,00
	13 – Cultura	650.000,00
	15 – Urbanismo	7.825.000,00
	16 – Habitação	415.000,00
	18 – Gestão Ambiental	50.000,00
	22 – Indústria	105.000,00
	26 – Transporte	7.175.000,00
	27 – Desporto e Lazer	2.385.000,00
	28 – Encargos Especiais	3.150.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	53.785.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	10.210.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	1.755.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.500.000,00
	Total Extra-Orçamentário	14.865.000,00
	Total Geral da Despesa	68.650.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	000 – Encargos Especiais	3.150.000,00
	002 – Gestão Administrativa Superior	2.130.000,00
	003 – Administração Geral e Finanças	7.250.000,00
	004 – Aeroporto Regional Diomício Freitas	45.000,00
	005 – Educação Infantil	5.800.000,00
	006 – Ensino Fundamental	13.600.000,00
	007 – Ensino Médio, Profissionalizante e Superior	250.000,00
	008 – Educação Especial	305.000,00
	009 – Esporte é Vida	1.100.000,00
	010 – Assistência Social Geral	2.060.000,00
	013 – Desenvolvimento Urbano	13.725.000,00
	014 – Edificações Públicas	1.770.000,00
	015 – Desenvolvimento Econômico	405.000,00
	016 – Desenvolvimento Turístico e Cultura	1.935.000,00
	017 – Assist. Fdo. Municipal Direitos Criança e Adolescente	240.000,00
	999 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	53.785.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	10.210.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	1.755.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.500.000,00
	Total Extra-Orçamentário	14.865.000,00
	Total Geral da Despesa	68.650.000,00

IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR EM R\$
	DESPESAS CORRENTES	40.695.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	21.083.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	18.863.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	2.195.000,00
	Juros e Encargos da Dívida	660.000,00
	Aplicações Diretas	660.000,00
	Outras Despesas Correntes	18.952.000,00
	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	120.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	2.135.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	16.647.000,00
	Aplicações Diretas Decorrente de Op.entre Órgãos	25.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	13.090.000,00
	Investimentos	10.470.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00
	Aplicações Diretas	10.459.000,00
	Amortização da Dívida	2.600.000,00
	Aplicações Diretas	2.600.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	53.785.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	10.210.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	1.755.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.500.000,00
	Total Extra-Orçamentário	14.865.000,00
	Total Geral da Despesa	68.650.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício financeiro de 2015, estima à receita em R\$ 5.890.000,00 (cinco milhões e oitocentos e noventa mil reais) e uma Transferência Financeira da Prefeitura Municipal de Forquilha de R\$ 10.210.000,00 (dez milhões, duzentos e dez mil reais) e fixa a despesa em R\$ 16.100.000,00 (dezesseis milhões e cem mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, será proveniente de suas receitas próprias advindas do Estado e da União, com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	5.760.000,00
	Receita Patrimonial	165.000,00
	Transferências Correntes	5.530.000,00
	Outras Receitas Correntes	65.000,00

2 -	Receitas de Capital	130.000,00
	Alienação de Bens	30.000,00
	Transferência de Capital	100.000,00
	Total Orçamentário	5.890.000,00
3 -	Transf. Financ.Extra-Orçamentário da PMF	10.210.000,00
	Total Geral da Receita	16.100.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, é fixada segundo discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas será destacada por Função de Governo e por Natureza da Despesa e uma transferência financeira extra-orçamentária de contribuições patronal ao Fundo Municipal de Seguridade Social, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	17 – Fundo Municipal de Saúde	16.090.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	16.100.000,00

II -	DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	10 – Saúde	16.090.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	16.100.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	118 – Forquilha Município Saudável	16.090.000,00
	199 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	16.100.000,00

IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR EM R\$
	DESPESAS CORRENTES	15.600.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	11.125.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	45.000,00
	Aplicações Diretas	10.125.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	955.000,00
	Outras Despesas Correntes	4.475.000,00
	Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	5.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	335.000,00
	Aplicações Diretas	4.135.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	490.000,00
	Investimentos	490.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
	Aplicações Diretas	485.000,00

	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
	Total Geral da Despesa	16.100.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 1.895.000,00 (hum milhão, oitocentos e noventa e cinco mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 1.755.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	1.855.000,00
	Receita Patrimonial	40.000,00
	Receita Agropecuária	50.000,00
	Transferências Correntes	1.760.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 -	Receitas de Capital	40.000,00
	Transferências de Capital	40.000,00
	Total Orçamentário	1.895.000,00
3-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	1.755.000,00
	Total Geral da Receita	3.650.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	18 – Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	3.640.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	3.650.000,00

II -	DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO	VALOR EM R\$
	18 – Gestão Ambiental	195.000,00
	20 – Agricultura	3.445.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	3.650.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	111 – Desenvolvimento Rural	3.640.000,00
	199 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	3.650.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	3.200.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	1.500.000,00
	Aplicações Diretas	1.400.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	100.000,00
	Outras Despesas Correntes	1.700.000,00
	Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	40.000,00
	Aplicações Diretas	1.660.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	440.000,00
	Investimentos	440.000,00
	Aplicações Diretas	440.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
	Total Geral da Despesa	3.650.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-PREV

Art. 7º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA-PREV, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita de R\$ 5.765.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 5.765.000,00 (cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	3.665.000,00
	Receita de Contribuições	1.000.000,00
	Receita Patrimonial	2.645.000,00
	Outras Receitas Correntes	20.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	2.100.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	2.100.000,00
	Total Geral da Receita	5.765.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	19 – Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINAPREV	5.765.000,00
	Total Geral da Despesa	5. 765.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	09 – Previdência Social	5. 765.000,00
	Total Geral da Despesa	5. 765.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	119 – Previdência ao Segurado	5. 765.000,00
	Total Geral da Despesa	5. 765.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	5.665.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
	Aplicações Diretas	200.000,00
	Outras Despesas Correntes	5.465.000,00
	Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucr.	100.000,00
	Aplicações Diretas	5.365.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
	Investimentos	100.000,00
	Aplicações Diretas	100.000,00
	Total Geral da Despesa	5. 765.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA

Art. 8º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores Municipais de Forquilha para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	520.000,00
	Receita de Contribuições	420.000,00
	Receita Patrimonial	95.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	180.000,00

	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	180.000,00
	Total Geral da Receita	700.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	20 – Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais de Forquilha	700.000,00
	Total Geral da Despesa	700.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	08 – Assistência Social	700.000,00
	Total Geral da Despesa	700.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	120 – Assistência Social ao Servidor Municipal	700.000,00
	Total Geral da Despesa	700.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	650.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
	Aplicações Diretas	100.000,00
	Outras Despesas Correntes	550.000,00
	Aplicações Diretas	550.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
	Investimentos	50.000,00
	Aplicações Diretas	50.000,00
	Total Geral da Despesa	700.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA

Art. 9º O Orçamento Fiscal da Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	90.000,00
	Receita Tributária	69.000,00
	Receita Patrimonial	1.000,00
	Transferências Correntes	10.000,00
	Outras Receitas	10.000,00
2 -	Receitas de Capital	10.000,00
	Transferências de Capital	10.000,00
	Total Orçamento	100.000,00
2-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	400.000,00
	Total Geral da Receita	500.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	21 – Fundação Municipal Ambiental de Forquilha	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	18 – Gestão Ambiental	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	112- Recuperação do Meio Ambiente	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	470.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	260.000,00
	Aplicações Diretas	230.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	30.000,00
	Outras Despesas Correntes	210.000,00
	Aplicações Diretas	210.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
	Investimentos	30.000,00
	Aplicações Diretas	30.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Art. 10. O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA para o exercício de 2015 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA MUNICIPAL	2.500.000,00
TOTAL:	2.500.000,00

§ 2º A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	01 – Poder Legislativo	2.500.000,00
	Total Geral	2.500.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	01 – Legislativo	2.500.000,00
	Total Geral	2.500.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	101 – Processo Legislativo	2.500.000,00
	Total Geral	2.500.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	2.120.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	1.870.000,00
	Aplicações Diretas	1.750.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	120.000,00
	Outras Despesas Correntes	250.000,00
	Aplicações Diretas	250.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	380.000,00
	Investimentos	380.000,00
	Aplicações Diretas	380.000,00
	Total Geral da Despesa	2.500.000,00

Art. 11. Os valores previstos para cada projeto e atividade, representam uma previsão de custo que a administração municipal pretende executar ao longo do exercício, respeitando os limites fixados por elementos da despesa em cada unidade orçamentária, podendo ser utilizados os seus saldos orçamentários ou não,

dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais às dotações de um elemento de despesa para outro.

Art. 12. Os valores orçamentários do FUNREBOM-PM, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social estão contidos no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, destacados nos respectivos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por ato próprio:

I - Abrir créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária, até o limite de cinquenta por cento do total da despesa fixada nesta Lei, para a Prefeitura, Fundação e para cada Fundo Municipal, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no artigo 43, § 1º, itens de I a IV, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, excluindo-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas durante o exercício;

II - Utilizar os recursos da Reserva de Contingência, de conformidade com o disposto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, no que se refere ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, inclusive a suplementares elementos de despesas/modalidades de aplicação orçadas a menor.

III - Corrigir os saldos dos Orçamentos pelo IGPM da Fundação Getulio Vargas (FGV), através de Decreto do Executivo.

IV - Efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

V - Utilizar os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações.

VI - Celebrar Convênio com o Governo Federal e Estadual, por intermédio de seus órgãos da administração direta e indireta, objetivando a realização de obras e serviços de interesse do Município.

VII - Realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16. Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.902/2013 de 25 de Setembro de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 - Lei Municipal nº 2.013, de 23 de setembro de 2014 e nos Anexos da Lei Orçamentária/2015, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício financeiro de 2015.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Segue link para acesso dos anexos: <http://leismunicipa.is/uhfed>

Forquilha/SC, 12 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de novembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 222/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 222/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPSUL

OBJETO - presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas em pessoal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

VALOR - R\$ 257.713,00 (duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e treze reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

DOTAÇÃO - Código Reduzido 027/2014

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 203/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 101/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 19/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E AFINS para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/05/2015.

3ª Publicação.

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 215/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

**AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 215/PMF/2014.
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de novembro de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 101/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 101/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de material informativo e educativo conforme especificações do edital (kit projeto de prevenção ao CRACK), por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 88.780,00 (oitenta e oito mil setecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA - 30/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2061.3390 (87).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 30/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145_2014-PMF RP 0076**

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0145/2014 - PMF
Registro de Preços nº 0076

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e açúcar para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS e FME) durante os meses de dezembro de 2014 a abril de 2015. RETIFICAÇÃO: Foi alterado o critério de julgamento das propostas, passando a ser Menor Preço POR ITEM. Com base no art. 4º, inc. V da Lei 10.520/2002, restando o prazo hábil de 8 dias úteis para abertura das propostas, conforme a publicação inicial no DOM do dia 14.11.2014, permanece a mesma data marcada, qual seja: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03.12.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de novembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0150_2014-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0150/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo ônibus para biblioteca itinerante, completo, equipado. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 9:15 horas do dia 12.12.2014. Abertura: Às 9:15 horas do mesmo dia. Recursos: 9315 Convênio do Estado de SC - TR 1473 - Processo SDR 09 1416/2014 e de contrapartida, Recursos Próprios. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de novembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0152_2014-PMF DOM

Aviso de Pregão Presencial Nº 0152/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo ônibus equipado com baías para cadeirantes e demais dispositivos para transporte de alunos especiais do município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 12.12.2014. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Recursos: 9315 - Convênio do Estado de SC TR 1474 Processo SDR 09 1415/2014 e de contrapartida Recursos Próprios. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039.

Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2048/2014

PORTARIA N.º 2.048, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 31 de outubro de 2013 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de dezembro de 2014 até 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0300/2014

DECRETO Nº 0300, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.365.0005.1.009 – Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos dos CEI		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (83)	R\$	520.000,00
Total		
	R\$	520.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 – Cota Parte do ICMS	R\$	520.000,00
TOTAL		
	R\$	520.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 286 de 04/11/2014.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO 001/2014 - CONSELHO CRIANÇA E ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2014

Dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimento, governamentais e não governamentais, que tenham por objetivo, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº e alterada pela Lei Municipal nº, em reunião extraordinária realizada no dia de de 2013, na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social,

CONSIDERANDO:

a) O disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 12.010/2009. Em especial o previsto nos art. 90 e art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, que estabelecem, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais devem inscrever seus programas de proteção e sócio educativos destinados à criança e ao adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não-governamentais devem, como condição para o seu funcionamento, ser registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) A Resolução nº 71 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 10 de Junho de 2001 que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Sócio-Educativo das governamentais e não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente.

c) Que o atendimento à criança e ao adolescente deve seguir os princípios e diretrizes preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

d) Que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente deve basear-se nos seus direitos fundamentais, a saber: Direito à Vida e à Saúde; Direito a Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; Direito à Profissionalização e à Proteção ao trabalho; Direito à Assistência Social.

e) A necessidade de regulamentar e orientar o procedimento de inscrição e registro das entidades, programas, projetos e/ou

serviços de atendimento a criança e ao adolescente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito deste município;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer procedimentos com vistas ao registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimento, Governamentais e não Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. Todas as entidades em funcionamento neste município, deverão, no prazo de 60 dias a contar da data da publicação desta resolução, inscrever ou regularizar seus registros no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste município de Fraiburgo/SC. Após decorrido o prazo estabelecido, sem que a entidade tenha providenciado a regularização do registro, estarão automaticamente revogados eventuais registros e inscrições anteriores.

Art. 3º. As entidades instituídas após decorrido o prazo de 60 dias da publicação desta resolução poderão requerer sua inscrição a qualquer tempo.

Parágrafo único: Comunicará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente às autoridades competentes, a relação das entidades em funcionamento sem o devido registro em desacordo com o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO, GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 4º. As entidades não governamentais de atendimento a criança e adolescentes somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e devem atender as exigências normativas desta resolução.

Art. 5º. A criação, alteração, ou extinção de programas ou projetos de atendimento a criança e ao adolescente deverá ser imediatamente comunicada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. As Organizações Governamentais não terão registro no CMDCA, devendo apenas efetuar a inscrição dos seus programas.

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não concede registro para funcionamento de entidades ou inscrição de programas àquelas que desenvolvem apenas atendimento em modalidades educacionais formais, tais como creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução n.º 71/2001 do CONANDA.

Art. 8º. As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e de acordo com a Resolução nº 71/01 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Possui os seguintes programas:

I - Programas de Proteção:

- a) Orientação e Apoio Sócio-Familiar;
- b) Apoio Socioeducativo em Meio Aberto;
- c) Colocação Familiar;
- d) Acolhimento Institucional.

II - Programas Socioeducativos:

- a) Liberdade Assistida
- b) Semiliberdade
- c) Internação
- d) Prestação de Serviços à Comunidade;

Parágrafo 1º: O programa de proteção se destina às crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados. São compostos por um conjunto de ações especiais com vistas ao acesso ou complementação de políticas públicas na área de proteção; tais como: atividades de acompanhamento e complementação escolar; escolarização alternativa; grupos terapêuticos, psicossociais; de apoio e orientação; atividades lúdico-pedagógicas; atividades formativas e preparatórias para inserção no mundo do trabalho; atendimento protetivo em abrigo; encaminhamento e acompanhamento em família substituta.

Parágrafo 2º: Os programas socioeducativos visam atuar junto aos adolescentes que violam os direitos alheios.

Art. 9º. Poderão solicitar registro as Entidades não Governamentais que realizem quaisquer das atividades abaixo:

- I - Estudos e Pesquisas direcionados à criança e ao adolescente.
- II - Programas de Assessoria e capacitação, assim como de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA REGISTRO OU INSCRIÇÃO

Art. 10º. São condições indispensáveis e cumulativas para a concessão de Registro de Entidades ou Inscrição de programas e/ou projetos, governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes:

- I- Ter personalidade jurídica e estar regularmente constituída;
- II- Ter por objetivo executar programas de proteção e sócio educativos de atendimento a crianças e adolescentes no município.
- III- Não ter fins lucrativos e destinar a totalidade de recursos apurados ao atendimento de suas finalidades;
- IV- Prestar atendimento sistemático e contínuo.
- V- Executar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- VI- Ter em seus quadros pessoas idôneas;
- VII- Apresentar a documentação exigida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII- Oferecer instalações físicas compatíveis com o Regime proposto, em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

IX- Atender a normatização da presente Resolução que dispõe sobre o Registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimento, governamentais e não governamentais, que tenham por objetivo, a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art.11º. São documentos exigidos para a Inscrição de Projetos e/ou Programas.

- I- Requerimento padronizado solicitando Registro da Entidade ou a Inscrição de Projeto ou Programa, dirigido à Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Anexo I)
- II- Formulário padronizado de Cadastro de Entidade (Anexo II)
- III- Plano de Trabalho individual de cada Programa ou Projeto a ser inscrito, informando respectivamente: infraestrutura, objetivos e atividades do programa ou projeto, perfil /características do público alvo; faixa etária a ser atendida; capacidade de atendimento;

demanda atual atendida, requisitos para ingresso no projeto ou programa, recursos humanos envolvidos; abrangência territorial; valor e origem dos recursos financeiros; (Anexo III)

IV- Cópia do CNPJ;

V- Alvará Sanitário;

VI- Alvará do Corpo de Bombeiros;

VII- Declaração de Idoneidade padronizada emitida pelo responsável legal do projeto ou programa.

Art. 12. São documentos exigidos para o Registro de Entidades e a Inscrição de Projetos e/ou Programas não Governamentais:

I- Todos os documentos que constam no artigo 10º da presente resolução e ainda:

a) Cópia do Estatuto da entidade, registrado em Cartório, com suas respectivas alterações;

b) Cópia da ata de fundação, registrada em Cartório.

c) Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada em Cartório.

d) Cópia do Documento de Identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;

e) Declaração de Idoneidade padronizada emitida pelo responsável legal da Entidade, devidamente reconhecida em Cartório (Anexo IV);

f) Certidão negativa municipal, estadual, federal e trabalhista.

Parágrafo Único: A cópia dos documentos a serem apresentados deverão estar todos autenticados.

Art. 13. A comissão técnica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente será formada por três membros nomeados pelo referido conselho, em reunião plenária exclusiva para este fim.

Parágrafo único: Para o registro das entidades a comissão poderá exigir cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de resultados do ano anterior; para as entidades vigentes de no mínimo um ano.

Art. 14. A Comissão referida no artigo 12 poderá solicitar relatório de fiscalização das entidades aos Conselhos Tutelares e Ministério Público, assim como parecer técnico dos órgãos de administração direta e indireta em nível municipal, estadual e federal, quando julgar necessário.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA REGISTRO DE ENTIDADES OU INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

Art. 15. - Compete a Comissão Técnica de Registro e Inscrição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, analisar a documentação, realizar visita técnica de inspeção à Entidade ou programa que pretende se registrar ou inscrever e posteriormente elaborar parecer sobre o pedido, o qual deverá ser encaminhado e apreciado pela plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: Para o registro e/ou inscrição serão utilizados formulários específicos, aprovados pela plenária do CMDCA, que constam em anexo na presente resolução.

Art. 16. O procedimento terá início a partir da protocolização da documentação, que deverá ser entregue toda sexta-feira, das 13:30hs às 17:00hs na Secretaria municipal de Ação Social, cito o endereço Rua Arnoldo Frey, 179, Centro, Município de Fraiburgo.

Art. 17. O Presidente ou seu representante legal, na data agendada, deverá comparecer para protocolizar no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o requerimento com a documentação exigida nos termos do art. 9º ou 10 da presente Resolução.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente somente protocolizará o requerimento mediante a apresentação completa de todos os documentos exigidos nos termos do art. 9º ou 10 da presente Resolução.

Art. 18. Devidamente protocolizado o requerimento, a secretaria executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente prestará ciência à Comissão Técnica designada, que terá um prazo de até 30 dias úteis para proceder a análise dos mesmos nos termos desta resolução.

Art. 19. Sendo identificada alguma irregularidade nos documentos apresentados pela entidade. Esta, terá prazo de 30 dias para regularizar sua situação.

Art. 20. Na hipótese do artigo 18, a partir da data de entrega dos documentos para regularização das inconformidades por parte da Entidade, a Comissão Técnica terá um prazo de 15 dias para novamente avaliar o processo de requerimento de Inscrição.

Art. 21. O prazo a que se refere o artigo 19 poderá ser prorrogado por igual período mediante apresentação de solicitação com justificativa.

Art. 22. Se no prazo máximo estabelecido a entidade não regularmente a inconformidade constatada, a protocolização do requerimento de inscrição desta será declarada sem efeito e o mesmo será arquivado por inércia da parte.

Art. 23. O Pleno somente deliberará a respeito do deferimento ou indeferimento do requerimento de registro ou inscrição após a entrega do parecer, realizada pela Comissão Técnica.

Art. 24. O resultado da deliberação em reunião plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA sobre o deferimento ou indeferimento do registro ou inscrição será comunicado por ofício a entidade ou responsável pelo programa ou projeto no prazo de até 05 dias úteis, contados a partir da data da publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 25. No caso de indeferimento do Registro ou Inscrição caberá recurso, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Município, garantindo-se o direito à ampla defesa e ao contraditório

Art. 26. Sendo deferido o registro ou inscrição do requerente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá a emissão do Certificado de Registro ou Declaração de Inscrição, devendo ser este fixado pela Entidade em local visível e de ampla circulação de pessoas.

CAPÍTULO IV

DA CONCESSÃO, NEGAÇÃO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

Seção I - Da Concessão

Art. 27. À Entidade que for concedido Registro será fornecido Certificado de validade.

Art. 28. Ao Programa ou Projeto inscrito será fornecida uma declaração de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 29. O Registro e a Inscrição terão validade de 4 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, reavaliar no máximo em dois anos o cabimento de sua renovação, observando o disposto nos artigos 33, 34 e 35 da presente resolução.

Art. 30. Após o vencimento do registro ou inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, programa ou projeto requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral. Parágrafo Único: Os pedidos de renovação de registro e inscrição deverão ser protocolizados no CMDCA no prazo de 90 (noventa) dias anterior ao seu vencimento, munidos de documentação atualizada.

Art. 31. Se em até 90 (noventa) dias não houver requerimento de renovação do Registro ou Inscrição, o mesmo será automaticamente suspenso e comunicado aos órgãos competentes nos termos do art. 37 da presente Resolução.

Art. 32. As entidades registradas no CMDCA deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, na sede do Conselho os seguintes documentos:

I - Plano de Ação do ano corrente (Anexo III);

II - Requerimento de renovação

III - Relatório de Atividades do ano anterior (Anexo VI)

Parágrafo 1º: Os documentos deverão ser apresentados na forma impressa.

Parágrafo 2º: A não apresentação da documentação referida no caput deste artigo implicará na suspensão do registro da entidade.

Art. 33. Obtido registro ou inscrição o responsável legal obriga-se a:

I- Ter fiel obediência ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

II- Ter registro atualizado de suas ações;

III- Manter cadastro atualizado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Cumprir as orientações ou recomendações emanadas do Ministério Público, do Conselho Nacional, Estadual e/ou municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar;

Seção II - Da Negação

Art. 34. Será negado, a juízo do CMDCA, o Registro ou Inscrição à Entidade ou Programa que:

I. Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II. Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III. Esteja irregularmente constituída;

IV. Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

V. Não cumprir os requisitos estabelecidos nesta Resolução.

VI. Não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis.

Seção III - Da Suspensão

Art. 35. A Inscrição poderá ser suspensa a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório nos termos do artigo 24 da presente resolução.

Art. 36. O Registro ou Inscrição será suspenso pelo prazo de 3 (três) meses quando a Entidade ou programa:

I- Apresentar irregularidades técnicas ou administrativas

incompatíveis com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e da presente Resolução.

II- Interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses, sem motivo justificado;

III- Deixar de cumprir o Programa apresentado.

IV- Não renovar o Registro ou Inscrição, nos termos do artigo 27 e 28 da presente resolução.

Seção IV - Do Cancelamento

Art. 37. O registro ou Inscrição será cancelado quando a entidade:

I- Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão, no prazo máximo estabelecido pelo CMDCA.

II- Quando for comunicada a sua extinção;

III- Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. As entidades e/ou programas/projetos registrados ou inscritos deverão comunicar o eventual encerramento de suas atividades ao CMDCA no prazo máximo de 10 dias.

Art. 39. Quando o registro ou inscrição for negado, suspenso ou cancelado, o CMDCA fará comunicação à autoridade judiciária, Ministério Público e ao Conselho Tutelar.

Art. 40. Os atos de concessão, negação, suspensão ou cancelamento do Registro e Cadastro serão publicados no DOM e site da Prefeitura Municipal.

Art. 41. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo - SC, 18 de novembro de 2014.

Lia Frey

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 001-2014 - ROTEIRO ENTIDADE ANEXO IV

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE VISITA TÉCNICA À ENTIDADE E/OU PROGRAMAS, PROJETOS OU SERVIÇOS DE ATENDIMENTO

Data da Visita:
DADOS DA ENTIDADE:
CNPJ nº:
Nome da Entidade:
Inscrição Solicitada:
() Registro de Entidade não governamental
() Inscrição de Programas, Projetos ou Serviços de atendimento a criança e ao adolescente.
CARACTERIZAÇÃO DAS OFERTAS DA ENTIDADE:
1. Qual a Modalidade de Atendimento ofertado pela Entidade:

I – Programas de Proteção:

- () Orientação e Apoio Sócio-familiar
 () Apoio Sócioeducativo em meio aberto
 () Colocação Familiar
 () Acolhimento Institucional

II – Programas Sócioeducativo:

- () Liberdade Assistida
 () Semiliberdade
 () Internação
 () Prestação de Serviços à Comunidade

1.1 O tipo de oferta se caracteriza como de:

- () Atendimento / conforme indicado na Modalidade.
 () Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro. Sistematização e disseminação de projetos inovadores, que possam apresentar soluções para a demanda social infanto juvenil, a serem incorporadas nas políticas públicas.
 () Assessoramento na Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre a política e os direitos da criança e do adolescente, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e entidades, subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de atendimento a criança e ao adolescente.

- () Promoção da Defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.

- () Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance dos direitos da criança e do adolescente, a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projetos de atendimento aos segmento infanto juvenil

2. Qual a caracterização do publico-alvo atendido?

- () Indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social
 () Crianças e adolescentes com deficiência
 () Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.
 () Crianças e adolescentes em situação de violência (abuso ou exploração sexual, violência doméstica, etc).
 () crianças em situação de violência (abuso ou exploração sexual, violência doméstica, etc).
 () Usuários de substâncias psicoativas (dependência química)
 () Crianças e Adolescentes com vínculos familiares e comunitários rompidos
 () População em situação de rua
 () Outros. Especifique:

Os serviços/atividades prestados são para os usuários:

- () Totalmente gratuitos
 () Contrapartida do Usuário . Qual? _____

Horário de atendimento do programa, projeto ou serviço de atendimento.

Observações sobre as Dependências Física da Entidade.

Os serviços/atividades observados na visita estão em conformidade com os documentos apresentados pela entidade, em especial o estatuto, o plano de atendimento e o relatório de atividades (relatório no caso de atualização da inscrição).

- () Sim.
 () Parcialmente – justifique:
 () Não - justifique

De acordo com a percepção da visita, os usuários tem seus direitos respeitados na prestação dos serviços/atividades?

- () Sim.
 () Não – justifique:

Observações Complementares:

Pessoa na Entidade que acompanhou e prestou informações na visita.

Assinatura legível dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente que realizaram a visita técnica à entidade.

RESOLUÇÃO 001-2014 - - EMISSÃO DE PROTOCOLO

FRAIBURGO-SC
 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Protocolo nº _____/2014

Entidade: _____

Documentos entregues:

- () Requerimento - conforme modelo em anexo I ou II;
 () Cópia do Estatuto da entidade registrado em cartório, no caso de Entidade Não-governamental;
 () Certidão negativa de protesto;
 () Certidão atualizada de funcionamento;
 () Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria registrada em cartório, no caso de ONG;
 () Plano de ação - conforme modelo anexo III;
 () Cópia do CNPJ;
 () Plano de trabalho Individual
 () Alvará Sanitário;
 () Alvará do Corpo de Bombeiros;
 () Declaração de Idoneidade padronizada emitida pelo responsável legal do projeto ou programa.
 () Cópia da ata de fundação, registrada em Cartório.

- () Cópia do Documento de Identidade, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade requerente;
 () para as entidades vigentes de no mínimo um ano, é necessário

cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de resultados do ano anterior; para as entidades vigentes de no mínimo um ano.

Fraiburgo, ____/____/____.

Secretária executiva do CMDCA

RESOLUÇÃO 001-2014 - ANEXO_I

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fraiburgo-SC.

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição nesse Conselho.

I - DADOS DA ENTIDADE:

Nome da Entidade:		
CNPJ nº:		
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária que consta no CNPJ:		
Data de Inscrição no CNPJ:		
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone (DDD/número)		
E-mail:		
Horário de Atendimento - Constar horário, dias da semana e período matutino, vespertino ou noturno:		

II - Informe: () Nova Inscrição () Regularização

III - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE:

Nome:		
RG:	CPF:	Data de Nascimento:
Período do Mandato:/...../..... até/...../.....		
Escolaridade:		
() Ensino Fundam. Incompleto		
() Ensino Fundam. Completo		
() Ensino Médio Incompleto		
() Ensino Médio Completo / Técnico: _____		
() Superior Completo / Formação: _____		
() Pós-Graduação / Formação: _____		
() Mestrado / Formação: _____		
() Doutorado/ Formação: _____		
ção: _____		
() Em formação atual (Descreva): _____		
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone (DDD/número)		
E-mail:		

IV - POSSUI INSCRIÇÃO?

- () Conselho Municipal de Assistência Social
() Conselho Municipal de Educação
() Conselho Municipal do Idoso
() Conselho Municipal de Saúde
() Outro: _____

V - SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO REALIZADOS PELA ENTIDADE (descrever todos)

5.1 – Nome dos Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

1.Nome:

Endereço de localização Serviço /Programa, Projeto ou Benefício:

Nome do Diretor ou Coordenador do Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

População Alvo:

- () Criança Faixa-Etária: _____
() Adolescente Faixa-Etária: _____

Horário/período de Atendimento:

- () Manhã _____
() Tarde _____
() Noite _____

2. Nome:

Endereço de localização Serviço /Programa, Projeto ou Benefício:

Nome do Diretor ou Coordenador do Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

População Alvo:

- () Criança Faixa-Etária: _____
() Adolescente Faixa-Etária: _____

Horário/período de Atendimento:

- () Manhã _____
() Tarde _____
() Noite _____

Constar outros Projetos que está requerendo a inscrição; se for o caso.

OBS.: o formulário deverá ser preenchido individualmente para cada programa ou projeto.

Termos em que,
Pede deferimento.

Fraiburgo, de de

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

RESOLUÇÃO 001-2014 - ANEXO II REGISTRO DE ENTIDADES**ANEXO II**

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fraiburgo-SC.

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer Registro desta entidade nesse Conselho.

I - DADOS DA ENTIDADE:

Nome da Entidade:		
CNPJ nº:		
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária que consta no CNPJ:		
Data de Inscrição no CNPJ:		
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone (DDD/número)		
E-mail:		
Horário de Atendimento - Constar horário, dias da semana e período matutino, vespertino ou noturno:		

II - INFORME: () Nova Inscrição () Regularização**III - DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE:**

Nome:		
RG:	CPF:	Data de Nascimento:
Período do Mandato:/...../..... até/...../.....		
Escolaridade:		
() Ensino Fundam. Incompleto		
() Ensino Fundam. Completo		
() Ensino Médio Incompleto		
() Ensino Médio Completo / Técnico _____		
() Superior Completo / Formação _____		
() Pós-Graduação / Formação _____		
() Mestrado / Formação _____		
() Doutorado/ Formação _____		
() Em formação atual (Descreva) _____		
Endereço:	Nº	Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone (DDD/número)		
E-mail:		

IV - POSSUI INSCRIÇÃO?

- () Conselho Municipal de Assistência Social;
 () Conselho Municipal de Educação
 () Conselho Municipal do Idoso;
 () Conselho Municipal de Saúde;
 () Reavaliação
 () Outro _____

V - SÍNTESE DOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PELA ENTIDADE.

5.1 – Nome dos Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

1.Nome:

Endereço de localização Serviço /Programa, Projeto ou Benefício:

Nome do Diretor ou Coordenador do Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

População Alvo:

- () Criança Faixa-Etária: _____
 () Adolescente Faixa-Etária: _____

Horário/período de Atendimento:

- () Manhã _____
 () Tarde _____
 () Noite _____

2. Nome:

Endereço de localização Serviço /Programa, Projeto ou Benefício:

Nome do Diretor ou Coordenador do Serviços /Programas ou Projetos de atendimento:

População Alvo:

- () Criança Faixa-Etária: _____
 () Adolescente Faixa-Etária: _____

Horário/período de Atendimento:

- () Manhã _____
 () Tarde _____
 () Noite _____

Constar outros Projetos que está requerendo a inscrição; se for o caso.

OBS.: o formulário deverá ser preenchido individualmente para cada programa ou projeto.

Termos em que,
 Pede deferimento

Fraiburgo, de de

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

RESOLUÇÃO 001-2014 - ANEXO_III- PLANO DE APLICAÇÃO**ANEXO III**

PLANO DE AÇÃO ANUAL - EXERCÍCIO 2014.

I - DADOS BÁSICOS DA ENTIDADE:

a) Nome da Entidade:
b) Nome do Representante Legal da Entidade:
c) Objetivos que constam no Estatuto:

OBS. Em caso de órgão governamental. Apenas citar esta informação neste mesmo campo.

d) Origem e Valor dos Recursos Financeiros:

() Própria – recursos decorrentes de mensalidades / doações dos membros ou associados, eventos e campanhas – atividades meio.

() Privada – recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas.

() Pública () Municipal () Estadual () Federal
Tipo de Recursos:

() próprios do município

() Recursos de convênio

() Recursos Eventual de Subvenção

() Internacional privada – recursos de entidades e organizações internacionais.

() Internacional Pública – recursos de países estrangeiros, ONU, etc.

() Outra. Especifique:

e) Endereço da Entidade:

Rua:

Nº

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

f) Telefone (DDD/número)

g) E-mail:

II - PLANO DE AÇÃO:

2.1 – Nome do Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

a) Nome do Coordenador/Diretor:

b) Endereço de localização Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

c) Modalidade do Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

I – Programas de Proteção:

() Orientação e Apoio Sócio-familiar

() Apoio Sócioeducativo em meio aberto

() Colocação Familiar

() Acolhimento Institucional

II – Programas Sócioeducativo:

() Liberdade Assistida

() Semiliberdade

() Internação

() Prestação de Serviços à Comunidade

III - Defesa de direitos da criança e do adolescente ()

IV – De assessoria e capacitação ()

c) Característica principal da Modalidade /Atividade:

De atendimento: () Reabilitação () Esporte () Pedagógica
() Música

() Artes () Teatro () Alimentos

() Outra – especifique:

d) Data do início do Serviço /Projeto:

e) Horário de Atendimento:

() Manhã _____

() Tarde _____

() Noite _____

f) Qual é a abrangência do Serviço, ou seja, qual é a população atendida pelo serviço? É a população em geral do município? São bairros e quais? ou comunidades da zona rural e quais?

g) População Alvo:

() Criança Faixa-Etária: _____

() Adolescente Faixa-Etária: _____

h) Características da população alvo:

() Todos que necessitem de acordo com a população alvo e abrangência territorial.

() Indivíduos e Famílias em situação de vulnerabilidade social

() Portadores de necessidades especiais

() Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade.

() Pessoas vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual.

() Usuários de substâncias psicoativas

() População em situação de rua

() Outro-especifi-

que: _____

i) Os serviços/atividades prestados são para os usuários:

() Totalmente gratuitos

() Contrapartida do Usuário . Qual? _____

2.2 - Descrição do Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

a) Objetivos do Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

b) Capacidade mensal de Atendimento:

c) Número de pessoas em atendimento no mês:

d) Recursos Humanos envolvidos:

Número de Contratados:

Número de Conveniados: Tipo de Convênio:

Número de Cedidos: Origem:

Número de Voluntários:

e) Atividade Funcional e Formação de Recursos Humanos:

Qtdade.

Atividade Funcional

Ensino Fundamental

Ensino Médio

Superior

Pós-Graduação

Mestrado

Incom.

Comp.

m) Recursos Físico para o desenvolvimento do serviço:

n) Informações Adicionais:

OBS. APRESENTAR UM PLANO DE AÇÃO PARA CADA PROGRAMA QUE A ENTIDADE DESENVOLVE.

Fraiburgo, de de

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

RESOLUÇÃO 001-2014 -PARECER TÉCNICO_ ANEXO_V

FRAIBURGO-SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO V - PARECER TÉCNICO SOBRE REQUERIMENTO DE REGISTRO OU INSCRIÇÃO.

1) Nº do Protocolo:

Data do Protocolo:

2) Nome da Entidade e/ou Programa, Projeto ou Benefício:

3) Nome do(s) Programa(s), Projeto(s) ou Serviço(s) de atendimento:

4) Inscrição Solicitada:

() Registro Entidade não governamental.

() Inscrição de Programas, Projetos ou serviços de atendimento.

5) Modalidade do Programa, Projeto ou Serviço de atendimento:

I – Programas de Proteção:

- () Orientação e Apoio Sócio-familiar
() Apoio Sócioeducativo em meio aberto
() Colocação Familiar
() Acolhimento Institucional

II – Programas Sócioeducativo:

- () Liberdade Assistida
() Semiliberdade
() Internação
() Prestação de Serviços à Comunidade

4) PARECER TÉCNICO*:

* Deverão constar do parecer as informações sobre o cumprimento ou não dos requisitos estabelecidos na legislação que regula a matéria, que fundamentem a decisão, bem como, recomendação ao plenário pelo deferimento ou indeferimento sobre o requerimento de Inscrição.

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 064/2014

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 064/2014

TOMADA DE PREÇO 007/2014

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 064/2014, Edital de Tomada de Preço para obras de engenharia 007/2014, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 05 de dezembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERFURAÇÃO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE POÇO ARTESIANO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 19 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 944/2014.

PORTARIA N.º 944, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício 554/2014 da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento reporta o uso indevido de veículo oficial de sua Secretaria e que o Ofício ADM 209/2014 solicita a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de NILTON CÉSAR RODRIGUES, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional n.º 0925, nos termos do artigo n.º 173, da Lei Municipal n.º 1000/2005;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício 554/2014.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores JEAN NASCIMENTO PACHECO, LISIELI DE ARAUJO PIRES GABRIEL, para sob a presidência do primeiro e secretariada por CARINA LEITORLES, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. DESIGNAR para assessoramento técnico, o Senhor RICHARD MACIEL HABERLEHNER, representando a Assessoria Jurídica.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 945/2014.

PORTARIA N.º 945, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 016/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: DANIELA MARIA DOS SANTOS, mat. 6393, EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, mat. 5247 e JEAN NASCIMENTO PACHECO, mat. 4238 para, sob a presidência da primeira, efetuar o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário-Processo Seletivo n.º 016/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 20/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS PMG Nº 078/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

Processo Licitatório nº 078/2014
Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para construção de Casa de Acolhimento do Município de Garuva, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo. Convênio entre o Município de Garuva e o FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios.

Abertura dos Envelopes da Proposta: 26/11/2014 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 19 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 015/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA AMBULÂNCIA E DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE GARUVA.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/12/2014 as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de novembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

LEI Nº 3.615, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.615, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza a transferência e o recebimento dos bens que especifica.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Câmara Municipal de Gaspar a transferir e o Município de Gaspar a receber a administração dos bens inseríveis relacionados no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O bem inscrito sob o tombamento nº 067-000 será baixado do patrimônio público municipal por irrecoverabilidade total de utilização.

Art. 2º A transferência de que trata o artigo 1º desta Lei implica a assunção, pelo Município de Gaspar, do direito de utilização e dos deveres de guarda e conservação dos bens cuja administração é transferida.

Art. 3º A transferência e o recebimento dos bens de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-ão na forma do Termo de Transferência e Recebimento de Bens, Anexo II desta Lei.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO I

Tombamento Descrição	Estado Conser-vação	Valor
286-000 APARELHO ESPERA TELEFONICA CD CITZEN DIGITAL	RUIM	R\$ 300,00
210-000 APARELHO TELEFONE INTELBRAS CP 20	RUIM	R\$ 35,00
364-000 APARELHO DVD GRADIENTE D201 MP3	RUIM	R\$ 359,00
067-000 ARMÁRIO DE MADEIRA COM 02 PORTAS E CHAVES	RUIM	R\$ 150,00
288-000 CRONÔMETRO DIGITAL MARCA VOTECH	RUIM	R\$ 2500,00
422-000 EQUALIZADOR ONEAL OGE 1520	RUIM	R\$ 390,00
052-000 ESTABILIZADOR BST 1200	RUIM	R\$ 30,00
034-000 FLIPCHART EM MADEIRA COM TRIPÉ	RUIM	R\$ 150,00
379-000 IMPRESSORA HP 3845 - SERIE BR-5B72GO7Q	RUIM	R\$ 395,00
018-000 IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX 300 QUIET COLOR	RUIM	R\$ 300,00
475-000 MICROCOMPUTADOR HP DC5850 SERIE BRG908F7GN	RUIM	R\$ 2264,70
325-000 MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4.1 S/ NR SERIE	RUIM	R\$ 1750,00
384-000 MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4,1 NR SERIE BRB60206WQ	RUIM	R\$ 2773,45
107-000 MICROFONE MARCA LESON - SM588	RUIM	R\$ 120,00
109-000 MICROFONE MARCA LESON - SM588	RUIM	R\$ 120,00

135-000 MICROFONE MARCA LESON - SM588	RUIM	R\$ 120,00
137-000 MICROFONE MARCA LESON - SM588	RUIM	R\$ 120,00
285-000 MICROFONE MULTIDIRECIONAL FLEXI-VEL MARCA DYLAN	RUIM	R\$ 400,00
353-000 MICROFONE MULTIDIRECIONAL FLEXI-VEL MARCA DYLAN	RUIM	R\$ 703,00
436-000 MICROFONE SEM FIO MARCA SKP UHF MODELO 255	RUIM	R\$ 575,00
437-000 MICROFONE SEM FIO MARCA SKP UHF MODELO 255	RUIM	R\$ 575,00
324-000 MONITOR PHILIPS 15 SERIE CN 2315	RUIM	R\$ 300,00
304-000 NOBREAK 600 VA BIVOLT RAGTECH SERIE 080003262594	RUIM	R\$ 220,00
433-000 NOBREAK SMS NET 3+ 1400 VA SERIE NR 272250041555	RUIM	R\$ 522,50
399-000 NO BREAK SMS MANAGER 1,3 KVA - SERIE 222250006770	RUIM	R\$ 540,00
393-000 NO BREAK SMS MANAGER 1,3 KVA - SERIE 27225 000 6757	RUIM	R\$ 540,00
397-000 NO BREAK SMS MANAGER 1,3 KVA SERIE 27225 000 6763	RUIM	R\$ 540,00
376-000 NO BREAK SMS MANAGER 1,3 KVA - SERIE 272250006777	RUIM	R\$ 540,00
383-000 NO BREAK SMS MANAGER 1,3 KVA - SERIE 272250006778	RUIM	R\$ 540,00
102-000 PEDESTAL DE AÇO PARA MICROFONE	RUIM	R\$ 50,00
454-000 PEDESTAL PARA MICROFONE DE MESA MARCA HUNTER	RUIM	R\$ 49,00
455-000 PEDESTAL PARA MICROFONE DE MESA MARCA HUNTER	RUIM	R\$ 49,00
134-000 PEDESTAL PARA MICROFONE	RUIM	R\$ 57,20
136-000 PEDESTAL PARA MICROFONE	RUIM	R\$ 57,20
025-000 QUADRO MURAL BRANCO, GIRÁVEL	RUIM	R\$ 250,00
457-000 ROTEADOR ADSL SIMENS 4100 SPEDD STREAMUIM	RUIM	R\$ 145,00
272-000 SUPORTE EM FERRO PARA TV E VÍDEO	BOM	R\$ 230,00
578-000 TELEFONE SEM FIO PANASONIC SERIE NS9GXA003673	RUIM	R\$ 189,00
138-000 TV 29 POLEGADAS PANASONIC STEREO SAP	RUIM	R\$ 833,52
287-000 VENTILADOR 30 CM MODELO VENTIUS MARCA BRITÂNIA	RUIM	R\$ 49,00

ANEXO II

TERMO DE TRANSFERÊNCIA E RECEBIMENTO DE BENS

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Gaspar, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades nº. 133, Centro, Município de Gaspar-SC, neste ato representada por seu Presidente, o Vereador _____, inscrito no CPF sob nº. _____, residente e domiciliado na _____, nº. _____, Bairro _____, no Município de Gaspar, transfere ao Município de Gaspar, na pessoa do seu representante legal, o Senhor Prefeito _____, inscrito no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado na _____, nº. _____, Bairro _____, no Município de Gaspar, o qual recebe neste ato a administração dos bens constantes da relação anexa a este termo. A transferência de que trata este termo implica a assunção, pelo Município de Gaspar, do direito de utilização e dos deveres de guarda e conservação dos bens cuja administração é transferida.

Gaspar (SC), _____ de _____ de _____.

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.616, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.616, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município de Gaspar a conceder subvenção à entidade que especifica.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção social à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº 83.794.982/0001-68, no valor anual de R\$ 235.860,00 (duzentos e trinta e cinco mil oitocentos e sessenta reais) com a finalidade de custear a manutenção de suas atividades.

Art. 2º O valor discriminado na presente Lei somente será repassado à respectiva entidade após verificado o cumprimento de todos os requisitos previstos no Decreto Municipal nº. 900, de 15 de junho de 2005, e suas posteriores modificações.

Art. 3º A entidade beneficiada com o recurso financeiro previsto nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com regulamento municipal.

Parágrafo único. Os recursos deverão ser aplicados segundo as finalidades indicadas, nos moldes definidos no projeto apresentado ao Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis nº 1.798, de 08 de abril de 1998, 2.178, de 30 de novembro de 2001, 2.293, de 05 de dezembro de 2002, 2.350, de 16 de junho de 2003, e 2.715, de 08 de fevereiro de 2006.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3.614, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 3.614, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera a Lei nº 3.398, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais prestados pela Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - GEMADS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e VII, bem como acrescido o inciso VIII, ao artigo 2º da Lei nº 3.398, de 20 de dezembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

[...]

VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou

não;
VIII - autorização ambiental.
[...]”

Art. 2º O parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 3.398, de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar como parágrafo 1º, sendo acrescido o parágrafo 2º ao mesmo artigo, todos passando a vigorar conforme segue:

“Art. 4º [...]

§1º O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da Administração Direta do Município.

§2º pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 3º Fica alterado o Anexo Único da Lei nº 3.398, de 20 de dezembro de 2011, modificando a Tabela nº 03.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

ANEXO ÚNICO

TABELA Nº 03

1. As consultas de viabilidade serão realizadas mediante pagamento da taxa de vistoria no valor de 0,7 UFM.

2. LICENÇAS AMBIENTAIS MUNICIPAIS (LP, LI e LO) CUJOS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO (UFM):

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 0,7 UFM +:

Porte	Potencial Poluidor Degrada-dor	Licença Prévia (LP)	Licença de Instalação (LI)	Licença de Operação (LO)	Total
Mei/Micro	Alto	5	6	6	17
Pequeno	Baixo	6	7	7	20
	Médio	6	8	9	23
	Alto	6	9	10	25
Médio	Baixo	7	10	12	29
	Médio	8	12	14	34
	Alto	9	14	16	39
Grande	Baixo	10	15	17	42
	Médio	12	19	25	56
	Alto	15	25	35	75

3. LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL SIMPLIFICADA (autorização ambiental), CUJOS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM UNIDADES FISCAIS DO MUNICÍPIO (UFM):

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 0,7 UFM +:

Porte	Potencial Poluidor Degrada-dor	Licença Simplificada
Pequeno	Baixo	3
Pequeno	Médio	4

3. AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC e reposição florestal:

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 0,7 UFM +:

22 UFM para zona urbana em AU

8 UFM para zona rural em AU

0,4 UFM para árvores mortas ou caídas que acarretem risco para cada árvore.

Legenda:

AU = área útil por hectares (ha)

5. AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES - PARA ATÉ 20 ÁRVORES

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 0,7 UFM +:

0,5 UFM para corte isolado de até 10 árvores

1 UFM para corte de 10 até 20 árvores

6. AVERBAÇÃO RESERVA LEGAL: 1 UFM

7. LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA e RURAL

FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE TERRAPLENAGEM.

0,7 UFM (vistoria) + 0,002 UFM x AM até o LIMITE DE 5,0 ha.

Legenda: AM = área em metros quadrados

8. CERTIDÃO DE CONFORMIDADE E DEMAIS AUTORIZAÇÕES E DECLARAÇÕES

SEM VISTORIA: 1 UFM

COM VISTORIA: 2 UFM

Legenda:

AU	= Área Util em Hectare
AM	= Área em m²
NC	= Nº de Cabeças
NM	= Nº de Matrizes
LAP	= Licença Ambiental Prévia
LAI	= Licença Ambiental de Instalação
LAO	= Licença Ambiental de Operação
AuA	= Autorização Ambiental
AuC	= Autorização de Corte de Vegetação
LAS	= Licença Ambiental Simplificada

LEI Nº 3.613, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.613, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a instalação, funcionamento, administração e fiscalização dos cemitérios e crematórios no Município de Gaspar.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei disciplina a construção, o funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização dos cemitérios e crematórios no Município de Gaspar, que obedecerão, além desta, as Resoluções CONAMA nº. 335/03, nº. 368/06 e nº. 402/08, e outras normas específicas aplicadas à matéria.

Art. 2º Os cemitérios são equipamentos urbanos de utilidade pública, contendo edificações necessárias para a instalação e o funcionamento das atividades e serviços destinados ao sepultamento dos cadáveres humanos.

Art. 3º O recinto dos cemitérios é livre a todos os cultos religiosos para a prática dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral pública e as leis do país.

Parágrafo único. A prática dos ritos religiosos, a que se refere este artigo, limitar-se-á ao interior das capelas ou à beira das sepulturas.

Art. 4º Os Cemitérios situados no Município de Gaspar poderão ser:

I - de caráter público; ou

II - de caráter particular.

Art. 5º O Município de Gaspar, no interesse da Administração Pública, poderá destinar áreas para construções de cemitérios e crematórios por concessão, mediante concorrência pública, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Complementar Municipal nº 04/2002, combinados com o art. 95 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º A prestação dos serviços nos cemitérios públicos será efetuada:

I - diretamente pela Prefeitura Municipal de Gaspar, conforme regulamentação, observados os preceitos desta Lei; e

II - indiretamente sob o regime de concessão ou permissão, por meio de processo licitatório, atendidas as condições do Edital e desta Lei.

Art. 7º Os serviços públicos de administração e exploração de cemitérios particulares no Município de Gaspar serão executados por empresas privadas, mediante delegação através de licitação pública, sob o regime de permissão de uso.

Parágrafo único. Considera-se cemitério particular o pertencente ao domínio privado, empresas, cooperativas, associações e congregações religiosas.

Art. 8º Nos cemitérios serão obrigatórios os seguintes serviços:

I - sepultamento;

II - exumação;

III - reenumação;

IV - escrituração e registro de sepultamento;

V - cadastro de depósitos funerários ou urnas ossuárias;

VI - limpeza e conservação;

VII - manutenção de ossário; e

VIII - erradicação de eventuais focos de dengue em suas dependências.

**CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 9º Para efeito desta Lei, ficam adotadas as seguintes definições:

I - cemitério: área destinada a sepultamentos;

a) cemitério horizontal: é aquele localizado em área descoberta compreendendo os tradicionais e o do tipo parque ou jardim, com jazigos erguidos acima do nível do solo;

b) cemitério parque ou jardim: é aquele predominantemente recoberto por jardins, isento de construções tumulares, e no qual as sepulturas são identificadas por uma lápide, ao nível do chão, e de pequenas dimensões;

c) cemitério vertical: é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos, compostos de lóculos usados ou não de forma rotativa;

II - sepultar ou inumar: é o ato de colocar pessoa falecida, membros amputados e restos mortais em local adequado;

III - reenumar: ato de reintroduzir a pessoa falecida ou os restos mortais na mesma sepultura ou em outra;

IV - sepultura: espaço unitário, destinado a sepultamento;

V - construção tumular: é uma construção erigida em uma sepultura, dotada ou não de compartimentos para sepultamento, compreendendo-se:

a) jazigo: é o compartimento destinado a sepultamento contido;

b) carneiro ou gaveta: é a unidade de cada um dos compartimentos para sepultamentos existentes em uma construção tumular; e

c) lóculo: é o compartimento destinado a sepultamento contido no cemitério vertical;

VI - exumar: retirar a pessoa falecida, partes ou restos mortais do local em que se acha sepultado;

VII - incinerar ou cremar: converter cadáver humano, partes ou restos mortais em cinzas, sumariamente, ou como parte de rito funerário;

VIII - urna, caixão, ataúde ou esquife: é a caixa com formato adequado para conter pessoa falecida ou partes;

IX - columbário: é o local para guardar urnas e cinzas funerárias, dispostos horizontal e verticalmente, com acesso coberto ou não, adjacente ao fundo, com um muro ou outro conjunto de jazigos;

X - ossário ou ossuário: é o local para acomodação de ossos e outros restos mortais exumados dos depósitos funerários, contidos ou não em urna ossária; e

XI - tratamento térmico: é todo e qualquer processo cuja operação seja realizada acima da temperatura mínima de 800°C, devendo ser realizado conforme dispõe a Resolução CONAMA nº 316/2002.

CAPÍTULO III CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CEMITÉRIOS

Seção I Construções tumulares

Art. 10. O planejamento e o dimensionamento dos cemitérios deverão considerar:

I - o tipo de cemitério (horizontal, parque ou vertical);

II - características topográficas;

III - controle dos possíveis impactos ambientais;

IV - coeficiente bruto de mortalidade no Município ou área;

V - localização do cemitério dentro dos parâmetros técnicos recomendáveis à sua implantação; e

VI - situação em local compatível com os princípios do Plano Diretor Municipal.

Art. 11. Fica proibida a construção de cemitérios em locais inadequados, urbanisticamente impróprios, ou esteticamente desaconselhados, assim considerados pelos órgãos municipais competentes.

Art. 12. Toda e qualquer implantação de cemitério deverá se submeter ao processo de licenciamento ambiental junto ao órgão competente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 13. Os cemitérios construídos após a vigência desta Lei deverão atender, além das exigências contidas na legislação urbanística e ambiental, os seguintes requisitos:

I - obra de infra-estrutura viária, contendo:

a) arruamento urbanizado e arborizado;

b) caminhos para pedestres;

c) área para estacionamento;

d) perímetro fechado com muro ou gradil, preservando apenas os acessos de veículos e pedestres; e

e) recuo mínimo de qualquer das divisas do cemitério, de 5,0m (cinco metros);

II - drenagem de águas pluviais;

III - rede pública de abastecimento de água;

IV - instalações elétricas e de iluminação, em conformidade com as normas técnicas;

V - instalações sanitárias para o público, separado por sexo, de acordo com a legislação vigente, garantindo a acessibilidade;

VI - columbário e/ou ossário;

VII - instalações administrativas, composta por escritório, almoxarifado, vestiários, de acordo com as recomendações da NR 24; e

VIII - local para a queima de velas.

§ 1º Os acessos e instalações, inclusive sanitárias e de estacionamento, deverão estar adaptados a portadores de necessidades especiais.

§ 2º A área dos cemitérios deverá estar a uma distância segura de corpos de água, superficiais e subterrâneos, de forma a garantir sua qualidade.

Art. 14. A contar da vigência desta Lei, somente serão admitidos novos cemitérios públicos em formato vertical, com sistema de lóculos coletivos.

Art. 15. Os cemitérios públicos existentes e anteriores à vigência desta Lei manterão suas atuais características.

Parágrafo único. Nos cemitérios a que se refere o caput deste artigo, ficam vedadas novas construções ornamentais sobre os jazigos existentes do tipo capelas ou mausoléus.

Art.16. Os lóculos devem ser constituídos de:

I - materiais que impeçam a passagem de gases para os locais de circulação dos visitantes e trabalhadores;

II - acessórios ou características construtivas que impeçam o vazamento dos líquidos oriundos da coliquação;

III - dispositivo que permita a troca gasosa, em todos os lóculos, proporcionando as condições adequadas para a decomposição dos corpos; e

IV - tratamento ambientalmente adequado para os eventuais efluentes gasosos.

Art. 17. O cemitério vertical deverá ser dotado de um sistema construtivo para recebimento e tratamento dos resíduos líquidos da coliquação e das águas de lavagem do sistema de tubulação de esgotamento dos líquidos residuais, obedecidas as normas técnicas vigentes.

Art. 18. A queima dos gases residuais será obrigatória, observando-se as normas técnicas vigentes.

Art. 19. Os lóculos deverão ser vedados, na parte frontal, após o sepultamento, com 2 (duas) placas, sendo uma interna de concreto, e outra externa, de granito, mármore ou material similar, para colocação de inscrições.

Parágrafo único. O tipo de material e sua tonalidade serão uniformes, para todos os lóculos.

Art. 20. Não será permitida a colocação e o acendimento de velas nos corredores e junto aos lóculos.

Seção II Funcionamento dos cemitérios

Art. 21. Os cemitérios permanecerão abertos à visitação de segunda-feira a domingo, no mínimo, das 08h00min às 17h00min.

§ 1º Em datas comemorativas poderão ser adotados horários especiais de funcionamento.

§ 2º O serviço de sepultamento deverá ser realizado durante o

horário de funcionamento dos cemitérios, salvo por determinação de autoridade competente.

Art. 22. No interior dos cemitérios públicos será permitido apenas o ingresso de veículos oficiais, os pertencentes aos executores dos serviços funerários e particulares com passageiros portadores de deficiências físicas, gestantes e idosos.

Art. 23. Fica vedado o agenciamento ou comércio de bens e serviços nas áreas internas dos cemitérios públicos, devendo a autoridade competente determinar a imediata paralisação da atividade e proceder à retirada dos infratores.

Art. 24. Fica proibido nos cemitérios públicos:

I - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências do cemitério;

II - fazer depósitos de qualquer espécie de material, funerário ou não;

III - pregar cartazes ou anúncios nos muros ou portões;

IV - efetuar atos públicos que não sejam de cunho religioso ou cívico;

V - gravar inscrições ou colocar epitáfios sem autorização do administrador do cemitério; e

VI - jogar lixo em locais não previstos para essa finalidade.

CAPÍTULO IV DA CONCESSÃO DE USO DAS SEPULTURAS NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 25. As concessões de uso das sepulturas dos cemitérios públicos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de utilização privativa, para a destinação específica desta Lei.

Art. 26. As sepulturas dos Cemitérios Municipais são bens públicos de uso especial e não podem ser objeto de alienação de propriedade, sob qualquer modo, permitido somente o uso, sob a forma de concessão, como regulamenta esta Lei.

Parágrafo único. A concessão só poderá ser solicitada por pessoa física.

Art. 27. A modalidade de concessão de sepulturas poderá ser a título gratuito ou remunerado, subdividido este em temporário e perpétuo.

Art. 28. A concessão a título gratuito será requerida pela família do de cujus, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e será formalizada após exame da condição socioeconômica apresentada e também para aqueles cujos corpos não forem reclamados.

§ 1º A concessão a título gratuito dar-se-á pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem direito a prorrogação, sendo que, vencido este prazo, os ossos poderão ser transferidos para o ossuário ou incinerados.

§ 2º É permitida a conversão da concessão a título gratuito, durante o seu período de vigência, em uma das modalidades de concessão a título remunerado, mediante pagamento do preço respectivo e de conservação do jazigo.

Art. 29. A concessão temporária de sepultura a título remunerado dar-se-á por um prazo de 5 (cinco) anos, renovável uma única

vez pelo mesmo período, para a qual será expedido um Título de Concessão de Uso Temporário por prazo determinado, com o compromisso de pagamento de tarifa ou preço público anual.

§ 1º É condição de renovação da concessão temporária a boa conservação da sepultura pelo concessionário e quitação da tarifa anual.

§ 2º Encerrando o prazo inicial da concessão temporária de uso sobre a sepultura, a Administração Pública conferirá prazo de 30 (trinta) dias para que o concessionário manifeste interesse em renovar o contrato de concessão.

§ 3º Não ocorrendo manifestação de interesse pelo concessionário em renovar a concessão, dentro do prazo ofertado, a sepultura será aberta e os restos mortais existentes incinerados ou removidos para o ossário, devidamente identificados.

Art. 30. A concessão a título remunerado e perpétuo será aquela que se dará por prazo indeterminado e para a qual será expedido um Título de Concessão de Uso Perpétuo, com o compromisso de pagamento de tarifa ou preço público anual.

§ 1º As sepulturas de uso perpétuo deverão ser conservadas e preservadas pelo concessionário, a quem compete mantê-las em bom aspecto.

§ 2º Caducará o caráter de perpetuidade caso o lóculo apresente sinais inequívocos de abandono, a ser analisado e avaliado pelo responsável administrativo do cemitério.

Art. 31. Nos cemitérios públicos horizontais, as concessões de uso perpétuo existentes sobre as sepulturas serão mantidas.

Art. 32. A concessão de uso, para fins de sepultamento em cemitério público, será concedida por meio de contrato administrativo.

Parágrafo único. No contrato administrativo constará, obrigatoriamente:

I - identificação do número da quadra e do lote, quando se tratar de cemitério horizontal;

II - identificação do número do prédio e do lóculo, quando se tratar de cemitério vertical;

III - qualificação do titular;

IV - número da cédula de identidade e CPF do titular;

IV - obrigações do titular; e

V - modalidade e prazo da concessão.

Seção I

Da titularidade da concessão de uso

Art. 33. É titular da concessão de uso para fins de sepultamento cônjuges e parentes, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 34. Compete ao titular da concessão de uso de sepultura ou lóculo, seus herdeiros ou sucessores:

I - manter o cadastro atualizado junto à administração do cemitério;

II - pagar anualmente as tarifas de manutenção e serviços referentes à concessão de uso; e

III - no caso dos cemitérios tradicionais existentes, conservar o jazigo limpo e em perfeito estado de conservação, sem a presença de vasos ou recipientes que acumulem água estagnada.

Parágrafo único. Nos cemitérios verticais, a manutenção do prédio é responsabilidade exclusiva de quem o administrar.

Art. 35. A transmissão de direito da concessão de uso de sepultura/lóculo opera-se por ocasião da morte e dar-se-á na forma da sucessão legítima ou testamentária, com fulcro nos ditames do Novo Código Civil.

§ 1º Os sucessores deverão apresentar documentação comprobatória da relação de parentesco ou o testamento que lhe transmitiu o direito à concessão de uso, mediante procedimento administrativo.

§ 2º Operada a transmissão, o novo titular deve atentar na preservação dos restos mortais da(s) pessoa(s) inumada(s) na sepultura objeto da transferência, sem prejuízo da observância ao disposto no artigo 37 desta Lei.

Art. 36. Por ocasião dos reparos das sepulturas nos cemitérios horizontais é de responsabilidade do titular da concessão, a limpeza e desobstrução do local, após o término das obras, sendo vedado, dentro do cemitério, o trabalho de preparo de pedra ou de quaisquer outros materiais que deverão entrar já em condição de ser utilizados imediatamente.

§ 1º É vedado o acúmulo de material nas vias internas de cemitério, devendo os restos de materiais provenientes de obras serem removidos imediatamente pelos responsáveis.

§ 2º Qualquer recuperação ou reforma nos jazigos somente será liberada de segunda a sexta, em horário comercial.

Art. 37. A concessão de uso de sepultura ou lóculo será revogada nos casos de:

I - ruína;

II - abandono; e

III - ausência do pagamento das tarifas ou preço público respectivos.

Seção I Abandono ou ruína das sepulturas

Art. 38. Fica o Município de Gaspar autorizado a tomar posse e dar destinação adequada aos túmulos considerados abandonados.

Parágrafo único. Considera-se abandonado ou em ruína o túmulo que por mais de 5 (cinco) anos não foi utilizado para sepultamento ou colocação de ossos e que se encontra em péssimo estado de conservação, colocando em risco a segurança daqueles que transitam no local.

Art. 39. Constatado o abandono ou ruína da sepultura, a administração do cemitério deverá comunicar ao concessionário, estabelecendo prazo de 60 (sessenta) dias para que este venha executar as devidas obras de conservação e preservação.

§ 1º Transcorrido o prazo estabelecido para a realização das obras de conservação e preservação da sepultura, sem qualquer manifestação por parte do concessionário e nem execução dos serviços, a administração deverá convocá-lo por edital publicado em jornal local e outros meios de comunicação.

§ 2º Decorridos os 30 (trinta) dias contados da data de publicação do edital de convocação e o concessionário não se manifestar, a concessão será considerada extinta.

§ 3º Os restos mortais removidos deverão ser identificados e depositados em ossário ou columbário.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 40. Em cada cemitério concedido haverá um administrador responsável, contratado pela concessionária, a quem a autoridade municipal poderá dirigir-se, no exercício do seu poder de fiscalizar, e intimar para as providências concernentes à regularidade dos serviços, segurança e conservação do cemitério.

Art. 41. O responsável pela administração do cemitério deverá:

I - emitir ordem de serviço para sepultamento;

II - providenciar a transferência dos títulos de concessão;

III - controlar a distribuição dos jazigos;

IV - coordenar os serviços e trabalhos de limpeza e higiene do cemitério e ao redor dos túmulos, evitando excesso de materiais que possam favorecer o acúmulo de água parada, lixo e detritos;

V - orientar os visitantes através da colocação de placas indicativas, devidamente posicionadas, sobre a locomoção no interior do cemitério e os procedimentos a serem adotados, para evitar a proliferação de insetos e vetores transmissores de doenças;

VI - vedar adequadamente as sepulturas, com material de alvenaria ou outro similar, para impedir a entrada de roedores, insetos e outros vetores transmissores de doenças;

VII - registrar os sepultamentos, exumações e traslado de forma manual ou digital, mantendo e conservando, sob sua guarda, toda a documentação necessária para o sepultamento, que deverá ser mantida em pastas e arquivada digitalmente;

VIII - prestar esclarecimentos e exibir, sempre que solicitado pela autoridade competente, a documentação a que se refere o inciso VII;

IX - manter fixado, em local visível, os valores referentes aos serviços a serem prestados;

X - manter a estrutura necessária de equipamento e pessoal para a execução dos serviços de sepultamento, exumações, segurança, vigilância e atendimento ao público;

XI - cumprir todas as normas determinadas na legislação e regulamentos municipal, estadual e federal, notadamente, no que se refere à saúde, higiene pública, meio ambiente e urbanismo;

XII - executar obras de melhoria e modernização; e

XIII - administrar, de forma sustentável, buscando novas tecnologias que permitam a maximização da área ocupada, evitando a necessidade de ampliação da mesma e ou a necessidade de aquisição de novas áreas para implantação de cemitério.

CAPÍTULO VI DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES

Art. 42. Na concessão de cemitério particular, os interessados terão que preencher, entre outras, as seguintes condições:

I - ser titulares do domínio pleno, sem ônus ou gravames, do imóvel destinado ao estabelecimento do cemitério, admitida a promessa de compra e venda irrevogável e irrevratável, inscrita no Registro Geral de Imóveis, desde que constem que a escritura definitiva será lavrada até 12 (doze) meses da data da assinatura da concessão; e

II - não conceder, a qualquer título, sepulturas antes da expedição do certificado de vistoria de conclusão de obras.

Parágrafo único. A previsão do número de jazigos ou lóculos não poderá ser inferior a:

I - 4.000 (quatro mil), se do tipo tradicional ou parque;

II - 2.000 (dois mil), se do tipo vertical.

Art. 43. Em cada cemitério particular, haverá um administrador responsável, indicado pela concessionária, a quem a autoridade municipal poderá dirigir-se, no exercício do seu poder de fiscalização.

Art. 44. O Município de Gaspar fiscalizará a administração e o funcionamento dos cemitérios particulares existentes em seu território, devendo estes obedecer à presente Lei nas partes que lhes forem aplicáveis, no que couber as regulamentações da Resolução nº 335/2003, e respectivas alterações, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, da Lei Complementar nº 04/2002, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar, Código de Obras e legislação ambiental vigente.

CAPÍTULO VII DOS SEPULTAMENTOS, EXUMAÇÕES E REGISTROS

Seção I Sepultamentos

Art. 45. Nenhum sepultamento será realizado sem a apresentação da seguinte documentação:

I - via original da certidão de óbito ou declaração de óbito, assinada por médico ou documento expedido sob a autorização do juiz corregedor dos cartórios;

II - pagamento da respectiva tarifa ou preço público de sepultamento;

III - apresentação de documentos de identidade que comprovem a condição de descendente e/ou responsável pela sepultura a ser utilizada; e

IV - apresentação, quando for o caso, de procuração para os fins específicos, ou de autorização do concessionário.

§ 1º Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, será autorizado o sepultamento com a apresentação de declaração de óbito, ficando o responsável obrigado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a apresentar a cópia da certidão de óbito.

§ 2º A administração do cemitério, no caso de não apresentação da documentação no prazo estabelecido no §1º deste artigo, deverá encaminhar notificação ao responsável pelo sepultamento, para que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, apresente a certidão de óbito, sob pena de não o fazendo, ser aplicada multa pecuniária.

§ 3º Se algum cadáver for apresentado para sepultamento no

cemitério sem os documentos previstos neste artigo, efetuar-se-á denúncia, imediatamente, à autoridade policial, a fim de que a mesma tome as providências legais cabíveis

§ 4º Os sepultamentos serão sempre individuais, salvo quando se tratar de mãe e filho natimorto, que poderão ser sepultados juntos.

Art. 46. O sepultamento de pessoas vitimadas por doenças transmissíveis somente poderá ser feito com observância das medidas e cautelas determinadas pela autoridade sanitária.

Art. 47. Nenhum cadáver deverá permanecer insepulto no cemitério por mais de 24 (vinte e quatro) horas, depois de ocorrido o falecimento, salvo se esse corpo estiver embalsamado ou por expressa determinação judicial ou policial.

Seção II Exumações

Art. 48. O prazo mínimo para exumação, ressalvadas situações determinadas pelo Poder Judiciário e pela vigilância sanitária e epidemiológica, será de 5 (cinco) anos.

Art. 49. A exumação poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por ordem judicial;

II - transferência dos restos mortais por desativação ou readequação do cemitério;

III - a pedido do titular da concessão, seus herdeiros ou sucessores; e

IV - findo o prazo da concessão de uso.

§ 1º A exumação na hipótese do inciso II não terá custo e será precedida de comunicação ao titular da concessão de uso da sepultura, seus herdeiros ou sucessores, com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes da desativação ou readequação do cemitério, para acompanhar as atividades, se desejar.

§ 2º A exumação na hipótese do inciso III poderá ser requerida pelo titular da concessão de uso, seus herdeiros ou sucessores, para fins de transferência dos restos mortais para o ossuário ou cremação, desde que o corpo a ser exumado conte com no mínimo 5 (cinco) anos de sepultamento.

§ 3º A exumação descrita no inciso IV deverá ser precedida de notificação com Aviso de Recebimento, endereçada ao concessionário ou seus descendentes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para acompanhar as atividades, se desejar.

§ 4º Decorrido o prazo estipulado nos parágrafos 1º e 3º, sem manifestação do concessionário ou de seus descendentes, os restos mortais poderão ser exumados, submetidos a tratamento térmico ou depositados no ossuário do Município, retornando o espaço aberto ao domínio público, a fim de viabilizar novo sepultamento.

Art. 50. No caso de possuir jazigo em área antiga e a família optar pelo não uso de tratamento térmico, os restos mortais deverão ser encapsulados em invólucro plástico e depositados na sepultura da família, de forma a não ter contato com o solo nem com as águas.

Art. 51. As despesas com a exumação serão pagas pelo titular da concessão de uso da sepultura, seus herdeiros ou sucessores.

Seção III
Dos registros dos Sepultamentos e Exumações

Art. 52. Todo cemitério deverá possuir:

I - registro de sepulturas;

II - registro de inumações e reinumações;

III - registro de exumações;

IV - registro de ocorrências;

V - registro de restos mortais encaminhados ao ossuário ou columbário;

VI - acervo de documentos físico e informatizado; e

VII - ordem de serviço emitida pela central funerária.

Parágrafo único. Cada cemitério deverá dispor de equipamento para registro digital ou livros, onde constarão termo de abertura e de encerramento e ter suas folhas sequencialmente numeradas e rubricadas pelo responsável da administração do cemitério.

Art. 53. A certidão de óbito e seu conteúdo serão registrados, pela administração de cada cemitério, para que possam ser apresentados a qualquer tempo.

Art. 54. No livro de registro de sepultamentos e exumações deverão constar:

I - lugar, hora, dia e ano do falecimento;

II - nome do falecido;

III - sexo;

IV - idade;

V - estado civil;

VI - filiação;

VII - profissão;

VIII - nacionalidade;

IX - residência e domicílio;

X - causa da morte; e

XI - local em que se deu o sepultamento.

CAPÍTULO IX
DAS PROIBIÇÕES

Art. 55. Fica expressamente proibida, nos cemitérios públicos, a implantação e/ou ampliação de cemitérios de outra forma que não a vertical.

Art. 56. É defeso aos proprietários de cemitérios, administradores e concessionários ou permissionários de serviços públicos:

I - a implantação e/ou ampliação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente, de manancial para abastecimento humano, bem como naquelas que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas;

II - o impedimento de sepultamento por motivo de raça, cor, sexo, classe social, convicções políticas, filosóficas ou religiosas, ou ainda, por qualquer outro motivo discriminatório;

III - sepultar ou exumar sem o registro de sepultamento ou de exumação ou com registro irregular;

IV - sepultar em cemitérios interditados;

V - recusar a prestação de serviços funerários ou de cemitérios aos destinatários da assistência social e às vítimas de epidemias, calamidades e catástrofes; e

VI - descumprir qualquer outro dispositivo desta Lei e da Lei Complementar nº 04/2002 e outras normas pertinentes.

CAPÍTULO X
DA DELEGAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS

Art. 57. A prestação indireta dos serviços de cemitérios será efetuada por delegação, nas modalidades de:

I - concessão, quando o cemitério ou imóvel destinado a este pertencer ao patrimônio público municipal, mediante procedimento licitatório, conforme regulamentação editada pelo Município de Gaspar, observados os preceitos desta Lei; e

II - permissão, quando o cemitério vier a ser implantado em imóvel de propriedade privada, observados os preceitos desta Lei e regulamentação editada pelo Município de Gaspar.

Art. 58. A concessão e permissão de serviços de interesse público, para a exploração de cemitérios, ficam sob a tutela das Leis Federais nº 8.666/93, nº 8.987/95, Lei Complementar Municipal nº 04/2002 e observados, ainda:

I - eficiência no cumprimento dos serviços;

II - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III - indelegabilidade da função do exercício do poder de polícia, da segurança e saúde pública;

IV - responsabilidade fiscal na celebração da concessão; e

V - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas da concessão.

Art. 59. Os delegados ficam obrigados:

I - a respeitar as regras de higiene, segurança, sanitárias e as constantes das normas vigentes, no que lhes forem aplicáveis;

II - a conservação dos registros que constem os assentos dos mortos sepultados;

III - a exibir documentação referida no inciso anterior, quando exigida pela Secretaria de Transportes e Obras; e

IV - a prestar à Secretaria de Transportes e Obras os informes que forem necessários.

Art. 60. A delegada deverá reservar às vítimas de epidemias, calamidades e catástrofes e aos destinatários da Assistência Social ou cujos corpos não forem reclamados, o percentual de 10% para sepultamento gratuito.

Art. 61. Outorgados os serviços de cemitério, incumbirá às delegadas a execução destes, as quais responderão por todos os prejuízos causados ao Poder Concedente/Permitente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.

CAPÍTULO XI DOS CREMATÓRIOS

Art. 62. Fica o Município de Gaspar autorizado a instituir a prática de cremação de cadáveres e incineração de restos mortais, bem como a instalar fornos e incineradores destinados àqueles fins, por si, ou por delegação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, sempre por meio de concessão ou permissão.

Art. 63. Denomina-se crematório o conjunto de edificações e instalações destinadas à incineração de corpos cadavéricos e restos mortais humanos.

Art. 64. Os projetos arquitetônicos e técnicos para um crematório deverão prever no mínimo:

I - sala de recepção;

II - sala de espera para os familiares com toaletes e copa;

III - capela ecumênica;

IV - forno crematório - projeto técnico específico;

V - sala de necropsia - projeto técnico específico;

VI - câmaras frigoríficas individuais para cadáveres em número mínimo de 04 (quatro) unidades - projeto técnico específico;

VII - venda de urnas cinerárias; e

VIII - estacionamentos.

Art. 65. A cremação poderá ocorrer:

I - no caso de morte natural atestada por um médico legista ou dois médicos clínicos; ou

II - no caso de morte violenta ou suspeita, mediante apresentação de atestado de óbito expedido pelo IML - Instituto Médico Legal e autorização da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos acima descritos, a guia de sepultamento deverá incluir o número do CIDLCM (Código Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Morte) e sua descrição.

Art. 66. Será cremado o cadáver:

I - daquele que houver manifestado a vontade de ser cremado, por documento público ou particular;

II - por interesse da família, desde que a pessoa falecida não se tenha manifestado em contrário, na forma do inciso I; e

III - no interesse da saúde pública.

Art. 67. Em caso de epidemia ou calamidade pública, poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias.

Art. 68. As cinzas resultantes da cremação do cadáver serão recolhidas em urnas e estas guardadas em locais destinados a este fim.

§ 1º Constarão na urna os dados identificadores da pessoa falecida, a data do óbito e a da cremação.

§ 2º A urna poderá ser entregue a quem a pessoa falecida houver indicado ou retirada pela família.

Art. 69. Os caixões destinados à cremação de cadáveres deverão satisfazer às seguintes exigências:

I - ser de material de fácil combustão;

II - ter alças removíveis, evitadas quaisquer peças metálicas;

III - não serem pintados, laqueados ou envernizados; e

IV - não provocar, quando queimados, poluição atmosférica acima dos padrões vigentes, sem deixar resíduos aglutinados.

Parágrafo único. Os cadáveres deverão ser cremados em caixões individuais, podendo conter, nos casos de óbitos de gestante, também o feto ou natimorto.

Art. 70. Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante o consentimento expresso da família do de cujus, observado, para esse efeito, o critério estatuído no artigo 65 desta Lei.

Art. 71. Os serviços de cremação e incineração, quando executados diretamente pelo Município, terão as tarifas remuneratórias fixadas, oportunamente, por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A fixação das tarifas remuneratórias dos serviços a que se refere este artigo, quando realizados por empresas delegadas, estará sujeita à aprovação prévia do Município de Gaspar.

CAPÍTULO XII DAS TARIFAS

Art. 72. A administração dos cemitérios obedecerá às normas e preços determinados pela autoridade municipal competente.

Art. 73. Nos cemitérios públicos, as concessões de uso de sepultura, as atividades e serviços destinados ao sepultamento dos cadáveres humanos, as exumações e outros serviços serão cobrados mediante tarifa, fixada por decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 1º As tarifas dos serviços públicos delegados será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão, previstas na Lei Complementar nº 04/2002, no edital e no contrato.

§ 2º O valor da tarifa da prestação dos serviços públicos executados diretamente pelo Município de Gaspar será fixado por decreto e reajustado anualmente de acordo com a variação da UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 74. A tarifa da concessão de uso temporário de sepultura não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da tarifa de concessão de uso perpétuo.

Parágrafo único. Anualmente, os titulares de concessão de uso de sepultura perpétua e temporária receberão as guias de recolhimento.

Art. 75. Os valores referentes à concessão e aos serviços descritos no artigo 73, em conformidade com o disposto em decreto, poderão ser parcelados em até 6 (seis) vezes, devendo o valor da primeira prestação ser pago até a data do sepultamento, ou no primeiro dia útil subsequente caso não haja ou já tenha se

encerrado o expediente bancário naquele dia.

Parágrafo único. A não realização do pagamento no prazo definido no caput sujeitará o interessado à inscrição em dívida ativa e a outras sanções desta Lei e do Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO XIII DAS PENALIDADES E DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO OU PERMISSÃO

Art. 76. Os cemitérios serão fiscalizados pelo Município de Gaspar, por meio da Vigilância Sanitária, Gerência Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Transportes e Obras, cada qual dentro de sua competência.

Art. 77. A inobservância do disposto nesta Lei e sua regulamentação sujeitará o infrator às penalidades abaixo elencadas, sem prejuízo das de natureza civil e penal, além das normas técnicas pertinentes:

I - notificação;

II - multa;

III - interdição;

IV - cancelamento da licença;

V - caducidade da concessão ou permissão; e

VI - fechamento do estabelecimento.

Art. 78. Será expedida notificação prévia ao infrator para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, tomar as providências necessárias para regularizar a situação perante a unidade competente.

§ 1º Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o infrator tenha regularizado a situação, a notificação será convertida em Auto de Infração, independentemente de nova intimação, podendo, nesse caso, o autuado impugnar a exigência no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Recebida a defesa, será dado vista ao agente responsável pela lavratura do ato impugnado, pelo prazo de dez dias, para apresentar esclarecimentos pertinentes e a defesa do ato.

§ 3º Após a manifestação do agente responsável, o processo será encaminhado ao Diretor de Cemitérios e Serviços Funerários, que proferirá decisão, observando o seguinte:

I - a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II - todas as questões levantadas na defesa deverão ser analisadas;

III - a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento; e

IV - deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Art. 79. Da decisão com penalidade pecuniária que ultrapassar o valor de 2 UFMs poderá aquele que se julgar prejudicado interpor recurso ao Secretário Municipal de Transportes e Obras, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento da intimação.

Art. 80. Verificada a procedência do ato infracional, o estabelecimento será interditado após o trânsito em julgado da decisão

administrativa.

Art. 81. Esgotado o prazo para o cumprimento das penalidades impostas sem que as mesmas tenham sido efetivamente satisfeitas, será declarada a caducidade da concessão.

CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. O Município de Gaspar, em virtude do procedimento de licenciamento do cemitério público localizado no bairro Santa Teresinha, poderá determinar a remoção de jazigos que se encontrem em local considerado pelo órgão ambiental como impróprio para ocupação.

Parágrafo único. No caso de remoção, caberá à Administração disponibilizar novo espaço físico, fornecer material e construir o jazigo no mesmo padrão do antigo.

Art. 83. Os cemitérios e crematórios terão, no que couber, seu regulamento aprovado por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 84. Os cemitérios públicos municipais destinam-se ao sepultamento de pessoas que residam ou sejam naturais do Município de Gaspar/SC.

Art. 85. Fica o Município de Gaspar autorizado, através de procedimento administrativo de licitação pública, a delegar os serviços dos cemitérios públicos já existentes.

Art. 86. As despesas para fazer frente aos investimentos da presente Lei decorrerão da receita própria do Município, ou mediante o regime de concessão ou permissão do serviço público.

Art. 87. Fica estabelecido o prazo de 48 (quarenta e oito) meses para a adequação dos cemitérios municipais às exigências desta Lei.

Art. 88. O Município de Gaspar regulamentará a presente Lei no que for pertinente.

Art. 89. Fica revogada a Lei Municipal nº 165/1959, nos itens 5; 5.1.1; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4, alínea a e b; item 5.1.5; alínea a e b; item 5.1.6, alínea a, b, c, d, e; a e b; e demais disposições em contrário.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 13 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 303-307

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0303 / 2014 DE 16 de OUTUBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE

Conceder 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família a funcionária VILMA MARQUES SOUTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, com exercício na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme requerimento e atestado médico em anexo.

PORTARIA Nº. 0304 / 2014 DE 16 de OUTUBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE

Prorrogar a contratação do Sr. EDESIO DACOREGIO ALBINO, para ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, em substituição a Ruberto José Kulkamp designado para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Desenvolvimento Rural, conforme portaria nº 264/2014, de 09/09/2014, enquanto perdurar o período da designação, por não existir candidato aprovado em Processo Seletivo, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS.

PORTARIA Nº. 0305 / 2014 DE 16 de OUTUBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE

Exonerar, a partir de 31/10/2014, JANIO WESSLER GUIZONI, ocupante do Cargo de Condutor de Veículos, Código 4.03,2, com exercício no Transporte Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, desde 01/06/1992, conforme portaria de nomeação por concurso nº 204/1992, de 01/06/1992, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Municipal nº 1419/2006, de 05/07/2006, a pedido conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0306 / 2014 DE 16 de OUTUBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE

Prorrogar a contratação de VALDETE MARCOS GONÇALVES, para, no período compreendido entre 16/10/2014 a 16/11/2014, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, em substituição a titular Vilma Marques Souto, em licença para tratamento de saúde em pessoa da família, conforme portaria nº 303/2014, de 16/10/2014, sob o

regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS.

PORTARIA Nº. 0307 / 2014 DE 28 de OUTUBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 268/2014, de 15/09/2014, que contrata ELENICE DOS SANTOS MARQUES, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

DECRETO DF 81/2014 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000081/14 de 19 de Novembro de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	
(047)3.1.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(065)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(083)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0018 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
(178)3.1.90.00.00.00.00.2.031-0000 - Aplicacoes Diretas	7.500,00
16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	
16.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	
(190)3.1.90.00.00.00.00.2.030-0000 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
Total Suplementação:	35.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	
(049)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(064)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(084)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
(179)3.3.90.00.00.00.00.2.031-0000 - Aplicacoes Diretas	7.500,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000081/14 de 19 de Novembro de 2014

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

16.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

(192)4.4.90.00.00.00.00.2.030-0000 - Aplicacoes Diretas

2.000,00

Total Anulação:

35.500,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 19 de Novembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 390/2014

DECRETO Nº. 390/2014.

Nomeia Leiloeira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. Simone Wenning, matrícula AARC 276, regularmente inscrita na JUCESC, como Leiloeira Oficial, convidada por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, cuja alienação foi autorizada.

Art. 2º. A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e na Instrução Normativa DREI nº 17, de 5/12/2013 da JUCESC.

Art. 3º. A Leiloeira está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do município pelos serviços prestados.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 437/2014

PORTARIA Nº 437/2014

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 008/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 008/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- Aurea Maria Aguiar Ronchi;
- Emerson Flores da Silva;
- Francisco Belmiro Laffin Júnior.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2014 -

Processo de Licitação: 08/2014.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto da Licitação: Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedora: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Carlos Hardt, n. 1200, sala 02, fundos, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC.

Resumo do aditivo: Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a Prefeitura Municipal de Guaramirim pagará ao Fornecedor, pelo cimento 50 kg o valor de R\$ 22,83 (vinte e três reais e oitenta e três centavos).

Data da Assinatura: 13/11/2014 Vigência: 11/03/2015

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PREGÃO Nº 037/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual Aquisição de Material de Construção, para uso da Prefeitura e Secretarias e Fundos Municipais de Herval D'Oeste pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 04/12/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1252/2014

PORTARIA Nº 1252/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 22 (vinte e dois) dias de Licença Prêmio, à servidora JAQUELINE BRESSAN DA SILVA (Matr. 2573), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, nos termos do artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2008 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 18 de novembro de 2014 a 09 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1253/2014

PORTARIA Nº 1253/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os Efeitos da Portaria nº 704/2014, da Servidora MARI-SETE VINGLA DE MATOS SCHAY (Matr. 3804), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, sendo que a mesma continuará a atuar no CME Pequeno Príncipe, 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição a servidora Jaqueline Bressan da Silva, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1254/2014

PORTARIA Nº 1254/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 18 de novembro de 2014, da servidora KELLY KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1255/2014

PORTARIA Nº 1255/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANTONIA SERLI LUCIAN DE FIGUEIREDO (Matr. 3629), ocupante do Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2013 e 01 de janeiro de 2014, para serem gozadas a partir de 19 de novembro de 2014 a 18 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1256/2014

PORTARIA Nº 1256/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR RAFAEL ZABOTT (Matr. 2866), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 20 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1257/2014

PORTARIA Nº 1257/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JAIME MEDEIROS (Matr. 116), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Técnico de Edific. e Manutenção, Nível - 5, Referência "I", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de janeiro de 2013 e 05 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 20 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1258/2014

PORTARIA Nº 1258/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora ANA PAULA COSTENARO (Matr. 4040), a partir de 20 de novembro de 2014, aprovada e classificada em 1º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Vigilância Ambiental, Nível - 6, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0123/2014**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
Repúblicação

RESOLUÇÃO Nº CM 0123/2014

"Concede revisão geral anual nos vencimentos dos Servidores Públicos e Comissionados do Poder Legislativo Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina e dos agentes políticos do Poder Legislativo a título de reposição salarial e dá outras providências"

EVERTON PARISENTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder a revisão anual geral no percentual de 3,56% (Três vírgula cinquenta e seis por cento) aos servidores públicos da Câmara Municipal de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina, ocupantes de cargos efetivos, comissionados e contratados, bem como aos agentes políticos do Poder Legislativo, considerando as perdas inflacionárias (INPC/IBGE) do período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013.

Art. 2º A reposição de que trata a presente resolução será aplicada sobre o vencimento a partir de 01 de janeiro de 2014.

Art. 3º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 17 de novembro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Presidente

Ibiam**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 008/2014 CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº008/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 18 de Novembro de 2014.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Oladir Barth da Costa constituído 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica, 05(cinco) horas de Retroescavadeira e 05(cinco) horas de Motoniveladora.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMpra-SE.

Ibiam, 18 de Novembro de 2014.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em:/11/2014

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

RESOLUÇÃO Nº 009/2014 CODEMI

RESOLUÇÃO Nº009/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 18 de Novembro de 2014. RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Waldemar Odorizzi constituído 15 (quinze) horas de Retroescavadeira e 60 (sessenta) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Ibiam, 18 de Novembro de 2014.
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em:/11/2014

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Imarui

PREFEITURA

DECRETO 119, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N. 119, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei n.1.826, de 17 de novembro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$6.030,00 com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	363	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.411,00
Total Suplementação				R\$ 3.411,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.064	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00.00.00	362	1.000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00	364	1.000	Equipamentos e Material Permanente	1.411,00
Total Suplementação				R\$ 3.411,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 19 de novembro de 2014.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/DGP Nº 503/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 503, de 17 de novembro de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Serventes Merendeiras, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, as abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sara Jane Leandro	Servente Merendeira - 40h	067.974.459-22	22/10/2014
Zilda de Souza	Servente Merendeira - 40h	725.630.289-49	24/10/2014
Márcia Regina Caetano Flor	Servente Merendeira - 40h	781.471.319-68	29/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/DGP Nº 504/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 504, de 17 de novembro de 2014.
Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Liliane da Silva Pacheco	Servente Merendeira - 40h	054.172.819-99	05/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/DGP Nº 505/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 505, de 17 de novembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor LUCIANO ALVES ZANINI, Administrador, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, admitido em 08 de novembro de 1999, contrato nº 822, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2009 a 2014	01.04.2015 a 30.04.2015 02.01.2016 a 31.01.2016	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 152/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 02 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa que detém autorização para prestar o serviço móvel pessoal - SMP no estado de Santa Catarina, por intermédio de 129 (cento e vinte nove) códigos de acesso, com o fornecimento das 129 (cento e vinte e nove) estações móveis, associados a um plano pós-pago de serviço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário da Administração

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 246/2014**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 246/2014.

Pregão Presencial nº 091/2014-10430

Objeto: Aquisição de utensílios de cozinha.

Entrega dos envelopes: 03/12/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 03/12/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1155/14

DECRETO Nº 1155/14

De 19 de novembro de 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 4.928 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03711701	MAC - União - E.A.
	Valor: (20.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de novembro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 19 de novembro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Ipumirim**PREFEITURA****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.62.6007 DE 07 DE JANEIRO DE 2014/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 62/2013

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2013, do PROCESSO Nº 62/2013, homologado aos 07 de janeiro de 2014, cujo objeto é: registro de preços para a aquisição de combustível, gasolina, destinados a frota de veículos do Município, para o exercício de 2014, conforme especificações anexo ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 2013.62.6007 de 07 de janeiro de 2014

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, Município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor HELIO BIFFI, CPF: 347.953.089-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	L	45.000,00	SHELL	3,04	136.800,00
Valor Total Registrado					R\$ 136.800,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATO DA ATA DE REG. PREÇOS DO PL 70, PP 40-EMP. 2º MELHOR COL. JP EQUIP. LTDA ME- MAT. ESCOLAR E EXPEDIENTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 70/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2014, do PROCESSO Nº 70/2014, homologado aos 18 de novembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.70.9730 de 19 de novembro de 2014

FORNECEDOR: JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME, situada na RUA RUI

BARBOSA Nº 208, município de CUNHA PORÃ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 13.772.057/0001-50 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.611.269, representado pelo Senhor JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, CPF: 041.562.419-39.

LOTE 01 Itens	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Caixa com 12 lápis de cor + 2 lápis preto + 1 borracha +	CX	1.100,00	Faber Castell	10,70	11.770,00
2	Régua flexível de 30 cm.	UN	1.000,00	Waleu	0,39	390,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g.	UN	1.100,00	Frama	0,50	550,00
4	Caneta esferog. azul	UN	1.250,00	Bic	0,44	550,00
Valor Total Registrado					R\$ 13.260,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

LEI COMPLEMENTAR Nº 144 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEIS A BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E COHAB PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "b" do inciso I do artigo 130 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar imóveis pertencente ao Município de Ipumirim, registrado sob nºs 23.358,23.359,23.360,23.361,23.362,23.363,23.364,23.365,23.653,23.654,23.655,23.656,23.657,23.658,23.659,23.660,23.661,23.662,23.663,23.664,23.665,23.666,23.667,23.668,23.669,23.670 e23671, totalizando 7.820,74m² do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, localizada na cidade de Ipumirim, sendo parte do Lote rural nº 46 do Bloco 20-A da Colonia Concórdia, Propriedade Rio Engano, incluída no perímetro urbano pela Lei Complementar 047/2008, matriculada sob nº 17.550 do Livro 2 "AAV" com área total de 29.001,69m².

Art. 2º. O imóvel destina-se para construção de casas populares em Loteamento de Interesse Social do Programa do Ministério das Cidades e Cohab de Santa Catarina.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 145 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2.014

ALTERA NÍVEL DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2009 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE EMPRGOS PÚBLICOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE GENTE DE COMBTE A ENDEMIAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ele sanciona de promulga a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica alterado para o nível 20 do Grupo "D" - Serviços Gerais, o cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias, da Lei Complementar nº 68/2009, que dispõe sobre a criação de empregos públicos de agente comunitário de saúde e agente de combate a endemias no âmbito da Administração pública Municipal e dá outras providências.

Art. 2º A presente Lei Complementar entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 17 de junho de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO GRUPO D- SERVIÇOS GERAIS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	Nº. DE VAGAS(*)
Agente Comunitário de Saúde	ACS	40 HORAS	020	18
Agente de Combate a Endemias	ACE	40 HORAS	020	01

(*) Não haverá mais que uma vaga para cada micro-área geográfica.

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito Municipal

ANEXO III
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS
TABELA DE VENCIMENTOS

NIVEL	CLASSES	VALORES CLASSES	VALORES DAS REFERÊNCIAS - QUINQUÊNIOS = (QUIN)							
			I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
20	INICIAL	1.020,83	51,04	102,08	153,12	204,17	255,21	306,25	357,29	408,33
	A	1.041,25	52,06	104,12	156,19	208,25	260,31	312,37	364,44	416,50
	B	1.061,66	53,08	106,17	159,25	212,33	265,42	318,50	371,58	424,67
	C	1.082,08	54,10	108,21	162,31	216,42	270,52	324,62	378,73	432,83
	D	1.102,50	55,12	110,25	165,37	220,50	275,62	330,75	385,87	441,00
	E	1.122,91	56,15	112,29	168,44	224,58	280,73	336,87	393,02	449,17
	F	1.143,33	57,17	114,33	171,50	228,67	285,83	343,00	400,17	457,33
	G	1.163,75	58,19	116,37	174,56	232,75	290,94	349,12	407,31	465,50
	H	1.184,16	59,21	118,42	177,62	236,83	296,04	355,25	414,46	473,67
	I	1.204,58	60,23	120,46	180,69	240,92	301,14	361,37	421,60	481,83
	J	1.225,00	61,25	122,50	183,75	245,00	306,25	367,50	428,75	490,00
	L	1.245,41	62,27	124,54	186,81	249,08	311,35	373,62	435,89	498,17
	M	1.265,83	63,29	126,58	189,87	253,17	316,46	379,75	443,04	506,33

Ipumirim-SC, 19 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 70, PP 40-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 70/2014
b) Licitação Nr.: 40/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/11/2014
e) Objeto da Licitação aquisição de material escolar e expediente destinado aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as descrições anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME (9730)**

1	Caixa com 12 lápis de cor mais + 2 lápis preto + 1 borracha + 1 apontador. Composição: Lápis de cor: pigmentos, aglutinantes, carga inerte, ceras e madeira reflorestada. Lápis preto: material cerâmico, grafite e madeira reflorestada. Apontador: resinas termoplásticas e lamina de aço carbono. Borracha: látex, borracha sintética, abrasivos e agentes de vulcanização. - Marca: Faber Castell	CX	1.100,00	0,0000	10,70	11.770,00
2	Régua flexível de 30 cm. Composição: Polímero e pigmentos. - Marca: Waleu	UN	1.000,00	0,0000	0,39	390,00
3	Cola escolar, lavável-não tóxica de 40g. - Marca: Frama	UN	1.100,00	0,0000	0,50	550,00
4	Caneta esferográfica azul Composição: Tinta: resinas, solventes, corantes e espessantes; Corpo e tampa: resinas termoplásticas, , Ponta: liga de latão; Esfera: carbeto de tungstênio. - Marca: Bic	UN	1.250,00	0,0000	0,44	550,00

Total do Fornecedor: 13.260,00

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 17/10/2014
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

5	Caderno Brochura Caligrafia Horizontal, formato 140X202mm com 40folhas em papel não reciclado. capa dura - Marca: PANAMERICANO	UN	600,00	0,0000	1,778	1.066,77
6	Caderno de desenho cartografia grande espiral, formato 200X275mm com 60 folhas em papel não reciclado.capa dura - Marca: PANAMERICANO	UN	1.000,00	0,0000	2,6378	2.637,80
7	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 96 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	2.500,00	0,0000	2,0711	5.177,75
8	Caderno de linha espiral, formato 140X202mm com 48 folhas em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	2.600,00	0,0000	1,5143	3.937,18
9	Caderno de linha espiral, formato 200 x 275mm com 96 folhas 1 matéria em papel não reciclado, com capa dura. - Marca: PANAMERICANO	UN	3.000,00	0,0000	3,2435	9.730,50
Total do Fornecedor:						22.550,00

LOTE: 3

JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME (9730)

10	Pincel atômico 1100P com opções de espessura da escrita de 2.0mm, 4,5mm e 8.0mm com ponta de feltro. - Marca: Pilot	UN	300,00	0,0000	2,3496	704,87
11	Marcador quadro Branco WBMA-VBM-M, ponta redonda média com recarga de cartucho - Marca: Pilot	UN	400,00	0,0000	5,9456	2.378,24
12	Cartucho reposição para marcador de quadro Branco, VBMA-VBM-M, ponta redonda media com 5,50ml - Marca: Pilot	UN	2.000,00	0,0000	2,0785	4.157,00
13	Grampos para grampeador 26/6 acobreados caixas com 5000 unidades - Marca: Grampline	CX	50,00	0,0000	2,5813	129,07
14	CD RW 700MB de armazenamento cx com 50 unidades - Marca: Elgin	CX	10,00	0,0000	91,8428	918,43
15	DVD RW 4.7 GB 16x de velocidade cx com 50 unidades - Marca: Elgin	UN	5,00	0,0000	131,4802	657,40
16	Fita adesiva plastica transparente - 25mm X 50 m - Marca: Adelbras	RI	50,00	0,0000	1,7208	86,04
17	Fita adesiva plastica transparente - 12mm X 50 m - Marca: Adelbras	UN	70,00	0,0000	0,7444	52,11
18	Fita de empacotamento marron Papel crepado 38 mm x 50m - Marca: Adelbras	UN	80,00	0,0000	6,9414	555,31
19	Fita de empacotamento marron Papel crepado 45 mm x 50m - Marca: Adelbras	UN	80,00	0,0000	6,9414	555,31
20	Plastico adesivo transparente rolo com 25m x 45cm - Marca: VMP	RI	6,00	0,0000	37,7039	226,22
28	Cola escolar branca 01 kg - Marca: Frama	UN	100,00	0,0000	6,0713	607,13
29	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 2/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29
30	Clips galvanizado caixas com 500g ref. 6/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 40/2014 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 70/2014
 Data do Processo: 17/10/2014

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 3
JP EQUIPAMENTOS LTDA-ME (9730)

31	Clips galvanizado caixa com 500 g - ref.8/0 - Marca: Rafa	CX	40,00	0,0000	5,6072	224,29
33	Tinta guache- colorantes, água, espessantes, carga inerte e conservante.Boa qualidade. Peso 250 ml Dimensões aproximadas:19 x 5cm ACRILEX. - Marca: Acrilex	UN	30,00	0,0000	2,6586	79,76
34	Refil de cola quente - grosso- 1,12 cm diametro - Marca: Rendicola	UN	200,00	0,0000	0,464	92,80
35	Marcador para retro projetor colorido ponta fina 1.00mm - Marca: Cis	UN	30,00	0,0000	2,5813	77,44
Total do Fornecedor:						11.950,00

LOTE: 4
OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA (8924)

21	FOLHA EVA 40 X 60 CM X 2MM - Marca: PAPEL MIX	UN	1.500,00	0,0000	0,8932	1.339,83
22	PAPEL DUPLEX COLORIDO - Marca: REYPEL	UN	400,00	0,0000	0,5923	236,92
23	PAPEL CARTOLINA DIVERSAS CORES - Marca: JANDAIA	UN	800,00	0,0000	0,2539	203,12
24	Papel adesivo 279,4 x 215,9mm formato carta cx/com 25 folhas - Marca: POLIFIX	CX	6,00	0,0000	5,9798	35,88
25	PAPEL CARTÃO DUPLA - FACE 66 x 96cm VÁRIAS CORES - Marca: REYPEL	UN	800,00	0,0000	0,5923	473,84
26	Papel kraft natural 80g bobina de 60cm x 100 mts - Marca: SAMPA	Bob	5,00	0,0000	38,267	191,34
27	PAPEL CREPOM - 0,48 X 2,00 (várias cores) - Marca: VMP	UN	300,00	0,0000	0,5171	155,13
32	Papel presente - rolo- largura 60cmx100m - Marca: VMP	RI	6,00	0,0000	36,3583	218,15
36	TNT 100% polipropileno PP 40G 1,40 x 50mts, cores diversas - Marca: SANTA FE	UN	50,00	0,0000	50,3958	2.519,79
Total do Fornecedor:						5.374,00
Total Geral:						53.134,00

Ipumirim, 18 de Novembro de 2014.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

EDITAL ACT 2015

EDITAL Nº 04/2014 - ACT 2015
Secretaria Municipal de Educação

1. PREÂMBULO

A Secretaria Municipal da Educação, através de sua Secretária, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece instrução destinada à inscrição para contratação de monitores e professores que irão atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2015, em caráter temporário, nos termos do que autoriza a Lei Complementar nº 064/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e na Resolução nº 02/2013 do Conselho Municipal de Educação.

Este Processo consistirá em Prova de Títulos referentes à Escolaridade, Tempo de Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto neste Edital.

Poderão participar do processo candidatos habilitados ou não habilitados, nos termos do Anexo I deste Edital.

Antes de se inscrever, o candidato deverá observar, atentamente, as prescrições do presente Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

A participação dos candidatos neste Processo Seletivo não implica obrigatoriedade de

sua contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Irineópolis - SC, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

2. CARGO/FUNÇÃO/ÁREA:

- a) Professor das áreas do conhecimento do Ensino Fundamental: Artes, Música Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Ensino Religioso, Língua Portuguesa e Matemática - 10, 20, 30 ou 40 horas semanais;
- b) Professor Anos Iniciais e Educação infantil: 20 ou 40 horas semanais;
- c) Monitor de Creche: 44 horas semanais.

3. INSCRIÇÃO:

3.1 As Inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação das 08:30hs de 24/11/14 até 17:00hs do dia 28/11/14.

3.2 No ato da inscrição, deverá ser informado: Nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço, telefones para contato, comprovante de escolaridade, tempo de serviço e cursos de aperfeiçoamento, de acordo com a escolha da área/cargo de interesse do candidato.

3.3 O candidato poderá optar por no máximo duas funções/cargos, de acordo com a formação declarada.

3.4 A lista de homologação das inscrições será publicada no dia 01 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os candidatos serão classificados levando-se em conta a escolaridade, o tempo de serviço e o aperfeiçoamento profissional

mediante atribuição de pontos conforme ANEXO I deste Edital.

Obs: Os candidatos habilitados precederão os não habilitados na ordem de classificação, independente da pontuação obtida.

4.2 Escolaridade:

a) A Escolaridade deverá ser comprovada conforme opção do candidato de acordo com a

Tabela de Avaliação de Títulos do Cargo escolhido, ANEXO I;

b) Somente uma pós-graduação será considerada, de acordo com a área de interesse do candidato;

4.3 Tempo de Serviço

a) Será considerado tempo de serviço exercido na função ou cargo de Professor, em estabelecimentos de ensino da rede particular e/ou de outras Secretarias da Rede Pública Municipal, Estadual, Federal, até 31/10/2014.

b) Frações superiores a 15 dias serão consideradas equivalentes a 01 (um) mês.

c) Não será considerado Tempo de Serviço em estágio de aprendizagem e cargos comissionados, bem como período de aposentadoria ou de processo de aposentadoria.

4.4 Aperfeiçoamento

a) Serão considerados cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas, totalizando no máximo 400 horas;

b) Para Educação Infantil e/ou Anos Iniciais, haverá pontuação extra para quem possuir Cursos na Área de Educação Especial, com carga horária mínima de 120 horas.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 A apresentação dos Títulos e os documentos declarados na inscrição serão recebidos na Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis, SC, Avenida 22 de Julho, 1454.

5.2 No ato da Comprovação dos Títulos, o candidato deverá entregar cópias dos documentos, juntamente com a(s) ficha(s) de inscrição impressa(s) de acordo com a(s) escolha(s) do(s) cargo(s).

5.3 Para cada escolha cargo/função deverá ser apresentado um comprovante/ficha de

inscrição, juntamente com a cópia dos títulos referentes à mesma.

5.4 O candidato será responsável pelas informações que constarem no Comprovante de

Inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões.

5.5 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar os documentos e títulos declarados na inscrição, na data prevista.

5.6 Os documentos comprobatórios seguem a classificação abaixo:

a) Identificação (obrigatórios)

Carteira de Identidade e CPF

b) - Escolaridade (Conforme a informação dada no ato da inscrição)

b1) Para os Habilitados: Diploma, ou Certidão, ou Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura, na área pretendida, acompanhado de Histórico Escolar, emitido por IES devidamente autorizado pelo MEC.

b2) Para os Não Habilitados:

Anos Iniciais e/ou Educação Infantil: Certificado de conclusão de Curso de Magistério acompanhado de Histórico Escolar e/ou declaração de matrícula de que está cursando o 3º ou 4º ano de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Anos Fins: Declaração atualizada indicando o ano e o curso de licenciatura, autorizado pelo MEC, em que o candidato acadêmico se encontra matriculado e frequentando, na área/disciplina que pretende atuar.

c) Formação Complementar: Demais Diplomas, Certidões ou Certificados de Conclusão dos Cursos previstos no como critério de pontuação no ANEXO I, reconhecidos ou autorizados pelos órgãos competentes. (Para Habilitados e Não Habilitados)

d) Tempo de Serviço: Atestado de tempo de serviço no magistério expresso em anos, meses e dias, devendo constar também o

período, expedido pelo órgão competente do magistério federal, estadual, municipal ou particular, considerado até 31/10/2014 até. Não será considerado tempo de serviço paralelo;

e) Aperfeiçoamento:

e1) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da educação: Planejamento, Avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, realizado nos anos de 2012, 2013 e 2014, devidamente registrados, contendo, obrigatoriamente, o nome do curso, a carga horária, os conteúdos e o período de realização;

e2) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da Educação Especial, de forma presencial ou semi presencial.

6. CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O resultado da classificação preliminar será publicado no dia 02/12/14, através do site: www.irineopolis.sc.gov.br

6.1 Desempate

Havendo igualdade de pontuação na soma dos itens de Escolaridade, Tempo de Serviço e

Aperfeiçoamento Profissional, o desempate entre os candidatos será:

a) o mais idoso;

b) o que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento na área e/ou disciplina que deseja atuar;

6.2 Recurso

6.2.1 O candidato poderá ingressar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação de

02/12/14 a 04/12/14 das 8:30 às 11:30 e 14:00 às 17:00.

6.2.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada junto com a ficha de inscrição, não sendo aceita a inclusão de documentação posterior.

7. RESULTADO FINAL

Será publicado no dia 10 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação mediante a existência de vaga. Caso haja necessidade de escolha de vagas a data será publicada junto com a classificação dos candidatos.

8.2 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.3 O candidato presente no dia e horário determinado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, bem como o que escolher a vaga e desistir da mesma, poderá ser consultado uma vez, caso apareçam vagas por desistência. Após, continuará na ordem de classificação, porém deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.4 O candidato que escolher vaga para cobrir período curto (licença prêmio, licença gestação, licença saúde) poderá após o término da mesma ser chamado para outra vaga respeitando sempre a ordem de classificação.

8.5 O candidato que, no dia da escolha de vagas for chamado e estiver impedido de assumir imediatamente (licença saúde, gestação e outros), continuará na ordem de classificação aguardando nova consulta, posterior ao término de sua licença, caso haja vaga.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados/falsos terá sua

inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da tomada das medidas judiciais cabíveis.

9.3 O candidato no ato de sua inscrição declara que possui pleno conhecimento do presente declarando sua expressa aceitação.

9.4 Caberá ao candidato manter seu cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de

Educação para eventuais comunicados sobre o processo seletivo.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.6 A seleção de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015.

9.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 17 de novembro de 2014.

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA

Secretária Municipal da Educação.

ANEXO I

Função	Classificação	Requisito Mínimo	Pontuação		
Educação Infantil e Anos Iniciais	Habilitado	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Anos/Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Curso completo de Magistério	50
	Não Habilitado	Curso Magistério completo ou cursando 3º ou 4º ano Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
				Formação continuada em Educação Especial	20
				Cursando Pedagogia	750
				Magistério	100
Anos Finais	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Outra Licenciatura	100
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos).
	Não Habilitado	Cursando licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Formação continuada em Educação Especial	20
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos).
				Formação continuada em Educação Especial	20
	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos).
				Formação continuada em Educação Especial	20
				Formação continuada em Educação Especial	20
	Não Habilitado	Cursando licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos).
				Formação continuada em Educação Especial	20
				Formação continuada em Educação Especial	20

ANEXO II - Cronograma

Cronograma - ACT 2015 - SME - Irineópolis	
Publicação Edital	18/11/2014
Abertura das Inscrições	24/11/2014
	às 08:30 horas
Encerramento das Inscrições	28/11/2014
	às 17:00 horas
Resultado Preliminar	02/12/2014
Interposição de Recursos	02/12/14 a 04/12/14
	8:30 às 11:30 14:00 às 17:00
Classificação Final	05/12/2014

ANEXO III
FICHA INSCRIÇÃO
Edital nº 04/2014/SME

DADOS PESSOAIS:

Nome:		
RG:	CPF:	Data Nasc.:
Endereço:		Nº:
Bairro:	Cidade	
Fone Resid.:	Celular:	
Fone Recado:	E-mail:	

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

Irineópolis, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

DECRETO N.º 2.715/2014

Decreto nº 2.715/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - Paif		
3.3.90.00.00.00.00.00.0224 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
T O T A L R\$ 20.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do Excesso de arrecadação na fonte 224 - Recursos Transferências do Estado-FMAS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de novembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EDITAL ACT 2015**EDITAL Nº 04/2014 – ACT 2015****Secretaria Municipal de Educação****1. PREÂMBULO**

A Secretaria Municipal da Educação, através de sua Secretária, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece instrução destinada à inscrição para contratação de monitores e professores que irão atuar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2015, em caráter temporário, nos termos do que autoriza a Lei Complementar nº 064/2013 de 26 de fevereiro de 2013 e na Resolução nº 02/2013 do Conselho Municipal de Educação.

Este Processo consistirá em Prova de Títulos referentes à Escolaridade, Tempo de Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto neste Edital.

Poderão participar do processo candidatos habilitados ou não habilitados, nos termos do Anexo I deste Edital.

Antes de se inscrever, o candidato deverá observar, atentamente, as prescrições do

presente Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

A participação dos candidatos neste Processo Seletivo não implica obrigatoriedade de

sua contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Irineópolis – SC, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

2. CARGO/FUNÇÃO/ÁREA:

a) Professor das áreas do conhecimento do Ensino Fundamental: Artes, Música Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Ensino Religioso, Língua Portuguesa e Matemática - 10, 20, 30 ou 40 horas semanais;

b) Professor Anos Iniciais e Educação infantil: 20 ou 40 horas semanais;

c) Monitor de Creche: 44 horas semanais.

3. INSCRIÇÃO:

3.1 As Inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação das 08:30hs de 24/11/14 até 17:00hs do dia 28/11/14.

3.2 No ato da inscrição, deverá ser informado: Nome completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço, telefones para contato, comprovante de escolaridade, tempo de serviço e cursos de aperfeiçoamento, de acordo com a escolha da área/cargo de interesse do candidato.

3.3 O candidato poderá optar por no máximo duas funções/cargos, de acordo com a formação declarada.

3.4 A lista de homologação das inscrições será publicada no dia 01 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação.

4. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os candidatos serão classificados levando-se em conta a escolaridade, o tempo de serviço e o aperfeiçoamento profissional mediante atribuição de pontos conforme ANEXO I deste Edital.

Obs: Os candidatos habilitados precederão os não habilitados na ordem de classificação, independente da pontuação obtida.

4.2 Escolaridade:

a) A Escolaridade deverá ser comprovada conforme opção do candidato de acordo com a Tabela de Avaliação de Títulos do Cargo escolhido, ANEXO I;

b) Somente uma pós-graduação será considerada, de acordo com a área de interesse do candidato;

4.3 Tempo de Serviço

- a) Será considerado tempo de serviço exercido na função ou cargo de Professor, em estabelecimentos de ensino da rede particular e/ou de outras Secretarias da Rede Pública Municipal, Estadual, Federal, até 31/10/2014.
- b) Frações superiores a 15 dias serão consideradas equivalentes a 01 (um) mês.
- c) Não será considerado Tempo de Serviço em estágio de aprendizagem e cargos comissionados, bem como período de aposentadoria ou de processo de aposentadoria.

4.4 Aperfeiçoamento

- a) Serão considerados cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas, totalizando no máximo 400 horas;
- b) Para Educação Infantil e/ou Anos Iniciais, haverá pontuação extra para quem possuir Cursos na Área de Educação Especial, com carga horária mínima de 120 horas.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 A apresentação dos Títulos e os documentos declarados na inscrição serão recebidos na Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis, SC, Avenida 22 de Julho, 1454.

5.2 No ato da Comprovação dos Títulos, o candidato deverá entregar cópias dos documentos, juntamente com a(s) ficha(s) de inscrição impressa(s) de acordo com a(s) escolha(s) do(s) cargo(s).

5.3 Para cada escolha cargo/função deverá ser apresentado um comprovante/ficha de inscrição, juntamente com a cópia dos títulos referentes à mesma.

5.4 O candidato será responsável pelas informações que constarem no Comprovante de Inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões.

5.5 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar os documentos e títulos declarados na inscrição, na data prevista.

5.6 Os documentos comprobatórios seguem a classificação abaixo:

a) Identificação (obrigatórios)

Carteira de Identidade e CPF

b) – Escolaridade (Conforme a informação dada no ato da inscrição)

b1) Para os Habilitados: Diploma, ou Certidão, ou Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura, na área pretendida, acompanhado de Histórico Escolar, emitido por IES devidamente autorizado pelo MEC.

b2) Para os Não Habilitados:

Anos Iniciais e/ou Educação Infantil: Certificado de conclusão de Curso de Magistério acompanhado de Histórico Escolar e/ou declaração de matrícula de que está cursando o 3º ou 4º ano de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Anos Finais: Declaração atualizada indicando o ano e o curso de licenciatura, autorizado pelo MEC, em que o candidato acadêmico se encontra matriculado e frequentando, na área/disciplina que pretende atuar.

c) Formação Complementar: Demais Diplomas, Certidões ou Certificados de Conclusão dos Cursos previstos no como critério de pontuação no ANEXO I, reconhecidos ou autorizados pelos órgãos competentes. (Para Habilitados e Não Habilitados)

d) Tempo de Serviço: Atestado de tempo de serviço no magistério expresso em anos, meses e dias, devendo constar também o período, expedido pelo órgão competente do magistério federal, estadual, municipal ou particular, considerado até 31/10/2014 até. Não será considerado tempo de serviço paralelo;

e) Aperfeiçoamento:

e1) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da educação: Planejamento, Avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, realizado nos anos de 2012, 2013 e 2014, devidamente registrados, contendo, obrigatoriamente, o nome do curso, a carga horária, os conteúdos e o período de realização;

e2) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da Educação Especial, de forma presencial ou semi presencial.

6. CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O resultado da classificação preliminar será publicado no dia 02/12/14, através do site: www.irineopolis.sc.gov.br

6.1 Desempate

Havendo igualdade de pontuação na soma dos itens de Escolaridade, Tempo de Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, o desempate entre os candidatos será:

- a) o mais idoso;
- b) o que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento na área e/ou disciplina que deseja atuar;

6.2 Recurso

6.2.1 O candidato poderá ingressar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação de 02/12/14 a 04/12/14 das 8:30 às 11:30 e 14:00 às 17:00.

6.2.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada junto com a ficha de inscrição, não sendo aceita a inclusão de documentação posterior.

7. RESULTADO FINAL

Será publicado no dia 10 de dezembro de 2014 no site www.irineopolis.sc.gov.br

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação mediante a existência de vaga. Caso haja necessidade de escolha de vagas a data será publicada junto com a classificação dos candidatos.

8.2 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.3 O candidato presente no dia e horário determinado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, bem como o que escolher a vaga e desistir da mesma, poderá ser consultado uma vez, caso apareçam vagas por desistência. Após, continuará na ordem de classificação, porém deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.4 O candidato que escolher vaga para cobrir período curto (licença prêmio, licença gestação, licença saúde) poderá após o término da mesma ser chamado para outra vaga respeitando sempre a ordem de classificação.

8.5 O candidato que, no dia da escolha de vagas for chamado e estiver impedido de assumir imediatamente (licença saúde, gestação e outros), continuará na ordem de classificação aguardando nova consulta, posterior ao término de sua licença, caso haja vaga.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados/falsos terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da tomada das medidas judiciais cabíveis.

9.3 O candidato no ato de sua inscrição declara que possui pleno conhecimento do presente declarando sua expressa aceitação.

9.4 Caberá ao candidato manter seu cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de Educação para eventuais comunicados sobre o processo seletivo.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.6 A seleção de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015.

9.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 17 de novembro de 2014.

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA
Secretária Municipal da Educação.

ANEXO I

Função	Classificação	Requisito Mínimo	Pontuação		
Educação Infantil e Anos Iniciais	Habilitado	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Anos/Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
			Aperfeiçoamento	Curso completo de Magistério	50
				Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
	Não Habilitado	Curso Magistério completo ou cursando 3º ou 4º ano Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Formação continuada em Educação Especial	20
				Cursando Pedagogia	750
				Magistério	100
				Outra Licenciatura	100
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150

			Aperfeiçoamento	Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
				Formação continuada em Educação Especial	20
Anos Finais	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Aperfeiçoamento	Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos).
	Não Habilitado	Cursando licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
			Aperfeiçoamento	Tempo de Serviço	01 ponto para cada mês de serviço.
				Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)

ANEXO II – Cronograma

Cronograma - ACT 2015 - SME - Irineópolis	
Publicação Edital	18/11/2014
Abertura das Inscrições	24/11/2014
	às 08:30 horas
Encerramento das Inscrições	28/11/2014
	às 17:00 horas
Resultado Preliminar	02/12/2014
Interposição de Recursos	02/12/14 a 04/12/14
	8:30 às 11:30 14:00 às 17:00
Classificação Final	05/12/2014

ANEXO III**FICHA INSCRIÇÃO****Edital nº 04/2014/SME****DADOS PESSOAIS:**

Nome:			
RG:	CPF:	Data Nasc.:	
Endereço:			Nº:
Bairro:		Cidade	
Fone Resid.:		Celular:	
Fone Recado:		E-mail:	

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

Irineópolis, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014 FMS, INEXIGIBILIDADE Nº 004/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº014/2014 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014 - FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2014

O Gestor do Fundo Municipal de Saude de Itá - SC, torna público a todos os interessados que estão abertos a partir de 20 de novembro de 2014 estando permanentemente aberto o Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas para prestação de serviços na área de enfermagem aos Municípios itaenses. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica do município www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Licitações ou através do telefone (49) 3458-9508.

Itá SC, 19 de novembro de 2014.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Itapiranga**PREFEITURA****CONCORRÊNCIA Nº 160/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 160/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 160/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos) de estação elevatória, linha de recalque e estação de tratamento de esgotos sanitários, conforme projetos, memorial descritivo e orçamentos, em conformidade ao termo de compromisso PAC Nº 0237/2014, celebrado entre o município de Itapiranga (SC)/ MINISTÉRIO DA SAÚDE/ FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/ FUNASA. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 22 de dezembro de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 19 de novembro de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 205, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 205, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 113 - Transferência de recursos do Estado - Transp. Escolar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta cinco mil reais) :

06.01 - Secretário Municipal Educação Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.362.362.2035 - Manutenção do Ensino Médio

33.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 29 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 214, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 214, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" nas fontes de recursos 104 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.2004- Manut. das Atividades da Secretaria de Administração

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

15.452.0076.2009- Manut. das Ativ. do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

04.01- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013- Manut. das Ativ. da Secretaria da Fazenda

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 11 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 215, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 215, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na fonte de recursos 121 - Outras transferências correntes da União, no valor de R\$ 39.727,00 (trinta e nove mil setecentos e vinte e sete reais);

06.01 - Secretaria Municipal de Educ. Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029- Manut. e Des. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas

R\$ 29.300,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educ. Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034- Manut. das Ativ. da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas

R\$ 10.427,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de Novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 216, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 216, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" nas seguintes fontes de recursos: 104 - Recursos Impostos para Saúde 15% no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), 120 - Convênio Saúde Bucal no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), 127 - Convênio SUS, no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais);

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026- Manut. das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

100.000,00

33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

14.000,00

33.90.00.00.00.00.0127 - Aplicações Diretas

53.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 13 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 217, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 217, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) :

03.03 - Secretária Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo
15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do setor de Urbanismo
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 218, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 218, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 122 - Outras Transferências Correntes do Estado, no valor de R\$ 289,04 (duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos), conforme Convênio 2014TR003059:

08.01 - Secretária Municipal de Transportes
26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes
33.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
R\$ 289,04

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 219, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 219, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104- Recursos Ordinários, no valor de R\$ 27.830,000 (vinte sete mil oitocentos e trinta reais) :

03.03 - Secretária Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo
25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
R\$ 27.830,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 220, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 220, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior na fonte de recurso: 151- Recursos do Tesouro do exercício anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 3.731,06 (três mil setecentos e trinta e seis reais e seis centavos) 179 - Recursos do Tesouro do exercício anterior - Transferência Correntes União no valor de R\$ 3.534,39(três mil quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) :

03.03 - Secretária Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública

33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas

R\$ 3.731,06

06.02 - Secretária Municipal Educação Cultura e Desp. - Educ. Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação

33.90.00.00.00.00.00.0179 - Aplicações Diretas

R\$ 3.534,39

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 221, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 221, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do município de Itapiranga, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 107- Transferência de Recursos do Fundeb 60%, no valor de R\$ 150.000,000 (cento e cinquenta mil reais):

06.02 - Secretária Municipal Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

25.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 18 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar 32 de 25 de maio de 2010 que regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às micro-empresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art.1º Altera o §3º e o §4º do artigo 7º da Lei Complementar 32 de 25 de maio de 2010 que passam a ter a seguinte redação:

Art. 7º ...

...

§ 3º Ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual.

§ 4º O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento no disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei Complementar entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar n. 43 de 1º de novembro de 2011.

Itapiranga - SC, 18 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

DESPACHO DE JULGAMENTO - PREGÃO Nº 72/2014

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - PROCESSO Nº 132/2014
- OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para processar e gerenciar os créditos provenientes da folha de pagamento dos Agentes Públicos e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas na análise do Parecer Jurídico nº 190/2014 sob folhas nº 201 á 203, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, julgo IMPROVIDA a impugnação apresentada pela empresa: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04 com sede a Rua SBS Quadra 4, Bloco A, Lote 3, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, conforme folhas nº 190 á 200 e Protocolo nº 5189/2014, para que seja dada sequência ao processo licitatório e tomadas as medidas cabíveis para o andamento do interesse público

Itapoá, 18 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA - PREGÃO Nº 72/2014

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 - PROCESSO Nº 132/2014
- Objeto: Contratação de Instituição Financeira para processar e gerenciar os créditos provenientes da folha de pagamento dos Agentes Públicos e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna público, as alterações promovidas no edital de Pregão nº 72/2014, em conformidade com orientações do Parecer Jurídico nº 190/2014, que culminaram na presente errata, alterando os seguintes itens:

AONDE CONSTA

DO ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, garantida a defesa prévia:

- a) Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Multa, observados os seguintes percentuais:

d.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor global da folha de pagamento, em razão do não cumprimento dos prazos fixados no contrato ou pelo

inadimplemento de qualquer obrigação contratual;
d.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de rescisão por culpa ou dolo do contratado;

PASSA A VIGORAR:

DO ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, garantida a defesa prévia:

- a) Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Multa, observados os seguintes percentuais:

d.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor global da folha de pagamento, em razão do não cumprimento dos prazos fixados no contrato ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual;
d.2) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de rescisão por culpa ou dolo do contratado;

Os envelopes com as propostas e documentos de habilitação devem ser protocolados impreterivelmente até as 09h:00min do dia 02 de dezembro de 2014 no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá. O Município não se responsabiliza por envelopes protocolados fora do prazo, sendo inabilitadas de pronto as licitantes que perderem o horário de recebimento do protocolo, conforme edital.
Às 09h:30min do dia 02/12/2014, a sessão de abertura dos envelopes de habilitação e proposta.

Itapoá, 18 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2014

Órgão Gerenciador: Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
Empresa: MADEVIA LTDA, com sede á Rua Augusto Gneiding, 810 - Bloco B, Industrial Norte, na cidade de Rio Negrinho/SC, CEP: 89.295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.197.303/001-60 e Inscrição Estadual nº 254.425.739.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/14 - REGISTRO DE PREÇO Nº 30/14 - PROCESSO Nº 145/14;

Objeto: Aquisição de tintas e materiais para serem utilizados na pintura de vias pavimentadas do Município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Valor total: R\$ 33.820,00 (trinta e três mil oitocentos e vinte reais).

Data da assinatura: 18/11/2014;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 18 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2014

Órgão Gerenciador: Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

Empresa: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA, com sede à Julio Schlupp, nº 767, Bairro: Bela Aliança, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.160-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.111.060/0001-03, e Inscrição Estadual nº 254.412.173.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/14 - REGISTRO DE PREÇO Nº 30/14 - PROCESSO Nº 145/14;

Objeto: Aquisição de tintas e materiais para serem utilizados na pintura de vias pavimentadas do Município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Valor total: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais);

Data da assinatura: 18/11/2014;

Data vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

Itapoá, 18 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 2311/2014 – CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL À SERVIDORA ELAINE GIACOMINI BERNARDI.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2311/2014

Data: 12 de novembro de 2014.

CONCEDE PROMOÇÃO PARA CLASSE IMEDIATAMENTE SUPERIOR A QUE SE ENCONTRA À ODONTÓLOGO I, PASSANDO ODONTÓLOGO II.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Capítulo IV, da Lei Municipal nº 155/2003 e;

Considerando deferimento, pela comissão de desenvolvimento funcional ao protocolo de nº 2664/2014, conforme ata datada de 17 de outubro de 2014,

Considerando a obrigação legal de regularizar a promoção do cargo de Odontólogo I, para Odontólogo II, no quadro de servidores do Poder Executivo Municipal;

DECRETA

Art.1º Fica concedido o benefício da promoção para classe imediatamente superior a que se encontra, qual seja Odontólogo II, à Servidora Sra. ELAINE GIACOMINI BERNARDI, atualmente investida no cargo de Odontólogo I, matrícula nº 58107-0.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 12 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2313/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2313/2014

Data: 13 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso VI da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/116/2014, de 13 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, referente à DR 10.042 - Royalties e DR 25203 - Benefícios eventuais, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 118.495,12 (cento e dezoito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e doze centavos), conforme segue:

Suplementações**08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**

08.01 Departamento de Esporte

278130016.1013 Projeto Verão

33390 Aplicações Diretas (515) DR 10042
..... R\$ 3.000,00

278130016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

33390 Aplicações Diretas (520) DR 10042
..... R\$ 13.000,00

278130016.2032 Incentivo à Prática Desportiva de Para-atletas nas diversas modalidades

33390 Aplicações Diretas (521) DR 10042
..... R\$ 9.000,00**09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA**

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura

33390 Aplicações Diretas (516) DR 10042
..... R\$ 20.000,00**10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA**

10.01 Fundo Municipal de Turismo - FUNDETUR

236950006.1018 Construção e Ampliação de Estrutura Turística

34490 Aplicações Diretas (517) DR 10042
..... R\$ 20.000,00**114.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103010013.2117 Plantões Médicos

33190 Aplicações Diretas (518) DR 10242
..... R\$ 50.000,00**15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440005.2127 Benefícios Eventuais

33390 Aplicações Diretas (519) DR 25203
..... R\$ 3.459,12Total das Suplementações
..... R\$ 118.459,12

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2314/2014 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2314/2014

Data: 13 de novembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014, e considerando CI/DO/117/2014, de 13 de novembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma categoria de programação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme segue:

Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Gabinete do Prefeito

015452009.2078 Manutenção do Departamento de Obras

33390 Aplicações Diretas (211) DR 10042
..... R\$ 33.000,00

Anulação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Gabinete do Prefeito

015452009.2078 Manutenção do Departamento de Obras

34490 Aplicações Diretas (218) DR 10042
..... R\$ 33.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de novembro de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ATA DE SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇO Nº 14-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	19/11/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 14/2014 Nº 141/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 03/11/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram

editais as empresas: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, SOLO ENGENHARIA LTDA ME, CNPJ/MF: 08.743.714/0001-00, KANYAMA ENGENHARIA LTDA - EPP, CNPJ/MF: 20.111.926/0001-61. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
19/11/2014	754	08h:47m	SOLO ENGENHARIA LTDA ME	08.743.714/0001-00
19/11/2014	755	08h:53m	DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP	82.887.829/0001-12

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos foi observado pela CPL que os atestados apresentados pela empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP não são suficientes para atendimento da Capacidade Técnica exigida no edital, visto que o item 2.3.3.1. exige a especificação de no mínimo 40% do objeto licitado, ou seja cobertura em estrutura metálica galvanizada, e os atestados apresentados não fazem nenhuma menção ao objeto da licitação. Contudo, por trata-se de questão de ordem técnica, a CPL entendeu conveniente suspender a sessão pública afim de solicitar parecer técnico referente ao citado, conforme o item 6.4 do edital. O representante da empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA solicitou que se registrasse em ata que em seu atestado consta a execução cobertura, e, que a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA ME apresentou uma das Certidões de Acervo Técnico referente à obra que ainda encontra-se em andamento. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
MEMBRO

SANDRA REGINA FERNANDES
DA SILVA
MEMBRO

Licitantes presentes:

DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

JANUÁRIO LUIZ NUNES

CNPJ/MF: 378.917.319-34

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Otókar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, na cidade Joinville/SC, CEP:89.203-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.073.536/001-64 e Inscrição Estadual nº 253.637.244, representada neste ato por Diretor Executivo, o Sr. MÁRCIO ANDRÉ SAVI, portador do CNPJ/MF nº 039.090.359-06 e do CI.RG nº 2.697.721-4 e por Diretor Operacional, o Sr. MÁRIO LUIZ PEGORARO, portador do CNPJ/MF nº 639.147.519-91 e do CI.RG nº 11/R 2.142,752;

Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de , transbordo, transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares.

Valor total: R\$ 1.512.832,00 (um milhão, quinhentos e doze mil,

oitocentos e trinta e dois reais).

Data da assinatura: 17/11/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e término condicionado a 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 19 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: EDITAL Nº 054/2014 PARA MECÂNICO

EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATO TEMPORÁRIO - 054/2014

A Prefeitura Municipal de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato para contratação temporária de Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas com vistas a garantir o bom andamento dos serviços. O Teste Seletivo Simplificado será realizado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos a serem contratados, em caráter temporário, para o preenchimento de 01 (uma) vaga de Mecânico de Veículos e Máquinas pesadas mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação durante a vigência deste Edital de até 01 (um) ano a partir da data de publicação, sendo prorrogável por mais um (um) ano ou até a homologação de Concurso Público.

1.2 - As principais atribuições da função são:

Mecânico Diesel

- inspecionar veículos, máquinas pesadas e aparelhos eletromecânicos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças do sistema de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos e de máquinas pesadas;
- fazer soldas de peças metálicas;
- manter limpo o local de trabalho, bem como zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;
- executar outras atribuições afins.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura; c) possuir ensino fundamental completo.

1.4 - Retribuição mensal: R\$ 1.077,84 (mil e setenta e sete reais e

oitenta e quatro centavos);

1.5 - O contratado fará jus ao Vale Transporte, Vale alimentação e ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais.

1.6 - O contrato terá vigência de um ano, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, ou até homologação de Concurso Público.

1.7 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações e adicionais, concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº76/2001 e 155/2003, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

1.8 - O candidato contratado, durante a prestação de serviço temporária, será continuamente avaliado, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

1.9 - A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os candidatos deverão atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos:

- a) ter ensino fundamental completo; b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no momento da contratação; c) ser classificado no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado; d) estar quite com as obrigações eleitorais; e) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; f) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no período de 25 de novembro a 28 de novembro de 2014, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 as 14:00 horas.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos seguintes documentos: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Documentos para a Prova de Experiência Profissional.

3.4 - Os documentos entregues no ato da inscrição deverão estar em um envelope lacrado com a devida identificação do candidato bem como o cargo pretendido.

3.5 - A entrega dos documentos é de inteira responsabilidade dos candidatos.

3.6 - Ao candidato que não entregar a documentação para a Prova de Experiência Profissional será atribuída nota zero na prova.

4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 054/2014 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos consistirá na soma da pontuação obtida conforme descrito no quadro no item 4.2, podendo o candidato atingir pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

4.2 - Critérios da pontuação:

Prova de Experiência Profissional Máximo de 30 (trinta) pontos
Prova Prática Máximo de 70 (setenta) pontos.

5 - DA PROVA DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

5.1 - A Prova de Experiência Profissional compreende a contagem do tempo de experiência profissional pública ou privada no cargo a que se refere o presente Edital.

5.2 - A comprovação do tempo de experiência profissional pública nas esferas municipais, estaduais, federais ou distritais será avaliada mediante apresentação de certidão preenchida pela administração pública correspondente, em papel timbrado.

5.3 - A comprovação de tempo de experiência profissional privada no cargo será avaliada mediante apresentação de fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho (parte referente à identificação pessoal e do contrato de trabalho) ou Contrato de Trabalho Específico.

5.4 - Entende-se por tempo de experiência profissional o tempo em que o candidato tenha exercido ou exerça atribuições que tenham relação direta com as atribuições do cargo pretendido (mecânico), independentemente da nomenclatura dada no serviço (emprego) exercido.

5.5 - O tempo de experiência profissional será totalizado em ano, mês e dia, computando-se 1 (um) ponto por bimestre, até o máximo de 60 (sessenta) meses, que será somado à nota da Prova de Prática do candidato.

5.6 - Caso o candidato apresente mais de um documento para contagem de tempo de experiência profissional pública e/ou privada no cargo, será considerado o tempo de experiência de apenas um documento.

5.7 - Não serão considerados para fins de comprovação de tempo de experiência profissional os estágios obrigatórios e estágios não obrigatórios.

6 - DA PROVA PRÁTICA

6.1 - A Prova Prática será realizada dia 29 de novembro de 2014.

6.2 - A Prova Prática será realizada na garagem de máquinas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, na Rua João Batista Velem, 729, centro, tendo início às 08:00 horas.

6.3 - O candidato, no dia da realização da prova prática, terá acesso aos critérios que serão utilizados na avaliação das referidas provas.

6.4 - A prova prática, busca aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades inerentes ao cargo.

6.5 - As atividades a serem executadas terão como base as descrições sumárias do cargo, podendo ser solicitadas todas as atividades ou somente uma específica.

6.6 - O candidato será considerado apto para o desempenho eficiente das atividades do cargo se obtiver nota mínima de 50% (cincoenta por cento) dos pontos na Prova Prática.

6.7 - O candidato considerado inapto na Prova Prática, obtiver nota inferior a 50% (cincoenta por cento) dos pontos, ou que não comparecer para realizar a Prova Prática, será automaticamente eliminado do teste seletivo.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no

Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.2 - A divulgação da classificação será dia 01 de dezembro de 2014 a partir das 09:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.3 - A interposição de recursos poderá ser feita através de Protocolo na Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014 das 08:00 às 13:30 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados nos dias estabelecidos para tanto.

7.4 - A divulgação da classificação final será dia 4 de dezembro, a partir das 09:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Os candidatos serão listados segundo o cargo e a ordem decrescente da nota final que será o somatório da nota da Prova de Experiência Profissional e da nota da Prova Prática.

8.2 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior nota na Prova Prática; b) Obtiver maior nota na Prova de Experiência Profissional; c) Tiver maior idade no dia 29 de novembro de 2014.

8.3 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de acordo com a necessidade do serviço, a convocação dos classificados para contratação.

8.4 - No ato da contratação, o candidato deverá apresentar original e cópia da seguinte

documentação: Cédula de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Título de Eleitor; Certidão de Quitação Eleitoral (internet); Certidão de nascimento ou casamento; Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep; Uma foto recente; Comprovante de residência; Carteira de habilitação na categoria C para o cargo de operador de máquinas; Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo; Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC); Certidão de Nascimento dos Filhos; Certidão de Regularização do CPF (internet); Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição; Declaração de bens e ou IRRF; Declaração de não ter sofrido processo disciplinar; Declaração de dependentes para Imposto de Renda; Tipagem sanguínea; Laudo médico; Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

8.5 - Conforme a necessidade, será feita a convocação dos candidatos, seguindo-se a

classificação final no presente Edital de Teste Seletivo, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data

marcados ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no subitem 8.4, será

desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação final.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Administração e Finanças.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos através de comissão nomeada para tal fim, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de dezembro de 2014.

Jeferson Rubens Garcia

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Jacinto Machado**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 04/12/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA E CARRETA AGRÍCOLA PARA SEREM UTILIZADAS PELA SEC. DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacinto-machado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 19 de Novembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****ORDEM DE PARALISAÇÃO - CONTRATO Nº 148/2014/ LOTE 10 PMJ**

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Determino à empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A a paralisação dos serviços relativos à pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. de parte da RUA OZIREZ DA SILVA MEDEIROS E PARTE DA RUA ORLANDO W. LOTTERMANN, bairro Bela Vista (Lote 10), objeto do contrato nº 148/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ - Edital CC nº 9/2013/PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 07/05/2014, haja vista que o SIMAE realizou os serviços de implantação de redes neste local cabendo à Prefeitura fazer as adequações, transporte e limpeza de materiais e em função do grande número de serviços que estão sendo realizados em diversos bairros do Município, a Secretaria de Infraestrutura somente poderá realizar os trabalhos no final do mês de dezembro de 2014.

A paralisação acontecerá a contar de 04/10/2014 e perdurará por um período de 120 (cento e vinte) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 02 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Rafael Laske

Prefeito

CONTRATADA

Ademir Locks

EDITAL SORTEIO SUBCOMISSÃO ANÁLISE TÉCNICA - TP 3/2014/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) / EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014/FMS / TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2014/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba - SC, através do Secretário - Sr. MARCOS WEISS, COMUNICA que no dia 02/12/2014 (terça-feira), às 16 horas, será realizado na Sala do Setor de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida XV de Novembro, 378 - Centro, o sorteio dos 03 (três) integrantes da Subcomissão Técnica para Auxiliar a Comissão Permanente de Licitação no julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS - PRIMEIRA PARTE, Envelopes 01 e 02 do Processo licitatório nº 28/2014/FMS - Tomada de Preços 3/2014/FMS, cujo objeto é a "Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir programas de prevenção à saúde, campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde e atos gerais da Secretaria Municipal de Saúde ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010.". O sorteio será conduzido pela Comissão Permanente de Licitações do Município.

Com o intuito de constituir Subcomissão Técnica, o Fundo Municipal de Saúde informa a relação dos profissionais, que participarão da lista para o mencionado sorteio:

Relação de Profissionais: 1 - Paulo Afonso Rodrigues da Silva - Jornalista, Gerente de Comunicação Social da Prefeitura de Joaçaba por 5 anos. Atuou como repórter em jornais de grande circulação, foi Assessor de Imprensa da Liesjho e da Prefeitura de São Joaquim; / 2 - Jéssica Novello - Jornalista, responsável pela comunicação social da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Joaçaba. Atua na área de consultoria e assessoria de comunicação há três anos; possui trabalhos publicados na área, com destaque a participação de resenhas no Intercom; / 3 - Marcelo Santos - Jornalista, repórter e assessor de imprensa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba; / 4 - Gustavo Deon - Jornalista, professor dos cursos de comunicação social da Unoesc; / 5 - Mayelle Hall - Jornalista, assessora de imprensa da Secretaria Regional de Joaçaba; / 6 - Sílvia Simi dos Santos - Publicitária, coordenadora do curso de comunicação social da Unoesc Joaçaba; / 7 - Alessandra Zilio - Publicitária, com pós graduação em marketing e propagando, atuando no mercado há 11 anos e atualmente atuando na área de consultoria de forma autônoma; / 8 - Wagner Lenhardt - Jornalista/ Coordenação Especial de Comunicação no Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna. Formado em Jornalismo com MBA em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial; / 9 - Carla Dilley - Jornalista, Assessora de Comunicação do Consórcio Machadinho.

Para os fins do cumprimento do disposto no artigo 10 da citada lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

A sessão pública será realizada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no § 4º deste artigo e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado. O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o órgão ou entidade responsável pela licitação, nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba - SC, 19 de novembro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CHAMADA PÚBLICA 1

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 1/2014

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, representado neste ato por seu Secretário de Educação, Sr. JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO, atendendo à Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº 026/2013, torna público que realiza chamada pública (Edital 1/2014), até as 15 horas do dia 22 de dezembro de 2014, na sala da Secretaria da Educação, anexa à Prefeitura de Joaçaba - Av. XV de Novembro 378, Centro - 3º andar, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Joaçaba-SC. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto à Secretaria Municipal de Educação, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8872 ou no sítio da Prefeitura - www.joacaba.sc.gov.br, a contar da publicação desse aviso. / Joaçaba, 18 de novembro de 2014. / JOSÉ JUNQUEIRA DE CARVALHO - Secretário Municipal de Educação

SIMAE

TOMADA DE PREÇOS JHL 0014/2014 SIMAE

Licitação nº 0067/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0014/2014

PROTOCOLO 3125/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0014/2014 - Licitação 0067/2014, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de Estação Elevatória de Esgoto Sanitário no Bairro Portal das Flores, no município de Luzerna.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 08/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 08/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 20 de Novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

TOMADA DE PREÇOS JHL 0015/2014 SIMAE

Licitação nº 0068/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0015/2014

PROTOCOLO 3129/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0015/2014 - Licitação 0068/2014, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Contratação de empresa de engenharia para urbanização do Reservatório de Água Tratada denominado RAP-023 e Construção da Estação Elevatória de Água Tratada Denominada EAT-004, ambos localizados no Acesso Adolfo Ziguelli em Joaçaba-SC

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 20 de Novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO 015/2014 - ALTERADO****AVISO DE ALTERAÇÃO**

Processo Licitatório nº 120/2014

Pregão nº 072/2014

A Câmara de Joaçaba torna público a alteração efetuada no Edital de Pregão Presencial nº 015/2014, cujo objeto é "Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública integrados, com acesso simultâneo de usuários."

1) Suprimir a expressão "será até 31/12/2014" do item 9.4 do Edital de Licitação.

2) Inclusão do item 4.14 na minuta do edital que estabelece "Os valores contratados somente serão reajustados depois de decorrido o primeiro ano contratual, com base no IGPM/FGV apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA neste sentido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste." Conforme estabelecido no item 14.14 do edital.

3) Complementação da quantidade de usuário no ANEXO II - Modelo de Proposta, nos termos registrados no Anexo IX - Minuta do Contrato.

4) Supressão da expressão "(até o limite máximo de 500 (quinhentos) quilômetros)" estabelecido na alínea "d" da Cláusula Terceira do Anexo IX - Minuta do Contrato.

5) Supressão do item 12.1.3 no Anexo IX - Minuta do Contrato.

6) As demais disposições permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.cmj.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba, 17 de novembro de 2014.

Francisco Moreira Lopes

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

RESOLUÇÃO 029/2014 - VEÍCULOS

RESOLUÇÃO N. 029/2014 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"RELACIONA OS VEÍCULOS CADASTRADOS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM CUMPRIMENTO AO ART. 5º, INCISO III DA LEI Nº 4332 DE 19 DE ABRIL DE 2013."

O Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC, no uso de suas atribuições regimentais, em especial o art. 32, II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso III da Lei n. 4.332 de 19/04/2013 leva a conhecimento de quem interessar possa que estão previamente cadastrados no Poder Legislativo Municipal os seguintes veículos particulares:

NOME	FUNÇÃO	VEÍCULO	PLACA
Ademir Righi	Vereador	FOCUS	MLZ 5150
		STRADA	MGA 1155
Almir Pastori	Vereador	CROSSFOX	MGL 9173
Divair Teresinha de Marco	Vereador	CRV Hyundai	MJR 8139
Eber Marcelo Bundchen	Vereador	MEGANE	AQM 5467
Eloi Hoffelder	Vereador	JETA	MLJ 8999
Francisco Moreira Lopes	Vereador	GOL	ITL 1580

Jucelino Jorge Ferraz	Vereador	LANCER	AYF 0038
Luiz Vastres	Vereador	HILUX SW4	MGS 1213
Vilmar Zilio	Vereador	VOYAGE	MLB 6207
Adriana Panizzi	Jornalista	DUSTER	MLC 5913
Elisabeth Luz	Aux. Legislativo	UNO MILLE	MFX 5425
Marcio Roberto Piccoli	Contador	CIVIC	MFI 0706

Art. 2º - Para que o deslocamento possa ser realizado com o uso dos veículos particulares relacionados no art. 1º deverá haver expressa autorização do Presidente da Câmara de Vereadores para a realização da viagem bem como a comprovação da contratação de Seguro Total do Veículo utilizado na viagem em documentação a ser apresentada no momento da solicitação das diárias e/ou adiantamentos.

Art. 3º - A Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba não assumirá qualquer tipo de responsabilidade civil, penal ou administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados ao veículo, ao proprietário, ao motorista, aos passageiros ou a terceiros, em razão da utilização do veículo particular a serviço.

Art. 4º - Esta Resolução tem seus efeitos a partir desta data.

Joaçaba, 20 de novembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lages

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 01/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2014 - SMS

CLAÚSULA I- DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

CLAÚSULA II DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

CLAÚSULA IV DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	35.360,50
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	5.615,30
ANGEOMED COM. PROD. MÉD. HOSP. LTDA.	85.722,00
ATONS DO BRASIL DIST. DE PRODUTOS HOSP. LTDA	136.742,00
CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	79.474,00
CIAMED DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.	128.700,00
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES	69.279,00
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. (MINAS)	136.368,00
CRISTÁLIA PROD. QUIM. FARM.LTDA.	232.329,80
DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP	25.285,00
DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.	271.676,00
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	149.985,80
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	8.775,00
EXTRA DIST DE MED.E PROD. HOSPITALARES LTDA	7.502,20
GENESIO A.MENDES & CIA LTDA.	27.370,00
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	37.290,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	14.027,00
MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP	21.393,00
NUNESFARMA DIST. PROD. FARMACÊUTICOS LTDA.	39.075,50
PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.	47.097,00
PRATI DONADUZZI & CIA LTDA.	237.324,00
PROFARMA SPECIALTY S.A.	146.100,00
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.	372.330,60
PROSAUDE DIST.DE MEDICAMENTOS LTDA	1.034,88
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. EPP	30.502,00

Lages, 12 de Novembro de 2014.

Maria Cristina M. Subtil

Secretária Municipal da Saúde de Lages

EXTRATO CONTRATO 302/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 302/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0024-47, com sede a Avenida Luis de Camões, 290 - Bairro Coral - CEP 88523-000 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de um Imóvel sito a Rua Marechal Deodoro, s/nº - Bairro Conta Dinheiro, Lages/SC, para utilização da escola CEIM Sepé Tiarajú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Lages, 19 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 80-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 PML

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA USO EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 01/12/2014, para às 14:30 do dia 03/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 142/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0142/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PAULO AMARAL TRANSPORTES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 14.034.976/0001-90, com sede a Rua Amador Duarte Ávila, 79 - Centro, CEP 88501-440 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para transportar pacientes de tratamento em hemodiálise dentro do perímetro urbano de Lages.

De acordo com solicitação através da empresa fornecedora, e Parecer da Secretaria Municipal da Fazenda e Procuradoria Geral, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos) reais.

Lages 19 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 209/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 209/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 06.105.781/0001-65 com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 222 - Sala 2 CEP 88132-256 - Palhoça/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Hardware para uso no (PMAQ) Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Atenção Básica e Implantação do Sistema de Informação do programa Nacional de Imunização (SI-PNI) e o Sistema de Agravos de Notificação (SINAN) em Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15(quinze) dias da Solicitação da SMS Lages;

2.3 De Execução, da assinatura do contrato até dia 31/12/2014;

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da assinatura do contrato até 31/12/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de 72.280,00

Lages, 13 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 155/2014**

DECRETO Nº 155/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 182.884,16 (Cento e Oitenta e Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezesseis Centavos), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

DOTAÇÃO 04

4.4.90.00.00.0023 - Aplicação Direta R\$ 182.884,16

Total: R\$ 182.884,16

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do provável excesso de arrecadação projetado até o fim do ano, na fonte 0023 - Recursos de Convênio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

INEXGIBILIDADE PMLM Nº119/2014

INEXGIBILIDADE HMHL Nº119/2014

PROCESSO Nº119/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA PARA FORNECIMENTO DO SISTEMA APRENDE BRASIL PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC PARA EXERCÍCIO DE 2015.

VALOR: 346.010,00 (trezentos e quarenta e seis mil e dez reais).

CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA

VIGÊNCIA: 18/11/2014 até 31/12/2015

Lauro Müller, 18 de novembro de 2014.

LEI Nº 1.834/2014

LEI No. 1.834/2014 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO SUL CATARINENSE, com sede no município de Lauro Müller, registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 18.755.798/0001-47, de 13/08/2013.

Art. 2º - Em decorrência dos efeitos produzidos por esta Lei, a entidade aludida no artigo anterior gozará de todos os benefícios e prerrogativas previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

EDITAL DE PREGAO Nº45/2014 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº45/2014 - FMS

PROCESSO Nº45/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que ocorrerá no dia 2 de dezembro de 2014 às 15:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para Unidade de Saúde do Guatá do Município de LAURO MULLER/SC, para o ano de 2014.

Lauro Muller, 19 de novembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MAT. MUNICIPAL S. ANTONIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO No. 6/2014.
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO No. 3/2014
CARTA CONVITE No. 2/2014

Pelo presente instrumento, de um lado o Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, autarquia municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à rua Valdir Ortigari, no. 74, nesta cidade, CNPJ No. 83.684.324/0001-13, neste ato representado pelo seu presidente Sr. MOACIR GALENO VARELA FURTADO, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CLÍNICA RADIOLÓGICA BELA VISTA S/S LTDA , pessoa jurídica de direito privado , situado na Avenida Brasil , 597, Sala 01, Bairro Bela Vista I, Município de São José-SC, inscrita no CNPJ No. 13.397.339/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor, a seguir denominada CONTRATADA, ajustam e firmam o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei 8.666/93, pelas razões expostas no parecer jurídico e necessidade administrativa.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica acrescido em 25% os itens do contrato nº. 6/2014, perfazendo um aditivo de R\$11.985,00(Onze mil, Novecentos e Oitenta e cinco reais), com prazo de execução dos serviços objeto deste contrato até 28 de Fevereiro de 2015, com recursos orçamentários do LOA 2014, com a seguinte classificação orçamentária: 2.065.33.90.39.50.00.00.00

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas contratuais permanecendo inalteradas.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo Aditivo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus efeitos legais, e cumpri-lo fielmente.

Lebon Régis, 17 de Novembro de 2014.

MOACIR G. V. FURTADO	CLÍNICA RADIOLÓGICA
CONTRATANTE	BELA VISTA S/S LTDA
	CONTRATADA

Testemunhas:
1ª. _____ 2ª. _____

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 44/2014

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 44/2014
Pregão PR6/2014
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUTOS DE LEITE
Objeto: Fica alterada a cláusula SEGUNDA do Contrato n.04/2014 para Aditar o quantitativo do fornecimento, dentro da margem de valor em 25 %, totalizando em mais 13.972,73 (treze mil e novecentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), justificado pela necessidade da administração e pelo art. 65, inciso I, letra "b"

da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2014.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2014.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2014.
Processo Licitatório nº 02/2014 - PR1/2014
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC
Contratado: AUTO POSTO RDA LTDA ME
Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato n. 02/2014 para aumentar o valor unitário dos combustíveis, em razão do aumento na distribuidora comprovado por nota fiscal de compra, visando o equilíbrio econômico-financeiro previsto em lei. Gasolina Comum 3,10 p/l e Óleo Diesel Comum 2,543 p/l.

Lebon Régis, 18 de Novembro de 2014.
Francisco Jucelino Ribeiro
Gestor

DISPENSA DL14/2014

AVISO RATIFICAÇÃO (HOMOLOGAÇÃO) DE DISPENSA - Dispensa DL14/2014
Nº 66/2014 - OBJETO: O Prefeito municipal no uso de suas atribuições, comunica a ratificação para a contratação de empresa para fornecimento de 10.081 litros de combustível (óleo diesel) para recuperação de trechos de estradas em atendimento ao convênio nº 2014TR003280 (processo nº 3374/SDC/2014) originados pelo Decreto Municipal nº 046/2014 de 09 de junho de 2014, frente ao agravante da anormalidade e a caracterização de "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA". Data de ratificação: 18/11/2014 - Licitante Ratificadora: 03.071.152/0001-73 (CHACCAU COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA). Valor Total Homologado: R\$ 26.109,79

Lebon Régis, 18/11/2014.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 049/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 049/2014 - PMLL

Contrato de Locação de um terreno com área de 1.600 m², localizada na Rua Hilário Guchert, Centro de Leoberto Leal, para depósito de materiais, guarda e estacionamento dos veículos, caminhões, máquinas da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representada pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, brasileira, casada, e a Senhora ROSELI SCHEIDT LOPES, portadora do RG nº 2.253.734, e do CPF nº 715.710.009-68, localizado a Rua Hilário Guchert, nº 54, Apto. nº 04, Centro, Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado LOCADOR, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 010/2014 - Processo Licitatório nº 063/2014, ajustam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. Constitui objeto do presente certame a locação de um terreno com área de 1.600 m², encravado em uma área maior de 167.751,22 m², registrada na Comarca de Ituporanga sob nº AV-1-19.056 - Prot. nº 67.048, livro 2, localizada na Rua Hilário Guchert, Centro de Leoberto Leal, para depósito de materiais, guarda e estacionamento dos veículos, caminhões, máquinas da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO. O prazo dessa locação tem início em 19/11/2014 e término em 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR. O valor total do aluguel é de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais), que deverá ser pago até o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA - DA FINALIDADE. Fica expressamente convencionado que o imóvel locado será utilizado pelo MUNICÍPIO, exclusivamente para o previsto na Cláusula Primeira, sendo vedada à alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso do LOCADOR.

CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO. A cessão deste Contrato não poderá ser feita sem a expressa anuência do LOCADOR na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DOS IMPEDIMENTOS. Fica pactuado que, se houver algum impedimento legal, oposto por autoridade competente, para a ocupação pelo MUNICÍPIO do imóvel ora locado, o presente contrato rescindir-se-á de pleno direito, sem qualquer indenização ou multa contratual, bastando para tanto a apresentação do documento expedido por aquela autoridade, indicando o impedimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALIENAÇÃO. O LOCADOR poderá, a qualquer tempo, inclusive durante o prazo de vigência deste contrato, alienar o imóvel locado e conseqüentemente, ceder os direitos decorrentes deste instrumento.

I - Na forma da lei, ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo locador por Cartório de Títulos e Documentos.

II - Ficarão rescindido o presente contrato se ocorrer à venda judicial do imóvel, objeto da presente locação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS. As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta da seguinte dotação:

06 01 26 782 0009 2.028 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (90) Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes e Obras e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA NONA - FORO. Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, os quais assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que possa surtir os seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Locatário	ROSELI SCHEIDT LOPES Locador
Testemunhas:	
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90

DECRETO N.º 114/2014

DECRETO Nº 114, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.103, de 19 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	43.081,00
Função	12	Educação	43.081,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	2.500,00

Programa	0004	Educação é Tudo	2.500,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	2.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.500,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	2.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	40.581,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.581,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	40.581,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.581,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.581,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.581,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	40.581,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			43.081,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	43.081,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	43.081,00
Função	12	Educação	43.081,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	43.081,00
Programa	0004	Educação é Tudo	43.081,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	15.900,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.900,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.900,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.900,00

Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	15.900,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	27.181,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.181,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.181,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	15.181,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	15.181,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			43.081,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de Novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N.º 1.244/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.244/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar
3.1.71.00.00.00.00.0104 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 7.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0104 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.650,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.037 - Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA
3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 8.650,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.245/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.245/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA A LEI 1.051, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica alterado o § 2º do art. 1º; revogado o inciso VII e VIII do art. 8º e acrescentado o parágrafo único ao art. 8º da Lei nº 1.051, de 21 de novembro de 2011, que fixa indenização para diárias e dá outras providências, na forma abaixo redigida:

Art. 1º
.....

(...)

§ 2º Ao período superior a 12 (doze) horas, será pago 50% (cinquenta por cento) de uma diária.

(...)

Art. 8º
.....

(...)

VII - (Revogado);

VIII - (Revogado).

Parágrafo único: Para fins da comprovação de despesas com diária, serão exigidos os mesmos documentos previstos em Instrução Normativa ou outro ato normativo expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.246/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.246/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.027 - Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.247/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.247/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL
3.3.50.00.00.00.00.00.0214 - Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 31.223,33

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE
Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.418,33
4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições

Privadas sem fins R\$ 7.750,00

Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 17.792,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.262,50

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE
Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 1.007 - Esporte Investimentos Gerais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.632/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.632/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, EM CONFORMIDADE COM O ART 5º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 231, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município e Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 231, de 23 de abril de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Cultura, de acordo com o art. 5 da Lei Complementar nº 231, de 23 de abril de 2014, com os seguintes membros:

I - Presidente: Juarez Lopes da Silva (representante dos profissionais municipais que atuam em atividades culturais do município).

II - Membro: Adenir Agustini (representante da Diretoria Municipal de Esporte e Cultura).

III - Membro: Marinês Ribeiro Perondi (representante do Poder Executivo Municipal).

IV - Membro: Iris Augustini (representante do movimento tradicionalista italiano do município).

V - Membro: Lodacir Lodi (representante do movimento do tradicionalismo gaúcho do município).

VI - Membro: Raulino da Silva (representante do movimento do tradicionalismo caboclo do município).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 14 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.633/2014, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.633/2014, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA E COMISSÃO TÉCNICA PARA OS TRABALHOS DE ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município e em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação - MEC:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora para acompanhar os trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação, com os seguintes membros:

I - Salete Benelli

II - Adenir Agustini

III - Alexandre Fontana

IV - Cleuza Tomazoni Vardanega

V - Giane Palhano Toldo

VI - Igor Fraere Grandi

VII - Ivete Balbino Fiorentin

VIII - Joenia Baes Pereira

IX - Leni Rossini Webber

X - Marinês Ribeiro Perondi

XI - Maristela Oldoni

XII- Osvino Zuanazzi

XIII - Ronaldo Pescini

Art. 2º Fica nomeada a Comissão Técnica para conduzir os trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação, com os seguintes membros:

I - Marciane Agustini

II - Antônio Toldo

III - Elisangela Balbinoto Vicente

IV - Gabriela Fracasso

V - Geneci Delai

VI - Jadimar Carlos Frigeri

VII - Jane Aparecida Klein Grasel

VIII - Luciana Sandi

IX - Luciane Augustini

X - Marcela do Carmo de Vasconcelos

XI - Marcio Luiz Vivian

XII - Nelsira Loss Fioretin

XIII - Ocedir Roque Proinelli

XIV - Silvia Baron Lodi

XII- Osvino Zuanazzi

XIII - Ivete Balbino Fiorentin

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.634/2014, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.634/2014, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2014
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Permanente de Avaliação de

Imóveis de propriedade do Município de Lindóia do Sul, com os seguintes membros:

I - Edna Cristina Kappke

II - Gabriela Fernanda Grisa

III - Antônio Carlos Vicente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.635/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.635/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.244/2014 de 19 de Novembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.042 - Manutenção Casa Lar
3.1.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 7.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.650,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 - Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.037 - Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 8.650,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.636/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.636/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.246/2014 de 19 de Novembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.027 - Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS
4.4.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.637/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.637/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.247/2014 de 19 de Novembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 2.033 - Abastecimento - FUNDERURAL
 3.3.50.00.00.00.00.00.0214 - Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 31.223,33

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
 3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 3.418,33
 4.4.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições Privadas sem fins R\$ 7.750,00

Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 17.792,50
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 2.262,50

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 - Gabinete do Prefeito e Vice
 Projeto/Atividade 1.002 - Aquisição de Veículos e Equipamentos
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade 1.003 - Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
 Projeto/Atividade 1.007 - Esporte Investimentos Gerais
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
 PEDRO ARI PARIZOTTO
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
 Em, 19 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
 Analista Administrativo

Luzerna**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 122/2014 - TP 015/2014- CONSTRUÇÃO UNIDADE ESCOLAR - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA
 EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
 Processo Licitatório 0122/2014 - PML
 Tomada de Preço nº 0015/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0122/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de uma Unidade Educacional (Espaço Educativo II – 6 salas de aula) contendo 3 (três) blocos distintos, Pedagógico, Administrativo e de Serviço, com área total de 853,20m², na Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC conforme projeto, memorial descritivo, caderno de encargos, orçamento máximo e cronograma em anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 * ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
- Valor total: R\$ 1.019.996,96

Luzerna (SC), 18 de novembro de 2014.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA 003

RESOLUÇÃO Nº 003/14 de 17 de novembro de 2014.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA- CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal 045 de 26 de maio de 1997.

CONSIDERANDO, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre a proteção integral de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO, o teor da Resolução nº 119 de 11 de dezembro de 2006 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;

CONSIDERANDO, a atribuição do CMDCA de Luzerna de deliberar e controlar a política de atendimento a crianças e adolescentes no Município;

CONSIDERANDO, a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, com participação de diferentes órgãos do Município e do Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Juventude;

CONSIDERANDO, a aprovação em Audiência Pública e em reunião extraordinária do Plano, no dia 17 de novembro de 2014,

DELIBERA:

Art.1º- Aprovar o PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO que norteia as ações intersetoriais para os próximos 10 (dez) anos no MUNICÍPIO DE LUZERNA no atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de novembro de 2014.

Elaine Weirich

Presidente do CMDCA

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 111/2014 -
PP 067/2014 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
HIGIENIZAÇÃO - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0111/2014 - PML

Pregão nº 067/2014 - PML

O Gestor do FMS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0111/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretária Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos.
- Proponente(s) Vencedora(s):
* ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
- Valor total: R\$ 126.518,40

Luzerna (SC), 19 de novembro de 2014.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMS

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 18/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 18/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.152,69
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.429,27
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.429,27
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	1.429,27
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	1.429,27
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.723,42
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.723,42
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.034,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	689,37

Luzerna, 19/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

PLANO MUNICIPAL

de Atendimento Socioeducativo



Luzerna – SC



Gestão Atual

Prefeito Municipal	Moises Diersmann
Vice-Prefeito	Juliano Schneider
Secretário de Saúde e Assistência Social	Walmor Strhoer Dresch
Secretária de Educação, Cultura e Esportes	Regina Jacob Cureau
Secretário de Administração e Fazenda	Angelo Brandalise

Comissão Municipal**Walmor Silvestre Sthoer Drech****Joviane Colombelli****Joana Regensburger****Alessandra Daros Nunes****Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social****Andrea Freiburger Ribeiro da Silva****Marcia Patzlaff****Marlei Diesel****Conselho Tutelar****Regina Jacob Cureau****Vali Carolina Spier****Dirce Dalla Costa Ribeiro da Silva****Antônio Valcir Gotardo****Secretaria Municipal da Educação****Michele Tedesco****Silvia Miazzi Pereira****Patrícia Cordeiro****Ana Maria Cosa****Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**

Eliane Bonamigo
Gilmar Antônio Bonamigo
Delegacia de Polícia Civil

Tatiane Ceron
Maria Luiza Piaia
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Francine Zanotto
Instituto Federal de Santa Catarina- Luzerna - IFC

Colaboração:
Mônica Beal
Acadêmica de Serviço Social- Uniasselvi

Tatiane Schmitz
Estagiária do Curso de Direito- UNOESC

A Comissão Municipal de Elaboração do Plano, agradece a todos os participantes do processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Luzerna: à equipe técnica da Educação, Saúde e Assistência Social, a equipe técnica do CRAS, da Delegacia de Polícia, IFC, SENAI, aos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente, conselheiros tutelares e demais representantes das políticas intersetoriais do município, que com responsabilidade assumiram o compromisso de auxiliar na elaboração deste plano. Foi uma construção coletiva na direção da garantia de direitos daqueles adolescentes, que por alguma circunstância da sua vida cometeram ato infracional. Este plano significa novos rumos, um novo caminhar, um novo pensar, uma nova possibilidade diante da intersectorialidade no atendimento socioeducativo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Art.	Artigo
CEBEM	Centro do Bem Estar do Menor
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGEM	Escola de Gestão Pública Municipal
ESF	Estratégia Saúde da Família
FIA	Fundos para a Infância e Adolescência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medida Socioeducativa
NEPRE	Núcleo de Estudos de Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção Integral à Família
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPA	Plano Plurianual
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDR	Secretaria do Desenvolvimento Regional
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SST/SC	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira Reunião da Comissão Municipal de Elaboração do Plano.....	817
Figura 2 – Reunião com Equipe Intersetorial.....	81
Figura 3 – Reunião de Apresentação Objetivos, Metas e Ações CMDCA.	Erro! Indicador não definido. 78
Figura 4 – Reunião com Comissão Municipal de Elaboração do Atendimento Socioeducativo.....	82
Figura 5 – Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico de Atendimento Socioeducativo 2011 a 2013 com a presença de autoridades e Ministério público da Infância e Juventude.....	79
Figura 6 – Momento de Capacitação com diversos setores e conselhos do Município de Luzerna com prof. Dr. André Viana Custódio.....	79
Figura 07 – Audiência Pública: Apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	80
Figura 08 – Audiência Pública: Apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	80
Figura 09 – Comissão de Elaboração do Plano de Medidas Socioeducativas	81
Figura 10 – Reunião do CMDCA para Aprovação do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número da população de adolescentes 2012, no Município de Luzerna.	19
Gráfico 2 – Número de crianças e adolescentes matriculados em Luzerna na rede municipal e estadual.	18
Gráfico 3 – Número de adolescentes atendidos em 2011, 2012 e 2013 no Município de Luzerna	20
Gráfico 4 – Idades dos adolescentes envolvidos com ato infracional em 2011 a 2013.	21
Gráfico 5 – Sexo dos adolescentes atendidos em 2011, 2012 e 2013.....	21
Gráfico 6 – Equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas	22
Gráfico 7 – Medidas aplicadas em 2011, 2012 e 2013.....	23
Gráfico 8 – Atos praticados em 2011.	24
Gráfico 9 – Procedência dos adolescentes	25
Gráfico 10 – Linha de ação.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município. ..	19
Quadro 1 – Sistema de garantia de direitos	43

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	111
1 Introdução	12
2 Metodologia de elaboração do Plano Municipal.....	14
3 Diagnóstico	16
4 Marcos Legais – legislações atuais	26
5 Marcos Conceituais (referenciados no Plano Nacional)	27
5.1 O Adolescente e o Ato Infarcional.....	28
5.2 Medidas Socioeducativas.....	31
5.3 O Sistema e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.....	43
5.4 As políticas públicas no atendimento do ato infracional.....	44
6 Diretrizes	50
7 Público Alvo	50
8 Objetivos.....	51
8.1 Objetivo Geral.....	Erro! Indicador não definido.
8.2 Objetivos específicos	51
9 Resultados Programáticos	52
10 Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo	53
11 Ações intersetoriais/articuladas de atendimento e Metas	54
11.1 Secretaria Municipal de Assistência Social	54
11.2 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura	55
11.3 Secretaria Municipal de Saúde	55
11.4 Ações SENAI	56
11.5 Ações IFC.....	56
11.6 Ações Intersetoriais	57
12 Fluxograma de Atendimento	58
13 Condições de Recursos Humanos.....	59
13.1 Saúde.....	59
13.2 Assistência Social.....	59
13.3 Educação, Esporte e Cultura	59
13.4 IFC.....	60
13.5 SENAI	60

14 Entidades Envolvidas na Execução do Plano.....	61
14.1 Unidades Escolares Municipais e Estaduais.....	61
14.2 Rede Socioassistencial.....	61
14.3 Demais Instituições Parceiras.....	61
15 Formas de Financiamento	62
Referências	66
Aprovação do CMDCA.....	70
Anexos.....	71
Anexo A – Modelo de Encaminhamento	72
Anexo B – Modelo de Contra-Referência dos Encaminhamentos da Rede Intersetorial	74
Anexo C – Registro dos Encontros para a Construção do Plano	70
Anexo D - Lei que regulamenta a criação do SIMASE no Município.....	82
Anexo E- Decreto alterando a Lei e modelo de PIA.....	88

IDENTIFICAÇÃO**Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**

Vigência 2014 – 2024
Período de elaboração Julho de 2014 a Novembro de 2014

Prefeitura Municipal

Município Luzerna/SC
Nome do Gestor Municipal (Prefeito) Moises Diersmann
Porte do Município Pequeno Porte I
Endereço Av. 16 de Fevereiro, 151
CEP: 89609000
Telefone (49)3551-4700
E-mail asgestao@luzerna.sc.gov.br;
Site www.luzerna.sc.gov.br

Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas

Nome do Órgão Gestor Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
Nome do Gestor Municipal (Secretária) Walmor Strhoer Dresch
Endereço Av.16 de Fevereiro, 151
CEP:89609-000
Telefone (49)3551-4700
E-mail assistencia@luzerna.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Nome do Presidente Elaine Weirich
Telefone (49)3551-4700 Ramal 51
E-mail conselhos.luzerna@hotmail.com

Conselho Tutelar

Nome do Coordenador Marcia Patzlaff
Endereço Av. 16 de Fevereiro, 151
Telefone (49)3551-4700 Ramal 51
E-mail conselhotutelar@luzerna.sc.gov.br

1 INTRODUÇÃO

O trato com o adolescente em conflito com a lei passou a ter um olhar diferenciado com o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde respeitando o princípio de condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, os adolescentes são responsabilizados por suas práticas, no qual no Cap. IV do ECA, trata especificamente das Medidas Socieducativas.

As medidas socieducativas que podem ocorrer através de: Advertência, obrigação de reparar o dano; prestação de Serviços a Comunidade; liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional, tem o objetivo de fazer com que o adolescente reafirme e elabore seu projeto de vida, e assim possa rever o ato cometido.

E nesta perspectiva, de que realmente as Medidas socieducativas tornem um caminho para relaboração de projetos de vida, é que em janeiro de 2012, foi aprovada a Lei 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socieducativo- SINASE, o qual representa um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socieducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei.

Assim, o Município de Luzerna, inicia um novo caminhar, em busca de que o atendimento de adolescentes que cometem ato infracional se torne efetivo e eficaz, dentro dos preceitos de direitos estabelecidos pelo ECA.

A efetivação dos direitos e da execução das Medidas Socieducativas em meio aberto, só é possível, através da padronização dos Serviços públicos e articulação intersetorial com as políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos, executando de fato um Sistema Municipal de Atendimento Socieducativo.

O SINASE lança o desafio aos municípios brasileiros de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socieducativo regulamentado e exigido pelo Capítulo III, e no Art. 7º, onde preconiza que o Plano deverá incluir um diagnóstico da situação do Sinase, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10(dez) anos seguintes, em sintonia com o ECA e deverá obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte.

Este plano contempla o que é requisitado pelo SINASE, e esperamos que sirva de guia e instrumento efetivo de trabalho para todos os profissionais das políticas públicas e sistema de garantia de direitos, responsáveis pelo atendimento socioeducativa, no qual todos possam compreender que o ato infracional praticado por adolescentes não é incorporado como inerente a sua identidade, mas como uma circunstância da vida que pode ser modificada.

2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL

Levando em consideração a aprovação do SINASE em 2012, e as necessidades dos Municípios se adequarem ao sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Município de Luzerna, a partir de Junho de 2014, passou a organizar o processo de elaboração de Atendimento Socioeducativo.

A primeira ação realizada foi a participação de profissionais na capacitação realizada pela EGEM no mês de Junho de 2014, aos quais participaram representantes do Conselho tutelar, Saúde e Assistência Social, este, teve objetivo esclarecer como o Plano deveria ser elaborado pelos Municípios.

Posteriormente foi realizada a nomeação da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento socioeducativo, que primeiramente ocorreu através de ofício encaminhado aos diversos setores e entidades do Município através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e posteriormente com a indicação das respectivas entidades, resultando no Decreto 1836 de 18 de julho de 2014, que nomeou a Comissão.

O respectivo Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo prevê ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, focado ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990).

Ressalta-se que as ações do Plano devem ser elencadas para os 10 anos seguintes e ao final da sua elaboração foi submetido à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

A partir do Decreto acima citado, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou uma audiência pública para apresentar o diagnóstico do Município com relação aos números e circunstâncias de ato infracional em Luzerna.

Ainda, nesta mesma oportunidade realizou-se uma capacitação com os integrantes da comissão e profissionais das demais políticas públicas sobre os diversos aspectos e concepções inerentes ao adolescente e ao ato infracional.

A primeira reunião com a Comissão aconteceu no dia 19 de agosto, e envolveu o CMDCA, Conselho Tutelar, equipe do CRAS, Delegacia, IFC, SENAI e demais Políticas Públicas. Na oportunidade o CMDCA e a equipe da Assistência Social realizam uma breve apresentação da metodologia de elaboração do Plano e a proposta do roteiro, seguindo as

normativas da Lei do SINASE (12.594/2012), onde foram entregues matrizes de propostas de ações de cada setor no que diz respeito ao atendimento socioeducativo.

Após esta etapa inicial de elaboração do Plano Municipal, no dia 23 de setembro realizou-se a segunda reunião, onde foram definidos os objetivos, diretrizes do Plano e os resultados esperados com relação ao Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Ainda no dia 18 de setembro de 2014, Assistência social, CMDCA, setor Jurídico e Prefeito Municipal estiveram reunidos no gabinete da Promotora da Infância e Juventude que também firmou um Termo de Ajustamento de Conduta para adequar e melhorar as condições físicas e humanas para maior efetividade do Serviço de Proteção Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de PSC e LA, na qual solicitou a nomeação de uma equipe, enfatizando que pelo número reduzido de atendimentos, a equipe poderia ser composta por profissionais da saúde, um da educação e uma técnica da Assistência Social, também foi solicitada a regularização do Plano Individual de Atendimento(PIA) e a adequação da lei de criação do Serviço de atendimento as medidas socioeducativas no Município.

No dia 22 de outubro, a Comissão Intersetorial discutiu as informações apresentadas, e os diversos setores apresentaram as ações propostas de cada área para os próximos 10 anos. Também foram discutidas as ações intersetoriais. Destaca-se que mesmo as propostas sendo executadas pelas Políticas Públicas de sua competência, há o compromisso mútuo entre as demais políticas intersetoriais. Agendou-se a audiência pública de apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo para o dia 17 de novembro de 2014.

No dia 17 de novembro, aconteceu a Audiência Pública, para apresentação e validação final do plano. Na oportunidade estiveram presentes: a Comissão Intersetorial, as representações das demais políticas públicas intersetoriais que participaram do processo de elaboração do plano, representação da polícia militar, do poder judiciário, do conselho tutelar, do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, do conselho de assistência social, agentes comunitários de saúde, vereadores. Após algumas considerações e a realização dos debates, no qual foram apresentadas inclusões de ações na área da educação, saúde e nas ações intersetoriais, passou-se a aprovação do plano de atendimento socioeducativo do município de Luzerna, o qual foi aprovado pelos presentes e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com unanimidade.

3 DIAGNÓSTICO

Para melhor compreensão da situação atual do Município com relação à Infância e Adolescência e o Ato Infracional, buscaremos apresentar algumas informações relevantes que foram extraídas dos diversos sistemas de pesquisa e diagnóstico, e dos atendimentos realizados pela Assistência Social de Luzerna, nos últimos três anos.

Também foi realizada a busca no Tribunal de Justiça, comarca de Joaçaba e na Delegacia de Polícia Civil do Município de Luzerna, sendo que tais informações foram coletadas no mês de julho de 2014.

Em relação à Assistência Social, as informações disponibilizadas foram referentes à idade, sexo e número de adolescentes atendidos nos anos de 2011, 2012 e 2013. Da Delegacia de Polícia Civil, as informações recebidas foram referentes aos atos praticados em 2011, 2012 e 2013. Em relação ao Poder Judiciário, não foi possível obter informações concretas, pois como a Comarca atende 05 Municípios, o sistema informatizado não dispõe de ferramenta para fornecer os dados do Município isoladamente.

A partir destas informações, a Comissão passa a apresentar o diagnóstico. Neste item, além das informações repassadas pelos diversos órgãos acima citados, articulou-se a análise das informações com as do Estado de Santa Catarina, embasadas a partir do Relatório de Análise de dados sobre o “Serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)” em Santa Catarina, elaborado em 2013, pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST/SC.

Primeiramente buscamos sistematizar os dados referente a população de adolescentes no Município, o que constatou-se que 16,18% da população são de crianças e adolescentes na faixa etária entre 10 a 19 anos, conforme aponta o gráfico 01.

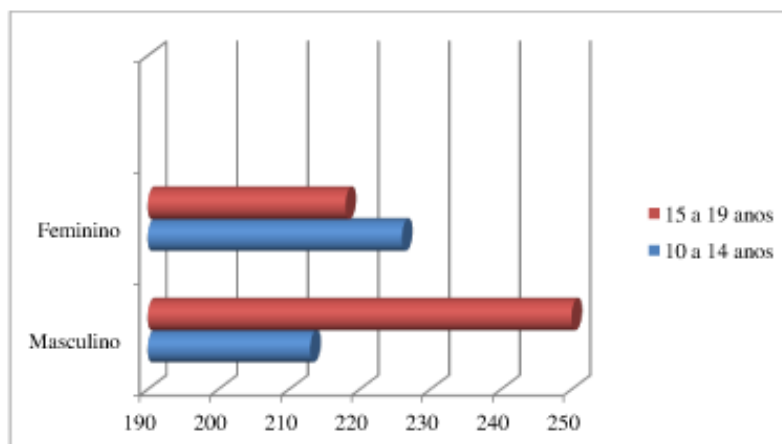


Gráfico 1 – Número de população de adolescentes em 2012, no Município de Luzerna.

Fonte: Indicadores Sociais. 2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/DATASUS.

De acordo com os dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, apontaram que no Brasil há uma população formada por 190.732.694 pessoas. Estima-se que 33,1% da população é constituída entre crianças e adolescentes de 0 a 18 anos respectivamente.

No Município de Luzerna, a população ampliou entre os censos demográficos de 2000 a 2010, a taxa de 0,06% ao ano, passando de 5.562 para 5.607 habitantes.

Já o segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo, de 24% da população em 2000, caiu para 17,3% em 2010.

Através do gráfico se percebe que há o maior número de adolescentes do sexo masculino entre 15 a 19 anos, representando 6,83% a mais do que a população feminina, totalizando aproximadamente 463 adolescentes na idade entre 12 a 19 anos.

Outro dado relevante apresentando pelo Município é a taxa de analfabetismo que conforme dados do último Censo Demográfico em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 2,0%. Na área urbana, a taxa era de 1,8% e na zona rural era de 2,8%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 0,5%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é menor que a taxa do Estado, observamos no gráfico abaixo, os dados do Censo Escolar 2013, sobre os números de matrículas de crianças e adolescentes em idade escolar no Município de Luzerna.

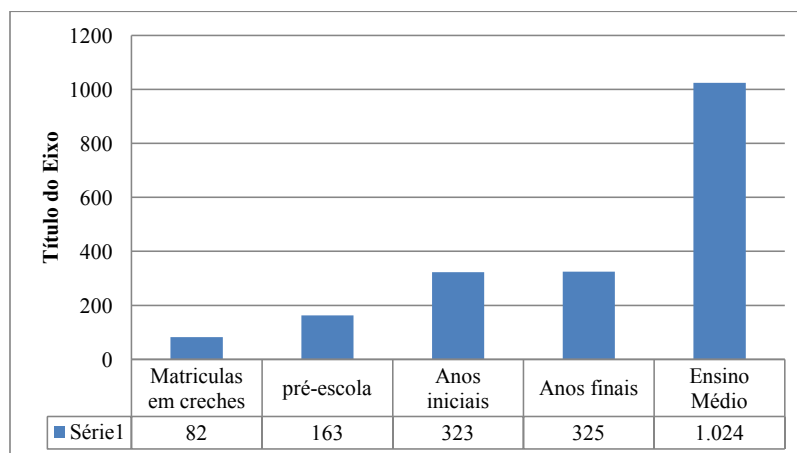


Gráfico 2 – Número de crianças e adolescentes matriculadas em Luzerna na rede Municipal e Estadual.
Fonte: Censo Escolar- MEC 2013.

Através do gráfico 01 e 02, podemos observar que no Município, aproximadamente 95% dos adolescentes entre 12 a 18 anos estão inseridos na escola. Ressalta-se a importância de analisar tais informações, uma vez que nas situações de atendimento socioeducativo, apontou-se como um fator relevante e motivador da prática do ato infracional a não inclusão do adolescente na escola, sendo que em Luzerna, dos 11 adolescentes que cometeram ato infracional entre os anos de 2011 a 2013, 37% não estavam frequentando a escola.

No Gráfico 03, apresenta-se o número de adolescentes que foram atendidos pela Delegacia de Polícia Civil e que chegaram até a política de Assistência Social para Cumprimento de Medida Socioeducativa.

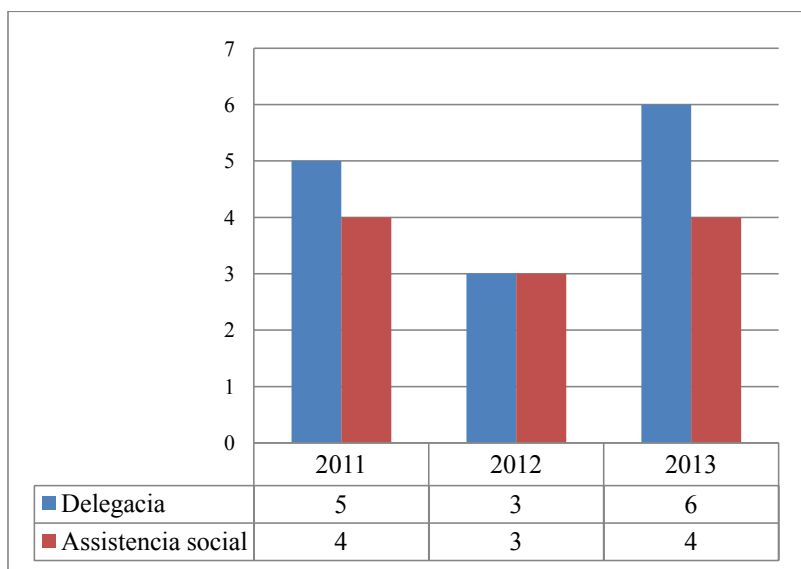


Gráfico 3– Número de adolescentes atendidos em 2011, 2012 e 2013 em Luzerna/SC.
Fonte: Assistência Social, 2014.

Levando em consideração uma população de aproximadamente 907 adolescentes, verificamos que apenas 1,21% destes, estiveram envolvidos com Ato Infracional, nos últimos três anos.

Tal observação pode estar relacionada aos investimentos em Educação, Saúde e Assistência Social, onde no ano de 2009, identificou-se um investimento de 29,8 % dos recursos públicos nesta área, vindo em seguida a saúde, que teve um investimento de 19,8 % . Também se observa que a implantação do CRAS no ano de 2012, ofertando serviços de proteção social básica, impactou positivamente para o numero pequeno de adolescentes que estiveram envolvidos em algum ato Infracional.

Em relação aos dados da Secretaria de Estado da Assistência Social, vemos que Luzerna faz parte dos 93 Municípios que corresponde a 42,3% dos Municípios de Santa Catarina que tem um atendimento mensal de 1 a 5 adolescentes.

Adolescentes em acompanhamento	Quantidade de municípios	Porcentagem de municípios (%)
Nenhum adolescente	42	19,1
De 1 a 5 adolescentes	93	42,3
De 6 a 10	24	10,9
De 11 a 20	29	13,2
De 21 a 40	16	7,3
De 41 a 60	10	4,5
De 61 a 100	3	1,4
Mais de 100	3	1,4
Total	220	100%

Tabela 1– Quantidade/Porcentagem de adolescentes em acompanhamento por município.
Fonte: GEPES/DIAS/SST, 2013.

Outro fator relevante a ser observado é quanto à idade dos adolescentes envolvidos com ato infracional, percebe-se uma incidência significativa de 2011 a 2013, na faixa etária entre 15 e 18 anos.

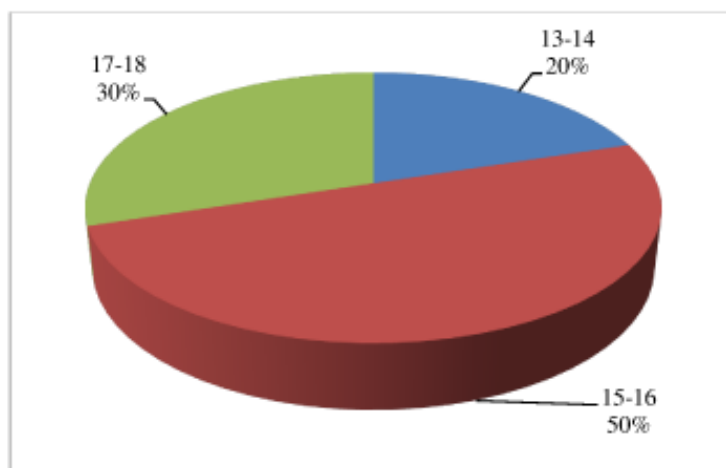


Gráfico 4– Idades dos adolescentes envolvidos com ato infracional de 2011 a 2013
Fonte: Assistência Social, 2014.

O maior índice dos atos infracionais, representando 80%, ocorreu entre 15 a 18 anos, fato que pode estar relacionado as violações de direitos, pois fora identificado que estes

adolescentes viviam na condição de baixa escolaridade, outros envolvidos com drogas ou atos de violência, ou mesmo em condições econômicas mais fragilizadas.

No Brasil, a vulnerabilidade social em que grande parte dos adolescentes se encontram, denotam preocupações, pois os jovens ainda encontram falta de oportunidades, passando a não frequentar mais a escola, isolam-se do convívio com a sociedade para muitas vezes se tornarem vítimas das drogas e criminalidade.

Outro fator importante a ser observado é a peculiaridade nesta fase do desenvolvimento humano, sendo marcada pelas crises de identidades, algumas vezes necessitando assumir responsabilidades de adultos e revestindo-se de maior vulnerabilidade, pois as estruturas sociais na concepção do jovem não estão definidas.

O indivíduo não se torna infrator aleatoriamente; ele é impulsionado ao mundo do crime por diversos fatores, o que acaba por contribuir para que, determinados adolescentes, tenham uma percepção falha da realidade, dessa forma, eles são expostos constantemente aos perigos da sociedade que os incorpora no mundo do crime. Infrequência escolar, evasão, dificuldades na acessibilidade à escola, também contribuem para inseri-lo neste contexto (SILVA, IGOR, 2011, p. 14).

Quanto ao sexo dos adolescentes, tanto os dados da Assistência Social, quanto os da delegacia de Polícia Civil, reforçam as estatísticas nacionais e estaduais, onde a maioria dos adolescentes que cometem atos infracionais são do sexo masculino.

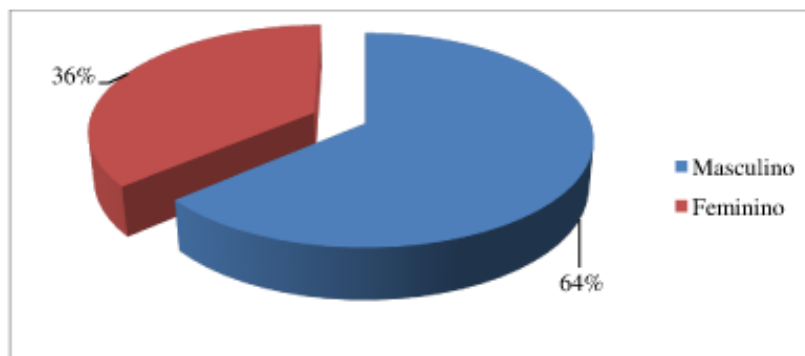


Gráfico 5- Sexo dos adolescentes atendidos em 2011, 2012 e 2013
Fonte: Assistência Social, 2014.

Referente a esta questão, onde 64% dos adolescentes envolvidos em ato infracional são do sexo masculino, a realidade de Luzerna remete a uma reflexão de que este número

advém da precocidade em assumir responsabilidades inerentes a esta idade, principalmente no que diz respeito a dirigir sem habilitação.

Outro fator motivamente desta estatística, advém do abandono escolar, que geralmente esta mais presente no sexo masculino, e esta relacionado a inserção no mercado de trabalho informal, ou ainda pode estar relacionado as dificuldades de aprendizagem ou contato com substâncias psicoativas, onde a curiosidade demonstra maior presença no sexo masculino.

Conforme dados do Relatório Estadual das Medidas Socioeducativas, elaborado pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST (2013), uma das informações coletadas no levantamento foi se a equipe responsável pelo atendimento dos adolescentes com medida socioeducativa em meio aberto era exclusiva para este trabalho.

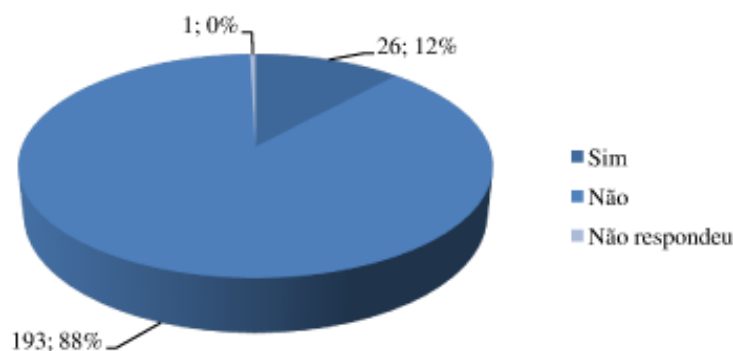


Gráfico 6 – Equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas.
Fonte: GEPES/DIAS/SST, 2013.

Observa-se no Gráfico 6 – Equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas, que apenas 26 municípios declararam ter equipe exclusiva para o serviço de medidas socioeducativas, o que representa 12% dos 220 municípios.

O Município de Luzerna, se enquadra nos 88% dos municípios que não possui equipe exclusiva para atender o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC, sendo que o serviço é executado por uma técnica Assistente Social, responsável também pelos demais serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, Serviço

Especializado em Abordagem Social, e algumas ações da Saúde, haja vista que a Assistência Social está vinculada a saúde.

A partir do Gráfico 7–Medidas Aplicadas em 2011, 2012 e 2013, consta-se que a medida de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC continua sendo a medida mais aplicada em relação aos adolescentes envolvidos com ato infracional.

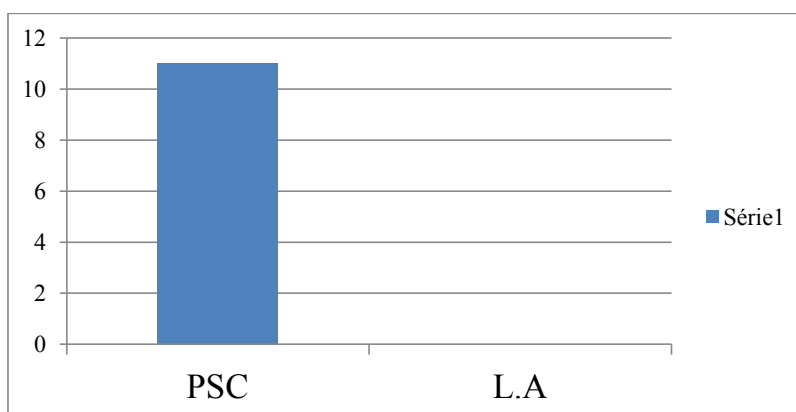


Gráfico 7–Medidas Aplicadas em 2011, 2012 e 2013.

Fonte: Assistência Social, 2014.

O gráfico deixa claro que os 08 adolescentes que estiveram em conflito com a lei cumpriram medida socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade.

Segundo o ECA, a PSC consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas devem ser atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (CRUZ et al, 2010, p.115, apud in EGEM, 2014).

Sobre os atos praticados pelos adolescentes atendidos na Assistência Social de Luzerna seguem para posterior análise (Gráfico 8– Atos praticados de 2011 a 2013).

Ainda é importante destacar que de todos os adolescentes que cumpriram medidas socioeducativa neste período não voltaram a reincidir em atos infracionais.

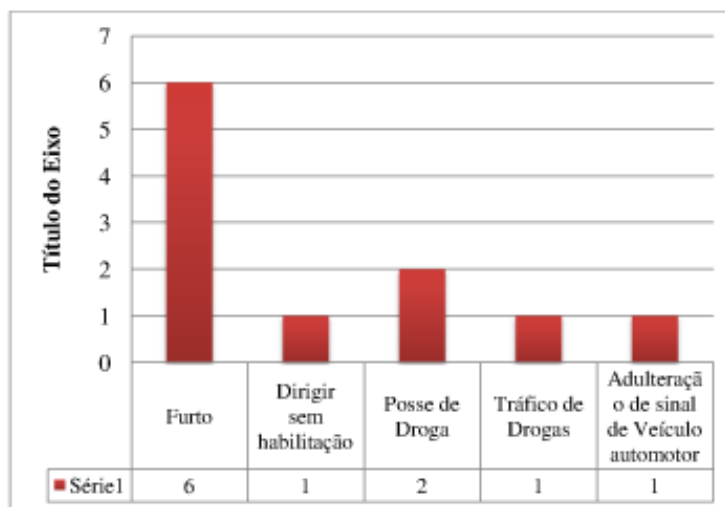


Gráfico 8– Atos praticados de 2011 a 2013.
Fonte: Delegacia de Polícia Civil, 2014.

Para Yamamoto (1999), a problemática do ato infracional é uma das expressões do conjunto das desigualdades da sociedade capitalista. De fato, como bem lembra Junqueira (2006), não é possível desconsiderar que os adolescentes autores de atos infracionais, em sua imensa maioria, são oriundos de grande parcela da população brasileira considerada excluída e, desta forma, não podem ser vistos separadamente do contexto social, econômico, cultural e político no qual se inscrevem. Ainda, segundo os autores combinadas com outras determinações, as condições de vida desses jovens, sem dúvida, contribuem para a construção do quadro de violência no País.

O adolescente não pode ser visto como um agente produtor de atos infracionais, perigoso e inconsequente, a perambular, sem controle, pela sociedade, enquanto esta aguarda, temerosa e ansiosa, o momento em que poderá, finalmente, lançá-lo às grades. De fato, a doutrina da proteção integral exige o reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos – e não apenas como objeto da atuação coercitiva do Estado (RODRIGUES; SOUZA, 2009).

Yamamoto (1999) destaca que esta questão é uma das expressões do conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, demonstrando, portanto, a existência “desigualdades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Estas desigualdades

desempenham papel fundamental, e não podem ser desconsideradas se pretende conferir ao tema uma abordagem socialmente comprometida.

Segundo Rodrigues e Souza (2009), a exclusão social é um fato de extrema relevância, e cujos efeitos podem ser sentidos em todos os aspectos relacionados à questão; nenhum olhar sobre o tema “adolescentes e atos infracionais” seria possível caso este fator fundamental fosse desconsiderado. No entanto, apenas tomar consciência de sua existência não é suficiente; é preciso promover, exigir a promoção e incentivar condutas que contribuam para a sua efetiva diminuição, isso demanda uma atuação política consciente e comprometida, bem como o compromisso social com o fomento de uma cultura de respeito e promoção de direitos humanos (ibidem).

No gráfico 09, procuramos identificar as comunidades com maior índice de práticas de atos infracionais, e o que chama atenção é que 37% dos adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa são residentes no Centro, seguindo de 27% da Vila Alemanha.

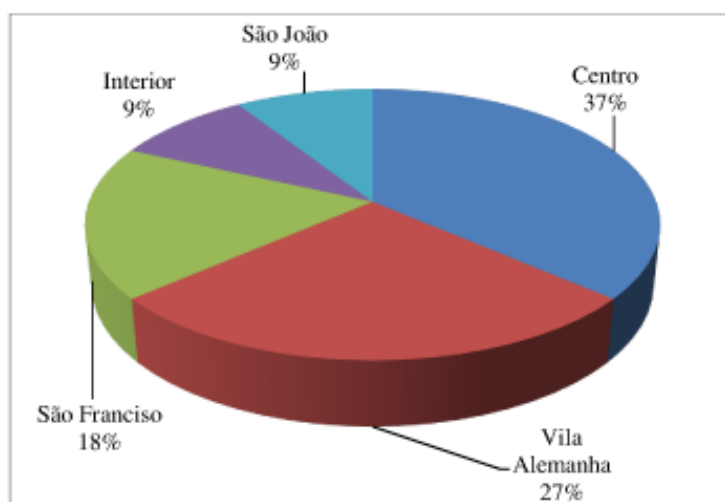


Gráfico 9– Procedência dos Adolescentes
Fonte: Assistência Social, 2014.

Importante salientar que tais comunidades não apresentam territórios de vulnerabilidade, violência ou extrema pobreza, o que nos leva a uma reflexão de que nem sempre o ato infracional está relacionado a pobreza ou falta de oportunidades.

4 MARCOS LEGAIS – LEGISLAÇÕES ATUAIS

No que diz respeito a Medida Socioeducativa, bem como o atendimento ao Adolescente e suas famílias, encontramos diversas orientações e legislações que são balizadores da organização das políticas no trato com a expressão da questão social acima identificada, dentre as quais, para a elaboração do plano e das propostas de ações foram pautadas nas seguintes legislações:

- Constituição Federal de 1988
- Plano Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2011
- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990
- Política Nacional de Assistência Social/PNAS – Resolução CNAS nº 145/2004
- Sistema Único de Assistência Social/ SUAS – Lei 12.435/2011
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109/2009
- Orientações técnicas para o SINASE - Resolução CONANDA nº119/2006
- Lei do SINASE - Lei 12.594/2012

5 MARCOS CONCEITUAIS

A vulnerabilidade social de crianças, adolescentes e jovens é uma realidade permeada, ainda nos dias atuais, por uma visão generalizada, simplista e superficial das suas necessidades, seja por parte da sociedade civil, seja das esferas públicas. Observa-se que muitos são os desafios a serem enfrentados, e que ainda há um descompasso entre legislativo e políticas públicas voltadas para proteção das crianças, adolescentes e jovens.

Talvez, a maior parte das incongruências relativas ao tema infância e juventude no Brasil resulte num descompasso, compreensível historicamente, embora indiscutivelmente injusto, que denota uma transição entre compreensões distintas sobre um mesmo tema. Trata-se nada mais que uma resistência, obscurecida por caracteres e práticas de caráter tecnicista, que insistem, pela tradição ou pela dificuldade de compreensão do novo paradigma, em tentar realizar uma leitura do Direito da Criança e do Adolescente com as lentes epistêmicas da antiga doutrina da situação irregular (CUSTÓDIO, 2008, p. 22).

O marco legal, que vem trazer o novo olhar frente à atenção do jovem e da criança acontece com a Constituição Federal de 1988, trazendo consigo, novas políticas sociais, construindo um Sistema Nacional articulado e com características próprias que normatizam as ações de atendimento, prevenção, aplicação e acompanhamento das medidas socioeducativas. Sendo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com órgão gestor nacional o SINASE, que articula com os governos estaduais, municipais, profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, cultura, esporte, fazer, demais instituições de ensino e cursos profissionalizantes, que juntos atendem de forma integralizada os adolescentes, crianças e seus familiares.

É também de responsabilidade do Estado desenvolver ações que atendem as reivindicações das classes trabalhadoras, enfatizando a seguridade social, compreendendo a população infanto-juvenil, como sujeitos com direitos e reconhecidos como cidadãos. Segundo Fernandes (1998, p.44), “conforme a Constituição da República em vigor, a assistência social é um dever do Estado e direito de qualquer pessoa que dela necessitar. Em síntese, significa uma política pública, objeto de lei, no âmbito da seguridade social”. Neste sentido, esta proteção integral vem alicerçada em três pilares: 1) a criança conquista condição de sujeito de direitos; 2) a infância é reconhecida como fase especial do processo de desenvolvimento e 3) a prioridade absoluta a esta parcela da população passa a ser princípio constitucional (art.227).

O ECA criou os Conselhos de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal que passam a ser o canal de participação e envolvimento conjunto do Estado e da Sociedade na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, e os Conselhos Tutelares que atuam no caso de violação dos direitos individuais das crianças e adolescentes, que se encontram em situação de risco. (BITENCOURT, 2009, p. 40)

Após ampla discussão e movimentos em prol de uma nova proposta de lei, elaborou-se em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que o principal objetivo é desenvolver políticas públicas voltadas para promoção e manutenção dos direitos essenciais das crianças e adolescentes brasileiros, dando-lhes o status de sujeitos de Direito, em que toda sociedade e família são responsáveis pela garantia destes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta a Constituição Federal, quanto aos direitos das crianças e adolescentes, sendo estes atendidos na sua integralidade, garantindo seus direitos para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Sendo de co-responsabilidade da família, Estado, poder público e sociedade a garantia da efetivação desses direitos no dia a dia.

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

É determinante o surgimento do ECA para o fortalecimento e construção das políticas públicas voltadas à proteção integral da criança, jovem e adolescente. Com este olhar mais crítico da realidade, voltando a integralidade da pessoa, entendendo-os como cidadãos, partimos deste marco legal para os conceitos relativos aos atos infracionais. O próximo tópico, irá trazer reflexões de alguns autores que discutem o tema, trazendo fundamentação teórica sobre as medidas socioeducativas.

5.1 O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL

Segundo o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada por criança (até 12 anos completos) ou adolescente (dos 12 anos completos aos dezoito completos).

Fica explícito no mesmo artigo 103 do ECA, que embora a prática do ato seja descrito como criminosa, o fato de não existir a culpa, em razão da imputabilidade penal, a qual somente se inicia aos 18 anos, não será aplicada a pena às crianças e aos adolescentes, mas apenas medidas socioeducativas. Dessa forma, a conduta delituosa da criança ou adolescente será denominada tecnicamente de ato infracional, abrangendo tanto o crime como as contravenções penais, as quais constituem um elenco de infrações penais de menor porte, a critério do legislador e se encontram elencadas na Lei das Contravenções Penais.

Sabe-se que a fase da adolescência é um momento crítico e turbulento, além das mudanças físicas e biológicas, este começa a ter consciência de um novo mundo, e que precisa estar inserido nele, em que as referências anteriores devem ser substituídas por outras, Este processo complexo, faz com que, busquem os seus iguais, assumindo uma identidade própria em busca deste espaço na sociedade.

A adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas relações e os homens atribuem significados a esses fatos. Definem, criam conceitos que representam esses fatos. São marcas corporais, são necessidades que surgem, são novas formas de vida decorrentes de condições econômicas, são condições fisiológicas, são descobertas científicas, são instrumentos que trazem novas habilidades e capacidades para o homem. Quando definimos a adolescência como isto ou aquilo, estamos constituindo significações (interpretando a realidade), a partir de realidades sociais e de marcas que serão referências para a constituição dos sujeitos (CONTINI, 2002, p.21).

Dessa forma, os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes são reflexos e resultados deste processo complexo de construção de significados e referências sociais, éticas e morais. Logo, a prática deve levar em conta a casualidade das situações, no contexto amplo e não isolado onde os fatos acontecem. Pois os atos infracionais podem ser sintomas de que “alguma outra coisa não está bem, especialmente nesta fase de acerto subjetivo - encontro com o real do sexo, conflito de gerações, desligamento do outro, angústia quanto ao futuro” (ROSA, 2007, p. 204).

A Lei determina que a criança autora do ato infracional deva ser encaminhada ao Conselho Tutelar para que sejam aplicadas as Medidas de Proteção previstas no artigo 101, inciso I a VII do ECA; já o adolescente deve ser encaminhado à Delegacia de Polícia, para que sejam aplicadas as medidas socioeducativas, previstas no artigo 112, que pode incluir: dede advertência, reparar o dano causado, prestar serviços à comunidade, ser internado em

estabelecimento socioeducativo, ficar em liberdade assistida ou semi-liberdade, entre outras medidas que estão previstas no artigo 101, inciso I a VI do ECA.

Ressalta-se que a aplicação de medidas socioeducativas referentes aos adolescentes que cometem atos infracionais deve seguir algumas orientações, tais como a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização, bem como a garantia de atendimento personalizado, respeitando a identidade e singularidade dos adolescentes. Quando o ato infracional tiver sido cometido por crianças, serão aplicadas medidas de proteção como, por exemplo, matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino (MONTE, 2011, p.128).

A Doutrina de Proteção Integral, como lembra Costa (1992), afirma valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

Cury, Garrido e Marçura (2002, p. 21), sobre os fundamentos da proteção integral lecionam que:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a idéia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a Doutrina da Proteção Integral deve abranger todos os direitos, que estejam fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, numa visão “[...] baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral (TJSP, AC 19.688-0, Rel. Lair Loureiro)”. (LIBERATI, 2010, p. 15)

Essa compreensão da Doutrina de Proteção Integral deverá ser compreendida pela rede intersetorial e o sistema de garantia de direitos do município de Luzerna, que estejam envolvidos na execução e acompanhamento das medidas socioeducativas.

5.2. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O SINASE, enquanto sistema integrado articula os três níveis de governo para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado.

Esse mesmo sistema estabelece ainda as competências e responsabilidades dos conselhos de direitos da criança e do adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas.

Partindo do pressuposto que cabe ao poder executivo municipal a coordenação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo; contudo, a participação no processo deve envolver a sociedade civil e todos os demais poderes instituídos - legislativo e judiciário - sobretudo considerando o papel de controle social do Conselho de Direitos. Entende-se que o conceito de municipalização responde ao princípio de prioridade absoluta de atenção à criança e ao adolescente, responsabilizando a comunidade local por seus adolescentes.

Para a consolidação e materialização de direitos dos adolescentes no processo de cumprimento da medida socioeducativa é fundamental a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC).

Consiste, pois no reordenamento político-administrativo decorrente da Constituição Federal de 1988, e demais legislações infraconstitucionais (ECA, LOAS,...), exige o compromisso do município na execução das medidas socioeducativas. A execução das medidas socioeducativas é de responsabilidade dos Governos Municipais, que deverão contar com o apoio dos demais níveis de Governo, da sociedade local e dos agentes do Judiciário.

O SINASE apresenta como competência específica do município “criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas em meio aberto” e isso poderá ser realizado de dois modos:

a) **de forma centralizada** – quando a execução do atendimento socioeducativo em meio aberto é realizada por meio de órgãos e agentes integrantes da própria administração direta;

b) **de forma descentralizada** – quando o Estado, no caso o poder executivo municipal, executa suas atribuições em cooperação com organizações não governamentais.

É atribuição do Poder Executivo local, ou governo local, a execução do atendimento em programas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade por meio de execução direta ou em parceria (ou gestão compartilhada) com instituições da sociedade devidamente registradas no Conselho Municipal de Direitos.

É muito importante destacar que está definido pelo SINASE que os gestores do Sistema Socioeducativo, nos diferentes níveis federativos (União, Estados/Distrito Federal e Municípios) devem ser de natureza-pública estatal (Secretarias de Governo, Departamentos, Fundação Pública, Ministérios...) e é fundamental que a execução seja priorizada pela administração pública local ou governo municipal. As atribuições e competências definidas pelo SINASE para a gestão do sistema socioeducativo contribuem para que esta execução dos programas em meio aberto, ao ser realizado pelo poder executivo local, seja materializada - enquanto política pública - com alternativas públicas concretas que venham a recompor os compromissos constitucionais com a proteção integral para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipal, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

Princípios e Marco Legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo

1. Respeito aos direitos humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou inúmeros valores que passaram a ser adotados por diversos diplomas, sistemas e ordenamentos jurídicos. Liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual são os valores norteadores da construção coletiva dos direitos e responsabilidades.

Sua concretização se consubstancia em uma prática que de fato garanta a todo e qualquer ser humano seu direito de pessoa humana.

No caso dos adolescentes sob medida socioeducativa é necessário, igualmente, que todos esses valores sejam conhecidos e vivenciados durante o atendimento socioeducativo, superando-se práticas ainda corriqueiras que resumem o adolescente ao ato a ele atribuído. Assim, além de garantir acesso aos direitos e às condições dignas de vida, deve-se reconhecê-lo como sujeito pertencente a uma coletividade que também deve compartilhar tais valores.

2. Responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes – artigos 227 da Constituição Federal e 4º da ECA:

Os artigos 227 da Constituição Federal e 4º da ECA estabeleceram a corresponsabilidade de família, comunidade, sociedade em geral e poder público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos de crianças e adolescentes. Para cada um desses atores sociais existem atribuições distintas, porém o trabalho de conscientização e responsabilização deve ser contínuo e recíproco, ou seja, família, comunidade, sociedade em geral e Estado não podem abdicar de interagir com os outros e de responsabilizar-se.

Os papéis atribuídos a esses atores sociais se conjugam e entrelaçam: (1) a sociedade e o poder público devem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente quando se encontram em situação de cumprimento de medida socioeducativa; (2) à família, à comunidade e à sociedade em geral cabe zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento socioeducativo, reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária).

A corresponsabilidade, ainda, implica em fortalecer as redes sociais de apoio, especialmente para a promoção daqueles em desvantagem social, 17 conjugar esforços para garantir o comprometimento da sociedade, sensibilizando, mobilizando e conscientizando a população em geral sobre as questões que envolvem a atenção ao adolescente em conflito com a lei e, sobretudo, superar práticas que se aproximem de uma cultura predominantemente assistencialista e/ou coercitiva.

3. Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades– artigos 227, § 3º, inciso V, da CF; e 3º, 6º e 15º do ECA.

Em nossa sociedade a adolescência é considerada momento crucial do desenvolvimento humano, da constituição do sujeito em seu meio social e da construção de sua subjetividade. As relações sociais, culturais, históricas e econômicas da sociedade, estabelecidas dentro de um determinado contexto, são decisivas na constituição da adolescência. Portanto, para o pleno desenvolvimento das pessoas que se encontram nessa fase da vida, é essencial que sejam fornecidas condições sociais adequadas à consecução de todos os direitos a elas atribuídos.

A percepção do adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento não pode servir como justificativa da visão tutelar do revogado Código de Menores, que negava a condição de sujeito de direitos e colocava o adolescente em uma posição de inferioridade.

4. Prioridade absoluta para a criança e o adolescente – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA

A situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção e cuidado a esse público, principalmente àqueles que se encontram numa condição. Assim, todos os direitos garantidos pelo ECA, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Capítulo II); o direito à convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito à profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

5. Legalidade

Quanto à aplicação, execução e atendimento das medidas socioeducativas, é imprescindível a observância desse princípio previsto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Logo, os agentes públicos não podem suprimir direitos que não tenham sido objeto de restrição imposta por lei ou decisão¹⁷ A título de referência, o artigo 3º da Lei 9867/99 define o termo “desvantagem social”:

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei: I – os deficientes físicos e sensoriais; II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos; III – os dependentes químicos; IV – os egressos de prisões; V – (vetado); VI – os condenados a penas alternativas à detenção; VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

6. Respeito ao devido processo legal – artigos 227, § 3º, inciso IV da Constituição Federal, 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e 108, 110 e 111 do ECA e nos tratados internacionais.

Observar rigorosamente o devido processo legal para o adolescente acusado de prática de ato infracional significa elevá-lo efetivamente à posição de sujeito de direitos. Nesse sentido, não pode haver outras considerações que não a defesa intransigente do direito de liberdade do adolescente no processo judicial de apuração de sua responsabilidade.

O devido processo legal abarca, entre outros direitos e garantias, aqueles a seguir arrolados: fundamentação de toda e qualquer decisão realizada no curso do processo, entre elas a própria sentença que aplica uma medida socioeducativa, que deve se pautar em provas robustas de autoria e materialidade; presunção de inocência; direito ao contraditório (direito à acareação, juiz natural imparcial e igualdade de condições no processo); ampla defesa; direito ao silêncio; direito de não produzir provas contra si mesmo; defesa técnica por advogado em todas as fases, desde a apresentação ao Ministério Público; informação sobre seus direitos; identificação dos responsáveis pela sua apreensão; direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente; direito de ser acompanhado pelos pais ou responsáveis; assistência judiciária gratuita e duplo grau de jurisdição.

7. Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Esses princípios são complementares e estão fundamentados na premissa de que o processo socioeducativo não se pode desenvolver em situação de isolamento do convívio social. Nesse sentido, toda medida socioeducativa, principalmente a privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for imprescindível, nos exatos limites da lei e pelo menor tempo possível, pois, por melhor que sejam as condições da medida socioeducativa, esta implica em limitação de direitos e sua pertinência e duração não devem ir além da responsabilização decorrente da decisão judicial que a impôs.

O atendimento inicial integrado ao adolescente em conflito com a lei, mediante a integração operacional entre o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local (artigo 88, inciso V, do ECA), também visa garantir os princípios de excepcionalidade e brevidade da internação provisória, de modo a impedir que os adolescentes permaneçam internados quando a lei não o exigir ou permaneçam privados de liberdade por período superior ao estritamente necessário e ao prazo limite determinado pelo ECA.

A agilidade desse atendimento inicial necessita da efetiva atuação de todos os órgãos arrolados no artigo 88, inciso V, do ECA, que podem atuar em regime de plantão (deverão fazer-se presentes em finais de semana e feriados, inclusive).

A internação provisória, cuja natureza é cautelar, segue os mesmos princípios da medida sócio, dentro da lógica garantida e instituída pelo ECA, a responsabilização do adolescente pelo ato infracional deve ser feita nos exatos limites da lei, vedando-se a flexibilização restritiva das garantias ou a analogia do mal e do bem. Admite-se, apenas, a flexibilização para expandir o alcance das garantias ou a analogia boa partem, isto é, utilização de disposições legais que tragam benefícios ao adolescente.

Para garantir a excepcionalidade e brevidade da internação provisória, o ECA determina que sua duração é de, no máximo, 45 dias, exigindo-se para sua decretação que a decisão seja justificada e fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade, devendo ser demonstrada a sua imperiosa necessidade (artigo 108, “caput” e parágrafo único do ECA). Impõe, ademais, esta Lei, a imediata liberação do adolescente em conflito com a lei, especialmente quando houver o comparecimento de qualquer dos pais ou responsável.

Observado o comparecimento, a excepcionalidade será ainda maior, já que só não ocorrerá a imediata liberação (sob termo de compromisso) se a gravidade do ato infracional ou sua repercussão social justificarem a permanência do adolescente na internação provisória.

8. Incolumidade, integridade física e segurança (artigos 124 e 125 do ECA)

A figura central na garantia do direito à segurança e à integridade física e mental do adolescente privado de liberdade é o Poder Público, que tem a responsabilidade de adotar todas as medidas para que de fato tais garantias sejam respeitadas. Esse dever do Poder Público decorre, também, da própria responsabilidade objetiva do Estado, isto é, o dever de reparar qualquer dano causado ao adolescente sob sua custódia.

Incolumidade, integridade física e segurança abrangem aspectos variados e alguns exemplos podem ser extraídos dos artigos 94 e 124 do ECA, que impõem às entidades garantir aos adolescentes o direito a instalações físicas em condições adequadas de acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19/12/2000), habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, vestuário e alimentação suficientes e adequadas à faixa etária dos adolescentes e cuidados médicos, odontológicos, farmacêuticos e saúde mental.

Para a segurança da Unidade de internação é fundamental o maior investimento em segurança externa, diminuindo os riscos de invasões e evasões e assegurando tranquilidade para o trabalho socioeducativo.

9. Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º, do ECA

Ao adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa, para além de uma mera responsabilização, deve ser fundamentada não só no ato a ele atribuído, mas também no respeito à equidade (no sentido de dar o tratamento adequado e individualizado a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), bem como considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas do adolescente.

O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa. O artigo 123 caput e seu parágrafo único prevêm que tanto a medida de internação quanto a internação provisória deverão ocorrer em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto ao destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, sendo obrigatória a existência de atividades pedagógicas.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Publicada no DOU de 20/12/2000.

O próprio ECA foi preciso ao dispor que “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”.

10. Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA.

A incompletude institucional revela a lógica presente no ECA quanto à concepção de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais para a organização das políticas de atenção à infância e à juventude. Assim sendo, a política de aplicação das medidas socioeducativas não pode estar isolada das demais políticas públicas. Os programas de execução de atendimento socioeducativo deverão ser articulados com os demais serviços e programas que visem atender os direitos dos adolescentes (saúde, defesa jurídica, trabalho, profissionalização, escolarização etc.).

Dessa forma, as políticas sociais básicas, as políticas de caráter universal, os serviços de assistência social e de proteção devem estar articulados aos programas de execução das medidas socioeducativas, visando assegurar aos adolescentes a proteção integral. A operacionalização da formação da rede integrada de atendimento é tarefa essencial para a efetivação das garantias dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo efetivamente no processo de inclusão social do público atendido.

11. Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência – artigo 227, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal

A Constituição Federal dispõe que a pessoa com deficiência deve receber atenção especial por parte do Estado e da sociedade. Além disso, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999²² deverão ser observados e respeitados na execução do atendimento das medidas socioeducativas. Sendo assim, o adolescente deve receber tratamento que respeite as peculiaridades de sua condição, de modo a evitar que esteja em posição de risco e desvantagem no sistema socioeducativo.

12. Municipalização do atendimento – artigo 88, inciso I do ECA

O significado da municipalização do atendimento no âmbito do sistema socioeducativo é que tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos.

Não se deve confundir municipalização do atendimento com descentralização político-administrativa já que se a municipalização fosse uma espécie de descentralização estaria inserida no inciso que trata dessa temática (inciso III do artigo 88 do ECA), e não como diretriz autônoma disposta no inciso I do artigo 88 do mesmo Estatuto. Esclarece-se ainda que o conceito de atendimento na diretriz da municipalização não tem o mesmo significado do disposto no § 7º do artigo 227 da Constituição, já que o primeiro visa determinar que as práticas de atendimento à criança e ao adolescente ocorram no âmbito municipal, enquanto o segundo refere-se a toda política destinada à criança e a o adolescente.

Nesse sentido, a municipalização do atendimento é um mandamento de referência para as práticas de atendimento, exigindo que sejam prestadas dentro ou próximas dos limites geográficos dos municípios. Portanto, a municipalização do atendimento preconizada pelo ECA não tem a mesma acepção do conceito de municipalização adotado pela doutrina do Direito Administrativo, que o assume como uma modalidade de descentralização política ou administrativa.

A municipalização do atendimento tem conteúdo programático, sendo uma orientação para os atores na área da infância e da adolescência, funcionando como objetivo a ser perseguido.

Além disso, a municipalização do atendimento não deve ser instrumento para o fortalecimento das práticas de internação e proliferação de Unidades.

Dentro desse contexto, a municipalização das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade é ainda mais premente, uma vez que elas têm como *locus* privilegiado o espaço e os equipamentos sociais do Município. Nelas há maior efetividade de inserção social, na medida em que possibilitam uma maior participação do adolescente na comunidade, e, ao contrário das mais gravosas, não implicam em segregação.

13. Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos – artigos 204, inc. I, da Constituição Federal e 88, inc. II, do ECA

Quanto à descentralização, é preciso distinguir entre a administrativa e a política. Esta diz respeito à distribuição de competências de formulação de políticas entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Na descentralização política cada um dos entes exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central, ou seja, não dependem de concessão ou transferência.

Já a descentralização administrativa refere-se ao modo como o Poder Público exerce suas atribuições, ou seja, como administra e implementa políticas públicas. Para a compreensão da descentralização administrativa é importante perceber que o Estado pode executar suas atribuições de dois modos: de forma centralizada – quando as atribuições são executadas por meio de órgãos e agentes integrantes da própria administração direta – ou de forma descentralizada – quando o Estado executa suas atribuições em cooperação com organizações não governamentais.

Entende-se que somente a descentralização administrativa se aplica às entidades não governamentais- (muito embora a parte inicial do inciso I do artigo 204 da Constituição Federal trate a descentralização de modo geral, ou seja, tanto a política quanto a administrativa) -, já que não se admite, juridicamente, que o Estado transfira parte do seu poder político às entidades que não estejam inseridas no seu âmbito. Contudo, quando se trata do Sistema Socioeducativo, é preciso fazer algumas ressalvas.

Destaca-se, ainda, que as atribuições de deliberação e controle das políticas da área da infância e da adolescência seguem a mesma diretriz de descentralização, ou seja, as decisões que modifiquem de qualquer forma o processo de atendimento, conforme a legislação específica devem ser submetidas à apreciação do Conselho dos Direitos da respectiva esfera da Federação.

A Constituição Federal determina que a competência da União se restrinja à coordenação nacional e à formulação de regras gerais do atendimento, enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão gerenciar e coordenar e executar programas de atendimento no âmbito de suas competências.

Em um Estado democrático de direito, tem-se como princípio fundamental o monopólio da força física pelo Poder Público, de modo que não se admite que particulares usem da força para restringir direitos de terceiros. Portanto, é inadmissível que se delegue a particulares atribuições que necessitem do uso da força, como é o caso da segurança externa das Unidades de privação de liberdade.

14. Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis

A Constituição Federal assinala que todo poder emana do povo e que seu exercício pode ocorrer de forma direta em algumas situações especificadas na própria Constituição.

Uma dessas formas é a participação da sociedade na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis (artigo 204, II).

A partir do mandamento constitucional, o *locus* institucionalizado pelo ECA para participação da sociedade civil são os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que legalmente põem fim à postura tradicional de políticas centralizadas, impostas de modo autoritário, desvinculadas da realidade local e sem a participação da sociedade civil.

O novo direito da criança e do adolescente exige que as instituições voltadas para o atendimento possuam transparência e gestão participativa, com um contato permanente com os Conselhos dos Direitos e Tutelares, com a comunidade e com a sociedade civil organizada.

Cabe, portanto, aos Conselhos deliberar e controlar a política de atendimento, assim como monitorar e avaliar sua execução para que de fato se aprimore o atendimento aos direitos de crianças e adolescentes. O efetivo exercício dessas atribuições – em muito favorecido pela atuação dos Conselhos Tutelares e do Ministério Público que têm a responsabilidade de zelar pelos direitos de crianças e adolescentes – merece atenção e especial respeito por parte dos respectivos governos, no sentido de concretização das deliberações assumidas pelos Conselhos dos Direitos.

15. Corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas

Ao estar disposto na Constituição Federal e no ECA o princípio da prioridade absoluta às crianças e adolescentes (artigo 227 da CF e 4º do ECA), está determinada a destinação privilegiada de recursos públicos para a área. Tal destinação inclui, também, os programas de atendimento das medidas socioeducativas. Cabe destacar que, por decorrência lógica da descentralização político-administrativa prevista na Constituição, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município).

16. Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade

O ECA indica, no art. 88, VI, que a mobilização da opinião pública é fundamental para a efetiva elevação de crianças e adolescentes à condição de sujeitos de direitos. Nesse aspecto, o tratamento dispensado pelos segmentos da sociedade - em especial os meios de comunicação - ao adolescente a quem se atribui ato infracional, desde o processo de apuração até a aplicação e execução de medida socioeducativa, implica em atenção redobrada.

A discussão aprofundada e contínua com a população em geral, por meio dos diversos segmentos organizados, favorecerá a construção de uma sociedade mais tolerante e inclusiva, tendo em vista que sobre esses adolescentes recai grande parte da hostilidade e do clamor por maior repressão, o que tem gerado campanhas de incitação de desrespeito a princípios e direitos constitucionais atribuídos a esse público.

Atribuições Específicas à esfera municipal

Aos Municípios cabe:

- 1) Coordenar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- 2) Instituir, regular e manter o seu sistema de atendimento socioeducativo, respeitadas as diretrizes gerais fixadas pela União e pelo respectivo Estado;
- 3) Elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- 4) Editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas de seu sistema;
- 5) Fornecer, via Poder Executivo, os meios e os instrumentos necessários ao pleno exercício da função fiscalizadora do Conselho Tutelar;
- 6) Criar e manter os programas de atendimento para a execução das medidas de meio aberto;
- 7) Estabelecer consórcios intermunicipais, e subsidiariamente em cooperação com o Estado, para o desenvolvimento das medidas socioeducativas de sua competência.

O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo pode ser compreendido como um conjunto integrado e articulado de ações, desde a apreensão do adolescente em conflito com a lei até a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Conforme exemplifica o quadro abaixo.



Quadro01: Sistema de Garantia de Direitos

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ coord. SINASE

A idéia é que funcione com ações interligadas dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos dos eixos de Proteção, Promoção e Defesa dos direitos de criança e adolescentes, incluindo Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Juizados da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e órgãos das políticas de assistência social, saúde, educação, trabalho, profissionalização, previdência social, cultura, habitação, esporte e lazer e segurança pública.

5.3 O SISTEMA E O PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Com base no diagnóstico situacional, no SINASE e no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, o Plano Municipal evidencia compromissos coletivos expressos nos objetivos, metas, recursos, inclusive financeiros, e resultados previstos a serem alcançados em um período determinado, com definição de eixos de atuação, ações e responsabilidades compartilhadas entre os atores do sistema.

É importante determinar a vinculação administrativa da instituição gestora do plano. Com o plano elaborado, o CMDCA baixa resolução específica e promove o seu lançamento, dando sequência ao processo de mobilização social e implantação do plano.

O sucesso na proposição de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, condição para a implementação do SINASE no município, ainda que atribuição legal do gestor municipal depende da pactuação com os parceiros imprescindíveis a sua execução.

A demanda de atendimento socioeducativo tem repercussão nas outras políticas públicas – saúde, esporte, educação –, que deverão contribuir de maneira efetiva para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Neste sentido, o gestor municipal deve intensificar a articulação das políticas públicas, assegurando a intersetorialidade e a incompletude institucional na execução das medidas.

Deve igualmente, estreitar a articulação com a Vara da Infância e Juventude, com a Promotoria da Infância e Juventude, com a Defensoria, com os Conselhos e outros órgãos de defesa de direitos e também com a rede de serviços existentes, para atender às necessidades e demandas dos adolescentes e de suas famílias.

Os programas de atendimento socioeducativo estão, em muitos municípios, sob a responsabilidade das Secretarias de Assistência Social nas esferas estaduais e nas municipais de Governo, sendo influenciados, portanto, pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

5.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO DO ATO INFRACIONAL

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) constitui serviço de Média Complexidade integrante da Proteção Social Especial (PSE) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que têm como finalidade contribuir para o acesso a direitos e restituição dos valores sociais e familiares. Este serviço tem por finalidade:

[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. (TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p.24)

O serviço destina-se a adolescentes, ou jovens, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente. Na sua operacionalização é necessário: elaborar Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família com objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem

acrescidos de acordo com as necessidades e interesses do adolescente e fazer o acompanhamento social ao adolescente de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA (MERIGO, 2010. p.38)

Para o acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços. A prestação dos serviços deve:

1. Configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral;
2. Ter jornada máxima de oito horas semanais;
3. Não prejudicar a escola ou o trabalho, no caso de adolescentes; maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
4. A inserção do adolescente deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora do seu desenvolvimento pessoal e social.

Conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são objetivos deste serviço: realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais; criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional; estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa; contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias; possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Para a execução do serviço é necessário:

1. Ambiente físico com espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de convivência e atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.
2. Recursos materiais permanentes e de consumo, tais como mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.
3. Materiais socioeducativos pedagógicos, culturais e esportivos; Banco de Dados de usuários, de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.
4. Recursos humanos de acordo com a NOB-RH/SUAS.

Ainda, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) o trabalho social essencial ao serviço envolve: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de programas e projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

As aquisições dos usuários visam garantir o acolhimento em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; ser estimulado a expressar necessidades e interesses, ainda ter acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades e ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social; ter assegurado vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania.

Os adolescentes atendidos pelo serviço de medidas socioeducativas devem ter acesso a oportunidades que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida; oportunidades de convívio e de desenvolvimento de potencialidades; informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto; oportunidades de escolha e

tomada de decisão; experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente; experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites; possibilidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e participar na construção de regras e definição de responsabilidades.

O serviço é ofertado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em dias úteis, com possibilidade de operar em finais de semana.

A articulação em Rede deve integrar: Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; Serviços das políticas públicas setoriais; Sociedade civil organizada; Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva; Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

Para a efetiva garantia de qualidade e eficiência dos serviços prestados o planejamento de ações integradas entre rede de atendimento e sistema de garantias de direitos é fundamental, considerando a indispensável participação do adolescente e de sua família em todas as etapas do processo.

Quando uma criança ou adolescente se encontra **envolvido num conflito de natureza jurídica**, sua proteção integral requer o acionamento das **políticas de garantia de direitos**. O artigo 86 do ECA assim define a política de atendimento:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1990).

Esta política se desdobra em quatro grandes **linhas de ação**, conforme o Art. 87. Linhas estas que – segundo nosso entendimento – podem ser assim representadas:



Gráfico 10 – Linhas de ação
Fonte: Elaborado pela EGEM a partir de Brasil (1990).

A implementação dos programas e ações em cada uma dessas quatro linhas de ação da política de atendimento é regida por um conjunto de seis diretrizes básicas, contidas no Art. 88 do ECA, onde são possíveis visualizar princípios estruturadores do sistema de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente:

- **Princípio da Descentralização:** municipalização do atendimento;
- **Princípio da Participação:** criação de Conselhos;
- **Princípio da Focalização:** criação e manutenção de programas específicos;
- **Princípio da Sustentação:** manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais;
- **Princípio da Integração Operacional:** atuação convergente e intercomplementar dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública e Assistência Social no atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- **Princípio da Mobilização:** desenvolvimento de estratégias de comunicação, visando a participação dos diversos segmentos da sociedade na promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

Lima (2001) analisou o conjunto de princípios do Direito da Criança e do Adolescente, merecendo destaque para o estudo sobre os princípios estruturantes e concretizantes.

O autor inclui entre os princípios estruturantes a vinculação à teoria da proteção integral, a universalização, o caráter jurídico garantista e o interesse superior da criança. Como princípios concretizantes, Lima (2001) estabelece a prioridade absoluta, a humanização no atendimento, a **ênfase nas políticas sociais públicas** (grifo nosso), a descentralização político-administrativa, a desjurisdicionalização, a participação popular, a interpretação teleológica e axiológica, a despolicição, a proporcionalidade, a autonomia financeira e a integração operacional dos órgãos do poder público responsáveis pela aplicação do Direito da Criança e do Adolescente.

Além da especificação do regime, são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

- I - a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;
- II - a indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;
- III - regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo:
- IV - a política de formação dos recursos humanos;
- V - a previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;
- VI - a indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do sistema e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado; e
- VII - a adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva. (BRASIL, 2012)

De acordo com a Lei nº 12.594/2012 no Art. 5º, “§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo[...]” (BRASIL, 2012).

Além disso, está previsto no Art. 10 que “os Municípios inscreverão seus programas e alterações, bem como as entidades de atendimento executoras, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” (BRASIL, 2012). Conforme Art. 11, desta mesma Lei.

6 DIRETRIZES

As Diretrizes estratégicas aqui apresentadas, conduz as principais metas e objetivos que se pretende alcançar com a execução deste plano. Tais diretrizes apontam compromissos da comissão intersetorial e políticas públicas envolvidas no Município de Luzerna para condução das estratégias propostas os quais se apresentam a seguir:

- Gestão compartilhada entre as políticas públicas municipais, em especial saúde, educação, assistência social, esporte e cultura no atendimento do ato infracional.
- Ênfase no trabalho socioeducativo por meio da construção de novos projetos de vida pactuados com os adolescentes.
- Fortalecimento do protagonismo, participação e autonomia dos adolescentes.
- Garantia ao adolescente de reavaliação e progressão da Medida Socioeducativa - MSE.
- Valorização dos trabalhadores que atuam nas medidas socioeducativas.
- Capacitação dos atores envolvidos com o atendimento das medidas socioeducativas.
- Autonomia do CMDCA nas deliberações, controle social e acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.
- Garantia da oferta e acesso à educação de qualidade, atividades esportivas, de lazer, cultura e profissionalização.

7 PÚBLICO ALVO

O Público Alvo deste plano são os adolescentes de 12 a 18 anos, excepcionalmente até os 21, autores de ato infracional, residentes no município de Luzerna e suas respectivas famílias.

8 OBJETIVOS

8.1 OBJETIVO GERAL

Garantir a implantação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo no município de Luzerna, possibilitando o atendimento socioeducativo de forma intersetorial dos adolescentes envolvidos com ato infracional e suas famílias.

8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir o atendimento de qualidade e com efetividade aos adolescentes envolvidos com ato infracional, bem como suas famílias.
- Executar as medidas socioeducativas de forma intersetorial;
- Efetivar a elaboração do Plano Individual de Atendimento para cada adolescente e família, na execução da medida socioeducativa em meio aberto.
- Estimular a participação efetiva do Sistema de Garantia de Direitos, em especial do Conselho Tutelar;
- Capacitar os técnicos que atuam nas medidas e o sistema de garantia de direitos;
- Buscar recursos junto ao FIA para cofinanciar as ações socioeducativas;
- Assegurar orçamento anual em cada uma das políticas públicas municipais;
- Capacitar as instituições conveniadas para o Cumprimento de medida de Prestação de Serviços a Comunidade.
- Definir fluxo de atendimento pela rede intersetorial e pelo sistema de garantia de direitos;
- Garantir a participação direta do adolescente na avaliação do cumprimento da medida, quando da elaboração dos relatórios técnicos;
- Fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para inserção dos adolescentes;
- Realizar campanhas preventivas relativas ao ato infracional.

9 RESULTADOS PROGRAMÁTICOS

- Fortalecimento da Intersetorialidade com ações conjuntas;
- Redução do índice de adolescentes envolvidos com ato infracional;
- Eficácia e efetividade na aplicação das Medidas socioeducativas.
- Sistema de Garantia de direitos e equipe devidamente qualificada para atuar com a respectiva demanda.
- Implementação do PIA em Lei, juntamente com a lei de regulamentação do Serviço de Proteção Social Especial para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida ou de Prestação de Serviços a Comunidade, efetivando enquanto instrumento de trabalho fundamental no processo de definição de projetos de vida dos adolescentes.
- Adolescentes profissionalizados e inseridos na sociedade.
- Entidades conveniadas colaborando com o objetivo da medida socioeducativa;
- Fortalecidas as relações familiares e comunitárias.

10 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O processo de avaliar é o mesmo que proceder um julgamento no processo de intervenção para determinar o sucesso na realização dos objetivos pré determinados na execução do plano, também conceituamos que controlar é o mesmo que orientar as atividades para a realização das metas e objetivos estabelecidos.

Para tanto, avaliar e controlar inclui o monitoramento de riscos, e se o alcance dos objetivos e metas vem sendo alcançado sendo uma ferramenta importante de acompanhar e identificar os erros, e se está tendo o resultado esperado. É o momento de coletar informações sobre o desempenho o qual será realizado através da Equipe de Assistência Social com a participação efetiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

O monitoramento e avaliação serão realizados num processo sistemático e contínuo em todas as ações, e o principal instrumento de avaliação e monitoramento serão os indicadores oferecidos pelo SIPIA SINASE, e apresentação de relatórios bimestrais nas Reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As técnicas, ações e instrumentos para a realização do monitoramento e avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Atendimento socioeducativo serão:

- Reuniões intersetoriais entre as Políticas Públicas envolvidas;
- Aplicação de pesquisa com adolescentes e Famílias acompanhadas pelos SIMASE;
- Indicadores do SIPIA/SINASE;
- Relatórios Bimestrais aos CMDCA.

Tais instrumentos serão utilizados conforme demanda do Município, onde serão também utilizados dados do Plano Individual de Atendimento para acompanhar todos os fatores e causas que levaram o adolescente ao ato infracional e a avaliação da efetividade da medida aplicada, bem como do acompanhamento realizado com o adolescente e sua família

11 AÇÕES INTERSETORIAIS/ARTICULADAS DE ATENDIMENTO E METAS

11.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações	Responsáveis	Prazo
Coordenar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.	Equipe da Gestão.	2014 a 2024
Organizar ações intersetoriais para monitoramento e avaliação do funcionamento do SIMASE.	Equipe da Gestão.	2014 a 2024
Capacitar as entidades conveniadas para a execução de Serviços de Medidas Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade.	Equipe da Gestão.	2014 a 2024
Elaborar e Implementar plano de capacitação anual para o Sistema de Garantia de Direitos.	Equipe da Gestão.	2014 a 2024
Estabelecer parcerias com o Conselho Tutelar e CMDCA para elaboração e execução de campanhas socioeducativas para prevenção de ato infracional.	Equipe da Gestão.	2014 a 2024
Atender e acompanhar as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado no PAEFI.	Gestão.	2014 a 2024
Fazer a busca ativa dos adolescentes egressos de medidas socioeducativas – meio aberto e fechado – para inserção no SCFV.	Gestão e CRAS.	2014 a 2024
Inserir em cursos profissionalizantes e sempre que possível no mercado de trabalho.	Gestão da Assistência Social.	2014 a 2024
Inserir crianças e adolescentes no SCFV (Artesanato, culinária, flauta, violão, percussão, atividades integrativas, repasse de informações, dinâmicas.	CRAS.	2014 a 2024
Inserir os Adolescentes a partir de 15 anos nos cursos do PRONATEC.	CRAS.	2014 a 2024

11.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Ações	Responsáveis	Prazo
Inserir os adolescentes nas escolinhas no período contra turno (dança, futsal, handebol, atletismo, xadrez, judô, aulas de artes).	Professores de Educação Física.	2014 a 2024
Garantir a matrícula e frequência para os adolescentes atendidos no Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Escola Municipal São Francisco e Escola de Educação Básica Padre Nóbrega.	2014 a 2024
Promover a integração dos adolescentes com os grupos culturais, artesanais e fanfarra de Luzerna.	Diretora de Cultura.	2014 a 2024
Inserir os adolescentes nos campeonatos promovidos pelo Departamento de Esportes.	Diretor de Esportes.	Enquanto houver campeonatos
Garantir acesso dos adolescentes a Biblioteca Pública Bom Retiro e ao Museu Frei Miguel, com acompanhamento direcionado.	Secretaria Municipal de Educação.	2014 a 2024

11.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ações	Responsáveis	Prazo
Realizar assistência integral em Saúde, sempre que necessário.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Realizar através do NASF, ações de promoção e prevenção em Saúde.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Executar ações de prevenção relacionadas ao Tabagismo, Alcoolismo e Drogadição.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Executar ações de prevenção na área da Saúde da Mulher Adolescente – anticoncepção, gravidez indesejada, violência.	Política de Saúde.	2014 a 2024

Realizar assistência integral em Saúde, sempre que necessário.	Política de Saúde.	2014 a 2024
Realizar através do Nasf, ações de promoção e prevenção em Saúde.	Política de Saúde.	2014 a 2024

11.4 AÇÕES SENAI

Ações	Responsáveis	Prazo
Inserir o adolescente em cursos de Qualificação – FIC PRONATEC, que ocorram no período diurno.	Tatiane Simon – Coordenadora Pedagógica Maria Luiza Piaia Interlocutora PRONATEC	2014 a 2024

11.5 AÇÕES IFC

Ações	Responsáveis	Prazo
Receber o adolescente através do encaminhamento do CRAS, em cursos do PRONATEC, desde que tenha turma iniciando.	O CRAS faz o encaminhamento e a equipe do PRONATEC e Assistente Social do IFC recebem, orientam e monitoram o menor.	Durante a manutenção do Programa pelo governo Federal.
Receber o adolescente para Prestação de Serviços Comunitários em ações colaborativas (sem vínculo empregatício), administrativas e de organização junto biblioteca do campus e setores administrativos.	Assistente Social do IFC recebe, orienta e monitora o adolescente.	2014 a 2024
Determinar data durante o ano letivo para campanhas de conscientização e prevenção quanto a atos infracionais cometidos por adolescentes.	Assistente Social do IFC, abrindo espaço para participação do CRAS e Assistência Social do município.	2014 a 2024

11.6- AÇÕES INTERSETORIAIS

Ações	Responsáveis	Prazo
Campanha de Conscientização da Prática de Ato Infracional.	Comissão Intersetorial.	2014 a 2024
Campanha de Conscientização no Trânsito em parceria com a Delegacia.	Conselho Tutelar, Assistência social, Educação, Saúde, CMDCA, Polícia Civil e Militar.	2014 a 2024
Fortalecer o PROERD.	PM, CT, CMDCA	2014 a 2024
Criar um programa de combate a uso de drogas, com ações sistemáticas e intersetoriais.	Delegacia de Policia Civil, COMEN, Assistência social, Educação e Saúde.	2014 a 2024
Fortalecer parcerias com CIEE e IEL para inserção no mercado de trabalho.	Assistência Social e Conselho Tutelar.	2014 a 2024
Parceria com a Universidade para ações de prevenção e para realização de projetos de extensão.	Comissão Intersetorial.	2014 a 2024

A Comissão Intersetorial realizará reunião para definição de calendário para execução das ações.

12 FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO

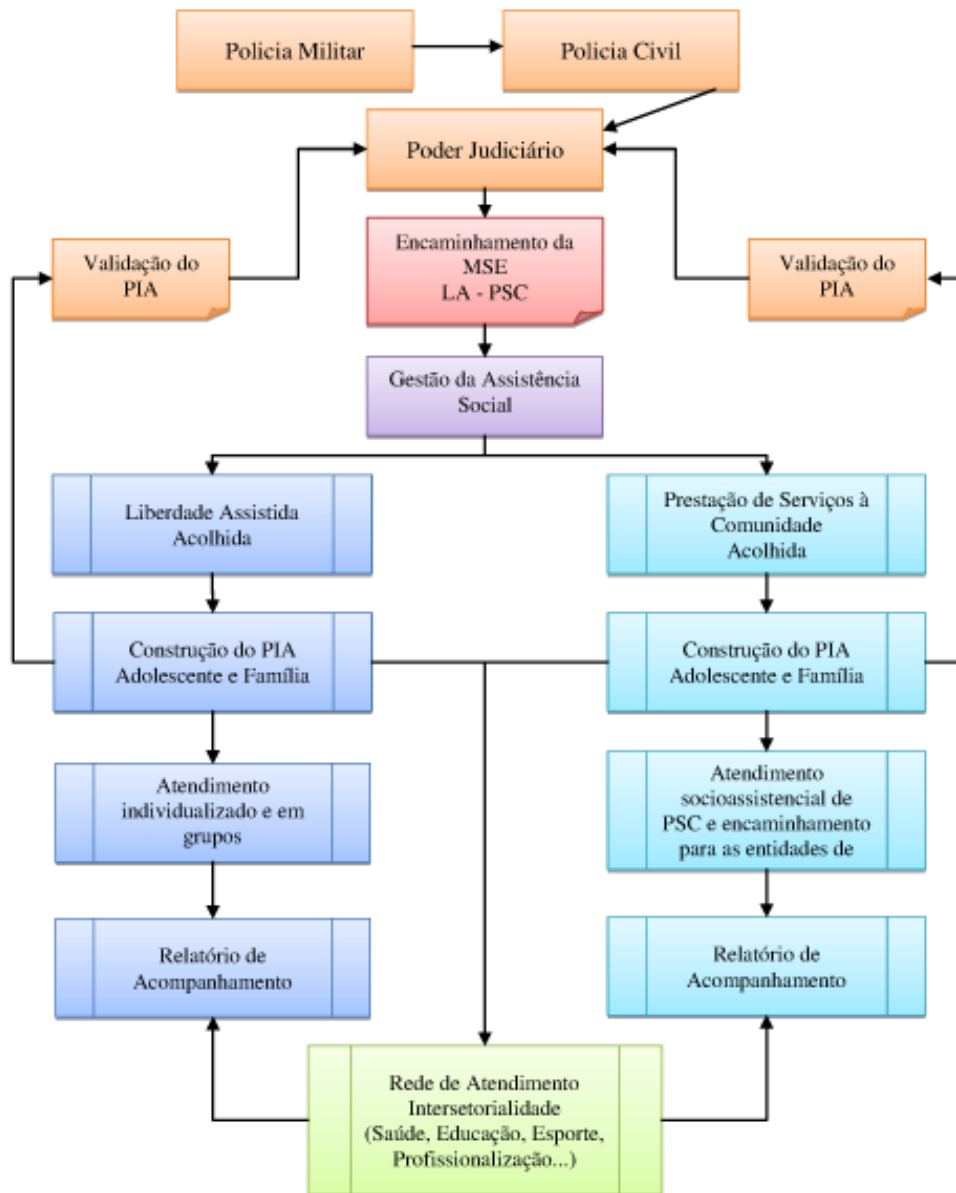


Gráfico 2 – Fluxograma de atendimento.

Fonte: Elaborado pela EGEM (2014), adaptado pela Comissão Intersetorial, Luzerna/SC.

13 CONDIÇÕES DE RECURSOS HUMANOS**13.1 SAÚDE**

Profissionais Envolvidos	Quantidade
Médico	2
Enfermeiro	2
Técnico de Enfermagem	7
Dentista	2
Técnico em Saúde Bucal	2
Psicólogo	1
Instrutor de Atividade Física	1
Assistente Social	1
Farmacêutico	2
Agentes Comunitárias de Saúde	13

13.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Profissionais Envolvidos	Quantidade
Assistente Social	2
Psicóloga	1
Orientadora Social	1
Gestora do Cadastro Único	1

13.3 EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Profissionais Envolvidos	Quantidade
Professores, Secretários, Diretores, Grupos Culturais.	50

13.4 IFC

Profissionais Envolvidos	Quantidade
Professor PRONATEC	01
Coordenador PRONATEC	01
Diretoria de Ensino	01
Núcleo Pedagógico	04
Assistente Social	02

13.5 SENAI

Profissionais Envolvidos	Quantidade
Coordenadora Pedagógica	01
Interlocutora PRONATEC	01

14 ENTIDADES ENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DO PLANO**14.1. Unidades Escolares Municipais e Estaduais**

Descrição	Endereço	Contato
Escola Municipal São Francisco.	Rua São Francisco. Bairro: São Francisco.	(49) 3523-2196 saofrancisco@luzerna.sc.gov.br
Escola Estadual Padre Nóbrega.	Rua Francisco Lindner, 444. Bairro: Centro.	(49) 3523-1280 eebpn@seb.sc.gov.br

14.2. Rede Socioassistencial

Descrição	Endereço	Contato
CRAS.	Rua Francisco Lindner. Bairro: Centro.	assistencia@luzerna.sc.gov.br cras@luzerna.sc.gov.br
Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.	Av. 16 de Fevereiro, 151. Bairro: Centro.	(49) 3551-4700 asgestao@luzerna.sc.gov.br
Secretaria de Educação, cultura e Esportes.	Av. 16 de Fevereiro, 151. Bairro: Centro.	(49) 3551-4700 sec.educacao@luzerna.sc.gov.br

14.3. Demais Instituições Parceiras

Descrição	Endereço	Contato
Polícia Civil	Rua da Represa. Bairro: Centro	(49) 3523-1214 elianeregina@pc.sc.gov.br
Polícia Militar	Rua Frei João. Bairro: Centro	(49) 3527-9516 26b1c4p5g@pm.sc.gov.br
IFC	Av. Frei João. Bairro: Centro	(49) 3523-4300 francine.zanotto@ifc.sc.br
SENAI	Av. Frei João, 400 - Centro.	(49) 3551-4800 tatiane@sc.senai.br maria.piaia@sc.senai.br

15 FORMAS DE FINANCIAMENTO

O financiamento da execução do Plano municipal de Atendimento Socioeducativo se dará por meio dos programas do Plano Plurianual – PPA do município, alocados em cada um dos programas, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
DIRETRIZES: Ênfase no trabalho socioeducativo por meio da construção de novos projetos de vida pactuados com os adolescentes.					
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento do protagonismo, participação e autonomia dos adolescentes. 					
OBJETIVOS: Realizar acompanhamento social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em articulação com o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.	Adolescentes em Cumprimento de MSE e outros visando a prevenção	200	100%	R\$ 5.000,00	Próprios e convênios;
			100%	R\$ 5.000,00	Próprios e convênios
				R\$ 5.000,00	Próprios e convênios
Inserir crianças e adolescentes no SCFV.	Adolescentes em Cumprimento de MSE e outros visando a prevenção	200		R\$ 54.000,00/ano	Próprios e convênios
TOTAL				R\$ 69.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.**PROGRAMA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE****DIRETRIZES:** Gestão compartilhada entre as políticas públicas municipais, em especial saúde, educação, assistência social, esporte e cultura no atendimento do ato infracional.**OBJETIVOS:** Prestar assistência a Saúde integral eficaz e de qualidade a clientela de adolescentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Prestar Assistência integral em saúde, sempre que necessário.	Adolescentes em cumprimento de MSE e outros visando a prevenção	5/ mês 5/ mês 5/ mês	5 5 5	Dentro do que já é executado pela atenção básica	
TOTAL		15	15		

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

PLANO PLURIANUAL 2014/2017

ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.**PROGRAMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA****DIRETRIZES;** Garantia e oferta do acesso a educação de qualidade, atividades esportivas, de lazer, cultura e profissionalização.**OBJETIVOS:** Integrar os adolescentes com a comunidade, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento do conhecimento, além de possibilitar a ampliação das habilidades motoras e psicomotoras, também participar ativamente da sociedade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo na Secretaria de Educação,	Adolescentes em cumprimento de MSE e outros	300 adolescentes	Atingir 100% da demanda.	R\$ 50.000,00	Recursos próprios e convênios.

cultura e esportes;	visando a prevenção				
TOTAL				50.000,00	

Destacamos que cada programa conta com diversas ações e/ou subações além desta ilustrada referente ao Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Ainda, orienta-se que o município conte com um programa específico em relação a Criança e Adolescente, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA					
PLANO PLURIANUAL 2014/2017					
ANEXO DE PROGRAMAS, DIAGNÓSTICOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE					
DIRETRIZES					
OBJETIVOS					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.	Crianças e Adolescentes	300	100%	48.670,00/ ano	Próprios e doações de empresas
Pagamento de Conselheiros Tutelares.				50.000,00/ano	
Manutenção do Conselho Tutelar.				16.900/ano	
Execução do Plano Municipal de					

Atendimento					
Socioeducativo.					
TOTAL				115,570,00	

O Plano Plurianual Municipal em vigência é referente a 2014/2017, no entanto as previsões orçamentárias serão inclusas no PPA 2018/2021. Havendo necessidade de 2014 a 2017, suplementação no orçamento para atendimento do Sistema Municipal de Atendimento socioeducativo. A suplementação poderá ocorrer em cada programa.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ATHAYDE, Celso; BILL MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BITENCOURT, Luciane Potter. **Vitimização Secundária Infanto-Juvenil e Violência Sexual Intrafamiliar: Por uma Política Pública de Redução de Danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria dos Direitos Humanos – Brasília – DF: CONANDA, 2006.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** - Texto constitucional promulgado em Cinco de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nos. 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre PAIF**. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1ª Edição. Vol.2. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Reordenamento do SCFV**. Passo a passo, Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23.10.2014

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõem sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006. CRAIDY; GONÇALVES, 2005.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery, KOLLER, Sílvia Helena. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas** / Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

CURY, Munir; GARRIDO, Paulo Afonso; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do Adolescente Anotado**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CUSTÓDIO, André Viana. **Teoria da proteção integral: pressuposto para compreensão do Direito da Criança e do Adolescente**. Revista do Direito, v. 29, p. 22-43, 2008.

CRUZ, L. R. da; Welzbacher, A. I.; Freitas, C. L. S. de; Costa, L. X. S. da & Lorini, R. A. **Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS**: entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas. 2010.

EGEM, Escola de Gestão Municipal; **Plano de Atendimento Socioeducativo de Dionísio Cerqueira**, 2014.

FERNANDES, Vera Maria Mothé. **O adolescente infrator e a liberdade assistida**: um fenômeno sócio jurídico. Rio de Janeiro: CBCISS, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2ª Ed. São Paulo, Cortez, 1999.

JUNQUEIRA, M. R. **Adolescentes privados de liberdade**: mapeando trajetórias de conflito com a lei. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente da Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre: 2006

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11. ed. rev. e ampl., de acordo com a Lei 12.010, de 3.8.2009. São Paulo: Malheiros, 2010.

LIMA, Miguel M. Alves. **O Direito da Criança e do Adolescente**: fundamentos para uma abordagem de princípio lógico. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MERIGO, J. A **Implantação dos Serviços Socioassistenciais na Região da Associação de Municípios da Grande Florianópolis /SC**: Desafios e perspectivas. Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília. DF: 2010.

MONTE, F. C; SAMPAIO, L.R; FILHO J.S.R e BARBOSA L.S. **Adolescentes Autores de Atos Infracionais**: Psicologia Moral e Legislação. Rev Psicologia e Sociedade: 23 (1): 125-134. 2011

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Educação, Direito e Cidadania. In: ABMP. **Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente**. v. 1. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 91.

SST. **Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Diretoria de Assistência Social. Gerência de Proteção Social Especial**. Relatório de Análise de dados

sobre o “Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)” – SST/SC. 2013.

ROSA, AM. **Introdução Crítica ao Ato Infracional: Princípios e Garantias Constitucionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2007.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. **Texto da Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009**. Publicada no Diário Oficial em 25 de novembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: DF. 2009.

SILVA, Igor Virgilius. **O Adolescente e o Ato Infracional**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPÁC. Barbacena, 2011.

SOUZA, Ismael Francisco de; RODRIGUES, Liz Helena Silveira do Amaral. **O conflito com a lei: o adolescente, o ato infracional e os reflexos de uma sociedade contraditória, injusta e desigual**. Florianópolis: UFSC, 2009.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Humanismo e infância: a superação do paradigma da negação do sujeito. In: MEZZAROBBA, Orides (Org.). **Humanismo Latino e Estado no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. 2012.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

APROVAÇÃO DO CMDCA

Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei 045 de 26 de maio de 1997, no uso de suas atribuições, aprova a redação final do **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo**, sendo que o mesmo foi amplamente discutido neste conselho e acompanhado todas as fases de sua elaboração.

Data da assembleia de deliberação: 17/11/2014

Número da Resolução: 002/2014

Nome do Presidente: Elaine Weirich

Assinatura:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

ANEXO A – MODELO DE ENCAMINHAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

ENCAMINHAMENTO

[illegible]

Luzerna, _____ de _____ de _____.

Responsável pelo Encaminhamento

Nº de Registro do Conselho





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**ANEXO B – MODELO DE CONTRA-REFERÊNCIA DOS ENCAMINHAMENTOS DA
REDE INTERSETORIAL**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

CONTRA-REFERÊNCIA

De: _____

Para: _____

Atendimento realizado no dia: ____/____/____.

Retorno do atendimento: _____

Luzerna, ____ de ____ de ____.

Responsável pelo Encaminhamento

Nº de Registro do Conselho





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

ANEXO C – REGISTRO DOS ENCONTROS PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**



Figura 1 – Reunião com a Comissão Municipal de elaboração do Plano
Fonte: Secretaria de Saúde e Bem Estar Social



Figura 2 – Reunião com equipe Intersetorial
Fonte: Secretaria de Saúde e Bem Estar Social



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**



Figura 3 – Reunião de Apresentação dos objetivos, metas e ações com CMDCA
Fonte: Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, 2014.



Figura 4 – Reunião com a comissão municipal de Elaboração do Atendimento Socioeducativo
Fonte: Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, 2014



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**



Figura 5- Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico de Atendimento Socioeducativo 2011 a 2013 com a presença de autoridades e Ministério público da Infância e Juventude.
Fonte: CRAS, 2014.



Figura 06- Momento de Capacitação com diversos setores e conselhos do Município de Luzerna com prof. Dr. André Viana Custódio.
Fonte: CRAS, 2014



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**



Figura 07- Audiência Pública: Apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo
Fonte: Assistência Social



Figura 08- Audiência Pública: Apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo
Fonte: Assistência Social



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**



Figura 09- Comissão de Elaboração do Plano de Medidas Socioeducativas
Fonte: Assistência Social



Figura 10- Reunião do CMDCA para aprovação do Plano Municipal de Atendimento socioeducativo.
Fonte: Assistência Social



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**ANEXO D – LEIS MUNICIPAIS PARA CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA
MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIEDUCATIVO**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI Nº 1251 DE 05 DE AGOSTO DE 2014.

“CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SIMASE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica criado o **Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo-SIMASE do MUNICIPIO DE LUZERNA (SC)** que tem por objetivos:

- I- Atender o adolescente do Município de Luzerna, que tenha cometido delitos de pequeno potencial ostensivo, encaminhado pela Vara da Infância e Juventude desta Comarca, cuja sanção se dê em meio aberto por Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/12), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI nº 8.069/90);
- II- Cientificar da responsabilidade do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando sua reparação;
- III- Realizar a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio da elaboração e cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento - PIA;
- IV- Criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino municipal e se for o caso, estadual.
- V- Promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, informática, esportiva, recreativa, artísticas e culturais;
- VI- Capacitar os adolescentes participantes dos programas e serviços para o ingresso no mercado de trabalho;
- VII- Implementar parcerias com entes públicos, a rede de atendimento e com a iniciativa privada para a concessão de estágios e trabalho, para os adolescentes atendidos pelos Programas e Serviços.

Art.2º - Integram o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE e garantia de direitos:

- I - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social;
- II - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
- III - Conselho Tutelar;
- VI - Sistema de Justiça.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

Art.3º - **O SIMASE** será organizado por meio de programas de atendimento e serviços, sob gestão do Poder Executivo Municipal e responsabilidade da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, através da equipe técnica multidisciplinar a ser composta quando da elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art.4º - Fica criado o Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socieducativas de Prestação de Serviços a Comunidade e Liberdade Assistida do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.5º-O Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socieducativas de Prestação de Serviços a Comunidade e Liberdade Assistida tem por objetivo prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes de 12 a 18 anos ou jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente, através da Política Municipal de Assistência Social.

Art.6º - Fica criado o **Plano Individual de Atendimento - PIA**, instrumento que compõe a metodologia de trabalho da equipe técnica gestora do SIMASE e se constitui como importante ferramenta de planejamento, construção e acompanhamento individual do cumprimento da medida socioeducativa.

Parágrafo Único - O acesso ao **Plano Individual de Atendimento - PIA** será restrito aos servidores do respectivo serviço de atendimento, ao adolescente e a seus pais ou responsáveis, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

Art.7º - A equipe técnica gestora do SIMASE poderá executar o Plano em parceria com entidades de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade do Município ou cidades da região.

Art.8º - Caberá ainda, à equipe técnica gestora estabelecer normas e procedimentos para seu controle, acompanhamento e fiscalização.

Art.9º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público bem como estabelecer parcerias com a iniciativa privada visando o desenvolvimento das atividades relativas à execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Art.10 - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de agosto de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL A ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
A COMUNIDADE E LIBERDADE ASSISTIDA**

I - PROJETO/ATIVIDADE

Prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes de 12 a 18 anos ou jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente, através da Política Municipal de Assistência Social.

II - JUSTIFICATIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, contrapõe-se historicamente a um passado de controle e de exclusão social sustentado na Doutrina da Proteção integral e no paradigma da situação irregular, o ECA trata de forma diferenciada a questão do ato infracional, representando uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei, buscando efetivar junto aos municípios um programa que fosse capaz de dar o atendimento e acompanhamento necessário as especificidades marcadas por esta etapa do desenvolvimento humano.

Assim foram criados nos Municípios o Programa de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade. No entanto com a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social em 2005, deixa de ser um programa e passa a ser um Serviço, caracterizado como especificidade da proteção Social especial de média complexidade, que deve ofertar o serviço de forma continua.

No Município de Luzerna, há uma média aproximada de 10 adolescentes/ano para cumprimento de medidas socioeducativas, o qual deve ser instituído o Serviço para melhor eficácia dos atendimentos realizados com esta demanda.

III - OBJETIVO GERAL

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços a Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais.

IV - METODOLOGIA

Detalhamento das Ações

I - Acolhida; escuta; estudo social; diagnostico socioeconômico; referencia e contrarreferencia; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

II - Formalização de convênios com entidades para a execução da Medida Socieducativa de Prestação de Serviços a Comunidade;

III - Capacitação dos profissionais que atuarão com esta demanda;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

V - RECURSOS HUMANOS

Profissional de Serviço Social e de Psicologia da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

VI - RECURSOS FINANCEIROS

Qualificação e Aperfeiçoamento	R\$ 5.000,00/ ano
Manutenção, encargos e ações.	R\$ 5.000,00/ ano
Aquisição de Material permanente	R\$ 5.000,00/ ano
TOTAL	R\$ 15.000,00

16 VII - METAS QUANTITATIVAS

- Atender 100% da demanda com eficácia.
- Garantir aos adolescentes, acessos aos serviços sociassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades;
- Redução da reincidência da prática do ato infracional;
- Redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional.
- Vínculos familiares e comunitários fortalecidos.

VIII - AVALIAÇÃO

Este programa será acompanhado e avaliado pelo Poder Executivo através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Municipal de Assistência Social.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI Nº 1266 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

“ALTERA O INCISO I DO ART. 1º DA LEI Nº 1251 DE 05 DE AGOSTO DE 2014 QUE “CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SIMASE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

ART.1º - FICA ALTERADO O INCISO I DO ART. 1º DA LEI Nº 1251 DE 05 DE AGOSTO DE 2014, PASSANDO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 1º - ...

I - atender o adolescente do Município de Luzerna que tenha cometido ato infracional, encaminhado pela Vara da Infância e Juventude desta Comarca, para cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nas modalidades de **Prestação de Serviços à Comunidade** e/ou de **Liberdade Assistida** nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/12), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

ART.2º - FICA ALTERADO O PLANO INDIVUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA, CONFORME ANEXO.

Art.3º- Os demais artigos da **Lei nº 1251 de 05 de agosto de 2014**, permanecem inalterados.

ART.4º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

ANEXO E- DECRETO ALTERANDO A LEI E MODELO DE PIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA
LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADOLESCENTE:

Nome completo:

Data de Nascimento: / / Idade (anos e meses):.....

☐ Real ☐ Estimada Local de Nascimento:.....

Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino Estado Civil:.....

Filhos: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, quantos:.....

2. Sobre o Ato infracional:

Data de início do cumprimento da medida: / /

Medida Socioeducativa atual: ☐ Liberdade Assistida

☐ Prestação de Serviços Comunitários

Reincidência: ☐ Sim ☐ Não ☐ Informação indisponível

Guia de Execução de Medida Socioeducativa nº Autos nº

Processos pendentes: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, nº dos Autos:.....

Progressão de medida: ☐ Sim ☐ Não

Se SIM, nome e telefone do técnico de referência anterior:.....

Unificação de medidas: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, nº dos Autos:

Assessoramento Jurídico: () Defensor Público () Defensor Particular

Assistência Social: Técnica responsável – Assistente Social JOVIANE COLOMBELLI

Equipe de Atendimento socioeducativo:

Responsáveis/educadores em Unidades de PSC:

O que motivou o adolescente a praticar o ato infracional?

Qual a reflexão do adolescente frente às consequências do ato infracional?

3. Documentação: ☐ Certidão de Nascimento

☐ Carteira de Vacinação

☐ Carteira de Identidade, RG nº

☐ CPF nº

☐ Título de Eleitor nº

☐ Carteira de Trabalho e Previdência Social nº

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

- ☐ Carteira do SUS.....
- ☐ Outro documento
- ☐ Não possui documentos

☐ ORIENTAÇÕES E ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO OFICIAL PARA

PROVIDENCIAR

4. Situação Escolar:	
Grau de Escolaridade:	
Está estudando:	() SIM () NÃO - ano que abandonou: - última instituição que frequentou:
Pretende retornar:	() SIM () NÃO
Encaminhamentos/Escola:	
Meta:	
Atestado de Matrícula.	Início: ____/____/____

5. Composição Familiar, Escolarização, Trabalho e Renda:					
Constituição Familiar Atual: () Nuclear; () Nuclear-ampliada; () Ampliada; () Monoparental; () Recompоста; () Mosaico; () Unipessoal; () Homoafetiva () Orfandade					
Nome:	Parentesco:	Idade:	Escolaridade:	Profissão e Local de trabalho	Renda mensal:
<p>*Nuclear: casal e filhos desta relação conjugal</p> <p>*Nuclear-ampliada: pais e filhos + outros familiares que não filhos (avós, tios, sobrinhos, primos...)</p> <p>*Ampliada: reside com outros familiares que não são seus pais (avós, tios, irmãos casados...)</p> <p>*Monoparental: apenas um genitor: mãe ou pai + filhos (geralmente solteiros, separados/divorciados, viúvos)</p> <p>*Recompоста: um genitor + filhos (de ambos, podendo ser das relações anteriores) + padrasto ou madrasta</p>					



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

*Mosaico: indivíduos que residem juntos sem necessariamente terem vínculos parentais (amigos + familiares + companheiros...)

*Unipessoal: apenas um indivíduo

*Homoafetiva: casal do mesmo sexo, sem filhos.

A família recebe algum benefício do governo? () Sim () Não

Quais benefícios recebem? _____

6. Situação Habitacional:

Condição da moradia:	() Própria	() Alugada – valor mensal: R\$
	() Cedida	() Financiada – valor mensal: R\$
Nº de Cômodos:	() Quartos; () Cozinha; () Sala; () Banheiro; () Lavação; () Garagem; () Outros	

7. Profissionalização:

Está trabalhando:	() SIM () NÃO	Local:
	Salário:	Horário:
Registro em Carteira	() SIM () NÃO	
Experiências anteriores:		
Já participou de cursos profissionalizantes:	() SIM () NÃO	Quais:
	Quando:	
Gostaria de participar:	() SIM () NÃO	Qual:
	Encaminhamentos:	

8. Lazer, Cultura e Esportes:

Participa de alguma atividade cultural:	() SIM () NÃO	Qual:
Gostaria de participar:	() SIM () NÃO	Qual:
Participa de atividade desportiva:	() SIM () NÃO	Qual:
Gostaria de participar:	() SIM () NÃO	Qual:
O que faz nas horas livres (lazer):		

9. Aspectos de Saúde:

Apresenta problema de saúde:	() SIM () NÃO	Qual:
------------------------------	-----------------	-------



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Já fez ou faz tratamento psicológico/psiquiátrico:	() SIM () NÃO Quando: Por quanto tempo:
Cigarros:	() SIM () NÃO Desde quando: Frequência: Quantidade:
Bebidas alcoólicas:	() SIM () NÃO Desde quando: Frequência: Quantidade:
Outras drogas:	() SIM () NÃO Qual: Desde quando: Frequência: Quantidade:
Já foi internado para tratamento/desintoxicação:	() SIM () NÃO Quando: Onde: Período: Encaminhamento:
Utiliza algum medicamento:	() SIM () NÃO Qual:
Doenças na família:	() SIM () NÃO Quem: Qual:

10. Respeito aos horários estabelecidos pela família:

Chega tarde da noite em casa:	() SIM () NÃO
Compromisso:	
Quanto tempo passa na rua:	() Maior parte do dia () Meio período () Raramente () Nunca

11. Em relação ao Adolescente:

Têm planos/projetos para o futuro?	() SIM () NÃO Quais:
O que tem feito para alcançar os objetivos?	
A família corresponde a este interesse?	() SIM () NÃO De que forma:
O adolescente recebe algum tipo de influência negativa?	() SIM () NÃO Quais Por parte de quem:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

12. Outros Registros:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

13. Metas acordadas entre o adolescente, sua família e a equipe técnica/área:

Demandas:	Ações:	Quem executa:	Prazos:
1. Situação Documental			
2. Situação Processual			
3. Saúde			
4. Educação			
5. Profissionalização			
6. Arte, Cultura, Esporte e Lazer			
7. Fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária			
8. Participação Política			
9. Espiritualidade			
10. Atividades Externas			

Constará em anexo a este Plano Individual de Atendimento o Resultado da Avaliação Interdisciplinar da equipe do serviço de Medidas Socioeducativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS JUNTO À FAMÍLIA

- Construir vínculos de confiança entre a equipe de atendimento socioeducativo, a família e o adolescente;
 - Estabelecer com a família uma relação de ajuda mútua em torno das necessidades do adolescente e da família;
 - Informar, orientar e apoiar a família na busca de serviços públicos e/ou privados, que possam suprir suas necessidades, promovendo a autonomia e o resgate de seus direitos;
 - Obter um diagnóstico psicossocial da família, a partir de sua história, para que as intervenções durante o período de cumprimento da medida socioeducativa contribuam positivamente para o desenvolvimento do adolescente e para a dinâmica familiar.
- Luzerna, _____

Adolescente

Responsável

Equipe de Atendimento Socioeducativo



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

14. Avaliação Interdisciplinar

Luzerna(SC), dede 20....

Equipe de Atendimento Socioeducativo

Mafra

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 002/2014 - SME

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL 002/2014-SME

Abertura de Inscrições para contratação de membros do Magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, através de Processo Seletivo Público, Edital 002/2014 - SME.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público, para a contratação de membros do Magistério, admitidos em caráter temporário para o ano letivo de 2015, através do Processo Seletivo Público - Edital 002/2014-SME, de acordo com as Leis Municipais nº 3795, de 04 de abril de 2012, Constituição Federal artigo 37, inciso IX e, Lei 3008 de 15 de dezembro de 2005.

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O Processo Seletivo Público destina-se à contratação em caráter temporário, para as vagas que surgirem nas disciplinas a seguir elencadas, no decorrer do ano letivo de 2015, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo Público.

1.2. As disciplinas e a escolaridade/requisitos para os habilitados são as seguintes:

CARGO	ESCOLARIDADE	CÓDIGO DO CARGO
Professor I - Alfabetização 1º, 2º e 3º anos das séries iniciais do Ensino Fundamental	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em Pedagogia. Histórico Escolar	001
	NÃO HABILITADO: Certificado de conclusão do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura em Pedagogia.	
Professor II – Ensino Fundamental 4º e 5º anos das séries iniciais	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em Pedagogia. Histórico Escolar	002
	NÃO HABILITADO: Certificado de conclusão do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.	

Professor III – Educação Infantil	HABILITADO : DIPLOMA de Licenciatura Plena em Pedagogia . Histórico Escolar NÃO HABILITADO : Certificado de Conclusão do Magistério . Declaração da fase concluída ou a concluir ,do Curso de Licenciatura em Pedagogia.	003
Professor IV- Arte	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em ARTE. Histórico Escolar	
	NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em ARTE.	
Professor IV - Ciências	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS. Histórico Escolar	
	NÃO HABILITADO: Certificado de conclusão do curso de Ciências 1º grau. Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.	
Professor IV - Educação Física	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA. Histórico Escolar	
	NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA.	
Professor IV- Geografia	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena do curso de GEOGRAFIA Histórico Escolar	
	NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em GEOGRAFIA.	
Professor IV - História	HABILITADO: DIPLOMA do curso de Licenciatura Plena em HISTÓRIA. NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em HISTÓRIA.	
Professor IV- Inglês	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em Letras. NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em LETRAS.	003
Professor IV - Matemática	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em MATEMÁTICA. NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso Licenciatura Plena em MATEMÁTICA.	
Professor IV - Português	HABILITADO: DIPLOMA do curso de Licenciatura Plena em Letras. NÃO HABILITADO: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em LETRAS.	
Professor IV - Ensino Religioso	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. NÃO HABILITADO: Diploma de Teologia, Diploma de Licenciatura em História, Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.	
Professor V - de Práticas Zootécnicas/ Industriais /Gerenciais e Agrícolas	HABILITADO: DIPLOMA de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias (agropecuária), e DIPLOMA de graduação em: AGRONOMIA, VETERINÁRIA, e ZOOTECNIA. NÃO HABILITADOS: Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, Certificado de conclusão do curso Técnico em AGROPECUÁRIA. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS AGRÁRIAS, Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, e Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Graduação em: AGRONOMIA, VETERINÁRIA e ZOOTECNIA.	004

1.3. Os candidatos que não apresentarem a escolaridade e requisitos apontados no item "1.2 terão a inscrição INDEFERIDA.

1.3.1. Para os não habilitados deverá ser apresentada no ato de inscrição a seguinte documentação:

I. Comprovante original da fase concluída ou a concluir, do curso superior de licenciatura plena compatível com a área ou disciplina de inscrição.

II. Comprovante original de outro curso superior com respectivo histórico escolar, onde conste a área ou disciplina da inscrição, com carga horária mínima de 80 horas.

1.4. DA DESCRIÇÃO DO CARGO:

1.4.1. Professor I, II e III e IV Professor de Práticas Zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas

Desempenharão atividades que envolvam planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, de acordo com a Legislação vigente; possuir conhecimento e domínio do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas -didáticas; seguir diretrizes educacionais do estabelecimento onde atuar e da Secretaria Municipal de Educação; ministrar a docência nos dias letivos e hora aula estabelecidos, incluindo a participação efetiva nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

1.5. Do Cargo, Carga Horária, Remuneração:

CARGO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO HABILITADOS	REMUNERAÇÃO NÃO HABILITADOS
Professor I ,II e III	20 horas	R\$ 1.056,07	R\$ 847,82
	40 horas	R\$ 2.112,12	R\$ 1.695,64

Professor IV e V Professor de Práticas Zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas	05 horas	R\$ 264,01	R\$ 211,94
	10 horas	R\$ 528,01	R\$ 423,88
	15 horas	R\$ 792,04	R\$ 635,83
	20 horas	R\$ 1.056,07	R\$ 847,82
	25 horas	R\$ 1.320,03	R\$ 1.040,12
	30 horas	R\$ 1.584,10	R\$ 1.271,73
	35 horas	R\$ 1.848,13	R\$ 1.464,03
	40 horas	R\$ 2.112,12	R\$ 1.695,64

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A comprovação da escolaridade e demais requisitos são condições para inscrição do candidato, sendo cópias anexadas a ficha de inscrição.

2.2. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Universidade do Contestado/Mafra-SC, de acordo com o edital 002/2014 - da Secretaria Municipal de Educação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição neste Processo Seletivo Público deverá ser feita exclusivamente pela INTERNET e ser efetuada após completo conhecimento do edital, no prazo e nas condições estabelecidas.

3.1.1. A Primeira etapa do Processo Seletivo Público - Edital 002/2014 -SME consiste em efetuar inscrição online que estará disponível no site www.unc.br, no período de 17 de NOVEMBRO a 16 de DEZEMBRO de 2014 e pagamento de taxa de inscrição, no valor de R\$ 50,00, através de boleto bancário, até o último dia de inscrição, 16 de dezembro de 2014 .

3.1.2. A segunda etapa do Processo Seletivo Público - Edital 002/2014-SME consiste em, confirmar a escolaridade e habilitação exigida para o cargo devendo enviar até a data de 16 de dezembro de 2014, através dos correios /sedex, para o endereço : Avenida Coronel Severiano Maia ,441 - 89300-000, ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação, em envelope lacrado e identificado, os seguintes documentos:

a) Fotocópia legível da Carteira de Identidade (RG) e CPF;

b) Para os candidatos habilitados, enviar cópia autenticada do certificado de graduação em Licenciatura Plena na Disciplina /Cargo e Histórico escolar em que se inscreveu;

c) Para os candidatos não-habilitados enviar comprovante original ou autenticado da fase concluída ou a concluir, do curso superior de licenciatura plena compatível com a área ou disciplina de inscrição escolhida ou comprovante autenticado de outro curso superior com respectivo histórico escolar ,onde conste a área ou disciplina da inscrição escolhida , com carga horária mínima de 80 horas.

3.2 O inteiro teor do Edital estará disponível no site da Prefeitura Municipal de Mafra, nas vias de imprensa local e no site www.unc.br.

3.3. Cada candidato poderá efetuar somente 1 (uma) inscrição neste Processo Seletivo Público.

3.4 Havendo mais de 1 (uma) inscrição, em desacordo com o item 3.3 as demais serão canceladas.

3.5. São considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago o valor de inscrição, não tiverem entregue a Documentação, nos termos deste Edital, exigidas no item 3.1.2.

3.6. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à área/disciplina ou cargo escolhido e à identificação do candidato, exceto ajuste de grafia.

3.7. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

3.8. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será a mesma cancelada.

3.9. A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificadas a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo Público, se a inscrição já estiver homologada.

3.10. A Inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

4.1. No dia 20 de DEZEMBRO de 2014, após as 17 horas, será tornado público através de edital a nominata dos candidatos cuja inscrição foi deferida, através do site <http://www.unc.br>

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVAS

5.1. Data:

As provas serão realizadas no dia 25 de JANEIRO (domingo)

5.2. Local:

Universidade do Contestado/ Mafra-SC, no bloco G.

5.3. Horário das Provas

Início 9 horas da manhã e término às 12 horas.

6. DAS PROVAS

6.1.O Processo Seletivo Público será efetuado mediante aplicação de prova objetiva em que serão avaliados os conhecimentos gerais e os conhecimentos específicos dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada disciplina/área ou cargo.

6.2. Da constituição das provas:

6.2.1. A prova objetiva é única, composta de questões de conhecimentos gerais e de Conhecimentos Específicos, cujos respectivos programas fazem parte do anexo a este Edital.

6.3. A prova objetiva iniciará às 9 horas e sua duração será de 3 (três) horas.

6.4. A prova objetiva terá 20 (vinte) questões, sendo 15 na área específica e 5 de conhecimentos gerais, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma) e apenas 1(uma) a correta.

- 6.5. As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato e, para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica azul ou preta.
- 6.6. As provas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimento Específico serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez).
- 6.7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.
- 6.8. O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta da prova objetiva devidamente assinado e o caderno de provas.
- 6.9. Durante a realização da prova objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Público.
- 6.10. O candidato PNE, mesmo ao amparo do item "8.1.1" deste Edital, participará do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, horário e aplicação da prova objetiva.
- 6.11. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar cédula de Identidade ou Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação.
- 6.11.1. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição ao exigido no item "6.11", quer eles estejam autenticados ou não.
- 6.12. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o horário estabelecido para início das provas.
- 6.13. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para qualquer prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.
- 6.14. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo e a UnC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Processo Seletivo Público.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação;

- a. 1ª classificação - os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- b. 2ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- c. 3ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- d. 4ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

7.2. O desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver certificado do curso de especialização (pós-graduação), na área de inscrição;
- b) obtiver certificado do curso de especialização (pós-graduação), na área de educação;
- c) maior idade.

8. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

8.1. Serão reservadas vagas aos portadores de deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 6% (seis por cento) das contratações previstas para cada cargo.

8.1.1. São considerados pessoas portadoras de necessidades especiais PNE aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

8.1.2. O candidato PNE deverá solicitar, no ato de inscrição enquadramento no item anterior "8.1.1", especificando a respectiva deficiência e anexando o atestado médico.

8.1.3. Os candidatos que apresentarem requerimento nos termos do item "8.1.2", submeter-se-ão, quando convocados, a exame médico oficial, que terá decisão terminativa sobre:

- a) qualificação do candidato com deficiência ou não, e
- b) grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do magistério, na disciplina/área.

8.1.4. A inobservância do disposto nos itens "8.1.1" e "8.1.2" determinará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos deficientes.

8.1.5. Os candidatos com deferimento a participar de vagas reservadas a PNE serão classificados pela classificação geral e por classificação específica desta condição na disciplina/área.

8.1.6. Não havendo candidatos classificados para as vagas reservadas aos deficientes, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Ter nacionalidade brasileira;

9.2. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;

9.3. É condição para a contratação, que o candidato tenha idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da contratação;

9.4. Gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada no processo de contratação, através de atestado médico (Médico do trabalho ou Clínico Geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo de Professor;

9.5. Fica ciente o candidato classificado que, em aceitando sua contratação, poderá exercer suas funções em quaisquer unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Mafra - SC.

9.6. A chamada dos classificados para, escolha de vagas será feita de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo a ordem de classificação por disciplina/área, na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme o item 7.1, respeitando a ordem de classificação.

9.7. O candidato que não aceitar a vaga oferecida permanecerá na própria classificação, até uma chamada subsequente, se houver.

9.8. O candidato classificado, na área do magistério, poderá escolher a vaga de até 40 horas semanais.

9.9. O candidato classificado que não se apresentar ao ser chamado para a escolha de vagas, no local determinado, bem como, aquele que escolheu a vaga e desistiu da mesma, perderá o direito a vaga.

9.10. Quando não houver candidato para a vaga determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação);

9.11. O candidato a ser contratado, no ato da escolha de vagas, receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados no prazo determinado pelo setor competente.

9.12. O artigo 23, da lei nº 3795 de 04/04/2012, não se aplica neste edital.

10. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

10.1. É admitido pedido de revisão quanto:

- a. ao indeferimento de inscrição; das condições especiais de prova e do pedido para concorrer a vagas reservadas a PNE;
- b. à formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;
- c. à opção considerada como certa na provas objetivas;
- d. aos resultados finais do Processo Seletivo Público.

10.2. Os pedidos de revisão relativos ao item "10.1." deverão ser apresentados via requerimento e protocolados na UnC - Mafra.

10.3. O gabarito oficial das provas objetivas estará disponível Pelo site <http://www.unc.br/> ou <http://www.mafra.sc.gov.br/>

10.4. Somente será aceita 1 (uma) solicitação de pedido de revisão por candidato.

10.5. Não será aceito pedido de revisão via fax e/ou correio eletrônico (e-mail).

10.6. Pedidos de Revisão inconsistentes, que não atenderem especificamente o item "10.1." serão preliminarmente indeferidos.

10.7. A decisão sobre os pedidos de revisão ao amparo dos itens "10.1." será divulgada juntamente com os resultados finais deste Processo Seletivo Público.

10.8. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo.

10.9. Os pedidos de recurso terão o prazo máximo de 24 horas, a contar da data da divulgação do resultado final.

11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. O Resultado Final será divulgado a partir do dia 31 de janeiro ,através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e site da Prefeitura do Município de Mafra e conseqüentemente a data, horário e local de chamada.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O Processo Seletivo Público terá validade até o término do ano letivo de 2015, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada disciplina/área ou cargo.

12.2. O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo Público) serão afixados no mural da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação.

12.3. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo Público, serão resolvidos, conjuntamente, pela UnC e pela Comissão de Organização do Processo Seletivo.

Mafra (SC), 17 de novembro de 2014.

ROBERTO AGENOR

TADEU DAVID GERONASSO

Prefeito Municipal de Mafra

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A) CONHECIMENTOS GERAIS

NÍVEL	CONTEÚDO
ENSINO SUPERIOR/3º Grau	- Língua Portuguesa Compreensão e interpretação de texto(s). Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego da crase. Pontuação. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo. Sintaxe; termos integrantes da oração, objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal.

B) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR I - ALFABETIZAÇÃO	Lei 9394/96. As teorias do conhecimento. Fracasso escolar e a dificuldade de aprendizagem. Avaliação. Os programas escolares e as competências. Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB 5692/71 e 9394/96. Escola Democrática. Teoria Geral da Administração: bases históricas e abordagens (Clássica, Estruturalista, Comportamental e Sistemática). Conceitos e Objetivos da Administração Escolar. Projeto político pedagógico da escola. O papel do Diretor. Planejamento. Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas Inteligências. Fundamentos da Educação e Aspectos Legais da Política Educacional: Filosofia e educação. Educação e sociedade. Tendências pedagógicas na prática escolar. Postura política. Escola como instância mediadora da pedagogia. Filosofia do cotidiano escolar. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. Didática: Elemento articulador entre Pedagogia e prática docente. Escola nova. Educação Especial no Brasil: Processo inclusivo. Política de Educação Inclusiva. Conceito/classificação dos tipos de deficiência. Tipos de NEE (Necessidades Educativas Especiais). Tipos de atendimentos oferecidos no ensino regular. Avaliação em Educação Especial. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função. Alfabetização e letramento.
Professor II- Ensino Fundamental Séries Iniciais III- Educação Infantil	Lei 9394/96. As teorias do conhecimento. Fracasso escolar e a dificuldade de aprendizagem. Avaliação. Os programas escolares e as competências.Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB 5692/71 e 9394/96. Escola Democrática. Teoria Geral da Administração: bases históricas e abordagens (Clássica, Estruturalista, Comportamental e Sistemática). Conceitos e Objetivos da Administração Escolar. Projeto político pedagógico da escola. O papel do Diretor. Planejamento. Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas Inteligências. Fundamentos da Educação e Aspectos Legais da Política Educacional: Filosofia e educação. Educação e sociedade. Tendências pedagógicas na prática escolar. Postura política. Escola como instância mediadora da pedagogia. Filosofia do cotidiano escolar. Sujeito da práxis pedagógica: Educador e educando. Elucidações conceituais e procedimentos metodológicos. Didática: Elemento articulador entre Pedagogia e prática docente. Escola nova. Educação Especial no Brasil: Processo inclusivo. Política de Educação Inclusiva. Conceito/classificação dos tipos de deficiência. Tipos de NEE (Necessidades Educativas Especiais). Tipos de atendimentos oferecidos no ensino regular. Avaliação em Educação Especial. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.

PROFESSOR IV - ARTES	Histórico do Ensino da Arte no Brasil. Folclore Nacional. Pressuposto filosófico metodológico do ensino da Arte - Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Leitura, Produção, Contextualização. Artes Visuais. Leitura e Representação das Formas e do Espaço. Leitura e Representação de Imagens. História da Arte. Arte Catarinense, Arte Brasileira: Indígena, Barroco, Rococó, Neoclássico, Moderna e Contemporânea. Ênfase na Arte Moderna e Contemporânea. Estilos dentro da corrente estilística Naturalista: pré- história e impressionismo. Estilos dentro da corrente estilística Idealista: Grego, renascimento e neoclássico. Estilos dentro da corrente estilística Expressionista: helenismo, barroco, romântico e expressionismo. Música. Percepção sonora. O som- procedência: natural, cultural. Qualidades: duração, intensidade, altura, timbre. Percepção musical. A música - os elementos: melodia, ritmo, harmonia. Tipos: vocal, instrumental, mista. Gênero: erudito, popular, tradicionalista, sertanejo, folclórico. Formas musicais. Organologia. Notação musical. História da música ocidental. A voz humana e classificação. O coral. As formas vocais e os conjuntos vocais. Os instrumentos musicais. Orquestra sinfônica. Teatro. Jogo Teatral. Improvisação. Personagens. Apreciação de Espetáculos Cênicos. Teatro Brasileiro. Os jesuítas e o teatro didático. O Teatro de revista e o gênero cinematográfico. A modernização do teatro brasileiro: O Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Os anos 60 e o Teatro de Contestação (Teatro de Arena, Opinião e Oficina). O Teatro e o Gênero Televisivo. Teatro Universal. Teatro Grego. Gêneros dramáticos (drama satírico, tragédia e comédia). Teatro Medieval. Teatro Renascentista: a Comédia D'ell Arte, o Teatro Elizabetano (Shakespeare). Teatro Naturalista e primeiras oposições (Zola, Ibsen, Stanislasvski e Alfred Jarry). Século XX: o teatro político de Bertold Brecht; o teatro do absurdo. Avaliação no ensino da Arte: linguagem visual, musical e cênica. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.
PROFESSOR IV- CIÊNCIAS	Fundamentos da Educação: Correntes teóricas e metodológicas; relação ensino-aprendizagem; relação desenvolvimento e aprendizagem; currículo; planejamento, seleção e organização de conteúdos; interdisciplinaridade. Projeto político-pedagógico; avaliação; Lei de diretrizes e bases da educação Nacional. Proposta Curricular de Santa Catarina; Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Educação Especial no Brasil: Processo inclusivo. Política de Educação Inclusiva. Conceito/classificação dos tipos de deficiência. Tipos de NEE (Necessidades Educativas Especiais). Tipos de atendimentos oferecidos no ensino regular. Avaliação em Educação Especial. O Ambiente: A natureza é um todo integrado: a transferência da matéria e a energia no ecossistema; as relações entre os seres; os ciclos biogeoquímicos; a reciclagem dos materiais e a sociedade de consumo. A água no planeta Terra: características físicas e químicas; os problemas da vida na água; a qualidade da água e a saúde; as fontes de poluição. O ar no planeta Terra: composição; o papel na vida; características físicas; a qualidade do ar e a saúde; as fontes de poluição. O solo e os seres vivos: características dos solos; a vida no solo e no subsolo; os recursos minerais; a qualidade do solo e a saúde; as fontes de poluição. A Vida na Terra: Teorias de evolução. A biodiversidade e suas causas. Os animais e sua função no ecossistema. Os vegetais e sua reprodução. Monera, protista, fungo, líquen e vírus. O Homem: Suas origens, aspectos gerais da evolução biológica e cultural. Anatomia e fisiologia: a organização e o funcionamento dos sistemas; o homem percebe seu ambiente. O homem e o ambiente: ação destrutiva; a preservação das culturas primitivas; o futuro do homem. A saúde: doenças genéticas, carenciais e parasitárias; métodos de combate às doenças. O Homem e a Tecnologia: A química: seus fundamentos; os compostos; o papel da química na vida do homem. A física: seus fundamentos; conceitos básicos de força, movimentos e transformações de energia; a física na vida do homem moderno. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.
PROFESSOR IV - EDUCAÇÃO FÍSICA	A Educação Física numa Perspectiva Histórico Cultural. Concepções de Aprendizagem, Currículo, Desenvolvimento e Conhecimento. Corporeidade/Movimento Humano. Finalidades da Educação Física Escolar, na Proposta Curricular de Santa Catarina na Educação Básica. Educação Física Escolar e qualidade de vida. Educação Física Escolar, na perspectiva interdisciplinar. A Coeducação na Educação Física Escolar. Seleção de Conteúdos e Metodologias como meio Educacional, na perspectiva Histórico Cultural. Avaliação em Educação Física. Legislação Específica: Lei nº9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo.
PROFESSOR IV - GEOGRAFIA	EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA: concepção, importância da ciência geográfica, objeto e objetivo da Geografia, conceitos de espaço, lugar, paisagem, território e região, principais correntes geográficas. ESPAÇO GEOGRÁFICO: orientação e representação, novas tecnologias e representação espacial, cartografia automatizada. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MUNDO, BRASIL E SANTA CATARINA: capitalismo e divisão internacional do trabalho, urbanização, aspectos sócio-econômicos, culturais e religiosos da produção espacial. QUESTÕES AMBIENTAIS: energia e meio ambiente, meio ambiente e desenvolvimento, degradação ambiental. GLOBALIZAÇÃO: multipolarização, regionalização, blocos econômicos. GEOPOLÍTICA: conflitos atuais, relações de poder. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo.
PROFESSOR IV - HISTÓRIA	O homem e a sociedade: agente social, agente da história. Conceito de História. A história e o ofício do historiador. Importância da história e o caráter globalizante do processo histórico: As fontes históricas e o tempo histórico. As comunidades primitivas: Os caçadores e coletores; Os pastores e agricultores; A natureza das comunidades primitivas. As comunidades antigas: O modo de produzir, organizar-se e pensar dos incas e egípcios; O modo de produzir, organizar-se e pensar dos gregos e romanos. A transição do escravismo para o feudalismo: A decadência do Império Romano do Ocidente: a crise do escravismo; As penetrações bárbaras e a formação dos Impérios bárbaros (germanos); O oriente bizantino e árabe: contribuições para a cultura ocidental. As novas relações de trabalho na Europa ocidental e o feudalismo: Economia, sociedade e organização política; A cultura medieval; A igreja; A transição do feudalismo para o capitalismo: A crise feudal; A modernidade europeia; O sistema colonial. A consolidação do capitalismo: O capitalismo: conceito e característica; A luta política da burguesia europeia; A revolução industrial; As lutas do proletariado europeu; A conjuntura europeia. A crise do sistema colonial. A expansão capitalista e a divisão internacional do trabalho (século XIX e início do XX): A abertura de novos mercados separa o capitalismo europeu ocidental - o imperialismo; A expansão territorial e a consolidação do capitalismo norte-americano; A estruturação do estado na América Latina - o caudilhismo; O império brasileiro, trabalho e economia brasileira no século XIX; A república brasileira (1889/1920). O capitalismo financeiro e monopolista, as suas crises estruturais: o Neo-Imperialismo e a vida socialista: A introdução ao mundo contemporâneo: quadro geral; A conjuntura europeia do início do século XX; A disputa e o enfrentamento entre o capitalismo e o socialismo; O Neo-Imperialismo e a América Latina; O Neo-Imperialismo e a luta de libertação da Ásia e da África; O Brasil (1920/1960). O capitalismo dependente, o subdesenvolvimento e as vias de superação: revolução e alinhamento internacional: Processos revolucionários; Alinhamento; O Brasil de 1960 aos dias atuais; O mundo contemporâneo - questões atuais. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.

PROFESSOR IV - INGLÊS	Texto e Interpretação. Aspectos gramaticais: Pronomes - personal pronouns, personal object pronouns, reflexive pronouns, adjectives pronouns. Tempos verbais - simple present tense, present continuous tense, simple past, past continuous, future and going to future, future continuous, present perfect, present perfect continuous. Uso dos verbos auxiliares - to be, to have, to can. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Forma do condicional - will/would. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.
PROFESSOR IV - MATEMÁTICA	Fundamentos da Educação: Correntes teóricas e metodológicas; relação ensino-aprendizagem; relação desenvolvimento e aprendizagem; currículo; planejamento, seleção e organização de conteúdos; interdisciplinaridade. Projeto político-pedagógico; avaliação; Lei de diretrizes e bases da educação Nacional. Proposta Curricular de Santa Catarina; Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Educação Especial no Brasil: Processo inclusivo. Política de Educação Inclusiva. Conceito/classificação dos tipos de deficiência. Tipos de NEE (Necessidades Educativas Especiais). Tipos de atendimentos oferecidos no ensino regular. Avaliação em Educação Especial. Lógica: noções básicas. Conjuntos: Relações de pertinência e inclusão; Igualdade de conjuntos; Partição de um conjunto; Operações; Complemento; Relações. Par ordenado. Produto cartesiano. Relações binárias, relações de equivalência e de ordem; Representação gráfica. Conjuntos numéricos. Os sistemas de numeração: a ideia de quantidade e seu registro. Números naturais, inteiros, racionais e reais, conceito, operações e propriedades. Proporcionalidade. Regra de Três Simples. Razões e proporções. Porcentagem e fatores de correção. Juros. Noções de estatística e probabilidade. Funções: funções de 1º e 2º grau: definição, relação entre coeficientes e raízes, resolução e discussão de equações, inequações e sistemas de 1º e 2º graus. Funções trigonométricas: Relações fundamentais. Equações e inequações trigonométricas. Funções exponenciais e logarítmicas. Análise gráfica; Progressões aritmética e geométrica. Geometria: axiomática euclidiana. Medida e forma em geometria. Paralelismo e perpendicularismo de retas. Ângulos. Triângulos e polígonos. Congruência e semelhança. Circunferência e círculo. Sólidos geométricos: definições, propriedades. Poliedros. Prismas, pirâmides e sólidos de revolução. Relações métricas. Perímetros, áreas e volume. Unidade de medidas de Sistema Internacional. Estatística. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Análise combinatória. Princípio multiplicativo, arranjo, combinação e permutação simples. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.
PROFESSOR IV - PORTUGUÊS	PORTUGUÊS: ASPECTOS GRAMATICAIS: Fonética: vogais e consoantes, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos e sílabas. Morfologia: Classe das Palavras - substantivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição; Estrutura das Palavras: radical, afixos e desinências; Sintaxe: análise sintática. Frase. Oração. Período Simples e Composto. Parágrafo. Noção de Coordenação e Subordinação. Termos Essenciais da Oração - sujeito e predicado, Termos Integrantes da Oração: objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, complemento nominal, complemento verbal; Termos Acessórios da Oração: adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo; Sintaxe de Concordância: Concordância Nominal e Verbal; Sintaxe de Regência: regência nominal e verbal; Sintaxe de Colocação: colocação dos termos da oração, colocação de pronomes; Ortografia; Acentuação; Emprego da crase; Pontuação; Semântica: significação das palavras, sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, polissemia, denotação e conotação. Interpretação de Textos. LITERATURA: Figuras de Estilos. Gêneros Literários. Escolas Literárias Brasileiras: Literatura de Informação, Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Pré-Modernismo, Modernismo e Pós-modernismo. DIDÁTICA: Planejamento. Diferentes correntes pedagógicas e suas concepções de educação: Pedagogia tradicional, Pedagogia tecnicista, Pedagogia do oprimido de Paulo Freire, Pedagogia crítico-social dos conteúdos. Principais formas de avaliação. Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394 / 96. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo.
Professor IV- Ensino Religioso	História do Ensino Religioso. Legislação do Ensino Religioso no Brasil e em Santa Catarina. Proposta Curricular de Ensino Religioso de Santa Catarina. Fenômeno religioso e diversidade. Conhecimento religioso. Concepções do Ensino Religioso. Objetivos do Ensino Religioso. Fundamentos e Metodologia para o Ensino Religioso. Conteúdos para o Ensino Religioso. Avaliação do Ensino Religioso. Parâmetros Curriculares Nacionais. Projeto Político Pedagógico da escola. LDB 9394/96. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.
Professor V- de Práticas Zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas	Conhecimentos sobre: solos, plantas, adubação, correção de solo, fitotecnia e administração rural. Aspectos socioeconômicos das culturas e criações. Agenda 21. Noções gerais de meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Agroecologia. Noções de hidrologia, irrigação, drenagem e administração rural. Práticas de conservação do solo e da água. Práticas de manejo do solo: cobertura do solo, rotação de culturas, cultivo convencional, mínimo e direto. Adubação verde. Reflorestamento de espécies nativas e exóticas -implantação e manejo. Pragas e doenças de ocorrência em Santa Catarina, nas diversas culturas. Aspectos referentes a criação e manejo de raças de: bovino de corte, leite, suinocultura, avicultura, ovinocultura, apicultura e psicultura. Conhecimentos básicos inerentes as atividades da função.

Prefeitura Municipal de Mafra.

Maravilha

PREFEITURA

EXTR. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014 - SRP

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.938/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 040/2014 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

Pregão Presencial destinado exclusivamente à participação de micro empresas e empresas de pequeno porte. Art. 48, I, da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, para posterior aquisição, conforme necessidade, de equipamentos de informática, conforme previsto no Edital de Pregão n. 040/2014, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 03 de dezembro de 2014, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 19 de novembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇ. SET- OUT- 2014

Página: 1 de 3
19/11/2014 10:26

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre		Até o Bimestre		
			(b)	% (b/a)	(c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	50.882.012,00	50.882.012,00	8.511.295,70	16,73	45.835.002,86	90,08	5.047.009,14
Receitas Correntes	50.882.012,00	50.882.012,00	8.348.003,94	16,41	42.799.570,43	84,12	8.082.441,57
Receita Tributária	8.740.000,00	8.740.000,00	1.275.865,30	14,60	7.432.758,81	85,04	1.307.241,19
Impostos	7.100.000,00	7.100.000,00	1.131.019,84	15,93	6.304.593,47	88,80	795.406,53
Taxas	1.600.000,00	1.600.000,00	125.294,91	7,83	1.019.394,93	63,71	580.605,07
Contribuição de Melhoria	40.000,00	40.000,00	19.550,55	48,88	108.770,41	271,93	-68.770,41
Receita De Contribuições	750.000,00	750.000,00	57.870,06	7,72	513.593,55	68,48	236.406,45
Cosp	750.000,00	750.000,00	57.870,06	7,72	513.593,55	68,48	236.406,45
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	137.744,16	34,44	503.923,90	125,98	-103.923,90
Receitas Imobiliárias	300.000,00	300.000,00	58.206,50	19,40	158.082,49	52,69	141.917,51
Receitas De Valores Mobiliários	100.000,00	100.000,00	79.537,66	79,54	345.841,41	345,84	-245.841,41
Receita Agropecuária	100.000,00	100.000,00	19.165,30	19,17	95.916,54	95,92	4.083,46
Outras Receitas Agropecuárias	100.000,00	100.000,00	19.165,30	19,17	95.916,54	95,92	4.083,46
Transferências Correntes	39.342.012,00	39.342.012,00	6.304.004,25	16,02	31.956.503,83	81,23	7.385.508,17
Transferências Intergovernamentais	38.992.012,00	38.992.012,00	6.235.993,51	15,99	31.685.187,58	81,26	7.306.824,42
Transferências De Instituição s Privadas	-	-	3.525,40	-	12.626,01	-	-12.626,01
Transferências De Pessoas	50.000,00	50.000,00	-	-	748,88	1,50	49.251,12
Transferências De Convenios	300.000,00	300.000,00	64.485,34	21,50	257.941,36	85,98	42.058,64
Outras Receitas Correntes	1.550.000,00	1.550.000,00	553.354,87	35,70	2.296.873,80	148,19	-746.873,80
Multas E Juros De Mora	950.000,00	950.000,00	337.673,97	35,54	1.470.211,28	154,76	-520.211,28
Receita Da Dívida Ativa	250.000,00	250.000,00	73.828,55	29,53	284.262,07	113,70	-34.262,07
Receitas Correntes Diversas	350.000,00	350.000,00	141.852,35	40,53	542.400,45	154,97	-192.400,45
Receitas De Capital	-	-	163.291,76	-	3.035.432,43	-	-3.035.432,43
Operações De Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Transferências De Capital	-	-	163.291,76	-	3.035.432,43	-	-3.035.432,43

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Transferências Intergovernamentais	-	-	163.291,76	-	3.035.432,43	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(II)=(I+II)	50.882.012,00	50.882.012,00	8.511.295,70	16,73	45.835.002,86	90,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	50.882.012,00	50.882.012,00	8.511.295,70	16,73	45.835.002,86	90,08
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	50.882.012,00	50.882.012,00	8.511.295,70	16,73	45.835.002,86	90,08
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (fg)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (gf)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	50.882.012,00	12.945.515,65	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.172.565,64	70,77
Despesas Correntes	42.551.463,40	4.238.166,85	46.789.630,25	7.142.142,48	39.408.087,86	7.738.191,73	38.305.716,69	81,87
Pessoal E Encargos Sociais	22.638.083,40	1.696.510,00	24.334.593,40	4.339.805,03	20.973.322,99	4.324.189,59	20.957.707,55	86,12
Juros E Encargos Da Dívida	255.000,00	-2.000,00	253.000,00	34.884,89	209.792,34	34.884,89	209.792,34	82,92
Outras Despesas Correntes	19.658.380,00	2.543.656,85	22.202.036,85	2.767.452,56	18.224.972,53	3.379.117,25	17.138.216,80	77,19
Despesas De Capital	8.209.300,00	8.707.348,80	16.916.648,80	-350.230,52	11.934.986,49	1.652.072,23	6.866.848,95	40,59
Investimentos	6.564.300,00	8.574.348,80	15.138.648,80	-550.442,54	10.277.770,13	1.451.860,21	5.209.632,59	34,41
Inversões Financeiras	865.000,00	-129.000,00	736.000,00	-	626.000,00	-	626.000,00	85,05
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	780.000,00	262.000,00	1.042.000,00	200.212,02	1.031.216,36	200.212,02	1.031.216,36	98,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	121.248,60	-	121.248,60	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(XI)(VIII+IX)	50.882.012,00	12.945.515,65	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.172.565,64	70,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	50.882.012,00	12.945.515,65	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.172.565,64	70,77
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	682.437,22	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	50.882.012,00	12.945.515,65	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.835.002,86	71,81

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Nov/2014, 10h e 24m.

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

ANEXO 2 - DESPESAS POR FUNÇÕES SET A OUT- 2014

Página: 1 de 2
19/11/2014 10:28

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					R\$ 1,00			
Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo					
		No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/Total b)	% (b/a)				
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	50.882.012,00	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.172.585,64	100,00				
Legislativa	2.303.723,40	2.303.723,40	199.613,52	1.037.665,85	187.553,37	985.133,32	2,18				
Ação Legislativa	2.303.723,40	2.303.723,40	199.613,52	1.037.665,85	187.553,37	985.133,32	2,18				
Administração	3.898.588,00	3.608.588,00	446.737,49	3.008.277,85	541.534,08	2.899.370,99	6,42				
Administração Geral	3.448.588,00	3.158.588,00	383.567,85	2.594.353,75	475.736,43	2.494.849,25	5,52				
Administração Financeira	450.000,00	450.000,00	63.169,64	413.924,10	65.797,65	404.521,74	0,90				
Segurança Pública	1.100.000,00	1.205.041,35	128.536,15	963.071,37	126.129,59	899.709,44	1,99				
Policimento	300.000,00	405.041,35	27.919,61	289.015,39	20.462,03	263.771,96	0,58				
Infra-Estrutura Urbana	800.000,00	800.000,00	100.616,54	674.055,98	105.667,56	635.937,48	1,41				
Assistência Social	2.232.100,00	3.069.100,00	371.918,84	2.162.636,93	474.107,63	2.024.706,91	4,48				
Assistência ao Idoso	30.000,00	65.000,00	35.000,00	65.000,00	39.950,00	59.300,00	0,13				
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.053.500,00	1.185.900,00	66.536,78	556.328,71	129.487,27	488.050,41	1,04				
Assistência Comunitária	1.148.600,00	1.818.200,00	270.382,06	1.541.308,22	304.670,36	1.497.356,50	3,31				
Saúde	12.087.812,00	13.731.187,00	2.080.145,61	11.762.580,37	2.347.372,20	11.238.492,11	24,88				
Atenção Básica	10.409.412,00	12.047.787,00	1.935.473,36	10.578.209,89	2.201.560,34	10.056.392,27	22,26				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.450.000,00	1.450.000,00	125.808,56	1.054.076,50	125.808,56	1.052.472,61	2,33				
Vigilância Sanitária	228.400,00	233.400,00	18.863,69	130.293,98	20.003,30	129.627,23	0,29				
Educação	13.998.360,00	16.224.733,59	2.477.170,43	14.036.266,51	2.748.301,43	12.644.797,42	27,99				
Alimentação e Nutrição	450.000,00	653.990,00	89.799,64	535.988,60	91.302,77	520.179,96	1,15				
Ensino Fundamental	7.295.000,00	8.812.042,45	1.573.703,60	7.845.283,91	1.777.284,74	6.788.590,57	15,03				
Ensino Superior	120.000,00	96.000,00	0,00	96.000,00	24.000,00	84.000,00	0,19				
Educação Infantil	6.133.360,00	6.662.701,14	813.667,19	5.558.994,00	855.713,92	5.252.026,89	11,63				
Cultura	734.840,00	665.846,61	124.285,92	596.030,13	144.491,64	534.895,72	1,18				
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	340.000,00	225.356,61	70.456,61	225.027,27	71.456,61	215.327,27	0,48				
Diffusão Cultural	394.840,00	440.490,00	53.829,31	371.002,86	73.035,03	319.568,45	0,71				
Urbanismo	3.479.200,00	7.768.134,10	607.191,98	6.602.294,29	465.226,76	4.437.393,00	9,82				
Planejamento e Orçamento	200.000,00	200.000,00	41.612,12	173.791,69	41.800,42	173.791,69	0,38				
Infra-Estrutura Urbana	835.000,00	4.906.975,45	124.732,04	3.918.448,54	92.086,47	1.953.470,36	4,32				
Serviços Urbanos	2.444.200,00	2.661.158,65	440.847,82	2.510.054,06	331.339,87	2.310.130,95	5,11				
Habitação	455.000,00	300.000,00	14.535,71	54.749,19	14.485,71	53.399,19	0,12				
Administração Geral	35.000,00	35.000,00	5.623,58	34.026,25	5.623,58	34.026,25	0,08				
Habitação Urbana	420.000,00	265.000,00	8.912,13	20.722,94	8.862,13	19.372,94	0,04				
Gestão Ambiental	94.200,00	49.200,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,03				

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			R\$ 1,00	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	Saldo (a-b)
Preservação e Conservação Ambiental		14.200,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00
	Recursos Hídricos	80.000,00	45.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,03	33,33	30.000,00
Agricultura		3.635.000,00	5.107.525,00	447.146,95	4.046.567,71	1.113.433,76	3.433.870,27	7,60	67,23	1.673.654,73
Promoção da Produção Animal		550.000,00	550.000,00	62.924,25	465.216,56	62.624,25	464.916,56	1,03	84,53	85.083,44
	Extensão Rural	3.085.000,00	4.557.525,00	384.222,70	3.581.351,15	1.050.809,51	2.968.953,71	6,57	65,14	1.588.571,29
Indústria		1.275.600,00	1.475.600,00	17.937,71	1.244.378,02	364.033,73	1.232.609,49	2,73	83,53	242.990,51
Promoção Industrial		1.275.600,00	1.475.600,00	17.937,71	1.244.378,02	364.033,73	1.232.609,49	2,73	83,53	242.990,51
Comércio e Serviços		606.500,00	2.220.510,00	28.750,46	1.168.500,37	44.228,52	189.948,00	0,42	8,55	2.030.562,00
	Extensão Rural	30.000,00	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00	0,00	100,00	0,00
Promoção Comercial		487.000,00	487.000,00	17.436,03	119.804,53	32.837,78	116.316,03	0,26	23,88	370.683,97
Turismo		89.500,00	1.733.500,00	11.314,43	1.048.685,84	11.390,74	73.621,97	0,16	4,25	1.659.878,03
Transporte		1.325.000,00	1.388.000,00	150.719,60	1.173.495,69	156.543,22	1.140.017,78	2,52	82,13	247.982,22
	Transporte Rodoviário	1.325.000,00	1.388.000,00	150.719,60	1.173.495,69	156.543,22	1.140.017,78	2,52	82,13	247.982,22
Desporto e Lazer		734.840,00	1.466.090,00	-815.769,07	589.670,25	149.832,98	561.333,50	1,24	38,29	904.756,50
	Desporto Comunitário	734.840,00	1.466.090,00	-815.769,07	589.670,25	149.832,98	561.333,50	1,24	38,29	904.756,50
Encargos Especiais		2.800.000,00	3.123.000,00	512.990,66	2.881.889,82	512.989,34	2.881.888,50	6,38	92,28	241.111,50
Refinanciamento da Dívida Interna		1.000.000,00	1.260.000,00	229.473,33	1.206.982,45	229.473,33	1.206.982,45	2,67	95,79	53.017,55
	Outros Encargos Especiais	1.800.000,00	1.863.000,00	283.517,33	1.674.907,37	283.516,01	1.674.906,05	3,71	89,90	188.093,95
Reserva de Contingência		121.248,60	121.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.248,60
Reserva de Contingência		121.248,60	121.248,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.248,60
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)		50.882.012,00	63.827.527,65	6.791.911,96	51.343.074,35	9.390.263,96	45.172.565,64	100,00	70,77	18.654.962,01

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Nov/2014, 10h e 27m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Nov/2014, 10h e 27m.

ROSIMAR MALDANER	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI	ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal	Contador CRC/SC 22.406/O-0	Controle Interno

ANEXO 8 - DEMONSTR. ENSINO - SET A OUT - 2014

Página: 1 de 7
19/11/2014 10:37

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		RECEITAS DO ENSINO				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	%
1-RECEITAS DE IMPOSTOS							
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		7.280.000,00	7.280.000,00	1.179.067,50	6.461.816,61	88,76	
1.1.1-IPTU		1.520.000,00	1.520.000,00	149.489,58	1.593.373,78	104,83	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		1.400.000,00	1.400.000,00	114.262,56	1.650.839,94	117,92	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU		-	-	-	-	-	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		120.000,00	120.000,00	35.227,02	113.369,96	94,47	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU		-	-	-	-	-	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		-	-	-	-	-	
1.2.1-ITBI		1.800.000,00	1.800.000,00	295.653,16	1.410.703,17	78,37	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		1.800.000,00	1.800.000,00	295.653,16	1.410.703,17	78,37	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI		-	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		-	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI		-	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		3.060.000,00	3.060.000,00	559.333,63	2.677.463,56	87,50	
1.3.1-ISS		3.000.000,00	3.000.000,00	546.512,99	2.636.499,90	87,88	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		-	-	-	-	-	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS		60.000,00	60.000,00	12.820,64	43.853,18	73,09	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		-	-	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS		-	-	-	-	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		900.000,00	900.000,00	174.591,13	780.276,10	86,70	
1.4.1-IRRF		900.000,00	900.000,00	174.591,13	780.276,10	86,70	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		-	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF		-	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF		-	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF		-	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)		-	-	-	-	-	
1.5.1-ITR		-	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR		-	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR		-	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR		-	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR		-	-	-	-	-	

Página: 2 de 7
19/11/2014 10:37

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)				R\$ 1,00		
	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
2.1-Cota-Parte FPM						
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b						
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d						
2.2-Cota-Parte ICMS						
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996						
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação						
2.5-Cota-Parte ITR						
2.6-Cota-Parte IPVA						
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro						
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		37 352 000,00	37 352 000,00	5.793.099,15	30.340.837,79	81,23

Página: 3 de 7
19/11/2014 10:37

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		1.425.000,00	1.425.000,00	418.389,40	1.399.795,55	98,23
5.1 - Transferências do Salário-Educação		1.000.000,00	1.000.000,00	129.914,89	673.110,96	67,31
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		-	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		-	-	-	-	-
5.5 - Outras Transferências do FNDE		425.000,00	425.000,00	288.474,51	726.684,59	170,98
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		-	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios		-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		300.000,00	300.000,00	64.485,34	257.941,36	85,98
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		1.725.000,00	1.725.000,00	482.874,74	1.657.736,91	96,10

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB						
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)		6.014.400,00	6.014.400,00	925.463,36	4.776.840,82	79,42
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)		2.600.000,00	2.600.000,00	305.834,66	1.848.748,72	71,11
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)		2.800.000,00	2.800.000,00	504.272,63	2.377.755,47	84,92
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)		14.000,00	14.000,00	2.045,60	9.205,20	65,75
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))		40.000,00	40.000,00	7.448,20	33.520,87	83,80
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)		400,00	400,00	2.300,70	2.368,49	592,12
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		560.000,00	560.000,00	103.561,57	505.242,07	90,22
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		8.000.000,00	8.000.000,00	1.320.068,52	6.437.915,83	80,47
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		8.000.000,00	8.000.000,00	1.320.068,52	6.437.915,83	80,47
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		-	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) ¹		1.985.600,00	1.985.600,00	394.605,16	1.661.075,01	83,66
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB						
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB						

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)
R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DESPESAS LIQUIDADAS					R\$ 1,00
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)		%	
			No Bimestre			
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.600.000,00	7.600.000,00	1.311.124,13	6.282.533,40		82,40
13.1-Com Educação Infantil	3.600.000,00	3.600.000,00	467.941,96	2.795.811,70		77,66
13.2-Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	4.000.000,00	843.182,17	3.466.721,70		86,67
14-OUTRAS DESPESAS	400.000,00	400.000,00	-	26.117,08		6,53
14.1-Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	-	-		-
14.2-Com Ensino Fundamental	200.000,00	200.000,00	-	26.117,08		13,06
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	8.000.000,00	8.000.000,00	1.311.124,13	6.288.650,48		78,61
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			VALOR			
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%	-					
16.2 - FUNDEB 40%	-					
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						
17.1 - FUNDEB 60%	-					
17.2 - FUNDEB 40%	-					
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-					
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR			
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	6.288.650,48					
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL* (13-(16.1+17.1))/(1)x100%	97,28					
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2)))/(1)x100%	0,41					
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%	2,32					

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		-713,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014*		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	9.338.000,00	9.338.000,00	1.448.274,79	7.585.209,45	81,23

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	6.093.360,00	6.343.360,00	790.941,36	4.876.411,88	76,87
23.1-Creche	6.093.360,00	6.343.360,00	790.941,36	4.876.411,88	76,87
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	467.941,96	2.795.811,70	73,57
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.293.360,00	2.543.360,00	322.999,40	2.080.600,18	81,81
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	5.960.000,00	6.370.000,00	1.373.436,96	5.482.065,28	86,06
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.200.000,00	4.200.000,00	843.182,17	3.492.838,78	83,16
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.760.000,00	2.170.000,00	530.254,79	1.989.226,50	91,67
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	12.053.360,00	12.713.360,00	2.164.378,32	10.358.477,16	81,48

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	R\$ 1,00
		VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		1.661.075,01
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)		-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4		-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)		-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)		1.661.075,01
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))		8.697.402,15
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)X100%)		28,67

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.000.000,00	168.928,44	859.597,86	85,96
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	375.000,00	1.761.383,59	297.347,82	707.605,27	40,17
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.375.000,00	2.761.383,59	466.276,26	1.567.203,13	56,75
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	13.428.360,00	15.474.743,59	2.630.654,58	11.925.680,29	77,07
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-	-	-

Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		R\$ 1,00
	VALOR	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.437.915,83	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.279.838,70	
49.1-Orçamentário do Exercício	6.279.160,70	
49.2-Restos a Pagar	678,00	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	158.077,13	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Nov/2014, 10h e 29m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

ROSIMAR MALDANER CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI ADRIANA DIAS
Prefeita Municipal Contador CRC/SC 22.406/O-0 Controle Interno

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 445/2014

PORTARIA n.º 445/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal IVONETE SALVADOR CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de Julho de 2007 a 29 de Junho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 446/2014

PORTARIA n.º 446/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei n.º 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora TATIANI MACEDO ROCHA SCARDUELI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Ivonete Salvador Cardoso, em virtude de Licença Prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ERRATA 04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014

ERRATA 04

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação do Edital de Processo Seletivo nº 003/2014, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no seguinte Item:

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

ALTERAÇÃO:

3.1.4 - Educação Física e Resgate Social Esportivo

Origem e evolução da Educação Física, Educação Física na Concepção Histórico Cultural, Educação Física Crítico Superadora; Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos essenciais da Educação Física Escolar: Corporeidade/Movimento: dança; jogos; ginástica, Esporte e Lutas e Qualidade de vida. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física.

3.1.5-Artes:

Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte. Parâmetros curriculares nacionais: Arte.

3.1.6 - Língua Portuguesa.

Compreensão de textos contemporâneos. 2. Identificação das características de composição e de função social de diferentes gêneros de texto. 3. O sistema ortográfico do português - emprego de letras. 4. Acentuação gráfica de acordo com o atual Acordo Ortográfico. 5. Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal; o fenômeno da crase. 6. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto escrito (níveis: morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo). 6.1 Formação de palavras - significado e sentido de morfemas. 6.2 Emprego das diferentes classes gramaticais na construção de sentido do texto escrito. 6.3 Flexão verbal - valor semântico de tempos, modos e vozes verbais, locuções verbais, tempos compostos e formas nominais do verbo. 6.4 Elipse. 6.5 Colocação de termos na oração. 6.6 Relações de sentido entre orações e segmentos de texto - conectores que conferem coerência e coesão ao texto. 6.7 Emprego dos sinais de pontuação. 7. Conotação e denotação - figuras de linguagem. Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa.

3.1.8 - Matemática

1. Operações com números reais: Resolução de problemas envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 2. Múltiplos e Divisores. 3. Proporcionalidade: Razão

e proporção; Divisão proporcional. Regra de três simples. Porcentagem. 4. Medidas de comprimento, área, capacidade, volume, massa e tempo. 5. Princípio Multiplicativo. 6. Cálculo Algébrico: Resolução de situações problemas envolvendo equações e sistemas do 1º grau. 7. Volumes dos principais sólidos geométricos. 8. Conservação, redução e ampliação de perímetros e áreas das principais figuras planas usando malhas quadriculadas. Cálculo de áreas e perímetros. 9. Figuras tridimensionais e suas respectivas planificações. 10. Arestas, vértices e faces de um sólido geométrico. 11. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática.

3.1.9- Geografia

A Educação Geográfica e o Ensino Fundamental. 2. Os processos da dinâmica natural (geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos, botânicos e pedológicos) e as formas espaciais resultantes. 3. Aproveitamento econômico, gestão e uso dos recursos naturais, problemas ambientais resultantes e as iniciativas para a conservação do meio-ambiente. 4. Fundamentos da cartografia: convenções, escalas e projeções cartográficas, formas de representação do relevo, fusos horários e o caráter ideológico das representações cartográficas; 5. Distribuição espacial da população, dinâmicas do crescimento demográfico, estrutura populacional, teorias demográficas, movimentos populacionais, desigualdades socioeconômicas, étnicas e de gênero. 6. Fontes de energia e as questões econômicas e ambientais correlatas. 7. O processo de mundialização da economia capitalista, a Revolução Técnico-científica, o pós-fordismo, e a importância das redes técnicas para a organização do espaço. 8. Meio ambiente urbano, critérios de definição de aglomerado urbano, processos de metropolização/desmetropolização e formas espaciais correlatas, rede urbana e hierarquia urbana, a organização interna da cidade capitalista. 9. O comércio internacional e a integração do Brasil à economia mundial. 10. Características básicas da organização do Estado territorial brasileiro, as políticas públicas regionais, regionalizações, unidades regionais, identidades regionais brasileiras, divisão territorial do trabalho no Brasil. 11. Geografia regional do mundo. 12. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia.

3.1.10- História

Transformações e permanências: Tempo do indivíduo e o tempo social; tempo cronológico e tempo histórico, características dos sistemas sociais e culturais, registro de tempo ao longo da história. 2. Diferenças socioculturais que caracterizam os espaços sociais (escola, a localidade, a cidade, o país e o mundo), reconhecimento, valorização e respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural como fundamentos da vida social. 3. Formação histórica brasileira: o estudo e a análise de situações históricas - o período da colonização, processo de independência, período monárquico, a República, desenvolvimento e consolidação da democracia, inserção no mundo globalizado - reconhecimento e valorização da diversidade, responsáveis pela construção das identidades individual e coletiva. 4. Influências da História nas formas de convivência e organização social do tempo presente e do passado. 5. As relações sociais de trabalho ao longo da história: impactos da tecnologia nas transformações dos processos de trabalho, relações entre trabalho e cidadania, trabalho urbano e trabalho rural. 6. Parâmetros Curriculares Nacionais de História.

3.1.12 - Ciências

Educação em ciências: conteúdo e metodologia. Questões sócio-científicas e as implicações éticas. Alfabetização científica. 2. Origem da vida. Principais teorias do processo evolutivo. 3. Seres vivos. Origem das espécies. Biodiversidade. Caracterização geral dos filos. Funções vitais. Sistemas de classificação. 4. Biologia celular. Principais diferenças entre procariotas e eucariotas. Processos bioenergéticos: fundamentos, respiração e fotossíntese, biossíntese de proteínas. Reprodução celular: mitose e meiose. Desenvolvimento embrionário. Reprodução humana. 5. Genética. Fundamentos de citogenética. Código genético. Caracterização

geral das biotecnologias e seus impactos sociais. Organismos geneticamente modificados. 6. Ecologia. Conceitos fundamentais. Relações tróficas entre os seres vivos. O ecossistema e seus componentes. Os principais biomas. Educação ambiental: princípios gerais. Ocupação histórica do meio ambiente pelo homem. Poluição e desequilíbrios ecológicos. 7. Ser humano e Saúde. Educação para a promoção da saúde. Conceitos de saúde. Sistemas do corpo humano. Sexualidade. Doenças transmissíveis, meio ambiente e qualidade de vida. Implicações no contexto atual. 8. Universo, Sistema Solar e Planeta Terra. Teoria do Big Bang. Energia e suas transformações. Sol como fonte básica de energia. Elementos da natureza: ar, água e solo. Ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. Importância e propriedades da água. 9. Matéria. Teoria atômica-molecular: evolução do conceito de átomo. Estados físicos da matéria. Mudanças de estado. Aspectos macroscópicos: substâncias simples e compostas; misturas homogêneas e heterogêneas. Processos físicos de fracionamento das misturas. Soluções. Funções químicas inorgânicas: conceitos, classificações e nomenclaturas de óxidos, ácidos, hidróxidos e sais. 10. Vida: Movimentos e Fenômenos. Transformações mecânicas, térmicas e eletromagnéticas. Fenômenos ondulatórios: acústicos e ópticos. 11. Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências.

MELEIRO/SC, em 18 de Novembro de 2014.

Fica homologada a ERRATA 04 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014.

JAIRO LUIZ CANELA

Secretário Municipal de Educação

JONNEI ZANETTE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 447/2014

PORTARIA n.º 447/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LEA SONIA PASINI BERKENBROCK, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 19/11/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 015/2014

Município de Morro da Fumaça. Extrato do Primeiro termo Aditivo do contrato 015/2014 da Tomada de Preço 015/2014, como Vecendora a empresa CASA DO CONSTRUTOR & CONSTRUÇÕES EIRELI ME. Altera-se a data de vigência do contrato que era de 31/12/2014 para 30/06/2015.. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

PORTARIA 488-505

Portaria	Data	Ementa
488	01/10/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA ROBERTA HENRIQUE GOMES DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
489	01/10/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 439/2014 DE 09/08/2014 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA RUBIA ZACCARON RECCO MAGAGNIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
490	02/10/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 547/2013 DE 19/09/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MARITELMA PADOIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
491	06/10/2014	CONTRATA EM CARÁTER JÚLIA MACCARI ESPINDULA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
492	06/10/2014	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR FELIPE PEDROSO OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGO.
493	07/10/2014	DESIGNA A PROFESSORA ELIANE SARTOR A RESPONDER POR MAIS 10 HORAS SEMANAIS.
494	08/10/2014	DESIGNA O SERVIDOR VILSON SAMPAIO SCHAMBECK OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA COMO COORDENADOR DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.
495	10/10/2014	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CINARA DE ROCHI, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.
496	13/10/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOELSO MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA
497	13/10/2014	PRORROGA O PRAZO DA LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, CONCEDIDA A SERVIDORA SANTINA BÚRIGO MATHIOLA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
498	16/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA FLAVIA BEHENCK EVALDT, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
499	24/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELISA MARIA MEDEIROS CABRAL CECHINEL, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.

500	24/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA JANAINA PEREIRA IGNÁCIO LUCIANO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
501	24/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR JOSÉ ANTONIO RABELLO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.
502	28/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ALINE CONTI MACCARI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA
503	29/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ALBANI NANDI DA ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
504	30/10/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELISABETH MENDES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
505	30/10/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA GISELLE PATRICIO SILVEIRA MARAGNO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Navegantes

PREFEITURA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO 3034/2013

PORTARIA Nº. 3034 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a Sr.^a CACIARA MEDEIROS CORREIA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 02 de agosto de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2013.

DECRETO 733 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 733 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

FIXA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IPTU E SUAS TAXAS REFERENTES AO ANO DE 2015, COM SEUS RESPECTIVOS DESCONTOS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município e o artigo 237 da lei complementar n.º 6 de 31/12/2002,

DECRETA:

Art. 1º O vencimento da parcela única do IPTU e suas taxas

referentes ao exercício de 2015 fica fixado conforme segue:

I - Pagamento até 31/1/2015: desconto de 20% (vinte por cento);

II - Pagamento até 28/2/2015: desconto de 15% (quinze por cento);

III - Pagamento até 31/3/2015: desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º Para o contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU e suas taxas referentes ao exercício de 2015 em parcelas, poderá fazê-lo em até 10 (dez) vezes, com pagamento da primeira parcela até a data de 31/03/2015, sem multas ou juros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de Novembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento**PREFEITURA****CONTRATO Nº 120/2014**

CONTRATO Nº 120/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 108/2014. Modalidade: Tomada de Preços nº 012/2014. Homologação: 20/11/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA ME, estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, 564, Bairro Jardim São Paulo, cidade de São João Batista/SC, CNPJ Nº 07.258.202/0001-87. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material para realizar drenagem e pavimentação na Rua Maria Menon Marcolla, distrito de Claraíba, Nova Trento. O valor total é de R\$ 57.100,95 (Cinquenta e sete mil cem reais e noventa e cinco centavos). Prazo de execução: 90 (noventa) dias.

Nova Trento, 20 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Novo Horizonte**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 014/2014

Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada....: PANDINI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA

Valor : 46.944,51 (quarenta e seis mil novecentos e quarenta e

quatro reais e cinqüenta e um centavos)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 002/2014

Recursos : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 122.430,96

Objeto : Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais

vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução de obra

de engenharia para Ampliação e Readequação de salas da Unidade de

Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução indireta

de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo,

Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.

Novo Horizonte, 18 de Novembro de 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/14

CONTRATADO: PANDINI CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação seleção de proposta mais

vantajosa para a contratação de empresa Especializada à execução de

obra de engenharia para Ampliação e Readequação de salas da Unidade

de Saúde do município de Novo Horizonte/SC, em regime de execução

indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial

Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos

Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 46.944,51 (quarenta e seis mil novecentos e

quarenta e quatro reais e cinqüenta e um centavos)

DATA: 18/11/14 - TANIA MARA WAGNER MURARO - Secretaria De Saúde.

RESULTADO DO PL Nº 068/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 033/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO O CONserto DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO TRATOR DE ESTEIRAS D41E-67, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 19/11/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME, que foi vencedora dos itens 01 a 34 com valor global de R\$ 12.441,79 (Doze mil quatrocentos e quarenta e um real e setenta e nove centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 033/2014.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Outubro de 2014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO CONTRATUAL Nº 092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 092/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

Valor : 12.441,79 (doze mil quatrocentos e quarenta e um reais e

setenta e nove centavos)

Vigência : Início: 19/11/2014 Término: 29/05/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2014

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 64.349,81

Objeto : A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE

OBRA, VISANDO O CONserto DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO

TRATOR DE ESTEIRAS D41E-67, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO Nº

4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Novo Horizonte, 19 de Novembro de 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 068/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

HOMOLOGAÇÃO: 19/11/2014

CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE

OBRA, VISANDO O CONserto DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO

TRATOR DE ESTEIRAS D41E-67, ANO 2007, FROTA Nº 48, PATRIMÔNIO

Nº 4507, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme

quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 12.441,79 (doze mil quatrocentos e quarenta

e um

reais e setenta e nove centavos)

DATA: 19/11/14 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

OFICIO 576-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1094/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
LXB1585	55034334E	6602/0	05/08/2014	230*VI
LXB1585	55034626E	6599/2	05/08/2014	230*V
LXB1585	55034527E	5010/0	05/08/2014	162*I
LXP0192	55036062E	5010/0	18/08/2014	162*I
LXP0192	55036063E	6599/2	18/08/2014	230*V
LZB1079	55033882E	5010/0	18/08/2014	162*I
LZC3260	55034537E	6912/0	17/08/2014	232
LZC3260	55034538E	5045/0	17/08/2014	162*V
LZG9767	55035189E	5010/0	11/08/2014	162*I
MAF7904	55035192E	5010/0	11/08/2014	162*I
MAF7904	55035193E	6599/2	11/08/2014	230*V
MAU4763	55034518E	6599/2	02/08/2014	230*V
MCF2951	55035551E	6653/2	06/08/2014	230*XI
MEN2653	55033399E	5010/0	06/08/2014	162*I
MEN2653	55033400E	5118/0	06/08/2014	164c/c162*I
MIU5828	55034520E	6912/0	02/08/2014	232
MJM7165	55033396E	6599/2	06/08/2014	230*V
MJM7165	55033397E	5010/0	06/08/2014	162*I
MLW0866	55035190E	6637/2	11/08/2014	230*IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS EN-TRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1095/2014.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ANQ4023	55034866E	7366/2	07/08/2014	252*VI
CCM1491	55033883E	5185/1	18/08/2014	167
CIH4640	55034105E	7366/2	12/08/2014	252*VI
DDO9045	55033631E	5509/0	07/08/2014	181*XIII
DOG5715	55035552E	5185/1	09/08/2014	167
GTQ9409	55034104E	5509/0	12/08/2014	181*XIII
LYB0333	55035578E	5509/0	01/09/2014	181*XIII
MBU9251	55035859E	7030/2	30/08/2014	244*I
MCK6536	55034885E	5541/4	02/09/2014	181*XVII
MCT2939	55036133E	5185/1	13/08/2014	167
MDQ2077	55033637E	5738/0	13/08/2014	186*II
MEA0542	55033878E	5509/0	15/08/2014	181*XIII
MET3123	55033630E	5509/0	07/08/2014	181*XIII
MFI8096	55033887E	5185/1	18/08/2014	167
MFM4136	55034814E	7366/2	01/09/2014	252*VI
MGR6984	55033633E	5738/0	10/08/2014	186*II
MHV8080	55034531E	5380/0	08/08/2014	181*I
MIQ6823	55034821E	5380/0	04/09/2014	181*I
MJD6100	55034533E	5541/5	14/08/2014	181*XVII
MJS6403	55036061E	5185/1	14/08/2014	167
MKJ2115	55033638E	5738/0	13/08/2014	186*II
MLJ4017	55033886E	7030/1	18/08/2014	244*I
MLO5944	55036059E	5509/0	12/08/2014	181*XIII
MLW6600	55033636E	5509/0	13/08/2014	181*XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS EN-TRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1096/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO,

CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN6346	55035011E	6599/2	31/05/2014	R\$191,53	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1097/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IOS3074	55035819E	5835/0	16/05/2014	R\$127,69	195
MCI2367	55033860E	5185/1	04/07/2014	R\$127,69	167
MCK3171	55034361E	5185/1	04/06/2014	R\$127,69	167
MCK3171	55035479E	5185/1	16/06/2014	R\$127,69	167
MHW1426	55035483E	6122/0	18/06/2014	R\$191,53	214*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1098/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS

PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MAU9563	55033632E	6548/0	10/08/2014	229
MBV2183	55035858E	6599/2	02/09/2014	230*V
MCI0372	55033398E	6599/2	06/08/2014	230*V
MDH5522	55036149E	6599/2	06/09/2014	230*V
MDJ2712	55033252E	6599/2	09/09/2014	230*V
MDJ2712	55033253E	5045/0	09/09/2014	162*V
MIW6383	55036084E	5010/0	08/09/2014	162*I
MIW6383	55036085E	6599/2	08/09/2014	230*V
MJQ6723	55034828E	6599/2	10/09/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1099/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AOH9424	55035868E	5193/0	05/09/2014	168
LXT8873	55036052E	5487/0	09/08/2014	181*X
MBV2183	55035857E	5550/0	02/09/2014	181*XVIII
MDM8045	55034830E	5541/4	10/09/2014	181*XVII
MEX0232	55036080E	5487/0	05/09/2014	181*X
MKC0061	55034832E	5541/1	10/09/2014	181*XVII
MLT2637	55033251E	5207/0	09/09/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S)

NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1100/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EAS9769	55034495E	5045/0	15/07/2014	R\$ 191,53	162*V
LWU8732	55036208E	6599/2	14/07/2014	R\$191,53	230*V
LWU8732	55036209E	5010/0	14/07/2014	R\$574,61	162*I
LZN6441	55034856E	5045/0	15/07/2014	R\$191,53	162*V
MCL5259	55033833E	5010/0	16/05/2014	R\$574,61	162*I
MFL8635	55034486E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229
MJT6600	55034485E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229
MLS6756	55033608E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1101/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYM7764	55034776E	5509/0	30/05/2014	R\$ 85,12	181*XIII
MHF6747	55034266E	5185/1	21/02/2014	R\$127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1102/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
CLR7617	55034330E	5010/0	09/08/2014	162*I
CLR7617	55034332E	5169/1	09/08/2014	165
CLR7617	55034333E	6645/0	09/08/2014	230*X
IFF1427	55035954E	6599/2	28/08/2014	230*V
IOB4632	55035586E	6637/1	10/09/2014	230*IX
LXA0434	55034951E	6599/2	29/08/2014	230*V
LYK1946	55034415E	6599/2	22/09/2014	230*V
LZG2142	55034545E	5010/0	20/08/2014	162*I
LZG2142	55034646E	5061/0	20/08/2014	163c/c162*I
LZS0604	55034345E	6599/2	22/08/2014	230*V
MAH8686	55034875E	5010/0	26/08/2014	162*I
MAP9108	55033891E	5010/0	24/08/2014	162*I
MBH2118	55034349E	5010/0	22/08/2014	162*I
MCB6442	55033597E	5010/0	09/08/2014	162*I
MCC5380	55033906E	6599/2	22/09/2014	230*V
MCH2388	55036025E	5010/0	21/08/2014	162*I
MCH3957	55036143E	6599/2	22/08/2014	230*V
MCH3957	55036144E	5010/0	22/08/2014	162*I
MCV9478	55034418E	6912/0	25/09/2014	232
MDA0522	55034343E	6599/2	20/08/2014	230*V
MDA0522	55034344E	5010/0	20/08/2014	162*I

MDY4027	55036070E	6637/1	24/08/2014	230*IX
MDY6048	55034350E	6599/2	25/08/2014	230*V
MEH5296	55034878E	5010/0	26/08/2014	162*I
MFY7807	55034879E	6610/2	26/08/2014	230*VII
MGE0653	55034848E	7340/0	16/09/2014	252*IV
MIS7734	55035565E	6599/2	23/08/2014	230*V
MIW8493	55034827E	5169/1	07/09/2014	165
MJN2699	55033392E	5010/0	09/08/2014	162*I
MJN2699	55033393E	5169/1	09/08/2014	165
MKL6747	55035571E	5010/0	26/08/2014	162*I
MKL6747	55035573E	6556/1	26/08/2014	230*I
MKS2090	55034868E	5010/0	19/08/2014	162*I
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MKY0062	55034873E	5010/0	20/08/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL. ORLEANS/SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2014.
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1103/2014.
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
ANM3434	55034882E	5185/1	28/08/2014	167
AOH9424	55035591E	5185/1	13/09/2014	167
AOZ9840	55036089E	5541/1	17/09/2014	181*XVII
CTI8454	55035563E	5509/0	20/08/2014	181*XIII
CWK2379	55035600E	5541/1	16/09/2014	181*XVII
IFF1427	55035955E	5452/1	28/08/2014	181*VIII
IOB4632	55035587E	5185/1	10/09/2014	167
JST7434	55033910E	5541/1	22/09/2014	181*XVII
LXL9872	55033650E	5738/0	28/08/2014	186*II
LXZ8793	55033901E	5185/1	16/09/2014	167
LXZ8793	55034411E	5185/1	22/09/2014	167
LYK1946	55034414E	5185/1	22/09/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
MAW4338	55033892E	5835/0	24/08/2014	195
MAW4338	55033893E	5207/0	24/08/2014	169
MAX3435	55034342E	5460/0	20/08/2014	181*IX
NBG2476	55034877E	5185/1	26/08/2014	167
MBG4203	55034829E	5509/0	10/09/2014	181*XIII
MBK4777	55034421E	5487/0	25/09/2014	181*XI
MBK4777	55034422E	7366/2	25/09/2014	252*VI
MCC5380	55033907E	5541/4	22/09/2014	181*XVII
MCK6542	55035568E	7366/2	23/08/2014	252*VI
MCQ5694	55035562E	5193/0	20/08/2014	168
MCX6819	55034410E	5185/2	22/09/2014	167
MDI2531	55036138E	5207/0	19/08/2014	169
MDY4027	55036071E	5835/0	24/08/2014	195
MEI4160	55036136E	5185/1	19/08/2014	167
MEL1015	55033640E	6122/0	19/08/2014	214*I
MEM6158	55036147E	5185/1	28/08/2014	167
MEN7516	55036221E	5738/0	14/09/2014	186*II
MEX0232	55034841E	5398/0	13/09/2014	181*II
MEZ0632	55034812E	5509/0	29/08/2014	181*XIII
MFF6312	55034956E	5509/0	18/09/2014	181*XIII
MFO5744	55036075E	5550/0	30/08/2014	181*XVIII
MFV5694	55034412E	5185/1	22/09/2014	167
MGC2681	55034889E	5441/4	18/09/2014	181*XVII
MGR6369	55034403E	5541/1	19/09/2014	181*XVII
MGT6444	55035885E	7366/2	23/09/2014	252*VI
MGV6375	55036077E	5347/0	30/08/2014	178
MHC5295	55034890E	5541/4	18/09/2014	181*XVII
MHP7759	55033257E	5185/1	12/09/2014	167
MHS7429	55034521E	5460/0	09/08/2014	181*IX
MHW4641	55035897E	5460/0	27/09/2014	181*IX
MIA4913	55036140E	5207/0	22/08/2014	169
MIK5464	55036078E	5347/0	30/08/2014	178
MIR9836	55033652E	5541/4	26/09/2014	181*XVII
MIU7164	55033258E	5185/1	24/09/2014	167
MIX4666	55035887E	5541/4	26/09/2014	181*XVII
MJE0611	55035196E	5207/0	26/08/2014	169
MJP5997	55035584E	5541/1	10/09/2014	181*XVII
MJQ4148	55033651E	5541/1	26/09/2014	181*XVII
MJS7435	55035852E	5550/0	27/08/2014	181*XVIII
MKC0061	55034846E	5541/1	16/09/2014	181*XVII
MKL6747	55035572E	5835/0	26/08/2014	195
MKL6747	55035574E	5720/0	26/08/2014	186*I
MKL6747	55035575E	5924/1	26/08/2014	203*I
MKN9454	55036135E	5185/1	14/08/2014	167
MKP3797	55034845E	5509/0	16/09/2014	181*XIII
MLE3263	55034834E	5541/1	10/09/2014	181*XVII
MLG8736	55036141E	5207/0	22/08/2014	169
MLJ4480	55033655E	7366/2	29/09/2014	252*VI
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento

MML7356	55033915E	5185/1	22/09/2014	167
---------	-----------	--------	------------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1104/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFX3686	55034577E	6700/0	03/03/2014	R\$ 127,69	230*XVI
EGW1982	55034180E	6599/2	17/05/2014	R\$191,53	230*V
IEO8818	55033785E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
ILL9541	05532942E	6920/0	09/05/2014	R\$127,69	233
JGL9582	55033781E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
LWS1309	55034487E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229
LXO6229	55035920E	6599/2	13/05/2014	R\$191,53	230*V
LYI1449	55035458E	6637/2	29/05/2014	R\$127,69	230*IX
LYJ8760	55035453E	6408/0	23/05/2014	R\$85,12	221
LYM5981	55033809E	6599/2	06/05/2014	R\$191,53	230*V
LYO8519	55035948E	6700/0	28/05/2014	R\$127,69	230*XVI
LYW4099	55035246E	6599/2	29/05/2014	R\$191,53	230*V
LYW4896	55034778E	6599/2	02/06/2014	R\$191,53	230*V
LYW4896	55034779E	5010/0	02/06/2014	R\$574,61	162*I
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW4896	55034780E	6610/2	02/06/2014	R\$ 127,69	230*VII
LZG9767	55035908E	5010/0	07/05/2014	R\$574,61	162*I
LZO0440	55034182E	6602/0	18/05/2014	R\$191,53	230*VI
LZO0440	55034183E	6637/2	18/05/2014	R\$127,69	230*IX
LZU1029	55035209E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
LZU1029	55035210E	5169/1	17/05/2014	R\$1.915,38	165
LZU5928	55034359E	6599/2	04/06/2014	R\$191,53	230*V
MAI4510	55033765E	6599/2	29/04/2014	R\$191,53	230*V
MAN1278	55033787E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
MAV5421	55034231E	5010/0	04/05/2014	R\$574,61	162*I
MAV5421	55034232E	6599/2	04/05/2014	R\$191,53	230*V
MAV5421	55035904E	5169/1	04/05/2014	R\$1.915,38	165

MAW4338	54440936E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
MBH6188	05532940E	6920/0	09/05/2014	R\$127,69	233
MBJ8542	55035934E	6599/2	16/05/2014	R\$191,53	230*V
MBO5701	55033806E	6599/2	03/05/2014	R\$191,53	230*V
MBO5701	55033807E	5010/0	03/05/2014	R\$574,61	162*I
MBT3349	55035823E	6700/0	21/05/2014	R\$127,69	230*XVI
MBV4552	55035817E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
MBV4552	55035818E	6599/2	17/05/2014	R\$191,53	230*V
MCC4217	55035830E	6610/2	01/06/2014	R\$127,69	230*VII
MCG4791	55033788E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
MCY1259	05532945E	6920/0	09/05/2014	R\$127,69	233
MDO0371	55033790E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
MDT6462	55034921E	6599/2	29/05/2014	R\$191,53	230*V
MET6290	55033859E	6599/2	29/06/2014	R\$191,53	230*V
MFI0194	55035151E	6610/2	17/05/2014	R\$127,69	230*VII
MFI0194	55035152E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
MFI0194	55035153E	6580/0	17/05/2014	R\$191,53	230*IV
MFJ1027	05532937E	6920/0	09/05/2014	R\$127,69	233
MFR5341	05532938E	6920/0	09/05/2014	R\$127,69	233
MFR5501	55035807E	5010/0	16/05/2014	R\$574,61	162*I
MFT0798	55035160E	5010/0	07/06/2014	R\$574,61	162*I
MFJ8772	55035917E	6599/2	13/05/2014	R\$191,53	230*V
MFZ5543	55035452E	6637/2	23/05/2014	R\$127,69	230*IX
MGB4132	55034910E	7340/0	28/05/2014	R\$85,12	252*IV
MGJ5459	55034322E	5010/0	29/04/2014	R\$574,61	162*I
MGQ7912	55033798E	5010/0	16/05/2014	R\$574,61	162*I
MGV0171	55035017E	6599/2	05/06/2014	R\$191,53	230*V
MGV0171	55035018E	5010/0	05/06/2014	R\$574,61	162*I
MGV9809	55035155E	6599/2	03/06/2014	R\$191,53	230*V
MHC2779	55035462E	6599/2	29/05/2014	R\$191,53	230*V
MHE5313	55035012E	5010/0	31/05/2014	R\$574,61	162*I
MHE5313	55035013E	6599/2	31/05/2014	R\$191,53	230*V
MHG0379	55035461E	6700/0	29/05/2014	R\$127,69	230*XVI
MHI1559	55034352E	6599/2	04/06/2014	R\$191,53	230*V
MHN7220	55034248E	5274/1	10/05/2014	R\$191,53	175
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHS5603	55035813E	6556/1	17/05/2014	R\$ 191,53	230*I
MHS5603	55035814E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
MHW0565	55035270E	6912/0	14/05/2014	R\$53,20	232
MIF1342	55033789E	6920/0	08/05/2014	R\$127,69	233
MIO7097	55035208E	6599/2	17/05/2014	R\$191,53	230*V
MIY9849	55035451E	6637/2	23/05/2014	R\$127,69	230*IX
MJJ8535	55034774E	6700/0	30/05/2014	R\$127,69	230*XVI
MJJ8535	55034775E	5045/0	30/05/2014	R\$191,53	162*V
MJK2329	55035212E	6700/0	18/05/2014	R\$127,69	230*XVI
MKG5322	55033812E	5010/0	12/05/2014	R\$574,61	162*I
MKL6747	55035221E	5010/0	18/05/2014	R\$574,61	162*I
MKL9453	55035815E	5010/0	17/05/2014	R\$574,61	162*I
MKL9453	55035816E	6599/2	17/05/2014	R\$191,53	230*V
MLC9362	55033826E	5010/0	16/05/2014	R\$574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014
BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1105/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESSENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEZ2371	55034932E	5185/1	05/06/2014	R\$ 127,69	167
ASZ3896	55035002E	7366/2	29/05/2014	R\$85,12	252*VI
BGT3690	55035922E	5541/1	13/05/2014	R\$53,20	181*XVII
BMK7297	55033792E	5185/1	14/05/2014	R\$127,69	167
EGW1982	55034179E	7366/2	17/05/2014	R\$85,12	252*VI
ERN4800	55034913E	5550/0	28/05/2014	R\$85,12	181*XVIII
ICN5716	55035336E	5185/1	06/05/2014	R\$127,69	167
ICN5716	55036101E	5185/1	21/05/2014	R\$127,69	167
IFF1427	55034770E	5185/1	27/05/2014	R\$127,69	167
IFF1427	55034771E	5835/0	27/05/2014	R\$127,69	195
IF1427	55034772E	5878/0	27/05/2014	R\$85,12	199
LXO6229	55035919E	5509/0	13/05/2014	R\$85,12	181*XIII
LYK8550	55033353E	8185/1	28/06/2014	R\$127,69	167
MAT8657	55034928E	5738/0	04/06/2014	R\$191,53	186*II
MAT8657	55034929E	5452/1	04/06/2014	R\$127,69	181*VIII
MAZ6592	55035245E	5185/1	26/05/2014	R\$127,69	167
MBH3853	55034242E	5614/4	10/05/2014	R\$127,69	182*V
MBK3565	55034935E	5525/0	05/06/2014	R\$85,12	181*XV
MBU4908	55035925E	5503/0	16/05/2014	R\$85,12	181*XIII
MCC2295	55034773E	5185/1	27/05/2014	R\$127,69	167
MCD2000	55035334E	5185/1	03/05/2014	R\$127,69	167
MCG3284	55033796E	5720/0	14/05/2014	R\$127,69	186*I
MCV6978	55036102E	5207/0	21/05/2014	R\$53,20	169
MEC7051	55033614E	5541/1	17/07/2014	R\$53,20	181*XVII
MEF3360	55034764E	6530/0	21/05/2014	R\$127,69	228
MEH5197	55033823E	5509/0	16/05/2014	R\$85,12	181*XIII
MEO1091	55035226E	5207/0	23/05/2014	R\$53,20	169
MFT0798	55035159E	5835/0	07/06/2014	R\$127,69	195
MFx8772	55035918E	5738/0	13/05/2014	R\$191,53	186*II
MFZ2783	55035405E	7366/2	02/05/2014	R\$85,12	252*VI
MGB4132	55034909E	5207/0	28/05/2014	R\$53,20	169

MGK8763	55034744E	5380/0	30/04/2014	R\$85,12	181*I
MGV9809	55035156E	5460/0	03/06/2014	R\$85,12	181*IX
MHD1108	55035448E	5541/1	11/05/2014	R\$53,20	181*XVII
MHL5535	55036107E	5185/1	21/05/2014	R\$127,69	167
MHN7220	55034247E	5827/0	10/05/2014	R\$127,69	194
MHU7946	55035333E	5207/0	03/05/2014	R\$53,20	169
MHX6821	55035329E	5207/0	03/05/2014	R\$53,20	169
MIA4913	55035342E	5207/0	12/05/2014	R\$53,20	169
MIB4055	55035213E	7048/1	18/05/2014	R\$191,53	244*II
MIB4055	55035214E	6858/0	18/05/2014	R\$85,12	231*VII
MIQ3830	55035949E	5452/2	28/05/2014	R\$127,69	181*XVIII
MJM5119	55036104E	5185/1	21/05/2014	R\$17,69	167
MJO5549	55035350E	5207/0	21/05/2014	R\$53,20	169
MJX6868	55035947E	5738/0	28/05/2014	R\$191,53	186*II
MJX8330	55033837E	5185/1	19/05/2014	R\$127,69	167
MKF7728	55033794E	5738/0	14/05/2014	R\$191,53	186*II
Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKG9732	55034725E	5207/0	21/04/2014	R\$ 53,20	169
MKJ2531	55035346E	5207/0	15/05/2014	R\$53,20	169
MKL5853	55034914E	5380/0	28/05/2014	R\$85,12	181*I
MKL6747	55035219E	5835/0	18/05/2014	R\$127,69	195
MKL6747	55035220E	5215/2	18/05/2014	R\$191,53	170
MKM2266	55035935E	5550/0	19/05/2014	R\$85,12	181*XVIII
MKY9527	55036105E	5207/0	21/05/2014	R\$53,20	169
MKZ7788	54440945E	5185/1	22/06/2014	R\$127,69	167
MLE9405	55034763E	5541/1	21/05/2014	R\$53,20	181*XVII
MLK7876	55036108E	5207/0	21/05/2014	R\$53,20	169
MML3682	55035810E	5835/0	16/05/2014	R\$127,69	195
MML3682	55035811E	6270/0	16/05/2014	R\$127,69	220*II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1106/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS

SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
AEK5612	55034960E	5185/1	27/09/2014	167
IQG8964	55033921E	5487/0	25/09/2014	181*XII
IRI6159	55035956E	5509/0	03/09/2014	181*XIII
LXX6031	55035860E	5185/1	02/09/2014	167
MAS4663	55034888E	5541/4	02/09/2014	181*XVII
MBZ6638	55035957E	5509/0	03/09/2014	181*XIII
MDL9085	55034886E	5541/4	02/09/2014	181*XVII
MGO9967	55034822E	5509/0	04/09/2014	181*XIII
MJP9632	55035899E	5541/4	29/09/2014	181*XVII
MLV7474	55035888E	5207/0	26/09/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1107/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXJ6705	55036215E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230*V
LXJ6705	55036216E	5010/0	02/08/2014	R\$574,61	162*I
MDC7692	55035049E	6599/2	02/07/2014	R\$191,53	230*V
MJB4887	55035223E	6599/2	23/05/2014	R\$191,53	230*V
MJB4887	55035224E	5010/0	23/05/2014	R\$574,61	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1108/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 60 SESENTA DIAS APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DO ARTIGO 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CVN5348	55036132E	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252*VI
MAN3124	55036125E	5207/0	01/08/2014	R\$53,20	169
MDK3060	55034745E	5380/0	30/04/2014	R\$85,12	181*I
MJB4887	55035225E	5835/0	23/05/2014	R\$127,69	195
MJW0320	55033599E	7366/2	06/08/2014	R\$85,12	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA. SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1109/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
BME9893	55034825E	6599/2	07/09/2014	230*V
CCM1491	55034883E	6610/2	29/08/2014	230*VII
CWO3078	55034952E	6599/2	09/09/2014	230*V
DVC3176	55035896E	6599/2	26/09/2014	230*V
LWS1822	55036082E	6653/1	05/09/2014	230*XII
LWS1822	55036083E	6610/2	05/09/2014	230*VII

MAY9424	55034826E	5010/0	07/09/2014	162*I
MCL8061	55035867E	6599/2	05/09/2014	230*V
MCR1813	55035871E	6599/2	08/09/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

BRUNO SINIBALDI

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1110/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
APU6871	55033950E	5380/0	04/10/2014	181*I
DRE4528	55034836E	5460/0	20/08/2014	181*IX
IJY2651	55036086E	5185/1	08/09/2014	167
MAE6726	55033274E	5185/1	03/10/2014	167
MBO7356	55033703E	7048/1	02/10/2014	244*II
MBO7356	55033704E	5720/0	02/10/2014	186*I
MCL8061	55035866E	5541/1	05/09/2014	181*XVII
MDM8045	55033273E	5185/1	03/10/2014	167
MDY3735	55034437E	5487/0	01/10/2014	181*XI
MEL6814	55035872E	5185/1	08/09/2014	167
MGA1571	55033270E	5207/0	03/10/2014	169
MGY4610	55033267E	5207/0	03/10/2014	169
MIA5162	55036081E	5541/4	05/09/2014	181*XVII
MIU7125	55035864E	5541/4	05/09/2014	181*XVII
MKM6708	55035197E	5487/0	04/10/2014	181*XI
MTJ0956	55033945E	5185/1	01/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1111/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS8194	55033594E	6599/2	31/07/2014	R\$ 191,53	230*V
LZO3608	55035577E	5045/0	29/08/2014	R\$191,53	162*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1112/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR,CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGE0653	55036142E	5207/0	22/08/2014	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1113/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
IJY2651	55034954E	5010/0	18/09/2014	162*I
MCC4217	55035879E	6602/0	20/09/2014	230*VI
MCC4217	55036094E	5010/0	20/09/2014	162*I
MCC4217	55036095E	5118/0	20/09/2014	164c/c162*I
MJM7165	55034963E	5010/0	27/09/2014	162*I
MKB6949	55034838E	6599/2	13/09/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1114/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Enquadramento
COL4047	55033254E	5487/0	12/09/2014	181*XII
LNO1695	55035590E	5185/1	13/09/2014	167
MAV8567	55034837E	5185/1	13/09/2014	167

MBY7176	55033913E	5509/0	22/09/2014	181*XIII
MCT2752	55034408E	5185/1	22/09/2014	167
MDO0722	55033263E	5185/1	27/09/2014	167
MDZ3343	55035592E	5835/0	13/09/2014	195
MDZ3343	55035593E	5924/1	13/09/2014	203*I
MDZ3343	55035594E	5215/2	13/09/2014	170
MDZ3343	55035595E	5797/0	13/09/2014	191
MEA7475	55034843E	5185/1	16/09/2014	167
MFI6380	55035880E	5185/1	20/09/2014	167
MFV8927	55034835E	5541/1	10/09/2014	181*XVII
MGB3081	55035878E	7064/0	14/09/2014	244*IV
MLE8813	55035599E	5541/1	16/09/2014	181*XVII
MLI6484	55033902E	5541/1	16/09/2014	181*XVII
MMF1426	55034953E	7030/1	18/09/2014	244*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1115/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CKH6613	55033564E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230*V
CVT7522	55033607E	6548/0	11/07/2014	R\$85,12	229
JNN4417	55034540E	6599/2	17/08/2014	R\$191,53	230*V
JNN4417	55034542E	5010/0	17/08/2014	R\$574,61	162*I
KKR9275	55034488E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229
LXP1091	55033590E	6599/2	28/07/2014	R\$191,53	230*V
LXO1091	55033591E	5010/0	28/07/2014	R\$574,61	162*I
LXP6317	55034369E	5010/0	07/06/2014	R\$574,61	162*I
LYZ6280	55033565E	6599/2	07/07/2014	R\$191,53	230*V
LZS4674	55035181E	6599/2	15/07/2014	R\$191,53	230*V
MCJ9518	55033556E	6661/0	04/07/2014	R\$127,69	230*XII
MDF2691	55034484E	6548/0	12/07/2014	R\$85,12	229
MEI8919	55033861E	5010/0	04/07/2014	R\$574,61	162*I

MIX7107	55035182E	6408/0	18/07/2014	R\$85,12	221
---------	-----------	--------	------------	----------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES/SC - DETRAN. NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. Nº 084 /1116/2014. FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.503 DE 23/9/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETARIOS DOS VEICULOS ABAIXO ESPECIFICADOS DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DAS INFRAÇÕES RESPECTIVAS PODENDO, CASO QUEIRA NO PRAZO DE 30 TRINTA DIAS APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINANDO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN, SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código de Infração/ Desdobramento	Data de Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJI8449	55033361E	5835/0	04/07/2014	R\$ 127,69	195
CJI8449	55033362E	7324/0	04/07/2014	R\$85,12	250*I*a
DFT6756	55033869E	5509/0	11/07/2014	R\$85,12	181*XIII
FAW6883	55034515E	5509/0	30/07/2014	R\$85,12	181*XIII
JNN4417	55034541E	5835/0	17/08/2014	R\$127,69	195
LZI4829	55033589E	5541/1	28/07/2014	R\$53,20	181*XVII
MBV2183	55035186E	5215/2	21/07/2014	R\$191,53	170
MDF3561	55033874E	5550/0	14/07/2014	R\$85,12	181*XVIII
MDM7083	55035183E	5835/0	18/07/2014	R\$127,69	195
MFT3626	55033367E	7366/2	04/07/2014	R\$85,12	252*VI
MGW9184	55033570E	5460/0	10/07/2017	R\$85,12	181*IX
MHZ2115	55034494E	7366/2	15/07/2014	R\$85,12	252*VI
MIJ8251	55034480E	5509/0	09/07/2014	R\$85,12	181*XIII
MJW0221	55035243E	7366/2	26/05/2014	R\$85,12	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA.SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO. FICA(M) O(S) NOTIFICADOS CIENTES DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS. EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALVIRIO ROSSETI

SUPERVISOR

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2555

DECRETO Nº. 2555/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar, anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 918/2014 de 18 de novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA/COORD.DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
04.123.0403.2.008	Manutenção das Atividades Financeiras		
(9) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		29.000,00
04.00 - SECRETARIA/COORD.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.1201.2.016	Manutenção do Ensino Fundamental		
(23) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.01 – Receitas e Transferências de Impostos a Educação	R\$		169.000,00
04.00 - SECRETARIA/COORD.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.365.1204.2.023	Manutenção da Educação Infantil		
(40) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.01 – Receitas e Transferências de Impostos a Educação	R\$		12.000,00
06.00 - SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
20.606.2001.2.033	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
(54) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		78.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$		288.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
04.122.0402.2.006	Manutenção das Atividades Administrativas		
(5) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		150.000,00

05.00 - SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
08.244.0804.2.031	Manutenção das Atividades de Assistência Social		
(50) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		70.000,00

07.00 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA			
15.452.1502.2.037	Manutenção dos Serviços Urbanos		
(60) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		35.000,00

07.00 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA			
26.782.2601.2.043	Manutenção do Setor Rodoviário		
(71) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		33.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES	R\$		288.000,00
---------------------	-----	--	------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 18 de novembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº 2556

DECRETO N.º 2556/2014

“Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar, anulação de dotação e da outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 873/2013, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
28 – ENCARGOS ESPECIAIS			
846 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
2802 – Encargos Especiais			
2.000048 – Pagamento de Precatórios			
80 – 3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	R\$		4.000,00
0100 – Recursos Ordinários	R\$		4.000,00
TOTAL GERAL	R\$		4.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
28 – ENCARGOS ESPECIAIS		
846 – OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		
2802 – Encargos Especiais		
2.000048 – Pagamento de Precatórios		
79 – 3.3.1.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
0100 – Recursos Ordinários	R\$	4.000,00
TOTAL GERAL	R\$	4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 18 de novembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O Presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº 917

Lei Nº 917/2014

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2015, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2015, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;

II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2015, 2016 e 2017;
IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
VII - Montante da Dívida;
VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;
XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta lei considerar-se-á:

I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir

os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º As categorias de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art.

8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2012, 2013 e fixada para 2014 e 2015;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2013 a 2015.

Art. 10º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11º O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 12º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário.

§ 2º No Exercício de 2015 o Fundo Municipal de Saúde será estruturado na forma de Unidade Gestora e os Fundos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescente, Habitação e Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 13º Os estudos para a definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2015, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores.

Art. 14º Se a receita estimada para o exercício de 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16º A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17º Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18º O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19º Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20º O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21º Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido

o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22º Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e conseqüentemente já impactada na despesa também.

Art. 23º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24º As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26º Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes, com previsão de recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29º O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da receita estimada para o exercício de 2015 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 30º Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31º A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32º A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33º Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 35º A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificados pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37º O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38º Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de

obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro Verde, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, e, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40º O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 45º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ouro Verde - SC, em 18 de novembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº918

LEI Nº. 918/2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar, anulação de dotações e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA/COORD.DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO			
04.123.0403.2.008	Manutenção das Atividades Financeiras		
(9) 3.1.90.00.00 – Aplicações			
Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		29.000,00

04.00 - SECRETARIA/COORD.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.361.1201.2.016	Manutenção do Ensino Fundamental		
(23) 3.1.90.00.00 – Aplicações			
Diretas			
Fonte de Recursos – 01.01 – Receitas e Transferências de Impostos a Educação	R\$		169.000,00

04.00 - SECRETARIA/COORD.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
12.365.1204.2.023	Manutenção da Educação Infantil		
(40) 3.1.90.00.00 – Aplicações			
Diretas			
Fonte de Recursos – 01.01 – Receitas e Transferências de Impostos a Educação	R\$		12.000,00

06.00 - SECRETARIA/COORD. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
20.606.2001.2.033	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
(54) 3.1.90.00.00 – Aplicações			
Diretas			
Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários	R\$		78.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	R\$		288.000,00
--------------------------	-----	--	------------

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0402.2.006 Manutenção das Atividades Administrativas

(5) 3.1.90.00.00 – Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários

R\$

150.000,00

05.00 - SECRETARIA/COORD. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.244.0804.2.031 Manutenção das Atividades de Assistência Social

(50) 3.1.90.00.00 – Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários

R\$

70.000,00

07.00 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA

15.452.1502.2.037 Manutenção dos Serviços Urbanos

(60) 3.1.90.00.00 – Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários

R\$

35.000,00

07.00 - SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA

26.782.2601.2.043 Manutenção do Setor Rodoviário

(71) 3.1.90.00.00 – Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos – 01.00 – Recursos ordinários

R\$

33.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 288.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 18 de novembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Paial

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS 11/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

EXTRATO CONTRATUAL

"Contrato Nº.: 23/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: ANDREIA LORENZI ME

Valor : 5.864,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e quatro reais)

Vigência : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

"Contrato Nº.: 24/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA

Valor : 5.536,00 (cinco mil quinhentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

"Contrato Nº.: 25/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Valor : 1.255,54 (um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

"Contrato Nº.: 26/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: FRANCIELI HAIDUK RIGO

Valor : 379,00 (trezentos e setenta e nove reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

"Contrato Nº.: 27/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL

Contratada.: JACOB BIEZUS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Valor : 29.980,00 (vinte e nove mil novecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

"Contrato Nº.: 28/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: LIMED HOSPITALARES - EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LAB

Valor : 4.006,00 (quatro mil e seis reais)
Vigência : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

“Contrato Nº...: 29/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA .

Valor : 4.903,00 (quatro mil novecentos e três reais)
Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

“Contrato Nº...: 30/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: MB CATARINENSE LTDA
Valor : 2.549,00 (dois mil quinhentos e quarenta e nove reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

“Contrato Nº...: 31/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 5.626,40 (cinco mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

“Contrato Nº...: 32/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA
Valor : 15.273,00 (quinze mil duzentos e setenta e três reais)

Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

“Contrato Nº...: 33/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada...: VANUSA DIAS EIRELI EPP
Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014
Objeto : Aquisição de eletrodomésticos, eletrônicos, equipamentos hospitalares, mobiliário e veículo destinados a Unidade Básica de Saúde

Paial, 19 de Novembro de 2014

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 219/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº219/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.219/2014, no dia 02 de Dezembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº219/2014 tem como objeto a aquisição parcelada (diária) de combustíveis para abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 19 de Novembro de 2014. Pregoeiro.

EXTRATO DE CONTRATO N.º059/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
CONTRATO N.º 059/2014 - Pregão n.º 041/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA EPP. OBJETO: serviços de telecomunicações, conexão a internet, captação transporte e armazenamento de imagens, central de telefonia voip e minutagem VOIP, bem como fornecimentos de todos os equipamentos necessários para a implementação dos serviços, em regime de locação, incluindo manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e serviços. R\$ 358.837,20 (trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trintas e sete reais e vinte centavos). DATA: 07/11/2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº59/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
80	6	unid.	Oxímetro de pulso, com 3 sensores adulto, pediátrico e neonatos, monitor portátil, operado com bateria interna com 90 horas de autonomia. Para monitorização contínua da saturação periférica de O ₂ (SpO ₂) e a frequência cardíaca de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, com utilização sensores não invasivos do tipo dedo ou multo-site (multiposição), display gráfico de cristal líquido de alto contraste que permite maior durabilidade da bateria, mensagens em português, apresenta os valores de SpO ₂ , frequência cardíaca e qualidade de sinal captado. Sistema de alarmes visual e sonoro e indicador de bateria fraca. Especificações Técnicas : SpO ₂ ; Faixa de medição : 0 - 100% SpO ₂ funcional (incrementos de 1%), Precisão: Adulto : 2% de 70 - 100% SpO ₂ não definido para valores abaixo de 70%, Média : 6 batimentos, Pulso: Faixa de medição, 30 - 254 bpm (incrementos de 1 bpm), Precisão : +/- 2bpm ou +/- 2%, o que for maior; Média : 8 segundos; Alarme visual e sonoro para alta e baixa SpO ₂ e desconexão de sensor. Qualidade do sinal : 0 - 5; Gráfico de barras : 0 - 10. Fonte de alimentação : Externa de 110v ac à 220v ac 60hz com saída dc 3%, Peso : +/- 500g (sem fonte de alimentação), Dimensões aproximadamente (A x L x P) : 171 x 96 x 65mm.	ALFAMED/SENSE	R\$1.080,00	R\$6.480,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº60/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DEISE FABIANE LOPES PEREIRA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
6	30	unid.	Aspirador de oxigênio com frasco policarbonato de 400 ml	UNITEC/810	R\$46,00	R\$1.380,00
24	20	unid.	Braçadeira para injeção (Suporte para o braço) estofada. Com as seguintes especificações mínimas: Altura Mínima 0,85 / máxima 1,25, base tripé em ferro fundido, coluna receptora em tubo 7/8", haste telescopia 5/8" cromada, apoio para o braço em chapa de aço pintada e estofada. Toda com pintura eletrostática a pó, cor branca.	DS MEDICA/DS 13001	R\$48,00	R\$960,00
33	15	unid.	Carro maca com altura regulável, com as seguintes especificações mínimas: Dimensões: 1,90x0,55x0,80, estrutura em tubo de aço de 1 1/4"x1,20mm, leito estofado compensado de 15mm, com espuma revestido de couvin, cabeceira móvel, altura do carro regulável através de uma manivela central cromada e escamoteável, grades laterais em tubo de aço inox de 1"x1,25mm, suporte para soro em inox, rodízios de 5" sendo dois com freios em diagonais, acabamento em pintura Epóxi, super durável, resistente.	RENASCER/RN 04022	R\$900,00	R\$13.500,00

43	20	unid.	Detector fetal de mesa, com as seguintes especificações mínimas: dimensões 94 x 200 x 210 mm, ausculta cárdio-fetal a partir da 10ª semana, alta sensibilidade, botão com regulação de tonalidade, frequência 2,2 mhz., ciclagem de 6.000 a 60.000, peso líquido de 1,600kg, garantia de 02 anos contra defeitos de fabricação. Saída para fone de ouvido ou gravador de sons, com fone de ouvido. Alimentação elétrica selecionável em 220V. 50/60 hz., filtro minimizador de interferência, ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultrassom, Gabinete confeccionado em poliéster e com suporte para alojamento do transdutor, bolsa para transporte.	MARTEC/DF400	R\$350,00	R\$7.000,00
45	8	unid.	Divã/Mesa ginecológico, com as seguintes especificações mínimas: Construída com tubos de 1.1/4", esmaltada, com gaveta para escoamento, movimento de trendeleburg no leito. Acompanha par de porta-coxas estofados. Dim. aprox.: 1.70m comp. X 0.50m larg. X 0.80m alt. Espuma de alta densidade, revestido em courvin preto, Assento fixo; Encosto e apoio para pernas reclináveis; Pés com ponteiros de borracha. Gaveta p/ escoamento de líquidos em aço inox.	RENASCER/RN8000	R\$600,00	R\$4.800,00
53	15	unid.	Filtro de ar com entrada, com regulador de ar, com 3 filtros, coalescente retém aerossóis de água e óleo, refinando a filtração do elemento de 5 micros, filtro de carvão ativado, manômetro e suporte de fixação e união do conjunto, cada conjunto deve conter dois espigões com saída de 1/4 para mangueira, com dreno automático para eliminação da água.	PRESSURE/MINI	R\$170,000	R\$26.860,00
54	25	unid.	Foco de luz clínico e ginecológico, com haste superior flexível e cromada, pedestal com haste inferior pintada. Altura variável aprox. entre 90 a 150 cm. Pintura em epóxi de alta resistência, base do pedestal com 04 rodízios, alimentação elétrica 220 v. 50/60 hz. Lâmpada halógena de 12v.x20w (luz branca), cabo de energia com 2m de comprimento aproximadamente.	RENASCER/RN14026	R\$190,00	R\$4.750,00
82	150	unid.	Pinça Adson 12cm 1x2 Dentes, confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/164	R\$6,00	R\$900,00
85	200	PÇ	Pinça anatômica dissecação 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/171	R\$5,00	R\$1.000,000
86	30	PÇ	Pinça Backaus com 10 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/185	R\$12,30	R\$369,00
87	150	PÇ	Pinça Cheron 24 cm, Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/196	R\$23,00	R\$3.450,00
91	200	PÇ	Pinça Kelly 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/232	R\$11,40	R\$2.280,00
92	200	unid.	Pinça Kelly curva com 16 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/234	R\$13,00	R\$2.600,00
94	200	PÇ	Pinça Kocher 14 cm reta; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	ABC/235	R\$14,00	R\$2.800,00

95	200	PÇ	Pinça kocher 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/236	R\$14,00	R\$2.800,00
97	300	unid.	Porta agulha Mayo Hegar 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/296	R\$10,00	R\$3.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº61/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METALURGICA HOSPITALAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS ELETRODOMESTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
34	2	unid.	Carro Maca Hidráulico para emergência, com as seguintes especificações mínimas: estrutura em tubo de aço com tratamento antioxidante e acabamento com exclusiva pintura em epóxi pó, movimento Fowler, trendelemburg por pistão, vascular e Hi-Low (Elevação horizontal), Elevação Horizontal (Hi-Low) acionada através de comando hidráulico, grades laterais em tubo de aço inox com dispositivo de acionamento rápido, leito em estrutura tubular com tampos em chapa metálica, para-choque de proteção em PVC, base revestida com tampa de proteção altamente resistente a impactos, rodas de 8" de diâmetro, totalmente em material plástico com freios em diagonal, inclui suporte de soro e suporte de cilindro, medidas mínimas: largura 71 cm x comprimento 1,97 m x altura 64 cm (min) 92 cm (máx), capacidade até: 180 Kg.	MHL/50-028	R\$8.060,00	R\$16.120,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº62/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
12	9	unid.	Balança digital portátil, com as seguintes especificações mínimas: capacidade de 180Kg a 200Kg, sensores de alta precisão; fina, leve, com alça para transporte, acionamento é por pressão ao subir na plataforma, liga ao toque e desligar automaticamente em 10 segundos, graduação 100gr, plataforma resistente, com tela de LCD e iluminação de fundo por LED, unidades de Medida em Kg e Lb, indicador de bateria fraca: "LO", indicador de excesso de peso, zero automático, dimensões mínimas 320x320x22mm, peso aproximado de 1734gr, alimentação 4 pilhas AAA.	WISO	R\$152,60	R\$1.373,40
17	30	PÇ	Bandeja lisa inox 22 x 17 x 1,5 cm.	FAMI	R\$20,00	R\$600,00
29	40	PÇ	Caixa para esterilização inox perfurada 28 x 14 x 06cm, confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade.	FAMI	R\$116,00	R\$4.640,00

36	30	cjto	Conjunto de oxigenação e aspiração rede, com as seguintes especificações mínimas: Tomada dupla de oxigênio, aspirador compacto de 500 ml, fluxômetro de oxigênio de 0 a 15 litros, conjunto para umidificação.	UNITEC	R\$127,00	R\$3.810,00
56	200	unid.	Haltere, material ferro fundido, tipo maciço, revestimento borracha PVC - Cloreto de polivinila, impermeável, forma de bola nas laterais, peso de 2 KG, cor azul, utilizado na musculação, lavável, protegido contra oxidação e impacto.	RIG	R\$21,27	R\$4.254,00
58	60	unid.	Haltere, material ferro fundido, tipo maciço, revestimento borracha PVC - Cloreto de polivinila, impermeável, forma de bola nas laterais, peso de 4 KG; cor vermelho, utilizado na musculação; lavável; protegido contra oxidação e impacto.	RIG	R\$41,61	R\$2.496,60
59	25	unid.	Hamper, com as seguintes especificações mínimas: estrutura tubular em aço redondo com pintura Epóxi, com rodízios, acompanhado de saco em brim, acabamento com pintura eletrostática a pó (epóxi), dimensões mínimas: 0,50m diâmetro x 0,80m altura.	RENOVAR	R\$100,00	R\$2.500,00
64	25	Kit	Laringoscópio adulto inox com 5 lâminas curvas 1,2,3,4 e 5; Características técnicas: cabo metálico para 2 pilhas médias, lâminas curvas em aço inoxidável, com acabamento fosco, perfeito encaixe das roscas, excelente contato elétrico do conjunto, lâmpadas de alta performance e foco centrado para perfeita visualização. Acompanha bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas.	MD	R\$441,94	R\$11.048,50
						R\$30.722,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
4	4	unid.	Aparelho de Pressão Digital. Totalmente automático. Medição no pulso. Verificado e aprovado pelo INMETRO. Desligamento automático. Visor de fácil compreensão aparecem ao final de cada medição os valores das pressões sistólica e diastólica e da frequência cardíaca.	INCOTERM/CARCI	R\$90,00	R\$360,00
8	30	PÇ	Bacia inox c/ 35 cm; Confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade, com garantia de no mínimo de 10 anos.	FAMI/35CM	R\$49,70	R\$1.491,00
9	30	PÇ	Bacia em aço inox com dimensões aproximadas de 40x8,5cm com capacidade 5 litros.	FAMI/5LT	R\$78,65	R\$2.359,50
16	10	unid.	Bandeja de aço inox, com tampa - tamanho aproximado 30x24	FAMI/30X24	R\$39,99	R\$399,90
35	4	unid.	Comadre tipo pá em aço inoxidável, medindo aprox. 40 x 28 cm, capacidade mínima 2000ml.	FAMI/PA	R\$98,93	R\$395,72
40	30	PÇ	Cuba redonda de inox para assepsia 08 cm, confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade.	FAMI/08CM	R\$5,53	R\$165,90
49	200	unid.	Esfignamômetro com fechamento em metal adulto, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior ou isento de látex, braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração mínimo 01 ano através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Acompanha braçadeira neonatal padrão (29 a 41 cm - diâmetro do braço).	PREMIUM/ADULTO	R\$38,89	R\$7.778,00
62	10	unid.	Lanterna clínica portátil de LED de 2,2V, confeccionada em metal leve de alta qualidade, capacidade para 02 pilhas AAA.	MD/PEN LED	R\$40,00	R\$400,00

65	25	Kit	Laringoscópio Infantil Convencional Inox c/3 lâminas retas 0 / 1 e 2; Características técnicas: Cabo metálico para 2 pilhas médias; Lâminas curvas em aço inoxidável, com acabamento fosco; Perfeito encaixe das roscas; Excelente contato elétrico do conjunto; Lâmpadas de alta performance e foco centrado para perfeita visualização. Acompanha bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas.	OXIGEL/INFANTIL	R\$307,00	R\$7.675,00
72	21	PÇ	Monitor de frequência cardíaca, fonte de alimentação a bateria, componentes cinta transmissora ajustável e relógio adaptador, características adicionais: relógio com data, hora e cronômetro.	GERATHERM/BA	R\$141,40	R\$2.969,40
75	3	Par	Muleta canadense fixa, com regulagem de altura, possuir indicador de posição do pino, apoio de mão confortável, ponteira de borracha que proporciona melhor aderência ao solo, altura do usuário aprox. 1,50 a 2,00m, peso máximo suportado 130kg, especificações mínima: parte metálica em alumínio, bracaadeira e punho em polipropileno, ponteira em borracha, com aproximadamente 10 níveis de regulagem de altura. Par.	JAGUARIBE	R\$48,60	R\$145,80
76	10	PÇ	Nebulizador com 4 saídas. Aparelho de aerossol com 04 saída, com suporte para as mascaras, 04 kit de nebulização, compressor isento de óleo, régua com válvula de impacto para retenção do ar, potência 1/3 ou 1/4 hp 50/60 hz, rotação 1.750 rpm, 40 libras 2,8 bar, protetor térmico que desliga o equipamento automaticamente quando o mesmo sofre aquecimento ou descarga elétrica, tensão 220v.	MEDICATE/4SAIDA	R\$1.000,00	R\$10.000,00
78	100	unid.	Otoscópio, com as seguintes especificações mínimas: Indicado para fazer exame detalhado das partes internas do ouvido, composto por espéculos, lâmpada, lente com aumento de 2,5 vezes, dial de luz (potenciômetro) para controlar a iluminação, espéculos de diferentes tamanhos que se ajustam ao formato anatômico de cada paciente, possui bico na lateral do cabeçote que pode ser utilizado para lavagem do ouvido com o auxílio de uma mangueira de água. Com os seguintes diâmetros: Espéculo nº5 - 9,8mm, Espéculo nº4 - 6,2mm, Espéculo nº3 - 5,2mm, Espéculo nº2 - 4,2mm, Espéculo nº1 - 2,8mm, com validade Indeterminada, garantia de 12(doze) meses de garantia a partir da data de aquisição contra defeitos de fabricação e desgastes de peças relativo ao uso normal. Utilizado com 02 (duas) pilhas médias.	TK/TK5	R\$210,00	R\$21.000,00
88	500	PÇ	Pinça Cheron descartável 24,5 cm, confeccionado em polietileno na cor branca, com sistema de trava de fechamento por cremalheira, com discreto desvio caudal da extremidade proximal e ponta semi aguda, não estéril.	ADLIN/DESCART	R\$0,92	R\$460,00
98	10	PÇ	Reanimador de Silicone Adulto Autoclavável com Reservatório; Esterilizável em autoclave a 121°C apenas o balão e máscara.	PROTEC/ADULTO	R\$121,48	R\$1.214,80
99	11	PÇ	Reanimador de Silicone infantil Autoclavável com Reservatório; Esterilizável em autoclave a 121°C apenas o balão e máscara.	PROTEC/INFANTIL	R\$121,48	R\$1.336,28
100	10	PÇ	Reanimador de Silicone Neonatal Autoclavável com Reservatório; acompanha reservatório de O2, o qual vende-se avulso. Esterilizável em autoclave a 121°C apenas o balão e máscara.	PROTEC/NEONATAL	R\$121,48	R\$1.214,80
101	10	PÇ	Régua pediátrica, mede com o comprimento de 1,00m. Confeccionada em madeira, com Cursores em inox.	INDAIA/MADEIRA	R\$28,05	R\$280,50
						R\$59.646,60

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº64/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
20	20	unid.	Biombo duplo, com as seguintes especificações mínimas: estrutura tubular redonda em aço, cortina em plástico branco, rodízios nas laterais opcional, acabamento com pintura eletrostática a pó. Dimensões: 1,25m largura aberto e 0,66m largura fechado x 1,77m altura.	OLIMEDIC/103	R\$120,00	R\$2.400,00
21	15	unid.	Biombo triplo, com as seguintes especificações mínimas: estrutura tubular redonda. Construído em tubos pintados de 3/4", faces com movimentos 360º, pés com rodízios; dimensões: 1,75 x 1,80, acompanha tecido forte em algodão cru (bege).	OLIMEDIC/104	R\$198,00	R\$2.970,00
31	10	unid.	Carro de curativo (mesa auxiliar). Carro para transporte de medicamentos (curativo), totalmente em aço inoxidável, com balde e bacia com suporte e rodas de 3", acabamento polido, dimensões: 0,75 x 0,45 x 0,80.	OLIMEDIC/138	R\$589,00	R\$5.890,00
69	10	unid.	Mesa auxiliar de mayo com rodizio e bandeja inox 0.43 x 0.33 cm tubo de 7/8 na chapa de 20mm.	OLIMEDIC	R\$150,30	R\$1.503,00
70	10	unid.	Mesa Auxiliar, Dimensões: 0,40 x 0,60 x 0,80, em inox. Tampo e prateleira em chapa de aço inox. Pés em tubo redondo de 2", com ponteiros de borracha. Com rodízios.	OLIMEDIC/116	R\$174,00	R\$1.740,00
77	5	unid.	Negatoscópio com 1 corpo, para fixação em parede, luminosidade através de luz fluorescente homogênea. Prendedor de radiografia com moldura em chapa de aço pintada após tratamento anti-ferruginoso. Roletes prendgrav simples. Botão frontal liga/desliga. Dimensões aproximadas referente a área de leitura: Alt.35cm x Larg.43cm. Alimentação 220v, cor cinza martelado.	OLIMEDIC/139	R\$135,60	R\$678,00
						R\$15.181,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº65/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
14	25	unid.	Balança infantil digital, com as seguintes especificações mínimas: capacidade para 15 kg, divisões de 5 g, pés reguláveis em borracha sintética, concha anatômica em polipropileno com medida aprox. de 540 x 290 mm, chave seletora de tensão 110 / 220 V, display com 5 dígitos, função da tecla tara no painel frontal, peso aproximado de 5,500.	RAMUZA/BABY15KG	R\$463,00	R\$11.575,00
18	30	PC	Bandeja retangular Inox sem tampa 30x20x04cm.	FORTINOX/43100	R\$38,80	R\$1.164,00

22	2	unid.	Bisturi Eletrônico com 100 Watts de Potência; portátil. Possui circuito de corte puro, blend e coagulação, oferecendo assim 3 tipos de correntes para uso em eletro cirurgia, controle suave de potência, seleção de funções, saídas isoladas e check-up total, o único na categoria que reúne todos esses recursos. Acessórios: 1 Caneta padrão não autoclavável (baixa cirurgia); 1 Pedal de acionamento com pino guitarra mono; 1 Placa neutra permanente em inox (150 x 100 x 0,5)mm; 1 Cabo de ligação da placa neutra (baixa cirurgia); 1 Eletrodo tipo faca reta pequena (67mm); 1 Eletrodo tipo bola (Ø=2,1mm); 1 Eletrodo tipo bola (Ø=4,2mm); 1 Eletrodo tipo alça pequena (Ø=4,5mm); 1 Eletrodo tipo agulha (85mm); 1 Eletrodo tipo agulha de depilação (66mm). Manual do usuário; Certificado de garantia. Acessórios opcionais: 1 Caneta padrão autoclavável (bxa. cirurgia); 1 Eletrodo tipo bola (Ø=6,0 mm); 1 Eletrodo tipo bola (Ø=7,5 mm); 1 Eletrodo tipo alça grande (Ø=9,0 mm); 1 Eletrodo tipo faca curva grande (83mm); 1 Eletrodo tipo faca curva pequena (67mm); 1 Eletrodo tipo faca reta grande (100mm); Dimensões: Alt 9,5 cm x L 22,8 cm x P 21,3 cm; Peso 4,4 kg. Alimentação: Voltagem 110/220 Volts / 50/60 Hz. Registro na ANVISA.	TRANSMA/BP-100PLUS	R\$770,00	R\$1.540,00
42	30	PÇ	Cuba rim inox 12 X 26 cm. Confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade.	LUMINOX/9338	R\$24,00	R\$720,00
81	4	unid.	Papagaio em aço inoxidável, medindo aprox.: 26 x 13 cm, com capacidade mínima de 1000ml.	FAMI-ITA/1410	R\$52,00	R\$208,00
89	200	unid.	Pinça Halstead mosquito 12cm curva Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/0225	R\$10,10	R\$2.020,00
90	200	unid.	Pinça Halstead mosquito 12cm reta Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/0224	R\$10,04	R\$2.008,00
93	200	PÇ	Pinça Kelly reta 14 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/0231	R\$11,46	R\$2.296,00
						R\$21.531,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº66/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº66/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Odonatologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
2	9	PÇ	Antropômetro (estadiômetro) portátil com as seguintes especificações mínimas: alumínio anodizado, com escala silkada em PTG protegida por membrana de PVC, com sistema de correção de medidas, campo de medição aprox.: 75 cm até 220 cm, resolução em milímetros, largura aprox. do perfil de alumínio 4 cm.	SANNY/ES2030	R\$257,00	R\$2.313,00
3	2	unid.	Aparelho de laser para terapia e acupuntura com caneta 904nm infravermelho, bivolt, feixe laser pulsado a 9.500Hz (60ns), visor de cristal líquido.	CARCI/LASERMED 4098	R\$2.162,00	R\$4.324,00
5	5	unid.	Aparelho de Tens e Fes com 4 canais com ajuste de intensidade independentes, estimulador neuromuscular transcutâneo, 220 volt ou bivolt (automático), tela em LCD, duas saídas para quatro canais independentes.	CARCI/FESMED IV	R\$970,00	R\$4.850,00

15	3	PÇ	Banco de wells, material de madeira/MDF, revestido, aplicação em testes de flexibilidade, resolução em milímetros, escala móvel e tamanho específico.	SANNY/INSTANT FLEX	R\$348,00	R\$1.044,00
19	30	PÇ	Bandeja retangular inox sem tampa 40x28x02cm.	FAMI/9370	R\$68,50	R\$2.055,00
25	50	PÇ	Cabo de bisturi nº 04 para lâminas descartável de nº 20 a 24. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420, tamanho 13CM, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.	ABC/0026	R\$4,70	R\$235,00
26	80	PÇ	Cabo para bisturi nº3 para lâmina descartável de nº 10 a 15. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420, tamanho 13 cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade.	ABC/0025	R\$4,70	R\$376,00
27	27	unid.	Cadeira de rodas em aço carbono, dobrável, freios bilaterais, assento, encosto, apoio de braços e apoio de panturrilha em poliéster. Apoio de braços estofados e removíveis. Apoio de pernas eleváveis, com apoio para panturrilhas estofados, apoio de pés em pedal plástico retrátil, X reforçado na estrutura, capacidade mínima de 100 kg, Rodas traseiras de 24" com 4 rolamentos, pneus infláveis e freios bilaterais. Rodas dianteiras de 6" com pneus maciços giratórias, Pintura epóxi-pó com cura acima de 180°, largura mínima do assento 42 cm.	PROLIFE/FLEX	R\$650,00	R\$17.550,00
28	30	PÇ	Caixa para esterilização inox 28 x 14 x 06cm, confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade.	FAMI/9148	R\$95,00	R\$2.850,00
39	30	PÇ	Cuba inox lisa 12 x 22 x 1,5 cm.	FAMI/9331	R\$18,00	R\$540,00
41	30	PÇ	Cuba Retangular Inox, 30 x 16 x 8 cm com tampa; confeccionados em aço inox de excelente qualidade e durabilidade.	FAMI/1156	R\$172,00	R\$5.160,00
44	15	unid.	Detector Fetal portátil digital, sonar para detectar batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, gabinete em ABS, desligamento automático após 1 minuto sem uso, ausculta de batimentos cardíacos fetal a partir da 10ª semana, saída para fone de ouvido ou gravador de som, ciclagem de 6.000 a 60.000. Frequência de 2,0 a 2,25 MHz, display com contador numérico digital, faixa de medida do BCFentre 50 a 240 bpm, alojamento para transdutor na lateral do aparelho, compartimento para a bateria. Bateria de 9 v recarregável, carregador para bateria utiliza rede elétrica 220 v. Fone de ouvido biauricular para ausculta individual, alça bolsa transporte. Garantia de no mínimo 01 anos contra defeitos de fabricação	MEDPEJ/DF4002	R\$999,00	R\$14.985,00
55	300	unid.	Haltere, material ferro fundido, tipo maciço, revestimento borracha PVC - Cloreto de polivinila, impermeável, forma de bola nas laterais, peso de 1 KG, cor verde, utilizado na musculação, lavável, protegido contra oxidação e impacto.	RIG/ME00549A37	R\$10,10	R\$3.030,00
57	60	unid.	Haltere, material ferro fundido, tipo maciço, revestimento borracha PVC - Cloreto de polivinila, impermeável, forma de bola nas laterais, peso de 3 KG, cor cinza, utilizado na musculação, lavável, protegido contra oxidação e impacto.	RIG/ME00549A41	R\$29,00	R\$1.740,00
83	150	unid.	Pinça Adson 12cm com serrilha; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/0163	R\$5,40	R\$810,00
84	200	PÇ	Pinça anatômica dente de rato 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	ABC/0177	R\$5,40	R\$1.080,000
						R\$62.942,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2014 - Pregão Presencial 17/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SER-MEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente, consumo e de uso duradouro, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, Fisioterapia, NASF, Samu, Centri, Ondontologia e UPA.

DATA: 12/05/2014 à 11/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos Produtos	Marca e modelo	Valor unitário	Valor total
50	100	unid.	Esfigmômetro com fechamento em velcro infantil, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior ou isento de látex, braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração mínimo 01 ano através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira infantil completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Acompanha braçadeira neonatal padrão (13 a 20 cm - diâmetro do braço).	PREMIUM/INFANTIL	R\$37,00	R\$3.700,00
51	50	unid.	Esfigmômetro com fechamento em velcro neonatal, insuflação de ar mecânica eficiente, deflação mecânica, manômetro de alta precisão e tecnologia, manguito com pera em látex de qualidade superior ou isento de látex, braçadeira em nylon (ou algodão). Aparelho aprovado pelo INMETRO com certificação de aferição individual. Garantia de calibração mínimo 01 ano através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulta completa, 1 válvula e 1 pera. Atende as normas da AAMI de resistência a impactos. Acompanha braçadeira neonatal padrão (08 a 13 cm - diâmetro do braço).	PREMIUM/NEONATAL	R\$37,00	R\$1.850,00
52	200	unid.	Estetoscópio Adulto, com as seguintes especificações mínimas: Indicado para a ausculta cardíaca pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado, câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueável em três tamanhos, garantia de 1 ano. Dimensões aproximadas: 65x9,50 (AxL), peso aproximado: 380g. Componentes da embalagem, par de olivas rosqueável de dura, par de olivas rosqueável de macia, par de olivas rosqueável de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueado de cobre cromado (Infantil, Adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma (Infantil, Adulto), câmara de som em liga de alumínio (oxidado ou anodizado), tubo rotatório central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular de cobre cromado, diafragma aberto (sino prolongador) tamanho pequeno, diafragma aberto (sino prolongador) tamanho médio, diafragma aberto (sino prolongador) tamanho grande, auscultador.	PREMIUM/ADULTO	R\$26,00	R\$5.200,00
60	3	unid.	KED adulto: Colete de imobilização dorso-lombar, adulto, destinado a manobras de remoção de vítimas de trauma que precisam ser imobilizadas em posição sentada. Confeccionado em nylon lavável e impermeável com acabamento em vinil. Estruturado internamente com hastes radio transparentes dispostas de forma longitudinal, que forneçam total sustentação e imobilização do corpo da vítima. Deverá possuir em suas extremidades laterais, três tirantes de no mínimo 50mm de largura cada um, com engate rápido e em cores diferentes para facilitar a visualização rápida durante a imobilização. Deverá ser acompanhado de almofada longa revestida e duas fitas elásticas para fixação anatômica da cabeça da vítima. Na parte inferior do colete deve existir dois tirantes de 50mm de largura com engate rápido, que facilite a fixação nos membros inferiores flexionados.	FIBRA/ADULTO	R\$170,00	R\$510,00

61	2	unid.	KED infantil: Colete de imobilização dorso-lombar, infantil, destinado a manobras de remoção de vítimas de trauma que precisam ser imobilizadas em posição sentada. Deverá ser confeccionado em nylon lavável e impermeável com acabamento em vinil. Deverá ser estruturado internamente com hastes radio transparentes dispostas de forma longitudinal, que forneçam total sustentação e imobilização do corpo da vítima. Deverá possuir em suas extremidades laterais, três tirantes de no mínimo 50mm de largura cada um, com engate rápido e em cores diferentes para facilitar a visualização rápida durante a imobilização. Deverá ser acompanhado de almofada longa revestida e duas fitas elásticas para fixação anatômica da cabeça da vítima. Na parte inferior do colete deve existir dois tirantes de 50mm de largura com engate rápido, que facilite a fixação nos membros inferiores flexionados.	FIBRA/INFANTIL	R\$180,00	R\$360,00
67	12	unid.	Maca rígida (tábua de suporte) longa, confeccionada em compensado naval de cedro 18 mm de espessura, nas dimensões mínimas de 1,80m x 0,40m para o tamanho adulto. Deverá possuir resistência mínima de 180Kgf distribuídas na superfície da maca e furos para a fixação de correias (tirantes) de fixação. No verso, deverá possuir 2 filetes confeccionados na forma arredondada para aumentar a resistência da mesma e facilitar sua elevação do solo. As macas deverão ser impermeabilizadas com verniz marítimo para possibilitar maior durabilidade e facilitar sua limpeza.	SERMEDICALL RES-GATE	R\$210,00	R\$2.520,00
						R\$14.140,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº105/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3544729 - LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA - 83.157.032/0001-22						
<p>Produto 11220: Tira para análise de urina com 10 parâmetros (glicose, acetona, densidade, pH, proteínas, urobilinogênio, nitrito, sangue (hemácias ou hemoglobina), bilirrubina e leucócitos. Juntamente com fornecimento de equipamento com leitura mínima de 500 testes hora, calibração automática de cada tira e sem adicional, carregamento contínua de tiras de urina sem interrupção, com diferenciação de hemácias lisadas e íntegras, com 4 canais de leitura de comprimento de onda, leitor de código de barras de amostras, software em português, tela touch screen, memória para 500 resultados de pacientes, metodologia de espectrofotometria por reflectância e fornecimento de papel para impressão de resultados.</p>						
Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	TIRA			40.000,	R\$0,95	R\$38.000,00
Total do Fornecedor:						R\$38.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº106/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3563715 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 83.157.032/0001-22						
Produto 5981: Lanterna clínica de bolso, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.						
Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	UNIDADE			80,	R\$11,00	R\$880,00
5	UNIDADE			10.000,	R\$0,36	R\$3.600,00
8	UNIDADE			10.000,	R\$0,38	R\$3.800,00
Total do Fornecedor:						R\$8.280,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº107/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3586510 - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPIT. LTDA - 83.157.032/0001-22						
Produto 57596: Lanceta descartável para punção digital.						
Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	UNIDADE			300.000,	R\$0,16	R\$48.000,00
3	CAIXA			150,	R\$10,99	R\$1.648,50
6	UNIDADE			10.000,	R\$0,45	R\$4.500,00
7	UNIDADE			7.000,	R\$0,45	R\$3.150,00
16	CAIXA			12,	R\$58,86	R\$706,32
Total do Fornecedor:						R\$58.004,82

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº108/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3589315 - DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA - 83.157.032/0001-22						
Produto 57601: Seringa hipodérmica, sem agulha, descartável de polipropileno, capacidade 10ml						
Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	CAIXA			700,	R\$25,00	R\$17.500,00
17	CAIXA			12,	R\$70,00	R\$840,00
Total do Fornecedor:						R\$18.340,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº109/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3606848 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 83.157.032/0001-22

Produto 57599: Seringa hipodérmica, sem agulha, descartável de polipropileno, capacidade 3ml

Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	CAIXA			400,	R\$16,00	R\$6.400,00
11	CAIXA			400,	R\$19,00	R\$7.600,00
Total do Fornecedor:						R\$14.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº110/2014 - Pregão Presencial 30/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VITAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo de enfermagem, laboratório, materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, bem como aquisição de tiras de glicemia para atendimento de usuários portadores de diabetes.

DATA: 19/08/2014 à 18/08/2015.

3618196 - VITAL PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - 83.157.032/0001-22

Produto 16063: Tiras para dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue total capilar fresco, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 MG/DL, que utilize a tecnologia de amperometria. Caixa com 50 unidades. Devendo a empresa fornecer em comodato um monitor por paciente/ano, observando a quantidade máxima de 1.900 monitores.

Item	Unidade	Modelo	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	CAIXA			15.000,	R\$20,25	R\$303.750,00
Total do Fornecedor:						R\$303.750,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURAS ELEIÇÕES IPPA/2014



HOMOLOGAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO IPPA/2014

A Comissão Eleitoral, representada por seu presidente, vem pelo presente, de acordo com Decreto 1.155/2010, informar a todos os segurados do IPPA, que foram homologadas as candidaturas abaixo:

CONSELHO FISCAL	CONSELHO ADMINISTRATIVO
1. FABRICIO WEINGARTNER	1. ADENIR ATANILIO WAGNER
2. OSMAR JOSE DE SOUZA	2. DIONI LIBERATO
3. ESTEFANO HUGO BROERING NETO	3. JOSÉ DA SILVA MATTOS
4. CLEIDE Mª DE SOUZA DE CAMPOS	4. PAULO JOÃO COELHO
5. JOÃO ANTONIO BARTUCHESKI	5. RODRIGO TENFEN LEGAT
6. OSVALDO RAMOS MACIEL	6. THIAGO PEDRO DA ROSA
7. SANDRA IRACEMA ALVES	

DIA DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES: 28/11/2014

HORÁRIO DE INÍCIO: 09 horas.
HORÁRIO DE TÉRMINO: 17 horas.

LOCAL DE VOTAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E SEDE DO IPPA

ELEITORES: SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Palhoça, 14 de novembro de 2014.
LUIZ FILIPE CASCAES – Presidente da Comissão Eleitoral

MODELO CEDULA DE VOTAÇÃO



ELEIÇÕES IPPA 2014
CÉDULA DE VOTAÇÃO

*CONSELHO FISCAL:

FABRICIO WEINGARTNER (RH - PMP)	<input type="checkbox"/>
OSMAR JOSÉ DE SOUZA (BUGA)	<input type="checkbox"/>
ESTEFANO HUGO BROERING NETO	<input type="checkbox"/>
CLEIDE Mª DE SOUZA DE CAMPOS	<input type="checkbox"/>
JOÃO ANTONIO BARTUCHESKI	<input type="checkbox"/>
OSVALDO RAMOS MACIEL (DIDO)	<input type="checkbox"/>
SANDRA IRACEMA ALVES	<input type="checkbox"/>

*CONSELHO ADMINISTRATIVO:

ADENIR ATANILIO WAGNER (RH - PMP)	<input type="checkbox"/>
DIONI LIBERATO (DIONI - RH)	<input type="checkbox"/>
JOSÉ DA SILVA MATTOS (ZÉCA)	<input type="checkbox"/>
PAULO JOÃO COELHO (PROFESSOR)	<input type="checkbox"/>
RODRIGO TENFEN LEGAT	<input type="checkbox"/>
THIAGO PEDRO DA ROSA (RH - IPPA)	<input type="checkbox"/>

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 131/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 131/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 63/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA GÁS, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 03/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 03/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 132/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 132/2014. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 13/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA, NO NEM AVELINO ALVES TRICHES, INTERIOR, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. CONFORME PROJETOS. Data da entrega dos envelopes: 05/12/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 133/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 133/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 64/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, CONFORME ANEXO IV. Data da entrega dos envelopes: 03/12/2014 até as 14:00 horas. Data da abertura: 03/12/2014 até às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 134/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 134/2014. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 14/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS PÚBLICOS, NA RUA MARECHAL FLORIANO E SCT-283, PERIMETRO URBANO, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. CONFORME PROJETOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA PONTE PÊNSIL NA LINHA APARECIDA, SOBRE O RIO SÃO DOMINGOS, INTERIOR, MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. CONFORME PROJETOS. Data da entrega dos envelopes: 09/12/2014 até as

08:30 horas. Data da abertura: 09/12/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 19 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO Nº111/2014 SUPLEMENTAÇÃO PREFEITURA

DECRETO Nº. 111/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DE RECURSOS DO COOFINANCIAMENTO DO ESTADO "BENEFÍCIOS EVENTUAIS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal Nº 910 de 26 de dezembro de 2013, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014 - Lei Municipal Nº 902/2013, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0095 - Recursos Vinculados Estaduais

Código reduzido da despesa: 180

Art. 2º- Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 no montante de R\$ 4.019,48 (Quatro mil dezenove reais com quarenta e oito centavos), no orçamento do Exercício de 2014, conforme abaixo especificado:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0095(180)Aplicações Diretas R\$ 4.019,48

TotalR\$ 4.019,48

Art. 3º- A suplementação de que trata o artigo 2º se destina a Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social proveniente de recursos do Coofinanciamento do Estado "Benefícios Eventuais" creditados na conta corrente nº 22.355-7, do Banco do Brasil, Agência 0778-1.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 20 de outubro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 20 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 114/2014 SUPLEMENTAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº. 114/2014, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso III da Lei Municipal Nº 910 de 26 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Câmara Municipal de Vereadores, abaixo discriminado, no montante de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2014.

Órgão: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Proj./Atividade 2.001 Manutenção do Processo Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.00 0080(02) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Proj./Atividade 2.001 Manutenção do Processo Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.00 0080(03)Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal Nº 900/2013 de 29 de outubro de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal Nº. 902/2013 de 20 de novembro de 2013, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei Nº 910/2013 de 26 de dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 28 de outubro de 2014.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 28 de outubro de 2014.

Alissandra Alves Paganini Silvério
Secretária de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 478, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 478, de 19 de novembro de 2014.

"RETIFICA A PORTARIA Nº 291, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o erro material na redação do art. 1º, da Portaria n. 291 de 03 de fevereiro de 2014, vez que a data de encerramento do contrato de trabalho do servidor Everton da Silva Saade José deve ser 05/12/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o art. 1º da Portaria n. 291, de 03 de fevereiro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. CONTRATAR o senhor EVERTON DA SILVA SAADE JOSÉ, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS, símbolo SG-4, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e lotação junto à Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 03/02/2014 a 05/12/2014. Parágrafo Único - Para o exercício do cargo o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V da Lei Complementar nº 005/99 de 31 de outubro de 1999."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 19 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

CV17/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 17/2014 - PMP

Objeto: Contratação de serviço de engenharia com fornecimento de material para ampliações de redes de abastecimento de água, conforme termo de referência, planilha orçamentária e cronograma físico e financeiro, em anexo.

Abertura do Processo: 28/11/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 20 de novembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

PP58/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº104/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S10 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 02/12/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 03/12/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha.sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 20 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes-

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 263/2014

EXONERAR: a pedido, a funcionária efetiva Sra. JUSSARA DOS NAVEGANTES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 264/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 264/2014

EXONERAR: a pedido, a funcionária efetiva Sra. CLAUDIA ESPINDOLA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 107/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 107/2014 - RH/FMS

Contratado (A): DANIELE CRISTINA FREDERICE LOUSADA, na função de Médico Plantonista, início em 19/11/2014 e término em 18/11/2015, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 19 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 108/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 108/2014 - RH/FMS

Contratado (A): WAGNER JOSE SAVARIS, na função de Médico Plantonista, início em 19/11/2014 e término em 18/11/2015, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 19 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

LEI Nº 2732

LEI Nº. 2732/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 248.500,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias, nos respectivos programas de governo vigente, como segue:

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0305
Projeto: 1.009 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (66) - Aplicações Diretas R\$ 148.500,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Atividade: 2.077 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Eventos
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (8) - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GOVERNO
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Programa de Trabalho: 04.122.0002
Atividade: 2.003 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Comunicação Social
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (5) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA M. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Programa de Trabalho: 23.691.0007
Atividade: 2.018 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Indústria e Comércio
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (59) - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Programa de Trabalho: 20.605.0011
Atividade: 2.035 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (107) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE PESCA
Programa de Trabalho: 04.122.0012
Atividade: 2.036 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Pesca
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (104) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.054 - PAB Variável - Saúde Bucal
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (9) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (11) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.056 - PAB Variável - Agentes Comunitários de Saúde
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (19) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (20) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.057 - PAB Variável - Saúde da Família
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (26) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (29) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.058 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (33) - Aplicações Diretas R\$ 14.300,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (35) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 - PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (12) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (14) - Aplicações Diretas R\$ 62.200,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Atividade: 2.079 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Sinalização Turística
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (12) - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Atividade: 2.080 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Penha

Temática

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (13) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (14) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 19 de novembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração**DECRETO Nº 2119**

DECRETO Nº. 2119/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 2732/2014."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 248.500,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias, nos respectivos programas de governo vigente, como segue:

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0305

Projeto: 1.009 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (66) - Aplicações Diretas
..... R\$ 148.500,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Programa de Trabalho: 23.695.0015

Atividade: 2.077 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Eventos

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (8) - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 02 - SECRETARIA DE GOVERNO

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Programa de Trabalho: 04.122.0002

Atividade: 2.003 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Comunicação Social

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (5) - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00Órgão: 08 - SECRETARIA M. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Programa de Trabalho: 23.691.0007

Atividade: 2.018 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (59) - Aplicações Diretas
..... R\$ 18.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Unidade Orçamentária: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Programa de Trabalho: 20.605.0011

Atividade: 2.035 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (107) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE PESCA

Programa de Trabalho: 04.122.0012

Atividade: 2.036 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Pesca

Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (104) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.054 - PAB Variável - Saúde Bucal

Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (9) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (11) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.056 - PAB Variável - Agentes Comunitários de Saúde

Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (19) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (20) - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.057 - PAB Variável - Saúde da Família

Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (26) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (29) - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa de Trabalho: 10.301.0014

Atividade: 2.058 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (33) - Aplicações Diretas

..... R\$ 14.300,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (35) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Programa de Trabalho: 10.301.0014
Atividade: 2.055 - PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde
Recurso: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (12) - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (14) - Aplicações Diretas
..... R\$ 62.200,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Atividade: 2.079 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Sinalização Turística
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (12) - Aplicações Diretas
..... R\$ 12.000,00

Órgão: 50 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Programa de Trabalho: 23.695.0015
Atividade: 2.080 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Penha Temática
Recurso: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (13) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (14) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 19 de novembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2118

DECRETO Nº 2118/2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$-36.200,00 (TRINTA E SEIS MIL E DUZENTOS REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$-36.200,00 (trinta e seis mil e duzentos reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2.658 de 19 de novembro de 2013, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 06 - Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.011- Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Fonte de Recursos: 0.0.0000 - Recursos Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000/033 - Aplicações diretas ...
..... R\$ 36.200,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento do presente Decreto de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 06 - Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 - Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.011- Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Fonte de Recursos: 0.0.0000 - Recursos Próprios
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.0000/032 - Aplicações diretas ...
..... R\$ 36.200,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 19 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino
Secretário da Administração

Petrolândia

PREFEITURA

REVOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2014

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra revogado o edital de LICITAÇÃO Nº 45/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2014, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA MELHORIAS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES ALOÍSIO HAVERROTH - CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA: 2014003044, CONFORME PROPOSTA SIGEF Nº 13.141/2014, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. A revogação se dá, pela licitação ter sido deserta.

Petrolândia, 20 de novembro de 2014.
JOEL LONGEN
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI Nº 1.799, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.799, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM AS COMEMORAÇÕES ALUSIVAS AOS FESTEJOS DE FIM DE ANO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a realizar gastos para execução das seguintes atividades alusivas às comemorações de fim de ano:

I - compra de brinquedos e papel de presente para distribuição às crianças de 0 (zero) a 10 (dez) anos de idade, nos festejos que o Município promoverá alusivos ao natal 2014;

II - compra e distribuição de lanches e refrigerantes para as crianças e demais participantes dos festejos de que trata o inciso anterior;

III - compra de material e despesas com serviços de iluminação, ornamentação da cidade e despesas com ornamentação da noite natalina;

IV - contratação de bandas musicais para animação da noite natalina e festejos do dia 1º de ano;

V - alimentação dos componentes das bandas musicais;

VI - contratação de seguranças;

VII - contratação de papai noel;

Parágrafo único. Os gastos para os fins do disposto nos artigos 1º e 2º desta lei ficam limitados em R\$ 17.0000,00 (dezesete mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento e na lei de orçamento de 2014.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 18 de novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.104, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.104, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.801 de 18 de novembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo
0203 - Secretaria de Administração e Finanças
0203.27 - Desporto e Lazer
0203.27.812 - Desporto Comunitário
0203.27.812.2701 - Esporte e Vida
0203.27.812.2701.2043 - Manutenção das Atividades Esportivas
3390-0000- Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
Fonte 0101

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06.06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal
02.06.06.182.0601.2023 - Manutenção Conv. Secret. De Seg Pública
4490.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Fonte: 0100

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06.06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.1503 - Serviços de Utilidade Pública
02.06.06.182.1503.2038 - Manutenção dos Serv. De Utilidade Públicas
3371.0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.103, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.103, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.800 de 18 de novembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), para atender a seguinte programação:

02 - Fundo Municipal da Saúde
0201 - Fundo Municipal da Saúde
0201.10 - Saúde
0201.10.301- Atenção Básica
0201.10.301.1001 - Saúde com Qualidade
0201.10.301.1001.2050 - Manutenção das Atividades da Saúde
3390-0000- Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Fonte 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do orçamento do Município de Pinheiro Preto:

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06.06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal
02.06.06.182.0601.2023 - Manutenção Conv. Secret. De Seg Pública
3390.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
Fonte: 0100

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06.06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal
02.06.06.182.0601.2024 - Manutenção do Funreborn
3390.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.798 , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.798 , DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Pinheiro Preto para o Exercício de 2015.

Euzébio Calisto Vieceli, Prefeito do Município de Pinheiro Preto - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Pinheiro Preto, SC, para exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.291.475,04 (Quinze milhões, duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quatro centavos).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 12.585.019,00 (Doze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e dezenove reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 9.288.448,50 (Nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil,

quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.296.570,50 (Três milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	12.580.000,00
1.1- Receita Tributária	761.800,00
1.2- Receitas de Contribuições	57.200,00
1.3- Receita Patrimonial	131.930,00
1.4- Receita Agropecuária	1.100,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	33.000,00
17-Transferências Correntes	13.953.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.422.860,00
1.9- Outras Receitas Correntes	64.330,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	5.019,00
2.1- Operações de Crédito	2,00
2.2- Alienação de Bens	5.000,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	17,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	12.585.019,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.729.429,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	4.581.872,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	75.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	4.072.557,5
4 - DESPESAS DE CAPITAL	548.019,00
4.4- Investimentos	297.019,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	250.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00
9.9- Reserva de Contingência	11.000,000
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.296.570,50
- Fundo Municipal da Saúde	2.501.020,50
- Fundo Municipal de Assistência Social	173.550,00
- Câmara Municipal de Vereadores	622.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	12.585.019,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais, Instituto de Previdência, Sistema de Assistência Médica e Poder Legislativo para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	627.401,04
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	618.401,04
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.501.020,50
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.501.020,50
TOTAL	3.128.425,54

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	3.007.121,54
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.608.200,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.398.921,54
4 - DESPESAS DE CAPITAL	121.304,00
4.4- Investimentos	121.304,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	3.128.425,54

II - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	182.450,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	3.300,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	178.600,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	550,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	1,00

2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	173.550,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	173.550,00
TOTAL	356.001,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	332.600,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	103.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	229.100,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	23.401,00
4.4- Investimentos	23.401,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	356.0001,00

III - SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSP. DOS SERV. PÚBL.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 - RECEITAS CORRENTES	374.200,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	215.000,00
1.3- Receita Patrimonial	135.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	24.200,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	213.896,00
7.2- Receitas de contribuições	213.896,00
TOTAL	588.096,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	575.096,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	564.096,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	11.000,00
4.4- Investimentos	11.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
9.9- Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	588.096,00

IV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 - RECEITAS CORRENTES	563.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	275.000,00
1.3- Receita Patrimonial	200.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	88.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7- RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	745.504,00
7.2- Receitas de contribuições	745.504,00
TOTAL	1.308.504,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	1.107.500,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	990.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	117.500,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	5.500,00
4.4- Investimentos	5.500,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.504,00
9.9- Reserva de Contingência	195.504,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.308.504,00

V - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PRE- FEITURA	622.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	622.000,00
TOTAL	622.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	567.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	395.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	172.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	55.000,00
4.4- Investimentos	55.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00

9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	622.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	11.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	11.000,00

UNIDADE GESTORA: SISTEMA DE ASSIST. MÉDICA E HOSP. SERV.

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	2.000,00
TOTAL	2.000,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚB.

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	195.504,00
TOTAL	195.504,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienação de bens e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de Novembro de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.800, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.800, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), para atender a seguinte programação:

02 - Fundo Municipal da Saúde
0201 - Fundo Municipal da Saúde
0201.10 - Saúde
0201.10.301- Atenção Básica
0201.10.301.1001 - Saúde com Qualidade
0201.10.301.1001.2050 - Manutenção das Atividades da Saúde
3390-0000- Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00
Fonte 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do orçamento do Município de Pinheiro Preto:

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06. 06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal

02.06.06.182.0601.2023 - Manutenção Conv. Secret. De Seg Pública
3390.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00
Fonte: 0100

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06. 06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal
02.06.06.182.0601.2024 - Manutenção do Funrebom
3390.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.801, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.801, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo
0203 - Secretaria de Administração e Finanças
0203.27 -Desporto e Lazer
0203.27.812 - Desporto Comunitário
0203.27.812.2701 - Esporte e Vida
0203.27.812.2701.2043 - Manutenção das Atividades Esportivas
3390-0000- Aplicações Diretas R\$ 13.000,00
Fonte 0101

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06. 06 - Segurança Pública
02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.0601 - Segurança Municipal
02.06.06.182.0601.2023 - Manutenção Conv. Secret. De Seg Pública
4490.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00
Fonte: 0100

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06. 06 - Segurança Pública

02.06.06.182- Defesa Civil
02.06.06.182.1503 - Serviços de Utilidade Pública
02.06.06.182.1503.2038 - Manutenção dos Serv. De Utilidade Públicas
3371.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
Fonte: 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1588/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1588/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW7009	54985957E	23/08/2014	73662	252 * VI	85.12
MFG4568	54985762E	12/08/2014	58192	193	574.61
MKQ0548	54985862E	10/08/2014	51851	167	127.69
MKX1681	54883416E	07/08/2014	59670	203 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 263/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 263/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADS1488	55600160A	22/02/2005	69980	240
MBB0481	55600300A	11/02/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 231/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 231/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ADH1523	55599581A	30/06/2004	69200	233	127.69
AEH3204	54486985A	21/06/2004	50450	162 * V	191.53
LXL4526	55600001A	07/07/2004	65800	230 * IV	191.53
LYQ0879	55599806A	23/06/2004	69120	232	53.20
MAB5223	55599909A	11/07/2004	50290	162 * II	957.69
MAB5223	55599721A	29/06/2004	51690	165	957.69
MAB5223	55599720A	29/06/2004	50100	162 * I	574.61
MAT8151	54487147A	14/07/2004	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 167/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 167/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYH5727	54486740A	27/02/2003	57380	186 * II	191.53
CTB8573	54487996A	06/03/2003	61220	214 * I	191.53
LWS0038	54487997A	06/03/2003	54520	181 * VIII	127.69
LWT7995	54487998A	06/03/2003	60500	208	191.53
LXH9302	54486846A	26/02/2003	73400	252 * IV	85.12
LXP3887	54486750A	06/03/2003	62110	218 * I * a	127.69
LXQ6422	54488250A	06/03/2003	62110	218 * I * a	127.69
LXW7841	54486743A	06/03/2003	62200	218 * I * b	574.61
LZJ7175	54486742A	06/03/2003	62200	218 * I * b	574.61
LZL4986	54486741A	06/03/2003	62200	218 * I * b	574.61
LZM7755	54488249A	28/02/2003	70300	244 * I	191.53
MAM8575	54486440A	05/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MAX4519	54486749A	06/03/2003	62200	218 * I * b	574.61
MBA6808	54488248A	27/02/2003	69470	235	127.69
MBE9694	54487995A	03/03/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBE9694	54487994A	03/03/2003	50100	162 * I	574.61
MBJ2391	54486746A	06/03/2003	62110	218 * I * a	127.69
MBW4016	54486744A	06/03/2003	52070	169	53.20
MBW4302	54487564A	26/02/2003	65990	230 * V	191.53
MBW4302	54487563A	26/02/2003	69120	232	53.20
MBZ0848	54486745A	06/03/2003	59670	203 * V	191.53
MML6500	54488301A	06/03/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 170/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 170/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBD8554	54488404A	27/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LWS0038	54488112A	21/03/2003	70300	244 * I	191.53
LZX6928	54488111A	20/03/2003	57380	186 * II	191.53
MAS9528	54488116A	02/04/2003	60500	208	191.53
MLB0013	54488403A	20/03/2003	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 90/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 90/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABV3752	55542049	26/07/2001	51850	167	127.69
ARF8228	54486119A	18/07/2001	51850	167	127.69
CBH7770	54486117A	13/07/2001	51690	165	957.69
LWU6111	55559387	03/08/2001	69200	233	127.69
LWX8210	55542686	03/07/2001	65480	229	85.12
LWZ9877	55561320	03/08/2001	65990	230 * V	191.53
LXB1980	55541980	03/08/2001	50100	162 * I	574.61
LXD8480	54486126A	06/08/2001	65990	230 * V	191.53
LXJ3020	55541547	20/07/2001	52070	169	53.20
LXQ4881	55542046	10/07/2001	50100	162 * I	574.61
LXZ1574	55559386	04/07/2001	72340	250 * I * a	85.12
LYH7086	54486023A	06/08/2001	52820	176 * I	957.69
LYJ0766	54486066A	04/08/2001	72340	250 * I * a	85.12
LYJ0766	54486068A	05/08/2001	65990	230 * V	191.53
LYJ0766	54486068A	05/08/2001	53710	180	85.12
LYJ0766	54486068A	05/08/2001	50100	162 * I	574.61
LYJ0766	54486067A	04/08/2001	58350	195	127.69
LYR1805	54486021A	02/08/2001	69200	233	127.69
LYV3881	54486108A	12/07/2001	65990	230 * V	191.53
LZI1112	55559385	04/07/2001	72340	250 * I * a	85.12
LZI8157	55561318	13/07/2001	60500	208	191.53
LZK6734	55542048	10/07/2001	65990	230 * V	191.53
LZK7128	55541545	06/07/2001	50100	162 * I	574.61
LZL2269	54486110A	12/07/2001	66370	230 * IX	127.69
LZR7790	54486072A	08/08/2001	65990	230 * V	191.53
MAT3080	54486109A	12/07/2001	66370	230 * IX	127.69
MAT4391	54486122A	22/07/2001	70300	244 * I	191.53
MAV6006	54486017A	02/07/2001	73660	252 * VI	85.12
MAX1698	54486071A	07/08/2001	50450	162 * V	191.53
MBP8758	55559000	11/07/2001	61220	214 * I	191.53
MCT7220	55542683	02/07/2001	51850	167	127.69
MDY8250	54486121A	18/07/2001	50100	162 * I	574.61
MDY8250	54486121A	18/07/2001	65990	230 * V	191.53
MEU5564	55542682	02/07/2001	51850	167	127.69
MEX0980	54486118A	18/07/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 267/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 267/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO1034	55601206A	21/03/2005	69200	233
LZN7805	55600337A	23/03/2005	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 65/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 65/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV6288	55559468	12/04/2000	57380	186 * II	191.53
MAQ2092	55541871	08/04/2000	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 374/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 374/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ3702	55601300A	05/05/2006	58780	199	85.12
MFE1420	55601614A	31/07/2006	70300	244 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 252/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 252/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCJ5994	55599744A	26/12/2004	69120	232
MCJ5994	55599745A	26/12/2004	51690	165
MCJ5994	55599743A	26/12/2004	50100	162 * I
MEA5592	55599694A	04/01/2005	51690	165
MGZ2600	55601053A	06/01/2005	62380	218 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 367/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 367/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDH3575	55601627A	13/08/2006	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 303/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 303/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICJ4091 55601242A 14/01/2006 55410 181 * XVII
LXM3114 55600594A 11/01/2006 66370 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 535/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 535/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LWX9849 55192463B 18/11/2007 60500 208 191.54
MCT1024 55192392B 12/11/2007 51850 167 127.69
MEJ9092 55192321B 16/12/2007 70300 244 * I 191.54
MFJ1371 55255571B 22/11/2007 70300 244 * I 191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 490/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 490/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM8861	55190398B	21/09/2007	50100	162 * I
MEK7356	55191873B	10/09/2007	65800	230 * IV
MFA0891	55191936B	21/09/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 398/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 398/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJC3619	55190685B	18/01/2007	69120	232
IBE8015	55190260B	23/01/2007	52740	175
LZX0065	55190305B	30/01/2007	73580	252 * V
MAR7572	55601182A	01/02/2007	65560	230 * I
MAR7572	55601181A	01/02/2007	50100	162 * I
MBN6800	55190652B	03/01/2007	50100	162 * I
MBN6800	55190653B	03/01/2007	65990	230 * V
MCD8611	55190021B	29/01/2007	69120	232
MFE9542	55601186A	09/02/2007	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 442/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 442/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXU9835	55191331B	12/05/2007	51690	165
LYY9209	55191216B	15/04/2007	50450	162 * V
LZT1423	55190900B	11/05/2007	50450	162 * V
LZT1982	55191110B	07/05/2007	69200	233
LZT6034	55601987A	04/05/2007	67690	230 * XXII
LZT6034	55601986A	04/05/2007	67000	230 * XVI
MAU8658	55191351B	23/04/2007	51690	165
MAU8658	55191352B	23/04/2007	52740	175
MBH3457	55191619B	17/05/2007	51690	165
MBR5321	55190330B	11/04/2007	50450	162 * V
MDK0330	55190893B	11/05/2007	50450	162 * V
MDL6807	55191007B	10/05/2007	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 313/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 313/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGH2971	55600424A	09/03/2006	62380	218 * II * a
CMY1663	55600891A	22/03/2006	51930	168
LXB6851	55601289A	04/04/2006	60500	208
LXU0551	55600037A	23/03/2006	53800	181 * I
LYS8292	55600981A	24/03/2006	54600	181 * IX
MDG7380	55600893A	30/03/2006	58350	195
MDN6479	55600066A	01/04/2006	62200	218 * I * b

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 257/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 257/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZA1190	55600312A	21/01/2005	67690	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1563/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1563/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABO9837	54985835E	11/09/2014	57463	187 * I
ABP0987	54985932E	01/09/2014	57380	186 * II
EDF2994	54985858E	09/08/2014	59670	203 * V
KFZ2400	54882671E	29/08/2014	68580	231 * VII
KFZ2400	54882675E	29/08/2014	51851	167
LWR4018	54985875E	15/08/2014	55250	181 * XV
LWW0954	54985761E	12/08/2014	59670	203 * V
MCP5807	54985899E	23/08/2014	52070	169
MCP8760	54985877E	15/08/2014	55500	181 * XVIII
MCV0471	54985859E	09/08/2014	55415	181 * XVII
MDB8942	54882685E	06/09/2014	52070	169
MED9948	54882566E	20/08/2014	55414	181 * XVII
MES2307	54985902E	15/08/2014	59670	203 * V
MGX5555	54883415E	15/08/2014	52070	169
MHJ6014	54985745E	10/08/2014	73662	252 * VI
MIG7827	54985783E	25/08/2014	59670	203 * V
MKZ0789	54985740E	09/08/2014	54100	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 215/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 215/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAD6809	54487288A	16/02/2004	55680	181 * XIX	127.69
MBC0678	54486966A	18/02/2004	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 147/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 147/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABA5993	54486409A	09/10/2002	56650	182 * X	85.12
ADR9795	54486411A	09/10/2002	55680	181 * XIX	127.69
AES5658	54487867A	06/10/2002	55250	181 * XV	85.12
AGW4817	54486729A	12/10/2002	55250	181 * XV	85.12
CIX3110	54487849A	14/10/2002	55410	181 * XVII	53.20
ICE2462	54487870A	06/10/2002	55250	181 * XV	85.12
LXK0054	54487794A	13/10/2002	57380	186 * II	191.53
LYG0886	54488028A	12/10/2002	55680	181 * XIX	127.69
LYJ5884	54487004A	07/10/2002	69200	233	127.69
LYM6827	54486837A	09/10/2002	65990	230 * V	191.53
LYM6827	54486838A	09/10/2002	66370	230 * IX	127.69
LYP8861	54486731A	12/10/2002	55250	181 * XV	85.12
LYV0893	54486410A	09/10/2002	56650	182 * X	85.12
MAJ7305	54487868A	06/10/2002	70480	244 * II	191.53
MAP0358	54487866A	22/09/2002	56140	182 * V	127.69
MAQ9746	54487796A	15/10/2002	69120	232	53.20
MAQ9746	54487796A	15/10/2002	50100	162 * I	574.61
MCB5421	54487869A	06/10/2002	55250	181 * XV	85.12
MEO6310	54486730A	12/10/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 049/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 012/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE DE APOIO PARA KIT DE TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO POMERODE FUNDOS, NA RUA RODOLFO SELL, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prazo adicional - 45 dias - Prazo final - 28/11/2014.
Justificativa: Prorrogação contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias em virtude de divergências no projeto licitado e no projeto efetivamente a ser executado, bem como o prazo para a secagem do concreto, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 028/2014.

Pomerode/SC, 02 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 049/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 012/2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE DE APOIO PARA KIT DE TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO POMERODE FUNDOS, NA RUA RODOLFO SELL, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor Aditivo - 25% - R\$16.192,27 (dezesesseis mil, cento e noventa e dois reais e vinte e sete centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 25%, conforme planilha anexa, em função de alterações não previstas no projeto estrutural das fundações e imprescindíveis na execução e finalização da obra, acrescentando assim, quatro estacas metálicas de 5,0m, incluindo cravação, em conformidade com a Cláusula Nona

do Contrato Administrativo n.º 028/2014.

Pomerode/SC, 23 de Outubro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
N.º 009/2014

Processo Administrativo n.º 110/2014.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NORA KRUEGER DALLMANN, LOCALIZADO NA RUA VIDAL FERREIRA, N.º 2725, BAIRRO POMERODE FUNDOS, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 192,65 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 08/12/2014.
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 08/12/2014.
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 19 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

RETIFICA 001

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
RETIFICA 001 AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 00101/2014
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 009/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, aos interessados a seguinte ALTERAÇÃO:

Onde se lê: às 09:00 horas, do dia 08 de dezembro de 2014 realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo Melhor Proposta.

Leia -se: às 09:00 horas, do dia 27 de janeiro de 2015 realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo Melhor Proposta técnica.

OBS: Altera-se todos os campos onde consta Melhor Proposta por Melhor Proposta Técnica

Dessa maneira o Recebimento de Envelopes será : até as 08:50MIN do dia 27/01/2015. Abertura: às 09h00min horas do dia 27/01/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Ponte Serrada, 19 de novembro de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1102/2014 - RH

PORTARIA Nº 1102, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 174/2013, de Charles Ronald Van Santen, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1107/2014 - RH

PORTARIA Nº 1107, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 31 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2015, a carga horária do servidor contratado Charles Ronald Van Santen, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 25h (vinte e cinco) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda repesada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1106/2014 - RH

PORTARIA Nº 1106, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 175/2013, de Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, que exerce as funções do cargo de Médico (Anestesiologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1108/2014 - RH

PORTARIA Nº 1108, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 31 de outubro de 2014 a 30 de outubro de 2015, a carga horária da servidora contratada Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, ocupante do cargo de Médico (Anestesiologista), de 5h (cinco) horas semanais para 15h (quinze) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda represada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1109/2014 - RH

PORTARIA Nº 1109 de 03 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Danilo dos Santos, aprovado em 22º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1110/2014 - RH

PORTARIA Nº 1110, de 03 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Vilma de Fátima Pinto da Silva das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1111/2014 - RH

PORTARIA Nº 1111, de 03 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO Jackson da Silva do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1113/2014 - RH

PORTARIA Nº 1113, de 07 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de novembro a 16 de dezembro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dalmir Estigarribia, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Luiz Antonio de Oliveira Pereira da Silva, que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1114/2014 - RH

PORTARIA Nº 1114 de 07 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Márcia Aparecida dos Santos, aprovada em 87º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1115/2014 - RH

PORTARIA Nº 1115 de 07 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Eloína Fernandes dos Santos, aprovada em 89º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 07 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1116/2014 - RH

PORTARIA Nº 1116, de 10 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 03 de novembro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Ester Farah Saliba de Paula, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1117/2014 - RH

PORTARIA Nº 1117, de 10 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sineli Isabel Paz de Hora Gajdeczka, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, recém inaugurado.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1118/2014 - RH

PORTARIA Nº 1118, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sineli Isabel Paz de Hora Gajdeczka, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, recém inaugurado.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1119/2014 - RH

PORTARIA Nº 1119, de 10 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ana Karina Buogo, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no apoio pedagógico, em razão do pedido de redução da carga horaria da professora contratada Valdiane Varmeling.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1120/2014 - RH

PORTARIA Nº 1120, de 10 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Iara Aparecida Simões Stein, para exercer as funções do cargo de

Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Márcia Isabel Ludke Brixner que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1121/2014 - RH

PORTARIA Nº 1121, de 10 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de outubro a 16 de dezembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 128/2014, de Cibele Cristina Ferreira, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão da aposentadoria da servidora efetiva Clara Krassowski Rosa e por não haver mais candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Iris, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 10 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1122/2014 - RH

PORTARIA Nº 1122, de 13 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Edivani Guimarães Pinto do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1123/2014 - RH

PORTARIA Nº 1123, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Valdiane Varmeling das funções do cargo de Professor 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1124/2014 - RH

PORTARIA Nº 1124, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Juliano Seger do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1125/2014 - RH

PORTARIA Nº 1125, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dina Saraiva Finck, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Viviane Aparecida Pereira que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1126/2014 - RH

PORTARIA Nº 1126, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fabiana Aparecida Bernardes Zaboroski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Elaine Pressendo que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº.

3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1127/2014 - RH

PORTARIA Nº 1127, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Janete da Aparecida Cardoso, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Vera Rita Zangrande Marinho, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1128/2014 - RH

PORTARIA Nº 1128, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 29 de outubro a 16 de dezembro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jane

Aparecida do Prado, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Fabiana de Oliveira Santos, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1129/2014 - RH

PORTARIA Nº 1129, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Juliano Hassan das funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1130/2014 - RH

PORTARIA Nº 1130, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 07 de novembro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Elizabeth Aparecida Mazeika, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1131/2014 - RH

PORTARIA Nº 1131, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 358, de 20 de março de 2014, que altera a carga horária de Cleiton César Schaefer ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Informática).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1133/2014 - RH

PORTARIA Nº 1133, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de novembro a 16 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Loiva Dreyer Wachtel, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto no Artigo 64 e Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão do pedido de rescisão de contrato de Valdiane Varmeling que estava em vaga vinculada da professora Cristiane Stefani Debacker que passou a atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Pedro do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1134/2014 - RH

PORTARIA Nº 1134, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de maio de 2007 a maio de 2012, do servidor Agnaldo Gonçalves, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 989, de 02 de setembro de 2014.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1135/2014 - RH

PORTARIA Nº 1135, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 06 de novembro a 05 de dezembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 135/2014, de Inoema de Fátima Arbighaus, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Zita Adiléia Gomes, que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1136/2014 - RH

PORTARIA Nº 1136, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Jussara Pinto Angeli das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1137/2014 - RH

PORTARIA Nº 1137 de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Fabiana Terezinha de Lara Zanella, aprovada em 90º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 995/2014 - RH

PORTARIA Nº 995, de 09 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Algacir Roberto Stein das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de setembro de 2014.

Porto União - SC, em 09 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1138/2014 - RH

PORTARIA Nº 1138, de 18 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Vania Sinara Bageski das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 18 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 115/2014

RESCISÃO DE CONTRATO nº 002/2014

CONTRATO nº 115/2014

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Execução de Obra nº 115/2014, datado de 06 de junho de 2014 entre o Município de Porto União e MK Construções Ltda, inscrita no CNPJ 00.257.143/0001-83 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 050/2014, Modalidade de Tomada de Preços nº 006/2014, ficam liberadas as partes signatárias.

Porto União SC, 04 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito do Município de Porto União

MK Construções Ltda

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO - DIEGO JACOMINI

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIEGO JACOMINI, portador(a) do CPF nº 058.412.769-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 129/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DIEGO JACOMINI
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3º TERMO ADITIVO - DIOMIR ODILON GARBIN

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIOMIR ODILON GARBIN, portador(a) do CPF nº 528.673.749-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 128/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DIOMIR ODILON GARBIN
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO - DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES, portador(a) do CPF nº 006.414.499-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 172/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DJEINES MAGUI DOS SANTOS FERNANDES
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO Nº 4422, DE 18 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4422, de 18 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 152/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública 152/2014 de 06.10.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4422/2014

Concorrência Pública nº 152/2014 de 2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA E REATERRO DOS PASSEIOS DA RUA LUIZ PASTEUR, BAIRRO BUDAG. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

Participantes:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA INCORPORAÇÃO EIRELE EPP;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;

DECRETO Nº 4419, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4419, de 17 de novembro de 2014.

"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 53, de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 85, de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2015, em R\$ 2,7645. (Dois reais e sete mil seiscentos e quarenta e cinco décimos de milésimos de real).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda em Exercício.

CONCURSO PÚBLICO 002/2014 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE POSSE - SERLEI SCHIQUET

PORTARIA Nº. 1175/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a SERLEI SCHIQUET, nomeada pela Portaria nº 1029/RH de 18 de setembro de 2014, publicada em 03 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo Cozinheiro, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 02 de novembro de 2014.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

CARLOS ALBERTO LUTHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Vmb

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**CONVÊNIO Nº. 02/2014**

CONVÊNIO Nº. 02/2014, FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL.

Pelo presente instrumento, de um lado a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 135.621, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 094.906.559-53, doravante denominada CONVENIENTE, com anuência do seu diretor clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, e de outro lado, o município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti - 154, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de

identidade Nº. RG 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF Nº. 147.480.939-91, doravante denominada CONVENIADA; resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este convênio tem por objetivo estabelecer e manter acordo entre as partes, visando a realização das atividades ambulatoriais do "Programa de Residência Médica" nas especialidades de Cirurgia Geral, Anestesiologia, Ginecologia e Obstetrícia e Clínica Médica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ambulatoriais serão prestados na rede de serviços do SUS do município de Rio do Sul, especialmente na Policlínica de Referência Regional, Centro de Atendimento à Mulher - CAM, Unidades de Saúde da Família e o Centro de Atendimento à Criança e Adolescente - CACA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

No cumprimento do estabelecimento na CLÁUSULA PRIMEIRA, caberá a CONVENIENTE:

- Informar oficialmente à Secretaria Municipal de Saúde a relação dos profissionais médicos com as respectivas especialidades participantes do Programa;
- Elaborar o programa e o cronograma das atividades a serem desenvolvidas, comunicando com antecedência à Secretaria Municipal de Saúde;
- Controlar e avaliar as atividades desenvolvidas;
- Elaborar o relatório das atividades e remeter cópia à Secretaria Municipal de Saúde;
- Designar o(s) médico(s) responsável(is) pelo acompanhamento das atividades dos Residentes;
- Prestar à Secretaria as informações por ela solicitada em relação ao desenvolvimento das atividades do Programa;
- Informar à Secretaria o nome dos residentes que terminaram ou que abandonaram as atividades previstas no Programa de Residência Médica.
- Informar a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração na situação do médico residente que possa refletir na continuidade da realização das atividades programadas.

No cumprimento da CLÁUSULA PRIMEIRA, caberá à CONVENIADA:

- Disponibilizar os espaços físicos para o desenvolvimento das atividades ambulatoriais previstas no Programa de Residência Médica.
- Informar, anualmente, o número de médicos que podem desenvolver suas atividades ambulatoriais na Secretaria.

Parágrafo Único. Os atos praticados pelos profissionais médicos residentes serão de responsabilidade do Coordenador da Comissão de Residência Médica da CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os profissionais médicos participantes do Programa de Residência Médica não poderão possuir qualquer vínculo contratual com a CONVENIADA para o recebimento de honorário pelas atividades desenvolvidas.

Parágrafo Único - os custos de conservação e manutenção da área física e dos materiais de uso nas salas de atendimento serão custeados pela CONVENIADA

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste Convênio tem por início a data de sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado, podendo ser alterado através de termos aditivos, bem como rescindido por qualquer das partes, desde que notificada a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por escrito.

Parágrafo Único - Na hipótese de rescisão será resguardado o direito do (s) médico (s) residente (s), que estiver (em) com o seu Programa em curso.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca do município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste Convênio, que não puderem ser resolvidas pelas partes e para definir responsabilidades.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 12 de novembro de 2014.

<div>Osmar Peters Presidente FUSAVI CONVENIENTE</div>	<div>Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENIADA</div>
---	---

Testemunhas:

<div>1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF 019.336.209-00</div>	<div>2) Luciane Araujo Mattana Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF 882.569.600-00</div>
--	--

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0014/2014

PORTARIA Nº 0014/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa servidor responsável por adiantamento/suprimento para a Secretaria de Educação.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº. 965/99 de 19 de agosto de 2009 e Alterações, e Instrução Normativa nº 14/2012, de 13 de junho de 2012,

Resolve:

Art.1º Fica designado o Senhor FERNANDO RECH, inscrito na Matrícula nº 1.070, ocupante do cargo efetivo de Motorista Classe I, como servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento da Secretaria de Educação.

Art. 2º É aplicável o regime de adiantamento para pagamento das seguintes espécies de despesa:

- I - Material de consumo;
- II - Serviços de terceiros;
- III - Transportes em geral;
- IV - Diárias e ajudas de custo;
- V - Judicial;
- VI - Extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas;
- VII - A ser efetuada em lugar distante da sede da administração municipal, ou em outro município;
- VIII - Miúda e de pronto pagamento;
- IX - Com diligência administrativa;
- X - Em situações excepcionais e para atender despesas de pequeno vulto;

§ 1º Não serão permitidas despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

§ 2º Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento as que se realizarem com:

- I - selos postais, telegramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupas, café e lanche, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos consertos e aquisição avulsa de livros, jornais e outras publicações;
- II - Encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;
- III - Outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.

Art. 3º O valor de cada adiantamento/suprimento não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do teto exigido para a modalidade licitatório de convite, como estabelece o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Os recursos orçamentários para o empenho, objeto do presente, serão utilizados do orçamento municipal vigente, ou seja:

02.0202 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.0202.04.122.0402.4005 - MANUT. DAS ATIV. ADMINISTR. E FINANCEIRAS
3.3.90.00.00.00.00.0100 - APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º A prestação de contas far-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, sob pena de correção, multa e juros de mora.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 17 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ CARLOS ONEDA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FERNANDO RECH
RESPONSÁVEL PELO ADIANTAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 90/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 90/2014- CV Nº 90/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para execução de serviços de mão-de-obra na construção de 2(duas) cabeceiras de Ponte na comunidade de Lajeado, no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico financeiro em anexo. Com entrega dos envelopes marcada às 13h:45min do dia 27 de novembro de 2014 com abertura dos envelopes 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113
E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do sul, 19/11/2014
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO N. 301, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 301, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 676 /2014
MODALIDADE: Leilão N. 2/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 676/2014, Leilão N.2/2014, que tem por objeto a ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS, CONFORME LEI MUNICIPAL.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
EMERSON CARLOS WESCHENFELDER	5	CARROÇÃO AGRÍCOLA MARCA TRITON CAPACIDADE 4 TONELADAS, BEM PATRIMONIAL Nº 1525	1,00	500,00
ADOLFO ALVES DA SILVA	1	VEÍCULO RENAUT SANDERO EXP 1.6 PLACA 6135 ANO MODELO 2010.	1,00	10.000,00
ADOLFO ALVES DA SILVA	2	VEÍCULO FIAT DOBLÔ ELX 1.8, PLACA MGG 4779, ANO 2008/2009.	1,00	10.000,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
EMERSON CARLOS WESCHENFELDER	500,00	quinhentos reais
ADOLFO ALVES DA SILVA	20.000,00	vinte mil reais

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 18 de novembro de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 03 de novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos.
Matricula nº 1268/8

DECRETO N. 299/2014

DECRETO N. 299/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

171 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 26.139,02 (vinte e seis mil cento e trinta e nove reais dois centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede Básica de Saúde				
951	0171	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
	0371	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	11.139,02

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 11.139,02 (onze mil cento e trinta e nove reais dois centavos) de que trata o artigo 2º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Novembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos.

Matricula nº 1268/8

PROCESSO LICITATÓRIO N. 268/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 268/2014, Tomada de Preço n. 02/2014. O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PRIMEIRA (1) ETAPA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS) EM APENSO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 10/12/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo site WWW.staterezhinaprogresso.sc.gov.br, ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 19/11/14.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

PORTARIAS/SEMED Nº 1236 A 1240/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1236, de 13 de novembro de 2014. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Clarice das Graças Rodrigues de Souza. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1237, de 13 de novembro de 2014. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Angela Aparecida dos Passos. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1238, de 13 de novembro de 2014. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Sheila Donisete Augustin Neppel. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1239, de 13 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Ivan Rosá. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1240, de 13 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Bernadete Maria Hubner. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 326/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 326/2014
INFORMA RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretario de Administração, torna público para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que o edital numerado em epígrafe, cujo objeto resume-se na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA A ABERTURA E DEMAIS EVENTOS DO NATAL MAGICO 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO,.

Inclui-se Item

4.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1 - Registro ou Inscrição da empresa licitante no CREA, através de Certidão de Pessoa Jurídica e/ou Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC, conforme Lei nº 12.378 de 31/12/2010.

4.4.2 - Registro ou Inscrição do profissional no CREA, através de Certidão de Pessoa Física e/ou Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC, conforme Lei nº 12.378 de 31/12/2010.

4.4.3 - Atestado de Capacidade Técnica (Documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação. Este documento deverá ser acervado junto ao CREA, caso contrário não será aceito).

4.4.4 - Certidão de Acervo Técnico específico (Documento emitido pelo CREA que transcreve as experiências do profissional das anotações de responsabilidade técnicas compatíveis com o objeto da licitação.

4.4.5 - Comprovação de vínculo do profissional com a empresa licitante (Se dará exclusivamente através de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica de cargo e função).

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que

este produza os seus efeitos conforme lei, se mantêm a data de 26/11/2014 às 14:00 horas para abertura em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC. Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

Alcionei França da Silva

Secretário de Administração

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

Pregão Presencial nº 82/2014

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 82/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 03 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores novos para utilização nos veículos da frota.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 113/2014

No dia 19 de novembro de 2014, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 113/2014, Modalidade Concorrência PREFE n. 003/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE PEDRAS POLIÉDRICAS E MACADAME SECO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DAS RUAS: AMAZONAS, GERSI VALGÓI, SANTA MARIA, MAJOR AZAMBUJA, BENJAMIN CONSTANT, CURITIBA, SÃO DOMINGOS, DUQUE DE CAXIAS, BARÃO DO RIO BRANCO E SETE DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 1013905-18/2013/MCIDADES/CAIXA, conforme designado em decisão proferida pela Comissão de Licitações. Todas as participantes foram comunicadas, porém, se fez presente somente a empresa Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28. As licitantes HABILITADAS apresentaram os seguintes valores globais: a) Terramax Construções e Obras Ltda, CNPJ n. 04.406.660/0001-28 o valor de R\$ 1.902.467,35 (um milhão, novecentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos) e; b) Setep Construções S. A, CNPJ n. 83.665.141/0001-50 o valor de R\$ 2.006.802,43 (dois milhões, seis mil, oitocentos e dois reais e quarenta e três centavos). As propostas das licitantes foram declaradas válidas por cumprirem com todos os requisitos do edital, bem como com o contido no artigo 3º do Decreto n. 7.983, de 08/04/2013, e artigo 102, § 7º, da Lei 12.708, de 17/08/2012. Todavia, o menor valor global ofertado foi o da licitante Terramax Construções e Obras Ltda, sendo esta declarada VENCEDORA do presente certame. As participantes receberão, via e-mail, cópia da presente ata, ficando cientes de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para conhecimento de todos os interessados. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Nada mais.

LEI N.1748 DE 13 11 14 APAE DOAÇÃO ÔNIBUS

LEI Nº 1748, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bem móvel para a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de São Domingos.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar bem móvel, tipo ônibus, placa KMP-9556, chassi 9BM384073XB190283, código no Registro Nacional de Veículos Automotores 715364294, Mercedes Benz, ano/modelo 1999/1999, cor amarela, registrado no patrimônio público municipal sob o nº 2363, para a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de São Domingos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.480.597/0001-06, localizada na Rua Nereu Ramos, 1037, neste município de São Domingos.

Art. 2º O bem ora doado, é destinado exclusivamente para o transporte escolar dos alunos da Escola Especial Ilda Lago Dalla Corte, sob pena de reversão.

Art. 3º Fica vedada a alienação do veículo pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da efetiva doação.

Parágrafo único. O veículo poderá ser alienado antes deste prazo, unicamente, se o valor arrecadado com a alienação for aplicado como complemento para a aquisição de veículo novo destinado ao transporte escolar.

Art. 4º A baixa no controle patrimonial e a transferência do bem móvel de que trata o artigo 1º será efetuada mediante a assinatura do termo de doação à entidade beneficiada.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de Novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1763 DE 18 11 14 ADMITE CLAUDIA MARA JAGNOW ODONTOLOGA

DECRETO Nº 1763, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90 atualizada, pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada, pela Lei Municipal 1.132, de 11/12/98 atualizada, pela Lei Complementar Municipal 043 de 26/07/12 ; e:

- Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde, dando conta da necessidade de suprir uma vaga de odontólogo;
- Considerando que não há mais candidatos na lista de espera dos aprovados no Processo Seletivo Público 001/2013 para o emprego público de odontólogo;
- Considerando que o profissional odontólogo é integrante do Programa Estratégia de Saúde da Família através da ESB (Equipe de Saúde Bucal);
- Considerando que o Município atualmente possui 03 três Equipes de Saúde Bucal, sendo que uma equipe está desprovida de odontólogo, em decorrência do pedido de demissão de uma profissional;
- Considerando que as 03 equipes devem estar regulares, com todos os profissionais, que compõe a ESFSB (Estratégia de Saúde da Família com Saúde Bucal).
- Considerando que encontra-se aberto o Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, o qual contempla o emprego público de odontólogo.
- Considerando parecer Jurídico sobre a matéria;
- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Claudia Mara Jagnow, para exercer o emprego público de Odontólogo, Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora mencionada no art. 1º deste decreto será de 90 (noventa) dias.

§ 1º Este emprego será regido pelo Regime Jurídico Celetista, enquadrado no Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/43 - Consolidação

das Leis do Trabalho (CLT), vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), previsto no artigo 201 da Constituição Federal e incluído no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), previsto no artigo 7º, inciso III, da Constituição Federal.

§ 2º O empregado integrará o Quadro Anexo VI - Empregos Públicos - Grupo 3 - Atividades de Nível Superior (ANS), Código 91.23, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1686 DE 11 11 14 AUTORIZA A CONDUZIR VEÍCULOS MARLI PICETTI GROSBELI

PORTARIA Nº 1686, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza servidora a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

* Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Saúde Gilmar Antonio Brandalize;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, a servidora pública municipal Marli Piceti Grosbelli, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 05730462683.

Art. 2º A servidora ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1689 DE 13 11 14 LICENÇA PATERNIDADE EDILIO ESTYBURSKI

PORTARIA Nº 1689, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede afastamento legal ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/2008 atualizada, Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, pela Lei Complementar Municipal nº 042 de 04/04/2012, Lei Complementar nº 045 de 06/11/2012;

- Considerando o art. 80 inciso III da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/2012.

- Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido afastamento legal ao servidor público municipal, Edilio Styburski, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, para ausentar-se do serviço, sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em razão do nascimento do filho, no período de 13 a 17 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1688 DE 12 11 2014 LICENÇA MATERNIDADE SILVIA PARIS DE MOURA

PORTARIA Nº 1688, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

- Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora pública Silvia Cristina Paris de Moura, ocupante do cargo público de Agente Administrativo, no período compreendido entre 12 de novembro de 2014 a 10 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1690 DE 17 11 14 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NEIVA A W SOUZA E VANDERLEIA GOLTZ

PORTARIA Nº 1690, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede férias a servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de

Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO/EM-PREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Neiva Aparecida Walendorff de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	17/11/13-14	10	17/11/14 a 26/11/14
Vanderléia Goltz	Técnica em Enfermagem	22/02/11-12	30	26/11/14 a 25/12/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1691 DE 18 11 14 LICENÇA SAUDE MARINES SILVESTRI

PORTARIA Nº 1691, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal em exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada; e:
* Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal Marines Silvestri, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir desta data, até perdurar o benefício de auxílio-doença a ser concedido pelo INSS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

São Joaquim

PREFEITURA**PROCESSO 103/2014 - AQUISIÇÃO DE ASFALTO QUENTE (C.B.R.Q.) E CONCRETO USINADO FCK30 MPA PARA SECRETARIA DE OBRAS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, RUAS E OBRAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 103/2014

Pregão Presencial 59/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ASFALTO QUENTE (C.B.U.Q.) E CONCRETO USINADO FCK30 MPA PARA SECRETARIA DE OBRAS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, RUAS E OBRAS.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 04/12/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 169.315,00.

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de novembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal.

SUSPENSÃO CHAMADA PUBLICA 02/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA 02/2014 PMSJ

PROCESSO N.º 129/2014 Data: 17/12/2014 09:30horas

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A suspensão do referido processo licitatório se dá em razão de REVISÕES ORÇAMENTÁRIAS, diante do exposto, estamos realizando as devidas adequações.

Nova data e horário desta licitação serão devidamente publicados neste meio de divulgação.

Atenciosamente

Adriana Baesso

Presidente da Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 491/2014

PORTARIA Nº 491/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora,

por 05 (cinco) dias, a contar do dia 10/11/2014. - VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 09 (nove) dias, a contar do dia 11/11/2014. - JOSCEMARA FRANZOI, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 11/11/2014. - ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 07 (sete) dias, a contar do dia 11/11/2014. - MAIANE VIEL, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/11/2014. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 11/11/2014. - ISMÊNIA DE SOUZA ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 11/11/2014. - MARCIA APARECIDA LAURINDO, ocupante do Cargo de Agente administrativo, por 01 (um) dia, no dia 12/11/2014. - GLAUCIA APARECIDA BRILLINGER, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 12/11/2014. - MARTA APª. PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/11/2014. - GISELI PAUL, ocupante do Cargo de Técnica em Informática, por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/11/2014. - KATIA RAQUEL NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 13/11/2014. - PAULO CESAR MATOS BORGES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 14/11/2014. - PAULO CESAR MATOS BORGES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 17/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 492/2014

PORTARIA Nº 492/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - CELIA TEREZINHA PEREIRA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/11/2014. - ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARÃES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 17/11/2014. - PATRICIA CASSÃO DA ROSA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/11/2014. - LAIZE CECHINEL RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 17/11/2014. - BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 17/11/2014. - TANIA MARIA S. CARDOSO, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 17/11/2014. - DANIELA RIBEIRO WARMELING, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 17/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 493/2014

PORTARIA Nº 493/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora IRENE GOULART, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 17/11/2014 à 16/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 289/2014

DECRET O Nº 289/2014

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À
FUNCIONÁRIA ROSILEI MARQUESINI"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora ROSILEI MARQUESINI, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 130/2014, de 04/06/2014, a referida exoneração e a contar do dia 05/11/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 05 de Novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Novembro de 2014.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

PORTARIA - SA Nº 2484/2014

PORTARIA- SA - Nº 2484/2014

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 22031/2013 de 28.11.2013

RESOLVE:

I - Conceder licença sem vencimentos, por 01 (um) ano, ao (a) servidor (a) Sr.(a) DIEGO MOLINA DE CAMARGO , matrícula nº 19.059, lotado na Secretaria de Segurança, no cargo de Guarda Municipal, para tratar de assuntos particulares, a partir de 07.11.2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Novembro de 2014.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Novembro de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

PORTARIA - SA Nº 2485/2014

P O R T A R I A- SA - N.º 2485/2014

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais e,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 20094/14 de 23.09.2014.

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, da servidora MARIA TERESA KRETZER, matrícula nº 819, lotada na Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, no cargo de Arquiteta, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 01.01.2010.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de Novembro de 2014.
WALDEMAR BORNHAUSEN NETO
Secretário de Administração

LEI N.º 5.444 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A INSTITUIR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E NA UNIVERSIDADE DE SÃO JOSÉ O PROGRAMA DE INTERCÂMBIO EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação e da Fundação Municipal da Educação, a estabelecer o Programa de Intercâmbio Educacional, a ser estabelecido com organismos congêneres internacionais e nacionais que aderirem ao programa.

§1º - Poderão participar deste programa alunos, professores, acadêmicos da Universidade de São José, gestores e servidores da rede municipal desde que previamente cadastrados.

§2º - Os Programas ou cursos a que alude o caput deste artigo serão de curta duração, com até 20 (vinte) dias para alunos de ensino médio chegando até 6 (seis) meses para acadêmicos da USJ.

Art. 2º - O Programa de que trata esta lei deverá servir de estímulo para a troca de experiências e enriquecimento cultural e educacional entre alunos, acadêmicos e profissionais da educação da rede pública municipal da cidade de São José e de outros países, objetivando o crescimento intelectual dos participantes e a solidariedade entre os povos.

Parágrafo Único - O Intercâmbio visa também o turismo educacional, através de programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.

Art. 3º - Ficam os participantes obrigados a elaborar relatórios sobre a experiência vivenciada e realizar palestras, debates, entre outros, sobre as atividades desenvolvidas na viagem, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e pela Fundação Municipal da Educação.

Art. 4º - Os profissionais da educação que vierem a participar do programa ora criado não sofrerão prejuízos de vencimento e demais vantagens do cargo, na forma estabelecida em regulamento. Parágrafo Único - As despesas realizadas com passagens, estadias e manutenção dos profissionais da educação serão suportadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Fundação Municipal da Educação.

Art. 5º - Os alunos da rede municipal e acadêmicos da Universidade de São José que vierem a participar do programa deverão estar inscritos em programas de bolsa de estudos, oferecidas por órgãos nacionais e internacionais, tendo as despesas pagas por estes órgãos.

Parágrafo Único - O Município de São José e a Fundação Municipal da Educação poderão custear os programas quando o intercâmbio for de iniciativa dos órgãos da administração pública.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.446 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, PREVISTAS NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2000 - LRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - As Audiências Públicas, como instrumentos de transparência e publicidade dos atos de gestão fiscal no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José, serão realizadas para:

I - Demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais realizadas em cada quadrimestre.

II - Discutir a elaboração do PPA - Plano Plurianual, da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e a da LOA - Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º - As Audiências Públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal de São José, serão realizadas nas seguintes datas:

I - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro para Demonstrar e Avaliar o cumprimento das Metas Fiscais de cada quadrimestre;

II - Até o dia 31 de março para apresentar e discutir o PPA - Plano Plurianual;

III - Até dia 16 de julho para apresentar e discutir a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

VI - Até dia 30 de setembro para apresentar e discutir a LOA - Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º - As Audiências Públicas serão coordenadas e presididas pela Chefe do Poder Executivo Municipal ou seu representante, auxiliado por membros por ele designados.

Art. 4º - As Audiências Públicas, além dos objetivos já dispostos na Lei Complementar nº. 101/2000 - LRF, terão os seguintes objetivos:

I - Possibilitar a participação popular na discussão e definição dos planos, programas e demais investimentos públicos do Poder Executivo Municipal; e

II - Informar a população sobre as metas do planejamento municipal.

Art. 5º - As Audiências Públicas, realizadas pelo Executivo Municipal de São José serão registradas em ata e lista de presenças, as quais serão encaminhadas posteriormente ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - Deve a Comissão de Finanças e Orçamento participar e emitir pareceres referentes às audiências públicas para as propostas orçamentárias, anual e plurianual.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial as contidas na Lei Municipal nº. 3.674/2001, de 18 de junho de 2001.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.447 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

FIXA PRAZO PARA RECOMPOSIÇÃO DOS PASSEIOS, CALÇADAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, POR CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, EMPRESAS PRIVADAS, E ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ NA FORMA INDICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica obrigatória a reparação completa dos danos causados aos passeios, calçadas, logradouros e vias públicas, por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público, empresas privadas e órgãos municipais, nos prazos estabelecidos nessa lei.

Parágrafo Único - A reparação que trata o caput deste artigo deverá incluir material igual ou similar ao danificado, para reposição e conserto nas obras e serviços, nos passeios, calçadas, logradouros e vias públicas, e será procedida no máximo em 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação oficial para o início da restauração, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente justificados, quando este prazo poderá ser revisto a critério da municipalidade.

Art.2º - Os serviços de restauração ao Patrimônio, previstos nesta Lei, deverão ser nivelados ao piso original, devendo os meios-fios, tampas, bueiros, gradis, lixeiras e outros equipamentos terem a mesma qualidade do material indevidamente danificado e observarem as normas vigentes de acessibilidade de forma a não impedir a circulação com segurança e a liberdade de locomoção de pessoas com deficiências.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, deverá fazer a fiscalização do inteiro cumprimento das normas contidas nesta Lei.

§1º - Qualquer pessoa poderá denunciar o descumprimento da presente Lei ao órgão municipal competente e/ou Ministério Público, para a adoção das providências legais.

§2º - A inobservância do disposto da presente Lei acarretará à infratora as seguintes penalidades:

I - a notificação;

II - multa diária no valor de 5 (cinco) URM, por metro quadrado ou fração da área danificada, a qual cessará quando efetivada a sua devida reparação, mediante aceite do Poder Executivo Municipal;

III - a reincidência sujeitará ao pagamento da multa em dobro e suspensão da expedição de licença prévia para qualquer interferência, pela concessionária, permissionária ou equiparada, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, bem como, a suspensão da expedição de Alvará/ou Autorização para nova obra, pelo mesmo período;

IV - persistindo a infração, acarretará na rescisão do Termo de Concessão/Permissão ou, ainda, do Contrato para prestação de serviço, se em qualquer das hipóteses tiver sido firmado com o Poder Executivo Municipal.

§ 3º - Os valores arrecadados com a aplicação de sanções por força do descumprimento desta Lei deverão ser recolhidos ao Município de São José, que deverá reverter em favor do órgão municipal competente, responsável pela administração do espaço público danificado.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.448 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA "ACADEMIAS POPULARES PARA TERCEIRA IDADE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir, no âmbito do município de São José, o Programa Municipal "Academias Populares para Terceira Idade", destinado a promoção e valorização da vida das pessoas de terceira idade, especialmente, aquelas mais carentes.

Art. 2º - Os locais de funcionamento das academias populares serão nas escolas públicas municipais e/ou outros locais a serem definidos pelo Poder Executivo Municipal, ou ainda, os espaços físicos objetos de convênios e parcerias firmadas para esse fim.

Art. 3º - O horário de funcionamento das academias populares atenderão as disponibilidades dos espaços físicos e de sua ocupação e ainda do próprio funcionamento da unidade e/ou do imóvel.

Art. 4º - As aulas deverão ser ministradas por instrutores qualificados.

Art. 5º - Os materiais para a implantação das academias populares serão de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, com recursos próprios ou mediante parcerias públicas e privadas.

Art. 6º - Os interessados em participarem do programa deverão se submeter à avaliação médica de sua preferência ou a disponibilizada pela coordenação do programa.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.449 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A EXPOSIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS DE ESCRITORES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigatório a exposição em destaque e com prioridade nas estantes da Biblioteca Pública Municipal, as Obras Culturais Literárias de qualquer área de conhecimento, de Autores locais, residentes em São José.

Parágrafo Único - Para as Livrarias de propriedade privada existentes no Município, será sugerido o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 2º - Nas estantes da Biblioteca Pública Municipal, onde as Obras ficarem expostas deverá constar em destaque o título: "AUTORES DE SÃO JOSÉ".

Parágrafo Único - A Biblioteca Pública Municipal terá o prazo de 60 (sessenta) dias para proceder à devida adaptação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.450 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA A EMENTA E O ARTIGO 1º, DA LEI ORDINÁRIA Nº. 4.686 DE 23 DE JULHO DE 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Ementa e o Artigo 1º, da Lei nº. 4.686 de 23 julho de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL E SOCIAL ARTUR MONTANHA "CRESCER COM FUTURO".

Art. 1º - fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL E SOCIAL ARTUR MONTANHA "CRESCER COM FUTURO", com sede a rua Zabovare Shereider, nº 22, Bairro Jardim Solemar, São José, SC, CEP 88.111-230, no Município de São José, inscrita no CNPJ sob nº 08.266.307/0001-40, fundada em 07 de agosto de 2006, registrada no livro de pessoa jurídica do cartório de títulos e documentos, pessoas jurídicas e outros papéis da comarca de São José(SC), sob o termo nº 3981, fls. 81 do Livro A-37, em vinte e um de agosto de dois mil e seis. [...]"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI N.º 5.451 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DENOMINA DE PROFESSORA VERA LÚCIA MEDEIROS, O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO PALMARES, BAIRRO FORQUILHAS, NESTE MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "VERA LÚCIA MEDEIROS", o Centro de Educação Infantil, localizado na Rua Valdemar Schmidt, s/n, Loteamento Palmares - Bairro Forquilhas, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI Nº 5.452 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREAS DE TERRAS DE SUA PROPRIEDADE AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR, ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DESTINADAS À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA E ALTERA A ADEQUAÇÃO E O USO DE ÁREA CONSTANTE NO ANEXO I DO PLANO DIRETOR APROVADO PELA LEI Nº 1.605/85 E ALTERAÇÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, do Governo Federal, fica autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regido pela Lei no. 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, os imóveis descritos abaixo:

I - Uma (1) área de terra com 12.394,409m², referente à quadra 01, a ser desmembrada da matrícula 14.437, Livro nº 2-BZ, situada no bairro Forquilhas, município de São José/SC, possuindo a mesma as seguintes medidas e confrontações: QUADRA Nº 01 - Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=729656.4168 e Y=6949083.0822, seguindo com azimute 255°59'20" e distância 133.228m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=729534.5986 e Y=6949052.6847 (em curva), confrontando com RUA DO COMERCIO. Deste com azimute de 14°48'40" e distância 157.788m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=729574.9344 e Y=6949205.2299. Deste com azimute de 104°48'40" e distância 110.000m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=729681.2796 e Y=6949177.1103. Deste com azimute de 194°48'40" e distância 97.260m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, todos confrontando com ÁREA REMANESCENTE 01;

II - Uma (1) área de terra com 18.817,784m², referente à quadra 02, a ser desmembrada da matrícula 14.437, Livro nº 2-BZ, situada no bairro Forquilhas, município de São José/SC, possuindo a mesma as seguintes medidas e confrontações: QUADRA Nº 02 - Partindo-se do vértice V5 com coordenadas X=729528.1533 e Y=6949028.3093, seguindo com azimute 70°15'41" e distância 176.836m chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=729653.8604 e Y=6949073.4145 (em curva), confrontando com RUA DO COMERCIO. Deste com azimute de 194°48'40" e distância 187.177m chega-se ao vértice V7 com coordenadas X=729606.0119 e Y=6948892.4568, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 03. Deste com azimute de 282°49'54" e distância 110.066m chega-se ao vértice V8 com coordenadas X=729498.6949 e Y=6948916.9012, confrontando com RUA FREI GALVÃO. Deste com azimute de 14°48'40" e distância 115.237m chega-se ao vértice V5, ponto origem deste memorial, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 02;

III - Uma (1) área de terra com 20.891,832m², referente à quadra 03, a ser desmembrada da matrícula 14.437, Livro nº 2-BZ, situada no bairro Forquilhas, município de São José/SC, possuindo a mesma as seguintes medidas e confrontações: QUADRA Nº 03 - Partindo-se do vértice V9 com coordenadas X=729496.1371 e Y=6948907.2277, seguindo com azimute 102°49'54" e distância 110.066m chega-se ao vértice V10 com coordenadas X=729603.4540 e Y=6948882.7833, confrontando com RUA FREI GALVÃO. Deste com azimute de 194°48'40" e distância 189.926m chega-se ao vértice V11 com coordenadas X=729554.9027 e Y=6948699.1681, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 05. Deste com azimute de 282°49'54" e distância 110.066m chega-se ao vértice V12 com coordenadas X=729447.5858 e

Y=6948723.6124, confrontando com RUA SÃO JUDAS TADEU. Deste com azimute de 14°48'40" e distância 189.926m chega-se ao vértice V9, ponto origem deste memorial, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 04;

IV - Uma (1) área de terra com 14.293,479m², referente à quadra 04, a ser desmembrada da matrícula 14.437, Livro nº 2-BZ, situada no bairro Forquilhas, município de São José/SC, possuindo a mesma as seguintes medidas e confrontações: QUADRA Nº 04 - Partindo-se do vértice V13 com coordenadas X=729438.2554 e Y=6948715.4815, seguindo com azimute 102°49'54" e distância 110.142m chega-se ao vértice V14 com coordenadas X=729545.6467 e Y=6948691.0203, confrontando com RUA SÃO JUDAS TADEU. Deste com azimute de 195°44'27" e distância 184.342m chega-se ao vértice V15 com coordenadas X=729495.6370 e Y=6948513.5913, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 07. Deste com azimute de 339°26'55" e distância 169.720m chega-se ao vértice V16 com coordenadas X=729439.7245 e Y=6948662.7285. Deste com azimute de 318°27'27" e distância 20.120m chega-se ao vértice V17 com coordenadas X=729427.3295 e Y=6948676.7176 (em curva), ambos confrontando com RUA RECANTO DA NATUREZA. Deste com azimute de 15°44'27" e distância 40.275m chega-se ao vértice V13, ponto origem deste memorial, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 06;

V - Uma (1) área de terra com 17.577,548m², referente à quadra 05, a ser desmembrada da matrícula 14.437, Livro nº 2-BZ, situada no bairro Forquilhas, município de São José/SC, possuindo a mesma as seguintes medidas e confrontações: QUADRA Nº 05 - Partindo-se do vértice V18 com coordenadas X=729455.6269 e Y=6948532.7238, seguindo com azimute 127°46'10" e distância 47.589m chega-se ao vértice V19 com coordenadas X=729492.8914 e Y=6948503.8503 (em curva), confrontando com RUA RECANTO DA NATUREZA. Deste com azimute de 195°44'27" e distância 78.213m chega-se ao vértice V20 com coordenadas X=729471.6733 e Y=6948428.5708, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 09. Deste com azimute de 255°28'59" e distância 163.726m chega-se ao vértice V21 com coordenadas X=729348.3898 e Y=6948396.6486 (linha sinuosa), confrontando com RIO FORQUILHAS. Deste com azimute de 15°44'27" e distância 99.433m chega-se ao vértice V22 com coordenadas X=729375.3648 e Y=6948492.3528, confrontando com ÁREA REMANESCENTE 08. Deste com azimute de 105°44'27" e distância 66.300m chega-se ao vértice V23 com coordenadas X=729439.1784 e Y=6948474.3664. Deste com azimute de 15°44'27" e distância 60.631m chega-se ao vértice V18, ponto origem deste memorial, ambos confrontando com QUADRA 06.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os imóveis descritos neste artigo, cujas avaliações totalizam o montante de R\$ 16.368.731,61 (dezesseis milhões trezentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta e uma reais e sessenta e um centavos), são, por esta Lei, desafetados de quaisquer outras finalidades que não a prevista na presente lei e passam a integrar a categoria de bens dominiais.

Art. 2º. - Os bens imóveis descritos no artigo 1º. desta Lei serão utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e constarão dos bens e direitos integrantes do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, com fins específicos de manter a segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários, observadas, quanto a tais bens, as seguintes restrições:

- I - Não integrem o ativo da Caixa Econômica Federal;
- II - Não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;
- III - Não compõem a lista de bens e direitos da Caixa Econômica Federal para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;
- IV - Não podem ser dados em garantia de débito de operação da

Caixa Econômica Federal;

V - Não são passíveis de execução por quaisquer credores da Caixa Econômica Federal, por mais privilegiados que possam ser;
VI - Não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre o imóvel.

Art. 3º. - O Donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais, destinadas à população de baixa renda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo Donatário para cada um dos beneficiários, mediante alienação, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Art. 4º. - A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se:

I - o Donatário fizer uso do imóvel doado para fins distintos daquele determinado no artigo 3º. desta Lei;

II - A construção das unidades habitacionais não iniciarem em até 12 (doze) meses contados a partir da efetiva doação, na forma desta Lei.

Art. 5º. - O imóvel objeto da doação ficará isento do recolhimento dos seguintes tributos municipais:

I - ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando:

a) da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação;

b) da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal.

II - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário;

Art. 6º - Fica alterado o zoneamento das áreas descritas no art. 1º desta Lei, para a adequação e o uso da área constante do anexo I do Plano Diretor do Município de São José, aprovado pela Lei nº 1.605/85 e alterações, conforme mapa anexo a esta Lei, descritas como segue:

Situação Atual:

AMS (Área Mista de Serviços)

Área Mínima do Terreno= 250,00m²

Testada Mínima do Terreno = 10,00m

Número Máximo de Pavimentos = 2

Índice de Aproveitamento = 1,0%

Taxa de Ocupação = 50%

AMS -- 250/ 10

--[2 / 1,0 / 50

Situação Proposta:

ARP (Área Residencial Predominante)

Área Mínima do Terreno= 360,00m²

Testada Mínima do Terreno = 12,00m

Número Máximo de Pavimentos = 4

Índice de Aproveitamento = 2,5

Taxa de Ocupação = 50%

ARP -- 360 / 12

-- 4 / 2,5 / 50

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Prefeito Municipal

LEI N.º 5.453 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

DISCIPLINA A VENDA DE IMÓVEIS REMANESCENTES E DISTRA-
TADOS SITUADOS NOS CENTROS EMPRESARIAIS DE FORQUIL-
HAS E SERTÃO DO MARUIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os imóveis remanescentes dos Centros Empresariais de Forquilhas e do Sertão do Maruim, criados respectivamente pelas Leis nº 3.654, de 23 de maio de 2001, e nº 3.780, de 20 de dezembro de 2001, bem como os que foram distratados por inadimplemento das condições legais e contratuais, serão alienados pelo Poder Executivo Municipal na forma desta Lei.

Parágrafo Único. A alienação dos imóveis de que trata o caput deste artigo destina-se ao desenvolvimento econômico dos Centros Empresariais mediante a instalação de empresas, conforme consta no mapa de zoneamento, usos, atividades e demais alterações do Plano Diretor vigente.

Art. 2º - As alienações de que trata esta Lei serão realizadas após avaliação prévia e mediante procedimento licitatório na modalidade de leilão.

§1º. - Somente empresas regularmente constituídas poderão habilitar-se para aquisição dos imóveis alienados.

§2º. - O edital de licitação poderá definir atividades prioritárias a serem instaladas em cada imóvel vendido, bem como reunir imóveis confrontantes a fim de permitir instalação de empreendimentos de maior porte.

Art. 3º - Cada empresa vencedora poderá pagar o valor de sua proposta à Prefeitura Municipal de São José em até 03 (três) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 4º - À empresa adquirente é vedado:

I - Alienar, ceder ou locar o terreno adquirido sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal, antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades no imóvel adquirido;

II - Dar utilização diversa da prevista nesta Lei, no edital, contrato de compra e venda e projeto de empreendimento, sob pena de perda do imóvel, sem prejuízo de outras sanções;

III - Deixar de promover a instalação e o funcionamento integral do empreendimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, tendo como termo inicial do prazo a assinatura do contrato com o poder Executivo Municipal;

IV - Não promover a ocupação mínima de 30% (trinta por cento) da área cedida no prazo de 12 (doze) meses.

§1º. - A empresa adquirente poderá oferecer em garantia real o imóvel comprado do município para fins de obtenção de financiamento para construção e instalação de empresa no local do respectivo imóvel.

§2º. - Caso a adquirente incorra em alguma das vedações deste artigo, reverterá o imóvel ao Poder Executivo Municipal, bem como todas as benfeitorias nele realizadas, sem direito a indenizações.

§3º. - Na hipótese de execução da garantia por inadimplemento do financiamento de que trata o §1º deste artigo, o adjudicatário ou novo adquirente deverá observar as vedações dos incisos do caput deste artigo, sob pena de aplicação do §2º.

Art. 5º - Os valores pagos pelos imóveis alienados com base nas Leis 3.654/01 e 3.780/01, mas que retornaram ao domínio do Município por força de distrato por inadimplemento das condições

legais e contratuais, poderão ser utilizados pelos então arrematantes para compensação parcial com o preço ofertado na alienação que será promovida com base nesta Lei.

Art. 6º - As alienações que se perfectibilizaram com base nas Leis 3.654/01 e 3.780/01 continuam a ser regidas pelas mesmas.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 064, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA O CAPUT DO ART. 283 E A ALÍNEA "a" DO ART. 404 DA LEI COMPLEMENTAR 021 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - O Art. 283 da Lei Complementar nº 021/2005 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 283 - Os contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuinte Municipal são obrigados a comunicar à Prefeitura no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da homologação da Junta Comercial ou Cartório no caso de Sociedade Simples, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I - Alteração da razão social ou ramo de atividade;

II - Alteração da forma societária;

III - Mudança de endereço;

IV - Cessação das atividades;

Parágrafo único - Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar os livros fiscais previstos em regulamento."

Art. 2º. - O Art.404 da Lei Complementar 021/2005 passa a ter seguinte redação:

"Art. 404 - Deixar de comunicar no prazo previsto no Art. 283 as alterações cadastrais ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados."

a) multa de 2 URM (duas Unidades de Referência Municipal)."

Art.3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.710 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.710 de 18 de novembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;

-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece

normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 24.963/2014, relativo a ato disciplinar da servidora M.C.F, matrícula nº 37.452, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Cláudia Regina Macário e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 18 de novembro de 2014

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal da Educação

DECRETO Nº 3430/2014

DECRETO Nº 3430/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 56.100,00 (cinquenta e seis mil e cem reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.405 - Promoção, Apoio, Patrocínio, Eventos Esportivos e Lazer - FUNESJ

41 - 3.3.90.39.00.00.080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 56.100,00

Total desta Atividade R\$ 56.100,00

Total do Órgão R\$ 56.100,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 56.100,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 56.100,00 (cinquenta e seis mil e cem reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.1.051 - Construção, Reforma do Ginásio de Esportes,

Quadras, Equipamentos Esportivos

6043 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações

Recursos PrópriosR\$ 6.100,00

6045 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanentes,

Recursos PrópriosR\$ 5.000,00

Total deste ProjetoR\$ 11.100,00

18.01.27.812.0104.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Função

Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ

6013 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanentes,

Recursos PrópriosR\$ 30.000,00

Total desta AtividadeR\$ 30.000,00

18.01.27.812.0104.2.254 - Coord. de Atividades Esportiva e Lazer para

Todos em São José - FUNESJ

6027 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos PrópriosR\$ 5.000,00

Total desta AtividadeR\$ 5.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa Desportos Comunit. Rendimentos - FUNESJ

6028 - 3.3.50.41.00.00.0080 - Contribuições,

Recursos PrópriosR\$ 2.000,00

6030 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos PrópriosR\$ 8.000,00

Total desta AtividadeR\$ 10.000,00

Total do ÓrgãoR\$ 56.100,00

Total da AnulaçãoR\$ 56.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3431/2014

DECRETO Nº 3431/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 367.700,00 (trezentos e sessenta e sete mil e setecentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.026 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental

189 - 3.3.90.39.00.00.080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Recursos Próprios R\$ 71.000,00

Total desta AtividadeR\$ 71.000,00

08.01.12.306.0103.2.027 - Merenda Escolar - Educação Infantil

193 - 3.3.90.39.00.00.080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos PrópriosR\$ 287.700,00

190 - 3.3.90.30.00.00.0010 - Material de Consumo,

Recursos do Convênio nº 864/95 - FAE/PNAE - Merenda

EscolarR\$ 9.000,00

Total desta AtividadeR\$ 296.700,00

Total do ÓrgãoR\$ 367.700,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 367.700,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 367.700,00 (trezentos e sessenta e sete mil e setecentos reais), das dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.306.0103.2.026 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental

188 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo, Recursos PrópriosR\$ 133.700,00

Total desta AtividadeR\$ 133.700,00

08.01.12.306.0103.2.027 - Merenda Escolar - Educação Infantil

191 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo, Recursos PrópriosR\$ 225.000,00

Total desta AtividadeR\$ 225.000,00

08.01.12.306.0103.2.322 - Merenda Escolar - Ensino Médio

345 - 3.3.90.30.00.00.0010 - Material de Consumo, Recursos do Convênio nº 864/95 - FAE/PNAE - Merenda

EscolarR\$ 6.000,00

Total desta Atividade ..R\$ 6.000,00

08.01.12.306.0103.2.323 - Merenda Escolar - Educação de Jovens e

Adultos

348 - 3.3.90.30.00.00.0010 - Material de Consumo, Recursos do Convênio nº 864/95 - FAE/PNAE - Merenda

EscolarR\$ 3.000,00

Total desta AtividadeR\$ 3.000,00

Total do ÓrgãoR\$ 367.700,00

Total da AnulaçãoR\$ 367.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Prefeito Municipal em Exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA - SA Nº 2487/2014

portaria nº 2487 de 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de

Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Fundação Municipal de Cultura e Turismo, Fundação Municipal de Esporte e Lazer e Fundação Municipal Educacional, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- Juliano Alexandre dos Santos
- Silvana Mary Zunino
- Valdenir Pauli

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 03 de novembro de 2014.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA - SA Nº 2488/2014

portaria nº 2488 de 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Finanças, Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, Secretaria Executiva de Projetos Especiais e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- Kátia Regina Pereira
- Karina Muller Costa
- Joni Ramos

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 03 de novembro de 2014.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA - SA Nº 2489/2014

portaria nº 2489 de 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Executiva de Comunicação Social, Procuradoria Geral do Município, Gabinete da Prefeita e Ouvidoria Geral, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- Sandro José da Silva
- Graziela Besen Petry Mariot
- Maria da Glória Feleti Waltrich

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 03 de novembro de 2014.

WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2014 - PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 279/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da ampliação de 03 salas de aula, sanitário infantil, despensa, pátio coberto e refeitório, do CEI Antônio de Quadros, Serraria, Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 2ª MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP;

e 3ª CONSTRUTORA DE ANGELO LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente/CPL.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO - 021 - CTG TELVINO TREVISOL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 021/2014

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.

Conveniente: CTG TELVINO TREVISOL

Vigência: 18/11/2014 a 31/12/2014.

Valor do Repasse: O valor do auxílio financeiro fica fixado em até R\$5.000,00 (cinco mil reais), objetivando auxiliar no pagamento de despesas relativas à realização do 15º Rodeio do Mercosul, à ser realizado dia 21 à 23 de novembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: será repassado à "CTG TELVINO TREVISOL" a importância de R\$5.000,00 (cinco mil reais), objetivando auxiliar no pagamento de despesas relativas à realização do 15º Rodeio do Mercosul, à ser realizado dia 21 à 23 de novembro de 2014.

DECRETO Nº. 260/2014 - SF

DECRETO Nº. 260/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

"485" 3.3.90.39.00.00.3.0017 Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica R\$ 35.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso Custeio para Iluminação Pública, Fonte 3.0017, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de novembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2014, PR Nº 026/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO - CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014, ICSLO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 009/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 004/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A BANDA "TERRA CELTA", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, NA ABERTURA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS A PROGRAMAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70
CONTRATADA: MÃO NA RODA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME, (BANDA TERRA CELTA) - CNPJ: 13.311.767/0001-83
VALOR: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais)
TOTAL GERAL: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - (04/2014) - 17.01.13.892.4516.2.031.3.3.90.39.99.00.00.00.03.0000 - Manutenção das atividades do Instituto Cultural.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2014.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de novembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de coffee break destinado para o encerramento das atividades com as famílias participantes dos serviços sócioassistenciais que será realizado no dia 12 de dezembro de 2014, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 03 de dezembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de novembro de 2014.

CLAUDETE MARIS DE OLIVEIRA FABIANI
Secretaria Municipal de Assistência Social

Schroeder

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 101/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014
	Folha: 1/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP e BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento apenas a Declaração de Habilitação, a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Constatou-se que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial em 03/10/2013 sob nº. 20132460955 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 07/01/2014 sob nº. 2013397530 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de verificação de autenticidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deve vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital sendo esta de 09/10/14, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. A empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP pede desclassificação nos itens 01, 03 e 04. Constatando vencedora a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP. apresentou Alvará de Licença e

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema não estava disponível para verificação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não apresentou Contrato Social documento exigido no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" sendo que no Credenciamento a empresa não apresentou corretamente este documento, e apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Passando o item 01 para a terceira colocada a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante terceira colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada documentos exigidos no edital no item 7.1.11 e 7.1.12 sendo que estes não foram apresentados na fase do Credenciamento, apresentou Alvará de Licença e Localização, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação sendo o mesmo verificado na internet e mesmo encontra-se disponível, sendo assim a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item será passado para a quarta colocada a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante quarta colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 01 será cancelado. Os itens 02, 03, 04 e 05 serão cancelados devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", diante do exposto a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 3/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)**

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 07 será cancelado devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento este exigido no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento. E apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", sendo assim a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 08 será cancelado. As empresas participantes declinam o direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DANYARA ALVES PEREIRA	- - Representante
WILSON ANDRADE	- - Representante
JONATHAN CESAR NAZARIO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 4/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS BELAUS - - Representante

SILVIO CESAR LENERT - - Representante

ALESSANDRO MARTINS VIANA - - Setor Solicitante

CHEILA ADRIANE KLITZKE - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 1/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP e BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento apenas a Declaração de Habilitação, a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Constatou-se que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial em 03/10/2013 sob nº. 20132460955 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 07/01/2014 sob nº. 2013397530 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de verificação de autenticidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deve vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital sendo esta de 09/10/14, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. A empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP pede desclassificação nos itens 01, 03 e 04. Constatando vencedora a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP. apresentou Alvará de Licença e

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema não estava disponível para verificação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não apresentou Contrato Social documento exigido no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" sendo que no Credenciamento a empresa não apresentou corretamente este documento, e apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Passando o item 01 para a terceira colocada a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante terceira colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada documentos exigidos no edital no item 7.1.11 e 7.1.12 sendo que estes não foram apresentados na fase do Credenciamento, apresentou Alvará de Licença e Localização, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação sendo o mesmo verificado na internet e mesmo encontra-se disponível, sendo assim a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item será passado para a quarta colocada a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante quarta colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 01 será cancelado. Os itens 02, 03, 04 e 05 serão cancelados devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", diante do exposto a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 3/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)**

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 07 será cancelado devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento este exigido no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento. E apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", sendo assim a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 08 será cancelado. As empresas participantes declinam o direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DANYARA ALVES PEREIRA	- - Representante
WILSON ANDRADE	- - Representante
JONATHAN CESAR NAZARIO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 4/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS BELAUS - - Representante

SILVIO CESAR LENERT - - Representante

ALESSANDRO MARTINS VIANA - - Setor Solicitante

CHEILA ADRIANE KLITZKE - - Setor Solicitante

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 1/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP e BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento apenas a Declaração de Habilitação, a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Constatou-se que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial em 03/10/2013 sob nº. 20132460955 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 07/01/2014 sob nº. 2013397530 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de verificação de autenticidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deve vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital sendo esta de 09/10/14, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. A empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP pede desclassificação nos itens 01, 03 e 04. Constatando vencedora a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP. apresentou Alvará de Licença e

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)**

Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema não estava disponível para verificação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não apresentou Contrato Social documento exigido no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" sendo que no Credenciamento a empresa não apresentou corretamente este documento, e apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Passando o item 01 para a terceira colocada a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante terceira colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada documentos exigidos no edital no item 7.1.11 e 7.1.12 sendo que estes não foram apresentados na fase do Credenciamento, apresentou Alvará de Licença e Localização, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação sendo o mesmo verificado na internet e mesmo encontra-se disponível, sendo assim a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item será passado para a quarta colocada a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante quarta colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 01 será cancelado. Os itens 02, 03, 04 e 05 serão cancelados devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", diante do exposto a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 3/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)**

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 07 será cancelado devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento este exigido no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento. E apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", sendo assim a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 08 será cancelado. As empresas participantes declinam o direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DANYARA ALVES PEREIRA	- - Representante
WILSON ANDRADE	- - Representante
JONATHAN CESAR NAZARIO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014
Folha: 4/4	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS BELAUS - - Representante

SILVIO CESAR LENERT - - Representante

ALESSANDRO MARTINS VIANA - - Setor Solicitante

CHEILA ADRIANE KLITZKE - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 1/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP e BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento apenas a Declaração de Habilitação, a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Constatou-se que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial em 03/10/2013 sob nº. 20132460955 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 07/01/2014 sob nº. 2013397530 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de verificação de autenticidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deve vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital sendo esta de 09/10/14, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. A empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP pede desclassificação nos itens 01, 03 e 04. Constatando vencedora a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP. apresentou Alvará de Licença e

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema não estava disponível para verificação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não apresentou Contrato Social documento exigido no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" sendo que no Credenciamento a empresa não apresentou corretamente este documento, e apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Passando o item 01 para a terceira colocada a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante terceira colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada documentos exigidos no edital no item 7.1.11 e 7.1.12 sendo que estes não foram apresentados na fase do Credenciamento, apresentou Alvará de Licença e Localização, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação sendo o mesmo verificado na internet e mesmo encontra-se disponível, sendo assim a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item será passado para a quarta colocada a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante quarta colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 01 será cancelado. Os itens 02, 03, 04 e 05 serão cancelados devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", diante do exposto a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 3/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)**

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 07 será cancelado devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento este exigido no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento. E apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", sendo assim a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 08 será cancelado. As empresas participantes declinam o direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DANYARA ALVES PEREIRA	- - Representante
WILSON ANDRADE	- - Representante
JONATHAN CESAR NAZARIO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014
Folha: 4/4	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS BELAUS - - Representante

SILVIO CESAR LENERT - - Representante

ALESSANDRO MARTINS VIANA - - Setor Solicitante

CHEILA ADRIANE KLITZKE - - Setor Solicitante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014
	Folha: 1/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP e BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento apenas a Declaração de Habilitação, a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Constatou-se que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP apresentou Contrato Social, documento exigido no edital no item 4.1.2, Registrado na Junta Comercial em 03/10/2013 sob nº. 20132460955 sendo que na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual em 07/01/2014 sob nº. 2013397530 sendo assim a empresa não apresentou a última alteração contratual, diante do exposto o representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial sem autenticação e sem código de verificação de autenticidade na internet, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", este documento deve vir de acordo com o edital no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." sendo assim o representante da empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. A empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP apresentou a certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital sendo esta de 09/10/14, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais), bem como para comprovação do porte empresarial da participante, conforme disposto no artigo 8º, da Instrução Normativa DNRC nº 103/07", sendo assim o representante da empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP, BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP, BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, FOOT COMERCIAL LTDA. - ME, JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP e 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. A empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP pede desclassificação nos itens 01, 03 e 04. Constatando vencedora a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP. apresentou Alvará de Licença e

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014</p>
	<p>Folha: 2/4</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema não estava disponível para verificação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa ADAM DISTRIBUIDORA LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Diante do exposto será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante segunda colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não apresentou Contrato Social documento exigido no item 7.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas (Dispensado no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)" sendo que no Credenciamento a empresa não apresentou corretamente este documento, e apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes" sendo assim a documentação da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP não está de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa BONA GENTE COMERCIAL LTDA. - EPP retirou-se da sessão. Passando o item 01 para a terceira colocada a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante terceira colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou Contrato Social e Certidão Simplificada documentos exigidos no edital no item 7.1.11 e 7.1.12 sendo que estes não foram apresentados na fase do Credenciamento, apresentou Alvará de Licença e Localização, documento exigido no edital no item 7.1.7, sem autenticação sendo o mesmo verificado na internet e mesmo encontra-se disponível, sendo assim a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item será passado para a quarta colocada a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME sendo aberto o envelope de habilitação da licitante quarta colocada, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento, diante do exposto a empresa FOOT COMERCIAL LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 01 será cancelado. Os itens 02, 03, 04 e 05 serão cancelados devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP para o item 06, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", diante do exposto a empresa BERGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EPP não

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 3/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 07 será cancelado devido a nenhum participante dos itens estarem habilitados. Constatando vencedora a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP para o item 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a Certidão Simplificada documento este exigido no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais) (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)." Sendo que este documento não foi apresentado corretamente no ato do Credenciamento. E apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, do qual tentou-se verificar a autenticidade via internet e o sistema informa que a Localização Cadastral não é suficiente para emissão/verificação do mesmo, documento este exigido no edital no item 7.1.7 "Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário" sendo que os documentos devem ser apresentados de acordo com o item 7.4 "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade, na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes", sendo assim a empresa JORGE LENERT UNIFORMES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. O item 08 será cancelado. As empresas participantes declinam o direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DANYARA ALVES PEREIRA	- - Representante
WILSON ANDRADE	- - Representante
JONATHAN CESAR NAZARIO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 101/2014 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 218/2014 Data do Processo: 21/10/2014

Folha: 4/4

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 159/2014 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

LUCAS BELAUS - - Representante

SILVIO CESAR LENERT - - Representante

ALESSANDRO MARTINS VIANA - - Setor Solicitante

CHEILA ADRIANE KLITZKE - - Setor Solicitante

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 101/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 101/2014 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 218/2014
Data do Processo: 21/10/2014

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), Itens de Segurança, Descartáveis e Uniformes para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 18 / 2014

Motivo: Devido a tentativa de abertura frustrada e readequação da descrição dos itens.

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

Moacir Zamboni
Prefeito Municipal em Exercício

ATA TOMADA DE PREÇOS 14/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou acervo técnico que contemple estrutura metálica, conforme descrição no memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, este documento é exigido no edital no item 8.1.17 "Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa." Sendo assim a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME está inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. A empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME apresentou contrato de prestação de serviços sem autenticação documento exigido no edital no item 8.1.16 "Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), o qual deverá ser apresentado juntamente com a referida comprovação. a) A comprovação deverá ser feita: 1) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de fotocópia autenticado da Carteira de Trabalho, ou, 2) profissional contratado, sendo obrigatória à comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE, ou, 3) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio." Sendo que no edital no item 8.3 pede "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." resultando assim a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 26 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 28 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata as empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOÃO RENI ALVES TEIXEIRA	- - Representante
OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ	- - Representante
ANA GRASIELI BIONDARO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou acervo técnico que contemple estrutura metálica, conforme descrição no memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, este documento é exigido no edital no item 8.1.17 "Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa." Sendo assim a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME está inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. A empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME apresentou contrato de prestação de serviços sem autenticação documento exigido no edital no item 8.1.16 "Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), o qual deverá ser apresentado juntamente com a referida comprovação. a) A comprovação deverá ser feita: 1) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de fotocópia autenticado da Carteira de Trabalho, ou, 2) profissional contratado, sendo obrigatória à comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE, ou, 3) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio." Sendo que no edital no item 8.3 pede "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." resultando assim a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 26 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 28 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata as empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOÃO RENI ALVES TEIXEIRA	- - Representante
OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ	- - Representante
ANA GRASIELI BIONDARO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou acervo técnico que contemple estrutura metálica, conforme descrição no memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, este documento é exigido no edital no item 8.1.17 "Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa." Sendo assim a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME está inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. A empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME apresentou contrato de prestação de serviços sem autenticação documento exigido no edital no item 8.1.16 "Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), o qual deverá ser apresentado juntamente com a referida comprovação. a) A comprovação deverá ser feita: 1) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de fotocópia autenticado da Carteira de Trabalho, ou, 2) profissional contratado, sendo obrigatória à comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE, ou, 3) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio." Sendo que no edital no item 8.3 pede "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." resultando assim a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 26 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 28 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata as empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 14/2014 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 222/2014
Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOÃO RENI ALVES TEIXEIRA	- - Representante
OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ	- - Representante
ANA GRASIELI BIONDARO	- - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 222/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de cobertura da área esportiva na Escola Municipal Clarice Lange Jacobi, localizada na Localizada a Rua Alwino Alberto Winter, Schroeder I, no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento as empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou acervo técnico que contemple estrutura metálica, conforme descrição no memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro, este documento é exigido no edital no item 8.1.17 "Atestado de responsabilidade técnica (Acervo Técnico) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa." Sendo assim a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME está inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. A empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME apresentou contrato de prestação de serviços sem autenticação documento exigido no edital no item 8.1.16 "Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), o qual deverá ser apresentado juntamente com a referida comprovação. a) A comprovação deverá ser feita: 1) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de fotocópia autenticado da Carteira de Trabalho, ou, 2) profissional contratado, sendo obrigatória à comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE, ou, 3) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio." Sendo que no edital no item 8.3 pede "Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade." resultando assim a empresa METALURGICA TS INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA. - ME inabilitada pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de habilitação. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 26 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 28 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata as empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 14/2014 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 222/2014
Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 160/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 19 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOÃO RENI ALVES TEIXEIRA	- - Representante
OSMAIR ROGÉRIO MARQUEZ	- - Representante
ANA GRASIELI BIONDARO	- - Representante

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 193/2014

DECRETO Nº 193/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre Férias ao Servidor Público Municipal MARCELO JACOBY referente ao Período aquisitivo de 2014, e dá outras providências".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991, lei orgânica Municipal e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam concedidas férias ao Servidor Público Municipal MARCELO JACOBY no período de 16 DE DEZEMBRO 2014 A 14 DE JANEIRO DE 2015 (30 dias), referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, Servidor ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, Nível 62 do grupo VI- MAG, com lotação na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2014
Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de Empresa para a Execução da Mão de Obra da Pintura Externa do Prédio do Centro Administrativo Municipal, a ser executada no Município de Serra Alta. A obra compreende uma área aproximada de 825,88m², de dois pavimentos, em alvenaria, localizada na Av. Dom Pedro II, 830, centro, e objetiva revitalizar a infraestrutura do prédio, protegendo e conservando o imóvel contra os efeitos da ação do tempo e clima que causaram trincas e fissuras no mesmo.

Entrega dos Envelopes prorrogado para: 14:00 horas do dia 05 de dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes prorrogado para: 14:30 horas do dia 05 de dezembro de 2014.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município www.serraalta.sc.gov.br e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 20 de novembro de 2014.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 111/2014

PORTARIA Nº111/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE VILSON PAULETTO PARA O CARGO DE MOTORISTA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2014, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	VILSON PAULETTO
CPF:	767.622.899-91
RG:	12R – 2.756.789
CARGO:	MOTORISTA
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE
GRUPO:	3 - SOP
NÍVEL:	31
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII "admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas
VIGÊNCIA:	19/11/2014 a 19/11/2015. Ou mediante realização de Concurso Público.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeito (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 112/2014

PORTARIA Nº112/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ALDERI NAZARI PARA O CARGO DE MOTORISTA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2014, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	ALDERI NAZARI
CPF:	824.250.869-00
RG:	2.859.213
CARGO:	MORORISTA
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
GRUPO:	3 - SOP
NÍVEL:	31
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII “admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas
VIGÊNCIA:	19/11/2014 a 19/11/2015. Ou mediante realização de Concurso Público.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeito (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 113/2014

PORTARIA Nº 113/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeito Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de FRANCIELI VALMORBIDA ORTOLAN, CPF 080.133.539-66 e RG 5.543.527 do Cargo de AGENTE EDUCATIVO, nível 11 do Grupo 1- SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 19 de Novembro de 2014.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita (em exercício)

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 27/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014

Objeto: a presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE TRÊS VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO KM, DO TIPO MINIVAN COM CAPACIDADE PARA 7 (SETE) PASSAGEIROS, COR BRANCA, ANO/MODELO 2014/2015, para uso pela secretaria municipal de saúde, nos quantitativos, especificações e condições constantes no edital, termo de referência e demais anexos.

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislação aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 17h:15min do dia 02 de dezembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 17h:30min do dia 02 de dezembro de 2014.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 13h00min as 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 118/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VENTILADOR DE PRESSÃO POSITIVA COM MOTOR À COMBUSTÃO, PARA VENTILAÇÃO OPERACIONAL EM INCÊNDIOS ESTRUTURAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I E NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, OBEDECENDO INTEGRALMENTE OS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL (ANEXO VI).

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislação aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 13h:30min do dia 02 de dezembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 13h:45min do dia 02 de dezembro de 2014.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 13h00min as 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 119/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014

Objeto: a presente licitação tem por objeto a REF: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, TIPO PASSEIO, MODELO SEDAN, CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2014/2015, COR BRANCA, para uso pelo gabinete do prefeito, nos quantitativos, especificações e condições constantes no edital, termo de referência e demais anexos.

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislação aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 15h:15min do dia 02 de dezembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 15h:30min do dia 02 de dezembro de 2014.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 13h00min as 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2014

Objeto: a presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO VAN DE PASSAGEIROS, ZERO KM, ANO/MODELO 2014/2015, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA 16 (15+1) LUGARES E UM VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, DO TIPO PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2014/2015, COR BRANCA, TODOS PARA USO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislação aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 16h:15min do dia 02 de dezembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 16h:30min do dia 02 de dezembro de 2014.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 13h00min as 19h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 121/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 121/2014

Objeto: Este processo licitatório tem por objeto finalístico a contratação de empresa especializada para a execução de obra de "PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA QUINTINO MANOEL DOMINGOS, NUM TOTAL DE 450 MTS DE EXTENSÃO", incluindo terraplanagem, drenagem e sinalização, tudo em conformidade com o projeto básico, plantas, memorial descritivo, orçamento discriminativo e cronograma físico financeiro anexos ao presente edital, bem como as demais cláusulas constantes neste edital e anexos.

Tipo de julgamento: menor valor global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993 e alterações posteriores; Lei 123, de dezembro de 2006 e demais legislações correlatas.

Entrega dos envelopes: até as 13h:30min do dia 05/12/2014.

Abertura da Sessão: á partir das 13h:45min horas do dia 05/12/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC, 19, de novembro de 2014

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 122/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 122/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para a "PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CAETANO LUMMERTZ, NUM TOTAL DE 727,89 MTS DE EXTENSÃO, BAIRRO CENTRO; DRENAGEM NA RUA ANTÔNIO SIMÃO, NUM TOTAL DE 120,58MTS, BAIRRO SÃO JOSÉ; E DRENAGEM NA RUA ANDRÉ ALVES DA SILVA SOBRINHO, NUM TOTAL DE 375,32MTS, BAIRRO SÃO JOSÉ", incluindo materiais e mão de obra, tudo em conformidade com o projeto básico, plantas, memorial descritivo, orçamento discriminativo e cronograma físico financeiro

Tipo de julgamento: menor valor global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 15h:45min do dia 05/12/2014.

Abertura da Sessão: á partir das 16h:00min horas do dia 05/12/2014

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 19/11/2014

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 219/14

DECRETO Nº 219, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

TRANSPÕE RECURSOS ENTRE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Aut. Munic. De Água e Esgoto, crédito suplementar no valor de R\$ 23.263,00 (vinte e tres mil, duzentos e sessenta e três reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativo do SAMAE
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 3.263,00
2.036 - Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para atender a abertura de crédito de que trata o art. 1º, anula-se parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativo do SAMAE
4.4.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água
4.4.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 3.263,00
2.036 - Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário
4.4.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2184

LEI Nº. 2184, DE 18 DE NOVEMBRO 2014.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2014/2017, LEI Nº 2082, DE 28/08/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO -SC, Senhor Zênio Cardoso, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, lei nº 2082, de 28/08/2013, para incluir ao Programa 105 - CIDADE SEGURA as Ações 2.048 - Manutenção Convênio Rádio Patrulha, no valor R\$ 33.000,00 e 2.050 - Manutenção Convênio Ordem Pública, no valor R\$ 15.000,00; ao Programa

109 - ENSINO BÁSICO COM QUALIDADE as Ações 2.051 - Manutenção do Ensino Infantil - CRECHE, no valor R\$ 4.374.933,00 e 2.052 - Manutenção do Ensino Infantil - PRÉ-ESCOLA, no valor R\$ 2.409.990,00; ao Programa 114 - SANEAMENTO BÁSICO (SAMAE) a Ação 1.038 - Reforma e Ampliação da Sede Própria do Samae, no valor R\$ 20.000,00.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão da reestimativa da receita orçamentária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio, 18 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2185

LEI Nº. 2185, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, LEI Nº 2174, DE 30/09/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO -SC, Senhor Zênio Cardoso, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lei nº 2174, de 30 de setembro de 2014, para incluir no Órgão 09, Unidade 01 a Ação 1.031 - Construção do Parque de Eventos Municipal, no valor R\$ 529.425,00 (quinhentos e vinte e nove mil e quatrocentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão da reestimativa da receita orçamentária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio, 18 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2186

LEI Nº. 2186, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Delimita áreas de terras como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica delimitada como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, o seguinte imóvel:

I -áreas de terras urbanas constituído de área do Loteamento Coelho, bairro Nova Brasília, de propriedade de Suésia Coelho da Silva

e Antônio Cardoso da Silva, Sueli Marques Coelho, Clovis Antônio Gomes, Ênio Marques Coelho, Gladis Maria Aquino Coelho, Edu Marques Coelho, Teresinha da Cunha Coelho, Hélio Marques Coelho, Maria Ribeiro Coelho, Enor Marques Coelho, Suzana Marques Coelho, Suzalda Coelho Pereira, Sonia Marques Coelho, Suzete Coelho Teixeira, José da Costa Teixeira, Gilmar Teixeira da Silva, Sonia Regina da Silva e Jose Assis Cardoso, com 100.734,67 M2, objeto da matrícula nº 53.246 do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Sombrio/SC, situado dentro do perímetro urbano de Sombrio/SC, com frente para a Rua 107, pelo lado ímpar da numeração, esquina com as Ruas Álvaro Silveira e José Quartieiro, localizado no quarteirão definido pelas Ruas: Rua 107, Rua José Quartieiro, Rua Álvaro Silveira e Rua Máximo Rodrigues da Silva, com as seguintes confrontações: Ao norte com a rua 107, onde mede 251,29MTS, ao sul com o Loteamento Cardoso onde mede 254,53 MTS, ao leste com Pedro João Godinho onde mede 395,00MTS e ao oeste com Edilia Cardoso Coelho onde mede 401,84MTS, conforme mapa em anexo, anexo I, que e parte inseparável desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo serão destinados à implantação de projeto de regularização fundiária, nos termos do Art. 39 da Lei Complementar nº1864 de 2010, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Participativo do Município de Sombrio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 18 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI Nº. 2187

LEI Nº. 2186, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Delimita áreas de terras como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica delimitada como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, o seguinte imóvel:

I -áreas de terras urbanas constituído de área do Loteamento Coelho, bairro Nova Brasília, de propriedade de Suésia Coelho da Silva e Antônio Cardoso da Silva, Sueli Marques Coelho, Clovis Antônio Gomes, Ênio Marques Coelho, Gladis Maria Aquino Coelho, Edu Marques Coelho, Teresinha da Cunha Coelho, Hélio Marques Coelho, Maria Ribeiro Coelho, Enor Marques Coelho, Suzana Marques Coelho, Suzalda Coelho Pereira, Sonia Marques Coelho, Suzete Coelho Teixeira, José da Costa Teixeira, Gilmar Teixeira da Silva, Sonia Regina da Silva e Jose Assis Cardoso, com 100.734,67 M2, objeto da matrícula nº 53.246 do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Sombrio/SC, situado dentro do perímetro urbano de Sombrio/SC, com frente para a Rua 107, pelo lado ímpar da numeração, esquina com as Ruas Álvaro Silveira e José Quartieiro, localizado no quarteirão definido pelas Ruas: Rua 107, Rua José Quartieiro, Rua Álvaro Silveira e Rua Máximo Rodrigues da Silva, com as seguintes confrontações: Ao norte com a rua 107, onde mede 251,29MTS, ao sul com o Loteamento Cardoso onde

mede 254,53 MTS, ao leste com Pedro João Godinho onde mede 395,00MTS e ao oeste com Edilia Cardoso Coelho onde mede 401,84MTS, conforme mapa em anexo, anexo I, que é parte inseparável desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel descrito neste artigo serão destinados à implantação de projeto de regularização fundiária, nos termos do Art. 39 da Lei Complementar nº1864 de 2010, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Participativo do Município de Sombrio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 18 de novembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 220/14

DECRETO Nº 220, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

07.02 - Fundo Municipal de Saúde
2.020 - Atendimento de Saúde Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0070 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação verificado no presente exercício da fonte 70 (Rec. próprios em Saúde).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 190/2014

DECRETO Nº. 190, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para a dotação abaixo especificada:

01.01 – CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
(3) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretas..R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

01.01 – CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
(4) 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações diretasR\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de novembro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 191/2014

DECRETO Nº. 191, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
4.4.90.00.00.00.00.0080(44) - Aplicações Diretas ..R\$ 7.700,00
Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município
3.3.90.00.00.00.00.0080(42) - Aplicações Diretas .R\$ 7.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de novembro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1780/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1780/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HVV0808	54571746E	12/09/2014	52900	176 * II	957.69
MAD8109	54572808E	31/08/2014	50100	162 * I	574.61
MAD8109	54573005E	31/08/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 553/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 553/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACJ9573	8756046455	22/10/2014	74550	218 * I
AJY1190	8756046048	11/10/2014	74550	218 * I
APS9009	8756046019	10/10/2014	74630	218 * II
CFL7319	8756045994	12/10/2014	74550	218 * I
CGS0566	8756045831	30/09/2014	74630	218 * II
LWX6390	8756046442	23/10/2014	74550	218 * I
LXO8474	8756046421	23/10/2014	74550	218 * I
LYW2296	8756046363	21/10/2014	74550	218 * I
MAO6515	8756046391	22/10/2014	74550	218 * I
MAR1811	8756045974	10/10/2014	74550	218 * I
MAY5093	8756045849	02/10/2014	74550	218 * I
MCF9500	8756046028	12/10/2014	74550	218 * I
MCI4506	8756045856	03/10/2014	74550	218 * I
MCY4218	8756045987	11/10/2014	74550	218 * I
MDI2918	8756046377	20/10/2014	74550	218 * I
MDR4386	8756045951	07/10/2014	74550	218 * I
MDW4237	8756045830	30/09/2014	74550	218 * I
MFA1067	8756046395	24/10/2014	74550	218 * I
MFP0782	8756045592	16/09/2014	74550	218 * I
MFY3609	8756045907	03/10/2014	74630	218 * II
MGM3517	8756045933	04/10/2014	74710	218 * III
MHO9999	8756045978	10/10/2014	74550	218 * I
MHU1501	8756045905	03/10/2014	74630	218 * II
MKJ1545	8756046042	09/10/2014	74550	218 * I
MMM2992	8756046436	24/10/2014	74550	218 * I
OKE3884	8756045886	29/09/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1778/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1778/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUT1060	54723010E	30/10/2014	65480	229
LYD0799	54573320E	24/10/2014	69120	232
LYD0799	54573321E	24/10/2014	65992	230 * V
MBY5524	54722873E	24/10/2014	65992	230 * V
MBY5524	54722874E	24/10/2014	50450	162 * V
MCQ1087	54573008E	26/09/2014	65992	230 * V
MDC3606	54572921E	23/10/2014	65992	230 * V
MDZ0248	54573018E	21/10/2014	69120	232
MEA0642	54572960E	24/10/2014	50450	162 * V
MEA0642	54572959E	24/10/2014	65992	230 * V
MEA0642	54572958E	24/10/2014	69120	232
MEV0568	54722869E	22/10/2014	50100	162 * I
MEW2842	54572914E	22/10/2014	50450	162 * V
MEW2842	54573020E	22/10/2014	69120	232
MEZ2252	54722875E	24/10/2014	50100	162 * I
MEZ2252	54722876E	29/10/2014	69120	232
MGU5623	54573115E	04/10/2014	65992	230 * V
MGX6821	54573026E	24/10/2014	65992	230 * V
MGX6821	54573028E	24/10/2014	50100	162 * I
MGX6821	54573027E	24/10/2014	51180	164 c/c 162 * I
MKS3410	55371490D	19/09/2014	50100	162 * I
MKS3410	55371491D	19/09/2014	65561	230 * I
MKV9397	54723001E	24/10/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1781/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1781/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HVV0808	54571745E	12/09/2014	53470	178	85.12
MGE5987	54722672E	15/07/2014	57463	187 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 554/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.756 554/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV7829	8756045544	14/09/2014	74550	218 * I	85.12
LYR8182	8756044781	15/05/2014	60503	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1779/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 1779/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EAT3217	54723005E	28/10/2014	73662	252 * VI
MCG7092	54723014E	31/10/2014	55411	181 * XVII
MHN4119	54722903E	08/10/2014	57463	187 * I
MYX2244	54723004E	28/10/2014	58350	195
NHL7532	54573622E	25/10/2014	52311	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 15 DE NOVEMBRO DE 2014.
FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 17 2014 FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2014 - FCT

Às oito horas, do décimo nono dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para análise dos pareceres técnico e contábil, emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da Tomada de Preços nº. 17/2014 - FCT. Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Káthia E. Gumz Howe, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que:

- a empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, atendeu aos requisitos estabelecidos no Edital;
- a empresa VILSON VANSUITEN ME, não atendeu aos seguintes itens: índice de liquidez corrente = a 0,50 (inferior a 1,0), índice de liquidez total ou geral = a 0,50 (inferior a 1,0), grau de endividamento = 1,10 (superior a 1,00).

Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil Sr. Moacyr Cristofolini Junior e pela Arquiteta e Urbanista Sra. Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, constatou-se que as empresas CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME e VILSON VANSUITEN ME não apresentaram acervo compatível com o objeto licitado. Ante o exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela INABILITAÇÃO de ambas as empresas, conforme segue:

- VILSON VANSUITEN ME: em relação a demonstração da saúde financeira, pois não atendeu as exigências do item 7.1.3, alínea "b" do Edital, ou seja, índice de liquidez corrente = a 0,50 (inferior a 1,0), índice de liquidez total ou geral = a 0,50 (inferior a 1,0), grau de endividamento = 1,10 (superior a 1,00) e em relação a qualificação técnica (item 7.1.6 do edital) a empresa não apresentou acervo compatível com o objeto da licitação.
- CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME: em relação a qualificação técnica (item 7.1.6 do edital) a empresa não apresentou acervo compatível com o objeto da licitação.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ou desistência do mesmo, viabilizando a continuidade do feito. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARME琳DE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 151 2014 PMT - COFFEE BREAK

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 151/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa fornecedora de unidades de alimentação (coffee break), parte integrante da aplicação dos recursos inerentes ao Programa de Educação Permanente em Saúde (EPS), de acordo com a programação dos eventos de educação permanente da Secretaria de Saúde de Timbó, com frequência mensal; e de unidades de alimentação (coffee break) a serem fornecidas aos usuários da Assistência Social, nas oficinas e encontros realizados junto ao CREAS, CRAS, FMAS/Bolsa Família e demais programas da Secretaria Municipal de Assistência Social. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 03 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 03 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 19/11/2014
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

DEISE A.N. MENDES
Secretária de Assistência Social

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 153 2014 PMT - PAVIMENTÃO PASSEIOS NEI LAR DA CRIANÇA E NEI MARIA LUIZA BELL

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 153/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da(s) obra(s) de pavimentação do passeio dos Núcleos de Educação Infantil Lar da Criança e Maria Luiza Bell (Dona Clara) localizados, respectivamente, na Rua Otto Wolter, Bairro Quintino e Rua Dona Clara, Bairro Dona Clara, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação (Repetição Total Tomada de Preço n.º 141/2014 sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 08 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 08 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 19/11/2014
SERGI F. MENGARDA
Secretário de Educação

SAMAE**PORTARIA N. SAMAE- 133, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

PORTARIA N. SAMAE- 133, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
FABIO STEUCK (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	27/04/1976	896.447.199-72	44 horas	18/11/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Três Barras**PREFEITURA****LEI Nº 3.153 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 3.153 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, com objetivo de cooperação mútua para implantação de um programa de educação, treinamento e trabalho para detentos da Unidade Prisional Avançada - UPA de Canoinhas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do convênio correrão por conta de elemento específico do orçamento vigente do Município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 19 de novembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

DECRETO Nº 4.432 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 4.432 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

INSTITUI E REGULAMENTA O SISTEMA DO PONTO ELETRÔNICO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E AUTÁRQUICA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o sistema de registro eletrônico do ponto dos servidores municipais das Administrações Direta e Autárquica do Município de Três Barras, que será regulado conforme as disposições deste Decreto.

Art. 2º. Consideram-se servidores municipais para fins deste Decreto:

I - os servidores detentores de cargos de provimento efetivo e em comissão;

II - os empregados públicos;

III - os servidores admitido por tempo determinado, nos termos da Lei nº 2.520/2005

IV - os estagiários;

V - voluntários.

§ 1º. As disposições deste Decreto não se aplica ao Prefeito Municipal e aqueles que o substituir, quando em exercício.

§ 2º. Demais Postos de Direção ou Assessoramento poderão ser dispensados do registro eletrônico do ponto mediante Portaria do Prefeito.

Art. 3º. O registro eletrônico do ponto será realizado pessoalmente, na unidade de lotação do servidor, através de sistema que armazenará, diariamente, de forma automatizada, seus horários de entrada e saída e suas saídas e retornos intermediários.

§ 1º. O registro eletrônico do ponto por sistema eletrônico será efetuado, concomitantemente, através de cartão de identificação pessoal de leitura por aproximação e identificação biométrica por impressão digital.

§ 2º. Excepcionalmente, na impossibilidade de ser efetuado o registro do ponto nos termos do § 1º, será admitido o uso, até o limite de 5 (cinco) dias por mês, de código de acesso e identificação biométrica por impressão digital.

§ 3º. O registro eletrônico do ponto em local diverso da lotação do servidor, dar-se-á com autorização prévia da chefia por período não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 4º. O cartão pessoal de leitura por aproximação será utilizado para o registro do ponto e identificação do servidor.

Art. 5º. Fica vedado ao servidor municipal efetuar registro do ponto além dos limites de sua jornada, conforme sua carga horária semanal de trabalho, exceto se previamente autorizada a prestação de serviço extraordinário ou a compensação de horários, conforme regulamento.

Parágrafo único. Os afastamentos legais e autorizações prévias serão registrados no sistema de registro eletrônico do ponto.

Art. 6º. O servidor que deixar de cumprir a carga horária diária de trabalho por motivo de falta e atraso, deverá providenciar a justificativa perante a chefia autorizada, que poderá realizar a sua regularização por meio eletrônico.

Art. 7º. A apuração do ponto observará os horários de expediente.

Parágrafo único. As unidades de trabalho dos órgãos com horário distinto da regra geral obedecerão ao estabelecido na escala de trabalho.

Art. 8º. Os servidores municipais submetidos ao sistema de registro eletrônico do ponto poderão antecipar ou prorrogar em 10 (dez) minutos, no máximo, diariamente, as entradas e saídas do local de trabalho.

§ 1º. As antecipações e prorrogações se prestam à administração da carga horária, preferencialmente do dia ou, excepcionalmente, da semana, e não implicam na redução de carga horária semanal, devendo esta ser integralmente observada.

§ 2º. Poderão ser definidas exceções ao disposto no "caput", em razão da incompatibilidade das atribuições do cargo ou função ou com o local de exercício das atividades.

§ 3º. A utilização regular das antecipações e prorrogações dependerá de autorização da chefia do servidor.

§ 4º. Nos setores em que houver atendimento externo as antecipações e prorrogações deverão ser ajustadas com as chefias, de modo que não haja prejuízo ao serviço prestado à população.

Art. 9º. Fica sob responsabilidade da chefia imediata acompanhar e controlar a frequência do servidor e adotar as medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução deste Decreto e demais normas regulamentadoras.

Art. 10. Cabe aos servidores referidos no art. 2º deste Decreto:

I - acompanhar o registro eletrônico de sua jornada diária de trabalho, por meio de consulta às informações eletrônicas que serão colocadas a sua disposição;

II - conferir a folha eletrônica individual do ponto até o dia 20 (vinte) de cada mês, podendo manifestar a sua discordância justificadamente;

III - solicitar ao órgão responsável, em até 24 (vinte e quatro) horas, a emissão da segunda e demais vias do cartão de identificação pessoal, nos casos de extravio, dano ou alteração de dados;

IV - assinar termo de responsabilidade de utilização do cartão de identificação pessoal, conforme Anexo I deste Decreto;

V - pagar pela emissão da segunda e demais vias do cartão de identificação pessoal, através de desconto em folha, salvo quando não for de sua responsabilidade a inutilização, o que deverá ser comprovado formalmente.

VI - portar o cartão de identificação pessoal de forma visível, quando em trânsito nas dependências dos órgãos públicos municipais e, externamente, quando em serviço; e

VII - zelar pela conservação do cartão de identificação, equipamentos e programas utilizados para o registro eletrônico da efetividade.

§ 1º. O servidor que não manifestar discordância quanto ao registro de seu ponto no prazo previsto no inciso II deste artigo, terá seus dados confirmados.

§ 2º. O servidor que não cumprir as normas previstas neste Decreto estará sujeito às medidas administrativas disciplinares estabelecidas em Lei Complementar, além da perda da parcela da remuneração diária proporcional ao atraso identificado.

Art. 11. Para fins deste Decreto, compete:

I - à chefia do servidor abonar e validar o registro eletrônico de sua efetividade funcional até o dia 20 (vinte) de cada mês;

II - à área de apoio administrativo, conferir, homologar e transpor o registro das ocorrências para o sistema, tempestivamente, até o 15 (quinze) do mês; e

III - ao Setor de Recursos Humanos, ou equivalente na Autarquia, a gestão do sistema, a orientação e auditoria na utilização do registro.

Art. 12. A divulgação das normas estabelecidas neste Decreto caberá aos Secretários Municipais na Administração Direta, e ao Presidente na Autarquia, competindo-lhes, ainda:

I - orientar os servidores quanto às diretrizes estabelecidas para o registro eletrônico do ponto; e

II - zelar pela conservação dos equipamentos e programas utilizados e pela segurança das informações do sistema.

Art. 13. Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento, no âmbito da Administração Direta

e ao Presidente da Autarquia, a prática dos atos necessários à regulamentação do registro eletrônico do ponto de que trata o presente Decreto.

Art. 14. A implementação do registro eletrônico do ponto nos órgãos da Administração Direta e Autarquia, ocorrerá de forma gradativa e plena.

Parágrafo único. O controle da efetividade funcional continuará sendo realizado de acordo com os procedimentos atualmente vigentes, enquanto não houver sido implantado o sistema de registro eletrônico.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de outubro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

ANEXO ÚNICO

TERMO DE RESPONSABILIDADE - CARTÃO IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Servidor: _____

_____, matrícula nº _____

, cargo lotado no/a _____

_____, inscrito no CPF sob o nº _____

e no RG nº _____, residente e domiciliado à _____

_____ mediante este instrumento declara responsabilizar-se pela conservação e utilização pessoal e intransferível do CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL, comprometendo-se a comunicar, imediatamente, ao órgão responsável os casos de dano, extravio, furto ou roubo e arcar com os custos de emissão de segunda e demais vias, caso responsável pela inutilização.

Três Barras, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Tunápolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 42/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2014

Dá nova redação ao Anexo II, letra B e ao Anexo III, alterando a Lei Complementar nº 025/2010, alterada pela Lei Complementar nº 34/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II, letra B e o Anexo III, da Lei Complementar nº 025/2010, alterada pela Lei complementar nº 34/2013, passa a vigorar com as alterações dadas pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 20 de Novembro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei Complementar foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO II

DENOMINAÇÕES E VAGAS DOS CARGOS EM COMISSÃO

A) SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

B) DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

VAGAS	DENOMINAÇÃO
01	Assessor de Gabinete
01	Diretor de Departamento de Administração
01	Diretor de Departamento Urbano
01	Diretor de Departamento de Exatonia e Movimento Econômico
01	Diretor de Departamento Musical
01	Diretor de Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
01	Diretor de Departamento de Saúde e Bem Estar Social
01	Diretor de Finanças
01	Diretor de Departamento de Educação Cultura e Esporte.
02	Coordenador de Assistência Social
01	Coordenador de Esportes
01	Coordenador do Saneamento Básico Municipal

**ANEXO III
DENOMINAÇÃO, VALORES E VAGAS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

VAGAS	DENOMINAÇÃO	LOTAÇÃO
02	Chefe Divisão Transp. Obras	Secr.Transp. Obras e Urbanismo
01	Chefe Divisão Urbanismo	Sec. Transp. Obras e Urbanismo
02	Chefe Divisão Agricultura	Sec. Agric. e Meio Ambiente
01	Chefe Divisão Saúde Assist.Social	Sec. Saúde e Bem Estar Social
03	Chefe Divisão Administrativa	Secr.Adm.Planej.Finan.
01	Chefe Divisão do Projeto Série	Secr.EducaçãoCult.Esp.
01	Chefe Divisão do Setor de Cultura	Secr.EducaçãoCult.Esp.
01	Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Esportes	Secr. Educação Cult.Esp.
01	Chefe Divisão Patrimônio e Frotas	Secr.Adm.Planej.Finan.
01	Chefe Divisão da Limpeza Pública	Secr.Adm.Planej.Finan.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Turvo**PREFEITURA****REP_NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 25/2014**
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Contrato: 0389893-17/2012

Objeto: Pavimentação de vias de acesso a pontos turísticos e construção do Centro de Eventos

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da 3ª parcela: R\$ 290.039,10

Data do repasse da 3ª parcela: 12/11/2014

Turvo/SC, 12 de novembro de 2014.

NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 26/2014
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Contrato: 0389893-17/2012

Objeto: Pavimentação de vias de acesso a pontos turísticos e construção do Centro de Eventos

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da 4ª parcela: R\$ 290.039,10

Data do repasse da 4ª parcela: 12/11/2014

Turvo/SC, 19 de novembro de 2014.

Urussanga**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 172/2013 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 172/2013/FMS

Data de assinatura: 19/11/2014

Processo de Licitação n.º 17/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: DILAB COM. E MANUTENÇÃO DE EQUIP. MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA-ME

CNPJ/CPF: 07.726.148/0001-57

Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e equipamento médicos e odontológicos nas unidades de saúde, em Urussanga/SC.

Valor Global do Aditivo: R\$ 32.395,08

Vigência prorrogada até 31/12/2015.

Videira**PREFEITURA****PORTARIA Nº 1402/14**

PORTARIA nº 1402/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 19.006/2014;

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a TEREZINHA KERSCHBAUMER, Psicólogo, de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 13 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

LAUDO DE ACEITABILIDADE DO PR 144/2014 - PMV - EMPRESA: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.489.202.001-08, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
11	1.800	Conjunto de agasalho escolar nos tamanhos 10,12,14,16, composto por: jaqueta em microfibra 100% poliéster lito active, gramatura 150gr/m², com zíper frontal ate o final da gola, com dois bolsos modelos faca, forro 100 poliester furadinho. Calça em microfibra 100% ploester lito active, gramatura 15150gr/m², cós com elástico 4cm e cordão, dois bolsos modelao faca, forro 100% poliéster furadinho. Na parte das costas da jaqueta , serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada
12	1.900	Conjunto de agasalho escolar, cor a definir nos tamanhos P,M,G,GG, composto por: jaqueta em microfibra 100% poliéster lito active, gramatura 150gr/m², com zíper frontal ate o final da gola, com dois bolsos modelos faca, forro 100 poliester furadinho. Calça em microfibra 100% ploester lito active, gramatura 150gr/m², cós com elástico 4cm e cordão, dois bolsos modelo faca, forro 100% poliéster furadinho. Na parte das costas da jaqueta, bordado em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada

16	2.300	Blusão de moletom peluciado, cor a definir nos tamanhos 2,4,6,8 gramatura 340gr/m², composição 50% algodão e 50%poliester, punhos com ribana com 6 cm de largura, gola com ribana, bolso canguru e capuz, Na parte das costas do blusão, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	HARMONIZE	Aprovada
----	-------	--	-----------	----------

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa FS INDÚSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LDTA, inscrita no CNPJ nº 07.434.746.0001/52, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
5	1.700	Bermuda Masculina em malha colegial tamanhos 10,12,14,16, composição 65% poliéster e 35% algodão, gramatura 280grm², com tolerância de variação de 5% para mais o para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
6	1.800	Bermuda Masculina em malha colegial tamanhos P,M,G,GG,, composição 65% poliéster e 35% algodão, gramatura 280grm², com tolerância de variação de 5% para mais o para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
7	1.700	Bermuda colegial feminina nos tamanhos 10,12,14,16 em stretch texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370grm² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA

8	1.700	Bermuda colegial feminina nos tamanhos P,M,G,GG, em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370grm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
9	1.700	Calça colegial feminina nos tamanhos 10,12,14,16 em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370grm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
10	1.700	Calça colegial feminina nos tamanhos P,M,G,GG, em extrech texturizado 88% poliamida e 12 elastano, gramatura mínima 370grm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, cós com elástico 4cm não rebatido na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA
15	2.200	Short /saia em malha colegial tamanhos 2,4,6,8, composição de 65% poliéster e 35% algodão, gramatura mínima 280grm ² , com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos na cor a definir.	UNIVEST	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ANILDO ANTUNES-ME, inscrita no CNPJ nº 01.086.661/0001-44, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	SITUAÇÃO
1	2.550	CAMISETAS TAMANHO 10,12,14,16 DE MANGA CURTA 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA
2	2.550	CAMISETAS TAMANHO 10,12,14,16 DE MANGA LONGA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA
3	1.530	CAMISETAS TAMANHO P,M,G,GG,EG DE MANGA CURTA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm, com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNIFORMES	APROVADA

4	1.530	CAMISETAS TAMANHO P,M,G,GG,EG DE MANGA LONGA, 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNI-FORMES	APROVADA
13	2.350	CAMISETAS TAMANHO 2,4,6,8 DE MANGA CURTA, cor a definir , 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira . Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNI-FORMES	APROVADA
14	2.350	CAMISETAS TAMANHO 2,4,6,8 DE MANGA LONGA, na cor a definir , 67%poliéster, 33% viscose, antipilling, gramatura 160/gm ² com tolerância de variação de 5% para mais ou para menos, gola redonda com ribana com largura de 2,5cm com 2 pespontos feito com maquina galoneira. Na parte das costas, alto da camiseta, serigrafia em arco com base de: 23 cm de largura com a frase: Secretaria Municipal de Educação e reto logo abaixo com 18cm largura a frase: Videira-SC. Em letras ARIAL, em caixa alta com altura das letras de 2,3cm , com base total de 25cm de largura. Cor a definir. A etiqueta deverá ser colocada na parte central das costas e conter: dados do fabricante, composição o tecido, tamanho e modo de conservação.	GG UNI-FORMES	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO

PRESENCIAL Nº 133/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque - de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Videira/SC, 07 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez

Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques

Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DO PR 144/2014 - PMV - EMPRESA:RIO SUL LTDA-ME

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE KIT DENTAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa RIO SUL LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 14.066.477/0001-84 apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

LOTE 2

ITEM	MEDIDA	DESCRIÇÃO TECNICA	MARCA	SITUAÇÃO
7	UNID	1 UNIDADE - KIT DENTAL - CONTENDO 1 GEL DENTAL DE 100GR SEM FLUOR E SEM CORANTES, 1 ESCOVAS DEDOCHE DE SILICONE ATOXICA, 1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MINIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 COM BAINHA 2 VIRAS, PERSONALIZADA EM 1 COR COM ESTAMPA TERMICA. TODOS OS ITENS ACOPLADOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RIGIDO COM ALÇA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 15X9X4CM. IMPRESSÃO DA LOGO DO MUNICÍPIO NO ESTOJO EM 1X0 (COR DE IMPRESSÃO).	DENTA-FLEX	APROVADA

LOTE 4

23	UNID	1 UNIDADE KIT DENTAL - CONTENDO 1 GEL DENTAL DE 100GR SEM FLUOR E SEM CORANTES, 1 ESCOVAS DEDOCHE DE SILICONE ATOXICA, 1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MINIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 COM BAINHA 2 VIRAS, PERSONALIZADA EM 1 COR COM ESTAMPA TERMICA. TODOS OS ITENS ACOPLADOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RIGIDO COM ALÇA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 15X9X4CM. IMPRESSÃO DA LOGO DO MUNICÍPIO NO ESTOJO EM 1X0 (COR DE IMPRESSÃO).	DENTA-FLEX	APROVADA
----	------	--	------------	----------

LOTE 6				
43	UNID	1 UNIDADE - KIT DENTAL - CONTENDO 1 GEL DENTAL DE 100GR SEM FLUOR E SEM CORANTES, 1 ESCOVA MEDIA COM PROTETOR DE CERDAS, 1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MINIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 COM BAINHA 2 VIRAS, PERSONALIZADA EM 1 COR COM ESTAMPA TERMICA. TODOS OS ITENS ACOPLADOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RIGIDO COM ALÇA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 15X9X4CM. IMPRESSÃO DA LOGO DO MUNICÍPIO NO ESTOJO EM 1X0 (COR DE IMPRESSÃO).	DENTAFLEX	APROVADA

LOTE 8				
62	UNID	1 UNIDADE - KIT DENTAL - CONTENDO 1 CREME DENTAL DE 50GR, 1 ESCOVA MÉDIA COM PROTETOR DE CERDAS, FIO DENTAL 25 METROS E HIGIENIZADOR DE LINGUA (RASPA LINGUA)1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MINIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 COM BAINHA 2 VIRAS, PERSONALIZADA EM 1 COR COM ESTAMPA TERMICA. TODOS OS ITENS ACOPLADOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RÍGIDO COM TAMPA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 16,5 X 5CM. IMPRESSÃO DA LOGO DO MUNICÍPIO NA TAMPA DO ESTOJO EM 1X0(COR DE IMPRESSÃO), SENDO VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS.	DENTAFLEX	APROVADA

LOTE 10				
83	UNID	1 UNIDADE - KIT DENTAL - CONTENDO 1 CREME DENTAL DE 50GR, 1 ESCOVA MÉDIA COM PROTETOR DE CERDAS, FIO DENTAL 25 METROS E HIGIENIZADOR DE LINGUA (RASPA LINGUA)1 TOALHINHA BRANCA EM TECIDO COM NO MINIMO 90% DE ALGODÃO, TAMANHO MINIMO 26X46 COM BAINHA 2 VIRAS, PERSONALIZADA EM 1 COR COM ESTAMPA TERMICA. TODOS OS ITENS ACOPLADOS EM UM ESTOJO PLÁSTICO RÍGIDO COM TAMPA ABRE E FECHA, NO TAMANHO APROXIMADO DE 16,5 X 5CM. IMPRESSÃO DA LOGO DO MUNICÍPIO NA TAMPA DO ESTOJO EM 1X0(COR DE IMPRESSÃO), SENDO VEDADA A COLAGEM DE ETIQUETAS.	DENTAFLEX	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos amostras físicas apresentadas referentes ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014- PMV.

Videira/SC, 19 de novembro de 2014.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DO PR 144/2014 - PMV - EMPRESA: JOSE DE ARIMATHEA SILVEIRA-ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
MOCHILAS E ESTOJOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa JOSE DE ARIMATHEA SILVEIRA-ME, inscrita no CNPJ nº 01.669.438/0001-20 apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas conforme segue:

ITEM	QUAT	DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO	MARCA	SITUAÇÃO
LOTE 13				
6	399	BOLSA BERÇÁRIO - em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) medindo 29,5 cm de altura x 38 cm de largura na parte central x 15 cm de profundidade. com abertura em zíper nº 6 na cor azul royal medindo 54 cm de comprimento. contendo cinco bolsos, sendo dois interno e três externo, bolso em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) medindo 20 cm de altura x 37,5 cm de largura, com acabamento na parte superior em gorgorão na cor branco. bolso interno para divisão de roupas. bolso externo em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) medindo 18,5 cm de altura x 38 de largura com um zíper nº6 na cor azul royal, com um cursor nº6 niquelado. bolsos laterais em tela branca 100% poliéster nas laterais medindo 16 cm de altura x 20 cm de largura com acabamento superior e inferior em elástico na cor azul royal. alça de mão saindo da parte superior da bolsa, alças feitas do mesmo material, medindo 3 cm de largura 51 cm de comprimento cor azul royal. alça de ombro com regulagem em fita cbr de 30 mm medindo 1,30 com mosquetões de plástico na cor preto e regulador. estampa bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coque de 300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. acabamento interno em material leitoso de gramatura 20 contornando toda parte interna da bolsa, inclusive as emenda da bolsa com leitoso de 2,5cm de largura.	JN BOL-SAS	APROVADA
LOTE 14				
40	1.150	ESTOJO ESCOLAR – PRÉ ESCOLAR - personalizado confeccionado na parte externa em policloreto de vinila transparente semirrígido com espessura de 0,3 mm, e na parte interna em policloreto de vinila expandido na cor branca, com espessura de 0,5 mm estojo retangular no formato mínimo de 60 x 70 x 200 mm (profundidade x altura x comprimento) com fechamento através de solda eletrônica e marcações em vinco para formatar como retângulo, com zíper nº. 6 centralizado na parte superior do estojo com a medida de 270 mm de comprimento, todo estampado com o brasão do município com policromia de alta resolução e tinta tdc, com acabamento inverso, com verniz na parte frontal para maior resolução da imagem. Tolerância nas medidas de 1,0 cm.	JN BOL-SAS	APROVADA
59	1.400	ESTOJO ESCOLAR – 1 ao 4 ANO - personalizado confeccionado na parte externa em policloreto de vinila transparente semirrígido com espessura de 0,3 mm, e na parte interna em policloreto de vinila expandido na cor branca, com espessura de 0,5 mm estojo retangular no formato mínimo de 60 x 70 x 200 mm (profundidade x altura x comprimento) com fechamento através de solda eletrônica e marcações em vinco para formatar como retângulo, com zíper nº. 6 centralizado na parte superior do estojo com a medida de 270 mm de comprimento, todo estampado com o brasão do município com policromia de alta resolução e tinta tdc, com acabamento inverso, com verniz na parte frontal para maior resolução da imagem. Tolerância nas medidas de 1,0 cm.	JN BOL-SAS	APROVADA
78	350	ESTOJO ESCOLAR – 5 ANO - personalizado confeccionado na parte externa em policloreto de vinila transparente semirrígido com espessura de 0,3 mm, e na parte interna em policloreto de vinila expandido na cor branca, com espessura de 0,5 mm estojo retangular no formato mínimo de 60 x 70 x 200 mm (profundidade x altura x comprimento) com fechamento através de solda eletrônica e marcações em vinco para formatar como retângulo, com zíper nº. 6 centralizado na parte superior do estojo com a medida de 270 mm de comprimento, todo estampado com o brasão do município com policromia de alta resolução e tinta tdc, com acabamento inverso, com verniz na parte frontal para maior resolução da imagem. Tolerância nas medidas de 1,0 cm.	JN BOL-SAS	APROVADA
99	1.750	ESTOJO ESCOLAR – 6 ao 9 ANO - personalizado confeccionado na parte externa em policloreto de vinila transparente semirrígido com espessura de 0,3 mm, e na parte interna em policloreto de vinila expandido na cor branca, com espessura de 0,5 mm estojo retangular no formato mínimo de 60 x 70 x 200 mm (profundidade x altura x comprimento) com fechamento através de solda eletrônica e marcações em vinco para formatar como retângulo, com zíper nº. 6 centralizado na parte superior do estojo com a medida de 270 mm de comprimento, todo estampado com o brasão do município com policromia de alta resolução e tinta tdc, com acabamento inverso, com verniz na parte frontal para maior resolução da imagem. Tolerância nas medidas de 1,0 cm.	JN BOL-SAS	APROVADA
123	650	ESTOJO ESCOLAR - personalizado confeccionado na parte externa em policloreto de vinila transparente semirrígido com espessura de 0,3 mm, e na parte interna em policloreto de vinila expandido na cor branca, com espessura de 0,5 mm estojo retangular no formato mínimo de 60 x 70 x 200 mm (profundidade x altura x comprimento) com fechamento através de solda eletrônica e marcações em vinco para formatar como retângulo, com zíper nº. 6 centralizado na parte superior do estojo com a medida de 270 mm de comprimento, todo estampado com o brasão do município com policromia de alta resolução e tinta tdc, com acabamento inverso, com verniz na parte frontal para maior resolução da imagem. Tolerância nas medidas de 1,0 cm.	JN BOL-SAS	APROVADA

LOTE 15

20	1.200	<p>MOCHILA INFANTIL COM CARRINHO - corpo – formato oval medindo 34,5 cm de altura x 30 cm de largura na parte central x13 cm de profundidade. parte da costa confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). parte frontal confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento com zíper nº 8 na cor azul royal medindo 48 cm por 13 de largura confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), com 1 cursor niquelado. fundo da mochila em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05) medindo 68 cm de comprimento x13 cm de largura. com bolso frontal em duas partes formato oval em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05)bolso chapado; parte inferior medindo 17 cm de altura x 23 cm de largura parte superior 8,5 cm de altura x 23 cm de largura com zíper nº8 com um cursor niquelado em formato oval. anexo um bolso aéreo medindo 26 cm de altura x 23 de largura x5 cm de profundidade. fole do bolso confeccionado em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 242 denier 218 cv%1,05). fechamento através de zíper nº 8 na cor azul royal, medindo 41 cm de comprimento, com 1 cursor niquelado, fundo do bolso medindo 48 cm de comprimento por 5 de largura. forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05).bolso em tela na cor azul marinho com acabamento superior e inferior em gorgorão na cor preto medindo 13 de largura por 18 de altura. com alça de mão, alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 55 cm de comprimento saindo da parte superior da mochila junto com o zíper com um reforço de 22 cm abaixo do pega mão. as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. a costura: a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com vivo plástico acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura. com estampa bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coche de300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. com carrinho: com rodinhas de silicone base toda na cor azul royal, medindo da base superior até a base inferior altura de 36 cm, medida com haste aberta 66 cm de altura, base fixa inferior com 23 cm de largura e 15 cm de altura,base superior com largura de 14 cm e 04 cm de altura carrinho. hastes formadas por dois peças de alumínio parte inferior com 15mm por 20mm e na parte superior com 10 mm por 13mm nas suas espessuras, base e topo fixadas com rebite. com 1 squeeze, porta líquido tipo squeeze com capacidade de 300 ml, medindo aproximadamente 12 cm de altura x 7 cm de diâmetro na cor transparente branco, com tampa injetada em polipropileno, fechamento com sistema de rosca na cor azul royal. bico injetado em pvc incolor flexível com fechamento em sistema de válvula. o porta líquido, tipo squeeze, deverá ser personalizado com arte fornecida pela administração. apresentar laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo inmetro de acordo com as resoluções e portarias estipuladas pela anvisa (contato com alimentos, migração, corantes e contaminantes).</p>	JN BOL-SAS	APROVADA
----	-------	--	------------	----------

38	1.150	<p>MOCHILA PRE COM CARRINHO - corpo – formato oval medindo 34,5 cm de altura x 30 cm de largura na parte central x13 cm de profundidade. parte da costa confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). parte frontal confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento com zíper nº 8 na cor azul royal medindo 48 cm por 13 de largura confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), com 1 cursor niquelado. fundo da mochila em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05) medindo 68 cm de comprimento x13 cm de largura. com bolso frontal em duas partes formato oval em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 368G/M² TITULO FIO TRAMA DTEX 241 DENIER 217 CV%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05)bolso chapado; parte inferior medindo 17 cm de altura x 23 cm de largura parte superior 8,5 cm de altura x 23 cm de largura com zíper nº8 com um cursor niquelado em formato oval. anexo um bolso aéreo medindo 26 cm de altura x 23 de largura x5 cm de profundidade. fole do bolso confeccionado em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 242 denier 218 cv%1,05). fechamento através de zíper nº 8 na cor azul royal, medindo 41 cm de comprimento, com 1 cursor niquelado, fundo do bolso medindo 48 cm de comprimento por 5 de largura. forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05).bolso em tela na cor azul marinho com acabamento superior e inferior em gorgorão na cor preto medindo 13 de largura por 18 de altura. com alça de mão, alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 55 cm de comprimento saindo da parte superior da mochila junto com o zíper com um reforço de 22 cm abaixo do pega mão. as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. a costura: a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com vivo plástico acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura. com estampa bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coque de300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. com carrinho: com rodinhas de silicone base toda na cor azul royal, medindo da base superior até a base inferior altura de 36 cm, medida com haste aberta 66 cm de altura, base fixa inferior com 23 cm de largura e 15 cm de altura,base superior com largura de 14 cm e 04 cm de altura carrinho. hastes formadas por dois peças de alumínio parte inferior com 15mm por 20mm e na parte superior com 10 mm por 13mm nas suas espessuras, base e topo fixadas com rebite. com 1 squeeze, porta líquido tipo squeeze com capacidade de 300 ml, medindo aproximadamente 12 cm de altura x 7 cm de diâmetro na cor transparente branco, com tampa injetada em polipropileno, fechamento com sistema de rosca na cor azul royal. bico injetado em pvc incolor flexível com fechamento em sistema de válvula. o porta liquido, tipo squeeze, deverá ser personalizado com arte fornecida pela administração. apresentar laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo inmetro de acordo com as resoluções e portarias estipuladas pela anvisa (contato com alimentos, migração, corantes e contaminantes).</p>	JN BOL-SAS	APROVADA
----	-------	---	------------	----------

57	1.400	<p>MOCHILA INFANTIL COM CARRINHO 1º ao 4º ANO - corpo formato oval medindo 34,5 cm de altura x 30 cm de largura na parte central x13 cm de profundidade. parte da costa confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). parte frontal confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento com zíper nº 8 na cor azul royal medindo 48 cm por 13 de largura confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), com 1 cursor niquelado. fundo da mochila em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05) medindo 68 cm de comprimento x13 cm de largura. com bolso frontal em duas partes formato oval em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05)bolso chapado; parte inferior medindo 17 cm de altura x 23 cm de largura parte superior 8,5 cm de altura x 23 cm de largura com zíper nº8 com um cursor niquelado em formato oval. anexo um bolso aéreo medindo 26 cm de altura x 23 de largura x5 cm de profundidade. fole do bolso confeccionado em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 242 denier 218 cv%1,05). fechamento através de zíper nº 8 na cor azul royal, medindo 41 cm de comprimento, com 1 cursor niquelado, fundo do bolso medindo 48 cm de comprimento por 5 de largura. forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05).bolso em tela na cor azul marinho com acabamento superior e inferior em gorgorão na cor preto medindo 13 de largura por 18 de altura. com alça de mão: alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 55 cm de comprimento saindo da parte superior da mochila junto com o zíper com um reforço de 22 cm abaixo do pega mão. as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com costura: a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com vivo plástico: acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura. com estampa: bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coche de300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. com carrinho: com rodinhas de silicone base toda na cor azul royal, medindo da base superior até a base inferior altura de 36 cm, medida com haste aberta 66 cm de altura, base fixa inferior com 23 cm de largura e 15 cm de altura,base superior com largura de 14 cm e 04 cm de altura carrinho. hastes formadas por dois peças de alumínio parte inferior com 15mm por 20mm e na parte superior com 10 mm por 13mm nas suas espessuras, base e topo fixadas com rebite. com um squeeze: porta líquido tipo squeeze com capacidade de 300 ml, medindo aproximadamente 12 cm de altura x 7 cm de diâmetro na cor transparente branco, com tampa injetada em polipropileno, fechamento com sistema de rosca na cor azul royal. bico injetado em pvc incolor flexível com fechamento em sistema de válvula. o porta líquido, tipo squeeze, deverá ser personalizado com arte fornecida pela administração. apresentar laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo inmetro de acordo com as resoluções e portarias estipuladas pela anvisa (contato com alimentos, migração, corantes e contaminantes).</p>	JN BOL-SAS	APROVADA
----	-------	--	------------	----------

76	350	<p>MOCHILA INFANTIL COM CARRINHO 5º ANO - corpo formato oval medindo 34,5 cm de altura x 30 cm de largura na parte central x13 cm de profundidade. parte da costa confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). parte frontal confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento com zíper nº 8 na cor azul royal medindo 48 cm por 13 de largura confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), com 1 cursor niquelado. fundo da mochila em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05) medindo 68 cm de comprimento x13 cm de largura. com bolso frontal em duas partes formato oval em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 442 denier 218 cv%1,05)bolso chapado; parte inferior medindo 17 cm de altura x 23 cm de largura parte superior 8,5 cm de altura x 23 cm de largura com zíper nº8 com um cursor niquelado em formato oval. anexo um bolso aéreo medindo 26 cm de altura x 23 de largura x5 cm de profundidade. fole do bolso confeccionado em tecido poliéster plastificado azul royal (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 368g/m² título fio trama dtex 241 denier 217 cv%0,73, título fio urdume dtex 242 denier 218 cv%1,05). fechamento através de zíper nº 8 na cor azul royal, medindo 41 cm de comprimento, com 1 cursor niquelado, fundo do bolso medindo 48 cm de comprimento por 5 de largura. forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05).bolso em tela na cor azul marinho com acabamento superior e inferior em gorgorão na cor preto medindo 13 de largura por 18 de altura. com alça de mão: alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 55 cm de comprimento saindo da parte superior da mochila junto com o zíper com um reforço de 22 cm abaixo do pega mão. as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com costura: a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com vivo plástico: acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura. com estampa: bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência(máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coque de300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. com carrinho: com rodinhas de silicone base toda na cor azul royal, medindo da base superior até a base inferior altura de 36 cm, medida com haste aberta 66 cm de altura, base fixa inferior com 23 cm de largura e 15 cm de altura,base superior com largura de 14 cm e 04 cm de altura carrinho. hastes formadas por dois peças de alumínio parte inferior com 15mm por 20mm e na parte superior com 10 mm por 13mm nas suas espessuras, base e topo fixadas com rebite. com um squeeze: porta líquido tipo squeeze com capacidade de 300 ml, medindo aproximadamente 12 cm de altura x 7 cm de diâmetro na cor transparente branco, com tampa injetada em polipropileno, fechamento com sistema de rosca na cor azul royal. bico injetado em pvc incolor flexível com fechamento em sistema de válvula. o porta liquido, tipo squeeze, deverá ser personalizado com arte fornecida pela administração. apresentar laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo inmetro de acordo com as resoluções e portarias estipuladas pela anvisa (contato com alimentos, migração, corantes e contaminantes).</p>	JN BOL-SAS	APROVADA
----	-----	---	------------	----------

96	1.750	<p>MOCHILA INFANTIL 6º A 9º ANO CORPO – formato oval medindo 41 cm de altura x 33 cm de largura na parte central x15 cm de profundidade. parte da costa em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) costa revestida com espuma pack de 4mm com forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05) com duas costuras tipo (v) invertido. parte frontal em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento com zíper nº 8 na cor azul royal medindo 48 cm, com 1 cursor niquelado. fundo da mochila confeccionado em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), medindo 68 cm de comprimento x13 cm de largura. bolso frontal em duas partes formato oval em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) bolso chapado; parte inferior medindo 17 cm de altura x 23 cm de largura parte superior 8,5 cm de altura x 23 cm de largura com zíper nº8 com um cursor niquelado em formato oval. anexo um bolso aéreo medindo 26 cm de altura x 23 de largura x5 cm de profundidade. fole do bolso confeccionado em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). fechamento através de zíper nº 8 na cor azul royal, medindo 41 cm de comprimento, com 1 cursor niquelado, fundo do bolso medindo 48 cm de comprimento por 5 de largura. forro interno em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 220g/m² título fio trama dtex 700 denier 629 cv%0,90, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,88 título trama efeito rip stop dtex 1420 denier 1280 cv% 1,05).bolso em tela na cor azul marinho com acabamento superior e inferior em gorgorão na cor preto medindo 13 de largura por 18 de altura. alça das costas em formato anatomico confeccionada em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), medindo 41 cm de altura x 7 cm de largura. almofadada com espuma pack de 4 mm e contornada com debrum em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68), medindo 2 cm de largura dobrado. fecho 100% nylon na cor azul royal de 30mm com trava,, fixado na alça através de uma fita c.a na cor azul royal medindo 7cm de comprimento com costura de reforço em x. laudo que comprove, resistência à tração 40kgf 401n cv 4,35% e alongamento 14,50%cv 0,75%. complemento da alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 48 cm, fixada na mochila com reforço em forma de triângulo medindo 9 cm de base e 6,5cm de lados em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68) na parte inferior das costas da mochila com costura de reforço em x. o cadarço deve estar preso no corpo da mochila para maior resistência.alças fixadas na parte superior da mochila com reforço em material sintético medindo 17cm de comprimento por 7cm de altura na cor azul com uma alça de 30mm sobreposta 27cm com reforço em "x" em cima das alças onde reforçara o próprio pega mão da mochila as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência. alça de mão: alça em fita c.a de 30 mm na cor azul royal medindo 55 cm de comprimento saindo da parte superior da mochila junto com o zíper com um reforço de 22 cm abaixo do pega mão. as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. costura: a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. com vivo plástico acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura. com estampa bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coche de300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação. acompanha um squeeze porta líquido tipo squeeze com capacidade de 300 ml, medindo aproximadamente 12 cm de altura x 7 cm de diâmetro na cor transparente branco, com tampa injetada em polipropileno, fechamento com sistema de rosca na cor azul royal. bico injetado em pvc incolor flexível com fechamento em sistema de válvula. o porta liquido, tipo squeeze, deverá ser personalizado com arte fornecida pela administração. apresentar laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo inmetro de acordo com as resoluções e portarias estipuladas pela anvisa (contato com alimentos, migração, corantes e contaminantes).</p>	JN BOL-SAS	APROVADA
----	-------	---	------------	----------

LOTE 16				
122	650	<p>PASTA NA COR AZUL MARINHO EM FORMATO OVAL: confeccionada costa em tecido poliéster plastificado azul marinho (composição: tecido 100% poliéster, gramatura 635g/m² título fio trama dtex 780 denier 702 cv%0,55, título fio urdume dtex 377 denier 339 cv%0,68). seguindo as seguintes especificações: corpo: dividido em 02 partes, medindo 38 cm de comprimento x 33cm de altura x 14cm de profundidade, (somada ambas as partes), fechamento superior das 02 partes com zíper azul royal nº 8, medindo 50cm de comprimento, e em cada zíper 01 cursor metal niquelado nº 8. bolso frontal chapado vertical: medindo 38 cm de comprimento x 33 cm de altura, medida do zíper nº 8 do bolso vertical 25cm na cor preta, e 01 cursor metal niquelado nº 8. acoplado ao canto esquerdo um porta squeeze em tela preta unido ao zíper medindo 18 cm de altura por 20 cm de largura com acabamento na parte superior com gorgurão azul royal parte interna forro interno em rip stop bolso interno medindo 32 cm de largura por 20 cm de altura e na outra extremidade, bolso em tela medindo 26 cm de altura e 38 cm de largura (forro do meio) em outra extremidade porta notebook em material rip stop com espuma pak ambas as partes medindo 23 de altura por 38 largura e 5 cm de profundidade fechado com velcro uma fita acoplada de 4 cm saindo da parte superior com comprimento de 18 cm costura a mochila deverá ser toda costurada com linha 100% poliamida na cor de cada material combinando as cores, conter reforços nos pontos de tração, onde as pontas das alças deverão ser queimadas, para dar maior resistência de ruptura. vivo plástico acabamento (contornado) o corpo principal frente e costa, e bolso. vivo encapado com, tecido tafetá, de 25 mm de largura, 100% poliéster título largura dtex 169 denier 152 cv% 1,05, título comprimento dtex 360 denier 324 cv% 1,05 na cor azul marinho com bordado da palavra videira arial cor branca com espaço de 13 mm entra cada, as letras iniciais com 7 mm de altura alça tira colo de 1.30 mt com regulador niquelado com mosquetão de 6,5 cm de altura com abertura de 4cm com fechamento de 1,5 cm, todas as emendas. estampa bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação, com 8,5 de altura x 13,5 largura, centralizado no bolso frontal, na forma de etiqueta produzida pelo método de solda frequência (máquina de alta frequência), com três camadas de material. a 1ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 2ª. camada em laminado alto brilho transparente 0,40 mm a 3ª. camada em coque de 300g brilhoso com impressão da bandeira da prefeitura de videira, e logo da secretaria de educação.</p>	JN BOL-SAS	APROVADA

Dessa forma, após conferência, Aprovamos, os laudos técnicos e amostras físicas apresentados referente ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014- PMV.

Posto isto, segue anexo os relatórios de ensaios emitidos pelo LAFITE - Laboratório de Ensaios Físicos Têxtil do SENAI-SC em Brusque-SC de cada amostra apresentado pela empresa citada para veracidade das especificações técnicas.

Roberta Aparecida Martinez
Secretaria Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 156/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA PARA RECEPÇÃO DE NFE/CTE, RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS POR E-MAIL E UPLOAD, VERIFICAÇÃO DA VALIDADE JURÍDICA, VALIDAÇÃO E AUTENTICIDADE NO SEFAZ, ACOMPANHAMENTO DOS EVENTOS DO DOCUMENTO NO SEFAZ, ARMAZENAMENTO EM COFRES DIGITAIS, DIREITO PROCESSAMENTO ILIMITADO DE XML, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ANEXO VII.2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 09/12/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 19 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 068/2014

DECRETO Nº 068/2014

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 01º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação dos Veículos para alienação:

JOÃO BATISTA MAZOTI - Presidente

CLAUDINEI FELICIANO - Secretário

SANDRO LUNELLI - Membro

Art.º 02 - Os veículos a serem avaliados pela comissão são;

1- CHEVROLET/GM/BLAZER, PLACA MBT4116, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2001/2001, CHASSI 9BG116AX01C437422, RENAVAL 766474844, CILINDRADAS 2,400.

2- CHEVROLET/GM/BLAZER ADVANTAGE, PLACA MHF0734, NA COR BRANCA, ANO/MOD 2009/2009, CHASSI 9BG116GF09C437471, RENAVAL 145356086, CILINDRADAS 2,400.

3- TRATOR DE ESTEIRAS DE MARCA CATERPILLAR, MODELO D6-C SÉRIE 24U1066 E MOTOR 3306-473536, ANO DE FABRICAÇÃO 1976.

4- ONIBUS/VOLKS/BUSSCAR/URBANOSS/206CV, PLACA KPS2889, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1998/1998, CHASSI N. 9BWY2TJB7WRB06943, RENAVAL 706531744.

5- ONIBUS/M.BENZ/OF/1620/204CV, PLACA KMP3965, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1997/1998, CHASSI N. 9BM384087VB142125, RENAVAL 690761740.

6- CAMINHÃO/PRANCHA M.BENZ/L 2213/130CV, PLACA MCR0260, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 1977/1977, CHASSI 34542012339750, RENAVAL 548392722.

7- CAMINHÃO/C.ABERTA/GM/CHEVROLET D40, PLACA MAG5545, COR VERMELHA, ANO FAB/MOD 1986/1987, CHASSI 9BG443N-NHGC010022, RENAVAL 551370114.

8- CAMINHONETE/C.DUPLA/DIESEL/GM/S10 2.8 D 4X4, PLACA MFT6640, COR BRANCA, ANO FAB/MOD 2001/2002, CHASSI 9BG138BC02C405559, RENAVAL 773951989.

9- BAÚ CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO DIMENSÕES EXTERNAS 5.200MM X 2.300MM X 2.200MM.(C X A X L).

10- SUCATA FURGÃO TOYOTA - NOAH, ANO 1999.

11- SUCATA FURGÃO TOYOTA - NOAH, ANO 1999.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 de novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 024/93.

Xavantina

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2014 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2014 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2014 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2014 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA UNILATERALMENTE o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2014 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2014 PMXV e CONTRATO Nº 111/2014 PMXV, conforme Parecer da Assessoria Jurídica.

Xavantina/SC, em 19 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

ATA TP 08-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HILÁRIO JOSÉ RAVADELLI, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO CONSTANTE NO ANEXO "E" DESTE EDITAL

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações Sr. Joselino Luiz Naissinger e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokievicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 005/2014, com a finalidade de efetuar a abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação e nº 02 - Propostas de Preços, referentes à licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a seguinte empresa: TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA sendo que a mesma não mandou representante para a sessão. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados o Envelope 01 - Documentação de Habilitação e o Envelope 02 - Propostas de Preços da licitante, sendo que os mesmos estavam lacrados e verificou-se que os mesmos foram protocolados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 do edital. Na sequência, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pelo Presidente e pelos Membros da Comissão. Constatou-se que a empresa atendeu às exigências formais relativas à habilitação, constantes do item nº 5 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório e, por conseguinte, foi julgada habilitada pela Comissão. Desta forma, passou-se a abertura do envelope nº 02 - proposta de preço. Aberto o envelope, a proposta foi conferida e rubricada pelo Presidente e pelos Membros da Comissão. Constatou-se que a empresa atendeu às exigências formais relativas à proposta, constantes do item nº 6 (e respectivos subitens) do instrumento convocatório. Quanto ao preço cotado, verificou-se que o preço global proposto pela licitante TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA foi de R\$ 262.248,03 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e três centavos), inferior ao valor estabelecido como preço global máximo no subitem 9.1

do edital. Assim a Comissão Permanente de Licitações declara a empresa TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA vencedora do certame com o valor global de R\$ 262.248,03 (duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e três centavos). O Presidente e a Comissão abrem o prazo de cinco dias úteis e contar do dia de hoje, sendo até às 16:00 horas do dia 26/11/2014 para recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Presidente e pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Joselino Luiz Naissinger Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Soraia Ellis Budke Membro da Equipe de Apoio	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio

CONTRATO Nº 26/2014 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratado: LEANDRO PAGLIARI - ME.

Número do Contrato: 26/2014 - FMS

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E/OU CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO ASSISTENCIAL EM SAÚDE, CUJO EDIFÍCIO SERÁ EM ALVENARIA COM 01 PAVIMENTO, PARA FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, COBERTURA EM TELHA DE FIBROCIMENTO, SITUADO NA RUA "B", LOTEAMENTO CHIOSSI, DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, TOTALIZANDO UMA ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 505,50M².

Data da Assinatura: 19/11/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Aditivo de Prazo.

Xaxim

PREFEITURA

LEI Nº 4024/2014 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014. AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE N. 03 DA CHÁCARA N. 10 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4024/2014 de 13 de novembro de 2014.

Autoriza o desmembramento do lote n. 03 da chácara n. 10 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento do lote n. 03, da chácara n. 10, com área superficial 5.855,82,00 m² (cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e dois décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Senador Nereu Ramos esquina com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, Bairro Primavera, município de Xaxim, com matrícula n. 10.858 no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim - SC. de propriedade de NELSON JANDIR PALLAORO, ficando assim constituído:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (Situação Atual e Retificação de área):

Lote 03 da Chácara 10, com área superficial 5.855,82,00 m² (Cinco Mil oitocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e dois décimos quadrados - chácara n 10, Lote nº 03, matrícula 10.858), localizado no lado par da Rua Senador Nereu Ramos esquina com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com parte da chá. 10, (Mat.3.899), de Paulo Roberto Lorensetti, com 10,00 metros. Com o lote nº05, (Mat. 16.344), de Everaldo Martins Pinto, com 15,00 metros e com a Av. Julio Lunardi com 45,00 metros.

SUDESTE com Rua Senador Nereu Ramos, em 25,00 metros, com o lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, em 15,00 metros, e com a Rua Senador Nereu Ramos, em 30,00 metros.

NORDESTE : Com o lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, com 30,00 metros e com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 103,17 metros.

SUDOESTE: Com o lote nº5, (Mat. 16.344), de Everaldo Martins Pinto, com 28,00 metros, com P/ da Chá. 10, (Mat.3.899), de Paulo Roberto Lorenzetti, com 24,12 metros, com o lote nº B2, (Mat. 17.534) de Eliane Maria Folle Maroni, João Carlos Maroni Junior e Gustavo Carlos Maroni, com 15,00,00 metros, com o lote n B1, (Mat. 17.808) de Nelson Teles da Rocha, com 15,00,00 metros, e com lote 04 de P/ da chá. 10, de Ivair Pallaoro e outros (Usocapião especial Autos 081.02.001784-8), com 20,00 metros e com o Lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, com 30,00 metros.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO:

1º) LOTE Nº 6 com área superficial de 420,00 m² (Quatrocentos e vinte metros quadrados), localizado no lado Impar da Av. Julio Lunardi, distante pelo lado direito em 30,00 metros da Rua Antonio Cordenonsi Filho, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com a Av. Julio Lunardi, com 15 metros..

SUDESTE : Com P/ do lote nº 03 da chá 10, com 15,00 metros.

NORDESTE : Com o Lote nº 07, com 13,00 metros e com o Lote nº

08, com 13,00 metros e com lote nº 09, com 2,00 metros.
SUDOESTE: Com o lote nº 05, (Mat. 16.344), de Everaldo Martins Pinto com 28,00 metros.

2º) LOTE Nº 07 - com área superficial de 390,00 m² (Trezentos e noventa metros quadrados), localizado na Av. Julio Lunardi, esquina com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com a Av. Julio Lunardi, com 30,00 metros.
SUDESTE : Com o Lote nº 08, com 30,00 metros.
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 13,00 metros.
SUDOESTE: Com P/ do Lote nº 06, com 13,00 metros.

3º) LOTE Nº 08 - com área superficial de 390,00 m² (Trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cordenonsi Filho, distante pelo lado esquerdo em 13,00 metros da Av. Julio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com Lote nº 07, com 30,00 metros.
SUDESTE : Com o Lote nº 09, com 30,00 metros.
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 13,00 metros.
SUDOESTE: Com P/ do Lote nº 06, com 13,00 metros.

4º) LOTE Nº 09 - com área superficial de 390,00 m² (Trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cordenonsi Filho, distante pelo lado esquerdo em 26,00 metros da Av. Julio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com Lote nº 08, com 30,00 metros.
SUDESTE : Com o Lote nº 10, com 30,00 metros.
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 13,00 metros.
SUDOESTE: Com P/ do Lote nº 06, em 2,00 metros, e Com P/ do Lote nº 03 da chá. 10, com 11,00 metros.

5º) LOTE Nº 10 - com área superficial de 390,00 m² (Trezentos e noventa metros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cordenonsi Filho, distante pelo lado esquerdo em 39,00 metros da Av. Julio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com Lote nº 09, com 30,00 metros.
SUDESTE : Com o Lote nº 11, com 20,00 metros e com P/ do Lote nº 03 da chá. 10, com 10,00 metros. .
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 13,00 metros.
SUDOESTE: Com P/ do Lote nº 03 da chá. 10, com 13,00 metros.

6º) LOTE Nº 11 - com área superficial de 424,65 m² (Quatrocentos e vinte e quatro metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Antonio Cordenonsi Filho, distante pelo lado esquerdo em 52,00 metros da Av. Julio Lunardi, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: com P/ do Lote nº 10, com 20,00 metros.
SUDESTE : Com P/ do Lote nº 12, com 20,00 metros
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 21,40 metros.
SUDOESTE: Com P/ do Lote nº 03 da chá. 10, com 21,06 metros.

5º) LOTE Nº 12 - com área superficial de 900,00 m² (Novecentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua Senador Nereu Ramos, esquina com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com P/ do Lote nº 03 da chá. 10, com 10,00 metros e com o lote nº 11 com 20,00 metros.

SUDESTE : Com a Rua Senador Nereu Ramos, com 30,00 metros.
NORDESTE : Com a Rua Antonio Cordenonsi Filho, com 30,00 metros.

SUDOESTE: com o lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, em 30,00 metros.

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO (ÁREA REMANESCENTE lote 03 da Chá. 10):

LOTE 03 da Chácara 10. com área superficial de 2.551,17 m² (Dois Mil quinhentos e cinquenta e um metros dezessete decímetros quadrados -), localizado no lado par da Rua Senador Nereu Ramos, distante pelo lado esquerdo em 45,00 metros da Rua Antonio Cordenonsi Filho, com as seguintes confrontações:

NOROESTE: Com P/da chá. 10, (Mat.3.899), de Paulo Roberto Lorensetti, com 10,00 metros. Com o lote nº 05, (Mat. 16.344), de Everaldo Martins Pinto, com 15,00 metros, com o lote 06, com 15,00 metros, com o lote 10 em 10,00 metros.
SUDESTE com Rua Senador Nereu Ramos, em 25,00 metros, com o lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, em 15,00 metros, e com o lote 12, em 10,00 metros.
NORDESTE :, com P/ do lote 09, em 11,00 metros, com o lote 10, em 13,00 metros, com o lote 11, com 21,06 metros e com o lote A, (Mat. 10.890) de Elinor Candaten, em 30,00 metros.

SUDOESTE: com P/ da Chá. 10, (Mat.3.899), de Paulo Roberto Lorenzetti, com 24,12 metros, com o lote nº B2, (Mat. 17.534) de Eliane Maria Folle Maroni, João Carlos Maroni Junior e Gustavo Carlos Maroni, com 15,00,00 metros, com o lote n B1, (Mat. 17.808) de Nelson Teles da Rocha, com 15,00,00 metros, e com lote 04 de P/ da chá. 10, de Ivair Pallaoro e outros (Usocapião especial Autos 081.02.001784-8), com 20,00 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 19 de novembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

LEI Nº 4025/2014 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014. ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE XAXIM PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

LEI Nº 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de XAXIM para o Exercício de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal de Xaxim em Exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Xaxim, SC, para exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 67.112.000,00 (Sessenta e sete milhões e cento e doze mil reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 60.366.297,00 (sessenta milhões, trezentos e sessenta e seis mil e duzentos e noventa e sete mil reais), e a Despesa orçamentária em R\$ 46.164.162,00 (quarenta e seis milhões, cento e sessenta e quatro mil e cento e sessenta e dois reais), e Despesa Financeira de R\$ 14.202.135,00 (quatorze milhões duzentos e dois mil e cento e trinta e cinco reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	60.366.279,00
1.1- Receita Tributária	9.164.182,00
1.2- Receitas de Contribuições	1.100.000,00
1.3- Receita Patrimonial	390.830,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	266.200,00
17-Transferências Correntes	54.496.500,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	7.327.640,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.276.207,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	18,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	18,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	60.366.297,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	43.531.544,
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	26.654.285,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	280.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	16.597.259,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.577.618,00
4.4- Investimentos	828.618,00
4.5- Inversões Financeiras	6.000,00
4.6- Amortização da Dívida	1.743.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00
9.9- Reserva de Contingência	55.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICI-PAIS	14.202.135,00
- Fundo Municipal da Saúde	10.192.135,00
- Fundo Municipal de Assist. Social	660.000,00
- Fundo Municipal de Habitação	100.000,00
- Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário	850.000,00
- Câmara de Vereadores	2.400.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	60.366.297,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2015 estima a Receita e Fixa a Despesa

conforme quadros abaixo descritos:

I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	5.703.550,00
1.1- Receita Tributária	143.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	28.050,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	5.527.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	5.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	10.192.135,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	10.192.135,00
TOTAL	15.895.687,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3– DESPESAS CORRENTES	15.501.685,
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	9.806.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.695.185,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	394.002,00
4.4- Investimentos	394.002,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	15.895.687,00

II - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 – RECEITAS CORRENTES	362.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	3.300,00
1.4- Receita Agropecuária	11.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	345.500,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.200,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00

2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	850.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	850.000,00
TOTAL	1.212.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3- DESPESAS CORRENTES	1.212.000,
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.212.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.212.000,00

III - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 - RECEITAS CORRENTES	672.650,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.150,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	658.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	5.500,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	660.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	660.000,00
TOTAL	1.332.650,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3- DESPESAS CORRENTES	1.299.350,0
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.299.350,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	33.300,00
4.4- Investimentos	33.300,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.332.650,00

IV- FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
1 - RECEITAS CORRENTES	5.500,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	4.400,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.100,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.001,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	2.000,00
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	100.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	100.000,00
TOTAL	107.501,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3- DESPESAS CORRENTES	44.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	44.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	63.501,00
4.4- Investimentos	45.501,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	17.000,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	107.501,00

V - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.400.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.400.000,00
TOTAL	2.400.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
3- DESPESAS CORRENTES	2.340.000,0
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.780.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	560.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00
4.4- Investimentos	60.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.400.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo da LDO:

MUNICÍPIO DE XAXIM

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	55.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	55.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 19 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO 451/2014 ORDENADOR PRIMARIO

DECRETO Nº 451/2014

Nomeia Secretario Municipal da Administração Ordenador Primário e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embaçadas com o Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor RODRIGO VERIATO MORÁS, Secretario Municipal de Administração, como Ordenador Primário das despesas do Município de Xaxim, bem como autorizado a responder por pagamentos de 17 a 20 de novembro de 2014.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

AVISO DE PREGÃO 102/2014 SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 102/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 207/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 102/2014, até às 08h45min do dia 03 de dezembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de microcomputadores e nobreaks para utilização junto às salas de vacinação da secretaria Municipal de saúde e do ESF do bairro Alvorada, de acordo com o edital e seus anexos, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Lei 147/2014 e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de novembro de 2014.

Idacir Antônio Orso
Prefeito

Associações

AMAUC

CONSTITUI COMISSÃO AVALIADORA DO EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2014 - CASA LAR PEQUENO PRINCÍPE

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Constitui Comissão Avaliadora do Edital de Seleção nº 01/2014.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRINCÍPE, estabelecido em LINDÓIA DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Avaliadora da Seleção de ASSISTENTE SOCIAL, conforme disposto no item 11 do Edital de Seleção nº 01/2014. .

Art. 2º Nomear as seguintes pessoas para comporem a comissão:

Siméia Cristina Santin Pereira da Silva - Procuradora do Município de Lindóia do Sul

Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo da AMAUC;

Neusa Maria Poletto Pucci - Assistente Social da AMAUC;

Rafael Nicoli - contador da AMAUC

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Presidente

Publicado na Secretaria da Amauc em 31 de outubro 2014.

Ivanete Grendene

Secretária Adiminstrativo

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2014 – CONFAZ-M/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2014 - CONFAZ-M/SC

A Presidente do CONFAZ-M, Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 25 de novembro de 2014.

Hora: 9h às 15h.

Local: Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC - Rua Max Colin, nº 1843, Centro - Joinville/SC - CEP: 89.204-635 - Tel.: (47) 3433-3927.

Ordem do dia:

1. Apresentação por parte do Sr. Rodrigo Guesser, Contador da FECAM e Coordenador do Colegiado de Contadores e Controladores, sobre o Seguro de Acidente de Trabalho - SAT pela atividade preponderante;
2. Movimento Econômico:
 - 2.1. Projeto do Ministério Público;
 - 2.2. Transferência de Mercadorias entre matriz e filiais localizadas em municípios distintos (Incluído por Cide Rubian Bittencourt, sugestão do Auditor Fiscal de Luzerna, Maurício José Bittencourt).
3. Apresentação por parte do Sr. Celso Vedana, Diretor de Articulação Institucional da FECAM, do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável - SIDEMS;
4. O andamento do Programa Saúde Fiscal, do Ministério Público de SC em parceria com os Municípios;
5. Debate sobre a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, a "Lei das Organizações Sociais", principais mudanças nos repasses de verbas públicas para entidades privadas do Terceiro Setor;
6. Debate sobre a Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013, a "Lei Anticorrupção", a necessidade da regulamentação nos Municípios;
7. Discussão sobre as alterações da legislação do Simples nacional na Lei Complementar nº 147/2014, seus impactos e consequências, 1ª Parte: Procedimentos de abertura/alteração/baixa de ME, EPP e MEI;
8. Debate sobre a coibição das populares "FEIRAS ITINERANTES" (Ex.: Feira do Braz), (Incluído por Carlos Lima, sugestão do Secretário de Finanças de São Francisco do Sul, Jean Ricardo Celestino);
9. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 18 de novembro de 2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Presidente do CONFAZ-M/SC

Consórcios

ARIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 061/2014 PREGÃO Nº 03/2014

Aviso de Licitação nº 061/2014

Pregão nº 03/2014

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) torna público que fará realizar no dia 03 de dezembro de 2014, às 14h00min, licitação na modalidade pregão presencial, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEL, para o município de Florianópolis conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço eletrônico www.aris.sc.gov.br ou disponível pelo e-mail compras@aris.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13h30min do dia 03/12/2014.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 13h50min do dia 03/12/2014.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14h00min do dia 03/12/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 19 de novembro de 2014.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA

EXTRATO CONTRATO 399 - PGC - IRINEÓPOLIS

Extrato de Contrato nº 399/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Irineópolis

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Irineópolis

CNPJ: 83.529.958/0001-00

CONTRATO Nº: 04/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 400 - PGT - GRÃO PARÁ

Extrato de Contrato nº 400/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Grão Pará

CONTRATANTE: Município de Grão Pará

CNPJ: 82.558.149/0001-55

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 91/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 24 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 401 - PGC - ÁGUAS DE CHAPECÓ

Extrato de Contrato nº 401/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Águas de Chapecó

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Águas de Chapecó

CNPJ: 00.539.883/0001-02

CONTRATO Nº: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 07 de novembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 402 - REPECON VEÍCULOS

Extrato de Contrato nº 402/2014

Processo de Licitação Nº 20/2014

Pregão Presencial Nº 09/2014

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Repecon Veículos Ltda.

CNPJ: 79.913.802/0001-42

OBJETO: Aquisição de 1 (um) veículo zero quilômetro, conforme especificações constantes na Proposta de Preços anexa ao presente Contrato.

PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas legais federais.

VALOR: R\$ 72.750,00 (setenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 17 de novembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 403 - LINHA LIVRE INTERNET

Extrato de Contrato nº 403/2014

Processo de Licitação Nº 22/2014

Dispensa de Licitação Nº 12/2014

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Linha Livre Internet Ltda. - EPP

CNPJ: 04.324.565/0001-85

OBJETO: Prestação de serviços de disponibilização de link dedicado 15 Mbps Full, com acesso em fibra óptica, 5 ips válidos, incluindo fornecimento de equipamentos, instalação e configuração.

PREVISÃO LEGAL Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.291,66 (um mil e duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) por mês.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 18 de novembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMUREL**ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 30/10/2014**

30.10.2014 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às 09h45min, em segunda chamada, reuniram-se na sala dos Prefeitos, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Sr. Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; Sr. João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Sr. Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna; Sr. Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava; Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo; Sr. Mário Luiz Benedet, Prefeito em exercício do Município de Santa Rosa de Lima; Sr. Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará e o Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero. Participaram ainda, o Coordenador Administrativo do CISAMUREL, o Sr. Edson Nunes, o Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, o Contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, Sr. Gedson Gislon, Secretário da Saúde de Treze de Maio, e o Sr. Aderbal Moreira Cardoso, Secretário de Governo do Município de Laguna. Após saudar os presentes, o Presidente do CISAMUREL, Sr. Jaime Wensing, solicitou a este coordenador administrativo do CIS, que fizesse a leitura do edital de convocação desta assembleia, que registro a seguir: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do CISAMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de outubro de 2014, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC). Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: I – Aprovação da Ata da assembleia anterior (cópia entregue); II – Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 4º bimestre de 2014; III – Licitação de Medicamentos e IV - Assuntos Diversos. Tubarão (SC), 15 de outubro de 2014. Jaime Wensing, Presidente do CISAMUREL. Em seguida colocou para aprovação o item I da pauta, a ata da AGO realizada no dia 08.08.2014, com dispensa de sua leitura, tendo em vista que cópia da mesma foi recebida pelos Prefeitos antes desta assembleia, a qual foi aprovada por todos. Na sequência, item II, Apreciação e aprovação dos registros contábeis referente ao 4º bimestre de 2014. O Presidente informou aos presentes que havia uma cópia do relatório de Prestação de Contas na pasta de cada um e solicitou ao contador do CISAMUREL, Sr. Ramon Correa Mendes, que fizesse uma explanação acerca dos registros contábeis e após tal procedimento pelo mesmo, e explicação posterior de alguns questionamentos referente à prestação de contas, ela acabou aprovada por unanimidade. Continuando, passou-se ao item III da pauta, Licitação de Medicamentos, o Presidente passou a palavra ao Coordenador Administrativo do CIS, o Sr. Edson Nunes, que informou aos Srs. Prefeitos do andamento do processo licitatório, onde apenas os municípios de Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pescaria Brava e Rio Fortuna demonstraram interesse em participar do Pregão. A previsão é para realização até o dia 19 de dezembro. Em seguida passou-se ao item IV, Assuntos Diversos, e o Coordenador Administrativo informou que dentro da pasta de cada um tinha um relatório com as informações de quanto e onde cada município aplicou os recursos no CIS, com detalhamento de cada prestador utilizado. Também, registrou o ofício recebido da Gastro Clínica (endoscopia e colonoscopia), onde a mesma solicita um reajuste nos preços dos serviços para o ano de 2015. Isto é uma outra preocupação existente em relação aos contratos de credenciamento que vencerão no próximo dia 31/12/2014, haja vista que outros profissionais já sinalizaram que será difícil a renovação pelos preços atuais. Após alguns comentários, ficou decidido que este assunto será tratado na próxima assembleia no mês de dezembro. Por fim a palavra foi deixada livre, e nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, e determinou a este coordenador administrativo para lavrar a presente ata, que segue assinada nas formas de costume, e deu por encerrada a assembleia.

CPIMMOC**CONVOCAÇÃO 05/2014**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO
MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 05/2014

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 02 de dezembro de 2014

HORA: 9:00 horas

LOCAL: Auditório da Ammoc

Rua Roberto Trompowski, 68 - Centro - Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA

- Aprovação do Orçamento para 2015 do Consórcio Público;
- Prestação de Contas;
- Resíduos Sólidos;
- Implantação do Licenciamento Ambiental de Impacto local para a região da CPIMMOC;
- Outros Assuntos.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

CIGAMERIOS**PREGÃO ELETRÔNICO 10000/2014 - CIGAMERIOS**

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS

CIGAMERIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGAO ELETRÔNICO Nº 10000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Manfred Rutzen, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através do Pregoeiro nomeado pela Resolução nº 01/2014, licitação na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, pelo SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é registro de preços para futuras e parceladas aquisições de medicamentos.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhatai, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelandia, Saltinhos, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 20/11/2014 até às 08h00min do dia 09/12/2014.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às

09h00min do dia 09/12/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 09/12/2014.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC, com o Pregoeiro: Arnildo Luiz Kollet - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 18 de novembro de 2014

MANFRIED RUTZEN

Presidente

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014 - CIGAMERIOS

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014 - CIGAMERIOS

INSCRIÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público e Privado, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Manfred Rutzen, no uso de suas atribuições legais, torna público que convoca todos os interessados em participarem de Licitações Públicas promovidas por este órgão, à promoverem o registro cadastral, conforme determina a Lei Federal 8.666/93 em seus artigos 34, 35, 36 e 37. O chamamento destina-se a receber as inscrições de fornecedores no registro cadastral - CRC do CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, para fins de habilitação em qualquer modalidade de licitação ou para contratação. O pedido de cadastro deverá ser protocolado no setor de Protocolo da AMERIOS/CIGAMERIOS, de segunda a sexta, em dias úteis, das 07h30min às 11h30min, de onde seguirá para os outros setores responsáveis pela realização do cadastro.

Outras informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações na AMERIOS - Associação dos Municípios Entre Rios, Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC. e-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664 0282. Falar com Sr. Arnildo Luiz Kollet - Administrador do CIGAMERIOS.

Maravilha/SC, em 18 de novembro de 2014.

MANFRIED RUTZEN

Presidente